

Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência

Área de especialização | Museologia

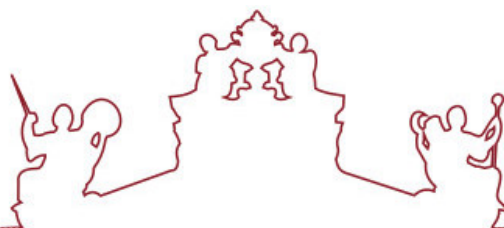
Tese de Doutoramento

**De Instituto de Antropologia a Museu Câmara Cascudo:
Trajetórias científicas no Rio Grande do Norte, Brasil
(1950-2010)**

Jacqueline Souza Silva

Orientador(es) | Elisabete J. Santos Pereira
Maria de Fátima Nunes

Évora 2026



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência

Área de especialização | Museologia

Tese de Doutoramento

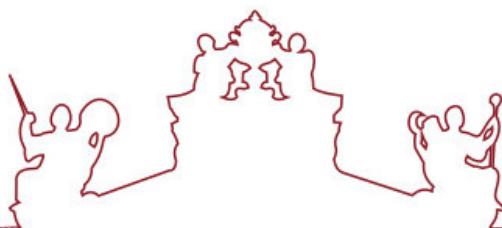
**De Instituto de Antropologia a Museu Câmara Cascudo:
Trajetórias científicas no Rio Grande do Norte, Brasil
(1950-2010)**

Jacqueline Souza Silva

Orientador(es) | Elisabete J. Santos Pereira

Maria de Fátima Nunes

Évora 2026



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Laurinda Abreu (Universidade de Évora)

Vogais | Elisabete J. Santos Pereira (Universidade de Évora) (Orientador)
Luís Miguel Nunes Carolino (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)
Marília Xavier Curry (Universidade de São Paulo)
Sara Albuquerque (Universidade de Évora)
Susana Simões Martins (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

***“The world breaks everyone, and afterward, many are
strong at the broken places.”***

— Ernest Hemingway, *A Farewell to Arms* (1929).

Agradecimentos

Ao concluir esta etapa tão exigente quanto transformadora, reconheço que este trabalho não é resultado de um percurso solitário, mas de uma rede de pessoas e instituições que, de diferentes formas, contribuíram para que esta tese se tornasse possível.

Agradeço, em primeiro lugar, às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria de Fátima Nunes e Doutora Elisabete J. Santos Pereira, pela confiança, rigor intelectual e sensibilidade na condução deste trabalho. Cuja escuta atenta e intervenções precisas foram fundamentais para o amadurecimento das ideias aqui desenvolvidas.

Ao Instituto de História Contemporânea (IHC) e ao IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território pelo enquadramento científico e institucional que recebi ao longo da elaboração desta investigação.

Aos professores e colegas do Programa de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, agradeço pelos debates instigantes e pelo ambiente de reflexão crítica que tanto me inspirou.

Aos profissionais e colegas do Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, expresse minha gratidão pelo acolhimento institucional, pelo acesso aos acervos documentais e pela partilha generosa de memórias, arquivos e experiências. Este trabalho também é um tributo à história coletiva que ali se constrói diariamente.

Aos colegas de investigação, amigos de estrada e interlocutores críticos, agradeço pela escuta, pelas leituras cuidadosas, pelas provocações e pelos cafés partilhados, nos quais, tantas vezes, ideias importantes germinaram.

Aos meus familiares, agradeço pela presença constante, mesmo à distância. Em especial, aos meus pais, irmão, companheiro, gatos e cadela, que souberam acolher as faltas e oferecer ânimo nos momentos de cansaço.

Dedico este trabalho à memória dos que abriram caminhos, às instituições que resistem e a todos que, mesmo em condições adversas, seguem comprometidos com a construção coletiva do conhecimento.

**DE INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA A MUSEU CÂMARA CASCUDO:
TRAJETÓRIAS CIENTÍFICAS NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL (1950-2010)**

Jacqueline Souza Silva

RESUMO

Esta tese analisa a trajetória do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, posteriormente Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde as condições que antecederam a sua criação, em 1960, até à transformação no Museu Câmara Cascudo (MCC), formalizada em 1973, e às configurações assumidas pela instituição até 2010. A partir de fontes institucionais, publicações, imprensa, fotografias e vestígios materiais, reconstrói a formação do Instituto, o seu funcionamento científico e as mudanças que acompanharam a criação do Museu. A investigação mostra que o IA se constituiu como um espaço científico multidisciplinar, no qual a produção de conhecimento se articulava com a formação de investigadores, o trabalho coletivo, a constituição de coleções e as relações de cooperação estabelecidas com outras instituições. A criação do MCC não correspondeu a uma simples mudança de denominação, ao abandono da investigação ou à continuidade inalterada do Instituto. A nova configuração modificou a posição administrativa da instituição, redefiniu parte das suas funções e conferiu maior centralidade às responsabilidades museológicas, ao mesmo tempo que manteve, em graus distintos, profissionais, práticas, infraestruturas, coleções e redes anteriormente constituídas. Essa combinação de mudanças e continuidades assumiu a forma de uma reconfiguração institucional, cujos efeitos se prolongaram pelas décadas seguintes. Ao relacionar a trajetória científica do IA com as transformações da Universidade e com os processos de musealização desenvolvidos no MCC, a tese amplia o conhecimento sobre a ciência universitária e os museus universitários no Brasil.

Palavras-chave: história da ciência; instituições científicas; museus universitários; musealização da ciência; Museu Câmara Cascudo.

**FROM THE INSTITUTE OF ANTHROPOLOGY TO THE CÂMARA CASCUDO MUSEUM:
SCIENTIFIC TRAJECTORIES IN RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL (1950-2010)**

Jacqueline Souza Silva

ABSTRACT

This thesis examines the trajectory of the Institute of Anthropology of the University of Rio Grande do Norte, later the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), from the circumstances preceding its establishment in 1960 to its transformation into the Câmara Cascudo Museum (MCC), formally enacted in 1973, and the institutional configurations it assumed until 2010. Drawing on institutional sources, publications, newspapers, photographs, and material evidence, the study reconstructs the formation of the Institute, its scientific activities, and the changes that accompanied the creation of the Museum. The research shows that the IA developed as a multidisciplinary scientific institution in which knowledge production was closely connected to the training of researchers, collective work, the formation of collections, and cooperation with other institutions. The creation of the MCC did not constitute a mere change of name, the abandonment of research, or the unaltered continuation of the Institute. The new configuration changed the institution's administrative position, redefined some of its functions, and gave greater prominence to its museological responsibilities, while preserving, to varying degrees, professionals, practices, infrastructure, collections, and previously established networks. This combination of change and continuity constituted an institutional reconfiguration whose effects extended over the following decades. By relating the scientific trajectory of the IA to transformations within the University and to the processes of musealisation developed at the MCC, the thesis broadens knowledge of university-based science and university museums in Brazil.

Keywords: history of science; scientific institutions; university museums; musealisation of science; Câmara Cascudo Museum.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE NATAL,.....	120
FIGURA 2 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFRN, LOCALIZADO NA AVENIDA SALGADO FILHO, LAGOA NOVA, 1966.....	121
FIGURA 3 - NOTÍCIA PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DE NATAL SOBRE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA URN, APRESENTADA DURANTE REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.	131
FIGURA 4 - ENTREVISTA DE CABRAL DE CARVALHO SOBRE O PROJETO DO “MUSEU DO HOMEM” EM NATAL.	133
FIGURA 5 - COMUNICADO DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA.	137
FIGURA 6 - PUBLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 2.694, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1960, QUE CRIOU O INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE.....	139
FIGURA 7 - ENTREVISTA DE CÂMARA CASCUDO APRESENTANDO OS OBJETIVOS DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA.	141
FIGURA 8 - ENTREVISTA DE CABRAL DE CARVALHO, NA QUAL DECLARA QUE O INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA	143
FIGURA 9 - EDIFÍCIO DA PRIMEIRA SEDE DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, SITUADO NA AV. HERMES DA FONSECA, Nº 961, NO BAIRRO DO TIROL. O INSTITUTO ESTEVE ESTABELECIDO NESSE LOCAL ENTRE 1962 E 1967.....	152
FIGURA 10 - PLANTA DO PISO TÉRREO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. 1967.....	160
FIGURA 11 - PLANTA DO PISO SUPERIOR DA NOVA SEDE DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. 1967.	160
FIGURA 12 - VISTA AÉREA DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, COM APROXIMADAMENTE 4 500 m ² DE ÁREA CONSTRUÍDA, NUM TERRENO DE QUASE 12 000 m ² . DÉCADA DE 1970.	160
FIGURA 13 - NOVO EDIFÍCIO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA. DÉCADA DE 1960.	162
FIGURA 14 - AULA DE ABERTURA DO CURSO “ACULTURAÇÃO INDÍGENA – MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA”, MINISTRADO PELO PROFESSOR EGON SCHADEN (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO), REALIZADO NA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NATAL ENTRE 15 E 25 DE JULHO DE 1964. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: PROFESSOR EGON SCHADEN (EM PÉ), REITOR ONOFRE LOPES, PROFESSOR JOSÉ NUNES CABRAL DE CARVALHO, CONVIDADO NÃO IDENTIFICADO E PROFESSOR VERÍSSIMO DE MELO.	173
FIGURA 15 - EQUIPA DE INVESTIGADORES DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, EM 1972. NA PRIMEIRA FILA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: RAIMUNDO TEIXEIRA DA ROCHA, MARILDA FERNANDES CARVALHO, JOSÉ NUNES CABRAL DE CARVALHO, SHEILA MARIA GARCIA CABRAL DE CARVALHO, MARIA DO SOCORRO VILELA BEZERRA DE ARAÚJO E VERÍSSIMO PINHEIRO DE MELO. NA SEGUNDA FILA, DA DIREITA PARA A ESQUERDA: JOSÉ SALIM, FRANCISCO RENATO DE SÁ BENEVIDES FILHO, PROTÁSIO PINHEIRO DE MELO, JOSÉ CRISPIM, MARIA INEZ MENDONÇA DE OLIVEIRA E LEON DINIZ DANTAS DE OLIVEIRA.	176
FIGURA 16 - LUÍS DA CÂMARA CASCUDO NA SUA BIBLIOTECA, EM NATAL. AO FUNDO, PARTE DO SEU ACERVO BIBLIOGRÁFICO, UTILIZADO NAS INVESTIGAÇÕES SOBRE FOLCLORE, HISTÓRIA E CULTURA BRASILEIRA. S/D.	184
FIGURA 17 - VERÍSSIMO DE MELO (AO CENTRO), AO LADO DO PESQUISADOR AUXILIAR RAIMUNDO TEIXEIRA DA ROCHA E DE UM INTEGRANTE DA IRMANDADE DO ROSÁRIO DOS PRETOS, DURANTE UMA EXPEDIÇÃO A JARDIM DO SERIDÓ (RN), EM NOVEMBRO DE 1963.....	187
FIGURA 18 - NIVALDO MONTE E VERÍSSIMO DE MELO NA JAZIDA OSTEOLÓGICA DA SERRA DO RONCA, SÃO TOMÉ, RIO GRANDE DO NORTE. EXPEDIÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, 2 DE JUNHO DE 1962.	189
FIGURA 19 - ANTÔNIO CAMPOS E SILVA EM TRABALHO DE CAMPO, REALIZANDO OBSERVAÇÕES GEOLÓGICAS NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE, S/D.	192
FIGURA 20 - ANTÔNIO CAMPOS E SILVA EM SEU GABINETE DE TRABALHO, S/D.	193
FIGURA 21 - ANTÔNIO CAMPOS E SILVA E JOSÉ NUNES CABRAL DE CARVALHO NA JAZIDA OSTEOLÓGICA DA SERRA DO RONCO, SÃO TOMÉ, RIO GRANDE DO NORTE. EXPEDIÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, 2 DE JUNHO DE 1962.	207
FIGURA 22 - À ESQUERDA, CATÁLOGO DA EMPRESA SUÍÇA SIBER HEGNER & CO. LTD.; À DIREITA, CRANIÓFORO DE MOLLISON, Nº 16 OU Nº 18 COMBINATION INSTRUMENT, E CRANIÓFORO CÚBICO, Nº 19, AMBOS FABRICADOS PELA SIBER HEGNER & CO. LTD. INSTRUMENTOS SOLICITADOS PARA O LABORATÓRIO DE ANTROPOMETRIA DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA FÍSICA DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA.....	209
FIGURA 23 - SUPLEMENTO ESPECIAL DO JORNAL A ORDEM COM O TÍTULO FOLGUEDOS POPULARES DO NATAL, COM TEXTO DE VERÍSSIMO DE MELO E ILUSTRAÇÕES DE NEWTON NAVARRO, IAPONÍ ARAÚJO E TARCÍSIO MOTTA.....	217
FIGURA 24 - REPORTAGEM “ELE PODE FALAR: VIVEU COM OS ÍNDIOS E SABE DE SUAS COISAS”, PUBLICADA NO JORNAL O POTI, EM 23 DE SETEMBRO DE 1973. O TEXTO, ASSINADO POR ANA MARIA COCENTINO, APRESENTA A TRAJETÓRIA DE	

RAIMUNDO TEIXEIRA DA ROCHA E AS SUAS INVESTIGAÇÕES ENTRE OS TIKUNA DO ALTO SOLIMÕES. AS IMAGENS MOSTRAM O PESQUISADOR JUNTO DE ARTEFACTOS INDÍGENAS POSTERIORMENTE INTEGRADOS NAS COLEÇÕES DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN.....	224
FIGURA 25 - PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO FINAL DO PRONAPA, EM WASHINGTON D.C., EM 1973. DA ESQUERDA PARA A DIREITA: MILLER, CHMYZ, NÁSSER, EVANS, MEGGERS, DIAS, PIAZZA, RAUTH, SIMÕES, BROCHADO, MARANCA E PEROTA.	228
FIGURA 26 - INSCRIÇÃO EM ROCHA NO OLHO D'ÁGUA DA ESCADA, MOSSORÓ (RN), INDICANDO OS NOMES DA EQUIPE DE PESQUISA (CABRAL DE CARVALHO, ANTÔNIO CAMPOS, MARIA INÊS MENDONÇA, MANOEL DAYLOR, DÁRIO DANTAS, LEON DINIZ, RAIMUNDO TEIXEIRA, MARINHO, NOME NÃO IDENTIFICADO). 11 DE OUTUBRO DE 1965.	231
FIGURA 27 - ATIVIDADES DE CAMPO NA CAVERNA OLHO D'ÁGUA DA ESCADA, MOSSORÓ (RN), OUTUBRO DE 1965:	232
FIGURA 28 - CABRAL DE CARVALHO COM MATERIAL FÓSSIL COLETADO NA CAVERNA OLHO D'ÁGUA DA ESCADA.	234
FIGURA 29 - ATIVIDADES DE CAMPO NA FAZENDA LÁJEA FORMOSA, SÃO RAFAEL (RN), JANEIRO DE 1966:	236
FIGURA 30 - ANTÔNIO CAMPOS E, POSSIVELMENTE, MARIA INÊS DE MENDONÇA EM ATIVIDADE NO DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN, DÉCADAS DE 1960–1970.	242
FIGURA 31 - ILUSTRAÇÕES CIENTÍFICAS DE CONCHAS MARINHAS ELABORADAS POR TARCÍSIO MOTA, RESPONSÁVEL PELA SEÇÃO DE DESENHOS, RESTAURAÇÕES E MONTAGENS DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN: XANCUS LAEVIGATUS (À ESQUERDA) E STROMBUS GOLIATH (À DIREITA).	247
FIGURA 32 - MARY E GEORGE KLINE COM INTEGRANTES DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN, EM 1963. DA ESQUERDA PARA A DIREITA, EM PÉ: MARY KLINE, CABRAL DE CARVALHO, GEORGE KLINE, PROTÁSIO DE MELO, MANOEL DAYLOR, LEON DINIZ E UMA PESSOA NÃO IDENTIFICADA; ABAIXO, RAIMUNDO TEIXEIRA E ANTÔNIO CAMPOS. A QUALIDADE DA REPRODUÇÃO ORIGINAL LIMITA A IDENTIFICAÇÃO DE TODOS OS INDIVÍDUOS. FONTE: JORNAL A ORDEM, NATAL, 14 DE DEZEMBRO DE 1963. ACERVO DIGITAL DA HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO; COLORIZAÇÃO DIGITAL POR GEMINI-AI.	248
FIGURA 33 - MARY E GEORGE KLINE, EM 1964. SOBRE A MESA ENCONTRAM-SE CONCHAS, LIVROS E PRANCHAS ILUSTRADAS, ALÉM DE UMA GARRAFA ARTESANAL DE AREIA COLORIDA DE TIBAU E UM OBJETO DE MADEIRA POSSIVELMENTE IDENTIFICÁVEL COMO EX-VOTO.	251
FIGURA 34 - PROTÁSIO DE MELO JUNTO DA COLEÇÃO DE MOLUSCOS DA SEÇÃO DE MALACOLOGIA DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, DÉCADA DE 1960.	253
FIGURA 35 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SEDIADOS NO BRASIL PARA OS QUAIS FORAM IDENTIFICADOS REGISTOS DE COMUNICAÇÃO DO IA (1962–1973).	262
FIGURA 36 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SEDIADOS NO EXTERIOR PARA OS QUAIS FORAM IDENTIFICADOS REGISTOS DE COMUNICAÇÃO DO IA (1962–1973).	262
FIGURA 37 - VOLKSWAGEN KOMBI DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA EM ATIVIDADE DE CAMPO NA CAVERNA OLHO D'ÁGUA DA ESCADA, MOSSORÓ (RN), OUTUBRO DE 1965.	280
FIGURA 38 - ANTÔNIO CAMPOS E SILVA E JOSÉ NUNES CABRAL DE CARVALHO NA JAZIDA OSTEOLÓGICA DA SERRA DO RONCA, PEDRA DOS OSSOS, SÃO TOMÉ (RN). EXPEDIÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, 2 DE JUNHO DE 1962.	298
FIGURA 39 - MEDALHA CULTURAL CÂMARA CASCUDO	304
FIGURA 40 - RESOLUÇÃO Nº 81/73 – CONSUNI, DE 4 DE OUTUBRO DE 1973. DOCUMENTO EMITIDO PELO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFRN, QUE OFICIALIZA A CRIAÇÃO DO MUSEU CÂMARA CASCUDO COMO UNIDADE VINCULADA À UNIVERSIDADE, DESTINADA A MANTER O ACERVO DO EXTINTO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA.	338
FIGURA 41 - PRÉDIO DO MUSEU CÂMARA CASCUDO, DÉCADA DE 1970.	350

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTRUTURA DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA UFRN APROVADA EM 1970.	165
TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DO CORPO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA URN EM MAIO DE 1964.	197
TABELA 3 - INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SEDIADOS NO BRASIL PARA OS QUAIS FORAM IDENTIFICADOS REGISTOS DE COMUNICAÇÃO DO IA (1962–1973)	260
TABELA 4 - INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS SEDIADOS NO EXTERIOR PARA OS QUAIS FORAM IDENTIFICADOS REGISTOS DE COMUNICAÇÃO DO IA (1962–1973)	261
TABELA 5 - MODALIDADES DOCUMENTADAS DE RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA (1962–1973.	264
TABELA 6 - DIMENSÕES DE ANÁLISE DAS DESPESAS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS DOCUMENTADAS NO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA (1962–1973).....	268
TABELA 7 - ESBOÇO DO ORGANOGRAMA DA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA EM INSTITUTO DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UFRN (1966)	311
TABELA 8 - COMPOSIÇÃO E SITUAÇÃO FUNCIONAL DO QUADRO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA EM DEZEMBRO DE 1965.	314
TABELA 9 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUSEU CÂMARA CASCUDO PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO DE 1974	348
TABELA 10 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PREVISTA NO REGIMENTO INTERNO DO MUSEU CÂMARA CASCUDO DE 1979, COM AS ALTERAÇÕES DE 1981	355

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE TABELAS	9
1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema, objeto, problema e recorte.....	13
1.2 Enquadramento historiográfico e conceitos de análise.....	18
1.3 Metodologia e fontes	31
1.4 Estrutura da tese.....	37
2. CIÊNCIA, UNIVERSIDADES E POLÍTICAS CIENTÍFICAS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS NACIONAIS E A INSERÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (1950–1970).....	40
2.1 O desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil no pós-guerra	41
2.1.1 Políticas públicas de ciência e tecnologia: institucionalização e agendas nacionais	44
2.1.2 Expansão do ensino superior e criação das universidades públicas.....	51
2.1.3 A universidade como espaço estruturado de pesquisa científica	59
2.2 A ciência e o ensino superior no Rio Grande do Norte	65
2.2.1 A criação da Universidade do Rio Grande do Norte e a institucionalização da investigação científica	73
2.3 A URN e as experiências institucionais de investigação científica no Rio Grande do Norte.....	87
2.3.1 O Museu de Geografia e o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas na Faculdade de Filosofia da URN	89
2.3.2 A proposta de um Museu Etnográfico na Faculdade de Filosofia de Natal	100
2.3.3 O Centro de Estudos Regionais e a renovação dos estudos geográficos na Faculdade de Filosofia de Natal	107
2.3.4 O Instituto Anatômico na Faculdade de Farmácia e Odontologia	115
2.4 Ciência em construção: experiências precursoras e condições de possibilidade do Instituto de Antropologia	122
3. O INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DE NATAL: ORIGEM, ESTRUTURA E PRÁTICAS CIENTÍFICAS (1960-1973).....	130
3.1 A Fundação do Instituto de Antropologia da URN em Natal	131
3.1.1 Missão institucional e configuração científica do Instituto de Antropologia.	140
3.1.3 Formação científica e relações do Instituto de Antropologia com o ensino universitário	169

3.1.4 Trajetórias científicas, posições institucionais e redes de atuação no IA	181
3.2 O Instituto de Antropologia como Espaço de Produção Científica (1960–1973)	204
3.2.1 Antropologia física: trabalho de campo, laboratório e diversificação metodológica ...	205
3.2.2 Antropologia cultural e arqueologia: entre as práticas culturais regionais e as redes de colaboração científica	216
3.2.3 Paleontologia e geociências: trabalho de campo, especialização e cooperação científica	229
3.2.4 Malacologia: coleções, trabalho de campo e circulação transnacional	244
3.2.5 Construção e limites de um projeto científico (1960–1973)	255
3.3 Redes de cooperação, financiamento e condições materiais da investigação no Instituto de Antropologia (1962–1973)	257
3.3.1 Comunicação, intercâmbio e cooperação: modalidades de relações interinstitucionais	259
3.3.2 Seguir o rasto do dinheiro: financiamento e condições materiais das práticas científicas	267
4. RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL: DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA AO MUSEU CÂMARA CASCU DO (1962–2010).....	294
4.1 O Instituto de Antropologia em disputa: autoridade científica e reconfiguração universitária	295
4.1.1 Ruturas no núcleo fundador e disputas de autoridade (1962–1964)	296
4.1.2 A denominação do Instituto e a disputa pelo seu enquadramento científico (1965–1966)	306
4.1.3 Vínculos profissionais e tentativas de enquadramento dos investigadores (1963–1974)	313
4.1.4 Reforma universitária e reconfiguração do Instituto de Antropologia (1968–1974)	325
4.2 A transformação do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo: negociações e continuidades institucionais (1973–1974)	333
4.2.1 Da defesa do Instituto à proposta do Museu Câmara Cascudo	333
4.2.2 Criação e enquadramento institucional do Museu Câmara Cascudo	337
4.2.3 Continuidade científica e tensões institucionais em 1974	341
4.2.4 Musealização da ciência e reconfiguração institucional	344
4.3 O Museu Câmara Cascudo entre consolidação e descontinuidades (1974–2010) ...	346
4.3.1 Regimentos, organização e atividade científica no primeiro ciclo do MCC (1974–1981)	347
4.3.2 Investigação, formação e propostas de reorganização institucional (1982–1998)	358
4.3.3 Museus universitários, memória e construção de uma política museológica na UFRN (2000–2010)	373
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	380
FONTES.....	396
REFERÊNCIAS	431

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema, objeto, problema e recorte

Esta tese — *De Instituto de Antropologia a Museu Câmara Cascudo: trajetórias científicas no Rio Grande do Norte, Brasil (1950–2010)* — tem como objetivo principal analisar historicamente o processo de criação e desenvolvimento do Instituto de Antropologia (IA) da Universidade do Rio Grande do Norte, posteriormente Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a sua descontinuação como unidade institucional e o processo que conduziu à sua transformação no Museu Câmara Cascudo (MCC), formalizada em 1973. A investigação examina as dinâmicas institucionais, políticas, científicas e sociais envolvidas nesse percurso, articulando as condições internas da instituição às transformações da Universidade, às políticas científicas e universitárias e às circunstâncias específicas do Rio Grande do Norte.

O objeto da investigação compreende, portanto, a trajetória articulada de duas configurações institucionais sucessivas: o Instituto de Antropologia, criado em 1960, e o Museu Câmara Cascudo, instituído em 1973. Sem limitar à reconstituição da sucessão de atos administrativos que lhes deram forma, procura-se compreender como se organizaram as atividades científicas, as equipes e os recursos materiais da instituição, bem como as relações que esta estabeleceu com a Universidade e com outros organismos científicos e culturais.

A passagem de instituto de investigação a museu constitui o problema histórico central desta trajetória. A mudança de denominação e de enquadramento administrativo não permite, por si só, compreender o que se alterou na organização da instituição, nas suas atividades e nas formas de utilização, preservação e comunicação das coleções. Também não autoriza a interpretar a criação do MCC como consequência

natural do desenvolvimento do IA, como abandono da investigação ou como substituição linear de uma instituição científica por uma instituição museológica. Compreender esse processo exige examinar as condições em que ambas as instituições funcionaram, as negociações que acompanharam as mudanças administrativas e as formas pelas quais diferentes atividades foram mantidas, modificadas ou reorganizadas ao longo do tempo.

A investigação concentra-se no estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil, sobretudo em Natal, onde se localizavam a Universidade e as sedes ocupadas pelo Instituto e pelo Museu. Essa delimitação não encerra, contudo, o objeto nos limites locais. As atividades do IA e do MCC envolveram trabalhos de campo em diferentes municípios, deslocamentos de investigadores e relações com universidades, museus, agências de fomento, sociedades científicas e outros organismos situados no Brasil e no exterior. O estudo parte, assim, das condições específicas do Rio Grande do Norte, mas considera as redes mais amplas nas quais circulavam pessoas, publicações, objetos, instrumentos e conhecimentos.

O recorte temporal inicia-se em 1950, uma década antes da criação formal do Instituto de Antropologia. Esse recuo permite examinar a expansão das faculdades e escolas de ensino superior em Natal no período do pós-guerra, a formação da Universidade do Rio Grande do Norte, em 1958, e as experiências científicas, educativas e colecionistas que antecederam o IA. Permite ainda acompanhar a atuação dos intelectuais e profissionais que participaram da constituição da Universidade e da formulação de projetos dedicados à investigação científica no estado.

O início do recorte na década de 1950 evita, desse modo, apresentar o Instituto como resultado de um ato fundador isolado. A sua criação relacionou-se com a formação de espaços de ensino e investigação, com iniciativas desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas e com a circulação de modelos de organização científica e universitária. A análise dessas condições anteriores é necessária para compreender tanto os objetivos inicialmente atribuídos ao IA como as possibilidades materiais e institucionais de que dispunham os seus organizadores.

Criado em 1960, o Instituto reuniu investigadores de diferentes áreas e articulou a produção de conhecimento com a formação científica e a constituição de coleções. O trabalho de campo, as publicações e os intercâmbios com outras instituições integravam essa atuação. A diversidade dessas práticas fez do IA uma unidade distinta das faculdades então existentes, embora dependente da estrutura administrativa, dos recursos e das decisões da Universidade. As relações entre essa configuração multidisciplinar e as formas de organização universitária constituem uma das questões examinadas ao longo da tese.

A década de 1960 foi também marcada por mudanças expressivas nas universidades brasileiras. A expansão da pós-graduação e das políticas de apoio à ciência coincidiu, a partir de 1964, com a repressão política e as restrições à autonomia acadêmica impostas pelo regime militar. A Reforma Universitária de 1968 reorganizou as universidades, extinguiu as cátedras e adotou os departamentos como unidades básicas da estrutura acadêmica. Na UFRN, a implementação dessas mudanças interferiu no enquadramento de uma unidade multidisciplinar como o Instituto de Antropologia e constitui, por isso, um elemento importante para compreender a sua posterior transformação institucional (Freire Júnior 2009, 482; Motoyama, Queiroz e Vargas 2004, 320; Schwartzman 1995, 8).

É nesse contexto que se situa a descontinuação do Instituto de Antropologia como unidade institucional e a criação do Museu Câmara Cascudo, formalizada pela UFRN em 1973. A documentação administrativa não oferece uma explicação única e conclusiva para esse processo. Atas, resoluções, regimentos, correspondência e outros registos permitem, contudo, acompanhar as mudanças na estrutura universitária, as disputas em torno do enquadramento do Instituto e as negociações relativas à continuidade das atividades, à situação dos profissionais e ao destino das coleções.

O ano de 1973 constitui, assim, um momento decisivo, mas não o termo final do percurso analisado. A transformação do IA em MCC não se completou num único ato administrativo. A definição da organização, das competências e da posição do Museu no interior da UFRN prolongou-se pelas décadas seguintes, durante as quais se sucederam

regimentos, propostas de reorganização e discussões sobre o enquadramento dos seus profissionais e atividades.

A análise estende-se, por essa razão, até 2010. Esse limite permite acompanhar o funcionamento do MCC como museu universitário, as suas relações com as estruturas académicas e administrativas da UFRN e as iniciativas formuladas para coordenar os museus da Universidade. Permite também considerar a ampliação, durante a década de 2000, das políticas federais dirigidas ao setor museológico, entre as quais a Política Nacional de Museus, o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus.¹

O ano de 2010 corresponde, portanto, a um limite analítico, e não à conclusão dos processos estudados. No final da década de 2000, a memória institucional, os acervos e os museus ocupavam um lugar mais definido no planeamento cultural e extensionista da UFRN. A formulação de instrumentos permanentes de coordenação e de uma política museológica para a Universidade, contudo, prosseguiu para além do período abrangido pela tese.

A transformação administrativa do Instituto em Museu deve ainda ser distinguida da musealização das suas coleções. A primeira diz respeito à mudança da configuração institucional e da posição ocupada pela unidade na Universidade. A segunda refere-se aos processos de seleção, incorporação, documentação, preservação, interpretação e comunicação dos objetos. Embora relacionadas, essas duas dimensões não ocorreram necessariamente ao mesmo tempo nem produziram efeitos uniformes sobre as diferentes coleções e atividades.

Diante desse percurso, o problema central da investigação pode ser formulado nos seguintes termos: como se constituíram e se transformaram as condições institucionais, científicas e materiais de funcionamento do Instituto de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo entre 1950 e 2010, particularmente durante o processo que conduziu à passagem de uma configuração institucional para a outra?

¹ Brasil, Ministério da Cultura, *Política Nacional de Museus: memória e cidadania* (Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2003). Ver também Brasil, Decreto n.º 5.264, de 5 de novembro de 2004, que institui o Sistema Brasileiro de Museus; Brasil, Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus; e Brasil, Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus — Ibram.

A partir desse problema, a tese procura responder a quatro questões principais. Que condições políticas, universitárias, intelectuais e materiais tornaram possível a criação do Instituto de Antropologia? Como se organizaram as suas atividades científicas, a formação dos investigadores e as relações de cooperação estabelecidas com outras instituições? Que mudanças na UFRN e que negociações institucionais acompanharam a transformação do IA em MCC? De que modo a nova configuração administrativa e museológica incidiu sobre o funcionamento da instituição até 2010?

A investigação sustenta que a criação do Museu Câmara Cascudo não representou uma rutura completa com o Instituto de Antropologia, mas também não correspondeu à simples continuidade das suas atividades sob uma nova denominação. A mudança alterou o enquadramento administrativo, funcional e museológico da instituição, ao mesmo tempo que preservou, em diferentes graus, práticas, profissionais, infraestruturas e relações de cooperação anteriormente constituídas. É nesse sentido que o processo é aqui compreendido como uma reconfiguração institucional, cujas formas, limites e consequências serão examinados ao longo dos capítulos.

O objetivo geral da tese consiste em analisar historicamente essa trajetória, relacionando a organização das atividades científicas e museológicas com as transformações da Universidade e com as condições em que a investigação se desenvolveu no Rio Grande do Norte. Para alcançar esse objetivo, procura-se: contextualizar as experiências que antecederam a criação do IA; reconstruir a sua organização e as atividades nele desenvolvidas; analisar a formação dos investigadores, as redes de cooperação e as condições materiais da investigação; examinar as mudanças administrativas que acompanharam a transformação em MCC; e compreender a posição assumida pelo Museu nas estruturas da UFRN até 2010.

A relevância do estudo decorre, em primeiro lugar, da possibilidade de analisar a constituição da ciência universitária a partir de uma instituição situada fora dos espaços mais frequentemente privilegiados pela historiografia brasileira. O caso do Rio Grande do Norte permite observar como políticas nacionais, iniciativas locais, redes científicas e recursos institucionais se articularam numa universidade em formação, sem reduzir

essa experiência a uma narrativa de atraso ou ausência em relação aos principais centros acadêmicos.

A tese contribui também para aproximar a História da Ciência, a História das Instituições Científicas, a História das Universidades e a Museologia. Essa articulação permite analisar, de forma conjunta, a organização institucional, as práticas de produção do conhecimento e os seus suportes humanos e materiais. Permite ainda compreender os museus universitários não apenas como espaços de preservação e exposição, mas como instituições historicamente ligadas à investigação, à formação e à comunicação científica.

Por fim, o estudo amplia as investigações já realizadas sobre o Instituto de Antropologia e o Museu Câmara Cascudo. Trabalhos anteriores examinaram aspectos relevantes da criação do IA, das coleções arqueológicas e antropológicas, das exposições, da ação educativa e do funcionamento do Museu. A presente investigação retoma essas contribuições e procura relacioná-las com um conjunto mais amplo de fontes e problemas, situando a trajetória institucional do IA e do MCC nos debates sobre a ciência universitária, as redes de cooperação, as condições materiais da investigação e a musealização da ciência.

A análise desses problemas exige situar o estudo no desenvolvimento da historiografia das instituições científicas, dos museus e das experiências regionais de produção do conhecimento. A seção seguinte apresenta esse enquadramento e explicita os principais conceitos mobilizados na investigação.

1.2 Enquadramento historiográfico e conceitos de análise

A transformação do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo levanta uma questão central para esta investigação: como interpretar historicamente a passagem de uma unidade dedicada à investigação científica para um museu universitário? Criado em 1960, num período em que a própria Universidade ainda estruturava as suas atividades de investigação, o IA dedicou-se à prática científica e estabeleceu relações de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras. A

criação do MCC, em 1973, exige, por isso, examinar o que se alterou na posição administrativa, nas funções e nas práticas da instituição, bem como aquilo que permaneceu ao longo desse processo.

Para compreender esse processo, não basta acompanhar a sucessão de atos administrativos ou comparar as atribuições formais do Instituto e do Museu. É necessário considerar o modo como as instituições organizam a atividade científica e condicionam as possibilidades do seu desenvolvimento. A História das Instituições Científicas oferece, por isso, um enquadramento particularmente relevante para esta análise. Os estudos desenvolvidos nesse campo mostraram que universidades, laboratórios, institutos, museus e sociedades científicas não funcionam apenas como cenários onde os investigadores realizam o seu trabalho: distribuem recursos e competências, estabelecem normas, organizam carreiras e participam na legitimação de determinadas práticas e formas de conhecimento (Mendelsohn 1977, 4–6; Pyenson e Sheets-Pyenson 1999, 73–75; Furman e Stern 2011, 1934–36, 1958).

Essa perspectiva permite examinar o Instituto de Antropologia sem reduzir a sua história à sucessão dos dirigentes, dos regulamentos ou das posições ocupadas no organograma universitário. Esses elementos são relevantes, mas não esgotam a vida institucional. A existência do IA dependia igualmente das condições de trabalho oferecidas aos investigadores, da obtenção de recursos, da constituição de equipas e da capacidade de estabelecer relações com outras unidades da Universidade e com instituições científicas externas.

O conceito de institucionalização da ciência oferece, nesse sentido, um primeiro instrumento de análise. Silvia Figueirôa (1997, 24) define a institucionalização como o processo de implantação, desenvolvimento e consolidação das atividades científicas num contexto histórico e geográfico determinado. Essa formulação é particularmente útil para compreender a criação do IA, desde que não se pressuponha uma trajetória linear de progressiva consolidação institucional.

No caso estudado, a institucionalização não correspondeu a uma sequência contínua de crescimento e consolidação. A estrutura do Instituto foi sendo construída por meio de decisões administrativas, solicitações de recursos, contratação e

preparação de profissionais, organização de espaços e estabelecimento de relações de cooperação. Essas condições modificaram-se ao longo do tempo e foram afetadas pela reorganização da Universidade. A análise interessa-se, portanto, tanto pelas tentativas de conferir estabilidade à instituição como pelas alterações que redefiniram a sua posição, as suas competências e as condições de continuidade das atividades científicas.

Essa forma de compreender as instituições distingue-se de uma história que as toma como entidades estáveis ou plenamente constituídas desde a sua fundação. As instituições científicas resultam de relações sociais e políticas que precisam de ser continuamente mantidas e negociadas. Mesmo quando os regulamentos lhes atribuem competências definidas, a capacidade de as exercer depende da disponibilidade de profissionais, financiamento, instalações e reconhecimento institucional (Currie et al. 2021, 2–4; Mohr e White 2008, 485–90).

Essa distinção entre estrutura formal e funcionamento efetivo é central para a trajetória do IA/MCC. Os atos administrativos permitem identificar a criação, a transformação e as sucessivas tentativas de regulamentação da instituição. Não demonstram, contudo, que todas as estruturas previstas tenham sido imediatamente implantadas, nem que as práticas desenvolvidas tenham seguido de forma automática as definições estabelecidas nos documentos normativos. A tese procura, por isso, confrontar o enquadramento formal com as condições concretas em que a instituição funcionou.

A historiografia da ciência no Brasil fornece um segundo ponto de apoio para essa análise. Durante parte do século XX, as interpretações sobre a formação da ciência brasileira atribuíram especial importância à criação das universidades e à atuação de determinados cientistas e instituições. Em *As Ciências no Brasil*, Fernando de Azevedo (1955) associou a formação da ciência moderna no país, em grande medida, à criação da Universidade de São Paulo, em 1934.

Essa cronologia foi posteriormente revista por estudos que identificaram práticas de investigação em instituições anteriores às universidades da década de 1930. Ao analisar o Instituto Oswaldo Cruz, Nancy Stepan (1976, 15) mostrou que a institucionalização da investigação científica dependia de circunstâncias políticas,

profissionais e institucionais que não se limitavam ao espaço universitário. José Murilo de Carvalho (1978), por sua vez, examinou a Escola de Minas de Ouro Preto como lugar de implantação das ciências no século XIX, enquanto Simon Schwartzman (1979) procurou reconstruir a formação da comunidade científica brasileira e as suas relações com o ensino superior e o Estado.

A coleção *História das Ciências no Brasil*, organizada por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama entre 1979 e 1981, ampliou esse movimento ao reunir estudos sobre diferentes disciplinas e instituições (Ferri e Motoyama 1979–1981). Em conjunto, esses trabalhos contribuíram para mostrar que a produção científica brasileira se desenvolveu em espaços institucionais diversos e que a sua história não poderia ser explicada apenas a partir da criação das universidades mais conhecidas.

Esse deslocamento historiográfico é importante para a análise do Instituto de Antropologia. Embora criado no interior de uma universidade, o IA não se organizou como departamento acadêmico nem se limitou às atividades de ensino. A investigação desenvolvida no Instituto dependia de uma configuração própria, que combinava estruturas universitárias com formas de trabalho presentes em institutos de investigação e museus científicos. Compreender essa configuração exige, portanto, considerar também os estudos que reconheceram os museus como espaços de produção de conhecimento.

Essa perspectiva ganhou maior expressão na historiografia brasileira a partir da década de 1990. Em *O espetáculo das raças*, Lilia Schwarcz (1993) analisou as relações entre cientistas, instituições e teorias raciais no Museu Nacional, no Museu Paulista e no Museu Paraense Emílio Goeldi, evidenciando a participação desses espaços na produção e na circulação do conhecimento científico. Os museus deixavam, assim, de ser considerados apenas como lugares de acumulação e exposição de objetos.

Maria Margaret Lopes (1997) aprofundou essa leitura em *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Ao examinar os museus de história natural brasileiros do século XIX, mostrou que as coleções, as viagens, os sistemas de classificação e as práticas de intercâmbio constituíam componentes fundamentais da investigação científica. No mesmo período, Figueirôa (1997, 25, 233). analisou escolas e museus relacionados com

as ciências geológicas, aproximando a história institucional das práticas concretas dos cientistas, como os cursos, as expedições e a organização de coleções.

Esses estudos ajudam a evitar uma oposição rígida entre instituto científico e museu. No caso do IA/MCC, essa oposição seria especialmente problemática, porque a investigação, as coleções e as exposições já se encontravam relacionadas antes da criação formal do Museu. A transformação de 1973 alterou o enquadramento da instituição, mas não inaugurou a presença de objetos, práticas de conservação ou atividades de comunicação pública.

O caso do IA/MCC amplia esse debate em duas direções: cronológica e espacial. Ao acompanhar uma instituição universitária situada no Rio Grande do Norte durante a segunda metade do século XX, a tese afasta-se do recorte predominante de muitos estudos de referência, centrados no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sobretudo em instituições do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais e, em menor proporção, do Pará. Essa concentração reflete, em parte, a distribuição historicamente desigual dos recursos e das estruturas científicas no país, mas também influenciou os espaços e os agentes mais frequentemente privilegiados pela historiografia.

A necessidade de alargar esse quadro começou a ganhar maior expressão em trabalhos dedicados à diversidade dos espaços científicos brasileiros. A coletânea *Espaços da Ciência no Brasil*, organizada por Maria Amélia Mascarenhas Dantes (2001, 13–14), mostrou que a atividade científica se desenvolveu em instituições de natureza distinta e em estreita relação com os contextos sociais em que estavam inseridas. Embora os estudos reunidos ainda se concentrem majoritariamente em instituições do Rio de Janeiro e de São Paulo, a obra contribuiu para ampliar o campo de observação e evidenciou a importância de investigar outras configurações institucionais e regionais.

A ampliação geográfica, contudo, não deve consistir apenas em acrescentar novos casos a uma narrativa previamente definida a partir dos principais centros científicos. Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (2021, 6) adverte para os limites de enquadramentos construídos por pares como centro e periferia, presença e ausência ou desenvolvimento e subdesenvolvimento. Quando utilizados de forma rígida, esses

pares fazem com que instituições situadas fora dos centros mais conhecidos sejam avaliadas sobretudo por aquilo que lhes faltava.

A trajetória do Instituto de Antropologia exige, por isso, uma escala de análise que não reduza Natal à condição de centro ou periferia científica. Interessa compreender como a investigação foi organizada no Rio Grande do Norte, que recursos puderam ser mobilizados e de que modo as relações estabelecidas com outras instituições ampliaram ou limitaram as possibilidades de atuação do IA. Essa perspectiva reconhece as desigualdades de financiamento, infraestrutura e reconhecimento, mas evita convertê-las numa explicação suficiente para toda a trajetória institucional.

Esse modo de abordar o caso aproxima-se de estudos que tomaram a escala regional como ponto de observação, sem isolar as instituições dos processos nacionais e das redes científicas mais amplas. Em *Conhecimento e fronteira*, Priscila Faulhaber e Peter Mann de Toledo (2001) reuniram investigações sobre a ciência na Amazônia, com particular atenção ao Museu Paraense Emílio Goeldi e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. A coletânea mostrou como condições locais, políticas institucionais e relações com outros centros de investigação se combinaram na configuração das práticas científicas desenvolvidas na região.

Em *Histórias de uma ciência regional*, Fabiano Ardigó (2011, 14–15) e os demais autores da coletânea adotaram uma orientação semelhante ao analisarem instituições e cientistas no Paraná. Em vez de procurar medir a distância de Curitiba em relação a um centro idealizado, os estudos reconstruíram os territórios sociais e institucionais nos quais aquelas práticas adquiriram sentido. A perspectiva regional funcionou, nesse caso, não como delimitação fechada, mas como escala de observação.

No campo da Museologia, *Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil* reuniu estudos sobre instituições, agentes e práticas museológicas desenvolvidas em diferentes estados nordestinos. A coletânea demonstrou que essas experiências só podem ser compreendidas quando relacionadas com os seus contextos sociais, políticos e culturais, sem as reduzir a versões incompletas de modelos instituídos noutros lugares (Lopes 2020, 10, 19).

Essa discussão aproxima-se das críticas dirigidas à predominância de uma “historiografia sudestina” e ao “rio-centrismo” na construção das narrativas nacionais (Mello 2014, 12; Schwarcz 2022, 105). O problema não reside na relevância histórica das instituições situadas no Sudeste, mas na tendência para converter as suas experiências em medida geral e relegar processos ocorridos noutras regiões à condição de episódios locais.

O estudo do IA/MCC participa desse esforço de ampliação, mas sem tratar o Rio Grande do Norte como um espaço isolado. Desde os primeiros anos, o Instituto estabeleceu relações com organismos situados em diferentes regiões do Brasil e no exterior, entre os quais o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Smithsonian e a Academia de Ciências da Filadélfia. Essas relações inseriam o IA em circuitos mais amplos de cooperação e intercâmbio, nos quais circulavam pessoas, publicações, materiais científicos, técnicas e informações.

É nesse ponto que os conceitos de rede e circulação se tornam particularmente úteis. Em vez de limitar a análise ao funcionamento interno da instituição, essa perspectiva permite acompanhar as relações que sustentavam parte das suas atividades e observar como pessoas, publicações, técnicas e materiais científicos circulavam entre diferentes contextos. Permite ainda compreender que essas trocas não consistiam apenas na transmissão de conhecimentos já constituídos, mas participavam da sua própria produção e transformação (Naylor 2005, 1–2, 6–7, 11–12; MacLeod 2000, 6; Secord 2004, 654–58, 664–67).

É precisamente essa dimensão que Kapil Raj (2007, 1-26) coloca em evidência ao mostrar que a circulação do conhecimento se constrói nas relações entre os participantes, por meio de processos de negociação, adaptação e apropriação, atravessados por assimetrias. Aplicada ao Instituto de Antropologia, essa abordagem permite analisar as suas relações com outras instituições sem as reduzir a uma posição passiva de dependência nem as tomar apenas como indicadores de reconhecimento científico.

No caso do IA, a correspondência e os intercâmbios estabelecidos com outras instituições serviam a diferentes finalidades, entre as quais a obtenção de publicações e

orientações técnicas, a identificação de materiais, a realização de estágios, a organização de trabalhos conjuntos e a solicitação de equipamentos. A análise dessas relações procura compreender o que circulava, quem nelas participava e que possibilidades se abriam para o Instituto. Considera também que a cooperação se desenvolvia entre instituições com condições desiguais de acesso a recursos, reconhecimento científico e poder de iniciativa (Lopes, Lacerda e Simões 2024, 339, 344–45).

Essas relações institucionais dependiam da atuação de diferentes pessoas. Embora a documentação dê maior visibilidade aos dirigentes, aos responsáveis pelos projetos e aos autores das publicações, o trabalho científico envolvia também investigadores auxiliares, técnicos, estudantes e outros colaboradores. A análise das redes conduz, por isso, à dimensão coletiva da ciência e ao problema da representação desigual dos seus participantes nas fontes.

Steven Shapin (1989, 554–63) mostrou que muitas das tarefas indispensáveis à produção do conhecimento permanecem pouco visíveis nas narrativas centradas nos cientistas mais reconhecidos. No âmbito dos museus científicos, Elisabete Pereira (2017, 15–20, 23–27, 32–35) chamou igualmente a atenção para a diversidade de intervenientes envolvidos na recolha, preparação, classificação e circulação dos materiais estudados. Esses contributos orientam uma leitura da documentação atenta não apenas aos nomes mais recorrentes, mas também às formas de trabalho que sustentavam as atividades da instituição.

No caso do IA/MCC, essa perspetiva permite reconhecer a importância dos seus fundadores e dirigentes sem lhes atribuir isoladamente a realização do projeto institucional. Luís da Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo Pinheiro de Melo e Nivaldo Monte tiveram um papel decisivo na criação do Instituto, mas o desenvolvimento das atividades dependeu de uma equipa mais ampla, cuja composição se alterou ao longo do tempo. A tese procura identificar esses participantes sempre que a documentação o permite, sem preencher por inferência os silêncios e as lacunas das fontes.

A maior ou menor visibilidade desses participantes relaciona-se não apenas com a documentação disponível, mas também com os recortes adotados pelos estudos anteriores. A trajetória do Instituto de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo já foi examinada em diferentes investigações, que privilegiaram períodos, coleções, áreas científicas e dimensões museológicas específicas. A análise dessa produção permite reconhecer as suas contribuições e, ao mesmo tempo, situar com maior precisão os problemas que permanecem por aprofundar.

Entre os primeiros trabalhos dedicados diretamente ao Instituto encontra-se a monografia de Aline Gurgel da Silva (2008), *Instituto de Antropologia: história e memória de um itinerário científico-cultural da URN*. A autora analisou a origem do IA e a sua atuação entre 1960 e 1965, com particular atenção ao desenvolvimento da antropologia e à relação do Instituto com a posterior criação do Museu Câmara Cascudo. O estudo constituiu uma das primeiras reconstruções acadêmicas da trajetória inicial da instituição.

A relação entre o Instituto e o Museu foi aprofundada por Jailma da Silva Medeiros Santos (2010) em *A construção do Museu Câmara Cascudo*. Ao examinar a formação do MCC e a trajetória dos seus acervos, a autora reuniu informações relevantes sobre as investigações que estiveram na origem das coleções e sobre a sua incorporação no Museu. O trabalho permitiu, assim, aproximar a história administrativa da instituição da formação dos seus acervos científicos.

Partindo de um problema distinto, a dissertação *Instituto de Antropologia: um espaço para a ciência no Rio Grande do Norte* deslocou a atenção para as condições sociais e institucionais que tornaram possível a criação do IA. O estudo analisou a atuação de Luís da Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo Pinheiro de Melo e Nivaldo Monte, procurando compreender o Instituto como espaço de produção científica, e não apenas como antecedente do MCC (Silva 2014). Essa investigação constituiu o ponto de partida direto da presente tese, que amplia o recorte temporal, o conjunto documental e os problemas analisados, acompanhando a instituição desde os antecedentes da sua criação até às décadas posteriores à formação do Museu.

A dimensão científica das coleções arqueológicas recebeu particular atenção na dissertação de Raquel Barros dos Santos (2013), *Antropologia, Arqueologia e Identidade no Nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960–1973)*. A autora relacionou a formação do património arqueológico e antropológico com as investigações realizadas pelo IA e incorporou à análise um depoimento de Nássaro de Souza Nasser, cujas informações acrescentaram elementos sobre as práticas e as condições de trabalho dos investigadores.

A trajetória de Nássaro Nasser e das coleções arqueológicas foi posteriormente retomada por Leandro Martan Bezerra Santos (2022) em *A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e Património Cultural no Museu Câmara Cascudo*. Ao reconstruir o contexto de formação da coleção e a parceria entre o IA e o Instituto Smithsonian, o autor evidenciou a articulação entre investigação de campo, cooperação científica e constituição do património arqueológico do MCC. O estudo mostrou, desse modo, que a história das coleções não pode ser dissociada das relações institucionais e dos projetos científicos que lhes deram origem.

Essa perspectiva é ampliada em *Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas*, obra que acompanha as investigações arqueológicas desenvolvidas pelo IA e, posteriormente, pelo MCC entre as décadas de 1960 e 1990. A análise das expedições e dos projetos realizados nesse período permite observar que a atividade arqueológica prosseguiu para além da mudança administrativa de 1973, ainda que sob novas condições institucionais (Miller 2021).

A continuidade das atividades científicas no Museu foi também examinada por Hélder Viana (2024) em *Museu Câmara Cascudo: uma história sobre a produção científica e cultural e a ação educativa em museus (1960–1990)*. O autor analisou a investigação, as exposições e as iniciativas educativas desenvolvidas pelo MCC, contribuindo para uma compreensão mais ampla da sua atuação científica e pública.

Em conjunto, esses estudos reconstruíram aspetos fundamentais da história do IA e do MCC, com especial atenção à criação do Instituto e à formação dos acervos. A presente tese parte dessas contribuições, mas amplia o recorte temporal e concentra a

análise na relação entre o funcionamento científico da instituição, as mudanças na estrutura universitária e o processo que conduziu à transformação do IA em MCC.

Com esse deslocamento, o Instituto deixa de ser considerado apenas como antecedente do Museu, e o MCC como simples resultado da transformação ocorrida em 1973. A análise acompanha as diferentes configurações assumidas pela instituição e as condições em que as suas atividades se desenvolveram. Além da institucionalização, das redes e da circulação, torna-se, por isso, necessário considerar os espaços e os recursos materiais que sustentavam o trabalho científico.

Os espaços constituem uma primeira dimensão dessa análise. Laboratórios, gabinetes, áreas de armazenamento e locais de exposição não funcionavam apenas como cenários das atividades institucionais. A sua organização, disponibilidade e utilização condicionavam as formas de trabalho e as relações estabelecidas entre os profissionais, os instrumentos e os materiais estudados (Lafuente 1987, 33; Dantes 2001, 13–14; Nyhart 2016, 8–10).

Considerados dessa perspectiva, os espaços remetem diretamente para a materialidade da ciência. A realização das investigações dependia da existência e do funcionamento de instrumentos, equipamentos, veículos, mobiliário e outros recursos necessários ao trabalho cotidiano. A aquisição, a manutenção e a circulação desses elementos permitem observar tanto as possibilidades de atuação da instituição como as limitações impostas pelo financiamento e pela infraestrutura disponível.

No caso do IA/MCC, a materialidade não constitui, portanto, um aspecto secundário da trajetória institucional. A realização de trabalhos de campo, o funcionamento dos laboratórios e o tratamento dos materiais recolhidos dependiam de espaços, instrumentos e outros recursos, cujas condições se modificaram ao longo do tempo. A transformação do Instituto em Museu torna necessário considerar também o lugar assumido pela preservação e pela comunicação desses materiais no novo enquadramento institucional.

As coleções ocupam um lugar central nesta análise porque relacionam as práticas de investigação com a preservação e a comunicação do conhecimento. Constituídas por meio de trabalhos de campo, doações e permutas, serviam ao estudo e à formação

científica, podendo também ser integradas em exposições. Acompanhar os seus diferentes usos permite evitar que sejam tratadas apenas como resultados do trabalho do Instituto ou como um acervo passivamente transferido para o Museu.

A literatura sobre museus e coleções sustenta essa leitura ao mostrar que os objetos participam de operações de seleção, classificação e ordenação do conhecimento (Findlen 1996; Daston e Park 1998; Lopes 1997). A sua circulação entre investigadores, profissionais e instituições podia atribuir-lhes novos usos e significados. A noção de “objeto de fronteira”, formulada por Star e Griesemer (1989, 387–9), permite compreender como determinados objetos e sistemas de classificação tornavam possível a cooperação entre participantes que não partilhavam integralmente os mesmos interesses ou interpretações.

No caso do IA/MCC, essa perspetiva permite acompanhar as coleções para além do momento da recolha ou da sua incorporação institucional. Os objetos podiam ser estudados, comparados, permutados, transferidos entre espaços, documentados de novas formas e apresentados ao público. Os seus percursos não foram necessariamente idênticos, nem as funções que assumiram permaneceram inalteradas ao longo do tempo.

As mudanças verificadas nesses percursos conduzem ao problema da musealização. Na literatura museológica, o termo designa o processo pelo qual objetos, conjuntos ou contextos são selecionados e integrados num regime específico de documentação, preservação, interpretação e comunicação (Possamai 2010, 70). A musealização não corresponde, portanto, apenas à entrada física de um objeto num museu, mas à transformação das relações estabelecidas com esse objeto e dos significados que lhe são atribuídos.

Quando aplicada à ciência, a musealização abrange não apenas espécimes e coleções, mas também instrumentos, documentos, espaços, práticas e memórias associados à produção do conhecimento. A musealização da ciência pode, assim, ser compreendida como o processo pelo qual esses elementos são selecionados, preservados e reinterpretados como testemunhos da atividade científica, passando também a integrar narrativas destinadas à comunicação pública.

Essa perspectiva é particularmente relevante para a trajetória do IA/MCC. A criação do Museu não implicou apenas a transferência de coleções para uma nova unidade administrativa. Colocou também a questão de saber como os vestígios materiais e documentais da investigação desenvolvida pelo Instituto seriam preservados, organizados e apresentados no novo enquadramento museológico. A musealização da ciência permite, desse modo, analisar não apenas o destino dos objetos, mas também as formas pelas quais as práticas científicas do IA foram registadas, reinterpretadas e comunicadas pelo MCC.

Importa, contudo, distinguir três dimensões relacionadas. A primeira corresponde à transformação administrativa do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo. A segunda diz respeito à musealização das coleções, isto é, às operações de seleção, documentação, preservação e comunicação realizadas sobre os objetos. A terceira refere-se, de forma mais ampla, à musealização da ciência, que envolve a atribuição de valor histórico, científico e museológico às práticas, aos instrumentos, aos espaços e às memórias ligados à atividade da instituição.

Essa distinção evita considerar que todos os materiais reunidos pelo IA se tornaram automaticamente objetos musealizados em 1973. A criação administrativa do Museu não assegurou, por si só, que as coleções fossem imediatamente documentadas, preservadas e comunicadas segundo procedimentos uniformes. Do mesmo modo, a musealização da ciência não resultou de um ato único, mas de processos desenvolvidos em diferentes momentos e sob condições institucionais distintas.

A historiografia dos museus científicos ajuda a compreender essa relação. Os museus não se limitam a conservar resultados produzidos noutros espaços: podem participar da investigação, da formação e da construção de interpretações sobre a natureza e as sociedades (Lopes 1997; Closs 2021, 15–18). No caso do MCC, essa perspectiva permite analisar historicamente as relações entre investigação, preservação e comunicação, sem pressupor que a transformação em museu tenha implicado o abandono das atividades científicas.

Os conceitos mobilizados nesta tese não constituem um quadro teórico separado da documentação, mas foram selecionados em função dos problemas colocados pela

trajetória do IA/MCC. A análise considera os processos de formação e transformação institucional, as relações de cooperação e circulação, as condições espaciais e materiais do trabalho científico e a musealização. Esse enquadramento orienta o estudo das práticas desenvolvidas, dos agentes e recursos que as sustentaram e das mudanças associadas às sucessivas configurações da instituição, sem impor às fontes uma sequência predeterminada de consolidação, declínio ou substituição.

A partir desse enquadramento, a seção seguinte apresenta as fontes e os procedimentos adotados para reconstruir a trajetória do Instituto de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo. A diversidade dos registros e as lacunas na sua conservação exigiram o cruzamento de documentos administrativos, correspondência, publicações, imprensa, fotografias e evidências materiais, bem como uma atenção particular às condições em que cada fonte foi produzida.

1.3 Metodologia e fontes

A investigação foi conduzida como um estudo histórico de caso do Instituto de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo. A análise, contudo, não se limita ao funcionamento interno dessas instituições. Procura situar a sua trajetória no contexto da UFRN e das políticas científicas e universitárias, considerando também as relações mantidas com instituições brasileiras e estrangeiras entre 1950 e 2010.

A principal operação metodológica consistiu na análise histórica e crítica da documentação. Esse procedimento permitiu reconstruir acontecimentos, práticas e processos de decisão a partir de registros produzidos em diferentes momentos da trajetória institucional (Pimentel 2001, 180; Cechinel et al. 2016, 6). Os documentos não foram, porém, tomados como descrições transparentes do passado. Foram considerados produtos das circunstâncias em que foram elaborados, das funções que deveriam cumprir e das posições ocupadas pelos seus autores.

Essa precaução é particularmente importante numa investigação sobre instituições. Resoluções e regimentos estabelecem estruturas e competências formais, mas não demonstram, por si só, que estas tenham sido efetivamente implantadas.

Pedidos de recursos registam necessidades e iniciativas, mas não comprovam necessariamente a aquisição dos bens solicitados. Relatórios podem valorizar resultados, justificar despesas ou enfatizar dificuldades, conforme os seus objetivos e destinatários. Do mesmo modo, notícias de imprensa, fotografias e depoimentos oferecem perspectivas situadas, que devem ser confrontadas com outros registos.

A análise distingue, por isso, três níveis: aquilo que os documentos registam; as interpretações, expectativas ou reivindicações formuladas pelos agentes; e a leitura construída pela tese a partir do confronto entre as fontes. Afirmações produzidas por dirigentes, investigadores ou interlocutores da instituição são tratadas como posições historicamente relevantes, mas não como explicações automaticamente confirmadas. Quando a documentação permite apenas formular uma hipótese, essa limitação é assinalada no texto.

O corpus documental foi reunido sobretudo no Arquivo Histórico, na biblioteca e nas coleções do Museu Câmara Cascudo, bem como em diferentes acervos da UFRN. A pesquisa incorporou ainda jornais conservados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A diversidade dessas fontes permitiu acompanhar a instituição a partir de diferentes pontos de observação: a administração universitária, o trabalho científico, as relações de cooperação, a formação e a circulação pública das suas atividades.

Um primeiro conjunto é constituído pela documentação administrativa e normativa. Resoluções, regimentos, atas, ofícios, memorandos, relatórios e processos universitários permitem acompanhar a criação do IA, as alterações na sua estrutura, a transformação em MCC e as sucessivas tentativas de definir a posição do Museu no interior da UFRN. Esses documentos registam também solicitações de financiamento, aquisição de equipamentos, realização de viagens e contratação ou enquadramento de profissionais.

Entre essas fontes, destaca-se o livro de atas que abrange o período de 19 de dezembro de 1961 a julho de 1987. Os registos das reuniões permitem acompanhar as questões discutidas pelos dirigentes do IA e do MCC, as decisões tomadas e os problemas

que reapareceram ao longo do tempo. A leitura das atas foi articulada com as resoluções e os regimentos da Universidade, de modo a distinguir as propostas debatidas internamente das medidas que receberam formalização administrativa.

Essa documentação apresenta, contudo, limites próprios. As atas sintetizam discussões e nem sempre identificam todos os participantes ou reproduzem as divergências ocorridas nas reuniões. Os regimentos descrevem estruturas previstas, que podiam não corresponder ao funcionamento efetivo da instituição. Por essa razão, as informações administrativas foram confrontadas com correspondência, relatórios de atividades, notícias de imprensa e outros indícios da execução das medidas registradas.

A correspondência constitui um segundo conjunto fundamental. As cartas e os ofícios trocados com universidades, museus, institutos de investigação, sociedades científicas e agências públicas permitem reconstruir as relações estabelecidas pelo IA e pelo MCC no Brasil e no exterior. Esses documentos registam solicitações de publicações, equipamentos e orientações técnicas, além da identificação de materiais, da realização de estágios e da organização de atividades conjuntas.

Mais do que confirmar a existência de contactos institucionais, a correspondência permite observar como essas relações eram iniciadas, mantidas e mobilizadas. A análise considerou os remetentes e destinatários, os assuntos tratados, os recursos solicitados e as respostas recebidas. Procurou-se ainda verificar se os projetos mencionados nas cartas tiveram continuidade noutros documentos. Desse modo, evitou-se tomar uma intenção de colaboração como equivalente à realização efetiva de uma atividade.

As práticas científicas foram igualmente examinadas por meio dos relatórios de expedições, das fotografias, das notas de campo e das publicações institucionais. Esses materiais permitem acompanhar deslocamentos, formas de recolha, organização do trabalho e participação de diferentes agentes. Quando analisadas em conjunto, as fotografias e a documentação escrita ajudam a situar os lugares visitados, os recursos utilizados e as condições em que se realizaram as atividades de campo.

As imagens não foram utilizadas apenas como ilustrações. O seu enquadramento, as legendas, a presença ou ausência de determinados participantes e as circunstâncias da sua conservação foram considerados na análise. Uma fotografia pode documentar

pessoas, objetos e situações, mas também resulta de uma seleção e de uma intenção de registo. Sempre que possível, as imagens foram relacionadas com relatórios, correspondência e notícias referentes à mesma atividade.

A revista *Arquivos do Instituto de Antropologia*, composta por treze fascículos, oferece outra entrada para o trabalho científico desenvolvido pelo IA. Além dos artigos publicados por investigadores da instituição e colaboradores externos, os fascículos incluem notícias, informações institucionais e depoimentos de visitantes. A publicação permite identificar temas de investigação, autores, interlocutores e estratégias de apresentação do Instituto à comunidade científica.

O conteúdo da revista foi lido também como forma de representação institucional. A seleção dos trabalhos, os textos de apresentação e os depoimentos publicados contribuíam para projetar uma determinada imagem do IA. Por esse motivo, os *Arquivos* foram confrontados com a documentação administrativa e com os registos das atividades, evitando equiparar a imagem pública promovida pela revista ao conjunto das práticas efetivamente desenvolvidas.

A dimensão material da trajetória institucional foi examinada a partir das coleções, dos instrumentos e equipamentos científicos e da documentação associada aos objetos. Etiquetas, inventários, fichas, manuscritos, notas de campo e publicações permitem, em alguns casos, reconstituir a proveniência dos materiais e relacioná-los com trabalhos de campo, projetos e investigadores. Esses vestígios ajudam também a acompanhar mudanças na classificação, na guarda e na utilização dos objetos.

A leitura das evidências materiais exigiu especial cautela. Nem sempre os objetos conservaram registos completos sobre a sua origem, circulação ou uso. A presença atual de um instrumento ou espécime no MCC não demonstra, por si só, como foi utilizado nem em que momento passou a integrar determinada coleção. As relações entre objetos e práticas foram estabelecidas apenas quando apoiadas por etiquetas, inventários, fotografias, correspondência ou outros documentos convergentes.

Para acompanhar a circulação pública das atividades do IA e do MCC, a investigação recorreu aos jornais conservados pelo IHGRN. Foram consultadas reportagens e notas publicadas entre 1955 e 2010 em periódicos como *A República*,

Jornal de Natal e *Tribuna do Norte*. A pesquisa foi complementada pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que possibilitou o acesso a títulos como *Diário de Natal*, *O Poti* e *A Ordem*, além de jornais publicados noutros estados.

A imprensa permitiu identificar eventos, cursos, visitas, expedições, exposições e debates que nem sempre deixaram registos completos nos arquivos institucionais. Também tornou possível observar como o IA e o MCC eram apresentados fora dos seus próprios documentos. Essas notícias não foram, contudo, tratadas como expressão direta de uma suposta opinião pública. Os jornais selecionavam acontecimentos, reproduziam informações fornecidas pelas instituições e adotavam enquadramentos editoriais próprios.

O cruzamento das fontes foi realizado tanto de forma temática como cronológica. Informações sobre uma mesma atividade foram procuradas em atas, ofícios, correspondência, relatórios, publicações, fotografias e jornais. Quando os registos divergiam, a diferença não foi eliminada em favor de uma narrativa única. Procurou-se identificar a data, a autoria, a finalidade e o contexto de produção de cada documento, avaliando o que essa divergência revelava sobre o processo analisado.

Esse procedimento foi particularmente importante para a transformação do IA em MCC. A documentação não apresenta uma explicação única para a mudança institucional. Em vez de procurar num documento isolado a causa do processo, a tese confronta decisões normativas, discussões internas, alterações na estrutura universitária e posições formuladas pelos agentes. A interpretação resulta da relação entre esses elementos e não da aceitação retrospectiva de uma única versão dos acontecimentos.

A distribuição temporal das fontes é desigual. A documentação referente à criação e aos primeiros anos do Instituto encontra-se, em alguns conjuntos, mais bem preservada do que os registos administrativos produzidos a partir da década de 1970. Para determinados períodos, sobretudo nas décadas posteriores à criação do MCC, há séries incompletas, documentos sem anexos e referências a processos que não foram localizados. Essas lacunas limitam a reconstituição de algumas decisões e impedem conclusões definitivas sobre determinados episódios.

Também é desigual a visibilidade dos participantes. Dirigentes, professores e responsáveis por projetos aparecem com maior frequência nos documentos, enquanto técnicos, investigadores auxiliares, estudantes e outros colaboradores deixaram registos mais fragmentários. A tese procura identificar a sua participação quando as fontes o permitem, mas não utiliza o silêncio documental como prova de ausência nem atribui identidades, funções ou intenções sem apoio suficiente.

Os documentos institucionais apresentam ainda diferentes formas de parcialidade. Alguns relatórios enfatizam resultados e projeção científica; outros destacam dificuldades financeiras, carências de pessoal ou problemas de infraestrutura. Em ambos os casos, essas afirmações foram lidas à luz das circunstâncias em que os documentos foram produzidos e das finalidades que procuravam cumprir. O confronto com correspondência, imprensa e registos materiais permitiu relativizar essas representações, embora não elimine integralmente os seus limites.

A interpretação das fontes exigiu, portanto, situá-las nas condições políticas, científicas e universitárias da sua produção. Como observa Michel de Certeau (1982, 54, 66, 81), a escrita da história depende das operações pelas quais os documentos são selecionados, relacionados e transformados em evidências. O arquivo não fornece uma narrativa pronta da instituição; preserva vestígios desiguais, produzidos por agentes com posições, interesses e possibilidades de registo diferentes.

A metodologia adotada procura responder a essa condição por meio do cruzamento documental e da explicitação dos limites da análise. A diversidade das fontes permite reconstruir aspetos administrativos, científicos, materiais e públicos da trajetória do IA/MCC, mas não suprime as ausências do arquivo. As conclusões da tese são, por isso, apresentadas de acordo com o grau de sustentação oferecido pela documentação, distinguindo-se evidências convergentes, interpretações plausíveis e questões que permanecem em aberto.

Com base nesse percurso metodológico, a secção seguinte apresenta a estrutura da tese e explicita a função desempenhada por cada capítulo na construção do argumento.

1.4 Estrutura da tese

A tese está organizada em cinco capítulos. Depois desta Introdução (Capítulo 1), o percurso argumentativo desenvolve-se em três movimentos: a reconstrução das condições históricas que tornaram possível a criação do Instituto de Antropologia; a análise da sua organização e das práticas científicas desenvolvidas entre 1960 e 1973; e o exame do processo que conduziu à sua transformação no Museu Câmara Cascudo e das configurações assumidas pela instituição até 2010. O capítulo final retoma os resultados dessa análise e apresenta as principais conclusões.

O Capítulo 2 - Ciência, universidades e políticas científicas no Brasil: trajetórias nacionais e a inserção do Rio Grande do Norte (1950–1970) estabelece o enquadramento histórico necessário para compreender a criação do Instituto. A análise parte das políticas científicas e da expansão do ensino superior no Brasil do pós-guerra, acompanhando a crescente afirmação das universidades como espaços de investigação. Em seguida, desloca-se para o Rio Grande do Norte, onde examina a formação da Universidade e as experiências científicas e educativas que antecederam o IA. O capítulo procura, assim, demonstrar que a criação do Instituto não resultou de uma iniciativa isolada, mas de condições construídas progressivamente por meio da expansão universitária, das políticas de apoio à ciência e da atuação de grupos locais empenhados na organização da investigação no estado.

Com base nesse enquadramento, o Capítulo 3 - O Instituto de Antropologia de Natal: origem, estrutura e práticas científicas (1960–1973) concentra-se na constituição e no funcionamento do IA. A primeira parte acompanha a sua criação, a definição da missão institucional, a organização interna, a formação da equipa e as relações estabelecidas com o ensino universitário. A análise volta-se depois para as práticas desenvolvidas nas diferentes áreas científicas, acompanhando o trabalho realizado em campo e nos laboratórios, bem como o estudo e a incorporação dos materiais recolhidos nas coleções.

O capítulo examina ainda as relações de cooperação estabelecidas pelo Instituto e as condições materiais e financeiras que sustentavam as suas atividades. A correspondência, os intercâmbios, as despesas e a aquisição de equipamentos permitem observar tanto as possibilidades abertas pelas redes institucionais como os limites enfrentados no quotidiano da investigação. O objetivo não é apenas descrever o que o IA realizou, mas compreender como o seu projeto científico foi construído e quais condições permitiram ou restringiram o seu desenvolvimento.

Os problemas identificados no funcionamento do Instituto conduzem ao Capítulo 4 - Reconfiguração institucional: do Instituto de Antropologia ao Museu Câmara Cascudo (1962–2010). O capítulo recua aos primeiros conflitos e propostas de reorganização surgidos ainda na década de 1960, examinando as disputas de autoridade, o enquadramento dos investigadores e os efeitos das mudanças ocorridas na estrutura da UFRN. Essa perspectiva permite analisar a criação do Museu Câmara Cascudo em 1973 como resultado de um processo mais longo de negociações e redefinições institucionais, e não como uma mudança produzida por um único ato administrativo.

A análise acompanha, em seguida, a organização inicial do MCC, as continuidades e alterações verificadas nas atividades científicas e o processo de musealização associado à nova configuração institucional. Estende-se depois às décadas seguintes, durante as quais o Museu procurou definir a sua estrutura, manter as atividades de investigação e formação e afirmar a sua posição no interior da Universidade. Ao prolongar o estudo até 2010, o capítulo permite observar como questões surgidas no momento da transformação do IA continuaram a incidir sobre o funcionamento do MCC, ainda que reformuladas por novos regimentos, políticas universitárias e enquadramentos museológicos.

O Capítulo 5 — Considerações finais reúne os resultados alcançados ao longo da investigação e retoma o problema central da tese. As conclusões procuram esclarecer as condições que tornaram possível a criação do Instituto, os fundamentos e limites do seu funcionamento científico e o processo pelo qual foi transformado em Museu Câmara Cascudo. O capítulo avalia ainda as continuidades e mudanças verificadas entre as duas

configurações institucionais e discute as implicações do caso para a história das instituições científicas, das universidades e dos museus universitários no Brasil.

A organização dos capítulos acompanha, desse modo, a própria temporalidade do problema investigado. Parte das condições anteriores à criação do Instituto, passa pela análise das suas práticas e estruturas e chega às disputas e negociações que acompanharam a formação do Museu. Essa progressão permite compreender a trajetória do IA/MCC sem separar a produção científica das condições universitárias, materiais e museológicas que lhe deram forma.

2. CIÊNCIA, UNIVERSIDADES E POLÍTICAS CIENTÍFICAS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS NACIONAIS E A INSERÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (1950–1970)

Este capítulo analisa a consolidação da ciência no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, período em que a ciência passou a ser mobilizada como vetor de modernização, desenvolvimento e planejamento estatal. Parte-se do contexto global do pós-guerra, marcado pela valorização da investigação científica e pela circulação de modelos internacionais de organização da ciência, para analisar as formas pelas quais o Brasil apropriou e adaptou esses referenciais às suas condições políticas, económicas, institucionais e regionais.

Nesse quadro, discute-se a estruturação de um sistema nacional de ciência e tecnologia, com destaque para a criação de agências de fomento, como o CNPq e a CAPES, para a formulação de políticas científicas alinhadas à agenda nacional-desenvolvimentista e para a expansão do ensino superior (Schwartzman 2015, 318). Analisa-se, em especial, a criação e a federalização de instituições universitárias, bem como a crescente centralidade da pós-graduação como espaço estruturado de investigação.

Ao mesmo tempo, o capítulo chama a atenção para o caráter desigual desse processo. A afirmação da universidade como lugar privilegiado da produção científica não ocorreu de modo homogêneo no território brasileiro. Enquanto os grandes centros urbanos concentravam investimentos, infraestrutura e redes de investigação, regiões como o Nordeste enfrentavam limitações financeiras, políticas e institucionais que

difficultaram a consolidação de comunidades científicas emergentes (Botelho 1990, 482-83; Freire Júnior 2020b, 16).

É a partir desse enquadramento que se examina o caso do Rio Grande do Norte. O capítulo aborda a criação da Universidade do Rio Grande do Norte, posteriormente Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e as primeiras iniciativas de institucionalização científica no estado. Considera, ainda, experiências anteriores ao Instituto de Antropologia, a fim de delinear um panorama mais amplo das práticas científicas locais no período.

Por fim, busca-se compreender de que modo os contextos nacional e regional condicionaram a trajetória do Instituto de Antropologia. Essa análise permite evidenciar os desafios enfrentados por instituições situadas fora dos principais centros científicos do país na construção de práticas de investigação estáveis. Ao articular políticas públicas, expansão universitária, desigualdades regionais e iniciativas locais, o capítulo oferece o enquadramento necessário para compreender tanto a emergência quanto a descontinuidade dessas experiências.

2.1 O desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil no pós-guerra

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, consolidou-se internacionalmente a percepção de que a ciência e a tecnologia constituíam recursos estratégicos para a modernização econômica, a segurança nacional e a afirmação política dos Estados. Esse otimismo integrava um movimento global no qual governos, organismos internacionais e intelectuais passaram a reconhecer a investigação científica como componente essencial do desenvolvimento (Neves e Hitner 2022, 136-37).

A expansão da atividade científica nesse período foi expressiva. Entre 1940 e o final da década de 1950, estima-se que, em escala mundial, o número de cientistas e investigadores tenha passado de aproximadamente 100 mil para 1 milhão, crescimento associado ao apoio estatal, à colaboração internacional e à valorização da ciência como vetor de progresso (Nelkin 1979, 106-110; Powell e Dusdal 2017, 414-17). Nesse processo,

a internacionalização da ciência desempenhou papel decisivo, ao favorecer a cooperação entre países, a circulação de modelos institucionais e a padronização de práticas acadêmicas. Como assinala Castilla (2009, 860-62), esse crescimento foi impulsionado por dinâmicas transnacionais, incluindo a atuação de organizações científicas internacionais e a difusão de referenciais comuns de organização da investigação científica (Nelkin 1979, 106-110).

No Brasil, essa tendência traduziu-se no aumento do financiamento estatal à investigação e no fortalecimento gradual da infraestrutura científica. Contudo, esse processo não ocorreu de forma linear. A escassez de recursos materiais, a concentração da produção científica nos grandes centros urbanos, a burocratização administrativa e a ausência de planejamento estratégico limitaram a consolidação de um sistema nacional de ciência e tecnologia (Freire Júnior 2020a; Vessuri 1990, 1544). Além disso, a adoção de padrões científicos internacionais nem sempre respondeu adequadamente às necessidades e às condições locais, o que evidenciava as tensões entre modelos globais de organização da ciência e realidades nacionais ou regionais específicas (Shepherd 2005, 115).

Diante dessas limitações, ganhou força a reivindicação por maior autonomia científica e por uma participação mais ativa dos investigadores na formulação de políticas públicas. A comunidade científica brasileira passou, então, a organizar-se politicamente em defesa de melhores condições institucionais, de financiamento regular e de maior influência na definição das diretrizes para o setor (Freire Júnior 2020a). Essa mobilização inseria-se num cenário mais amplo de modernização dos países periféricos no pós-guerra, no qual se consolidou um ativismo científico comprometido com o desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva, o conhecimento científico deveria ultrapassar os limites da academia e tornar-se um recurso estratégico para o progresso económico, social e político, bem como para o fortalecimento da posição do país no cenário internacional (Oliveira e Almeida 2015, 1-3; Roque 2018, 26-31).

Estudos sobre a institucionalização da ciência na América Latina demonstram que essa busca por autonomia científica também expressava uma tentativa de adaptar

modelos internacionais às realidades locais e de superar barreiras estruturais historicamente persistentes (Vessuri 1990, 1545; Shepherd 2005, 118). Nesse contexto, um dos principais debates entre formuladores de políticas e cientistas dizia respeito ao equilíbrio entre investigação aplicada — voltada para demandas produtivas imediatas — e investigação acadêmica — orientada por normas internas da comunidade científica e nem sempre vinculada a objetivos económicos diretos (Schwartzman 1989). Tal debate revelava a preocupação de que a ciência não fosse instrumentalizada apenas para responder a demandas produtivas imediatas, mas reconhecida como componente de um projeto mais amplo de desenvolvimento (Schwartzman 2001, 14–15). No pensamento cepalino, a industrialização apoiada pelo Estado e a incorporação do progresso técnico eram apresentadas como vias para superar o subdesenvolvimento e a condição periférica das economias latino-americanas (Colistete 2001, 21–25).

Apesar dos avanços, a ciência no Brasil continuava a enfrentar resistências significativas. Correntes contrárias à valorização da investigação científica permaneciam ativas e influentes, dificultando a consolidação do campo científico (Motoyama 2004, 290). Essas resistências relacionavam-se a fatores políticos e institucionais, como a ausência de planejamento de longo prazo e a tendência de os governos latino-americanos tratarem a ciência de modo intermitente, sem compromisso duradouro com o setor (Vessuri 1990, 1544-45; Shepherd 2005, 115).

Segundo Motoyama (2004, 290), o fortalecimento do populismo no Brasil do pós-guerra contribuiu para esse quadro, uma vez que a pressão por resultados imediatos levava os governos a priorizar ações de curto prazo em detrimento de investimentos sustentáveis em investigação. Como consequência, ciência e tecnologia raramente recebiam apoio contínuo, e os investimentos tornavam-se instáveis, comprometendo a consolidação de uma política científica de longo prazo. Esse padrão não era exclusivo do Brasil: em vários países latino-americanos, os ciclos de expansão e retração da investigação foram fortemente condicionados pelo contexto político e económico de cada período (Vessuri 1990, 1545; Shepherd 2005, 118).

Foi em resposta a esse conjunto de desafios que a comunidade científica brasileira se organizou em defesa da autonomia acadêmica, processo que resultou na

fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948. Criada por intelectuais paulistas vinculados a institutos de ciências biológicas, a SBPC surgiu como reação às tentativas do governo estadual de São Paulo de restringir a atuação do Instituto Butantan. Rapidamente, porém, ampliou sua atuação e tornou-se uma entidade de referência nacional. Além de organizar congressos e editar a revista *Ciência e Cultura*, a SBPC desempenhou papel central como mediadora entre a comunidade científica, o Estado e instituições internacionais, promovendo o debate sobre política científica e defendendo a autonomia universitária (Bueno 2018, 12-15; Motoyama 2004, 291; Schwartzman 2015, 314-15).

Se, por um lado, a SBPC simbolizava a organização autónoma da comunidade científica em defesa da investigação, por outro, o Estado começava a atuar de forma mais sistemática na institucionalização da ciência no país. A partir da década de 1950, foram criadas universidades, institutos de investigação e agências de fomento que desempenhariam papel fundamental na estruturação do sistema científico nacional (Motoyama 2004, 281-82; Mourão 2013, 4-11).

Nesse contexto, a formulação de políticas públicas tornou-se decisiva para consolidar o crescimento da investigação científica e garantir a sua institucionalização no Brasil. O Estado passou a exercer papel estratégico na organização da ciência e da tecnologia, criando mecanismos de regulamentação, financiamento e coordenação voltados para o fortalecimento do setor.

2.1.1 Políticas públicas de ciência e tecnologia: institucionalização e agendas nacionais

As mudanças no cenário científico brasileiro do pós-guerra não ocorreram de forma espontânea. Elas inscreveram-se num processo mais amplo de reorganização internacional da ciência e da tecnologia, marcado pela ampliação do financiamento estatal, pela criação de agências especializadas e pela associação crescente entre investigação científica, desenvolvimento económico e soberania nacional (Neves e Hitner 2022, 134-39). Nesse contexto, países como os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e a Alemanha consolidaram políticas científicas estruturadas em três eixos

principais: planejamento estatal da ciência; criação de instituições de fomento e financiamento; e integração entre universidades, indústria e governo (Krige 2006, 78-80; Levine e Levine 2011, 150-52).

O Brasil apropriou-se desses referenciais internacionais, adaptando-os às suas condições políticas, econômicas e institucionais. No campo do planejamento estatal, a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, inseriu-se num movimento internacional de institucionalização do apoio público à ciência, em especial com a experiência norte-americana da National Science Foundation (NSF).² Nos Estados Unidos, o relatório de Vannevar Bush defendia uma agência federal independente, dotada de financiamento estável, destinada a apoiar a investigação básica por meio de contratos e subvenções, fortalecer universidades e institutos de investigação e promover a formação de pessoal científico (Bush [1945] 2021, 118–25, 129–38). Os debates desencadeados pelo relatório contribuíram para a criação da National Science Foundation, em 1950, embora a instituição aprovada não correspondesse integralmente ao modelo inicialmente proposto por Bush (Holt 2021, 7–8, 14–18).

Também em 1951, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, posteriormente denominada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de qualificar docentes e investigadores para o ensino superior.³ A criação do CNPq e da CAPES representou, assim, um marco na estruturação do sistema científico brasileiro, ao articular financiamento da investigação, formação de recursos humanos e expansão universitária.

Instituído pela Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, o CNPq, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi idealizado pelo almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva,⁴ que defendia a ciência como elemento estratégico da

² Brasil, Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências

³ Brasil, Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951, que institui uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴ Álvaro Alberto da Mota e Silva (1889-1976), almirante da Marinha do Brasil, foi idealizador e primeiro presidente do CNPq. Defendeu a ciência como dimensão estratégica da soberania nacional, em especial no contexto das disputas geopolíticas em torno da energia nuclear no pós-guerra.

soberania nacional. A sua criação esteve ligada ao contexto geopolítico do pós-guerra, em particular à corrida nuclear, e respondia à necessidade de desenvolver autonomia em áreas científicas consideradas prioritárias (Elias 2021, 389; Fonseca 2011, 6-7; Schwartzman 2015, 316). A CAPES, por sua vez, teve origem na Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituída pelo Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951, com a finalidade de promover a qualificação de docentes e investigadores para o ensino superior. Concebida inicialmente como campanha, a instituição viria a desempenhar papel decisivo na estruturação da pós-graduação e na consolidação de uma base científica nacional (Schwartzman 2015, 314-15).

A criação dessas instituições expressava o reconhecimento, por parte de cientistas e formuladores de políticas públicas, de que projetos científicos de maior envergadura exigiam a formação sistemática de quadros qualificados. Como assinala Motoyama (2004, 294), nenhum projeto científico ou tecnológico poderia ter êxito sem um número suficiente de cientistas, tecnólogos e investigadores. Nessa perspectiva, o CNPq e a CAPES devem ser compreendidos como instrumentos complementares de uma mesma política: fomentar a investigação e, simultaneamente, formar os recursos humanos necessários à sua continuidade.

Além do apoio direto à formação de investigadores, o CNPq e a CAPES desempenharam papel central na implementação de políticas de incentivo à investigação científica. Entre as suas principais iniciativas, destacaram-se a concessão de bolsas de estudo, o estímulo a intercâmbios com instituições estrangeiras, o apoio à criação de centros de investigação e o fomento à realização de eventos científicos. Mais do que agências financiadoras, ambas funcionaram como instrumentos de estruturação de uma comunidade científica nacional (Nardi 2014, 13-14).

Como parte desse processo, o CNPq impulsionou a criação de novas instituições científicas, ampliando a infraestrutura brasileira de investigação e ensino. Em 1952, foram fundados o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)⁵ e o Instituto Nacional

⁵ O Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), criado em 1952, foi a primeira unidade de investigação vinculada ao CNPq. Funcionou inicialmente em dependências do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, antes de adquirir sede própria.

de Pesquisas da Amazônia (INPA).⁶ Em 1954, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).⁷ Essas instituições, vinculadas ao CNPq, integraram uma rede nacional de investigação que procurava responder tanto às demandas científicas quanto às prioridades estratégicas do país.

Esse esforço de ampliação da infraestrutura científica brasileira deve ser compreendido também no quadro latino-americano mais amplo, fortemente influenciado pelas diretrizes da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão das Nações Unidas fundado em 1948. A CEPAL defendia um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização conduzida pelo Estado, entendido como caminho para reduzir a dependência económica dos países latino-americanos em relação aos países centrais.

Inspirada no pensamento estruturalista de Raúl Prebisch,⁸ formulado no relatório *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1949), a CEPAL argumentava que a industrialização constituía o principal meio de os países latino-americanos ampliarem a sua participação nos benefícios do progresso técnico, historicamente concentrados nos países centrais, e reduzirem as desigualdades associadas à condição periférica (Prebisch 1996, 176–77, 193–94). Nesse contexto desenvolvimentista, o Estado brasileiro passou a atuar de forma mais sistemática na organização da ciência e da tecnologia, mediante a criação de instituições, mecanismos de financiamento e programas públicos destinados ao fortalecimento da investigação científica (Motoyama 2004, 281–82; Mourão 2013, 4–11).

⁶ O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi criado em 1952, mas a sua instalação efetiva em Manaus ocorreu apenas em 1954. A instituição foi concebida para desenvolver estudos científicos sobre o meio físico e as condições de vida da região amazônica.

⁷ O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi criado pelo Decreto n.º 35.124, de 27 de fevereiro de 1954, a partir de proposta conjunta do CNPq e da Fundação Getúlio Vargas, em resposta a recomendação da Unesco. Integrado à estrutura do CNPq, tinha como missão promover o intercâmbio e a organização da documentação técnico-científica no país; Brasil. 1954. Decreto n.º 35.124, de 27 de fevereiro de 1954. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

⁸ Raúl Prebisch (1901-1986) foi um economista argentino e um dos principais formuladores do pensamento estruturalista latino-americano. O seu relatório de 1949, *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*, formulou uma crítica à divisão internacional do trabalho e à relação centro-periferia, defendendo a industrialização como estratégia para superar a dependência económica dos países latino-americanos.

Entre as iniciativas associadas a esse processo, destacam-se a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF),⁹ em 1949, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA),¹⁰ em 1950, e do Instituto de Física Teórica (IFT),¹¹ em 1952, todos voltados para a formação de quadros científicos especializados e para o fortalecimento de áreas estratégicas. Ainda na década de 1950, a física recebeu investimentos significativos: em 1953, foi criado o Instituto de Pesquisas Radioativas, em Minas Gerais; e, em 1956, o Instituto de Energia Atômica,¹² em São Paulo, e, no ano seguinte, entrou em funcionamento o primeiro reator de investigação do Hemisfério Sul, o IEA-R1, refletindo o incentivo à investigação nuclear (Dantes 1979, 374-75).

Paralelamente, foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, e a Petrobras,¹³ em 1953, como parte de uma política mais ampla de autonomia econômica, expansão da infraestrutura industrial e fortalecimento da capacidade técnica nacional. Em 1961 tiveram início as atividades espaciais civis no Brasil, com a criação do Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE), transformado em Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE) em 1963. Em 1971, a CNAE foi extinta e substituída pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), que, em 1990, passou a denominar-se Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.¹⁴ Esse percurso consolidou a atuação científica brasileira num domínio considerado estratégico (Dantes 1979, 374-75).

⁹ O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949, no Rio de Janeiro, desempenhou papel importante na consolidação da física moderna no Brasil e na formação de quadros científicos especializados.

¹⁰ O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), criado em 1950, foi concebido como instituição de ensino superior voltada para a formação em engenharia e tecnologia aeronáutica, articulando ensino, investigação e desenvolvimento tecnológico em área considerada estratégica.

¹¹ O Instituto de Física Teórica (IFT), criado em 1952, teve papel relevante na formação de físicos e no fortalecimento da investigação em física teórica no Brasil.

¹² O Instituto de Energia Atômica (IEA) foi criado em 1956, por convênio entre o CNPq e a Universidade de São Paulo, e deu origem ao atual Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Em 1957, entrou em operação o reator nuclear de pesquisa IEA-R1, marco da investigação nuclear no país.

¹³ A Petrobras foi criada pela Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, no contexto das políticas de autonomia econômica e de desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira; Brasil, Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que institui a Petróleo Brasileiro S.A.

¹⁴ Brasil, Decreto n.º 51.133, de 3 de agosto de 1961, Institui o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais; Brasil, Decreto n.º 68.532, de 22 de abril de 1971, Extingue o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais e cria o Instituto de Pesquisas Espaciais; e Brasil, Decreto n.º 99.618, de 17 de outubro de 1990, art. 2.º, III, “f”.

Na segunda metade da década de 1960, novos instrumentos de financiamento reforçaram a política científica brasileira. A criação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 1967, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em 1969, fortaleceu a capacidade estatal de financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico. No início da década seguinte, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),¹⁵ autorizada em 1972 e implementada em 1973, ampliou essa lógica para o setor agropecuário, articulando investigação científica, modernização agrícola e expansão do pacote tecnológico associado à Revolução Verde (Mello e Sá 2022, 175).

Durante o regime militar (1964-1985), a ciência no Brasil recebeu investimentos significativos, sobretudo na expansão da pós-graduação e em áreas consideradas estratégicas. No entanto, esse período foi também marcado pela repressão política, pela perseguição a cientistas e pela restrição à liberdade acadêmica (Freire Júnior 2020, 11). Essa ambivalência é fundamental para compreender a política científica do período: ao mesmo tempo que o Estado ampliava a infraestrutura de investigação e financiava áreas estratégicas, restringia a autonomia universitária e submetia a produção científica a mecanismos de controle político.

Apesar dos avanços institucionais, a consolidação da ciência no Brasil enfrentou obstáculos persistentes. O desenvolvimento científico oscilou entre ciclos de crescimento e retração, refletindo as instabilidades econômicas e políticas nacionais. Uma análise publicada em 1984 identificou entraves como a insuficiência e a fragmentação dos recursos, as limitações do sistema educacional, o desequilíbrio do esforço nacional e a baixa eficácia das estruturas institucionais (Stemmer 1995, 290-92). Essas fragilidades comprometeram a continuidade das políticas de fomento e a expansão das instituições científicas, resultando em períodos de estagnação e incerteza

¹⁵ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi autorizada pela Lei n.º 5.851, de 7 de dezembro de 1972, e criada institucionalmente em 1973. A empresa tornou-se central na produção de tecnologias para a agropecuária brasileira e na adaptação, ao contexto tropical, de práticas associadas à modernização agrícola.; Brasil, Lei n.º 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa.

quanto ao futuro da investigação no país (Freire Júnior 2020b, 1-10). Como observa Schwartzman:

Após o período de expansão, passou-se com a ciência algo semelhante ao ocorrido no Brasil como um todo: muitas realizações significativas e muitos projetos interrompidos e uma incerteza generalizada sobre o futuro. (Schwartzman 2015, 370)

Essa instabilidade não se expressou apenas na descontinuidade das políticas públicas, mas também na distribuição desigual da capacidade científica no território nacional. A política científica brasileira foi marcada por forte concentração geográfica: cerca de 85% da capacidade de investigação encontrava-se nas regiões Sudeste e Sul (Stemmer 1995, 291). Esse desequilíbrio estruturou um sistema assimétrico, no qual universidades e centros de investigação dessas regiões se beneficiavam de maior infraestrutura, financiamento e redes de cooperação, enquanto outras regiões, como o Nordeste, enfrentavam barreiras significativas à consolidação institucional (Rossi 2023, 124; Schwartzman 1979, 181).

A desigualdade regional limitou a capacidade de a ciência contribuir para o desenvolvimento nacional de forma territorialmente equilibrada, perpetuando assimetrias históricas. Nesse contexto, a ampliação do acesso ao ensino superior e a descentralização da produção de conhecimento tornaram-se desafios centrais para as políticas educacionais e científicas do período.

Conforme destacam Ferri e Motoyama (1979-1981, 3), o sistema brasileiro de ciência e tecnologia estruturava-se em torno de três pilares: a formulação de políticas, associada ao CNPq; a promoção e o financiamento da investigação, vinculados à FINEP; e a atuação das instituições executoras, como universidades e centros de investigação. Para consolidar e expandir esse sistema, a criação de universidades modernas tornou-se uma estratégia política central. Essas instituições deveriam não apenas responder à crescente demanda por qualificação acadêmica, mas também reduzir desigualdades regionais, fortalecer a profissionalização da ciência e fomentar o surgimento de polos científicos fora do eixo Sudeste-Sul.

A consolidação dessas políticas de fomento e financiamento, contudo, dependia da existência de instituições capazes de executar a investigação científica e formar novos quadros. Por essa razão, a universidade assumiu lugar central na política científica brasileira do período, tornando-se simultaneamente espaço de ensino, investigação, profissionalização científica e afirmação regional.

2.1.2 Expansão do ensino superior e criação das universidades públicas

A consolidação das políticas de fomento e financiamento científico dependia da existência de instituições capazes de formar quadros qualificados e executar a investigação. Nesse sentido, a expansão do ensino superior brasileiro, intensificada a partir da década de 1950, constituiu uma das principais condições para a consolidação da ciência no país. Sob influência das diretrizes da CEPAL e da ideologia desenvolvimentista, que associavam industrialização, planejamento estatal e modernização econômica, consolidou-se a percepção de que a ciência e as universidades eram instrumentos estratégicos para a transformação social e econômica do Brasil (Schwartzman 2015, 312).

Para compreender esse processo, é necessário recuar às bases institucionais estabelecidas na década de 1930, quando o ensino superior brasileiro começou a adquirir contornos universitários mais definidos. A reforma conduzida por Francisco Campos,¹⁶ então Ministro da Educação e Saúde Pública, durante o governo de Getúlio Vargas, estruturou formalmente as universidades brasileiras ao instituir um modelo nacional de organização do ensino superior. Embora admitisse variações regionais mediante aprovação do Ministério da Educação, esse modelo permaneceu como referência por cerca de três décadas (Rothen 2008a, 143-46, 150-59).

O Decreto n.º 19.851, de 1931, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras, previa duas formas principais de organização do ensino superior: a

¹⁶ Francisco Campos (1891-1968) foi jurista e político brasileiro, Ministro da Educação e Saúde Pública no Governo Provisório de Getúlio Vargas. Teve papel central na reforma do ensino superior de 1931 e na formulação do Estatuto das Universidades Brasileiras.

universidade e o instituto isolado.¹⁷ As universidades deveriam ser compostas por, no mínimo, três institutos de ensino, escolhidos entre os de Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. O Estatuto também permitia a ampliação da estrutura universitária mediante convênios com institutos ou serviços técnicos e científicos, como ocorreu com a Universidade do Rio de Janeiro, que estabeleceu parcerias com o Instituto Oswaldo Cruz e o Museu Nacional (Cunha 2007d).

Embora instituído durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, o Estatuto refletia o processo de centralização política e a orientação autoritária assumida pelo governo federal. Esse caráter manifestava-se tanto na limitação da autonomia universitária quanto na estrutura hierárquica imposta às instituições, subordinando a organização e o funcionamento do ensino superior aos padrões definidos pelo Estado (Cunha 2007a, 163, 165–67; Rothen 2008a, 144–59). Ainda assim, o Estatuto incorporou debates promovidos por entidades como a Associação Brasileira de Educação (ABE)¹⁸ e a Academia Brasileira de Ciências (ABC),¹⁹ especialmente em torno da função social da universidade, da autonomia institucional e da articulação entre ensino e investigação. Nesse debate, confrontavam-se duas perspectivas: uma que defendia a integração entre formação profissional e produção científica; outra que propunha uma universidade voltada prioritariamente para a formação profissional (Fávero 2006, 22-23).

O projeto oficial previa uma estrutura universitária moderna, com institutos básicos de ciência, museus e uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras voltada à investigação científica e à formação de professores. Contudo, apesar desse desenho institucional inovador, a integração entre ensino e investigação permaneceu, na prática, limitada. Com frequência, a ciência foi tratada como dimensão secundária diante das exigências do ensino profissionalizante e das estruturas burocráticas então vigentes (Cunha 2007d, 371-79). Como observa Schwartzman (2001, 192-95), prevalecia a

¹⁷ Brasil, Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras

¹⁸ Criada em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE) reuniu intelectuais, pedagogos e cientistas envolvidos nos debates sobre a renovação educacional no Brasil, especialmente sob influência do movimento da Escola Nova.

¹⁹ A atual Academia Brasileira de Ciências (ABC) teve origem na Sociedade Brasileira de Ciências, criada em 1916. A instituição desempenhou papel relevante na promoção da investigação científica no país e na defesa da aproximação entre ciência, educação e políticas públicas.

concepção de que a investigação científica “podia esperar”, o que dificultou a consolidação de uma cultura universitária orientada para a ciência ao longo do século XX.

O legado institucional das décadas anteriores foi, portanto, ambíguo. A reforma dos anos 1930 esboçou uma universidade moderna, orientada para a produção do conhecimento, mas não concretizou plenamente essa vocação. Nos anos 1940 e no início da década de 1950, a proliferação de faculdades voltadas à formação profissional ampliou o acesso ao ensino superior, mas manteve a investigação científica à margem da agenda institucional, gerando frustrações na comunidade acadêmica (Paim 1981, 80; Fávero 2006, 29).

Essa lacuna ajuda a explicar a mobilização intensificada após o fim do Estado Novo (1937-1945). Com a redemocratização de 1945 e a promulgação da Constituição de 1946, inaugurou-se um novo ciclo político liberal-democrático no país. Nesse contexto, professores, investigadores e agências de fomento passaram a reivindicar padrões acadêmicos mais exigentes e políticas científicas compatíveis com os projetos de industrialização e de superação da dependência tecnológica. Ao mesmo tempo, o avanço da urbanização e o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização ampliaram a demanda por intervenção estatal na economia, incluindo a expansão e a modernização do ensino superior.

Nesse cenário de reorganização institucional e de busca por maior racionalidade no planejamento do desenvolvimento, o Estado passou a incorporar novas formas de competência técnica à administração pública. Surgiram assessorias técnico-econômicas e órgãos burocráticos voltados à modernização da máquina estatal. Engenheiros e economistas passaram, progressivamente, a ocupar o lugar antes predominante dos bacharéis em Direito como generalistas do serviço público. O Estado necessitava de técnicos capazes de diagnosticar obstáculos ao desenvolvimento e propor soluções diante da escassez de recursos (Cunha 2007d).

Paralelamente à valorização da técnica e da gestão, a ciência e a tecnologia emergiram, no contexto do pós-guerra, como pilares da soberania e do progresso nacional. Essa nova concepção impulsionou a politização dos cientistas e o seu

envolvimento em propostas de planejamento estatal. Inspirado por modelos europeus e, sobretudo, norte-americanos de política científica, esse ativismo consolidou a percepção de que o futuro do país dependia de uma atuação estratégica do Estado (Maraschin 2025, 205; Schwartzman 2008, 19). A partir de então, a ciência passou a ser encarada como política de Estado, legitimando o investimento em educação, a formação de quadros de alto nível e a valorização da investigação, elementos fundamentais para a institucionalização do campo científico e para a criação de agências de fomento como o CNPq e a CAPES (Boscariol 2013, 31; Chaimovich 2008, 4; Oliveira 2003, 6-7).

Nesse mesmo movimento, o ensino superior passou a ser compreendido como instrumento estratégico de desenvolvimento. A partir de 1945, o Brasil vivenciou uma expressiva expansão universitária, impulsionada pela valorização da educação como motor do progresso nacional. Esse processo envolveu tanto a criação de novas universidades públicas quanto a incorporação de instituições estaduais ao sistema federal de ensino. Consolidou-se, assim, a ideia de que cada unidade da federação deveria contar com ao menos uma universidade sob responsabilidade da União, o que favoreceu a interiorização do ensino superior e ampliou o acesso para além dos grandes centros urbanos (Fávero 2006, 28-30).

A magnitude dessa transformação torna-se mais clara quando se considera o ponto de partida do sistema universitário brasileiro. Em 1930, o país contava com apenas duas universidades: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 e posteriormente denominada Universidade do Brasil, e a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927. Ao final da década de 1940, esse número havia aumentado para cinco, com a transformação da Escola de Engenharia de Porto Alegre em Universidade de Porto Alegre, a criação da Universidade de São Paulo e a fundação das Faculdades Católicas, embrião da futura Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A Universidade do Distrito Federal, embora de curta duração, também contribuiu para esse processo, tendo sido posteriormente incorporada à Universidade do Brasil (Cunha 2007d).

Em 1945, portanto, o sistema universitário brasileiro ainda era incipiente: reunia cinco universidades — Universidade do Brasil, Universidade de Porto Alegre, Universidade de São Paulo, Universidade de Minas Gerais e Universidade Católica do Rio

de Janeiro — além de 293 institutos isolados (Cunha 2007d). A aceleração do processo de expansão foi favorecida pelo Decreto-Lei n.º 8.457, de 26 de dezembro de 1945, que flexibilizou os critérios estabelecidos pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.²⁰ Até então, exigia-se que cada universidade fosse composta por, no mínimo, três unidades de ensino superior. Com a nova norma, passou a ser suficiente a existência de duas dessas unidades, desde que estivessem entre as faculdades de Filosofia, Direito, Medicina ou Engenharia. Essa alteração permitiu a criação de universidades com estruturas mais enxutas e viáveis, sem a obrigatoriedade de faculdades de Medicina ou Engenharia, cuja manutenção exigia investimentos mais elevados (Cunha 2007d).

Os efeitos dessa flexibilização logo se fizeram sentir. Em 1954, o Brasil já contava com 16 universidades, entre elas a Universidade do Brasil, a Universidade de São Paulo, a Universidade do Recife e a Universidade do Rio Grande do Sul, além de universidades confessionais, como as Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul (Cunha 2007d).

Esse impulso intensificou-se na década seguinte. Entre 1955 e 1964, novas instituições foram criadas em diferentes regiões do país, entre elas a Universidade do Pará, a Universidade do Maranhão, a Universidade do Ceará, a Universidade de Brasília e a Universidade de Santa Maria. Entre 1946 e 1970, a rede pública de ensino superior passou por uma das suas fases mais intensas de crescimento, com a criação de 43 universidades. No Sudeste, surgiram treze novas instituições além das cinco já existentes; no Sul, foram acrescentadas dez universidades às três já implantadas; o Centro-Oeste recebeu três universidades federais; o Nordeste passou a contar com uma rede universitária pública mais estruturada, composta por universidades federais e estaduais; e, na região Norte, foram criadas duas universidades federais.²¹

Paralelamente à expansão da rede pública, o setor privado também se consolidou como alternativa de formação superior. A partir dos anos 1950,

²⁰ Brasil, Decreto-Lei n.º 8.457, de 26 de dezembro de 1945, que dá nova redação ao artigo 5.º do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931

²¹ Levantamento realizado pela autora com base em informações disponíveis nos sítios oficiais das universidades e na lista de instituições de ensino superior divulgada pelo Ministério da Educação (MEC), posteriormente verificado e corrigido.

universidades confessionais, especialmente as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), ampliaram a oferta de vagas e contribuíram para a diversificação do sistema universitário brasileiro. Embora menores em número, essas instituições combinaram ensino profissional, identidade religiosa e ação social, desempenhando papel relevante na ampliação do acesso ao ensino superior (Durham 1998, 4).

Nesse contexto de expansão institucional e diversificação do sistema, a atuação da CAPES, do CNPq e, posteriormente, da FINEP foi decisiva para o fortalecimento da investigação científica e da qualificação docente. Ao apoiarem programas de pós-graduação e concederem bolsas de estudo, essas agências contribuíram para transformar a formação de mestres e doutores em objetivo estratégico do Estado. Esse processo foi reforçado pela promulgação da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reorganizou o enquadramento jurídico do sistema de ensino brasileiro, em 1961, que instituiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e representou um marco legal importante para a organização do ensino superior no país.²²

Embora o Estatuto da Universidade do Brasil já mencionasse a “pós-graduação” nos anos 1940, foi apenas na década de 1960, sob influência de modelos norte-americanos e europeus, que esses cursos passaram a adquirir estrutura institucional própria e sistemática (Bottoni et al. 2013, 29; Schwartzman 2015, 342-346; Fávero 2006, 34).

A consolidação desse modelo coincidiu, contudo, com a ascensão do regime militar (1964-1985), que impôs um paradoxo à universidade brasileira. De um lado, o Estado autoritário deu continuidade, e mesmo acelerou, à expansão do ensino superior, estimulou cursos técnico-científicos e ampliou a pós-graduação com apoio das agências de fomento. De outro, reprimiu a participação política, enfraqueceu instâncias colegiadas, cerceou liberdades acadêmicas e perseguiu docentes e estudantes considerados subversivos. Assim, o mesmo Estado que exigia quadros altamente

²² Brasil, Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

qualificados limitava o debate crítico e o pluralismo, pilares da vida universitária (França 2009, 129-30).

Além das tensões políticas, a expansão universitária também evidenciou desigualdades estruturais. A criação de escolas e faculdades estaduais, muitas das quais seriam posteriormente federalizadas, revelou as disparidades económicas e culturais entre as diferentes regiões do país. Como mostra Sampaio (1991, 12-13), o surgimento de novas universidades resultou de disputas, negociações e compromissos entre intelectuais, lideranças locais e burocratas estatais, em estreita articulação com o avanço urbano-industrial desigual no território nacional.

Nesse cenário de contradições, o governo militar promoveu, em 1968, uma ampla Reforma Universitária, regulamentada pela Lei n.º 5.540.²³ Elaborada no auge do contexto autoritário, a reforma foi influenciada pelos relatórios do consultor norte-americano Rudolph Atcon²⁴ e da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), produzidos no âmbito dos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).²⁵ A proposta previa apoio técnico e financeiro norte-americano à reestruturação do ensino superior brasileiro e introduzia um modelo baseado na racionalização administrativa e na modernização estrutural.

Entre as principais medidas associadas à reforma estavam a extinção das cátedras vitalícias, a implantação de departamentos e do sistema de créditos, a criação do ciclo básico, o estabelecimento do regime de dedicação exclusiva, a flexibilização do currículo e do calendário académico, a unificação progressiva dos exames vestibulares e a criação de cursos superiores de curta duração. Essas medidas estavam alinhadas à

²³ Brasil, Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média

²⁴ Rudolph Atcon foi um consultor educacional norte-americano associado a projetos de reforma universitária na América Latina. O seu relatório de 1966, produzido no contexto dos debates sobre a modernização do ensino superior brasileiro e dos acordos MEC-USAID, exerceu influência significativa na formulação da Reforma Universitária de 1968.

²⁵ Os acordos MEC-USAID consistiram em convênios firmados, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States Agency for International Development. Previam assistência técnica e financeira para a reestruturação do ensino superior brasileiro e tiveram impacto expressivo nas reformas promovidas durante o regime militar.

lógica da industrialização pesada, orientadas para a formação de recursos humanos qualificados em áreas técnico-científicas, e aproximavam-se do modelo universitário norte-americano (Vechia e Gomes Ferreira 2020, 138-47).

A reforma, no entanto, foi alvo de duras críticas por parte de intelectuais como Florestan Fernandes, que a classificou como uma “reforma consentida” e, de modo mais incisivo, como uma “anti-reforma” (Fernandes 1970, 968; 1989, 106; Júnior e Nascimento 2016, 209). Em sua leitura, tratava-se de uma modernização educacional conservadora, conduzida pelas classes dominantes brasileiras em aliança com o capital internacional. Segundo Fernandes, o objetivo central não era a transformação estrutural da universidade, mas a sua adequação aos interesses do capitalismo dependente e ao projeto político conservador da ditadura (Lima 2006, 6). A influência dos acordos MEC-USAID foi, assim, interpretada como expressão de tutela externa e de aprofundamento da dependência educacional. A mercantilização da educação, a proposta de cobrança de mensalidades nas universidades públicas, a introdução de representantes empresariais nos órgãos superiores e a submissão da universidade à lógica do mercado foram, para ele, sinais do “privatismo exaltado” das elites brasileiras (Fernandes 1970, 988-89).

Diante desse percurso, o pós-guerra pode ser compreendido como um período de reconfiguração profunda do ensino superior brasileiro. De um lado, revelou os limites do modelo universitário herdado da década de 1930, marcado por estruturas rígidas, profissionalização estreita e limitada integração entre ensino e investigação. De outro, impulsionou mudanças estruturais: a criação de universidades públicas, a expansão da pós-graduação, o crescimento do setor privado e a Reforma Universitária de 1968 consolidaram a universidade como eixo estratégico do projeto desenvolvimentista nacional. Esse processo, contudo, permaneceu atravessado por desigualdades regionais persistentes, restrições à autonomia institucional e disputas em torno dos sentidos da modernização universitária.

Essa trajetória nacional constitui o enquadramento necessário para compreender a criação e a federalização de universidades fora dos centros científicos mais consolidados. No caso do Rio Grande do Norte, a formação da Universidade do Rio

Grande do Norte e a sua posterior federalização devem ser analisadas à luz desse movimento mais amplo de expansão universitária, profissionalização científica e descentralização desigual da produção de conhecimento.

2.1.3 A universidade como espaço estruturado de pesquisa científica

A consolidação da investigação científica nas universidades brasileiras foi um processo lento e conflituoso, marcado por disputas entre modelos institucionais, heranças académicas e interesses políticos. Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o ensino superior no país seguiu uma lógica liberal-profissionalizante, centrada na formação de quadros para profissões como Direito, Medicina e Engenharia, em escolas isoladas e fragmentadas. A produção científica, por sua vez, desenvolveu-se sobretudo em institutos especializados, como o Instituto Agronómico de Campinas (1887), o Instituto Butantan (1899) e o Instituto Oswaldo Cruz (1900), criados para responder a demandas sanitárias, agrícolas e industriais, mas desvinculados da universidade (Durham 1998, 4; Lucchesi 2011, 6; Schwartzman 1979, 136-39).

Esse modelo contrastava com a concepção de universidade associada a Wilhelm von Humboldt, no início do século XIX, na Alemanha, que propunha a articulação entre ensino, investigação e formação cultural ampla.²⁶ No Brasil, a transição do modelo profissionalizante e fragmentado para a universidade como espaço de produção de conhecimento ocorreu de forma gradual e tensionada. A partir das décadas de 1930 e 1940, influenciada por esse ideal e pelos debates sobre modernização nacional, consolidou-se a ideia de que a universidade deveria formar investigadores e produzir conhecimento científico. Essa visão foi defendida por entidades como a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que propunham

²⁶ O chamado modelo humboldtiano de universidade, associado à criação da Universidade de Berlim em 1810, defendia a unidade entre ensino e investigação, a liberdade académica e a formação intelectual ampla (*Bildung*), concebendo a universidade como espaço de produção autónoma do conhecimento, e não apenas como instituição de formação profissional.

uma universidade voltada ao cultivo da ciência, não subordinada apenas a finalidades práticas imediatas (Paim 1981, 35; Almeida 1989, 195).

As primeiras experiências institucionais orientadas por esse ideal emergiram na década de 1930, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Ambas foram concebidas como respostas aos anseios de modernização do ensino superior, com ênfase na ciência básica, na formação docente e na produção de conhecimento.²⁷

A UDF, idealizada por Anísio Teixeira²⁸ e instituída no Rio de Janeiro, representou uma experiência inovadora de ensino superior, inspirada em modelos internacionais, entre eles o da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América. Conforme o Decreto n.º 5.513, de 1935, a instituição articulava ensino, investigação e extensão numa estrutura interdisciplinar, organizada em institutos centrais, com currículos integrados e formação ampla nos dois primeiros anos. A UDF valorizava a formação pedagógica, a dedicação exclusiva dos docentes e a produção de conhecimento, materializando concepções defendidas por intelectuais reunidos na ABE e na ABC, que viam a universidade como espaço de atividade científica livre e de produção cultural não imediatamente utilitária (Teixeira 1998, 40).

A Escola de Ciências da UDF, por exemplo, priorizava a investigação científica e incentivava a iniciação dos estudantes em centros dedicados a áreas como os estudos geográficos e sociológicos. A presença de professores estrangeiros, convidados para áreas estratégicas, contribuiu para elevar a qualidade da formação acadêmica. Extinta em 1939 pelo Estado Novo, a UDF teve parte de seu legado retomado na década de 1960, especialmente com a criação da Universidade de Brasília (UnB), concebida por Darcy

²⁷ Expressão associada à defesa de uma produção de conhecimento não subordinada a finalidades utilitárias imediatas, orientada pela investigação livre, pela formação intelectual ampla e pela compreensão do mundo como valor em si. No contexto universitário, essa concepção aproximava-se de correntes científicas e educacionais humanistas que defendiam a autonomia da atividade intelectual.

²⁸ Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) foi intelectual, educador e formulador de políticas públicas brasileiro. Um dos principais defensores da educação pública e da universidade como espaço de produção científica e cultural, participou da concepção da Universidade do Distrito Federal (1935) e da Universidade de Brasília (1961), propondo a articulação entre ensino, investigação e extensão (Fávero 2008, 161–80).

Ribeiro e Anísio Teixeira como uma nova experiência de universidade moderna (Vincenzi 1986, 23-28; Fávero 2008, 165-71; Ribeiro 1997, 230).

No mesmo período, a criação da USP consolidou outra tentativa decisiva de institucionalizar a universidade orientada à investigação. Estruturada mediante a incorporação de escolas e institutos existentes, como as Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola Politécnica, a USP teve na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) o núcleo de articulação entre formação docente e produção científica. A FFCL correspondia ao modelo de unidade acadêmica previsto pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 para promover a investigação científica e a formação de professores, tendo sido implementada de forma pioneira na USP, em 1934. Organizada em três secções — Filosofia, Ciências e Letras —, reuniu cátedras de disciplinas centrais, muitas delas lideradas por professores estrangeiros, como Gleb Wataghin²⁹ e Heinrich Rheinboldt.³⁰ A partir desse núcleo, formaram-se institutos especializados, como os de Física, Química e Biociências, que se tornaram referências nacionais (Mendonça 2000, 136; Motoyama 2004, 258).

Apesar dessas inovações, a institucionalização da investigação científica avançou de forma desigual. Segundo Cunha (2007b, 135), embora as Faculdades de Filosofia tivessem sido criadas com a missão de formar professores e investigadores, a maioria não dispunha de condições materiais para cumprir esse objetivo. Até 1953, das 45 Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras existentes nas universidades brasileiras, menos de 1.500 pessoas haviam concluído cursos de Ciências Naturais. A produção científica concentrava-se sobretudo na USP e na Universidade do Brasil, que absorveu parte da experiência institucional da antiga UDF. Em muitas instituições, predominavam professores improvisados, infraestrutura precária e ausência de laboratórios.

²⁹ Gleb Wataghin (1899-1986) foi um físico de origem russa, naturalizado italiano, convidado para organizar a área de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Teve papel central na formação da primeira geração de físicos brasileiros e no desenvolvimento de pesquisas em raios cósmicos, contribuindo para a consolidação da física moderna no Brasil.

³⁰ Heinrich Rheinboldt (1891-1955) foi um químico alemão, professor da Universidade de Bonn, convidado para organizar a área de Química da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. A sua atuação foi decisiva para a implantação de práticas laboratoriais, currículos científicos modernos e uma cultura de investigação em química no país.

A partir da década de 1950, a concepção da universidade como espaço de investigação foi reforçada pela agenda desenvolvimentista e pela atuação de organismos internacionais, como a CEPAL e a UNESCO. Nesse contexto, a universidade passou a ser vista como motor do desenvolvimento dos países em posição periférica na divisão internacional da produção científica e tecnológica, com papel estratégico na formação de recursos humanos qualificados, na geração de inovação científica e na redução da dependência tecnológica em relação aos países centrais. Essa perspectiva orientou políticas públicas que incentivaram a criação de institutos de investigação vinculados às universidades, reunindo infraestrutura laboratorial, investigadores em tempo integral e núcleos de pós-graduação. Tais diretrizes seriam incorporadas, com maior sistematização, pelas políticas nacionais de fomento e por novas experiências institucionais, como a criação da Universidade de Brasília (Motoyama 2004, 312).

A fundação da CAPES e do CNPq, em 1951, contribuiu decisivamente para esse processo. Por meio da concessão de bolsas, do financiamento à investigação e do apoio à formação de quadros, essas agências ajudaram a estruturar centros de excelência e a articular ensino superior, investigação científica e qualificação docente. Esse movimento intensificou-se na década de 1960, com a criação da UnB e, posteriormente, com a Reforma Universitária de 1968 (Almeida-Guimarães e Chaves-Edler de Almeida 2012, 5-6; Winkler 2019, 101).

Um dos exemplos mais expressivos desse novo modelo institucional foi a Universidade de Brasília (UnB), criada em 1961. Idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, a UnB foi concebida como uma universidade voltada ao desenvolvimento nacional e à superação das desigualdades, incorporando princípios do nacional-desenvolvimentismo. Neste contexto, o nacional-desenvolvimentismo compreendia um conjunto de ideias e políticas que atribuía ao Estado papel estratégico na promoção da industrialização, da modernização económica, da formação de recursos humanos e da superação da dependência estrutural do país. No campo educacional e científico, essa perspectiva reforçava a centralidade da universidade, da investigação científica e da formação técnica como instrumentos de transformação social e económica (lores e lores 2013, 419; Cano 2015, 448).

Inspirada na experiência da UDF, a UnB foi estruturada em institutos centrais e departamentos, com ênfase na interdisciplinaridade, na dedicação docente e na articulação entre ensino e investigação. Tornou-se, assim, um modelo alternativo ao sistema tradicional e influenciou parcialmente a Reforma Universitária de 1968, sendo reconhecida como uma das experiências precursoras da modernização universitária brasileira (Ribeiro 1997, 230; Teixeira 1961, 192-212; Cunha 2007b).

O modelo dos institutos centrais, ensaiado na UDF e retomado pela UnB, tornou-se uma das principais inovações organizacionais do período. Essa proposta foi sistematizada com a criação da Comissão Supervisora do Plano de Institutos (COSUPI), no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, em 1958. O plano previa a instalação de institutos universitários com dedicação exclusiva, infraestrutura própria e foco na produtividade científica. Embora tenha enfrentado críticas pela possibilidade de sobreposição às faculdades existentes, antecipou diretrizes que seriam consolidadas pela Reforma Universitária de 1968 (Cunha 2007b, 134).

A Reforma Universitária de 1968 representou a mais profunda reorganização do ensino superior brasileiro no século XX. Implementada sob o regime militar, respondeu a pressões internas, como o crescimento das mobilizações estudantis e a ampliação da demanda por formação superior, bem como a pressões externas relacionadas aos acordos com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).³¹ Esses acordos defendiam a racionalização da estrutura universitária e a formação de quadros técnicos voltados à industrialização (Vechia e Ferreira 2020, 141; Silva e Ferreira 2024, 12-15).

A elaboração da reforma envolveu disputas internas no governo, especialmente entre o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU) e a Comissão Meira Mattos, cabendo ao Conselho Federal de Educação (CFE) papel central na definição dos princípios que embasaram a legislação. A Lei n.º 5.540 extinguiu o regime de cátedras,

³¹ A United States Agency for International Development (USAID) é uma agência do governo dos Estados Unidos criada em 1961, no contexto da política externa norte-americana de cooperação internacional para o desenvolvimento. No Brasil, atuou em convênios firmados com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante os anos 1960, influenciando reformas educacionais, incluindo a Reforma Universitária de 1968. Ver Vechia e Ferreira (2020, 134-55).

instituiu os departamentos como unidades básicas, previu a dedicação exclusiva progressiva e consolidou a pós-graduação como eixo estruturante da formação científica e docente. A adoção dos departamentos favoreceu a organização de núcleos de investigação mais dinâmicos e colaborativos, substituindo a verticalidade hierárquica das cátedras. A valorização do regime de dedicação exclusiva, embora implementada de forma gradual, reforçou a indissociabilidade entre ensino, investigação e extensão (Rothen 2008b, 454-71; Camacho 2005, 123; Cunha 2007c, 62).³²

Embora tenha contribuído para a institucionalização da investigação científica e da pós-graduação, a Reforma também consolidou lógicas tecnocráticas e autoritárias, subordinando a universidade aos imperativos do desenvolvimento económico sob forte controlo estatal. O seu legado foi, portanto, ambivalente: modernizou a estrutura universitária e fortaleceu a ciência, mas fê-lo sob uma lógica excludente, vinculada ao regime militar e às suas formas de controlo político (Camacho 2005, 28-130).

Ao longo do século XX, a universidade consolidou-se como o principal espaço institucional da prática científica no Brasil. Inicialmente orientado para o ensino profissionalizante, o ensino superior permaneceu, durante muito tempo, pouco articulado à investigação. A criação da FFCL na USP, em 1934, e da UDF, em 1935, representou experiências precursoras dessa integração. A consolidação institucional da investigação ocorreu no pós-guerra, com a criação da CAPES e do CNPq, e foi fortalecida pela Reforma de 1968, que reorganizou a estrutura universitária, instituiu o regime de dedicação exclusiva e valorizou a titulação docente. Com isso, as universidades públicas, especialmente as federais, afirmaram-se como os principais centros de produção científica do país e como instituições estratégicas para a articulação entre ciência, cultura e desenvolvimento.

Apesar da centralidade adquirida pelas universidades públicas, os institutos de investigação não universitários, criados em resposta a demandas estatais nas áreas da saúde, agricultura e tecnologia, continuaram a desempenhar papel relevante, muitas

³² Brasil, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, art. 207, que estabelece o princípio da indissociabilidade entre “ensino, pesquisa e extensão”.

vezes em relação de complementaridade ou tensão com o modelo acadêmico universitário (Cunha 2007c; Motoyama 2004, 323; Schwartzman 2015, 358-59).

Esse processo de institucionalização da investigação, embora orientado por diretrizes nacionais, desenvolveu-se de forma desigual entre as regiões do país. Fora do eixo Rio-São Paulo e, mais amplamente, das regiões Sudeste e Sul, a consolidação da universidade como espaço de produção científica enfrentou desafios persistentes, como infraestrutura limitada, escassez de profissionais qualificados e ausência de centros de investigação consolidados. Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e outros centros universitários mais estruturados concentravam a maior parte das atividades de investigação e beneficiavam de melhores condições institucionais e de mecanismos mais sólidos de financiamento, outras regiões operavam em contextos marcados por carências estruturais e dificuldades organizacionais (Ferreira et al. 2008, 54, 63, 68; Carlotto 2008, 140-53).

No caso do Rio Grande do Norte, essas limitações articularam-se a dinâmicas políticas e institucionais locais, que moldaram a implantação do ensino superior e a organização da investigação científica. A criação da Universidade do Rio Grande do Norte e, posteriormente, do Instituto de Antropologia não resultou apenas da expansão administrativa do ensino superior, mas expressou também disputas locais por reconhecimento científico, acesso a recursos, formação de quadros e inserção em redes nacionais de investigação. É a partir dessa tensão entre política nacional e condições regionais que se deve situar a experiência científica norte-rio-grandense entre as décadas de 1950 e 1970.

2.2 A ciência e o ensino superior no Rio Grande do Norte

O processo de institucionalização da ciência no Rio Grande do Norte, entre as décadas de 1950 e 1970, deve ser compreendido à luz de um percurso anterior, marcado por iniciativas dispersas, mas significativas, nos campos do ensino, da cultura e das práticas científicas. Antes da criação da Universidade do Rio Grande do Norte, o estado já contava com uma rede incipiente de instituições escolares, faculdades isoladas,

associações profissionais e espaços culturais que contribuíam para a formação de quadros locais e para a circulação de saberes. Ainda que descontínuas e frequentemente limitadas por fragilidades estruturais, essas experiências revelam os primeiros movimentos de consolidação de um ambiente intelectual e científico no território norte-rio-grandense.

A partir da década de 1920, observa-se entre as elites intelectuais locais um despertar crítico em relação a modelos económicos e sociais considerados obsoletos. Esse movimento envolveu médicos, cronistas, jornalistas, políticos, professores, escritores, artistas e cientistas empenhados em consolidar uma base institucional para a produção intelectual no estado. Impulsionados por uma consciência modernizadora, esses grupos passaram a compreender a educação e a cultura como instrumentos fundamentais para acompanhar as transformações de uma economia em processo de industrialização e responder aos anseios de modernização da capital e do interior do Rio Grande do Norte (Araújo, Stamatto e Neta 2019, 21; Moraes 2010, 43; Mendes 2018, 4; Medeiros Neta 2007, 41; Nobre 2023, 22).

Inseridas num movimento nacional mais amplo de valorização do ensino e da ciência, as elites políticas e intelectuais norte-rio-grandenses passaram a empreender esforços concretos para criar e fortalecer espaços dedicados ao conhecimento, à cultura e à formação científica. Essas iniciativas refletiam preocupações com o desenvolvimento educacional e intelectual da região e articulavam-se aos debates sobre o papel da ciência e da universidade no projeto de modernização brasileira (Souza 1984, 17).

O primeiro esforço institucional voltado ao ensino superior no Rio Grande do Norte remonta à década de 1920, quando o governo estadual autorizou, por meio da Lei n.º 497, de 2 de dezembro de 1922, a criação da Escola de Farmácia de Natal. A sua instalação, contudo, ocorreu apenas em janeiro de 1923, por meio do Decreto n.º 192. Apesar das limitações estruturais e da ausência de orçamento próprio, o governador Antônio José de Melo e Souza, reconhecido incentivador da cultura, nomeou médicos e farmacêuticos de prestígio para compor o corpo docente, revelando o empenho das elites locais na criação de uma formação superior em âmbito estadual (Medeiros 1980, 157-59).

Ainda em dezembro de 1923, a instituição foi rebatizada como Escola de Farmácia e Odontologia de Natal, após a aprovação, pela Lei n.º 570, de um curso de Odontologia que, no entanto, nunca chegou a funcionar. A escola diplomou apenas uma turma, em novembro de 1925, composta por dois farmacêuticos. Pouco tempo depois, foi desativada em decorrência de disputas políticas entre o então governador José Augusto e o seu antecessor, Melo e Souza, cujas rivalidades pessoais se sobrepuseram aos interesses educacionais do estado (Araújo, Stamatto e Neta 2019, 20).

Ainda que marcado por um breve ciclo de institucionalização interrompida, esse período assistiu ao surgimento de outras iniciativas educacionais. Em 1925, foram criadas três Universidades Populares no estado, localizadas em Natal, Goianinha e Touros. Inspiradas no modelo francês do final do século XIX, essas experiências procuravam ampliar o acesso ao conhecimento científico e filosófico entre trabalhadores e grupos socialmente vulneráveis (Almeida e Corrêa 2022, 5; Casulo 2017, 633). No contexto norte-rio-grandense, contudo, assumiram feições particulares, moldadas pela influência do governo estadual, da Igreja Católica e dos grandes proprietários rurais. Tal configuração conferiu-lhes um caráter conservador, mais orientado para o controlo social do que para a emancipação intelectual originalmente proposta (Souza 1984, 26).

Embora de curta duração, essas primeiras iniciativas assinalaram a presença, no Rio Grande do Norte, de um ideal de educação popular inspirado em referências europeias. Esse ideal seria retomado, com outros fundamentos culturais e humanistas, no pós-guerra, na proposta de Universidade Popular formulada por Luís da Câmara Cascudo.

Mesmo diante dessas limitações iniciais, o movimento intelectual local manteve-se ativo ao longo da década de 1930. Um marco importante foi a fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte, em agosto de 1931, por iniciativa da comunidade médica norte-rio-grandense e sob a liderança de Januário Cicco,³³ figura

³³ Januário Cicco (1881-1952) foi médico e sanitarista norte-rio-grandense, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, e uma das figuras centrais da institucionalização da medicina no Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. A sua atuação articulou assistência hospitalar, saúde pública, formação médica e modernização urbana. Esteve ligado à organização do Hospital de Caridade Juvino

central na história da medicina regional. Solenemente instalada em 30 de agosto do mesmo ano, a Sociedade desempenhou papel estratégico na estruturação da medicina como campo científico no estado. As suas atribuições incluíam o registo e a fiscalização do exercício profissional, o fortalecimento da organização médica, o intercâmbio técnico entre profissionais e a promoção da formação continuada, por meio de sessões ordinárias conhecidas como “pautas científicas”. Entre 1931 e 1940, essas sessões constituíram espaços privilegiados de atualização e debate, contribuindo para a difusão de saberes e o aperfeiçoamento das práticas médicas locais (Davim 1999, 25-26).

Inserida nesse mesmo processo de fortalecimento das iniciativas culturais e educacionais, destaca-se a criação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, fundada em 1936 por um grupo de intelectuais liderado por Luís da Câmara Cascudo. Inicialmente organizada em encontros informais realizados na residência de Cascudo, a Academia foi oficialmente instalada em 15 de maio de 1937, no Instituto de Música do Rio Grande do Norte. Conforme estabelecido em seu estatuto original, tinha como missão promover a língua portuguesa, a literatura, as ciências e as artes, com especial ênfase nos campos da história, sociologia, folclore, crítica literária, poesia, ficção e comunicação social (Lopes 2016, 59).

Nos anos seguintes, novas instituições reforçaram o processo de institucionalização cultural e científica no estado. Em 1941, foram criadas duas entidades de destaque: a Sociedade Brasileira de Folclore, também liderada por Câmara Cascudo, voltada à investigação e à sistematização do folclore nacional e regional; e o Instituto Filosófico São João Bosco, destinado à formação acadêmica de membros da congregação salesiana, no âmbito do esforço da Igreja Católica de qualificação intelectual e religiosa (Barros e Melo 2020, 170). Essas iniciativas expressam o alargamento das fronteiras entre ciência, cultura e religião no projeto de modernização local, ao mesmo tempo que mostram o papel central de um núcleo restrito de intelectuais na construção de um ambiente progressivamente institucionalizado.

Barreto, posteriormente Hospital Miguel Couto, à Sociedade de Assistência Hospitalar e à idealização da Maternidade de Natal, instituições fundamentais para a estruturação dos serviços de saúde e para a criação de condições materiais e profissionais que antecederam a Faculdade de Medicina de Natal.

Esse movimento articulava-se a um conjunto mais amplo de transformações urbanas e sociais que remodelavam Natal desde as primeiras décadas do século XX. A chegada do bonde e da energia elétrica, a abertura de estradas, as obras no porto, o alargamento de ruas e a criação de praças, jardins, teatros, cinemas e clubes evidenciavam o empenho das elites locais em projetar uma capital moderna, afinada com os ideais de progresso e civilização (Andrade 2009, 24; Silva 2014, 31).

Durante a Segunda Guerra Mundial, esse processo intensificou-se com a instalação da Base Aérea de Parnamirim e a presença de tropas norte-americanas na região. O impacto foi imediato: crescimento populacional, reconfiguração dos serviços urbanos e incorporação de novos hábitos de consumo, vestuário, alimentação e sociabilidade. Cafés, bares, hotéis, restaurantes e lojas passaram a compor o cotidiano da capital, enquanto a circulação de saberes técnicos e modos de vida estrangeiros deixou marcas duradouras na cidade (Santos 1994, 129; Souza 1984, 33-34; Pedreira 2005, 100).

A convivência com oficiais brasileiros e norte-americanos especializados em áreas diversas da ciência e da tecnologia tornou mais evidente, para as elites locais, a vulnerabilidade técnica e educacional do estado. Como observa Itamar de Souza, esse contacto direto revelou às lideranças norte-rio-grandenses a urgência de superar limitações institucionais e ampliar a formação de quadros qualificados (Souza 1984, 33-34). Inspiradas por experiências bem-sucedidas de outros estados, figuras influentes do Rio Grande do Norte intensificaram a mobilização para criar instituições de ensino superior e consolidar ambientes voltados à produção científica e cultural (Silva 2014, 31-32).

A partir de 1945, essa mobilização resultou na criação de faculdades isoladas em Natal, configurando um marco decisivo na trajetória do ensino superior local. Foram fundadas, entre outras, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1947; a Faculdade de Direito, em 1949; a Faculdade de Medicina, em 1955; a Faculdade de Filosofia, em 1956; e a Escola de Engenharia, em 1957. Essas instituições respondiam à crescente demanda por formação técnica, científica, humanística e profissional, refletindo tanto o

projeto de modernização do estado quanto as aspirações de ascensão social das elites urbanas.

Nesse ambiente de expansão educacional e cultural, Luís da Câmara Cascudo apresentou, em 1948, a proposta de criação de uma Universidade Popular no Rio Grande do Norte. Longe de ser inédita ou isolada, a iniciativa inseria-se numa tradição transnacional de democratização do saber, consolidada desde o final do século XIX na Europa e retomada, com diferentes sentidos, na América Latina ao longo do século XX.

Na França, as *Universités Populaires*, criadas na década de 1890, buscavam difundir o conhecimento científico e filosófico entre as classes trabalhadoras urbanas, sob ideais republicanos, laicos e emancipatórios (Elwitt 1982, 57-58). Em outros contextos europeus, experiências semelhantes, como os *Working Men's Colleges* e a *Workers' Educational Association*, na Inglaterra, ou a Universidade Popular Portuguesa, fundada em 1919 e associada à atuação de Bento de Jesus Caraça, articularam educação, cultura geral, formação cívica e participação social (Sutcliffe 2014, 143; Domingos 2011, 154-56). Na América Latina, esse horizonte ganhou novo impulso com a Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, que defendeu uma universidade laica, autónoma, democrática e comprometida com os problemas sociais. Esse movimento estimulou experiências de Universidades Populares em países como México, Chile, Uruguai, Peru e Brasil, caracterizadas por diversidade institucional, pluralismo cultural e diferentes graus de engajamento político (Demichelli e Silva 2025, 292, 297, 300).

No Brasil, a ideia de Universidade Popular foi apropriada de formas variadas. Em alguns casos, assumiu contornos emancipatórios e progressistas; em outros, foi instrumentalizada como ferramenta de educação moralizante e controlo social, sobretudo quando mediada por elites conservadoras ou pela Igreja Católica. Essa ambiguidade revela a plasticidade histórica do termo, ora associado à difusão cultural, ora à formação técnica, ora à ação política (Demichelli e Silva 2025, 292).

Foi nesse horizonte que Câmara Cascudo retomou a proposta de uma Universidade Popular, agora reformulada segundo uma orientação cultural, formativa e participativa. Influenciado por concepções humanistas e por referências europeias que circulavam em Natal no pós-guerra, o escritor defendeu a criação de uma “tribuna para

divulgação cultural”, destinada a promover debates sobre História, Literatura, Sociologia, Urbanismo, Medicina, Direito, Arqueologia e Antropologia. O objetivo era formar uma consciência crítica e ampla, capaz de partir do local para alcançar escalas mais abrangentes: “nordestino, brasileiro, sul-americano, continental e humano”.³⁴

A proposta declarava-se inspirada no modelo belga de universidades populares, adaptado às condições sociais e intelectuais locais. Como afirmou Câmara Cascudo à imprensa, “a Universidade Popular nasce sob a inspiração da Universidade Popular belga com as modificações locais e lógicas. Não é uma roupa feita recortada, mas apenas um figurino adaptado à rural”.³⁵

Com forte simbolismo político, a instalação da Universidade Popular foi marcada para 1.º de maio, Dia do Trabalhador, gesto que reafirmava a intenção de democratizar o saber e vinculá-lo às lutas sociais. A solenidade ocorreu no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde a instituição funcionou por cerca de um ano, promovendo vinte e uma conferências públicas sobre temas variados. As atividades incluíram desde a “História da Literatura do Rio Grande do Norte”, ministrada pelo próprio Cascudo, até debates sobre saúde pública, como a “Batalha Anti-Malária”, apresentada por Antônio Melo de Siqueira, diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde (Cascudo 2018, 15-16). Tratava-se menos de um curso estruturado e mais de um espaço de trocas acessíveis, livres e plurais, com vocação para a formação cultural ampliada.

Uma das principais inovações da experiência era o seu caráter participativo e horizontal. Segundo Cascudo, todos seriam, ao mesmo tempo, professores e alunos, compondo um espaço aberto de diálogo e aprendizagem mútua. A proposta rejeitava a lógica tradicional das universidades formais — “nem há Reitor, nem há cátedra” — e procurava substituir a retórica pelo debate público e pela exposição clara de ideias. As atividades seriam organizadas em mesas-redondas, painéis e apresentações acessíveis, aproximando o conhecimento das camadas populares. Em metáfora expressiva, Câmara

³⁴ “Fundação da ‘Universidade Popular do R. Grande Norte’.” 1948. *Diário de Natal* (Natal), 28 de abril, 1. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁵ “Fundação da ‘Universidade Popular’,” 1.

Cascudo sintetizou: “A Universidade é uma caixinha de vidro, ao alcance de todos os olhos”.³⁶

Embora de curta duração, a iniciativa exerceu influência significativa sobre as elites intelectuais da capital, ao evidenciar a relevância de uma instituição universitária abrangente, crítica e enraizada no contexto local. Segundo Souza (1984, 29), a proposta de Câmara Cascudo, permeada por uma cultura humanista e transdisciplinar, despertou entre os intelectuais norte-rio-grandenses uma “consciência de valor” que contribuiu para o amadurecimento da ideia de criação de uma universidade propriamente dita, projeto que ganharia corpo no final da década de 1950. O espírito dessa proposta foi sintetizado por Cascudo na frase com que encerrou a cerimônia de instalação, ao citar o Evangelho de João: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”.³⁷ O gesto conferiu à iniciativa forte densidade simbólica: ainda que voltada à formação cultural e à difusão pública do saber, a Universidade Popular afirmava o conhecimento como força de libertação intelectual.

A despeito de seu encerramento precoce, a Universidade Popular de 1948 deixou marcas duradouras no ambiente intelectual do Rio Grande do Norte, ao afirmar a centralidade da cultura e do saber no projeto de desenvolvimento regional. A sua proposta antecipou debates sobre a função social da universidade e estimulou a consolidação de redes locais de produção e difusão do conhecimento.

Ainda que muitas dessas iniciativas tenham sido posteriormente descontinuadas ou limitadas por dificuldades estruturais, elas revelam o esforço persistente de grupos intelectuais locais para criar espaços de produção e circulação do conhecimento no estado. Nesse processo, práticas científicas emergentes articularam-se cada vez mais à dinâmica cultural e educativa regional, abrindo caminho para a fundação da Universidade do Rio Grande do Norte e, posteriormente, para a sua integração às políticas nacionais de ciência e tecnologia.

Assim, a segunda metade do século XX configurou-se como um período decisivo para o desenvolvimento intelectual e acadêmico do Rio Grande do Norte. A criação e a

³⁶ “Fundação da ‘Universidade Popular’,” 1.

³⁷ “Fundação da ‘Universidade Popular’,” 1.

consolidação da Universidade do Rio Grande do Norte representaram um marco institucional fundamental para a estruturação da investigação científica e do ensino superior na região, ao reunir, sob uma forma universitária, aspirações locais de modernização, formação profissional, produção cultural e inserção no sistema científico nacional.

2.2.1 A criação da Universidade do Rio Grande do Norte e a institucionalização da investigação científica

Na década de 1950, o Rio Grande do Norte vivia um momento de intensas expectativas de transformação. Num país que associava modernização, ciência e desenvolvimento, o estado procurava criar condições para consolidar instituições científicas e de ensino superior. O contacto recente com saberes técnicos estrangeiros, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, havia tornado mais visíveis as limitações educacionais e científicas locais e alimentado, entre setores das elites intelectuais, um projeto de superação dessas fragilidades por meio da ciência e da educação.

Mobilizada sobretudo pela imprensa, essa elite intelectual articulava um discurso público em torno da necessidade de criar instituições capazes de transformar a realidade local. As demandas divulgadas nos jornais de maior circulação expressavam a convicção de que o progresso material, técnico e cultural do estado dependia da institucionalização da investigação científica e da ampliação do ensino superior. A ciência surgia, assim, como aliada estratégica na construção de um futuro moderno para o Rio Grande do Norte.

As preocupações manifestadas nos debates públicos concentravam-se na ausência de instituições de investigação e de programas de formação especializada. Essa lacuna favorecia práticas sustentadas sobretudo na experiência empírica, no esforço individual e na intuição, sem apoio sistemático de fundamentos científicos. Destacavam-se, ainda, a carência de inovação e a insuficiência de estudos técnicos, fatores que limitavam o crescimento económico e industrial do estado, frequentemente descrito como limitado por tecnologias pouco avançadas e equipamentos inadequados (Silva 2014, 30-50).

Essa percepção aparecia de forma expressiva nos textos jornalísticos da época, que defendiam a necessidade de acompanhar “os modernos e violentos progressos da técnica” e de ingressar numa nova fase de realizações, capaz de afirmar o estado “desperto para as alvoradas da civilização e progresso”.³⁸ A complexidade dos desafios enfrentados pelo Rio Grande do Norte exigiria, segundo esses discursos, “estudos minuciosos” conduzidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.³⁹ Para os intelectuais locais, o progresso do estado dependia de uma abordagem orientada pela investigação científica, capaz de impulsionar a inovação, estimular a criatividade e promover o desenvolvimento material e cultural da sociedade norte-rio-grandense.

Nesse contexto, as faculdades e escolas de ensino superior sediadas em Natal assumiram papel central como catalisadoras do desenvolvimento científico e cultural. Esses ambientes reuniam parte expressiva dos agentes da produção intelectual local, que viriam a protagonizar a criação da Universidade do Rio Grande do Norte e de seus primeiros institutos de investigação.

No Brasil do pós-guerra, consolidou-se a convicção de que o progresso nacional dependia do fortalecimento da ciência e da universidade. A ideologia desenvolvimentista, que orientava políticas públicas e projetos das elites, atribuía à formação de recursos humanos qualificados e à institucionalização da investigação um papel estratégico na modernização económica e social do país (Schwartzman 2015, 333-338). No Rio Grande do Norte, esse ideário encontrou eco entre setores da elite intelectual, que passaram a articular, com intensidade crescente, a criação de instituições dedicadas à ciência, à formação técnica e à valorização cultural, como resposta às limitações estruturais do estado.

A mobilização em torno da criação da Universidade do Rio Grande do Norte resultou da convergência entre lideranças académicas, formuladores de políticas públicas e setores da elite intelectual local, em sintonia com o ideário

³⁸ “Industrialização e Progresso,” *A República* (Natal), 28 de julho de 1956, 3, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

³⁹ “Visão de Futuro,” *A República* (Natal), 26 de julho de 1956, 3, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

desenvolvimentista dos anos 1950. Nesse processo, a universidade foi concebida como instrumento estratégico para a valorização dos saberes regionais, a formação de quadros qualificados e a superação das limitações estruturais do estado. A imprensa local desempenhou papel decisivo na legitimação pública desse projeto, ao veicular editoriais e artigos que reforçavam a urgência da institucionalização do ensino superior e a centralidade da ciência no horizonte de transformação social.

Em julho de 1956, o jornal *A República* publicou o texto “Cidade Universitária”, no qual afirmava que “a técnica do ensino e da aprendizagem” demonstrava a importância do ambiente para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. A universidade era concebida como um “conjunto de escolas” aparelhado para desenvolver “o corpo e a mente dos jovens estudiosos”, ocupando uma “posição condigna no meio social”. O editorial celebrava a iniciativa do governo e previa que obras dessa natureza “jamais se apagarão da memória do povo”.⁴⁰ Tal retórica evidencia o peso simbólico atribuído à universidade e confirma a associação entre saber científico, formação intelectual e modernização regional.

A defesa da ciência como base racional da administração pública também emergia com força nos editoriais do período. Em “Produção e Pesquisas”, *A República* afirmava que “nenhum governante poderá nos dias presentes administrar com eficiência e segurança sem os auxílios da ciência social”, denunciando a permanência de um “empirismo colonial” na gestão do Nordeste.⁴¹ O editorial comparava a situação do Rio Grande do Norte com a de centros como São Paulo e Recife, que já contavam com instituições especializadas em sociologia aplicada, e elogiava o governador Dinarte Mariz por recorrer aos “métodos da ciência social” adotados em centros considerados mais avançados. O saber científico, especialmente no campo das ciências sociais aplicadas, era apresentado como ferramenta de superação do atraso regional.

Essa concepção foi aprofundada no editorial “Pesquisas Sociais”, que defendia a introdução sistemática de métodos científicos no planejamento das políticas públicas. O

⁴⁰ “Cidade Universitária.” 1956. *A República* (Natal), 7 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

⁴¹ “Produção e Pesquisas.” 1956. *A República* (Natal), 13 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

texto sugeria que obras como o sistema de irrigação do Vale do Açu só teriam êxito se fossem precedidas por estudos interdisciplinares, envolvendo sociólogos, antropólogos, ecólogos e folcloristas.⁴² Ao denunciar prejuízos causados por decisões administrativas sem fundamentação técnica, como a construção de casas em áreas alagadiças ou a adoção de políticas públicas ineficazes, o editorial reforçava a ideia de que o progresso regional dependia da institucionalização do saber científico.

A defesa da universidade como projeto estratégico de futuro reapareceu no editorial “Visão do Futuro”, publicado no final de julho.⁴³ O jornal sustentava que os problemas do Nordeste exigiam não apenas “visão de futuro”, mas também “visão de conjunto”, propondo a criação de uma comissão interinstitucional para planejar a universidade com base num modelo integrado, em oposição ao acúmulo fragmentado de escolas isoladas. As faculdades já criadas — Odontologia, Direito e Medicina — eram apresentadas como marcos de um “sonho de gerações” que começava a concretizar-se.

Esse projeto modernizador, ancorado no saber técnico, alcançava também o campo económico. Em “Industrialização e Progresso”, *A República* argumentava que “os modernos e violentos progressos da técnica” obrigavam o estado a acompanhar o ritmo acelerado do conhecimento, sob pena de permanecer “a marcar passo no deserto”.⁴⁴ A crítica ao imprevisto e à insuficiência técnica revelava uma expectativa clara: a universidade deveria formar quadros capazes de atuar nos processos de industrialização, gestão de recursos e transformação do território norte-rio-grandense.

Nesse cenário, alguns nomes passaram a concentrar esforços decisivos para tornar o projeto realidade. Entre eles, o médico cirurgião Onofre Lopes da Silva (1907-1984) emergiu como figura central na articulação da futura universidade. Natural de São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte, ingressou na Faculdade de Medicina do Recife em 1926 e transferiu-se, em 1928, para a Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, onde foi aluno de Miguel Couto e Carlos Chagas. Formado em 1932, regressou a Natal e assumiu posições-chave em instituições de saúde e ensino: integrou a Junta

⁴² “Pesquisas Sociais.” 1956. *A República* (Natal), 19 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

⁴³ “Visão de Futuro,” 3.

⁴⁴ “Industrialização e Progresso,” 3.

Médica da Inspetoria dos Portos, dirigiu o Leprosário São Francisco, lecionou Anatomia e Fisiologia em instituições locais e assumiu a direção da Escola de Auxiliares de Enfermagem, fundada por Januário Cicco. Também sucedeu Cicco na presidência da Sociedade de Assistência Hospitalar, responsável pelo Hospital Miguel Couto e pela Maternidade de Natal.

A sua trajetória combinava prática médica, liderança institucional e compromisso com a formação científica. Em 1948, Onofre Lopes realizou estágio nos Estados Unidos, onde se especializou em cirurgia torácica e gestão hospitalar.⁴⁵ Como diretor da Sociedade de Assistência Hospitalar, promoveu a criação do Centro de Estudos da instituição, com o objetivo de fomentar a atualização médica e a discussão de casos clínicos, tanto em âmbito nacional quanto internacional (Souza 2007, 147). Apesar da baixa adesão inicial, a sua perseverança garantiu a consolidação da iniciativa: participava ativamente das reuniões, contactava colegas, distribuía tarefas e designava debatedores. Com isso, transformou o Centro num espaço dinâmico de formação médica. A abertura a médicos de outros estados, como Paraíba, Pernambuco e Bahia, fortaleceu a troca de saberes e consolidou o espaço como referência acadêmica no estado.

As primeiras sessões eram muito pouco frequentadas. Mas eu insistia, chegava na hora das reuniões, ligava para uns e para outros apelando para que estivessem presentes e distribuía tarefas, temas para estudos e determinava também os médicos que deveriam ser os debatedores. E isto foi um ponto de partida para que aquele Centro de Estudos se tornasse efetivamente uma colméia de atividades médico-cirúrgicas de uma certa importância, e, começamos a convidar médicos de fora do Rio Grande do Norte: da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, ou aqueles que vinham até mesmo do exterior, que chegavam até Recife que era o maior centro médico do Norte-Nordeste daquele tempo. (Souza 2007, 148)

⁴⁵ Embora o ensino das ciências físicas e biológicas no Brasil tenha sido fortemente marcado por referências francesas, a medicina tropical, a saúde pública e a organização sanitária receberam influência significativa da Fundação Rockefeller desde as primeiras décadas do século XX. Esse contexto ajuda a compreender a valorização de estágios e intercâmbios nos Estados Unidos por médicos brasileiros envolvidos na modernização hospitalar e na formação científica (Schwartzman 2015, 296).

No âmbito do Centro de Estudos da Sociedade de Assistência Hospitalar, foram promovidos cursos e demonstrações médicas, atividades então inéditas no contexto do Rio Grande do Norte, que despertaram crescente interesse da comunidade local. Esse dinamismo impulsionou a proposta de realização de um congresso médico em Natal, concretizada em 1955 por meio da Semana de Estudos Médico-Cirúrgicos, sediada no Hospital Miguel Couto e na Maternidade de Natal.

Realizado entre 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1955, o evento reuniu médicos norte-rio-grandenses e convidados de outros estados, formando um grupo otimista quanto ao futuro da formação médica na região. A partir dessas experiências, amadureceu a ideia de criar uma faculdade de Medicina em Natal. Durante o evento, Francisco Montenegro, professor da Universidade do Recife e antigo colega de Onofre Lopes, expressou o entusiasmo em torno dessa possibilidade, afirmando que Natal já dispunha de condições para abrigar uma Faculdade de Medicina e que essa iniciativa poderia constituir o ponto de partida para a projeção de um meio médico mais respeitável, em harmonia com o desenvolvimento da medicina brasileira (Souza 2007, 149).

Onofre, você trate de fazer aqui a Faculdade de Medicina, porque vocês têm espaço e ânimo bastante para enfrentar um problema desses. Aqui já comporta uma Faculdade de Medicina, porque isto aqui será um ponto de partida para implantação de um meio médico de outra projeção, um meio médico respeitável, que esteja em harmonia com o desenvolvimento da medicina brasileira. (Souza 2007, 149)

Onofre Lopes acolheu a proposta com determinação, mas logo se deparou com desafios práticos: como atrair professores qualificados, equipar laboratórios e garantir a infraestrutura necessária? Em reunião com o Conselho Diretor da Sociedade de Assistência Hospitalar, realizada em 29 de janeiro de 1955, apresentou formalmente a proposta de criação da Faculdade de Medicina e assumiu o compromisso de superar os obstáculos. A proposta foi aprovada por unanimidade (Souza 2007, 149).

Isso foi em 1955! Havia um grupo de médicos da Bahia e de Pernambuco dedicados à criação da faculdade, e o líder desse grupo era Onofre Lopes, sucessor do doutor Januário Cicco. A partir daí, começaram os primeiros

contatos políticos. Na época, o governo era no Rio de Janeiro e o doutor Onofre precisava de muita ajuda para criar a faculdade do zero.⁴⁶

As articulações políticas lideradas por Onofre Lopes envolveram figuras centrais da representação do Rio Grande do Norte junto ao governo federal, então sediado no Rio de Janeiro, como Dinarte Mariz, Galvão Medeiros, Eider Varela e Djalma Marinho. O esforço culminou numa audiência com o presidente da República, João Café Filho, natalense e primeiro norte-rio-grandense a ocupar o cargo mais alto do Executivo nacional. Na ocasião, também participou Jurandir Lodi, responsável pelo Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação.

A proposta de criação da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Norte baseava-se em necessidades concretas. A região Nordeste enfrentava escassez de profissionais da saúde, enquanto a ausência de instituições locais de ensino superior obrigava jovens norte-rio-grandenses a migrar para estados distantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco ou Bahia, em busca de formação acadêmica. Essa migração representava, aos olhos de Onofre Lopes, uma perda de talentos que o estado não podia continuar a suportar. Em correspondência enviada a Jurandir Lodi, descreveu o drama social vivido pela juventude norte-rio-grandense, apelando à sensibilidade das autoridades federais diante das desigualdades que marcavam a região (Souza 2007, 150).

Além da dimensão social, o projeto apresentava fundamentos técnicos relevantes. Natal contava com hospitais e maternidades aptos a oferecer formação prática, além de um corpo médico-intelectual em condições de compor o quadro docente. Esses fatores reforçavam a viabilidade da proposta e respondiam às exigências mínimas para a instalação de uma escola médica no contexto da época (Silva 2006, 91).

Com apoio político local e respaldo presidencial, a autorização oficial foi concedida em setembro de 1955. A Faculdade passou a funcionar sob a responsabilidade da Sociedade de Assistência Hospitalar de Natal. A solenidade de inauguração ocorreu em 10 de dezembro do mesmo ano, no Teatro Carlos Gomes, presidida pelo governador

⁴⁶ ASCOM HUOL/UFRN, “Médico contemporâneo de Onofre Lopes relembra suas experiências”, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 27 de setembro de 2021, acessado em 9 de setembro de 2023, URL

Sílvio Pedroza e prestigiada por professores das Faculdades de Medicina do Recife e de Fortaleza, além de médicos e lideranças norte-rio-grandenses. As aulas tiveram início em 1956, consolidando a realização do projeto (Souza 2007, 150).

Em editorial publicado no jornal *Tribuna do Norte*, o médico pernambucano Edilton Sampaio saudou a criação da escola médica de Natal como marco do “progresso” da cidade, relacionando sua fundação ao legado de Januário Cicco e à “expressão da cultura médico-científica” no Rio Grande do Norte.⁴⁷ O texto reconhecia, porém, as tensões de uma iniciativa estabelecida em contexto periférico, ao admitir que quem saía do Recife não poderia encontrar em Natal “o mesmo nível dos centros” de experiência mais amadurecida. Ainda assim, destacava o “esforço titânico” dos intelectuais locais e o papel das unidades hospitalares na consolidação da formação médica norte-rio-grandense.

A Faculdade de Medicina não apenas respondeu a uma demanda urgente da sociedade norte-rio-grandense, como também firmou bases institucionais, simbólicas e políticas para a criação da Universidade do Rio Grande do Norte. A sua fundação demonstrou a capacidade da elite intelectual local de mobilizar recursos, alianças e argumentos em diálogo com o ideário nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, a experiência da Faculdade tornou-se um ensaio bem-sucedido para a estruturação de um projeto universitário mais amplo.

Foi da colaboração entre Jurandir Lodi e Onofre Lopes que emergiu a proposta de criação da universidade. Em 1958, durante visita a Natal para proferir a aula inaugural do ano letivo da Faculdade de Medicina, Lodi esteve acompanhado por José Teixeira Dias, chefe da Seção do Ministério. Em conversa informal com Onofre, Teixeira Dias lançou a sugestão de criar uma universidade, argumentando que a existência de uma instituição desse tipo facilitaria as ações do Ministério, por reunir diferentes unidades voltadas à elevação do nível do ensino superior (Souza 2007, 153).

A sugestão despertou imediatamente o interesse de Onofre Lopes, que reconheceu na criação de uma universidade não apenas um avanço administrativo, mas

⁴⁷ Sampaio, Edilton. 1956. “Faculdade de Medicina de Natal.” *Tribuna do Norte* (Natal), 27 de março, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

um marco de transformação educacional e cultural para o Rio Grande do Norte. A ideia de reunir diferentes unidades acadêmicas sob uma mesma instituição encontrou eco na sua visão e no entusiasmo crescente dos intelectuais locais. Com o apoio de Jurandir Lodi, ainda naquela ocasião foram dados os primeiros passos rumo à concretização do projeto (Souza 2007, 153).

Na secretaria do Hospital Miguel Couto, Onofre Lopes reuniu-se com os diretores das faculdades existentes em Natal — José Cavalcanti Melo, da Farmácia e Odontologia; Paulo Pinheiro de Viveiros, da Faculdade de Direito; Maria Margarida do Souto Filgueira, da Escola de Serviço Social; e Edgar Barbosa, da Faculdade de Filosofia — para discutir uma estratégia viável. Conscientes dos desafios, acordaram que o caminho mais eficaz seria criar inicialmente uma universidade estadual e, em seguida, pleitear sua federalização. Animados com a perspectiva, delinearam as etapas do processo e, ainda naquele dia, buscaram o apoio do governador Dinarte Mariz. Sensível à proposta, o governador manifestou-se favorável e incentivou Onofre a tomar as providências necessárias. Com o apoio do governo estadual e o engajamento das lideranças acadêmicas, criavam-se as condições políticas e administrativas para a formalização do projeto universitário (Souza 2007, 153).

A Universidade do Rio Grande do Norte (URN) foi instituída em 25 de junho de 1958, por meio da Lei n.º 2.307, configurando-se, desde a origem, como a principal entidade científica e cultural do estado. Reuniu, sob uma única estrutura, parcela expressiva da intelectualidade norte-rio-grandense, ao incorporar faculdades já existentes: as Faculdades de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Direito, mantidas pelo governo estadual; e a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Filosofia e a Escola de Serviço Social, vinculadas a entidades privadas. Além disso, encontravam-se em processo de organização, com vistas à autorização federal, a Escola de Engenharia, criada pelo Estado, e a Faculdade de Ciências Económicas, Contábeis e Atuariais de Natal, mantida pela Sociedade Norte-Rio-Grandense de Ensino.

Esse modelo universitário, fundado na agregação de cursos superiores anteriormente autônomos sob a coordenação de uma Reitoria e de um Conselho Universitário, seguia uma tendência nacional no período. Inspirado por experiências

anteriores, tornou-se referência para a criação de outras universidades brasileiras, que adotaram o mesmo modelo agregador, mesmo sem promover, de imediato, plena integração acadêmica entre suas unidades (Cunha 2007a, 166; Sguissardi 2011, 277; Fávero 2006, 24).

Em janeiro de 1959, Onofre Lopes foi nomeado reitor da URN, tomando posse no mês seguinte em cerimônia no Palácio Potengi, então sede do governo estadual. Em março, um decreto presidencial reconheceu oficialmente a URN como universidade estadual e aprovou os seus estatutos. A solenidade de instalação da instituição ocorreu em 21 de março de 1959, no Teatro Alberto Maranhão, marcando oficialmente o início de suas atividades (Melo e Calado 2019, 93).

No processo de criação da Universidade do Rio Grande do Norte, Onofre Lopes contou com a colaboração ativa de Câmara Cascudo, figura proeminente da intelectualidade norte-rio-grandense e professor nas Faculdades de Direito e de Filosofia de Natal. Para Onofre, Cascudo representava uma espécie de síntese da universidade ideal, sendo descrito como “uma universidade antes da universidade” e reconhecido como um dos principais mentores do ensino superior no estado (Araújo, Stamatto e Neta 2019, 22).

Representando as congregações das faculdades que compunham a nova instituição, Câmara Cascudo proferiu o discurso inaugural da instalação da URN, intitulado “Universidade e Civilização”. Nele, enfatizou a missão da universidade “em serviço do Brasil no horizonte do Universal e do Humano”. Para Cascudo, a universidade deveria moldar a cultura como instrumento do progresso civilizacional, assumindo papel ativo na produção e difusão do conhecimento, em consonância com os ideais do desenvolvimento nacional (Cascudo 2019, 18). Essa concepção dialogava diretamente com os anseios da elite intelectual do estado, que via na universidade um instrumento estratégico para a elevação cultural e científica do Rio Grande do Norte.

Em seu discurso, Câmara Cascudo ressaltou a responsabilidade da universidade na promoção de uma cultura científica pautada pela observação, pela vivência e pela investigação sistemática. Defendia uma instituição duradoura, voltada à investigação contínua e à análise rigorosa de temas diversos, o que exigia tempo, recursos e

dedicação. Para Cascudo, uma universidade só cumpriria plenamente sua finalidade se permanecesse viva na memória e na formação dos que por ela passaram, condição essencial para consolidar o seu papel como entidade social ativa e comprometida com o desenvolvimento cultural e científico do país (Cascudo 2019, 45).

O que faz a durabilidade, a vida infinita, o prestígio crescente de uma Universidade não é o seu corpo docente, o bem-estar das instalações, o convívio nos currículos, os laboratórios, bibliotecas, inquéritos, debates. É o conjunto destes fatores no tempo. A Universidade se perpetua pela sua influência. [...] Se uma Universidade não consegue permanecer n'alma daqueles que a deixaram, findos os cursos, falhou na essência vital da própria finalidade. (Cascudo 2019, 45)

A epígrafe que acompanha o discurso — “O Homem Moderno deve estar sentado numa pilha de livros com um telescópio em um olho e um microscópio no outro” — sintetiza de forma expressiva a concepção cascudiana de universidade e de formação intelectual. A imagem da “pilha de livros” simboliza o acúmulo do saber, enquanto o “telescópio” e o “microscópio” representam, respetivamente, a abertura para novas fronteiras e a atenção aos detalhes. Juntos, esses instrumentos apontam para uma universidade comprometida com a investigação, a observação crítica e a compreensão aprofundada da realidade.

Essa visão humanista e abrangente também aparece quando Cascudo defende a necessidade de formar profissionais e intelectuais em múltiplos campos, da saúde à engenharia, das ciências sociais às humanidades, das artes às finanças. Ao enumerar saberes considerados indispensáveis à segunda metade do século XX, Cascudo propunha uma universidade capaz de articular ciência, cultura, técnica e valores. Essa perspectiva alinhava-se ao projeto universitário nacional então em curso, que apostava na capacidade transformadora da ciência e da universidade como instrumentos centrais para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Precisamos de quem atenda aos enfermos, erga edifícios, estradas, pontes e túneis, (...), manipulando nos laboratórios e farmácias, dê assistência ao Social, conheça Odontologia, as Línguas Neolatinas, Geografia, História,

em cursos especializados, e ainda a ciência da Economia e Finanças, Belas-Artes, Música, mas “tudo isto e o Céu também” pedimos, numa exigência acima das formas positivas das Culturas indispensáveis nesta segunda metade do século XX. (Cascudo 2019, 35)

O movimento pela criação da universidade contou ainda com o apoio decisivo do governador Dinarte Mariz. Enquanto Onofre Lopes é reconhecido como seu principal articulador institucional e Câmara Cascudo como seu mentor intelectual, Mariz é frequentemente lembrado como o “criador” da Universidade do Rio Grande do Norte. Para o governador, a universidade deveria exercer papel histórico de orientação, funcionando como espaço de elaboração de projetos voltados ao futuro. Em suas palavras, a instituição representava um “farol que aponta novos rumos para os nautas políticos que navegam nos oceanos das mudanças sociais” (Melo 2005, 35-36). Essa concepção ressoa com a visão então difundida por setores da comunidade científica brasileira, para os quais a ciência não se limitava à inovação tecnológica ou ao combate a doenças, mas deveria também participar do planejamento político e social em escala mais ampla (Schwartzman 2015, 312-318).

Em discurso de 1958, Dinarte Mariz defendeu a necessidade de elevar o Rio Grande do Norte ao mesmo nível educacional e cultural de seus vizinhos nordestinos, destacando o papel das universidades como agentes civilizatórios. A instituição era apresentada como resposta às aspirações dos “homens de cultura e de estudo” e como meio para assegurar ao estado um futuro mais promissor, sustentado por instituições duradouras, “como são as Universidades”.

[...] o Rio Grande do Norte [...] está merecendo situar-se no mesmo nível educacional e cultural brilhantemente atingido pelo Ceará e pela Paraíba, sem falarmos em Pernambuco, que desde os tempos gloriosos de Olinda ensina à mocidade nordestina as letras, as artes e as ciências das profissões liberais. [...] indo assim ao encontro das generosas ambições dos homens de cultura e de estudo, e de todos os que aspiram a um futuro melhor para nossa terra, nos seus superiores destinos político-sociais, assegurados por instituições imperecíveis, como são as Universidades.⁴⁸

⁴⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *Resumo histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959–1969)* (Natal: Imprensa Universitária, 1969), 9

A universidade foi, assim, concebida como resposta a questões prementes da comunidade norte-rio-grandense, oferecendo soluções possíveis dentro das limitações económicas e estruturais do estado. Em diversos pronunciamentos, Mariz exaltou a fundação da URN como um dos maiores feitos de sua administração. O seu envolvimento era atravessado também por um sentido pessoal de realização, como revela em fala posteriormente registada, na qual afirma ter recebido, apesar de não ter cursado estudos superiores, a “glória” de oferecer à juventude de seu estado a universidade reclamada por gerações impedidas de se diplomarem por falta de recursos.

Estava reservada a mim, que não me assentei em bancos acadêmicos, que não tive meios de cursar estudos superiores, a glória de dar à juventude de meu Estado o seu galardão maior, a Universidade reclamada por tantas gerações sacrificadas, impedidas de se diplomarem por falta de recursos. Universidade que era o sonho mais alto da coletividade, o seu objetivo maior para alcançar a alforria e a maioria de seu desenvolvimento cultural.⁴⁹

Entre a fundação da URN, em 25 de junho de 1958, a sua autorização federal, em 26 de dezembro do mesmo ano, e a instalação oficial, em 21 de março de 1959, a imprensa local acompanhou de forma quase diária o processo, destacando a universidade como resposta concreta às aspirações por desenvolvimento técnico e científico no estado. A URN era representada como promessa civilizacional, capaz de romper com o que era percebido como legado de dependência intelectual e cultural herdado do período colonial (Silva 2014, 46).

Em editorial de 26 de junho de 1958, o jornal *A República* celebrou o advento de uma “Universidade real”, com faculdades, centros de investigação e estudo, e “mestres eminentes”, capaz de resistir aos “ventos da política aldeã” e libertar o Rio Grande do Norte do “colonialismo intelectual e cultural”.⁵⁰ Essa retórica foi amplamente mobilizada pela imprensa local, como se observa na edição especial de 1.º de julho de 1958,

⁴⁹ Dinarte Mariz, *A universidade que eu criei* (Caicó: Senado Federal, Centro Gráfico, 1979), 17.

⁵⁰ “O Rio Grande do Norte tem (desde ontem) uma Universidade,” *A República* (Natal), 26 de junho de 1958, 1, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

dedicada à recém-criada URN, que exaltava a sua missão de articular ciência, cultura e desenvolvimento regional, bem como formar uma elite intelectual local apta a conduzir a transformação técnica e científica do estado.⁵¹

Ao assumir a reitoria da recém-criada URN, Onofre Lopes incorporou uma visão compartilhada por intelectuais de seu tempo: a superação dos desafios econômicos e sociais brasileiros passava pelo fortalecimento científico e cultural dos estados. Em memorial enviado ao presidente Juscelino Kubitschek, Lopes defendeu a federalização da URN como parte de um projeto nacional de desenvolvimento, sustentado na articulação entre educação superior e promoção humana. Para ele, “universidade e desenvolvimento econômico são elementos do mesmo problema global”, sendo necessário que a instituição “faça parte integrante do meio onde atua, servindo-o e elevando-o”.⁵²

A criação da URN não foi apenas a culminância de um movimento em favor do ensino superior, mas a materialização de um projeto intelectual organizado, voltado à expansão do ensino, à consolidação da investigação científica e à articulação dos saberes regionais com as demandas do país. Nesse sentido, destacaram-se figuras como Edgar Ferreira Barbosa, José Cavalcanti Melo e Otto de Brito Guerra, que atuaram decisivamente na fundação das faculdades e na federalização da universidade (Melo e Calado 2019, 111).

Foi nesse contexto, de articulação entre saber, política e ação institucional, que se delineou o projeto do Instituto de Antropologia da URN. A universidade, enquanto estrutura de produção e legitimação do conhecimento, preparou as condições para a criação de novos espaços dedicados à investigação. O Instituto viria a integrar-se a esse movimento de valorização do saber científico como eixo estruturante do desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que conferiria forma institucional a uma

⁵¹ “A edição especial de ‘A República’ homenageia a Universidade,” *A República* (Natal), 1.º de julho de 1958, 2.º caderno, 1, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

⁵² Lopes, Onofre, e Otto de Brito Guerra. “[Carta a Juscelino Kubitschek solicitando a federalização da Universidade do Rio Grande do Norte]. Maio de 1959. Acervo da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

agenda de estudos voltada ao território, às populações e às culturas do Rio Grande do Norte.

2.3 A URN e as experiências institucionais de investigação científica no Rio Grande do Norte

A criação da Universidade do Rio Grande do Norte, em 1958, não representou apenas a reunião administrativa de faculdades já existentes. Embora tenha nascido de um modelo agregador, comum a outras universidades brasileiras do período, a URN passou a funcionar como uma plataforma institucional para a formulação de projetos científicos, culturais e educacionais voltados ao conhecimento do território norte-riograndense. A partir dela, iniciativas antes dispersas, vinculadas a faculdades isoladas, associações profissionais, hospitais, círculos intelectuais e instituições culturais, puderam ser progressivamente articuladas sob uma estrutura universitária comum.

Essa mudança foi decisiva para a história da ciência no Rio Grande do Norte. A universidade oferecia reconhecimento institucional, legitimidade acadêmica e possibilidade de integração a redes nacionais de ensino, financiamento e investigação. Ainda que marcada por limitações materiais, escassez de pessoal especializado e fragilidades administrativas, a URN criou condições para que determinados professores, médicos, intelectuais e gestores passassem a formular projetos de investigação, formação e divulgação científica em nome da universidade.

A importância desse processo torna-se mais clara quando se observa que a URN foi concebida, desde os seus documentos fundacionais, como uma instituição voltada não apenas ao ensino superior, mas também à investigação e à produção de conhecimento. De acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, as universidades deveriam promover investigações originais e estabelecer vínculos com a sociedade por meio de atividades de extensão, exposições, museus e centros de estudos. Em consonância com esse

quadro normativo, a Lei n.º 2.307, de 25 de junho de 1958,⁵³ e o Decreto n.º 45.116, de 26 de dezembro de 1958,⁵⁴ atribuíram à URN funções relacionadas ao ensino, à investigação e à incorporação de institutos técnico-científicos.

Esse ideário foi defendido por Onofre Lopes, primeiro reitor da URN, para quem a universidade deveria “manter o saber, ensinar e fazer progredir as ciências”.⁵⁵ Na sua concepção, a investigação não constituía atividade acessória, mas dimensão essencial da vida universitária. A formação de um corpo docente capaz de articular ensino e produção científica era, portanto, condição necessária para que a universidade contribuísse para o desenvolvimento cultural, científico e social do estado. Nessa perspectiva, museus, centros de estudos, laboratórios e institutos não ocupavam lugar secundário na vida universitária. Ao contrário, funcionavam como instrumentos de organização, legitimação e difusão do conhecimento produzido pela universidade.

É nesse enquadramento que devem ser compreendidas as primeiras experiências institucionais de ciência vinculadas à URN. Nem todos os docentes das faculdades e escolas que integravam a universidade podiam ser considerados investigadores em sentido estrito. No entanto, alguns deles atuaram como agentes fundamentais na construção de uma cultura científica local, ao promoverem cursos, centros de estudos, coleções, levantamentos, práticas laboratoriais, iniciativas museológicas e projetos de investigação relacionados às demandas regionais.

O levantamento de fontes realizado para esta investigação permitiu identificar parte desses agentes e de seus projetos, muitos dos quais apresentam conexões diretas ou paralelas com a história do Instituto de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo. Nas páginas seguintes, serão examinadas algumas iniciativas anteriores ou simultâneas à fundação do Instituto, com o objetivo de compreender como a URN funcionou como

⁵³ Rio Grande do Norte, Lei n.º 2.307, de 25 de junho de 1958, que cria a Universidade do Rio Grande do Norte, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

⁵⁴ Brasil, Decreto n.º 45.116, de 26 de dezembro de 1958, que reconhece a Universidade do Rio Grande do Norte, Senado Federal

⁵⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *Relatório das atividades do ano de 1962: apresentado à Assembleia Universitária em 6 de abril de 1963 pelo reitor Onofre Lopes da Silva* (Natal: Imprensa Universitária, 1963), 3.

espaço de articulação entre ensino superior, investigação científica, divulgação cultural e construção de saberes sobre o Rio Grande do Norte.

2.3.1 O Museu de Geografia e o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas na Faculdade de Filosofia da URN

Entre as primeiras iniciativas voltadas à institucionalização da investigação científica na recém-criada Universidade do Rio Grande do Norte, destacam-se a proposta de criação do Museu de Geografia e Paleontologia e o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, ambos vinculados à Faculdade de Filosofia de Natal⁵⁶. Concebidos em 1958, esses espaços refletiam o esforço inicial da universidade para articular ensino, investigação, coleções científicas e conhecimento do território norte-rio-grandense.

A primeira menção pública ao projeto de criação de um museu ocorreu em julho de 1958, quando Edgar Barbosa, então diretor da Faculdade de Filosofia, anunciou a intenção de instalar, no ano seguinte, um Museu de Geografia e Paleontologia nas dependências da instituição. O museu teria como objetivo principal servir como um “repositório das riquezas minerais do Rio Grande do Norte”, com ênfase na sua dimensão geográfica, constituindo um acervo voltado à investigação e ao ensino.⁵⁷

Poucos meses depois, o jornal *O Poti* noticiava a instalação do museu, que estaria sob a supervisão do professor Luiz Ignácio Maranhão Filho.⁵⁸ Segundo a reportagem, o acervo inicial já contava com uma coleção expressiva de materiais provenientes de diversas regiões do Nordeste, com destaque para exemplares do Rio Grande do Norte, reunidos por professores da instituição e ampliados por meio de doações. Com o objetivo de fortalecer e diversificar esse conjunto, a direção da Faculdade de Filosofia

⁵⁶ A Faculdade de Filosofia de Natal, mantida com subvenções estaduais, foi organizada inicialmente com os cursos de Letras Neolatinas — Espanhol, Francês e Italiano —, Geografia e História. Essa composição curricular situava a instituição no campo das humanidades e das ciências humanas, criando um ambiente favorável à formação de professores, ao estudo do território e ao desenvolvimento de iniciativas associadas ao ensino, à investigação e ao colecionismo científico.

⁵⁷ “A Faculdade de Filosofia de Natal caminha para realizar-se no meio universitário brasileiro,” *A República* (Natal), 1.º de julho de 1958, 2.º caderno, 1, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

⁵⁸ “Faculdade de Filosofia tem agora um Museu de Geografia,” *O Poti* (Natal), 14 de outubro de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

solicitou o apoio do deputado e empresário do setor de mineração Wilson Pereira, então diretor da empresa Bodóminas. Atendendo à solicitação, Pereira comprometeu-se a organizar um amplo mostruário de minérios oriundos da região do Seridó. A iniciativa buscava integrar esses exemplares à coleção do museu, ampliando a sua representatividade e evidenciando as potencialidades minerais do estado.

Não se tratava, porém, de um museu voltado exclusivamente à dimensão física do espaço. Desde a sua concepção, a proposta incluía a promoção de investigações e exposições que abarcavam também os campos da Etnografia, da Antropologia e de outras disciplinas inseridas no escopo mais amplo da Geografia.⁵⁹ O projeto do museu e, posteriormente, o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas inscreviam-se, assim, no processo de consolidação, no Brasil, de uma Geografia científica institucionalizada, sustentada em estudos de campo e investigações regionais.

Esse movimento ganhou densidade a partir da década de 1930, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e dos primeiros cursos superiores de Geografia, como os da Universidade de São Paulo e da então Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Essa infraestrutura foi decisivamente moldada por aportes intelectuais internacionais, especialmente pela atuação de professores franceses como Pierre Deffontaines e Francis Ruellan, que introduziram métodos científicos de investigação e consolidaram o trabalho de campo como fundamento da análise territorial e instrumento de planejamento (Antunes 2008, 40; Pereira 1994, 437-40).

No âmbito da URN, essa tradição refletia-se na estruturação do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, criado em 1956 e inspirado no modelo da Faculdade Nacional de Filosofia.⁶⁰ Com uma base curricular orientada para a análise do território do Rio Grande do Norte, o curso oferecia disciplinas como Geografia Física, Geografia Humana, Etnografia e Antropologia, ministradas por docentes com reconhecida atuação intelectual, entre eles Luiz Maranhão Filho, Otto de Brito Guerra, Hélio Galvão, Nair

⁵⁹ “Museu de Geografia,” *O Poti* (Natal), 15 de outubro de 1958, 2, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁰ Brasil.1939. Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, *Diário Oficial da União*, 31 de dezembro de 1939.

Fortes Abu-Merhy, Luís da Câmara Cascudo e Veríssimo de Melo (Medeiros 2006, 40-41). A proposta formativa indicava a intenção de preparar profissionais aptos a atuar no desenvolvimento do estado, por meio da articulação entre ensino, investigação e conhecimento regional.

Nesse quadro, a constituição do acervo do museu e do mostruário de minérios exemplificava uma prática académica que associava ensino, investigação e colecionismo científico. A reunião de objetos naturais como suporte à investigação era comum entre docentes universitários, pois materializava o conhecimento e reforçava a autoridade científica e institucional dos agentes envolvidos (Findlen 1996, 3, 210, 248; Grupioni 2008, 22). No caso do Rio Grande do Norte, essa prática ganhava relevo diante da diversidade mineral do estado, com ocorrências de scheelita, sal, petróleo, gás natural e caulim, cuja documentação científica interessava tanto à investigação académica quanto às elites económicas. A proposta de Edgar Barbosa articulava, nesse sentido, ciência, economia e território como pilares para o reconhecimento institucional da Faculdade de Filosofia.

A fundação da Faculdade de Filosofia, em 1956, e, dois anos depois, da Universidade do Rio Grande do Norte criou, portanto, um ambiente propício ao surgimento de iniciativas científicas capazes de conferir visibilidade à missão académica da nova universidade. Museus e centros de investigação desempenhavam papel estratégico nesse processo: fortaleciam a infraestrutura de ensino e investigação, ao mesmo tempo que legitimavam publicamente os agentes envolvidos na produção de conhecimento (Ardigó 2011, 105-06).

Embora o projeto do Museu de Geografia e Paleontologia revele a intenção da Faculdade de Filosofia de afirmar-se como espaço de ensino, investigação e colecionismo científico, a escassez de fontes torna incerta a sua trajetória institucional. As únicas referências disponíveis provêm de notícias jornalísticas publicadas em 1958, o que dificulta verificar a efetiva materialização das ações anunciadas. A ausência de registros administrativos ou académicos adicionais impede concluir se o museu foi de facto implantado, se teve existência breve ou se acabou por ser absorvido pelo desenvolvimento do Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas.

Poucos dias após a divulgação do museu, o *Jornal de Natal* anunciou, em 23 de outubro de 1958, a criação do Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, também vinculado à Faculdade de Filosofia e sob a coordenação do professor Luiz Maranhão Filho⁶¹. A proposta do Centro parecia responder a uma confluência de fatores: o avanço na organização curricular do curso de Geografia, a constituição de coleções científicas, o engajamento de docentes com formação técnica especializada e as crescentes demandas regionais por institucionalização da investigação acadêmica. O Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, doravante CEPG, foi concebido como espaço voltado à realização de investigações sistemáticas e à formação de especialistas em diferentes campos da Geografia.

Formalmente instituído em 24 de outubro de 1958 e instalado cinco dias depois, o CEPG foi inaugurado com uma conferência sobre a “Geologia do Rio Grande do Norte”, proferida por Antônio Campos e Silva. Jovem pesquisador norte-rio-grandense, Campos já colaborava com a Faculdade de Filosofia por meio de estudos geológicos e paleontológicos e da organização de coleções científicas, vínculo que se ampliaria com sua atuação no Centro.⁶²

Com o respaldo do diretor da Faculdade de Filosofia, Edgar Barbosa, um grupo de cientistas, docentes e especialistas norte-rio-grandenses teria sido convidado a integrar o recém-criado Centro. Conforme noticiado à época, o CEPG representava um marco significativo no currículo da Faculdade de Filosofia, assinalando uma nova etapa na consolidação de seu projeto acadêmico. A expectativa era fomentar uma cultura de investigação científica, ampliar a produção de conhecimento regional, potencializar parcerias interinstitucionais e elevar o prestígio científico da unidade.⁶³

Como parte desse esforço de consolidação institucional, o Centro buscava estabelecer redes de colaboração com outros agentes da ciência regional. Em

⁶¹ “Centro de Estudos e Pesquisas do Curso de Geografia,” *Jornal de Natal* (Natal), 23 de outubro de 1958, 1, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶² “Início de atividades do Centro de Estudos Geográficos, com conferência,” *Diário de Natal* (Natal), 28 de outubro de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶³ “Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas,” *Jornal de Natal* (Natal), 23 de outubro de 1958, 1, Hemeroteca Digital Brasileira.

correspondência enviada a Jerônimo Vingt-un Rosado, figura central na institucionalização da paleontologia no Rio Grande do Norte, Antônio Campos descreveu o CEPG como “um ponto de irradiação científica no estado”, convidando-o a integrar o esforço coletivo de fortalecimento da ciência local (Rosado 2001a, 37).

A atuação de Antônio Campos permite compreender o horizonte científico que orientava o CEPG. Ao mesmo tempo que demonstrava entusiasmo em contribuir para a consolidação do Centro, Campos expressava preocupações recorrentes com os rumos da ciência no Rio Grande do Norte. Em artigo publicado na coluna “Ciência” do jornal *O Poti*, sob o título “Desleixo”, traçou um diagnóstico crítico do panorama científico norte-rio-grandense, lamentando a inexistência de instituições voltadas à promoção do ensino e da investigação. Segundo ele, o estado vivia um “despertar para uma nova mentalidade”, mas ainda se encontrava em estágio de “adolescência científica”, carente de amadurecimento intelectual e de políticas institucionais capazes de estruturar o desenvolvimento científico local.⁶⁴

Ao defender a criação de uma entidade científica local, Campos argumentava que a ausência de apoio institucional relegava os estudos à iniciativa de “particulares interessados ou, em caso mais raro, do governo que contrata técnicos estrangeiros”. Essa situação resultava, em sua avaliação, na dispersão de esforços e na subvalorização do conhecimento produzido localmente. Destacava, ainda, o contraste entre o amplo potencial de investigação existente no estado, especialmente nas áreas de geologia, paleontologia e botânica, e a escassez de estudos sistemáticos sobre a fauna, a flora e as formações vegetais do território norte-rio-grandense. Ao final do artigo, clamava por uma atuação concreta do Estado, para além das disputas político-partidárias, e denunciava o desinteresse generalizado pelo conhecimento científico em favor da valorização cultural de eventos desportivos.⁶⁵

Essa crítica à precariedade da ciência regional reapareceu, com ênfase renovada, no artigo seguinte da coluna, intitulado “Pesquisas”. Nele, Campos defendia a valorização da investigação de campo e o abandono da concepção ultrapassada de que o

⁶⁴ Antonio Campos e Silva. “Desleixo,” *O Poti* (Natal), 8 de julho de 1958, 6, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁵ Silva, “Desleixo,” 6.

cientista deveria restringir-se ao trabalho de gabinete⁶⁶. A visita do geólogo pernambucano Amaro Ferreira ao litoral do Rio Grande do Norte era apresentada como exemplo de atuação científica séria, sistemática e formadora, “uma valiosa lição de trabalhos práticos”, segundo Campos. O artigo enfatizava a importância da coleta de material, do estudo das jazidas e da elaboração de mapas e perfis geológicos como fundamentos para a análise do território, contrapondo-se à ideia equivocada de que a investigação seria uma forma de turismo. Ao fazê-lo, reforçava a urgência de estruturas permanentes voltadas à ciência e denunciava novamente a pobreza de recursos, a falta de apoio institucional e a inexistência de políticas públicas científicas no estado.

Esse posicionamento ganhou contornos mais programáticos no artigo “Nacionalismo e Ciência”, também publicado na coluna “Ciência”. Nele, Campos ampliava sua crítica à dependência epistemológica de modelos estrangeiros e propunha a adoção de um “nacionalismo científico” de caráter prático e moderado, voltado à valorização dos saberes, dos recursos e dos autores brasileiros.⁶⁷ A ausência de referências ao território nacional nos livros didáticos de geologia era tomada como sintoma da alienação da produção científica em relação à realidade brasileira. Para ele, a ciência regional deveria afirmar-se não apenas por meio da investigação de campo e da institucionalização local, mas também pela produção editorial de qualidade, voltada ao público brasileiro. Os artigos publicados ao longo de 1958 revelam, assim, os fundamentos ideológicos que sustentaram sua colaboração com o CEPG.

Essa concepção de ciência articulada ao território e orientada para o desenvolvimento regional também era partilhada por Luiz Maranhão Filho, responsável pela coordenação do Centro. Maranhão conciliava a atividade docente com forte engajamento político e intensa presença na imprensa do Rio Grande do Norte. Como redator do jornal *Diário de Natal* e colaborador de diversos periódicos, utilizava esses espaços para denunciar os entraves ao desenvolvimento científico local e defender a valorização do território como objeto legítimo de investigação. A sua atuação no CEPG

⁶⁶ Antonio Campos e Silva. “Pesquisas,” *O Poti* (Natal), 18 de julho de 1958, 4, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁷ Antonio Campos e Silva. “Nacionalismo e Ciência,” *O Poti* (Natal), 25 de julho de 1958, 2, Hemeroteca Digital Brasileira.

deve ser compreendida, portanto, como extensão de um projeto político-intelectual voltado à construção de uma infraestrutura científica capaz de sustentar o progresso económico e social do estado (Ramos e Souza 2022, 33-40).

Ao longo da década de 1950, Maranhão destacou-se especialmente por denunciar, por meio da imprensa, a precariedade da infraestrutura científica no setor mineral. Um de seus principais alvos foi a desativação do Laboratório de Análises de Minérios (LAM), criado em 1956 para oferecer suporte técnico à exploração da scheelita no Seridó do Rio Grande do Norte. Maranhão argumentava que a ausência de condições técnicas adequadas perpetuava a dependência económica do estado e, por isso, defendia com veemência a criação de instituições voltadas à autonomia científica e tecnológica, entre elas o próprio LAM e, posteriormente, o CEPG (Ramos e Souza 2022, 50–57).⁶⁸

Embora concebidos com finalidades distintas, ambos os espaços procuravam responder a desafios regionais por meio da produção de conhecimento científico. Enquanto o Laboratório de Análises de Minérios visava modernizar a atividade mineral com base em análises técnicas especializadas, o CEPG apostava na formação de especialistas e na consolidação de investigações académicas orientadas para a compreensão sistemática do território.

A estruturação do CEPG refletia, ainda, a proposta pedagógica de Luiz Maranhão Filho, centrada na participação ativa dos estudantes no processo formativo. Por essa razão, a gestão do Centro foi confiada a discentes do curso de Geografia, com Leonardo de Oliveira Bezerra na presidência, Arnóbio Fernandes na secretaria e Rivaldo d'Oliveira na tesouraria. Tal configuração expressava a crítica de Maranhão ao modelo educacional vigente, que ele classificava como marcado por uma mentalidade enciclopedista e por práticas de “alfabetização precária”, voltadas mais à aprovação do que à aprendizagem real.⁶⁹

⁶⁸ Luiz Maranhão Filho. “Os minérios e as verbas,” *Diário de Natal* (Natal), 17 de agosto de 1957, 2, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁹ Luiz Maranhão Filho. “Reforma do ensino,” *Diário de Natal* (Natal), 14 de outubro de 1957, 2, Hemeroteca Digital Brasileira; Filho, Luiz Maranhão. “Reforma do ensino (II),” *Diário de Natal* (Natal), 14 de outubro de 1957, 2, Hemeroteca Digital Brasileira.

Em artigos publicados na imprensa local, Maranhão denunciava o fracasso das reformas educacionais anteriores e defendia a urgência de um ensino sustentado nas condições do meio, nos desafios locais e nas necessidades da realidade brasileira. Para ele, a missão do professor transcendia a dimensão técnica, implicando compromisso ativo com a transformação social e o desenvolvimento do país. Esse ideal passava pelo incentivo à atuação criativa e engajada dos estudantes, de modo a promover uma compreensão crítica das dinâmicas e dos desafios locais.⁷⁰

As atividades de campo promovidas pela Faculdade de Filosofia no curso de Geografia proporcionavam aos estudantes experiências práticas de observação e análise do território norte-rio-grandense. Nesse contexto, o CEPG passou a atuar como núcleo articulador dessas iniciativas, contribuindo para aproximar formação universitária, investigação empírica e aprendizagem interdisciplinar. O trabalho de campo era também um dos pilares da proposta pedagógica de Maranhão, orientada à imersão crítica dos estudantes nas dinâmicas regionais.

Essa concepção formativa começou a materializar-se ainda antes da formalização institucional do Centro. Em maio de 1958, Maranhão organizou uma “viagem de estudos e observações do fenómeno das secas e dos problemas da região” como parte do programa de estudos sobre as secas do curso de Geografia. A atividade contou com a participação de alunos e dos professores Otto Guerra e Hélio Galvão, incluindo visitas às minas Brejuí e Wah-Chang, no município de Currais Novos, e às obras do açude Gargalheiras, em Acari. Na Mina Brejuí, o grupo percorreu extensas galerias subterrâneas e realizou atividades de prospeção e observação da scheelita.⁷¹

Com a instituição formal do CEPG, as ações de campo passaram a ser organizadas diretamente sob a sua coordenação, reforçando o papel estratégico do Centro na formação prática em Geografia. A primeira expedição oficial teve como destino os municípios de São Tomé e Lajes Pintadas, reunindo estudantes, docentes e colaboradores, entre os quais Joel Dantas, especialista em minérios, e os professores

⁷⁰ Maranhão Filho, “Reforma do ensino,” 2; Maranhão Filho, “Reforma do ensino (II),” 2.

⁷¹ “Acadêmicos de Filosofia vão observar a seca no interior,” *O Poti* (Natal), 18 de maio de 1958, 1, Hemeroteca Digital Brasileira; “Excursão geográfica da Faculdade de Filosofia: visitadas minas de chelita e o Açude Gargalheiras,” *O Poti* (Natal), 18 de maio de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

Luiz Maranhão Filho, Hélio Galvão e José Wilson. A programação incluiu visitas a jazidas, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e cavernas, além de conferências temáticas sobre as causas da seca e o potencial mineral da região.⁷²

O CEPG inseria-se, portanto, num movimento mais amplo de institucionalização da ciência no Rio Grande do Norte, que buscava reunir iniciativas dispersas em propostas acadêmicas organizadas. Inspirado pelas transformações do cenário universitário nacional, o Centro refletia o empenho de docentes, estudantes e colaboradores da Faculdade de Filosofia da URN em estruturar ambientes de produção de conhecimento orientados pelas demandas e potencialidades regionais (Ab'Sáber e Christofolletti 1980, 173-74).

Nos anos seguintes, contudo, a trajetória de Luiz Maranhão Filho foi progressivamente absorvida pela militância político-partidária, resultando em seu afastamento das atividades acadêmicas e na descontinuidade do CEPG. Eleito deputado estadual no final de 1958 pela Aliança Popular Nacionalista, exerceu mandato até 1962, com atuação voltada à educação, à reforma agrária e ao desenvolvimento regional.⁷³ A partir de 1959, cessam as referências ao Centro nas fontes disponíveis, indicando o declínio e a interrupção do projeto.

Embora tenha se afastado progressivamente das atividades acadêmicas, Luiz Maranhão ainda participou de algumas iniciativas pontuais. Em 1960, liderou uma expedição com estudantes do curso de Geografia aos municípios de Caicó e Acari, planeou uma investigação sobre o litoral do Rio Grande do Norte com vistas à elaboração de uma carta pesqueira do estado e apresentou, ao lado do professor Severino Fernandes de Oliveira, uma comunicação na XV Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada em Mossoró. No mesmo ano, foi nomeado para o

⁷² “Estudantes de Filosofia vão realizar estudos em São Tomé,” *Diário de Natal* (Natal), 7 de novembro de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷³ “Grupo de Ação Política Independente (GAPI),” *Diário de Natal* (Natal), 16 de fevereiro de 1959, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

Conselho Consultivo do recém-criado Núcleo Municipal da Associação dos Geógrafos Brasileiros, sediado em Natal.⁷⁴

Essas contribuições, no entanto, não se traduziram em continuidade institucional para o CEPG. A ausência de uma liderança acadêmica estável e a precariedade das condições de funcionamento da universidade recém-criada — marcada por escassez de recursos, pessoal especializado, infraestrutura laboratorial e mecanismos permanentes de apoio à investigação — comprometeram a sustentação do Centro como espaço científico duradouro. O caso evidencia a fragilidade das primeiras iniciativas de investigação sistemática no interior da URN, ainda dependentes de agentes individuais e de redes informais de colaboração.

Com a instauração do regime militar, em 1964, Luiz Maranhão Filho foi preso em abril daquele ano, acusado de “atividades subversivas”, teve seus direitos políticos cassados e foi exonerado dos cargos docentes que ocupava na Faculdade de Filosofia da URN e no Colégio Estadual Ateneu Norte-Riograndense, por ordem do então governador Aluízio Alves.⁷⁵ Após esse episódio, sua participação na universidade cessou completamente. Detido novamente em 1974 por agentes do DOI-CODI, em São Paulo, Luiz Maranhão permanece, desde então, na condição de desaparecido político, conforme a Lei n.º 9.140/1995. O seu caso foi investigado pela Comissão Nacional da Verdade, que apurou violações de direitos humanos cometidas durante o regime autoritário (Instituto Vladimir Herzog n.d.).

No contexto institucional, a repressão impactou também a memória e a documentação das iniciativas de investigação então emergentes. Assim como em outras instituições brasileiras, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte criou uma Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), encarregada de monitorar docentes, técnicos e estudantes considerados suspeitos de subversão. Parte

⁷⁴ “Edgar Barbosa reeleito para Diretor da Fac. de Filosofia,” *O Poti* (Natal), 6 de dezembro de 1959, 8, Hemeroteca Digital Brasileira; “Geógrafos brasileiros vão se reunir em Mossoró, em julho,” *Diário de Natal* (Natal), 24 de maio de 1960, 6, Hemeroteca Digital Brasileira; Antônio Campos e Silva, “Resenha do ano: julho, mês de grande atividade,” *O Poti* (Natal), 1.º de janeiro de 1961, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷⁵ “Assembleia Legislativa: despediram-se ontem Luiz Maranhão e Aluízio Bezerra; período extraordinário prorrogado,” *Diário de Natal* (Natal), 18 de janeiro de 1963, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.

significativa da documentação produzida por esse órgão foi perdida ou deliberadamente destruída, dificultando o acesso a fontes primárias sobre projetos como o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas (Ribeiro 2019, 9).

A escassez de registros documentais limita a compreensão dos desdobramentos do CEPG no interior da universidade. As poucas referências disponíveis concentram-se no ano de sua fundação, dificultando a avaliação precisa do alcance de suas ações e de seus impactos a longo prazo. Ainda assim, os registros existentes permitem reconhecê-lo como uma das primeiras tentativas de institucionalizar a investigação científica na Universidade do Rio Grande do Norte. Vinculado à Faculdade de Filosofia e concebido em estreita articulação com o curso de Geografia, o Centro propunha a integração entre ensino e investigação a partir da imersão crítica no território, entendido não apenas como objeto empírico, mas como campo de problemas e desafios a serem enfrentados pela ciência.

A sua criação representava um esforço deliberado de institucionalizar práticas científicas vinculadas às especificidades regionais, formando quadros técnicos e intelectuais comprometidos com os dilemas sociais, económicos e ambientais do estado. A valorização do trabalho de campo, a constituição de coleções e a adoção de abordagens interdisciplinares revelavam uma concepção de ciência orientada para a realidade concreta do território, em oposição a modelos abstratos e distantes da experiência local que ainda predominavam no ensino brasileiro. Ainda que descontinuado em curto prazo, o CEPG contribuiu para inaugurar formas locais de fazer ciência no interior da universidade, deixando vestígios significativos na história da institucionalização científica da URN.

O último registro localizado de Luiz Maranhão Filho em ambiente universitário remete justamente ao Instituto de Antropologia da URN, foco central desta investigação. Em 15 de março de 1963, durante uma visita à instituição, Maranhão deixou no livro de visitas uma mensagem que pode ser interpretada como gesto de reconhecimento e, simultaneamente, como síntese de sua concepção de universidade:

Tive a satisfação de encontrar, neste Instituto de Antropologia, o marco mais importante da existência de uma Universidade no Rio Grande do

Norte. A Universidade é realmente isto. Felicito ao prof. Cabral, ao meu jovem amigo Campos, ao prezado colega Veríssimo, aos estudantes, a todos enfim que desenvolvem aqui suas atividades, pela magnífica estrutura cultural que estão erguendo, com tanto amor e entusiasmo.” – 15/3/63 – (a) Luiz Maranhão Filho.⁷⁶

Essa declaração adquire densidade particular quando confrontada com os processos de apagamento institucional e repressão política que marcaram a década seguinte. Ao reconhecer no Instituto de Antropologia o “marco mais importante da existência de uma Universidade”, Luiz Maranhão Filho reafirmava publicamente uma concepção de universidade ancorada na produção científica regionalizada, no trabalho coletivo e no compromisso de transformação social. Era essa a mesma ciência que o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas tentara consolidar e que, embora tolhida pela conjuntura histórica, permanece como testemunho significativo da história da UFRN e da memória científica no Rio Grande do Norte.

A trajetória do CEPG evidencia como a Faculdade de Filosofia de Natal, ainda em seus primeiros anos, se configurava como espaço propício à investigação acadêmica, à valorização do território e à construção de formas locais de produção de conhecimento científico. Essa vocação institucional não se restringia à Geografia. Outras iniciativas surgiram no mesmo período, articulando ensino, investigação e colecionismo a partir de diferentes eixos disciplinares. Entre elas, destacou-se a proposta de criação de um Museu Etnográfico, também vinculado à Faculdade de Filosofia, que procurava integrar ciência, cultura e formação universitária.

2.3.2 A proposta de um Museu Etnográfico na Faculdade de Filosofia de Natal

No campo da Etnografia, a Faculdade de Filosofia de Natal também se apresentou como espaço de experimentação científica e museológica. Inserida no modelo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras consolidado no Brasil após as reformas universitárias da década de 1930, a instituição reunia intelectuais locais que

⁷⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Visitas e impressões.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 91–92.

atuavam simultaneamente no ensino, na imprensa, nas associações culturais e nos debates sobre a formação científica do Rio Grande do Norte. Esse ambiente favoreceu a emergência de iniciativas que procuravam associar práticas docentes, constituição de acervos e valorização das culturas tradicionais.

Foi nesse ambiente que, sob a liderança de Veríssimo de Melo, professor da cadeira de Etnografia do Brasil no curso de Geografia, foi anunciada, em 14 de março de 1959, a criação de um Museu Etnográfico na instituição. A iniciativa foi tornada pública pelo próprio Veríssimo por meio de sua coluna “Acontecimentos da Cidade”, publicada no jornal *A República*.⁷⁷ Segundo ele, a proposta contou com o apoio do reitor Onofre Lopes e recebeu o respaldo institucional de figuras de destaque na Faculdade de Filosofia, como Edgar Barbosa, então diretor da unidade, Luís da Câmara Cascudo, professor da disciplina de Etnografia Geral, e Hélio Galvão, professor de Antropologia.

No texto publicado em *A República*, Veríssimo expressava entusiasmo com o projeto, sobretudo após uma visita recente ao Museu de Etnografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Na ocasião, teve a oportunidade de dialogar com Plínio Marques da Silva Ayrosa (1895-1961), fundador da cátedra de Etnografia Brasileira e da disciplina de Língua Tupi-Guarani naquela instituição. Ao perguntar a Ayrosa como havia conseguido reunir um acervo tão relevante, recebeu uma resposta que o marcou: “Comecei com uma única peça”.⁷⁸

A trajetória do Museu de Etnografia da USP, iniciado por Ayrosa em 1935, seguia um modelo que se tornaria recorrente na constituição de acervos etnográficos universitários no Brasil. Conforme apontam Garcia, de Souza e Afonso (2014, 292), o núcleo inicial da coleção foi formado por artefactos obtidos em investigações de campo realizadas por docentes e estudantes do Departamento de Antropologia, sendo posteriormente ampliado por meio de doações e aquisições junto de colecionadores.

Veríssimo de Melo partilhava dessa concepção incremental e colaborativa da formação de coleções. Em seu texto, sugeria que o futuro Museu Etnográfico de Natal

⁷⁷ Veríssimo de Melo. “Acontecimentos da Cidade: um Museu Etnográfico,” *A República* (Natal), 14 de março de 1959, 4, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

⁷⁸ Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

poderia seguir caminho semelhante: partir de um pequeno núcleo inicial e, gradualmente, ampliar seu acervo por meio de doações, aquisições e cooperação com investigadores, colecionadores e instituições. O objetivo declarado era constituir, no âmbito da Faculdade de Filosofia da URN, um espaço dedicado à preservação, ao estudo e à divulgação das culturas tradicionais do Rio Grande do Norte.⁷⁹ Tal concepção revela a influência direta do modelo paulista sobre a formulação do projeto norte-rio-grandense, bem como a adesão a uma lógica progressiva de construção de acervos, baseada na recolha contínua e no fortalecimento de redes de colaboração.

O projeto do Museu Etnográfico previa a organização do acervo em três secções temáticas: uma dedicada aos povos indígenas, outra às populações negras e uma terceira às demais etnias. Essa classificação, embora recorrente em projetos etnográficos do período, demonstra a persistência de categorias racializadas e tipológicas, herdadas de tradições classificatórias da antropologia e da etnologia oitocentistas (Kok 2018, 40; Pinheiro 2012, 181; Vasconcellos 2012, 130). Ao organizar os acervos segundo marcadores étnico-raciais, como “índio”, “negro” e “outras etnias”, a proposta reproduzia fronteiras identitárias fixas, pouco sensíveis às dinâmicas de mestiçagem, mobilidade e agência cultural que marcaram a formação da sociedade brasileira (Canevacci 2012, 78; Gil 2012, 108). Nesse sentido, o projeto de Veríssimo de Melo combinava uma intenção pedagógica e científica inovadora no contexto local com limites epistemológicos próprios das categorias antropológicas então disponíveis.

A concepção do museu estava diretamente vinculada à função pedagógica da Faculdade de Filosofia. Idealizado como recurso didático complementar às disciplinas de Etnografia e Antropologia, o museu permitiria aos estudantes uma experiência de aprendizagem mais concreta, baseada no contacto direto com objetos etnográficos. Para Veríssimo, a presença física das peças superaria as limitações das descrições verbais e das imagens reproduzidas em manuais didáticos.⁸⁰ Como destacou em seu texto:

⁷⁹ Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

⁸⁰ Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

A utilidade de um museu especializado, sob o ponto de vista didático, é indiscutível. Diante de uma peça etnográfica, o aluno terá visão completa do material estudado, não se restringindo apenas à simples descrição verbal ou fotografias de livros⁸¹.

Além de ressaltar o valor formativo do museu, Veríssimo mobilizou a opinião pública em torno do projeto, convocando colecionadores e cidadãos a colaborarem com a constituição do acervo por meio de doações. O seu apelo abrangia objetos representativos das diferentes etnias que, segundo a sua perspectiva, compunham a formação cultural brasileira, incluindo portugueses, italianos, alemães, japoneses, holandeses, indígenas e populações negras⁸². O gesto revelava a tentativa de conferir caráter coletivo e participativo à iniciativa, articulando saber acadêmico e engajamento social em torno da construção do museu.

Entre os primeiros colaboradores identificados estava o intelectual mossoroense Jerônimo Vingt-un Rosado. Em correspondência datada de 20 de abril de 1959, Veríssimo de Melo agradeceu a sua “valiosa contribuição” ao museu, informando que já havia reunido um conjunto significativo de materiais. Relatava ainda o recebimento de nova promessa de envio de peças por parte do professor Plínio Ayrosa, da USP. As limitações materiais do projeto, no entanto, tornavam-se evidentes: os objetos permaneciam armazenados em sua própria residência, devido à inexistência de mobiliário e de espaço adequado para conservação e exposição (Rosado 2001a, 30).

Além de Vingt-un Rosado, outras doações já haviam sido encaminhadas por Alice Fernandes, que recolhera objetos durante uma viagem ao território de Rondônia, bem como pelos professores Protásio de Melo e Luciano Nóbrega, cujas contribuições visavam sobretudo à composição da seção voltada aos povos indígenas. O projeto também contava com promessas de envio de materiais por parte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com sede no Rio de Janeiro, e do médico e etnógrafo José Maria da Gama Malcher, autor da monografia *Tribos da Área Amazônica*.⁸³

⁸¹ Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

⁸² Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

⁸³ Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

A diversidade de proveniências dos objetos recebidos, incluindo materiais da região amazônica, indicava a intenção de construir um acervo que ultrapassasse o âmbito estritamente local. Tal abrangência revela a ambição do projeto ainda em estágio embrionário e evidencia o esforço de Veríssimo de Melo para articular redes de colaboração interinstitucionais e pessoais em favor da consolidação de um museu universitário com vocação científica e educativa.

Conforme explicitado por Veríssimo, o Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia de Natal não deveria configurar-se como iniciativa pessoal, restrita ao professor idealizador ou ao corpo discente da instituição. Ao contrário, a proposta previa a integração formal do museu à estrutura da URN, como instância universitária de natureza pública e coletiva.⁸⁴ Essa concepção institucionalizada da prática museológica alinhava-se aos ideais acadêmicos em consolidação no período, mas também tornava o projeto dependente de uma universidade ainda em fase de estruturação, marcada por limitações administrativas, orçamentárias e materiais. Nesse sentido, a formalização pretendida poderia conferir legitimidade ao museu, mas também submetê-lo a uma agenda institucional mais ampla, nem sempre capaz de garantir as condições necessárias à sua continuidade.

Essa hipótese ganha força quando se observa que muitos museus universitários brasileiros da época surgiam de forma mais espontânea do que planeada, como desdobramentos de práticas docentes, coleções de cátedra e projetos de investigação. Essa origem conferia valor científico aos acervos, mas frequentemente resultava em vínculos institucionais frágeis, estruturas organizacionais incipientes e ausência de planejamento museológico (Simpson 2023, 21). A maioria desses espaços estava vinculada a cátedras específicas, instalada em salas de aula ou gabinetes, sob responsabilidade direta de professores e com acesso restrito a estudantes e colaboradores. As suas funções concentravam-se no apoio ao ensino, na facilitação da investigação e na preservação da memória acadêmica, embora nem sempre estivessem

⁸⁴ Melo, “Acontecimentos da Cidade,” 4.

formalmente integrados às estruturas administrativas da universidade (Boylan 1999, 41; Simpson 2023, 12-16).

Ainda que a proposta de Veríssimo previsse a institucionalização formal do museu, é plausível supor que, na prática, o Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia de Natal tenha seguido a lógica dessas coleções docentes: um núcleo embrionário, com finalidade pedagógica, mas sem a configuração institucional necessária à sua consolidação como museu universitário ou público plenamente estabelecido. Apesar do apoio mobilizado e do empenho de Veríssimo na divulgação e articulação do projeto, não há registros que confirmem a sua efetiva instalação pública. A ausência de documentação administrativa, cerimônia de inauguração ou menções nos relatórios oficiais da URN sugere que a proposta não se concretizou como museu estruturado e acessível à comunidade.

Esse apagamento institucional remete a uma problemática mais ampla, ainda pouco discutida nos estudos sobre museus e coleções universitárias: o destino material e institucional das iniciativas que não se consolidam. Enquanto a literatura tende a privilegiar projetos bem-sucedidos, estratégias de engajamento público e processos de expansão dos acervos, são menos frequentes os estudos dedicados a núcleos que, como o Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia de Natal, permaneceram à margem, foram descontinuados ou acabaram absorvidos silenciosamente por outras estruturas institucionais (Lourenço e Wilson 2013, 744-52; Ferri et al. 2021, 2; Tirrell 2000, 15).

Essa problemática não é exclusiva da Universidade do Rio Grande do Norte. Estudos sobre museus e coleções universitárias têm chamado atenção para a recorrente invisibilidade de acervos não consolidados, sobretudo quando mudanças administrativas, escassez de recursos, ausência de diretrizes de gestão e fragilidade documental resultam na dispersão, absorção ou esquecimento de coleções inteiras (Ferri et al. 2021, 2; Neils 2012, 543). Diante desse cenário, levantamentos sistemáticos têm sido apontados como ferramentas essenciais para a preservação e gestão do patrimônio universitário disperso, pois não se pode preservar aquilo que não se sabe que existe ou cuja localização é desconhecida (Lourenço e Wilson 2013, 746-47).

No contexto da Universidade do Rio Grande do Norte, observa-se um processo análogo. Até o momento, não foram localizados inventários ou registros oficiais que permitam rastrear o destino dos objetos reunidos por Veríssimo de Melo para o Museu Etnográfico. É possível que parte desse acervo tenha sido posteriormente absorvida pelo Instituto de Antropologia, embora a ausência de documentação comprobatória indique uma transição não formalizada, cuja memória institucional permanece apagada. Tal situação convida à reflexão crítica sobre os mecanismos de visibilidade, esquecimento e reabsorção que operam no interior das universidades, e sobre como determinadas coleções, mesmo quando cientificamente relevantes, não alcançam a formalização museológica nem o reconhecimento público (Novaes 2018, 4, 207).

Nessa conjuntura, a coleção organizada por Veríssimo parece ter funcionado, na prática, como um núcleo didático vinculado à sua atuação docente, modelo recorrente nas instituições de ensino superior brasileiras nas décadas de 1940 e 1950, mais próximo de uma “coleção de cátedra” do que de um museu institucionalizado. Tais coleções, mantidas sob responsabilidade individual de professores, apresentavam escassa formalização, ausência de infraestrutura museológica e inserção restrita no universo acadêmico (Novaes 2018, 119-22). Ainda que o Museu Etnográfico idealizado por Veríssimo de Melo não tenha se materializado como instituição museológica formal, a sua formulação representou um marco na valorização da Etnografia como campo de ensino e investigação na URN. A proposta antecipava o ethos investigativo e a vocação museológica que se consolidariam com a criação do Instituto de Antropologia, em 1960.

Inserida numa tradição de experiências científicas e museológicas universitárias sustentadas por redes pessoais e vínculos acadêmicos, a iniciativa de Veríssimo exprimia uma ambição que ultrapassava os limites de uma simples coleção pedagógica. Ao articular práticas docentes, constituição de acervos etnográficos e experimentações museológicas embrionárias, o projeto inscrevia-se na tentativa de construir institucionalmente um campo de saber ainda emergente no contexto regional.

Nesse panorama, o projeto do Museu Etnográfico não deve ser compreendido como episódio isolado, mas como parte integrante do processo mais amplo de institucionalização das ciências humanas e sociais na Universidade do Rio Grande do

Norte. A proposta refletia os esforços locais de consolidação da Etnografia e da Antropologia como áreas legítimas de conhecimento científico, mesmo diante das condições adversas e da precariedade estrutural que marcavam o cenário universitário norte-rio-grandense naquele período.

2.3.3 O Centro de Estudos Regionais e a renovação dos estudos geográficos na Faculdade de Filosofia de Natal

Na sequência das iniciativas apresentadas nas subseções anteriores — o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas e a proposta de um Museu Etnográfico —, a Faculdade de Filosofia da URN voltou a mobilizar esforços para institucionalizar o estudo do território norte-rio-grandense. Em 1960, foi criado o Centro de Estudos Regionais (CER), concebido como associação estudantil voltada à investigação da história e da geografia do estado. A nova entidade retomava preocupações já presentes nas experiências anteriores, mas acrescentava-lhes uma retórica mais explícita de renovação metodológica, mobilização discente e dinamização das práticas científicas.⁸⁵

A emergência do CER coincidiu com o arrefecimento das atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, fundado em 1958. Embora não haja registros oficiais de sua extinção, é plausível supor que o novo Centro tenha assumido funcionalmente parte das atribuições daquele primeiro núcleo. Essa transição parece ter sido acompanhada por uma inflexão no discurso institucional, agora mais centrado no protagonismo estudantil e na adoção de técnicas consideradas modernas de investigação, em sintonia com o espírito reformista que atravessava o campo das ciências humanas e sociais no Brasil.

Antônio Campos e Silva, autor do texto publicado no jornal *O Poti* que anunciava a fundação do CER, descreveu a iniciativa como resultado do esforço de estudantes da

⁸⁵ Antonio Campos e Silva. “Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais,” *O Poti* (Natal), 8 de maio de 1960, 4, Hemeroteca Digital Brasileira.

Faculdade de Filosofia empenhados na construção de uma geografia regional crítica e atualizada.⁸⁶ Em suas palavras:

Nesta semana passada, foi instalado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Norte um Centro de Estudos Regionais. É uma associação que visa o estudo da História e da Geografia do nosso Estado, realizado dentro de técnicas de trabalho modernizadas. Nós, que há dias propugnávamos por uma Geografia norterio-grandense, acolhemos com a maior simpatia esta realização dos alunos de Filosofia, principalmente porque parte de um sangue novo e de um entusiasmo de uma juventude que pensa em termos de realizações.⁸⁷

A criação do CER foi exaltada por Campos, que destacou o protagonismo dos estudantes e o desejo de adotar metodologias de investigação atualizadas. Para ele, o Centro respondia ao anseio por uma geografia local baseada em práticas científicas sistematizadas, capazes de articular observação empírica, análise crítica e atenção aos problemas regionais.⁸⁸

Em termos organizacionais, o CER foi concebido com dois dispositivos complementares: um Museu Regional e um sistema de equipes de estudo. Essas equipes tinham por finalidade recolher dados nos municípios do Rio Grande do Norte, analisá-los criticamente e divulgar os resultados por meio de publicações. O trabalho seria realizado com base numa divisão regional do estado, a fim de garantir maior controle sobre o material obtido “no campo e no gabinete”.⁸⁹ O Museu Regional, por sua vez, foi pensado como resposta à necessidade de oferecer a estudantes e estudiosos uma visão condensada, “uma representação em escala” das várias regiões do Rio Grande do Norte.

⁸⁶ O grupo fundador do CER era composto por Clementino Câmara Neto, presidente; Antônia Fernandes Melo, vice-presidente; Hilda Câmara Martins, secretária; Asteciades Xavier Marinho, tesoureiro; Francisca Zélia de Medeiros, arquivista; e Crijalva Melo, coordenador de excursões. Não foram localizadas, até ao momento, informações documentadas sobre a posterior atuação científica ou profissional desses integrantes. O nome de Clementino Câmara Neto aparece posteriormente associado à Biologia e à fundação do Instituto de Biologia Marinha da UFRN, em 1964; contudo, sem documentação adicional, não é possível confirmar que se trate da mesma pessoa.

⁸⁷ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais,” 4.

⁸⁸ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais,” 4.

⁸⁹ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais,” 4; Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário,” *Diário de Natal* (Natal), 12 de maio de 1960, 4, Hemeroteca Digital Brasileira.

A proposta previa o aproveitamento de materiais já existentes na Faculdade de Filosofia e a ampliação gradual das coleções à medida que as investigações avançassem.⁹⁰

Embora o CER tenha sido oficialmente fundado por estudantes da Faculdade de Filosofia, Antônio Campos desempenhou papel central na concepção e dinamização de suas atividades. À época, com apenas 19 anos, não possuía vínculo formal com a instituição, mas frequentava assiduamente seus espaços e recorria às coleções de fósseis, minerais e materiais arqueológicos ali disponíveis para aprofundar suas investigações e iniciativas de divulgação científica. Essa proximidade permitiu-lhe manter interlocução constante com professores e alunos, contribuindo para a realização de conferências e projetos vinculados à Faculdade.

Em 1957, em seu diário pessoal, Campos registou uma relação particularmente próxima com o então diretor, Edgar Barbosa, que lhe ofereceu apoio técnico, acesso à biblioteca e, inclusive, o encargo de elaborar um mapa geológico do estado. O jovem investigador celebrou a confiança que lhe fora depositada e assinalou, naquele ano, o fortalecimento de seus laços com nomes de destaque da intelectualidade local, como Edgar Barbosa, Boanerges Soares, Luiz Maranhão Filho e Luís da Câmara Cascudo, todos docentes da Faculdade de Filosofia de Natal (Silva 2005, 14-31).

O vínculo de Campos com o CER manifestou-se tanto em sua atuação como orador oficial da entidade quanto na divulgação contínua de suas atividades por meio da coluna “Seres e Coisas do Nordeste”, publicada no jornal *O Poti*. Sua presença como colaborador externo demonstra o espaço de diálogo que o Centro promovia entre estudantes, professores e interlocutores situados para além das estruturas formais da universidade. Essa articulação contou com a ancoragem institucional da Faculdade de Filosofia, expressa na nomeação de Edgar Barbosa, então diretor, como presidente de honra do CER. O gesto conferia legitimidade à iniciativa e reafirmava o compromisso da Faculdade com seus objetivos científicos e educativos.⁹¹

Essa legitimação institucional também se refletia na proposta metodológica adotada pelo Centro, em diálogo com os debates sobre a modernização da geografia no

⁹⁰ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais,” 4.

⁹¹ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais,” 4.

Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. O período foi marcado pela transição de abordagens historicistas e ecológicas para uma geografia mais positivista, orientada para o planejamento e o desenvolvimento. Tais discussões eram centrais em instituições como o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e encontravam espaço em periódicos de referência, como o *Boletim Geográfico* e a *Revista Brasileira de Geografia* (Machado e Zarur 2015, 330-44, 349-50; Pinto e Silva 2025, 10-11).

Nesse contexto, Campos defendia uma abordagem científica que rompesse com o caráter meramente descritivo da geografia tradicional. Para ele, o geógrafo deveria ser um agente ativo, capaz de recolher dados diretamente em campo e aplicar conceitos atualizados à análise do território. A sua proposta visava à formação de “geógrafos científicos” no Rio Grande do Norte, aptos a integrar variáveis ambientais, sociais e económicas em estudos voltados para as especificidades locais. Tal concepção alinhava-se ao movimento nacional de institucionalização da geografia, impulsionado por iniciativas como a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a consolidação do IBGE e a fundação dos primeiros cursos universitários na área, nas décadas de 1930 e 1940 (Antunes 2008, 32; Pereira 1994, 436-40).

O CER pode ser compreendido, portanto, como expressão regional dessas transformações metodológicas mais amplas, que buscavam conferir cientificidade, legitimidade e relevância social à produção geográfica no Brasil. Ao longo de 1960, o Centro desenvolveu iniciativas voltadas à consolidação dessa proposta. Entre as primeiras ações, destacou-se a realização de um curso intensivo de Botânica, voltado à capacitação dos estudantes para o trabalho de campo. Aberto ao público, o curso integrava um programa mais amplo de formação técnica em História e Geografia, com o objetivo de sistematizar dados empíricos sobre o interior do estado.⁹²

Além das ações formativas, o CER ampliou sua atuação por meio de investigações de campo e produções audiovisuais. Um dos projetos desenvolvidos foi um

⁹² Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário,” *Diário de Natal* (Natal), 12 de maio de 1960, 4, Hemeroteca Digital Brasileira; Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário,” *O Poti* (Natal), 5 de junho de 1960, 4, Hemeroteca Digital Brasileira.

documentário de cinco minutos sobre o açude Gargalheiras, em Acari, realizado pelo fotógrafo norte-rio-grandense Jorge Mário. O curta-metragem enfocava os aspectos físicos e técnicos da obra, refletindo o interesse do Centro por temas ligados à infraestrutura e ao território⁹³. Paralelamente, sob coordenação do professor João Wilson Mendes Melo, iniciou-se uma investigação sobre inscrições rupestres, com ênfase na relação entre esses registros e fatores ambientais, como a disponibilidade de água, fundamentais para a fixação de comunidades humanas.⁹⁴

Em junho daquele ano, Campos liderou uma expedição de onze dias à região oeste do estado. A atividade incluiu visita ao Museu de Mossoró, então sob a responsabilidade de Jerônimo Vingt-un Rosado, com quem Campos já mantinha vínculos científicos, além do levantamento de dados sobre vestígios arqueológicos e fósseis. A experiência culminou na conferência “Pré-história Potiguar”, ministrada por Campos na Faculdade de Filosofia, em Natal, na qual foram apresentados os resultados preliminares da expedição.⁹⁵

Nos artigos que publicava na imprensa local, Campos expressava crítica contundente à carência de sistematização da geografia no Rio Grande do Norte, sobretudo quando comparada ao avanço da historiografia regional. No texto “Uma geografia para o Rio G. do Norte”, publicado em *O Poti*, argumentava que, se Câmara Cascudo havia consolidado uma narrativa histórica do estado, faltava ainda à geografia norte-rio-grandense um esforço equivalente de organização e atualização.⁹⁶ Sem desconsiderar autores pioneiros, como Tavares de Lyra, Nestor Lima e Clementino Câmara, defendia a constituição de uma geografia elaborada a partir de “modelos

⁹³ Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário,” *O Poti* (Natal), 8 de maio de 1960, 4, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁹⁴ Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: inscrições rupestres: testemunhas de um passado,” *Diário de Natal* (Natal), 2 de junho de 1960, 4, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁹⁵ Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: pré-história da zona oeste,” *O Poti* (Natal), 3 de julho de 1960, 2, Hemeroteca Digital Brasileira; “Conferencia amanhã na F. de Filosofia,” *Diário de Natal* (Natal), 5 de setembro de 1960, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

⁹⁶ Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: uma geografia para o Rio Grande do Norte,” *O Poti* (Natal), 9 de abril de 1960, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.

modernos de integração homem-ambiente”, conduzida por equipas técnicas qualificadas e articulada às políticas públicas de planeamento.⁹⁷

Nessa perspetiva, Campos identificava o advento de uma “nova era da geografia”, cuja função deveria ultrapassar a simples descrição e enumeração de nomes, localidades e cifras. O conhecimento geográfico exigiria, ao contrário, a interpretação crítica da realidade territorial à luz de referenciais teóricos contemporâneos. O geógrafo, afirmava, não poderia mais ser um “homem de gabinete”, restrito a livros e mapas, mas deveria atuar como um “homem de ação”, capaz de recolher dados diretamente em campo e transformá-los em conhecimento analítico. A figura do “geógrafo científico”, portanto, assumia papel central em sua proposta, representando um agente capaz de elaborar uma “Geografia Potiguar” sustentada na observação empírica e no uso rigoroso de conceitos atualizados.⁹⁸

Ao propor esse novo perfil profissional e epistemológico, Campos articulava teoria, prática de campo e compromisso com os problemas concretos do território. Sustentava que a administração pública dependia do conhecimento geográfico para enfrentar desafios estruturais persistentes, especialmente no contexto nordestino. Essa concepção de geografia aplicada e socialmente implicada orientava, de forma decisiva, as práticas institucionais do CER. Por meio da formação de estudantes, da realização de expedições científicas e do incentivo à produção de conhecimento sobre o Rio Grande do Norte, o Centro buscava materializar uma geografia científica, crítica e socialmente engajada.

Esse esforço de renovação encontrou um marco significativo na XV Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizada em Mossoró, região oeste do Rio Grande do Norte, entre os dias 6 e 16 de julho de 1960. À época, as assembleias da AGB constituíam espaços centrais para o debate teórico, a circulação de ideias, a difusão da produção académica e a realização de trabalhos de campo orientados por especialistas (Antunes 2008, 206-10).

⁹⁷ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: uma geografia para o Rio Grande do Norte,” 3.

⁹⁸ Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: uma geografia para o Rio Grande do Norte,” 3.

A programação da XV AGO incluiu dezasseis sessões de trabalho, entre simpósios e plenárias, com destaque para temas como os “Aspectos geográficos do problema agrário brasileiro, especialmente no Nordeste”. Ainda que referências a autores estrangeiros — franceses, norte-americanos e uruguaios — estivessem presentes, o evento conferiu centralidade à realidade brasileira e, em especial, aos desafios do Nordeste. Criava-se, assim, um ambiente de validação científica para experiências emergentes na região. Nesse cenário, iniciativas como a do CER ganhavam legitimidade, ao se articularem com os mesmos princípios de renovação metodológica e engajamento social discutidos nas sessões da assembleia.⁹⁹

A estreita vinculação entre a AGB e os cursos universitários de Geografia contribuiu para a inclusão da Faculdade de Filosofia de Natal no evento, que contou com uma delegação composta por cinco professores e estudantes. Na ocasião, foram apresentadas duas comunicações. A primeira, de Antônio Campos, intitulada “Pium – japonês no Rio Grande do Norte”, foi celebrada como “a estreia mais brilhante” da assembleia, destacando-se pela originalidade e pelo rigor analítico. A segunda, intitulada “Pela rápida aplicação da lei de irrigação no Nordeste: prioridade para a perenização do rio Açu”, foi apresentada pelos professores Luiz Maranhão Filho e Severino Fernandes de Oliveira, refletindo preocupações regionais com políticas de infraestrutura hídrica.¹⁰⁰

Segundo o próprio Campos, a realização da XV AGO em Mossoró simbolizou um momento decisivo para o campo da geografia no estado, consolidando o reconhecimento institucional das investigações produzidas localmente e inaugurando uma nova etapa de afirmação científica no Rio Grande do Norte.¹⁰¹

Impulsionado por esse ambiente de organização e legitimação científica, foi fundado, em 19 de outubro de 1960, o Núcleo Municipal de Natal da AGB, subordinado à

⁹⁹ Antônio Campos e Silva, “Sêres e Coisas do Nordeste: Calendario do XV Congresso Nacional de Geografia,” *O Poti* (Natal), 16 de junho de 1960, 9, Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁰⁰ Sanderson Negreiros, “Quadrantes do Mundo: entrevista do dia,” *Diário de Natal* (Natal), 14 de outubro de 1960, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁰¹ Antônio Campos e Silva, “Resenha do ano: julho, mês de grande atividade,” *O Poti* (Natal), 1.º de janeiro de 1961, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.

Secção Regional de Pernambuco. A nova entidade, voltada à reunião, ao estímulo e à divulgação das investigações sobre a geografia regional, foi instituída sob a direção de Severino Fernandes de Oliveira e a secretaria de Antônio Campos e Silva. A criação de núcleos locais integrava a estratégia de expansão institucional da AGB, destinada a ampliar sua base de membros e sua inserção em diferentes territórios do país, contribuindo para o fortalecimento da ciência geográfica no Brasil (Antunes 2008, 246).¹⁰²

A instalação oficial do Núcleo Municipal de Natal ocorreu em 10 de março de 1961, em cerimônia realizada no auditório da Faculdade de Filosofia, com a presença de uma delegação da Secção Regional de Pernambuco. A programação incluiu conferências sobre geografia aplicada, conferindo ao novo núcleo um papel inaugural como instância de debate científico no estado.¹⁰³ A fundação dessa nova estrutura coincidiu, contudo, com o desaparecimento das referências públicas às atividades do Centro de Estudos Regionais, o que sugere uma reorganização do campo geográfico local. Nesse processo de transição institucional, o Núcleo da AGB, com sua filiação nacional e maior capacidade de articulação, parece ter absorvido o protagonismo anteriormente pretendido pelo CER, consolidando-se como novo polo de referência para os estudos geográficos no Rio Grande do Norte.

A criação do núcleo natalense integrou-se a um movimento mais amplo de expansão da base institucional da geografia no Brasil, incentivado pelas diretrizes da própria AGB. Essa reconfiguração refletia uma tendência nacional de concentração das atividades científicas em estruturas formalmente reconhecidas, contribuindo para o fortalecimento do campo geográfico como disciplina acadêmica integrada a redes nacionais de pesquisa e ensino (Galvão 2021, 78-79).

Nesse contexto, o CER pode ser compreendido como etapa transitória e experimental do processo de institucionalização da geografia no estado. Marcado pela iniciativa estudantil, pelo entusiasmo investigativo e pela tentativa de articular

¹⁰² Silva, “Resenha do ano,” 3.

¹⁰³ “Núcleo de Geografia será instalado hoje,” *Diário de Natal* (Natal), 10 de março de 1961, 6, Hemeroteca Digital Brasileira.

formação técnica, investigação de campo e problemáticas regionais, o Centro configurou-se como laboratório pioneiro de renovação metodológica e engajamento científico. O seu legado reside na capacidade de mobilizar juventude acadêmica, docentes e interlocutores externos em torno de um projeto de ciência aplicada ao território, antecipando debates e práticas que seriam posteriormente absorvidos por estruturas institucionais mais consolidadas.

2.3.4 O Instituto Anatômico na Faculdade de Farmácia e Odontologia

Se as iniciativas analisadas até aqui tiveram como ponto de partida a Faculdade de Filosofia, a criação do Instituto Anatômico inscreve-se numa dinâmica distinta, vinculada à Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal. Embora oficialmente instituída em 1947, essa faculdade remontava à antiga Escola de Farmácia e Odontologia, fundada em 1923, sendo reconhecida, à época, como o mais antigo estabelecimento de ensino superior do Rio Grande do Norte.

A sua trajetória inicial foi marcada por ações concretas de modernização pedagógica e científica, como a reforma das instalações do antigo edifício do Atheneu Norte-Riograndense, iniciada em 1955, a aquisição de equipamentos laboratoriais, a captação de recursos junto aos governos estadual e federal e a promoção de intercâmbios com instituições brasileiras e norte-americanas, viabilizados por meio da *International Cooperation Administration* (ICA) e da Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior.¹⁰⁴

Nesse contexto de expansão institucional, consolidado sob a direção do professor José Cavalcanti Melo, destacou-se a articulação com o cirurgião-dentista e anatomista José Nunes Cabral de Carvalho, então professor de Anatomia Médico-Cirúrgica e diretor do Instituto Anatômico da Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói, no Rio de Janeiro. Natural de Macaíba, no Rio Grande do Norte, e com trajetória

¹⁰⁴ Ell Brandão Villar, “Faculdade de Farmácia e Odontologia do Natal: símbolo da hercúlea força de vontade do dr. J. Cavalcanti de Melo, seu atual diretor,” *O Poti* (Natal), 28 de abril de 1957, 6, Hemeroteca Digital Brasileira; “Viajou aos Estados Unidos o dr. José Cavalcante Melo,” *A República* (Natal), 13 de setembro de 1957, 7, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

acadêmica consolidada fora do estado, Cabral de Carvalho iniciou a sua colaboração com a Faculdade de Farmácia e Odontologia em janeiro de 1958, no âmbito de um ciclo de estudos especializados. Convidado a proferir a conferência “Conceito de Anatomia Médico-Cirúrgica em Odontologia”, retornou pouco depois para apresentar uma segunda palestra, intitulada “Considerações anátomo-fisiológicas dos músculos cuticulares: particularidades da cirurgia do fundo do saco do vestibulo”¹⁰⁵. A recepção favorável por parte do corpo docente e da direção resultou num convite formal para que assumisse a orientação das obras de modernização do pavilhão de anatomia, marcando o início da implementação do Instituto Anatômico em Natal.¹⁰⁶

As obras do novo pavilhão de anatomia foram iniciadas em março de 1958, integrando-se ao conjunto de reformas estruturais da Faculdade de Farmácia e Odontologia, que incluíam também a construção de novos laboratórios e salas de aula. Entre essas iniciativas, destacava-se a Sala de Histologia, sob a responsabilidade do professor Sebastião Monte, recém-chegado de um estágio na Universidade de São Paulo. Paralelamente, a Faculdade já contava com um anfiteatro de anatomia em funcionamento, equipado com algumas peças anatômicas, sob a responsabilidade dos professores José Tavares, no curso de Odontologia, e Oto Marinho, no curso de Farmácia.¹⁰⁷

A proposta de Cabral de Carvalho para o novo pavilhão, contudo, ia além da melhoria das instalações existentes. Inspirado no modelo do Instituto Anatômico Antônio Pedro, vinculado à Faculdade Fluminense de Medicina, o professor propôs a criação de um Instituto Anatômico em Natal, composto por laboratórios, ossuário, biblioteca, anfiteatro e museu anatômico. Tratava-se de um ambiente integrado para o

¹⁰⁵ “Na Faculdade de Odontologia: conhecido professor fará uma conferência no próximo dia 17,” *O Poti* (Natal), 14 de janeiro de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira; “Conferência, hoje, na Faculdade de Farmácia,” *Diário de Natal* (Natal), 17 de janeiro de 1958, 5, Hemeroteca Digital Brasileira; “Conferência do dr. José Nunes Cabral na Faculdade de Farmácia, sexta-feira,” *Diário de Natal* (Natal), 21 de janeiro de 1958, 5, Hemeroteca Digital Brasileira; “Faculdade de Odontologia: professor fluminense vai fazer outra conferência,” *O Poti* (Natal), 22 de janeiro de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira; “Hoje na Faculdade de Odontologia conferência do Prof. Fluminense,” *O Poti* (Natal), 24 de janeiro de 1958, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁰⁶ “Reaparelhamento da Faculdade de Odontologia desta Capital,” *Diário de Natal* (Natal), 3 de fevereiro de 1958, 5, Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁰⁷ “Reaparelhamento da Faculdade de Odontologia desta Capital,” 5.

ensino e a investigação científica em anatomia.¹⁰⁸ A sua orientação pedagógica baseava-se nos princípios da chamada “escola boveriana” da Faculdade de Medicina da USP, que defendia a articulação entre ensino e investigação, com ênfase em atividades práticas e acesso abundante a material anatómico para dissecação e observação empírica (Talamoni e Bertolli Filho 2014, 1311). Para Cabral de Carvalho, já não havia espaço para um “estudo bizantino” da anatomia na formação superior do estado; era necessário oferecer aos estudantes uma abordagem dinâmica, empírica e atualizada da disciplina¹⁰⁹.

A direção da Faculdade, sob a liderança de José Cavalcanti Melo, acatou a proposta de Cabral de Carvalho e, em dezembro de 1959, intensificou as obras específicas do Instituto. Segundo matéria publicada em *A República*, em março de 1960, a estrutura em construção incluía dois laboratórios — um destinado à receção e conservação de cadáveres e outro à preparação de peças anatómicas —, além de uma sala para o museu anatómico, equipada com estantes de vidro para exposição do acervo, e um anfiteatro com ossário anexo, destinado às aulas práticas. Estava prevista, ainda, uma biblioteca especializada em anatomia, o que conferia ao projeto uma dimensão mais ampla do que a de um simples espaço auxiliar de ensino.¹¹⁰

A estruturação do Instituto Anatómico como referência regional em ensino e investigação anatómica ganhou notoriedade pública com a publicação de uma extensa reportagem no periódico *A Ordem*, em 20 de outubro de 1960.¹¹¹ A matéria, assinada por Brandão Vilar, dedicava uma página inteira à Faculdade de Odontologia e enfatizava a importância, muitas vezes negligenciada, daquele espaço acadêmico para a formação científica no estado, com especial destaque para o Pavilhão de Anatomia idealizado por

¹⁰⁸ “Prosseguem as obras do Instituto Anatómico da Faculdade de Farmácia e Odontologia,” *A República* (Natal), 17 de março de 1960, 6, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

¹⁰⁹ Natal (como Paris) terá um Museu do Homem,” *A República* (Natal), 5 de julho de 1959, 8, Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal;

¹¹⁰ “Prosseguem as obras do Instituto Anatómico da Faculdade de Farmácia e Odontologia,” 6.

¹¹¹ Ell Brandão Villar, “Faculdade de Odontologia: valor desconhecido,” *A Ordem* (Natal), 20 de outubro de 1960, 13, Hemeroteca Digital Brasileira.

Cabral de Carvalho. O texto adotava tom fortemente elogioso, exaltando a infraestrutura, a organização interna e o potencial científico da unidade.¹¹²

A reportagem oferece uma descrição minuciosa das instalações, ressaltando a qualidade técnica e organizacional do pavilhão. O anfiteatro era apresentado como estrutura compatível com os padrões técnicos das melhores universidades do país. A sala de estudos, ampla e funcional, dispunha de quatro mesas destinadas à dissecação e duas voltadas ao estudo osteológico. O ossário era descrito como recurso de alta eficácia didática, e a biblioteca especializada somava-se aos laboratórios equipados com instrumentos adequados à prática anatômica e à investigação¹¹³.

Percorremos detalhadamente todos os seus setores e pudemos constatar que o Pavilhão de Anatomia foi construído dentro de rigorosa técnica. Desde a mesa de recepção de cadáveres até o Museu, tudo segue uma ordem perfeita e padronizada.¹¹⁴

O Museu de Anatomia, vinculado ao Pavilhão, reunia aproximadamente 500 peças anatômicas, classificadas em partes moles e duras. O acervo incluía desde um sistema nervoso completo até vísceras injetadas, pulmões infetados e úteros de mulheres múltiparas, entre outras peças preservadas e organizadas em frascos e estantes de vidro. Toda a preparação do material era realizada pela própria equipa, o que conferia à exposição um caráter técnico e meticuloso. Segundo a reportagem, o museu destacava-se não apenas pelo conteúdo exposto, mas também pelo zelo técnico e pela sua contribuição potencial à museologia científica brasileira.¹¹⁵

No que se refere à equipa, o Pavilhão de Anatomia contava com a liderança do professor catedrático José Nunes Cabral de Carvalho, auxiliado pelos professores Joaquim Guilherme e Paulo Oliveira Carvalho, como primeiro e segundo assistentes, respetivamente. O estudante Lenilson Silva de Carvalho atuava como monitor, e o técnico José Altino era responsável pelo suporte laboratorial. Segundo a mesma

¹¹² Villar, “Faculdade de Odontologia,” 13.

¹¹³ Villar, “Faculdade de Odontologia,” 13.

¹¹⁴ Villar, “Faculdade de Odontologia,” 13.

¹¹⁵ Villar, “Faculdade de Odontologia,” 13.

matéria, Cabral incentivava a qualificação contínua de sua equipa, promovendo intercâmbios com instituições como as universidades de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Naquele momento, os assistentes estavam envolvidos em duas investigações anatómicas: “Variedade do Músculo Digástrico do Mestiço do Município de Natal”, coordenada por Joaquim Guilherme, e “Os Ramos diferentes do Gânglio Esfenopalatino”, conduzida por Paulo Oliveira. Essas investigações evidenciam a articulação entre ensino, prática anatómica e produção de conhecimento empírico.¹¹⁶

Outro elemento valorizado pela reportagem era o grau de organização administrativa do Instituto. Um sistema descrito como “Cérebro do Gabinete Anatômico” monitorava a trajetória acadêmica dos alunos e estruturava o funcionamento interno da cátedra com rigor técnico e clareza pedagógica. Um quadro-síntese reunia informações sobre o currículo, os conteúdos programáticos, o número de aulas e a distribuição das responsabilidades docentes, recursos que, segundo o jornalista, expressavam o nível de profissionalização atingido pela estrutura criada por Cabral de Carvalho.¹¹⁷

A matéria concluía exaltando a ordem técnica e a padronização de todo o funcionamento do Pavilhão de Anatomia, desde a recepção dos cadáveres até à organização do museu, como expressão do compromisso da Faculdade de Odontologia com o rigor científico, a valorização da prática e a consolidação de um espaço de ensino e investigação de referência no estado. Embora o texto ressalte com ênfase os aspetos estruturais e operacionais do pavilhão, a reportagem não apresenta registos fotográficos ou visuais do ambiente descrito, apoiando-se exclusivamente na narrativa textual para conferir legitimidade técnica à experiência conduzida por Cabral de Carvalho.

A visibilidade institucional do Instituto Anatômico e o seu protagonismo no cenário local da ciência e do ensino superior não ocorreram, contudo, de forma isolada. Esses avanços coincidiram com um processo mais amplo de reorganização da estrutura universitária norte-rio-grandense, impulsionado pela federalização da Universidade do

¹¹⁶ Villar, “Faculdade de Odontologia,” 13.

¹¹⁷ Villar, “Faculdade de Odontologia,” 13.

Rio Grande do Norte, efetivada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960. No contexto dessa reforma, os cursos até então integrados da Faculdade de Farmácia e Odontologia foram desmembrados em duas unidades autônomas. A Faculdade de Farmácia passou a ocupar as instalações da Maternidade Januário Cicco, enquanto a Faculdade de Odontologia, sob a direção de José Cavalcanti Melo, permaneceu provisoriamente no edifício que já ocupava, concluído em 1957, localizado na Praça do Estudante, no bairro da Cidade Alta (Universidade Federal do Rio Grande do Norte 1969, 35-36).



Figura 1 - Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, na Praça do Estudante, 90, Cidade Alta, Natal/RN, década de 1960.

Fonte: Brechando, “Como está esse prédio histórico em Natal?”, 5 de junho de 2018.

Disponível em: <https://brechando.com/2018/06/05/como-esta-esse-predio-historico-em-natal/>

Esse edifício, considerado à época uma obra arrojada para os padrões do ensino superior local, marcou etapa relevante na consolidação da infraestrutura universitária do estado, por se tratar de uma das primeiras construções projetadas especificamente para atividades acadêmicas, com laboratórios especializados e espaços voltados ao ensino científico e técnico. Apesar disso, ainda em novembro de 1960, durante reunião da Congregação de Professores, José Cavalcanti Melo apresentou o anteprojeto de uma

nova sede para a Faculdade de Odontologia, a ser construída na recém-aberta Avenida Senador Salgado Filho (Melo e Calado 2019, 110).

A mudança ocorreu de forma progressiva. Em agosto de 1963, a primeira série do curso passou a funcionar nas novas instalações, ainda em construção. No ano seguinte, foram transferidas a segunda série, a diretoria, a secretaria e o diretório acadêmico, sob a gestão do professor Antônio Pípolo. A inauguração oficial do novo edifício ocorreu em 21 de abril de 1966, com a presença do presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) (Melo e Calado 2019, 110).



Figura 2 - Faculdade de Odontologia da UFRN, localizado na avenida Salgado Filho, Lagoa Nova, 1966.
Fonte: Acervo do grupo MUSA/UFRN. Disponível em: <https://musaufrn.wixsite.com/iconesmodernistas/odontologia>

Essa transição institucional representou, para Cabral de Carvalho, um esvaziamento progressivo do projeto que concebera com tanto empenho. O esforço investido na estruturação do Pavilhão de Anatomia parecia ameaçado pela iminente mudança de sede da Faculdade de Odontologia. No entanto, uma visita do professor Veríssimo de Melo ao Museu do Pavilhão de Anatomia, em 1959, reorientaria essas perspectivas e inauguraria novo rumo para as aspirações de Cabral. Segundo relato do

professor Eduardo Gomes Seabra (1990, 2), Veríssimo mencionou que, durante uma longa conversa com Cabral nas dependências do museu, surgiu a proposta de criação de um instituto voltado ao estudo da antropologia. A ideia teria sido posteriormente apresentada ao reitor Onofre Lopes e ao professor Luís da Câmara Cascudo, ambos entusiasticamente favoráveis à iniciativa.

Ainda assim, Cabral de Carvalho permaneceu vinculado à Faculdade de Odontologia até cerca de 1964, atuando como catedrático da cadeira de Anatomia. Os conflitos com o diretor Cavalcanti Melo, somados ao avanço das atividades do recém-criado Instituto de Antropologia contribuíram para sua decisão de se afastar da Faculdade. A partir de então, passou a dedicar-se integralmente ao novo Instituto, cuja estrutura institucional lhe oferecia maior autonomia científica e administrativa, além de se alinhar à sua concepção de ciência baseada na prática empírica, na investigação de campo e na construção de acervos integrados ao ensino e à produção do conhecimento.

2.4 Ciência em construção: experiências precursoras e condições de possibilidade do Instituto de Antropologia

Ao longo deste capítulo, procurou-se compreender os principais vetores que estruturaram a ciência como campo institucionalizado no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970. No plano nacional, destacaram-se as políticas públicas de fomento, a expansão do ensino superior, a valorização da pós-graduação e a afirmação das universidades como espaços de produção científica. Esse processo ganhou maior densidade com a consolidação do princípio da indissociabilidade entre ensino, investigação e extensão, bem como com a reconfiguração universitária promovida pela Reforma de 1968. No entanto, a consolidação desse modelo ocorreu de forma desigual, revelando os desafios enfrentados por instituições situadas fora dos principais centros acadêmicos do país.

No Rio Grande do Norte, a construção de uma cultura científica universitária assumiu contornos próprios. Em vez de se desenvolver inicialmente por meio de estruturas plenamente consolidadas, emergiu a partir de experiências parcelares,

frequentemente descontínuas, que procuravam articular ensino, investigação, colecionismo e difusão pública do conhecimento. A Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Norte desempenhou papel central nesse processo. Em 1958, a criação do Museu de Geografia e Paleontologia e do Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, sob a liderança de Luiz Maranhão Filho, evidenciou uma proposta de integração curricular orientada para o estudo do território estadual. No ano seguinte, a tentativa de implantação de um Museu Etnográfico, idealizada por Veríssimo de Melo, sinalizou o esforço de instituir espaços didáticos dedicados à Etnografia e à Antropologia, embora ainda limitados por fragilidades materiais e institucionais.

Em 1960, a criação do Centro de Estudos Regionais ampliou essa agenda ao mobilizar estudantes, professores e colaboradores externos em atividades de investigação voltadas para a realidade local. O protagonismo de Antônio Campos e Silva, a realização de cursos de campo, a produção de documentários e a participação na XV Assembleia da Associação dos Geógrafos Brasileiros indicam a tentativa de inserir a produção científica norte-rio-grandense em redes nacionais de circulação do saber. Nesse mesmo período, a fundação do Instituto Anatômico, na Faculdade de Farmácia e Odontologia, revelou outro eixo de modernização universitária, associado à qualificação técnica, ao ensino prático e à constituição de coleções anatómicas voltadas para a formação especializada.

Essas experiências demonstram que a institucionalização da ciência universitária não dependia apenas da criação formal de cursos, cátedras, centros de estudo ou institutos. Exigia também condições materiais capazes de sustentar práticas de observação, classificação, comparação, ensino e demonstração pública. Museus projetados, pavilhões anatómicos, laboratórios, bibliotecas, mostruários, coleções didáticas e dispositivos de registo funcionavam como suportes concretos da prática científica. Nesses espaços, o conhecimento era observado, organizado, preservado, exposto e ensinado. Assim, a análise das experiências precursoras do Instituto de Antropologia permite deslocar a institucionalização da ciência de um plano estritamente administrativo para o terreno das suas condições materiais de possibilidade. A materialidade não deve, portanto, ser entendida como aspecto secundário ou ilustrativo

da vida científica, mas como dimensão constitutiva da própria produção do conhecimento.

A História da Ciência tem insistido, desde finais do século XX, que os conhecimentos científicos são produzidos em contextos situados, por meio de práticas concretas, instrumentos específicos, comunidades de trabalho e regimes de validação. Os estudos laboratoriais mostraram que a ciência se constrói em ambientes nos quais inscrições, medições, instrumentos, protocolos e formas de circulação transformam fenómenos instáveis em factos científicos estabilizados (Latour e Woolgar 1979, 51–52, 64–70, 88–89, 183–84; Latour 1987, 13–15, 63–68). Do mesmo modo, a atenção aos objetos científicos demonstrou que espécimes, instrumentos, imagens e coleções não são apenas suportes passivos de ideias previamente formuladas, mas elementos ativos na construção de categorias, evidências e autoridades disciplinares (Daston 2000, 1–5, 10–13; Daston e Galison 2007, 19–27, 42–48; Rheinberger 1997, 24–29, 36). A ciência, portanto, não se faz apenas com teorias: faz-se também com coisas, espaços e práticas.

Esta perspetiva é particularmente relevante para compreender instituições universitárias e museológicas situadas fora dos centros científicos mais consolidados. Leif Jerram propõe uma distinção analítica útil entre espaço, localização e lugar. O espaço remete para a disposição física das coisas em relação umas às outras e aos sujeitos; a localização diz respeito à posição relacional de uma instituição no território e nas redes de circulação; e o lugar refere-se aos significados, práticas, valores e códigos associados a uma determinada localização (Jerram 2013, 404). Aplicada ao caso da Universidade do Rio Grande do Norte, esta distinção permite perceber que um museu, um laboratório ou um instituto de investigação não são apenas edifícios, nem apenas nomes administrativos. São, simultaneamente, espaços materiais de prática científica, localizações situadas em redes regionais e nacionais, e lugares investidos de autoridade intelectual, pedagógica e simbólica.

Enquanto espaços, os museus e laboratórios universitários organizavam fisicamente as condições da investigação. A disposição de bancadas, vitrinas, salas de preparação, depósitos, gabinetes, bibliotecas e coleções condicionava aquilo que podia ser observado, manipulado, comparado, ensinado e preservado. Thomas Gieryn

chamou a atenção para o facto de os edifícios “fazerem” coisas: uma vez construídos, tornam-se estruturas relativamente resistentes, capazes de orientar ações, estabilizar rotinas e incorporar relações sociais e científicas no seu próprio desenho material (Gieryn 2002, 43). No caso dos laboratórios, essa relação entre organização material, controlo das práticas e credibilidade dos resultados é retomada por Gieryn na análise do *ultra clean lab* de Clair Patterson (Gieryn 2018, 156–161, 164–166). Esta observação é essencial para a leitura das experiências da URN. O Museu de Geografia e Paleontologia, o Museu Etnográfico projetado, o Centro de Estudos Regionais e o Instituto Anatômico podem ser entendidos como tentativas de criar ambientes materiais nos quais a ciência pudesse adquirir forma, continuidade e visibilidade.

Enquanto localizações, essas iniciativas revelam o esforço de inserir a produção científica norte-rio-grandense em circuitos mais amplos de legitimação. A sua importância não se limita ao facto de terem existido em Natal ou no Rio Grande do Norte. O que está em causa é a forma como essa posição se relacionava com associações académicas, museus nacionais, universidades, expedições, redes de especialistas, intercâmbios documentais e práticas de campo. A investigação científica em contextos regionais não se definia apenas pela distância em relação aos centros consagrados, mas pela capacidade de transformar essa posição em plataforma de observação do território. Como demonstrou David Livingstone, a ciência é sempre produzida em lugares específicos, ainda que aspire à validade universal; essa passagem do local ao geral depende de práticas de circulação, padronização, legitimação e tradução entre diferentes espaços científicos (Livingstone 2003, xi, 3–4, 87–90, 179–82). Robert Kohler, por sua vez, destacou a importância das fronteiras entre laboratório e campo na constituição das ciências da vida, chamando a atenção para a circulação entre ambientes de recolha, preparação e validação (Kohler 2002, 1–8, 11–19, 41–55). No caso da URN, cursos de campo, excursões, recolhas, documentários e coleções transformavam o território estadual em campo empírico e convertiam a universidade em ponto de concentração, ordenação e interpretação desses materiais.

Enquanto lugares, por fim, museus e laboratórios universitários não eram apenas contentores de objetos, mas espaços socialmente reconhecidos de produção,

conservação e transmissão do conhecimento. Essa condição contribuía também para a autoridade das práticas e afirmações científicas a eles associadas. Gieryn designou certos espaços como *truth-spots*, isto é, lugares cujas características materiais, localização e significados socialmente construídos conferem credibilidade às afirmações que deles emergem (Gieryn 2006, 5–7; 2018, 2–3, 58–60, 165–70). A aplicação deste conceito ao Instituto de Antropologia é particularmente fecunda. A criação de um instituto voltado para a Antropologia, a Arqueologia, a Etnografia, a Paleontologia e os estudos do território não significava apenas reunir pessoas e objetos sob uma mesma designação institucional. Representava também a tentativa de constituir um lugar universitário dotado de autoridade para observar, recolher, classificar e interpretar a realidade norte-rio-grandense segundo critérios científicos.

A literatura sobre museus e coleções reforça esta leitura. Desde os gabinetes de curiosidades e museus naturalistas da Época Moderna, a formação de coleções esteve associada à produção de ordens de conhecimento, a formas de apropriação material e intelectual da natureza e a mecanismos de distinção social e científica (Findlen 1996, 3–5, 60–61, 99–100; Daston e Park 1998, 265–70). Nos museus modernos, os objetos foram incorporados em regimes de classificação, exposição, conservação e ensino que lhes atribuíam novos sentidos epistemológicos e públicos (Hooper-Greenhill 1992, 2-16; Bennett 1995, 25-42). Para Samuel Alberti, os objetos de museu possuem trajetórias próprias: circulam, mudam de contexto, adquirem novas classificações e são permanentemente reconfigurados pelas instituições que os conservam e interpretam (Alberti 2005, 563-64; 2009, 4-6). Assim, uma coleção paleontológica, anatômica ou etnográfica não é apenas um conjunto de coisas reunidas. É uma tecnologia de conhecimento, pois permite comparar, ensinar, demonstrar, autenticar e projetar institucionalmente uma determinada visão de ciência.

No caso da Universidade do Rio Grande do Norte, esta dimensão torna-se evidente na dependência que as experiências analisadas mantinham em relação à constituição de acervos. O Museu de Geografia e Paleontologia pressupunha a recolha e a organização de testemunhos materiais do território; o Museu Etnográfico projetado dependia da reunião de objetos capazes de sustentar o ensino da Etnografia e da

Antropologia; o Centro de Estudos Regionais articulava investigação, campo, documentação e difusão; e o Instituto Anatómico assentava na formação técnica por meio de coleções, peças anatómicas e práticas demonstrativas. Em todos estes casos, a ciência universitária era pensada como uma prática apoiada na materialização do conhecimento. A autoridade científica dependia tanto da palavra escrita e da aula quanto da presença física dos objetos e da possibilidade de os transformar em evidência.

A fragilidade dessas experiências revela, por outro lado, que a materialidade da ciência é também vulnerável. Quando uma instituição não se consolidava, a perda não se limitava ao encerramento formal de um centro, museu ou laboratório. Os seus acervos podiam permanecer em situação provisória, ser absorvidos por outras estruturas, perder documentação ou desaparecer da memória institucional. Perdiam-se, assim, os vínculos entre objetos e registros, entre coleções e práticas de investigação, entre espaços físicos e memórias institucionais. Um acervo sem documentação torna-se menos inteligível; uma coleção deslocada pode sobreviver materialmente, mas perder a densidade histórica das práticas que a constituíram. A descontinuidade incidia, portanto, sobre a própria capacidade de a ciência deixar vestígios reconhecíveis.

É neste ponto que a materialidade da ciência se cruza com o problema do apagamento institucional. A ausência de documentação, a dispersão de coleções, a precariedade dos espaços e a instabilidade administrativa não representam apenas lacunas arquivísticas; constituem parte do próprio processo histórico. Ao mesmo tempo, esses vestígios incompletos permitem observar a ciência em construção, antes da sua estabilização institucional. À luz da reflexão de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke sobre o “triunfo do fracasso”, é possível compreender que experiências que não alcançaram consolidação duradoura podem, ainda assim, produzir efeitos históricos relevantes (Pallares-Burke 2012, 21–41). O “fracasso”, nesse sentido, não reside na ausência de consequências, mas na dificuldade de estabilização institucional. O triunfo manifesta-se precisamente naquilo que essas experiências tornaram possível: a criação de um repertório científico, material e humano que seria retomado, reorganizado e parcialmente estabilizado com a fundação do Instituto de Antropologia.

Deste modo, os museus projetados, os centros de estudos e os laboratórios especializados da URN devem ser compreendidos como ensaios materiais de institucionalização científica. A sua importância não reside apenas na continuidade administrativa que tiveram, mas na cultura científica que ajudaram a formar. Mesmo frágeis ou descontínuos, mobilizaram professores, estudantes e colaboradores; estimularam práticas de campo e recolha; ensaiaram formas de classificação e documentação; organizaram coleções; criaram redes de colaboração; e afirmaram o território norte-rio-grandense como objeto legítimo de estudo científico. Alguns dos seus principais articuladores — José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo de Melo e Antônio Campos e Silva — viriam a desempenhar papéis centrais na concepção e no funcionamento do Instituto de Antropologia, demonstrando a continuidade entre os projetos pioneiros da URN e a constituição de um espaço universitário dedicado à investigação antropológica, arqueológica, etnográfica e naturalista.

A criação do Instituto de Antropologia, em 1960, não surgiu, portanto, num vazio institucional. Resultou da convergência de iniciativas anteriores que já haviam associado coleções, práticas de campo, investigação e valorização do território. O novo Instituto representou uma tentativa de reunir e estabilizar, num mesmo espaço institucional, experiências até então dispersas entre faculdades, cátedras, centros de estudos, museus projetados e centros especializados. O seu surgimento demonstra que a institucionalização da ciência no Rio Grande do Norte não decorreu apenas da expansão formal do ensino superior ou da adoção de modelos nacionais de política científica. Ela resultou também de um trabalho material de construção de espaços, reunião de objetos, formação de coleções, organização de práticas e criação de lugares de autoridade científica.

Esta leitura permite recolocar o Instituto de Antropologia num quadro interpretativo mais amplo. Ele não foi apenas um antecedente administrativo do Museu Câmara Cascudo, mas o ponto de convergência de experiências que já vinham articulando universidade, território, coleções e investigação empírica. A sua história revela que a ciência se institucionaliza não apenas quando se cria uma entidade formal, mas quando se conseguem estabilizar práticas, objetos, espaços e memórias. Por isso,

compreender a materialidade da ciência é também compreender as suas fragilidades: aquilo que foi construído, aquilo que permaneceu, aquilo que se perdeu e aquilo que, apesar da descontinuidade, tornou possível a emergência de novas formas institucionais.

É nesse ponto de inflexão que se encerra este capítulo. A seguir, o foco recairá sobre a trajetória do Instituto de Antropologia, examinando os fatores que possibilitaram a sua fundação, a sua estrutura acadêmica, a sua inserção universitária e as razões que conduziram à sua descontinuidade institucional em 1973. Trata-se, em última instância, de compreender como projetos científicos nascidos em contextos afastados dos centros tradicionalmente privilegiados pela historiografia negociaram continuidades, fragilidades e apagamentos no processo de institucionalização da ciência.

3. O INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DE NATAL: ORIGEM, ESTRUTURA E PRÁTICAS CIENTÍFICAS (1960-1973)

No capítulo anterior, analisou-se o contexto histórico do desenvolvimento da ciência e das universidades no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, com particular atenção às políticas públicas, à expansão do ensino superior e à emergência de institutos universitários de investigação. Este capítulo desloca a escala de análise para o Instituto de Antropologia de Natal, criado em 1960, acompanhando a sua constituição, organização científica e trajetória institucional até 1973. O objetivo é compreender de que modo a instituição procurou articular investigação, ensino, formação científica e constituição de coleções, bem como as redes e referências institucionais que sustentaram esse projeto.

A análise incide sobre o processo de criação do Instituto, a sua estrutura, as práticas de investigação e as relações estabelecidas com cursos universitários e instituições científicas. Ao situar essas atividades nas assimetrias do campo científico brasileiro, examinam-se também as condições de reconhecimento e sustentação de uma instituição localizada fora dos principais centros acadêmicos do país. A parte final do capítulo aborda a crise que antecedeu a sua descontinuação, considerando as transformações da Universidade, os constrangimentos financeiros e as tensões acadêmicas e políticas que acompanharam esse processo. Mais do que narrar uma sucessão institucional, procura-se compreender as condições que tornaram possível a criação do Instituto e as reconfigurações que culminaram, em 1973, na sua descontinuação e na criação do Museu Câmara Cascudo.

3.1 A Fundação do Instituto de Antropologia da URN em Natal

A criação oficial do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, em 1960, resultou da convergência de iniciativas promovidas por diferentes agentes dos meios acadêmico e cultural norte-rio-grandenses. Num contexto de reorganização universitária desencadeado pela criação da URN, o projeto procurava conferir maior estabilidade institucional à investigação nos campos da Antropologia, Arqueologia e Paleontologia. A sua concepção envolveu diretamente José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo de Melo, Onofre Lopes e Luís da Câmara Cascudo, cujas atuações foram decisivas para a viabilização intelectual, institucional e política da nova instituição.

A denominação “Instituto de Antropologia” apareceu pela primeira vez nos registos públicos da URN em 2 de maio de 1959, durante uma reunião do Conselho Universitário presidida pelo reitor Onofre Lopes. Embora o nome não figure nas resoluções oficiais posteriormente publicadas, o *Diário de Natal* noticiou, em 4 de maio, a intenção do reitor de iniciar as diligências necessárias à criação de um instituto dedicado à investigação em Etnologia, Sociologia e Folclore (ver Figura 3).¹¹⁸



Figura 3 - Notícia publicada no jornal *Diário de Natal* sobre a proposta de criação do Instituto de Antropologia da URN, apresentada durante reunião do Conselho Universitário.

Fonte: *Diário de Natal* (Natal), 4 de maio de 1959, p. 2 e 8. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹¹⁸ “Esteve reunido sábado o Conselho Universitário — Criação do Instituto de Antropologia — Cursos.” 1959. *Diário de Natal* (Natal), 4 de maio, 2 e 8. Hemeroteca Digital Brasileira.

Dois meses mais tarde, a proposta adquiriu contornos públicos mais definidos. Em entrevista concedida por José Nunes Cabral de Carvalho ao jornal *A República*, publicada em 5 de julho de 1959 sob o título “Natal (como Paris) terá um Museu do Homem”¹¹⁹, a iniciativa foi apresentada como parte de um projeto do reitor Onofre Lopes para criar, na Universidade, um instituto dedicado à investigação antropológica, então divulgado sob a designação de “Museu do Homem” (ver Figura 4). No desenho institucional exposto por Cabral de Carvalho, este ficaria responsável pela antropologia física, enquanto Luís da Câmara Cascudo coordenaria a vertente da antropologia cultural. A entrevista conferiu visibilidade pública ao projeto e tornou mais explícita a sua configuração científica e institucional, inscrevendo-o no discurso modernizador da Universidade. Como discutido anteriormente, contudo, a sua conceção inicial resultara de uma articulação entre Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo.

Segundo Cabral de Carvalho, o projeto buscava inspiração em instituições científicas internacionais, em particular no Musée de l’Homme, em Paris. A proposta previa a representação didática e visual da evolução humana, por meio de uma narrativa que procurava abranger a trajetória da humanidade ao longo do tempo. Como afirmou na entrevista:

Aí pretendemos organizar em vitrine especial, toda a evolução do homem, desde os peixes, até os animais superiores. Tudo será modelado por nós, em gesso, conservando cem por cento a morfologia dos animais que caracterizam as várias etapas da evolução da terra. Será uma verdadeira história muda da evolução do homem.¹²⁰

A expressão “história muda” é reveladora da conceção de conhecimento subjacente ao projeto. A evolução deveria tornar-se visível por meio da disposição sequencial de modelos, da reconstrução morfológica dos organismos e da sua organização no espaço expositivo. Vitrinas e reproduções em gesso não funcionariam, portanto, como simples recursos de ilustração de um saber produzido previamente: participariam da própria construção e comunicação de uma ordem científica. Ao

¹¹⁹ “Natal (como Paris) terá um Museu do Homem”. *A República*, 5 de julho de 1959, 2 e 5.

¹²⁰ “Natal (como Paris) terá um Museu do Homem”, 2 e 5.

selecionar formas, estabelecer sequências e materializar relações de continuidade e transformação, a exposição convertia uma narrativa sobre a evolução num arranjo espacial e visual que poderia ser observado, comparado e apreendido pelo visitante.



Figura 4 - Entrevista de Cabral de Carvalho sobre o projeto do “Museu do Homem” em Natal.

Fonte: *A República* (Natal), 5 de julho de 1959, p. 2 e 5. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A referência ao Musée de l'Homme reforçava essa concepção. Pensada como um museu-laboratório, a instituição francesa articulava investigação, coleções, ensino e exposição no estudo integrado do ser humano nas suas dimensões biológica e cultural (Backx 2018, 82). Para o projeto norte-rio-grandense, funcionava simultaneamente como referência científica, horizonte organizativo e recurso de legitimação. A articulação entre Antropologia Física, Arqueologia, Paleontologia e Antropologia

Cultural anunciada por Cabral de Carvalho aproximava-se desse ideal de síntese e viria a orientar a configuração científica do futuro Instituto de Antropologia.

O recurso a modelos, vitrinas e sequências expositivas constituía apenas uma das formas materiais pelas quais o projeto procurava produzir conhecimento sobre o ser humano. Essa mesma lógica de observação, comparação e ordenação aparecia nos instrumentos de investigação descritos por Cabral de Carvalho. Entre as propostas, destacava-se a criação de um fichário antropológico destinado ao estudo do “mestiço brasileiro”, constituído por registos fotográficos e informações sobre tipo sanguíneo, pigmentação e morfologia física. Produzidos a partir de indivíduos encaminhados ao museu, esses registos destinavam-se a análises comparativas e classificatórias. Previam-se também a utilização didática de caixas com ossos humanos, mediante a observação e a manipulação direta de espécimes anatómicos. O projeto articulava, assim, diferentes dispositivos materiais de produção e transmissão do conhecimento — modelos, vitrinas, fotografias, fichas e espécimes — com práticas já desenvolvidas por Cabral de Carvalho no Instituto Anatómico da Faculdade de Odontologia.¹²¹

O fichário antropológico, em particular, inscrevia o projeto num repertório de investigação consolidado pela antropologia física brasileira durante a primeira metade do século XX. Em instituições como o Museu Nacional, práticas biométricas e tipológicas procuravam identificar e classificar “tipos humanos” por meio de medições craniométricas, testes físicos e descrições morfológicas de indígenas, negros e mestiços. Historicamente relacionadas com correntes evolucionistas e eugenistas, essas abordagens associaram frequentemente características físicas a juízos sobre capacidade intelectual, valor social e degeneração racial (Maio e Santos 1996, 9; Monteiro 1996, 18–20; Ramos 1996, 61, 74; Santos 1996, 127; Seyferth 1996, 42–43, 48–49; Thomaz 1996, 96).

O projeto de Natal surgia, contudo, num momento em que esses pressupostos eram crescentemente contestados. No contexto posterior à Segunda Guerra Mundial, as iniciativas promovidas pela UNESCO sobre a questão racial integraram um esforço

¹²¹ “Natal (como Paris) terá um Museu do Homem”, 2 e 5.

internacional de enfrentamento do racismo científico. Documentos como *The Race Question* (1950) e *The Race Concept: Results of an Inquiry* (1952) questionaram as concepções tipológicas e hierárquicas de raça e contribuíram para dissociar a variação biológica humana de juízos de valor e hierarquias sociais.¹²²

Essa transformação, porém, não ocorreu de forma linear. No Museu Nacional, abordagens somatométricas, tipológicas e classificatórias continuaram a ser utilizadas nas décadas de 1940 e 1950, designadamente em estudos de antropologia biológica de populações indígenas e na incorporação de coleções osteológicas associadas à arqueologia (Santos e Mello e Silva 2006, 12–13). É nesse contexto de transição que o projeto do “Museu do Homem” de Natal deve ser compreendido. A ambição de criar, no Nordeste, uma instituição interdisciplinar e articulada com referências científicas internacionais coexistia com métodos de registo e classificação inscritos numa tradição mais antiga da antropologia física. O fichário proposto por Cabral de Carvalho, baseado em fotografias, tipo sanguíneo, pigmentação e morfologia, demonstra essa permanência e mostra como novas instituições podiam combinar projetos de modernização científica com práticas epistemológicas herdadas de períodos anteriores (Hasenbalg 1996, 238–39; Maio e Santos 1996, 9; Santos 1996, 125, 34; Schwarcz 1993, 43–65, 201–05).

Se a entrevista de Cabral de Carvalho tornou pública a configuração científica e material do projeto, a crónica de Luís da Câmara Cascudo, publicada em 25 de setembro de 1959 na secção *Acta Diurna* do jornal *A República*, deslocou-o para a arena da legitimação política. No texto, Cascudo celebrava a aprovação unânime do projeto pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e destacava o protagonismo do reitor Onofre Lopes e o apoio do governador Dinarte Mariz.¹²³

A crónica não se limitava, contudo, a registar apoios institucionais. Ao associar publicamente o Instituto ao reitor, ao governador e aos deputados estaduais, Cascudo apresentava o respaldo político como credencial de viabilidade e reconhecimento. À luz

¹²² UNESCO, *The Race Question* (Paris: UNESCO, 1950); UNESCO, *The Race Concept: Results of an Inquiry* (Paris: UNESCO, 1952)

¹²³ Luís da Câmara Cascudo, “Instituto de Antropologia em Natal”, coluna “Acta Diurna”, *A República* (Natal), 25 de setembro de 1959, 1.

de Bourdieu (2004, 17–69), essa articulação mostra a interdependência entre o campo científico e outras esferas sociais, nas quais diferentes recursos e relações podem ser convertidos em legitimidade. No caso brasileiro, essa aproximação tinha uma dimensão histórica particular: como observa Schwarcz (1993, 28), a constituição de universidades, museus e centros de investigação esteve frequentemente associada à mediação do Estado e a projetos de modernização. Ao afirmar que os deputados se orgulhariam de apoiar o Instituto, Cascudo mobilizava, assim, uma linguagem na qual ciência, progresso e ação pública se reforçavam mutuamente.

Mais do que anunciar uma nova instituição, a crônica formulava um programa para a sua atuação. Cascudo apresentava o Instituto como parte da universidade moderna e atribuía-lhe a missão de “completar cientificamente o património coletivo da humanidade” e de lançar luz sobre “as zonas obscuras do conhecimento do homem, na sua existência material e espiritual”. A estrutura então anunciada previa três grandes secções — Antropologia Física, Antropologia Cultural e Paleontologia — e abrangia campos de investigação considerados pouco estudados no estado, entre os quais a demografia regional, o folclore, a arqueologia e a pré-história. O projeto propunha, deste modo, reunir diferentes saberes para investigar as populações, as culturas e o território norte-rio-grandense numa perspectiva simultaneamente histórica, biológica e ambiental.

Essa linguagem inscrevia o Instituto numa tradição mais ampla que atribuía à ciência e às instituições científicas uma função de modernização social e cultural. Como observa Ferreira (2007, 2), parte da *intelligentsia* brasileira concebeu as instituições técnico-científicas como espaços de produção de conhecimento e de intervenção na organização da vida coletiva. De modo semelhante, Fernando de Azevedo atribuiu à ciência e à educação um papel central na construção de uma cultura nacional, embora reconhecesse as contradições de um projeto conduzido por elites intelectuais frequentemente distantes do conjunto da população (Penna 2010, 11–13, 66–68, 84–86).

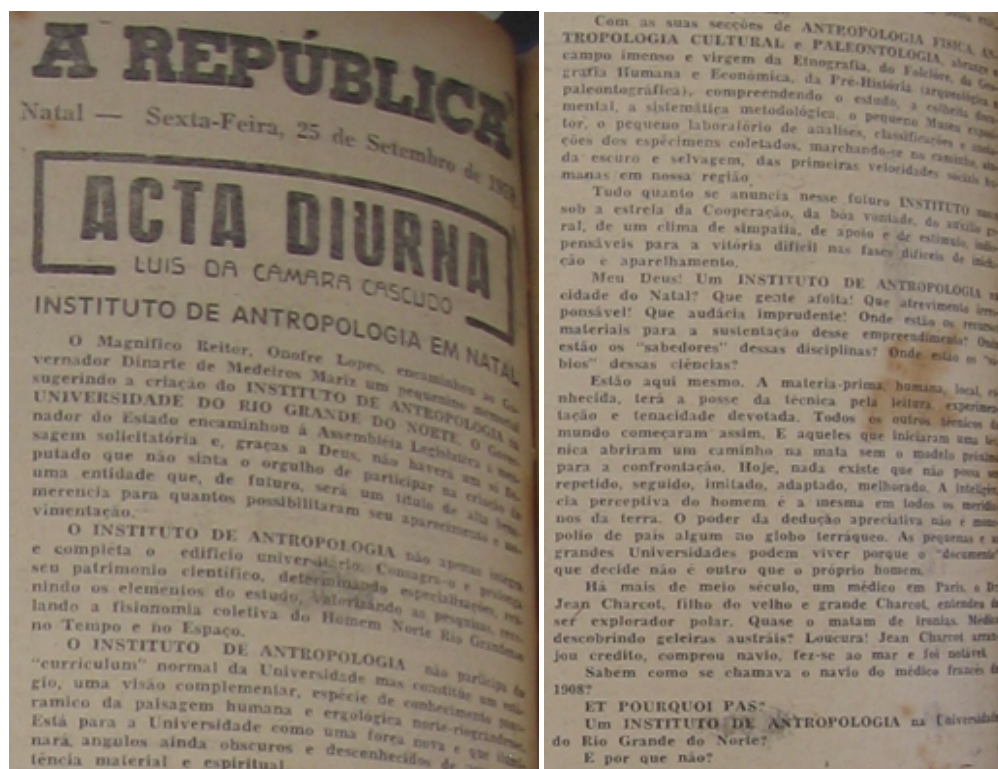


Figura 5 - Comunicado de Luís da Câmara Cascudo sobre a criação do Instituto de Antropologia.

Fonte: A República (Natal), 25 de setembro de 1959, p. 1. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

No projeto do Instituto, porém, essa linguagem modernizadora adquiria uma configuração regional específica. O estudo científico das populações, culturas e territórios nordestinos articulava dois movimentos complementares: a inserção do Rio Grande do Norte em circuitos mais amplos de reconhecimento científico e a afirmação da região como objeto e lugar de produção de conhecimento. A referência ao universal não eliminava, portanto, a atenção às especificidades locais. Pelo contrário, o Instituto procurava legitimar a participação do Rio Grande do Norte na ciência nacional por meio da produção de conhecimento sobre questões enraizadas na própria região.

A dimensão reivindicativa desse projeto torna-se particularmente clara no encerramento da crônica. Câmara Cascudo evocava Jean-Baptiste Charcot, médico francês que se afastara da carreira convencional para se dedicar às expedições polares e que, enfrentando o ceticismo inicial, obtivera apoio para organizar as suas viagens (Hoisington 1975, 315). O nome da embarcação de Charcot fornecia a Cascudo a metáfora com que encerraria a defesa do novo Instituto:

Sabem como se chamava o navio do médico francês em 1908?
ET POURQUOI PAS?
ET POURQUOI PAS?
Um INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA na Universidade do Rio Grande do Norte?
E por que não?¹²⁴

O recurso ao *Et pourquoi pas?* condensava a estratégia retórica da crónica. Ao aproximar o projeto norte-rio-grandense de uma tradição científica francesa associada à exploração e à descoberta, Cascudo transformava a aparente improbabilidade da iniciativa em argumento a favor da sua realização. A pergunta “E por que não?” reivindicava para a Universidade do Rio Grande do Norte o direito de criar uma instituição científica ambiciosa e, mais amplamente, afirmava a possibilidade de produzir conhecimento fora dos centros académicos então consagrados.

A mobilização pública de símbolos científicos e apoios políticos, contudo, ainda não conferia ao Instituto existência jurídica. Essa etapa ocorreu no ano seguinte. Em 22 de novembro de 1960, a Lei Estadual n.º 2.694, sancionada pelo governador Dinarte Mariz, oficializou a criação do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. A sua missão legal compreendia o estudo das manifestações humanas, físicas e culturais, incluindo tradições, hábitos e costumes, bem como a investigação das jazidas pré-históricas existentes no território norte-rio-grandense.

A lei transformava, assim, um projeto até então formulado em entrevistas, crónicas e articulações institucionais numa estrutura formal da Universidade. A definição das suas finalidades reunia duas dimensões presentes desde as primeiras propostas: o estudo científico das populações e culturas e a investigação da pré-história e do território. Além de conferir reconhecimento público ao projeto, a formalização criava as condições jurídicas e administrativas para que essas atividades passassem a organizar-se sob uma mesma instituição.

¹²⁴ Cascudo, “Instituto de Antropologia em Natal”, 1.

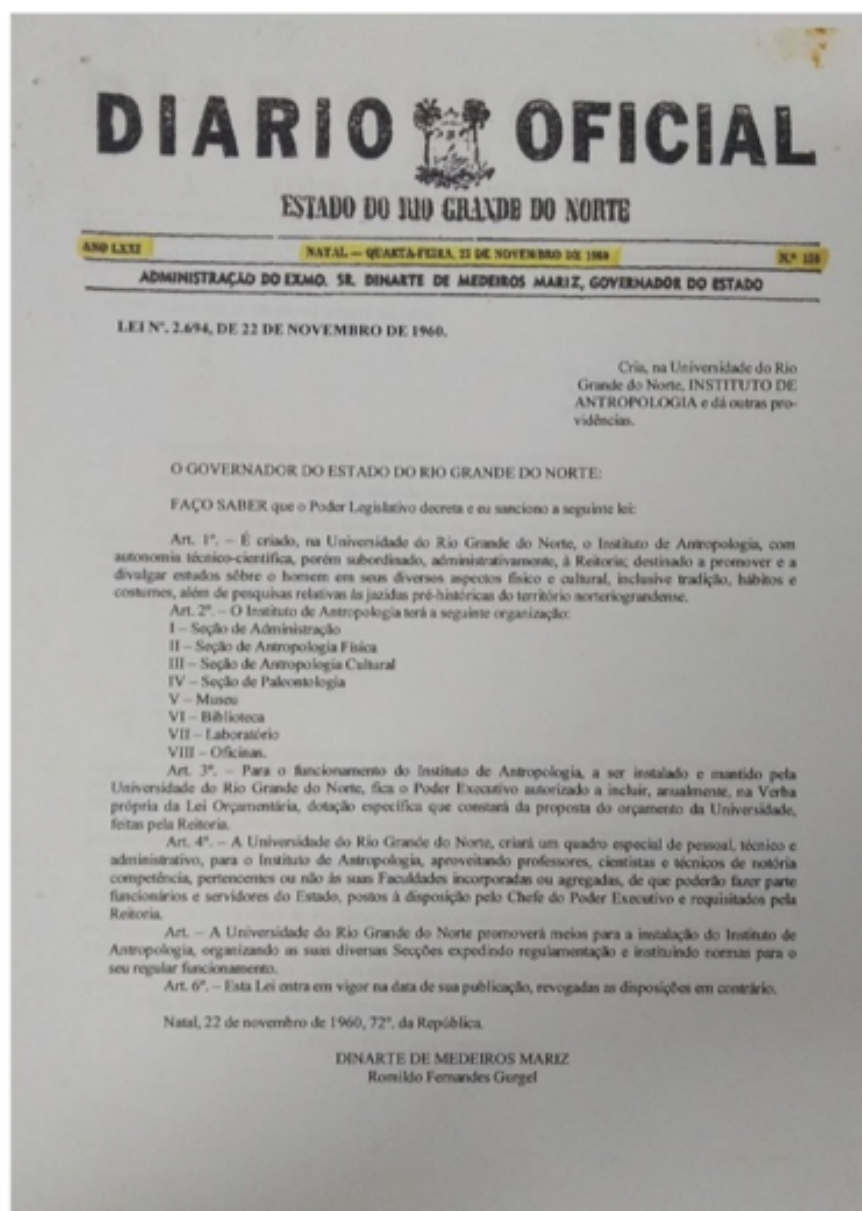


Figura 6 - Publicação da Lei Estadual nº 2.694, de 22 de novembro de 1960, que criou o Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 24 de novembro de 1960, p. 1.

A criação do Instituto, contudo, não ocorreu *ex nihilo*. Como discutido no capítulo anterior, iniciativas como o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, a tentativa de criação de um Museu Etnográfico, a atuação do Centro de Estudos Regionais e a estruturação do Instituto Anatômico haviam produzido experiências, redes e práticas de investigação que antecederam a sua fundação. Embora marcadas por descontinuidades e forte dependência de lideranças individuais, essas iniciativas constituíram condições de possibilidade para o novo projeto.

O Instituto de Antropologia resultou, portanto, da convergência entre experiências anteriores, redes pessoais e acadêmicas, referências científicas internacionais e apoios políticos. A sua criação não representou o início absoluto da atividade científica no Rio Grande do Norte, mas uma tentativa de reunir e reorganizar, num quadro institucional mais estável, práticas e projetos até então dispersos. É a partir dessa formalização que se torna possível examinar como a instituição foi efetivamente estruturada, quem participou da sua organização e de que modo o programa anunciado em 1959 se traduziu em práticas científicas concretas.

3.1.1 Missão institucional e configuração científica do Instituto de Antropologia.

Com a sua existência jurídica definida em 1960, o Instituto de Antropologia iniciou, no final de 1961, o processo de organização acadêmica e científica. O problema passava então a ser traduzir o projeto anunciado nos anos anteriores num programa de investigação, numa estrutura de trabalho e em formas concretas de atuação. A missão estabelecida pela Lei Estadual n.º 2.694 — promover e divulgar estudos sobre o ser humano nos seus aspetos genéticos, fisiológicos, arqueológicos e culturais, bem como investigar os sítios pré-históricos do território norte-rio-grandense — fornecia um quadro amplo, cuja configuração científica seria progressivamente definida pelos seus dirigentes.¹²⁵

Em entrevista ao jornal *A Ordem*, em julho de 1962, Câmara Cascudo apresentou essa missão como o estudo do “elemento ocupante do Rio Grande do Norte”, abrangendo as suas origens, formas de adaptação ao meio e permanências históricas. As investigações deveriam estender-se dos vestígios arqueológicos e tipos físicos às manifestações culturais e tradições populares, articulando Antropologia Física, Arqueologia, Etnografia e Folclore.¹²⁶

¹²⁵ Rio Grande do Norte. 1960. Lei Estadual n.º 2.694 de 22 de novembro de 1960. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*, 23 de novembro de 1960.

¹²⁶ “Entrevista da Semana — Instituto de Antropologia — Colmeia de abelhas brasileiras em serviço da cultura universal”, *A Ordem* (Natal), 14 de julho de 1962, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.



Figura 7 - Entrevista de Câmara Cascudo apresentando os objetivos do Instituto de Antropologia.
 Fonte: A Ordem (Natal), 14 de julho de 1962, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Cascudo sintetizava a escala atribuída ao empreendimento nos seguintes termos:

Acreditamos prestar um serviço real à cultura nordestina e brasileira. (...) Podemos dizer que na Avenida Hermes da Fonseca, 961, está se formando uma pequenina colmeia de abelhas brasileiras em serviço da cultura universal.¹²⁷

A metáfora da “colmeia” condensava dois aspectos do projeto. Por um lado, situava o trabalho científico num lugar concreto, a sede da Avenida Hermes da Fonseca, e vinculava-o ao estudo do Nordeste e do Brasil. Por outro, apresentava a produção de conhecimento como empreendimento coletivo e cumulativo, realizado pela convergência de diferentes investigadores e campos de estudo. O “serviço da cultura

¹²⁷ “Entrevista da Semana”, 3.

universal” não surgia, assim, como oposição ao enraizamento regional, mas como horizonte para o qual o trabalho realizado a partir do Rio Grande do Norte poderia contribuir.

Essa amplitude foi reafirmada por José Nunes Cabral de Carvalho em entrevista publicada pelo mesmo jornal, em janeiro de 1963. Ao definir o Instituto como um centro dedicado ao estudo do “homem no tempo e no espaço”, Cabral incluía no seu programa tanto o “homem atual” como o “homem passado”, abrangendo práticas culturais, modos de vida e estruturas sociais. A formulação exprimia a extensão temporal e temática pretendida para as investigações, ao mesmo tempo que revelava a ambição institucional do projeto, sintetizada na afirmação: “Dotarei o Rio Grande do Norte de um dos maiores institutos de Antropologia do Brasil”.¹²⁸

A ambição anunciada por Cabral de Carvalho não se restringia ao crescimento administrativo. O projeto previa a formação de investigadores, a articulação entre ensino e investigação e a constituição de coleções para fins científicos e pedagógicos. Incluía também a construção de réplicas, em tamanho real, de edificações consideradas representativas da cultura regional, entre as quais a casa-grande, a senzala e habitações de pescadores e vaqueiros. Tais estruturas procuravam tornar modos de vida e formas de ocupação do território espacialmente observáveis e comparáveis, convertendo a materialidade da vida quotidiana em recurso de investigação e ensino.

Essa proposta prolongava, por outros meios, a conceção de conhecimento já presente no projeto inicial do “Museu do Homem”. Tal como os modelos em gesso, as vitrinas, os fichários e os espécimes previstos em 1959, as réplicas arquitetónicas deveriam tornar visíveis e inteligíveis determinadas relações entre populações, cultura e ambiente. O programa científico do Instituto adquiria, assim, uma expressão material: investigar implicava também recolher, registar, reproduzir, organizar e expor.

¹²⁸ “Dotarei o Rio Grande do Norte de um dos maiores Institutos de Antropologia do Brasil – declarou à imprensa o dr. Cabral de Carvalho.” *A Ordem* (Natal), 26 de janeiro de 1963, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

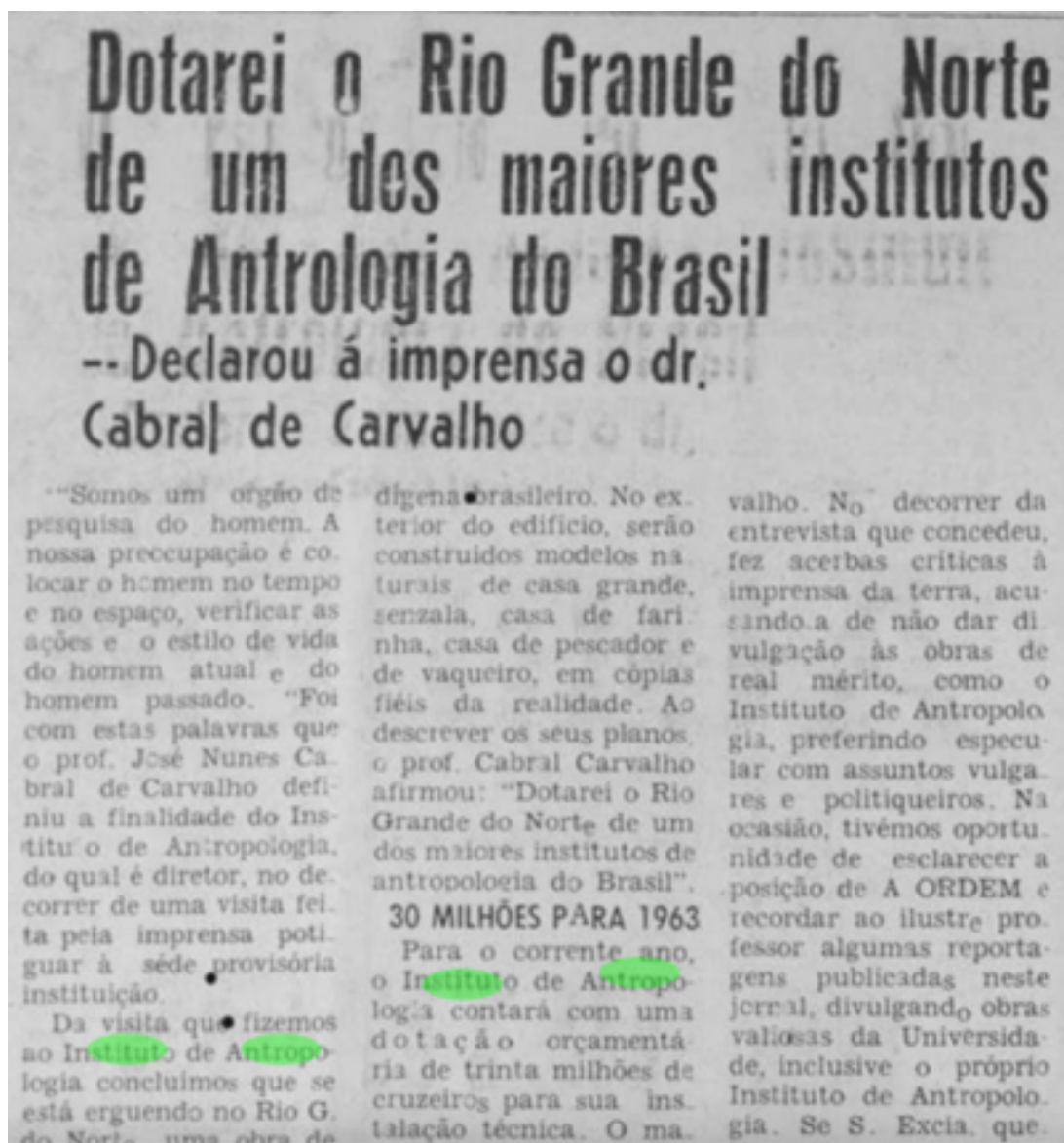


Figura 8 - Entrevista de Cabral de Carvalho, na qual declara que o Instituto de Antropologia será “um dos maiores do Brasil”.

Fonte: A Ordem (Natal), 26 de janeiro de 1963, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

A previsão orçamental de 30 milhões de cruzeiros para o exercício de 1963 e a aquisição de equipamentos especializados no exterior revelam a escala material da estrutura pretendida. Ao definir o IA como um “órgão de pesquisa do homem”, Cabral de Carvalho sintetizava uma concepção abrangente, na qual a investigação do ser humano deveria combinar dimensões históricas, biológicas, culturais e territoriais. O projeto científico dependia, portanto, não apenas da reunião de diferentes especialidades, mas

também da criação de condições materiais para o trabalho: espaços, equipamentos, coleções e dispositivos de investigação e ensino.¹²⁹

Essa concepção alargada da missão científica do IA traduziu-se num programa de investigação estruturado em torno de três eixos centrais: a terra, a natureza e o homem. A tríade expressava a articulação entre diferentes campos de investigação e uma tentativa de compreender o território norte-rio-grandense nas suas dimensões físicas, biológicas, históricas e culturais. No estudo do ser humano, essa amplitude reunia duas tradições principais: a antropologia física, voltada para a variação biológica e os vestígios osteológicos, e a antropologia cultural, associada à etnografia, à etnologia e aos estudos das expressões populares.

Como se observou anteriormente, a antropologia física possuía uma trajetória consolidada no Brasil, particularmente em instituições como o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Para o Instituto de Antropologia, porém, essa tradição não constituía apenas uma referência abstrata. Na década de 1950, José Nunes Cabral de Carvalho realizou estágio no Museu Nacional, onde colaborou numa investigação coordenada por Luiz de Castro Faria sobre o material osteológico do sambaqui de Cabeçuda, em Santa Catarina (Veloso Junior 2021, 246). A experiência inseriu-o numa tradição de investigação que articulava escavações arqueológicas, estudo de vestígios humanos e formação de coleções osteológicas, estabelecendo uma ligação direta entre a sua formação científica e práticas desenvolvidas num dos principais centros da antropologia física e da arqueologia brasileiras.

No Instituto, Cabral assumiu a liderança dessa vertente e estruturou investigações centradas na análise de vestígios osteológicos e na morfologia de populações pré-históricas e contemporâneas, em articulação com escavações arqueológicas realizadas no Rio Grande do Norte. Os sambaquis e outros sítios arqueológicos do estado tornavam-se, deste modo, simultaneamente objetos de investigação regional e pontos de ligação com problemas já estabelecidos na

¹²⁹ “Dotarei o Rio Grande do Norte de um dos maiores Institutos de Antropologia do Brasil — declarou à imprensa o dr. Cabral de Carvalho”, *A Ordem* (Natal), 26 de janeiro de 1963, 2, Hemeroteca Digital Brasileira.

antropologia física brasileira. Ao desenvolver essas linhas de investigação, Cabral procurava também afirmar o Instituto como um centro de antropologia física no Nordeste. A sua inserção nesses circuitos não decorria apenas da adoção de temas ou métodos, mas também das trajetórias dos investigadores, da circulação entre instituições e das práticas de formação científica.

A vertente cultural do Instituto apoiava-se noutra tradição intelectual, associada sobretudo às trajetórias de Câmara Cascudo e Veríssimo de Melo. Para compreender a presença do folclore no programa científico do IA, importa situá-la num movimento mais amplo de valorização da cultura popular e da sua relação com a construção de representações sobre o Brasil.

Desde as primeiras décadas do século XX, e particularmente no contexto dos debates modernistas dos anos 1920 e 1930, a valorização das culturas locais articulou-se à procura de uma identidade nacional fundada nas matrizes populares e mestiças do país. Nesse horizonte, o folclore adquiriu relevância como campo de investigação e de intervenção cultural e educativa, sustentado pela ideia de que as manifestações populares permitiam conhecer dimensões historicamente formadas da cultura brasileira. O Movimento Folclórico Brasileiro, que alcançou maior expressão entre as décadas de 1940 e 1960, reuniu intelectuais, educadores e agentes culturais em torno da documentação, sistematização e valorização dessas expressões (Brito e Silva 2016, 2–4; Mira e Cerqueira 2019, 92; Vilhena 1997, 332).

Câmara Cascudo ocupou uma posição de destaque nesse processo, tanto pela sua produção intelectual como pela participação na institucionalização dos estudos folclóricos. Obras como a *Antologia do Folclore Brasileiro* e o *Dicionário do Folclore Brasileiro* integravam um programa de investigação atento às continuidades, transformações e circulações históricas das tradições populares, recusando a sua redução a simples vestígios de atraso. No Rio Grande do Norte, essa orientação encontrou continuidade na atuação de Veríssimo de Melo, que incorporou o estudo do folclore nos seus projetos académicos e editoriais e contribuiu para consolidar um campo de investigação fortemente ancorado no contexto regional. A participação de ambos em redes mais amplas de intercâmbio intelectual ampliou, por sua vez, a

circulação dessas investigações para além do estado (Abreu 2001, 3–6; Vilhena 1997, 332; Cavalcanti 2013, 3–4).

No Instituto de Antropologia, essa tradição intelectual forneceu temas, redes e práticas para a vertente cultural das investigações. Os trabalhos de Cascudo e Veríssimo de Melo não constituíam, portanto, iniciativas exteriores posteriormente agregadas à instituição: integravam uma das matrizes a partir das quais o seu programa científico foi formulado. A cultura popular aparecia como objeto passível de documentação, comparação e interpretação. Ao lado dos vestígios arqueológicos, dos restos osteológicos e dos dados morfológicos, práticas, narrativas e tradições integravam o repertório de fontes e objetos de investigação mobilizado para o estudo das populações e da história regional. O programa do Instituto reunia, assim, materiais e abordagens heterogêneos sob uma concepção ampla de antropologia, embora os campos nela integrados não gozassem do mesmo grau de reconhecimento académico.

Essa diferença de estatuto tornou-se mais evidente à medida que a antropologia académica brasileira se especializava e procurava estabelecer fronteiras disciplinares mais nítidas. Nesse processo, o estatuto científico do folclore passou a ser objeto de disputas crescentes, enquanto o trabalho de campo sistemático e novos problemas teóricos adquiriam maior centralidade (Sales 2018, 36; Ribeiro 2006, 152). Práticas associadas ao inventário e à recolha de tradições começaram, então, a ser criticadas por setores da antropologia que as consideravam excessivamente descritivas e insuficientemente articuladas com os métodos de investigação que procuravam afirmar.

Numa avaliação retrospectiva desse processo, Luiz de Castro Faria criticou o que considerava a permanência, entre os folcloristas, de práticas de colecionismo, exotização e acumulação de curiosidades. Embora reconhecesse a importância da obra de Câmara Cascudo, apontava limitações no seu modo de investigação: “Ele ficava na rede ou no gabinete e recebia as pessoas. (...) Até hoje, o folclore tem ficado num plano de curiosidade, de exotismo e de colecionismo”.¹³⁰ Formulado décadas mais tarde, o

¹³⁰ Luiz de Castro Faria, *Antropologia: duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil*, organização de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues (Brasília, DF: CNPq; Rio de Janeiro: MAST, 2006), 45.

testemunho não deve ser tomado como descrição transparente das disputas dos anos 1960, mas como expressão de uma memória disciplinar e de uma determinada concepção de cientificidade. Nesse sentido, é particularmente revelador das fronteiras que setores da antropologia acadêmica procuraram estabelecer em relação ao folclore.

No Museu Nacional, esse processo de diferenciação disciplinar traduziu-se também na adoção da expressão “etnografia regional” como alternativa ao termo “folclore”. A nova designação procurava aproximar o estudo das culturas populares dos métodos e vocabulários legitimados pela antropologia, deslocando a ênfase da acumulação descritiva para o trabalho de campo sistemático e a análise social das práticas culturais (Faria 2006, 47–48). Mais do que uma simples mudança terminológica, essa transformação exprimia disputas sobre os critérios que definiam uma investigação como cientificamente válida.

Essas disputas repercutiram igualmente no Instituto de Antropologia. Como observa Barros (2021, 133), o folclore ocupava uma posição institucionalmente ambígua, marcada por reconhecimento limitado e fronteiras pouco definidas em relação a campos mais consolidados. Em 1962, o termo foi retirado da nomenclatura departamental do IA e substituído por designações como “etnografia” e “cultura popular”, mais alinhadas com o vocabulário disciplinar então em consolidação.¹³¹

A alteração, contudo, não significou o desaparecimento dos temas, das fontes ou das práticas anteriormente associados ao folclore. As expressões populares continuaram a integrar a agenda do Instituto, mas passaram a ser enquadradas por outras categorias disciplinares. A trajetória do campo no IA revela, assim, menos uma substituição abrupta do que um processo de reclassificação: os objetos de estudo permaneceram, enquanto se transformavam os vocabulários utilizados para lhes conferir legitimidade científica. Essa tensão entre a amplitude do programa original e a diferenciação progressiva dos campos de investigação tornar-se-ia visível na própria organização interna do Instituto.

¹³¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. Circular nº 5 a Diretor do Museu Nacional, 11 de junho de 1962. [Assunto: Estrutura departamental do Instituto de Antropologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

3.1.2 Organização institucional, infraestrutura e funcionamento do Instituto de Antropologia

A amplitude do programa científico analisado na secção anterior exigia uma estrutura capaz de articular áreas de investigação, serviços técnicos, coleções e espaços de ensino e exposição. O primeiro desenho organizacional do Instituto foi estabelecido pela Lei Estadual n.º 2.694, de 22 de novembro de 1960, cujo artigo 2.º previa oito unidades:

- I - Seção de Administração
- II - Seção de Antropologia Física
- III - Seção de Antropologia Cultural
- IV - Seção de Paleontologia
- V – Museu
- VI – Biblioteca
- VII – Laboratórios
- VIII - Oficinas

A estrutura legal reunia, sob uma mesma instituição, unidades científicas e serviços destinados a sustentar a investigação, a organização das coleções e a comunicação do conhecimento. Retomava, nesse sentido, características dos modelos institucionais anteriormente mobilizados pelos fundadores, entre eles o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Musée de l'Homme, nos quais investigação, coleções, laboratórios e exposição se articulavam de diferentes formas.

A estrutura prevista na lei, contudo, não chegou a ser integralmente implementada. Desde os primeiros encontros oficiais, os membros do Instituto procuraram ajustá-la às especializações disponíveis, às condições materiais da Universidade e às necessidades que emergiam da organização efetiva das atividades. A trajetória institucional do IA seria, assim, marcada por sucessivas reconfigurações, nas

quais as categorias administrativas procuravam acompanhar a formação de equipas, o desenvolvimento das investigações e a criação de novos serviços.

A primeira dessas alterações foi aprovada em 19 de dezembro de 1961, na reunião formal em que Luís da Câmara Cascudo apresentou uma proposta de reorganização¹³². Algumas das secções previstas na lei, entre elas Antropologia Cultural e Paleontologia, deixaram de figurar como unidades autónomas, e a estrutura foi reduzida a três departamentos:

I – Antropologia Física, sob a chefia de José Nunes Cabral de Carvalho;

II – Etnografia Geral, chefiada por Câmara Cascudo, com subsecção de Folclore sob a responsabilidade de Veríssimo de Melo;

III – Genética, dirigida por Nivaldo Monte.

A reorganização não se estabilizou por muito tempo. Em correspondência oficial de junho de 1962, Câmara Cascudo apresentava o Instituto dividido em quatro departamentos: Antropologia Física, Genética, Etnografia Brasileira e Cultura Popular¹³³. A alteração mais visível era a autonomização da Cultura Popular, sob a responsabilidade de Veríssimo de Melo, e o desaparecimento do termo “folclore” da nomenclatura institucional:

Comunico a V.Excia que o Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, está dividido em quatro departamentos susceptíveis de ampliação e divisão conforme a necessidade administrativa. Os departamentos são: Etnografia brasileira e particularmente do Rio Grande do Norte sob minha responsabilidade; Antropologia Física de que é diretor o prof. José Nunes Cabral de Carvalho; Genética, sob a direção do Mons. Nivaldo Monte; Cultura Popular, com o prof. Veríssimo Mélo.¹³⁴

¹³² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1961. Ata da Fundação do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, 19 de dezembro de 1961. Livro de Atas. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹³³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Circular n.º 5 ao diretor do Museu Nacional”, 11 de junho de 1962, [assunto: estrutura departamental do Instituto de Antropologia], Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

¹³⁴ Instituto de Antropologia da UFRN, “Circular n.º 5”.

A própria comunicação explicitava o carácter provisório da organização, ao indicar que os departamentos poderiam ser ampliados ou subdivididos de acordo com as necessidades administrativas. A rápida passagem de três para quatro unidades mostra que a estrutura do Instituto não resultou da simples aplicação do modelo legal de 1960: foi sendo ajustada às áreas efetivamente representadas pelos seus investigadores e às mudanças nos enquadramentos disciplinares, como se observou anteriormente no caso do folclore.

Administrativamente, o Instituto permanecia diretamente subordinado à Reitoria, conforme estabelecido na lei de criação. A sua condição de centro de investigação permitia que as linhas de trabalho, as atividades científicas e as colaborações institucionais fossem discutidas internamente e encaminhadas diretamente à administração superior da Universidade. Essa posição conferia-lhe um lugar distinto das faculdades e escolas que compunham a URN: enquanto estas se organizavam prioritariamente em torno do ensino profissional e de departamentos formados pelo agrupamento de cátedras, o IA estruturava-se em função de áreas e programas de investigação.

A instalação oficial ocorreu no gabinete do reitor Onofre Lopes, que nomeou Luís da Câmara Cascudo diretor do novo centro de investigação. A escolha conjugava a participação de Cascudo na formulação do projeto, sobretudo na sua vertente cultural, com o prestígio acumulado como intelectual de projeção nacional e internacional. A sua presença à frente do Instituto conferia visibilidade pública à nova instituição e reforçava a sua legitimidade no meio académico e cultural.

. Cascudo havia demonstrado alguma hesitação em assumir o cargo, como registou em correspondência enviada ao etnólogo Edison Carneiro em 1959¹³⁵, mas aceitou a nomeação e participou da organização inicial do IA.¹³⁶ A instalação provisória

¹³⁵ Luís da Câmara Cascudo, [carta a Édson Carneiro], 25 de fevereiro de 1959, Série Édson Carneiro, Fundo Folcloristas, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

¹³⁶ “Universidade instalou o Instituto de Antropologia — Câmara Cascudo é o primeiro diretor”, *O Poti* (Natal), 20 de maio de 1962, 6, Hemeroteca Digital Brasileira; “Entrevista da Semana — Instituto de Antropologia — Colmeia de abelhas brasileiras em serviço da cultura universal”, *A Ordem* (Natal), 14 de julho de 1962, 3, Hemeroteca Digital Brasileira.

foi oficializada em 18 de maio de 1962, e as atividades tiveram início num edifício situado na Avenida Hermes da Fonseca, n.º 961, no bairro do Tirol, onde o Instituto permaneceria até 1967

Ainda em 1962, porém, Cascudo afastou-se da direção e foi sucedido por Cabral de Carvalho, que passou a responder oficialmente pela instituição. A mudança não foi acompanhada por um comunicado público formal e seria mencionada posteriormente por Veríssimo de Melo num relatório institucional de 1977.¹³⁷ O afastamento coincidiu com outros compromissos assumidos por Cascudo, entre os quais a viagem de investigação à Europa, viabilizada com o apoio de Assis Chateaubriand, para o desenvolvimento dos seus estudos sobre a história da alimentação no Brasil. As diferenças relativas aos métodos de trabalho e ao funcionamento coletivo do Instituto serão analisadas adiante, na discussão das tensões internas que marcaram a sua trajetória.

¹³⁷ Museu Câmara Cascudo. 1977. "Relatório de Atividades 1977 - Notícias sobre o Museu Câmara Cascudo". Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.



Figura 9 - Edifício da primeira sede do Instituto de Antropologia, situado na Av. Hermes da Fonseca, nº 961, no bairro do Tirol. O Instituto esteve estabelecido nesse local entre 1962 e 1967.

Fonte: Acervo do Museu Câmara Cascudo/UFRN.

As primeiras reuniões revelam que a organização científica do Instituto dependia não apenas da definição de departamentos, mas também da formação de pessoas capazes de neles trabalhar. Em 1962, Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo propuseram a criação de um Curso de Introdução à Antropologia destinado a selecionar e preparar auxiliares de investigação para integrar a equipa técnica do IA.¹³⁸

Enquanto esse projeto de formação ainda não se concretizava, a necessidade de estruturar áreas previstas na lei levou Cabral de Carvalho a procurar especialistas fora do quadro da Universidade. O caso da Paleontologia é particularmente revelador desse processo. Embora prevista desde 1960, a secção não dispunha de um responsável e chegou a desaparecer da primeira reorganização interna, em dezembro de 1961. A

¹³⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ata da 2ª Reunião da Diretoria," 10 de janeiro de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

dificuldade refletia a escassez de especialistas disponíveis numa universidade ainda em processo de institucionalização.

Diante dessa limitação, Cabral recorreu inicialmente a Jerónimo Vingt-un Rosado, conhecido pelas suas atividades de recolha e estudo de fósseis no Rio Grande do Norte. O convite, contudo, foi recusado. Ao recordar o episódio, Vingt-un Rosado explicou:

Cabral veio a Mossoró convidar-me para dirigir o setor de Paleontologia do seu Instituto de Antropologia. Expliquei-lhe que era um simples juntador de pedras e não me sentia preparado para assumir um posto que devia caber a um cientista. (...) Não podia aceitá-lo, era um simples amador da paleontologia. (Rosado 1999b, 213)

A autodefinição de Vingt-un Rosado como “amador” é particularmente significativa porque contrasta com o próprio convite de Cabral de Carvalho, que reconhecia na sua experiência acumulada razões suficientes para lhe confiar a direção do setor. O episódio revela uma fronteira ainda permeável entre a erudição científica, a experiência adquirida na recolha e no estudo de materiais e a atividade profissional institucionalizada. Como tem mostrado a historiografia, a profissionalização da ciência não eliminou de forma imediata as práticas e os agentes formados fora das carreiras académicas, nem produziu uma separação absoluta entre amadores e profissionais; coexistiram processos de diferenciação, colaboração e incorporação institucional (Alberti 2001; Sá 2006, 14–15, 183–84). Num contexto marcado pela escassez de especialistas, competências adquiridas fora dos percursos académicos formais continuavam a ser mobilizadas pelo Instituto, embora a formação especializada e a vinculação profissional adquirissem peso crescente como critérios de autoridade científica.

A solução encontrada após a recusa de Vingt-un Rosado evidencia essa permeabilidade. Cabral de Carvalho voltou-se para António Campos e Silva, jovem que já se dedicava à recolha de fósseis e minerais, realizava estudos independentes, colaborava com a Faculdade de Filosofia de Natal e mantinha contactos com investigadores de outras instituições brasileiras. O seu percurso mostra como uma

experiência científica inicialmente construída fora de uma carreira acadêmica formal podia ser progressivamente incorporada e reconhecida no interior de uma instituição universitária.

A participação de Campos e Silva no Instituto começou em junho de 1962, ainda de forma informal, quando integrou a primeira expedição científica do IA à Serra do Ronco, no município de São Tomé. A partir do segundo semestre, passou a coordenar, na prática, as investigações paleontológicas. A formalização administrativa acompanhou, assim, uma atividade científica já em curso: em novembro de 1962, a Secção de Paleontologia foi oficialmente criada e António Campos e Silva nomeado seu diretor.¹³⁹

A sequência mostra um padrão que se repetiria ao longo da trajetória do Instituto. A criação das unidades científicas nem sempre precedia a investigação. Em alguns casos, a formação de uma linha de trabalho, a entrada de um investigador e a acumulação de materiais e experiências produziam as condições para a posterior formalização de um setor. A estrutura organizacional do IA desenvolvia-se, portanto, em estreita relação com as práticas concretas da investigação

Em fevereiro de 1963, uma nova configuração procurou reunir as áreas existentes em dois grandes eixos:¹⁴⁰

- Antropologia Física:
 - Geologia e paleontologia do quaternário;
 - Genética.
- Antropologia Cultural:
 - Arqueologia e linguística;
 - Cultura popular.

¹³⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 94/62 para João da Costa Machado," 7 de novembro de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.; Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 107/62 para Manuel Diégues Júnior," 27 de novembro de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁴⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofício 164/63 para Luis Duque Gomez", 5 de fevereiro de 1963. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

O novo arranjo retomava, em parte, as designações previstas na lei de 1960, mas redistribuía as áreas de acordo com as competências então disponíveis e com as investigações em desenvolvimento. Paleontologia e Genética eram integradas na Antropologia Física, enquanto Arqueologia, Linguística e Cultura Popular passavam a compor a Antropologia Cultural. Mais do que uma organização disciplinar estável, a estrutura traduzia a tentativa de reunir práticas heterogêneas sob categorias suficientemente amplas para acomodar a expansão do Instituto.

Nos meses seguintes, novas unidades foram sendo incorporadas. Em agosto de 1963, criou-se o Serviço de Malacologia, vinculado à Secção de Geologia e Paleontologia do Quaternário e colocado sob a responsabilidade de Protásio Pinheiro de Melo.¹⁴¹ Paralelamente, a Secção de Oficinas assegurava atividades de desenho, restauro e montagem de materiais. Nela atuava Tarcísio José Barroca da Motta, formalmente vinculado ao quadro funcional da URN e lotado no Instituto como “laboratorista”.¹⁴²

A estrutura compreendia ainda as funções administrativas necessárias ao trabalho cotidiano. Em 1964, os registos documentais assinalam a presença de uma secretária e de um auxiliar de limpeza. Nesse período, a organização funcional apresentava a seguinte configuração:¹⁴³

I – Direção Geral

II – Departamento de Antropologia Física

- Seção de Geologia e Paleontologia do Quaternário

- Serviço de Malacologia

III – Departamento de Antropologia Cultural

IV – Oficinas (Desenho, Restauração e Montagem)

¹⁴¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Ofício 235/63 para o Reitor da UFRN, encaminhando requerimento de Protásio Pinheiro de Melo*. 26 de agosto de 1963. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; MELO, Protásio Pinheiro de. 1963. "Requerimento de Protásio Pinheiro de Melo de pagamento ao Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte," 26 de agosto de 1963. Coleção Instituto de Antropologia, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁴² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 13/64 para o Reitor da UFRN," 29 de janeiro de 1964. [Assunto: Escala de férias]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁴³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Lista de Pessoal do Instituto de Antropologia," 9 de abril de 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

V – Secretaria

A formação das unidades científicas foi acompanhada pela constituição gradual de serviços de apoio. A biblioteca, embora prevista na lei de criação, não dispunha inicialmente de um profissional responsável pela sua organização. Desde 1962, contudo, a documentação revela um esforço sistemático para constituir um acervo bibliográfico por meio da solicitação, compra, permuta e recepção de publicações especializadas.

Os ofícios expedidos pelo Instituto permitem acompanhar a formação dessas redes de circulação bibliográfica. O IA foi incluído nas listas de remessa de periódicos do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais e do Centro de Estudos Políticos e Sociais do Ministério do Ultramar de Portugal, entre outras instituições. Paralelamente, procurava adquirir obras de referência, como o *Lehrbuch der Anthropologie* e publicações clássicas de paleontologia e zoologia sistemática, por intermédio da Livraria Kosmos Editora.¹⁴⁴

A recorrência do nome de Veríssimo de Melo como signatário de comunicações e registros sugere que tenha assumido informalmente parte da organização inicial desse acervo. Em 1964, foi nomeado Diretor de Divulgação, Intercâmbio e Expansão Cultural do IA, função que abrangia a articulação com instituições parceiras e atividades relacionadas com a circulação de publicações. A organização técnica da biblioteca só seria formalizada em 1969, quando Zila Mamede, responsável pela Biblioteca Central da UFRN, passou a sistematizar o setor.¹⁴⁵

A expansão das atividades científicas gerava também novas necessidades laboratoriais. Em dezembro de 1965, num relatório enviado ao Consulado da Alemanha em Pernambuco, o Instituto solicitava apoio para criar laboratórios de Sedimentologia,

¹⁴⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 38/62 para o Gerente da Livraria Kosmos Editora", 31 de julho de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁴⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 166/64 para João Augusto Bezerra de Melo," 1º de dezembro de 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. 1969. "Propostas para a melhoria e reorganização do sistema de bibliotecas da UFRN," 14 de novembro de 1969. Ofício 117/69-SCB. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Palinologia, Genética e Taxidermia. A proposta incluía ainda bolsas de estudo, intercâmbio de investigadores e outros recursos destinados ao desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas, sobretudo para as investigações sobre o Quaternário, a Antropologia Física, a Zoologia e a Paleontologia.¹⁴⁶

No mesmo relatório, o IA apresentava a sua estrutura científica em cinco setores:

I – Antropologia Física

II – Geologia e Paleontologia

III – Antropologia Cultural

IV – Malacologia

V – Museu

A presença do Museu entre os setores básicos merece particular atenção. Apesar da designação no singular, o Instituto não possuía então um espaço museológico único e centralizado. A documentação utiliza diferentes denominações — Museu do Instituto, Museu de Antropologia, Museu de Cultura Popular, Museu de Geologia e Paleontologia do Quaternário, Museu de Antropologia Física e Museu de Antropologia Cultural — para referir ambientes expositivos associados às áreas científicas.

Essa diversidade terminológica não resultava apenas de uma nomenclatura imprecisa. Refletia uma organização museológica descentralizada, na qual cada setor científico procurava reunir, registrar e expor materiais relacionados com as suas investigações. A documentação de 1965 descrevia essa lógica nos seguintes termos: “Ao lado de cada um desses setores funciona um museu especializado, que vem sendo ampliado cada dia. Todas as peças recolhidas são tombadas em livro próprio e expostas nas salas respetivas.”¹⁴⁷

¹⁴⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Relatório de Atividades e Pesquisas do Instituto de Antropologia da UFRN para o Cônsul da Alemanha em Pernambuco,” 22 de dezembro de 1965, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁴⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Relatório de atividades do Instituto de Antropologia em 1964 para o Reitor da UFRN”. 17 de fevereiro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Os chamados “pequenos museus expositores”, termo recorrente nos documentos do Instituto, consistiam em salas com materiais dispostos em vitrinas e armários e abertas à visitação. Organizavam-se segundo a natureza das coleções, incluindo Antropologia Física, Geologia e Paleontologia do Quaternário, “Indiologia” e Cultura Popular.¹⁴⁸ A relação entre os setores de investigação e os núcleos expositivos mostra que, nesse momento, a função museológica não constituía uma atividade separada da produção científica. As peças recolhidas em campo eram registadas, integradas nas coleções especializadas e expostas nos espaços correspondentes.

Essa configuração articulava investigação, constituição de coleções e exposição num mesmo circuito institucional. Os objetos podiam servir simultaneamente como evidências para o estudo, integrar coleções especializadas e funcionar como recursos para a comunicação pública. O Museu do Instituto não deve, portanto, ser compreendido apenas como um setor de divulgação agregado a uma instituição de investigação: a sua formação acompanhava a própria organização dos campos científicos e das coleções do IA.

A expansão das linhas de investigação e dos serviços especializados levou, em dezembro de 1965, a uma nova reorganização.¹⁴⁹

I – Setor de Antropologia Física

II – Setor de Paleontologia

III – Setor de Geologia do Quaternário

IV – Setor de Malacologia

V – Setor de Mastozoologia

VI – Setor de Palinologia

VII – Setor de Zoologia

VIII – Setor de Genética Humana

¹⁴⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Relatório de atividades do Instituto de Antropologia em 1964 para o Reitor da UFRN”. 17 de fevereiro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁴⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Mapa Demonstrativo da Situação do Pessoal do Instituto de Antropologia da UFRN,” 21 de dezembro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

- IX – Setor de Antropologia Cultural
- X – Setor de Arqueologia
- XI – Setor de Cerâmica Arqueológica
- XII – Setor de Material Lítico

A nova estrutura tornava visível a diversificação ocorrida desde o desenho legal de 1960. Áreas inicialmente reunidas sob categorias amplas apareciam agora como setores autônomos, enquanto outras se subdividiam de acordo com objetos, métodos e práticas de investigação mais específicos. A organização institucional acompanhava, assim, a formação de novas especialidades, a entrada de investigadores e o desenvolvimento das coleções e das linhas de trabalho.

Essa expansão tornou progressivamente insuficientes as instalações da primeira sede. A multiplicação de setores científicos, laboratórios, oficinas, coleções e espaços expositivos colocou a questão da infraestrutura no centro do desenvolvimento institucional. A construção de uma nova sede procurou responder a essas necessidades, oferecendo melhores condições para a investigação, o estudo e a guarda das coleções, os serviços técnicos e a exposição ao público.

O terreno destinado ao novo conjunto foi doado, em 1964, pelo médico Varela Santiago, então presidente da Sociedade de Assistência aos Filhos de Lázaro de Natal, e as obras tiveram início no mesmo ano.¹⁵⁰ O projeto arquitetônico, encomendado por Cabral de Carvalho ao arquiteto da UFRN Manoel Coelho da Silva, previa um bloco principal e áreas destinadas a laboratórios, oficinas e serviços administrativos. As plantas de 1967 mostram a distribuição das diferentes funções ao longo de corredores centrais e permitem observar a tentativa de concentrar, num mesmo conjunto, atividades científicas, técnicas, administrativas e museológicas até então desenvolvidas em instalações mais limitadas.

¹⁵⁰ Instituto de Antropologia da UFRN (IA) e Congregação de Professores do IA. Ofícios nº 30/64 (25 mar.) para Roberto Freire e nº 170/64 (7 dez.) para Joaquim Etelvino da Cunha; e ata da 7ª Reunião da Congregação de Professores, de 12 de maio de 1964. [Assuntos: Agradecimento por doação de tijolos; solicitação de afastamento de prédio; discussão sobre doação de terreno e sede própria]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.



Figura 10 - Planta do piso térreo da nova sede do Instituto de Antropologia. 1967.
 Fonte: Acervo do Museu Câmara Cascudo.

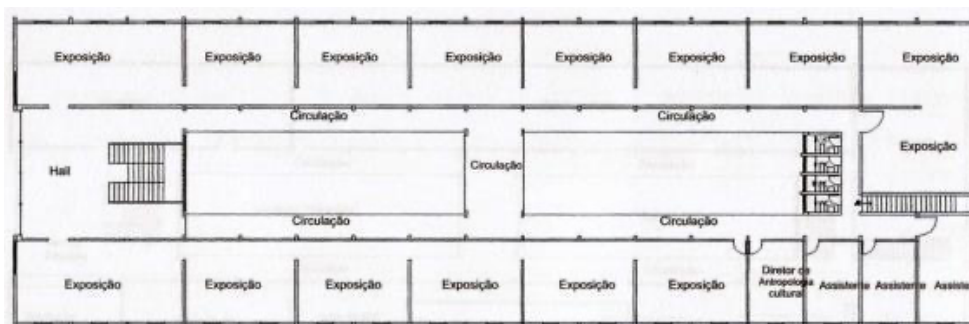


Figura 11 - Planta do piso superior da nova sede do Instituto de Antropologia. 1967.
 Fonte: Acervo do Museu Câmara Cascudo.



Figura 12 - Vista aérea das novas instalações do Instituto de Antropologia, com aproximadamente 4 500 m² de área construída, num terreno de quase 12 000 m². Década de 1970.
 Fonte: Acervo do Museu Câmara Cascudo.

A transferência para a nova sede, situada também na Avenida Hermes da Fonseca, agora no n.º 1398, começou em dezembro de 1967. O processo ocorreu de forma gradual, com prioridade para os setores técnicos, uma vez que parte das

instalações permanecia em conclusão.¹⁵¹ A inauguração oficial realizou-se em 21 de março de 1969, embora os pavilhões, sobretudo os destinados a laboratórios e à administração, só tenham sido concluídos em 1971. O edifício voltado para a Avenida Hermes da Fonseca passou a acolher os espaços expositivos do Instituto.

A fotografia aérea do conjunto permite observar a escala física alcançada pela instituição no início da década de 1970. Em primeiro plano, encontra-se o edifício principal, de dois pisos, destinado ao museu; na parte posterior do terreno, dispõem-se longitudinalmente os blocos que acolhiam laboratórios, oficinas e setores administrativos. A separação espacial entre essas funções materializava uma organização mais complexa do trabalho institucional e distinguia o novo conjunto das condições existentes na primeira sede.

A nova sede não deve ser compreendida apenas como resposta funcional à expansão das atividades. Ao reunir laboratórios, oficinas, coleções, serviços administrativos e espaços expositivos num conjunto arquitetónico próprio, o edifício dava forma material à organização científica do Instituto e tornava publicamente visível a escala das suas atividades. Como observa Forgan (2005, 573–75), os edifícios de museus e instituições científicas não constituem meros recipientes das atividades que acolhem: a sua organização material e espacial relaciona-se com as práticas de investigação, a organização do conhecimento e a exposição. Nesse sentido, e retomando a discussão anterior sobre os *truth-spots*, a localização, a materialidade e os significados atribuídos aos lugares podem participar da construção da credibilidade das práticas e afirmações a eles associadas, sem que essa credibilidade decorra exclusivamente do lugar (Gieryn 2018, 2–3). No caso do IA, a nova sede funcionava, assim, simultaneamente como infraestrutura de trabalho e como suporte material para a afirmação da identidade e da capacidade científica da instituição.

Essa dimensão pública torna-se particularmente visível na imprensa. Às vésperas da inauguração, uma reportagem de Paulo Macedo publicada no *Diário de Natal*, em 3

¹⁵¹ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1967. "Ata da 17ª Reunião da Congregação de Professores sobre a transferência para o novo prédio," 12 de dezembro de 1967. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

de março de 1969, apresentou o IA aos leitores como “um centro de pesquisa e ensino modelo para o Brasil e para a América Latina”.¹⁵² A formulação deve ser compreendida como parte da narrativa jornalística produzida em torno da nova sede, e não como medida objetiva da posição alcançada pela instituição. Ainda assim, é reveladora da imagem que se procurava projetar: a de um centro científico de grande escala, dotado de setores especializados, espaços expositivos e infraestrutura própria.

Na descrição do jornalista, a organização espacial do edifício, a diversidade das áreas de investigação e os núcleos expositivos apareciam como evidências da amplitude do projeto. Cabral de Carvalho era apresentado como o principal idealizador e coordenador técnico da instituição, reforçando uma narrativa que associava a expansão física do IA à sua liderança científica. A reportagem permite, assim, observar como os atributos materiais da nova sede eram mobilizados para tornar convincente uma imagem de modernidade, especialização e capacidade científica.



Figura 13 - Novo edifício do Instituto de Antropologia. Década de 1960.
Fonte: Acervo do Museu Câmara Cascudo.

¹⁵² Macedo, Paulo. “Reportagem de Paulo Macedo - Um Instituto de Gabarito,” *Diário de Natal* (Natal), 3 de março de 1969, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

A inauguração integrou o programa oficial das comemorações do décimo aniversário da UFRN, realizadas em 21 de março de 1969.¹⁵³ Na mesma ocasião, a Universidade apresentou outras obras consideradas estratégicas para a sua expansão, entre elas a Faculdade de Farmácia e Bioquímica, a Escola de Música, o Instituto de Biologia Marinha e a Escola de Engenharia. A inclusão do Instituto nesse conjunto mostra que a UFRN o apresentava, naquele momento, como uma das expressões visíveis do seu processo de crescimento científico e acadêmico.

A cobertura do *Diário de Natal*, publicada em 18 de março, reforçou essa projeção¹⁵⁴. Embora a visita da imprensa previsse a passagem por diferentes edifícios, o Instituto de Antropologia foi o único efetivamente visitado, em razão do tempo disponível e, segundo o próprio jornal, do interesse despertado pela diversidade dos seus setores. A importância dessa notícia reside menos em comprovar uma posição de superioridade do IA do que em mostrar a capacidade da instituição para mobilizar atenção pública e oferecer uma imagem condensada da expansão científica da Universidade.

Nessa ocasião, Cabral de Carvalho apresentou à imprensa uma estrutura científica diversificada. O Departamento de Geologia dispunha de laboratórios de Sedimentologia, Estratigrafia e Geomorfologia, equipados com recursos do CNPq e da UFRN, e desenvolvia estudos sobre o Terciário, o Quaternário e a Formação Barreiras. Na avaliação de Cabral, esses trabalhos colocavam o Instituto entre os “principais centros de pesquisa geológica do país”.¹⁵⁵

O Departamento de Paleontologia era apresentado como núcleo em expansão, com coleções sistematicamente classificadas e um laboratório em processo de estruturação. Cabral projetava para a área a ambição de constituir um centro nacional

¹⁵³ Macedo, Paulo. “Reportagem de Paulo Macedo - Programa Final”. *Diário de Natal* (Natal), 17 de março de 1969, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁵⁴ “Universidade tem programa oficial para seus 10 anos”. *Diário de Natal*, 18 de março de 1969, 8, Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁵⁵ Paulo Macedo, “Reportagem de Paulo Macedo — Instituto de Antropologia”, *Diário de Natal* (Natal), 14 de março de 1969, 2, Hemeroteca Digital Brasileira.

de referência no estudo de determinados grupos de dinossauros e destacava o interesse de especialistas de outras instituições pelo acervo.¹⁵⁶

O Departamento de Entomologia mantinha uma importante coleção de coleópteros e desenvolvia investigações sobre o género *Anopheles* em colaboração com a Campanha de Erradicação da Malária. O Departamento de Malacologia, por sua vez, estudava a morfologia dos moluscos do litoral norte-rio-grandense e mantinha intercâmbios com a Academy of Natural Sciences of Philadelphia, além de outras instituições e colecionadores.¹⁵⁷ Ao afirmar que essas relações alcançavam mais de “80% dos países do mundo”, Cabral recorria a uma formulação de forte efeito retórico, reveladora da importância atribuída ao intercâmbio internacional na apresentação pública do Instituto.

Na Arqueologia, as investigações concentravam-se na Bacia do Baixo Curimataú e incluíam cooperação com a Smithsonian Institution. As escavações eram apresentadas como meio de estudar grupos ceramistas indígenas e possíveis conexões inter-regionais. A Divisão de Linguística, cujas instalações permaneciam em construção, desenvolvia investigações sobre a sobrevivência de formas do português seiscentista no Rio Grande do Norte e preparava um vocabulário com mais de dois mil verbetes locais.¹⁵⁸

O Departamento de Antropologia Cultural investigava devoções populares e grupos identificados nas fontes como Caboclos da Cachoeira, em Caraúbas; Negros do Rosário, em Jardim do Seridó; e Amarelões de Baixa Verde, em João Câmara. O Departamento de Antropologia Física realizava estudos somatométricos e genéticos com alguns desses mesmos grupos, articulando dados biológicos e culturais segundo a concepção integrada de antropologia que orientara o Instituto desde a sua criação.¹⁵⁹

A apresentação pública de 1969 reunia, portanto, áreas em estádios distintos de consolidação. Alguns setores dispunham de laboratórios e coleções estruturadas; outros permaneciam em instalação ou eram apresentados sobretudo em termos das suas perspectivas de desenvolvimento. A diversidade descrita pela imprensa e por Cabral de

¹⁵⁶ Macedo, “Instituto de Antropologia”, 2.

¹⁵⁷ Macedo, “Instituto de Antropologia”, 2.

¹⁵⁸ Macedo, “Instituto de Antropologia”, 2.

¹⁵⁹ Macedo, “Instituto de Antropologia”, 2.

Carvalho não deve ser confundida com homogeneidade institucional, mas mostra a amplitude das frentes de investigação que o IA procurava reunir sob uma mesma estrutura.

Além dos setores científicos, o Instituto mantinha espaços museológicos em funcionamento e ampliava laboratórios e salas técnicas. A nova sede permitia, assim, tornar espacialmente visível uma instituição que conjugava investigação, coleções, serviços especializados e exposição pública. A escala do edifício e a diversidade das atividades tornaram-se elementos centrais da sua projeção institucional.

A inclusão do IA nas comemorações oficiais da Universidade, o destaque recebido na imprensa e a apresentação pública dos seus setores mostram que, em 1969, a instituição ocupava um lugar de particular visibilidade no discurso de modernização científica da UFRN. Essa visibilidade, contudo, não deve ser tomada como sinónimo de estabilidade plena ou de reconhecimento consolidado em escala nacional. Ela documenta, sobretudo, um momento em que a infraestrutura recém-construída, a multiplicidade das investigações e a ambição expressa pelos seus dirigentes permitiam apresentar o Instituto como uma das realizações científicas mais significativas da jovem Universidade.

A visibilidade alcançada com a nova sede coincidiu com uma nova etapa de formalização da estrutura interna. Em junho de 1970, após debates entre os investigadores, o Instituto aprovou uma organização composta por oito departamentos e respetivas divisões especializadas:¹⁶⁰

Tabela 1 - Estrutura departamental do Instituto de Antropologia da UFRN aprovada em 1970.

Oito departamentos, cada um subdividido em divisões temáticas, demonstram o avanço institucional na consolidação de áreas de estudo e na construção de uma agenda ampla de investigação.

Departamento	Chefia	Divisões
I – Antropologia Cultural	Veríssimo de Melo	Cultura Popular · Linguística · Antropologia Social
II – Arqueologia	Nássaro A. S. Nasser	Cerâmica · Lítico

¹⁶⁰ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da UFRN. Atas da 24ª e 25ª reuniões, realizadas em 12 e 19 de junho de 1970, respetivamente. [Assuntos: Estruturação dos departamentos; aprovação de plano de atividades e definição das chefias]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

III – Antropologia Biológica	José Crispim	Antropometria · Somatologia · Raciologia
IV – Genética	Francisco R. Sá e Benevides Filho	Genética Animal · Genética Humana · Genética Vegetal
V – Zoologia	Dario Dantas da Silva	Mastozoologia · Entomologia · Malacologia
VI – Paleontologia	José N. C. Carvalho	Macropaleontologia · Micropaleontologia · Paleobotânica · Palinologia
VII – Geologia	Antônio Campos e Silva	Sedimentologia · Estratigrafia · Geomorfologia · Pedologia
VIII – Botânica	<i>Chefia não identificada nas fontes</i>	—

A estrutura de 1970 tornava mais nítido o processo de especialização observado desde os primeiros anos do Instituto. Grandes áreas anteriormente reunidas sob designações abrangentes apareciam agora subdivididas segundo objetos, métodos e práticas de investigação mais específicos, da cerâmica arqueológica à micropaleontologia, da antropometria à genética vegetal. O novo arranjo não eliminava, contudo, o programa integrador formulado desde a criação do IA. A presença, numa mesma instituição, de Antropologia Cultural, Arqueologia, Antropologia Biológica, Genética, Zoologia, Paleontologia, Geologia e Botânica prolongava a tentativa de articular o estudo da terra, da natureza e do homem, agora através de unidades mais especializadas.

A configuração de 1970 também permite observar mudanças nas fronteiras disciplinares internas. Algumas áreas anteriormente subordinadas a departamentos mais amplos adquiriram maior autonomia, enquanto outras foram subdivididas em campos de investigação mais delimitados. A organização institucional acompanhava, assim, não apenas a expansão das atividades, mas também a consolidação de equipas, objetos de estudo e competências técnicas próprias.

Em 1972, esse processo prosseguiu com a criação da Divisão de Ecologia Humana, vinculada ao Departamento de Antropologia Cultural. A nova unidade formalizava institucionalmente o estudo das relações entre populações, cultura e ambiente. A chefia

foi confiada a Dario Dantas da Silva, até então responsável pela Divisão de Entomologia, extinta na mesma reorganização.¹⁶¹

A ampliação das áreas científicas retomava uma possibilidade anunciada anos antes por Cabral de Carvalho. Em 1965, ele afirmara que o Instituto de Antropologia tenderia, “o mais cedo possível”, a transformar-se no Instituto de Ciências Naturais da UFRN, em virtude da emergência de “experiências novas [...] tão concretas, que logo outros setores começaram a chamar nossas atenções”.¹⁶² A estrutura adotada nos anos seguintes não resultou numa mudança formal de denominação, mas demonstra o alargamento progressivo do Instituto para campos das ciências naturais que ultrapassavam o núcleo antropológico inicialmente previsto.

A diferenciação das áreas científicas foi acompanhada pela regulamentação das rotinas institucionais. Esse processo não começou apenas nos anos 1970. Já em 1963, o IA estabeleceu horários de visita às coleções para evitar interferências nas atividades internas; no ano seguinte, o calendário foi formalizado e divulgado às instituições de ensino da cidade, com visitas às segundas e quartas-feiras, em dois turnos, e às terças e quintas-feiras, num único turno.¹⁶³

A definição de horários de visita revela uma preocupação precoce em conciliar a abertura ao público com as exigências do trabalho científico. À medida que a instituição se expandia, contudo, a regulamentação passou a abranger também o funcionamento interno e o desempenho do corpo técnico-científico.

Em agosto de 1971, o Instituto aprovou um conjunto de normas que estabelecia uma carga mínima de oito horas diárias, com flexibilidade nos horários de entrada e saída, e tornava obrigatório o registo de ponto para o pessoal técnico. O documento definia ainda as atividades reconhecidas como trabalho de investigação, incluindo

¹⁶¹ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. "Ata da 36ª Reunião da Congregação de Professores sobre a criação da Divisão de Ecologia Humana," 20 de abril de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁶² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício para Rubens de Azevedo," 15 de março de 1965. [Assunto: Atividades e colaborações internacionais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁶³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. Ofícios 52/64 a 57/64 para diretores de colégios, todos de 19 de junho de 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

estudos teóricos, procedimentos laboratoriais, desenvolvimento de programas e outras tarefas relacionadas com as especialidades técnicas. Previa igualmente a realização semestral de seminários para apresentação de resultados e a avaliação das atividades com base no tempo dedicado ao trabalho e na participação nesses encontros. À Direção cabia criar as condições para a execução das normas e adotar mecanismos de incentivo às atividades científicas.¹⁶⁴

Mais do que regular horários, essas medidas procuravam definir institucionalmente o que contava como trabalho científico e criar formas de acompanhar a sua realização. O tempo de trabalho, os procedimentos técnicos e a apresentação periódica de resultados passavam a integrar mecanismos formais de organização e avaliação da atividade de investigação.

Essa regulamentação pode ser situada no processo mais amplo de profissionalização da ciência brasileira, intensificado nas décadas de 1960 e 1970. A expansão das universidades, a consolidação da investigação como atividade profissional e a crescente exigência de demonstração de resultados favoreceram a adoção de formas mais regulares de organização do trabalho científico (Carlotto 2008, 27–30, 213–14). No IA, as normas de 1971 mostram a tentativa de substituir uma organização fortemente dependente de iniciativas individuais por procedimentos comuns relativos ao tempo de trabalho, às atividades reconhecidas como investigação e à apresentação dos resultados.

Nesse sentido, a evolução da estrutura do Instituto não correspondeu à simples execução do modelo estabelecido pela lei de 1960. Ao longo de pouco mais de uma década, departamentos, setores e divisões foram criados, suprimidos ou reclassificados em resposta à entrada de investigadores, à formação de novas linhas de trabalho e à diversificação das coleções e práticas científicas. A construção da nova sede, a organização dos museus setoriais e a regulamentação das rotinas mostram que a

¹⁶⁴ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ata da 20ª Reunião de Professores sobre a elaboração de normas internas de trabalho," 19 de agosto de 1968. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

estrutura institucional era continuamente refeita pelas condições concretas da investigação.

Essa expansão tornou cada vez mais necessária a formação de pessoas capazes de atuar nas diferentes áreas do Instituto. A criação de cursos e outras iniciativas de preparação técnica e científica procurou responder a essa necessidade e aproximou o IA das atividades de ensino da Universidade. Essas relações serão analisadas na subseção seguinte.

3.1.3 Formação científica e relações do Instituto de Antropologia com o ensino universitário

Como mostrou a secção anterior, a expansão das áreas de investigação do Instituto dependia da disponibilidade de pessoas capazes de trabalhar nos novos setores, laboratórios e atividades de campo. A formação de investigadores tornou-se, por isso, uma necessidade institucional desde os primeiros anos de funcionamento do IA.

A questão surgiu formalmente na primeira reunião da Direção, realizada em janeiro de 1962, quando Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo propuseram a criação de um “Curso de Introdução à Antropologia”, destinado à seleção e preparação de investigadores auxiliares que poderiam vir a integrar a equipa científica do Instituto. Embora tenha sido autorizada a divulgação imediata da iniciativa, a sua realização foi adiada.¹⁶⁵

A necessidade de formar novos quadros tornou-se mais urgente à medida que se ampliavam as investigações no terreno. Em outubro de 1962, Cabral de Carvalho apresentou à Reitoria da UFRN uma nova proposta, então designada Curso de Pesquisadores Auxiliares, a ser coordenada por Veríssimo de Melo, António Campos e por

¹⁶⁵ Diretoria do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ata da 2ª Reunião da Diretoria sobre o Curso de Introdução à Antropologia," 10 de janeiro de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

ele próprio. No documento, a formação era apresentada como condição para a continuidade dos projetos em curso:¹⁶⁶

Os trabalhos de reconhecimento de aspectos antropológicos e geológicos do Rio Grande do Norte, desenvolvidos no segundo semestre deste ano, vem [sic] mostrando a necessidade premente da realização de um curso que prepare os pesquisadores auxiliares, sem os quais torna-se impossível a realização dos trabalhos programados, dada a magnitude da tarefa.¹⁶⁷

A sequência dos acontecimentos mostra que a formação não foi concebida como atividade acessória do Instituto. Surgiu de uma necessidade concreta: as frentes de investigação cresciam mais rapidamente do que o corpo técnico disponível para as executar. O IA procurava, assim, formar os quadros necessários à continuidade das atividades em curso e à expansão das áreas científicas que começavam a estruturar-se.

Essa iniciativa pode ser situada num processo mais amplo de institucionalização e profissionalização da ciência no Brasil. Entre as décadas de 1930 e 1960, a criação das Faculdades de Filosofia e de institutos científicos ampliou os espaços destinados à formação de investigadores e à valorização da investigação não imediatamente subordinada ao ensino profissional, frequentemente associada à chamada “ciência pura” (Ferreira e Azevedo 2013, 286, 290). Nesse contexto, a formação de novos investigadores tornou-se uma dimensão importante da consolidação de comunidades e instituições científicas, embora esse processo tenha ocorrido de forma gradual e desigual (Puglia 2015, 227–29). No Instituto de Antropologia, assumia uma função concreta: suprir a reduzida disponibilidade local de pessoal especializado e constituir um corpo técnico próprio, capaz de assegurar maior continuidade às investigações.

A formalização ocorreu em 6 de novembro de 1962, por meio da Resolução n.º 21/62-U do Conselho Universitário. Oficialmente denominado Curso de Introdução à Antropologia Brasileira, o programa — também referido nas fontes como Curso de

¹⁶⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 71/62 para o Reitor da UFRN," 20 de outubro de 1962. [Assunto: Curso de formação de pesquisadores auxiliares]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁶⁷ Instituto de Antropologia da UFRN, "Ofício n.º 71/62".

Pesquisadores Auxiliares — iniciou-se em janeiro de 1963 e foi incorporado no Plano de Trabalho do Instituto para esse ano.¹⁶⁸

A estrutura do curso correspondia às principais áreas científicas então desenvolvidas no IA:

- I. Antropologia Física
- II. Antropologia Cultural
- III. Geologia e Paleontologia do Quaternário

O módulo de Antropologia Física combinava formação teórica, prática laboratorial e trabalho de campo. O programa incluía Osteologia Humana, Miologia Humana, Artrologia Humana e Anatomia Comparada, além de exercícios de Osteometria e de Morfologia aplicada a grupos étnicos, segundo a terminologia então utilizada. Pavia ainda a aprendizagem de técnicas de recolha de materiais em sítios arqueológicos.¹⁶⁹

O módulo de Antropologia Cultural, distribuído por quinze aulas, introduzia conceitos de Antropologia Cultural, Etnologia e Etnografia e abordava a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. O programa contemplava populações indígenas, negras e imigrantes, bem como as teorias então discutidas sobre a origem dos povos indígenas americanos.¹⁷⁰

O módulo de Geologia e Paleontologia do Quaternário articulava igualmente ensino teórico e atividades de campo. Incluía conteúdos de Geologia Geral e Estratigrafia, metodologias para o estudo do Quaternário e a análise das formações geológicas brasileiras, com particular atenção ao território do Rio Grande do Norte.¹⁷¹

A organização curricular reproduzia, em escala formativa, a própria configuração científica do Instituto. O curso não oferecia uma introdução genérica à antropologia: preparava os participantes para atividades concretas já desenvolvidas no IA. Trabalho de campo, práticas laboratoriais, estudo de materiais e vestígios e aprendizagem teórica

¹⁶⁸ Instituto de Antropologia da UFRN, “Ofício n.º 71/62”.

¹⁶⁹ Instituto de Antropologia da UFRN, “Ofício n.º 71/62”.

¹⁷⁰ Instituto de Antropologia da UFRN, “Ofício n.º 71/62”.

¹⁷¹ Instituto de Antropologia da UFRN, “Ofício n.º 71/62”.

integravam um mesmo percurso, orientado para a formação de investigadores capazes de atuar nas diferentes áreas científicas da instituição.

A formação oferecida pelo Curso de Pesquisadores Auxiliares foi complementada por conferências e cursos ministrados por especialistas convidados. Cabral de Carvalho apresentou esses participantes como “as maiores autoridades brasileiras nas respectivas áreas científicas”,¹⁷² formulação que revela a importância atribuída pelo Instituto à presença de investigadores externos na qualificação dos seus quadros. Ao longo de 1963, realizaram-se onze conferências, proferidas por professores universitários, diplomatas, escritores e investigadores brasileiros e estrangeiros, entre os quais Onofre Lopes, Egon Schaden, Estevão Pinto, o escritor cabo-verdiano Luís Romano e o investigador norte-americano George Kline.¹⁷³

A diversidade temática dessas atividades ultrapassava os conteúdos regulares do curso. Entre as conferências realizadas encontravam-se “Baixa Prevalência da Cárie Dentária em Areia Branca e Grossos”, de Aldo da Fonseca Tinoco; “Folclore Gaúcho”, de Carlos Galvão Krebs; “Antropologia Moderna”, de Estevão Pinto; “Cabo Verde, elo antropológico entre o Brasil e a África?” e “A fixação do Judeu na África”, de Luís Romano; e “Pesquisas de Malacologia na Nova Caledônia e Ceilão”, de George Kline. A programação abrangia, assim, temas de antropologia, cultura popular, saúde, malacologia e questões internacionais.¹⁷⁴ Mais do que compor um programa disciplinar homogêneo, essa variedade permitia aos participantes contactar com problemas, objetos e perspectivas que ultrapassavam as competências disponíveis no próprio Instituto e articulava a formação local a circuitos mais amplos de circulação científica.

¹⁷² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício 167/63 para Paulo Couto,” 5 de fevereiro de 1963. [Assunto: Estrutura do Instituto e planos para cursos e conferências]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁷³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Conferências.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1, no. 1 (março): 86-87.

¹⁷⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Livro de Registro de Conferências e Cursos de Extensão Universitária, vol. I,” 17 de maio de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.



Figura 14 - Aula de abertura do curso “Aculturação Indígena – Métodos e Técnicas de Pesquisa”, ministrado pelo professor Egon Schaden (Universidade de São Paulo), realizado na Escola de Serviço Social de Natal entre 15 e 25 de julho de 1964. Da esquerda para a direita: professor Egon Schaden (em pé), reitor Onofre Lopes, professor José Nunes Cabral de Carvalho, convidado não identificado e professor Veríssimo de Melo.

Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo/UFRN.

Algumas dessas iniciativas assumiram a forma de cursos de maior duração e aprofundamento metodológico. Em julho de 1963, Arthur Napoleão Figueiredo, professor da Universidade Federal do Pará, ministrou o curso “Arqueologia e Etnologia Brasileira”. O programa abordou etnologia indígena, arqueologia amazônica e áreas culturais do Brasil e encerrou com um seminário sobre as relações entre povos indígenas e a sociedade nacional¹⁷⁵. No ano seguinte, Egon Schaden, professor da Universidade de São Paulo, conduziu o curso “Aculturação Indígena – Métodos e Técnicas de Pesquisa”, centrado em processos de aculturação e em questões metodológicas da investigação etnográfica.¹⁷⁶

¹⁷⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Curso de Extensão Universitária sobre Arqueologia e Etnologia Brasileiras,” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1, no. 1 (1964): 85.

¹⁷⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Curso de Extensão Universitária sobre Aculturação Indígena,” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1, no. 2: 200–203.

As visitas de Figueiredo e Schaden produziram também avaliações públicas sobre o Instituto. Esses testemunhos não devem ser tomados como medidas objetivas da qualidade científica do IA, mas são relevantes para compreender a forma como a instituição era percebida e apresentada por especialistas externos. Em 1963, Figueiredo destacou a combinação entre esforço institucional, coleções e qualificação técnica: “O Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte é obra de perseverança e fé, bem demonstrada por seu acervo museológico e pelo alto nível de seus técnicos”.¹⁷⁷

No ano seguinte, Schaden qualificou o IA como uma “instituição promissora” e associou o seu futuro ao desenvolvimento das “Ciências do Homem no Nordeste”:

Instituição promissora, o Instituto de Antropologia virá desempenhar um papel de grande alcance no desenvolvimento das Ciências do Homem no Nordeste brasileiro. Entregue a uma equipe de pesquisadores sérios e entusiastas, já realizou trabalhos de mérito. Fiquei agradavelmente surpreendido pela dedicação que demonstram e pela vontade de se porem em dia com os problemas da antropologia moderna. Os frutos não tardarão.¹⁷⁸

As duas avaliações enfatizavam aspectos distintos, mas complementares: Figueiredo salientava o acervo e a preparação técnica da equipa; Schaden destacava a dedicação dos investigadores, os trabalhos já realizados e a atualização científica. Formuladas por especialistas convidados provenientes de instituições acadêmicas mais consolidadas, essas declarações constituíam formas de reconhecimento externo e contribuíam para a imagem pública que o Instituto procurava construir para além do Rio Grande do Norte.

A procura de especialistas externos não se limitou às atividades efetivamente realizadas. Em 1963, Cabral de Carvalho convidou também o paleontólogo Carlos de Paula Couto, do Museu Nacional, e o geólogo Jannes Markus Mabesoone, da

¹⁷⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Visitas e Impressões”, *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1, no. 1: 92.

¹⁷⁸ Egon Schaden, declaração de 24 jul. 1964, citada em *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1, no. 2 (Natal: Universidade do Rio Grande do Norte, Instituto de Antropologia, 1964), 209.

Universidade de Pernambuco, para ministrarem cursos no IA.¹⁷⁹ Não foram localizados registros que confirmem a concretização dessas iniciativas. Os convites documentam, contudo, a intenção de ampliar a interlocução com investigadores ligados a outras instituições e de suprir, por meio da circulação temporária de especialistas, competências que o Instituto ainda não possuía internamente.

A formação dos investigadores auxiliares não se restringia às atividades teóricas em sala. A partir de fevereiro de 1963, foram organizadas nove expedições científicas ao interior do Rio Grande do Norte, nas quais os participantes aplicavam procedimentos de investigação em situações concretas. As atividades incluíam recolhas arqueológicas, estudos de comunidades locais e levantamentos paleontológicos. O trabalho de campo desempenhava, assim, uma dupla função: integrava a aprendizagem dos novos investigadores e contribuía para a produção de dados e para a formação das coleções científicas do Instituto.

O Curso de Pesquisadores Auxiliares foi concluído em 25 de julho de 1964. Os participantes foram então distribuídos pelas áreas científicas do IA, de acordo com os seus interesses:

- Antropologia Física: Terezinha W. de Sá Leitão, Francisco R. de Sá Benevides Filho, José Crispim e Leon Diniz Dantas de Oliveira.
- Antropologia Cultural: Elizabeth Mafra Cabral, Nássaro Antônio de Souza Nasser e Raimundo Teixeira da Rocha.
- Geologia e Paleontologia do Quaternário: Manoel Daylor T. de Vasconcelos e Dario Dantas da Silva.

¹⁷⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Livro de Registro de Conferências e Cursos de Extensão Universitária, vol. I," 17 de maio de 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.



Figura 15 - Equipe de investigadores do Instituto de Antropologia, em 1972. Na primeira fila, da esquerda para a direita: Raimundo Teixeira da Rocha, Marilda Fernandes Carvalho, José Nunes Cabral de Carvalho, Sheila Maria Garcia Cabral de Carvalho, Maria do Socorro Vilela Bezerra de Araújo e Veríssimo Pinheiro de Melo. Na segunda fila, da direita para a esquerda: José Salim, Francisco Renato de Sá Benevides Filho, Protásio Pinheiro de Melo, José Crispim, Maria Inez Mendonça de Oliveira e Leon Diniz Dantas de Oliveira.
Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo/UFRN.

A distribuição dos formandos pelos setores do Instituto deu ao curso uma consequência institucional concreta. A iniciativa não se limitara a oferecer qualificação científica: os participantes eram preparados nas áreas de atuação do IA, integrados nas atividades de investigação e, ao final, incorporados nos setores que a instituição procurava consolidar.

Esse modelo de formação e incorporação não se encerrou com a conclusão do curso. Entre 1964 e 1971, os registros do Instituto documentam a receção e apreciação sistemática de pedidos de estágio, provenientes sobretudo da Faculdade de Filosofia de Natal e, em particular, de estudantes e diplomados ligados ao curso de Geografia. Os estágios prolongavam, assim, uma concepção de formação baseada na participação direta nas atividades científicas do IA.

Articulados ao trabalho de campo e às áreas de investigação do Instituto, os estágios permitiam aos participantes adquirir experiência nos procedimentos utilizados pelos diferentes setores. Ao mesmo tempo, constituíam uma via de aproximação entre o IA e estudantes universitários que poderiam posteriormente integrar a instituição.

Os percursos de Maria Inês de Mendonça, Marilda Fernandes de Carvalho e Sheila Garcia Cabral de Carvalho ilustram essa função. As três participaram em atividades de estágio e viriam mais tarde a integrar formalmente a equipa do Instituto. Os seus casos mostram que os estágios não funcionavam apenas como complemento da formação universitária: podiam constituir uma etapa de aprendizagem prática e, em determinadas circunstâncias, de entrada no corpo técnico-científico do IA.

Com o tempo, a procura por estágios ampliou-se para além da Faculdade de Filosofia de Natal. Os registos incluem participantes ligados ao Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, à Universidade Federal de Pernambuco e a instituições do Pará e do Ceará. No início da década de 1970, documentam igualmente a continuidade de práticas de formação dirigidas a docentes e estudantes de outras unidades da própria UFRN.¹⁸⁰

A diversidade da proveniência institucional dos participantes mostra que o IA se tornara um espaço de formação procurado também para além do seu corpo interno. Os estágios contribuíam, desse modo, para ampliar as relações do Instituto com outras unidades universitárias e instituições externas, enquanto mantinham a investigação como eixo da aprendizagem.

Essa função formativa não se limitou aos estágios. A partir da década de 1960, o Instituto ampliou a oferta de cursos e outras atividades de ensino, tanto no âmbito da UFRN como em colaboração com instituições de outras localidades. Os cursos de Arthur Napoleão Figueiredo e Egon Schaden, anteriormente referidos, integraram esse movimento. Embora vinculados à formação dos investigadores auxiliares, alcançaram também públicos mais amplos. Segundo um relatório institucional, o curso ministrado

¹⁸⁰ “Informativo - Estágios em Antropologia,” *Diário de Natal* (Natal), 15 de maio de 1972, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.

por Schaden, em 1964, foi considerado um “acontecimento sem precedente” e contou com uma frequência diária superior a sessenta participantes.¹⁸¹

Nos anos seguintes, o IA diversificou essa atuação. Em 1964, a equipa deslocou-se a Mossoró para ministrar o curso “Introdução à Antropologia, Geologia e Paleontologia do Quaternário”, que combinava aulas expositivas e atividades de campo. No ano seguinte, por solicitação da Escola de Serviço Social, ofereceu em Natal o curso “Antropologia Aplicada ao Serviço Social”¹⁸² e regressou a Mossoró para realizar a atividade “Técnica de Coleta de Material Científico”.

Ainda em 1965, o Instituto aceitou o convite da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Crato, no Ceará, para ministrar o curso “Introdução à Pesquisa Antropológica”. O programa inicialmente previsto compreendia 45 aulas distribuídas por quatro meses; segundo a imprensa local, porém, a atividade realizou-se em seis encontros intensivos e reuniu cerca de 150 participantes, entre professores e estudantes de diferentes localidades¹⁸³. O corpo docente era formado por José Nunes Cabral de Carvalho, responsável pela Antropologia Física; Veríssimo de Melo, pela Antropologia Cultural; António Campos, pela Geologia do Quaternário; e José Crispim, então recentemente integrado no Instituto como investigador auxiliar.¹⁸⁴

O curso do Crato é particularmente revelador da expansão da função formativa do IA. Poucos anos depois de ter criado um programa para preparar os seus próprios investigadores auxiliares, o Instituto mobilizava esses mesmos quadros para ensinar fora do Rio Grande do Norte. A presença de José Crispim no corpo docente mostra, ainda, que o mecanismo de formação interna podia produzir novos agentes de ensino e ampliar a capacidade de atuação institucional.

¹⁸¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Curso de Extensão Universitária sobre Aculturação Indígena." Arquivos do Instituto de Antropologia 1, no. 2: 200.

¹⁸² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício para o Reitor da UFRN," 12 de maio de 1965. [Assunto: Encerramento do Curso de Introdução à Antropologia Cultural na Escola de Serviço Social]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

¹⁸³ "Importância do Instituto de Antropologia e o Curso no Crato," *Diário de Natal* (Natal), 5 de março de 1965, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁸⁴ Carvalho, José Nunes Cabral de. "Carta para 'Luizinho'," 24 de março de 1965, [Assunto: Frustrações pessoais e planos para curso], Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Nos anos seguintes, as atividades acompanharam também a diversificação das áreas científicas do Instituto. Em 1967, o IA ministrou na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte o curso “Aplicação da Aerofotogrametria à Investigação Geológica”, voltado para o uso de imagens aéreas na prospeção e análise de sítios naturais. Em 1969, promoveu na Faculdade de Filosofia de Natal a disciplina “Introdução à Análise Geomorfológica” (Melo 1983, 26).

A sucessão dessas iniciativas mostra que a formação oferecida pelo Instituto se expandiu em diferentes direções. Algumas atividades respondiam às necessidades das suas próprias áreas de investigação; outras eram organizadas a pedido de instituições de ensino ou realizadas fora de Natal. Em conjunto, ampliavam a circulação de métodos e conhecimentos desenvolvidos no IA e aproximavam a instituição de estudantes, professores e profissionais que não integravam o seu corpo técnico.

Essa relação com o ensino universitário não se fazia apenas por meio de cursos de curta duração e atividades de extensão. Vários investigadores do IA exerciam também funções docentes regulares na UFRN. Veríssimo de Melo era responsável pelas cadeiras de Etnologia e Etnografia do Brasil; José Nunes Cabral de Carvalho era titular de Anatomia na Faculdade de Odontologia; e António Campos lecionava Geografia Física, Geomorfologia e Cartografia, com atuação na Faculdade de Filosofia e na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (Melo 1983, 26).

As trajetórias desses investigadores criavam pontos de contacto entre o Instituto e diferentes espaços de ensino. Embora o IA não estivesse organizado em torno de um curso de graduação, os seus membros circulavam entre investigação e docência e levavam para outros contextos universitários temas, métodos e experiências desenvolvidos na instituição. Desse modo, as relações do Instituto com o ensino não resultaram de uma única estrutura formal, mas de um conjunto de práticas que incluía cursos próprios, estágios, atividades de extensão e a atuação docente dos seus investigadores.

A diversidade dessas iniciativas não correspondia, contudo, à existência de um percurso institucionalizado de formação avançada. O IA podia selecionar e preparar investigadores, proporcionar experiência de campo e de laboratório, receber estagiários

e oferecer cursos especializados, mas não dispunha de uma estrutura própria de pós-graduação que assegurasse continuidade formal à formação e permitisse a atribuição de graus acadêmicos. Esse limite deve ser compreendido no contexto mais amplo da própria Universidade.

O Estatuto da Universidade do Rio Grande do Norte, aprovado pelo Decreto n.º 45.116, de 26 de dezembro de 1958, previa, além dos cursos de graduação e extensão, cursos de pós-graduação nas modalidades de aperfeiçoamento e especialização. A designação deve, contudo, ser compreendida no vocabulário institucional da época e não equiparada retrospectivamente ao sistema de pós-graduação *stricto sensu*, organizado em torno do mestrado e do doutoramento, que viria a adquirir definição nacional mais precisa com o Parecer n.º 977/1965 do Conselho Federal de Educação. A existência dessa previsão legal, portanto, não significou a implantação imediata de uma estrutura regular de formação pós-graduada conducente a graus acadêmicos. Durante o período de funcionamento do Instituto de Antropologia, a UFRN ainda não dispunha de programas de mestrado ou doutoramento¹⁸⁵.

Os primeiros cursos de mestrado da Universidade foram criados em 1977, nas áreas de Educação, Oceanografia e Limnologia e Patologia Oral.¹⁸⁶ O primeiro doutoramento surgiu em 1982, por meio de um convênio com a Escola Paulista de Medicina, que resultou na criação do programa de pós-graduação em Bioquímica.¹⁸⁷ A cronologia mostra que a pós-graduação *stricto sensu* se institucionalizou na UFRN apenas depois da transformação do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo.

A ausência desse nível de formação durante a vigência do IA ajuda a compreender os limites do modelo construído pela instituição. O Instituto desenvolveu mecanismos

¹⁸⁵ Brasil, Decreto nº 45.116, de 26 de dezembro de 1958, “Concede à Universidade do Rio Grande do Norte regalias de universidade estadual equiparada e aprova seu Estatuto,” *Diário Oficial da União*, 31 de dezembro de 1958, Seção 1, p. 25055, art. 32, §2º, citado em Veríssimo de Melo e Carmen Calado, *Síntese Cronológica da UFRN 1958/2017* (Natal: EDUFRN, 2019), 62.

¹⁸⁶ Resolução nº 105/77 – CONSEPE, Resolução nº 106/77 – CONSEPE, e Resolução nº 107/77 – CONSEPE (todas de 1977), citadas em Veríssimo de Melo e Carmen Calado, *Síntese Cronológica da UFRN 1958/2017* (Natal: EDUFRN, 2019), 444.

¹⁸⁷ Resolução nº 202/82 – CONSEPE (1982), citada em Veríssimo de Melo e Carmen Calado, *Síntese Cronológica da UFRN 1958/2017* (Natal: EDUFRN, 2019), 608.

próprios para preparar investigadores e técnicos, mas não podia oferecer-lhes um percurso académico continuado no interior das áreas científicas que procurava consolidar. A formação dependia, por isso, de cursos internos, aprendizagem prática, circulação por outras instituições e contactos com especialistas externos. Mais do que demonstrar uma insuficiência exclusiva do IA, essa situação revela o desfasamento entre a expansão das suas atividades científicas e o estágio ainda incipiente da pós-graduação na Universidade.

3.1.4 Trajetórias científicas, posições institucionais e redes de atuação no IA

A diversidade de iniciativas formativas examinada na subsecção anterior remete diretamente para outro aspeto da construção científica do Instituto de Antropologia: as trajetórias dos investigadores que estruturaram as suas áreas de trabalho e as relações por meio das quais procuraram ampliar competências, recursos e interlocuções. Desde os primeiros anos, o IA reuniu agentes com formações, experiências e posições institucionais distintas, entre os quais médicos, estudiosos da cultura popular, naturalistas, geólogos, linguistas e pesquisadores auxiliares formados na própria instituição.

O exame destes percursos não pretende reunir biografias isoladas, mas compreender como diferentes competências e trajetórias se traduziram em funções específicas na organização do Instituto. A liderança técnica de José Nunes Cabral de Carvalho, a notoriedade intelectual de Luís da Câmara Cascudo, a atuação etnográfica de Veríssimo de Melo, os contributos de Nivaldo Monte, António Campos e Silva e Protásio de Melo, bem como o trabalho dos pesquisadores auxiliares, permitem observar diferentes formas de participação e autoridade no interior do IA. As relações locais, nacionais e internacionais mobilizadas por estes agentes serão, por isso, analisadas como parte das condições concretas de funcionamento da instituição, sem que a sua existência seja tomada, por si só, como prova de reconhecimento ou de integração em redes científicas consolidadas.

A centralidade de José Nunes Cabral de Carvalho (1913–1979) decorreu, antes de mais, da posição que ocupou na criação e na condução técnica do Instituto. Médico de formação, iniciou a carreira como auxiliar técnico em instituições anatómicas no Rio de Janeiro, onde adquiriu experiência em anatomia aplicada e em procedimentos laboratoriais. Ao integrar-se na URN, em 1959, trouxe consigo o projeto de criar uma instituição científica inspirada no Instituto Anatômico Antônio Pedro, ao qual estivera profissionalmente ligado.¹⁸⁸

Com o apoio da Reitoria, a proposta concretizou-se na criação do Instituto de Antropologia, cuja direção técnica Cabral assumiu desde o início. A organização dos laboratórios, a elaboração de relatórios técnicos e a criação de fichas padronizadas para a recolha e a análise morfológica mostram a importância que atribuía à observação, à medição e à sistematização dos procedimentos. Essa orientação prática marcou também a formação dos pesquisadores auxiliares, examinada na subseção anterior.

Na década de 1950, a experiência de Cabral no Museu Nacional, sob a coordenação de Luiz de Castro Faria, contribuiu para a sua especialização em antropologia física. A investigação relacionada com o sambaqui de Cabeçuda e o contacto com investigadores daquela instituição integraram a experiência metodológica e profissional que mais tarde mobilizou no IA.

À frente do Instituto, Cabral procurou ampliar a interlocução externa por meio de contactos, colaborações, cursos e outras iniciativas de circulação científica. Estas ações mostram um esforço continuado de aproximação a especialistas e instituições exteriores ao Rio Grande do Norte, sem que se deva inferir, em todos os casos, a existência de redes estáveis ou de relações simétricas. A procura de interlocução externa coexistia, por sua vez, com uma agenda de investigação centrada nas populações, nos materiais e no território norte-rio-grandense.

Cabral empenhou-se igualmente em afirmar publicamente o lugar do IA na Universidade e fora dela. As suas críticas à imprensa local, que acusava de negligenciar a divulgação da produção científica, mostram a importância que atribuía à circulação

¹⁸⁸ Lenilson Carvalho, “Anatomia de um vencedor”, *O Jornal de Hoje* (Natal), 31 de julho de 2008, recorte de jornal sem indicação de página, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal..

pública das investigações desenvolvidas na UFRN. A mesma ambição institucional aparece na declaração de 1963 de que dotaria o Rio Grande do Norte de “um dos maiores institutos de Antropologia do Brasil”. A afirmação não constitui evidência da posição efetivamente alcançada pelo IA no cenário científico nacional, mas explicita a escala do projeto que Cabral procurava construir.¹⁸⁹

A autoridade de Cabral no Instituto assentou, assim, na combinação entre direção institucional, experiência técnica e capacidade de organizar práticas de investigação e formação. Este perfil, fortemente associado ao laboratório, à quantificação e à padronização do trabalho, não esgotava, contudo, as formas de autoridade reunidas no IA. A posição de Luís da Câmara Cascudo derivava de uma trajetória distinta, construída sobretudo no campo intelectual e cultural.

Se a autoridade de Cabral de Carvalho assentava sobretudo na direção técnica, na experiência laboratorial e na organização das práticas de investigação, a posição de Luís da Câmara Cascudo (1898–1986) no núcleo inicial do Instituto de Antropologia tinha fundamentos distintos. Intelectual de reconhecida projeção nos estudos da cultura brasileira, Câmara Cascudo construíra, ao longo das décadas anteriores, uma trajetória na confluência entre folclore, etnografia, história e literatura. Quando o IA foi criado, o seu nome já se encontrava associado ao estudo das manifestações culturais populares e a uma ampla atividade intelectual desenvolvida dentro e fora do Rio Grande do Norte.

A sua participação no núcleo fundador associava a nova instituição a essa trajetória intelectual anterior. Cascudo trazia consigo um repertório de temas, relações e referências construído ao longo de décadas, particularmente ligado ao estudo das populações e das culturas brasileiras. A extensão da sua contribuição efetiva para as atividades do IA deve, contudo, ser distinguida da projeção intelectual que o seu nome já possuía e da centralidade simbólica que lhe seria posteriormente atribuída pela própria Universidade.

¹⁸⁹ Carvalho, “Anatomia de um vencedor”.

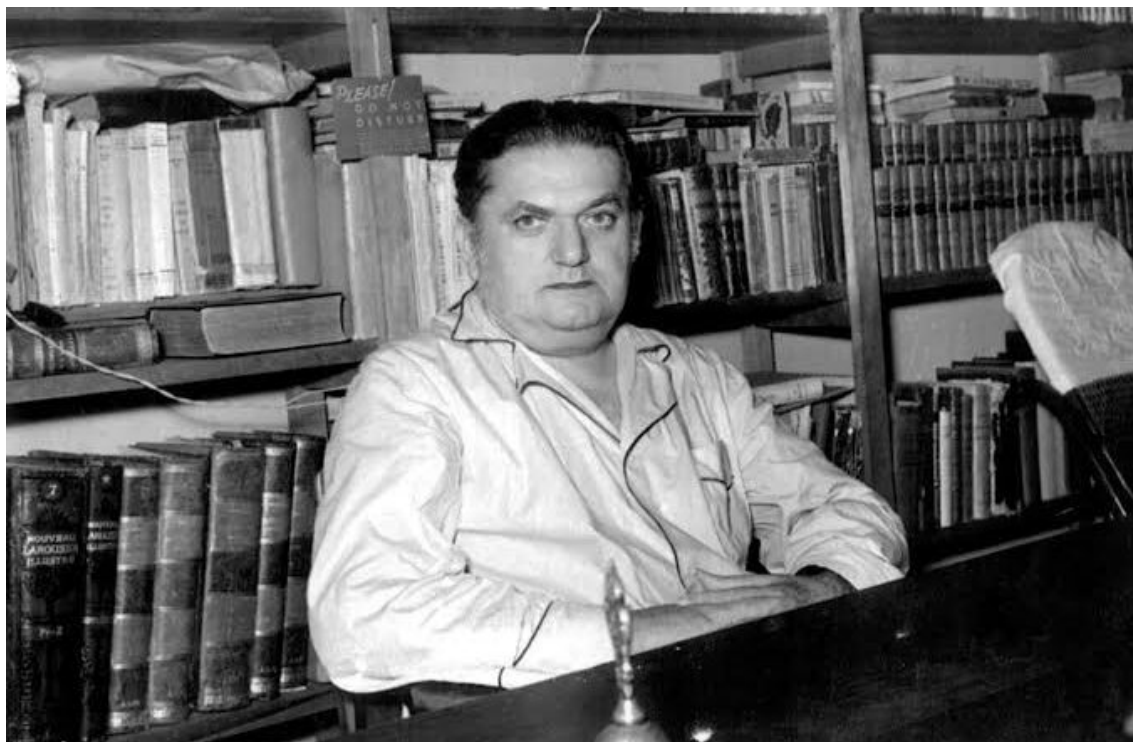


Figura 16 - Luís da Câmara Cascudo na sua biblioteca, em Natal. Ao fundo, parte do seu acervo bibliográfico, utilizado nas investigações sobre folclore, história e cultura brasileira. s/d.
Fonte: Nordestinados a Ler (2023).

A dimensão internacional da sua trajetória manifestava-se na participação em entidades como a Folk-Lore Society, de Londres, a Société des Américanistes, de Paris, e o Instituto Português de Geografia, História e Etnografia. Estas afiliações documentam a circulação do seu nome e da sua produção em meios intelectuais estrangeiros, embora não permitam, por si só, determinar a intensidade ou a continuidade das relações estabelecidas. Constituíam, antes da criação do IA, parte do percurso intelectual e das relações acumuladas por um dos seus fundadores, sem que seja possível inferir automaticamente a sua transferência para a instituição.

Embora nomeado diretor e chefe do Departamento de Etnografia Geral, Cascudo permaneceu formalmente nessas funções apenas durante os primeiros meses de funcionamento do IA, e a documentação disponível indica uma participação limitada na condução quotidiana das atividades científicas da instituição. Essa breve atuação contrasta com a progressiva centralidade que o seu nome adquiriu na identidade institucional. Como será analisado no capítulo seguinte, esta associação foi formalizada

pela própria Universidade, primeiro com a adoção da designação Instituto de Antropologia Câmara Cascudo, em 1965, e, posteriormente, com a criação do Museu Câmara Cascudo, em 1973. Importa, por isso, distinguir a participação efetiva de Cascudo nas atividades do IA da centralidade simbólica que lhe foi posteriormente atribuída.

As declarações de Cascudo sobre o Instituto permitem compreender os sentidos que ele próprio atribuía ao projeto, sem que devam ser tomadas como evidência de uma atuação continuada na instituição. Ao descrevê-lo como “uma colmeia de abelhas brasileiras em serviço da cultura universal”,¹⁹⁰ articulava a investigação das realidades brasileiras a um horizonte que ultrapassava os limites regionais e nacionais. Em outra ocasião, ao recordar a criação do Instituto — “Meu Deus! Um Instituto de Antropologia na cidade do Natal? Que gente afoita! Que atrevimento!” —,¹⁹¹ assinalava o carácter audacioso que atribuía à instalação de uma instituição desta natureza numa região afastada dos principais centros de produção científica do país. A defesa de um “edifício universitário independente” destinado a investigar “o homem nordestino no Tempo e no Espaço” explicitava, por sua vez, a escala territorial e os objetos que considerava centrais para o projeto.¹⁹²

A posição de Cascudo na história do IA não deve, portanto, ser confundida com a condução técnica quotidiana exercida por Cabral de Carvalho. A sua participação institucional foi breve, mas a importância posteriormente atribuída ao seu nome na identidade da instituição ultrapassou largamente a sua atuação efetiva. Parte do repertório ligado ao estudo do folclore e da cultura popular encontrou, contudo, continuidade mais efetiva no interior do Instituto por meio da atuação de Veríssimo de Melo (1921–1996), cuja presença nas estruturas científicas da instituição foi muito mais prolongada.

¹⁹⁰ “Instituto de Antropologia - Colmeia de abelhas brasileiras em serviço da cultura universal,” *A Ordem* (Natal), 14 de julho de 1962, 3.

¹⁹¹ Luís da Câmara Cascudo, “Instituto de Antropologia em Natal”, coluna “Acta Diurna”, *A República* (Natal), 25 de setembro de 1959, 1.

¹⁹² Cascudo, “Instituto de Antropologia em Natal”, 1.

A relação entre Veríssimo de Melo e Câmara Cascudo antecedia em várias décadas a criação do IA. Desde os anos 1930, a amizade e a colaboração intelectual aproximaram Veríssimo dos estudos do folclore e da cultura popular. Segundo Barros, Cascudo atuou como seu “intercessor” e teria, nas palavras do próprio Veríssimo, o “envenenado” para o folclore (Barros 2021, 39). O convite para integrar a Sociedade Brasileira de Folclore, em 1948, constituiu um dos marcos dessa aproximação.

Antes da criação do Instituto, Veríssimo já desenvolvia uma atuação orientada para o reconhecimento acadêmico dos estudos de folclore. Barros identifica na sua trajetória o propósito de “dar ao folclore um estatuto de cientificidade” e assegurar-lhe “inserção acadêmica no interior das universidades brasileiras” (Barros 2021, 19). Essa atividade desenvolvia-se simultaneamente na imprensa e em associações especializadas. Publicou no Diário de Pernambuco, na coluna “Notas de Folclore”, e no jornal A República, do Rio Grande do Norte, além de atuar na Secretaria-Geral da Sociedade Brasileira de Folclore e na Comissão Nacional de Folclore no estado. Em 1951, participou na fundação do Clube Internacional de Folclore, do qual foi Delegado Fundador e Presidente. Estas experiências ajudam a explicar a agenda de investigação que levou para o Instituto e as relações que mobilizou no desenvolvimento das suas atividades.

No IA, chefiou inicialmente a Subsecção de Folclore, integrada no Departamento de Etnografia Geral. Após a saída de Câmara Cascudo, assumiu a direção do Departamento de Antropologia Cultural, função que manteve no quadro da reorganização institucional de 1970, quando o departamento passou a compreender subdivisões como Cultura Popular, Linguística e Antropologia Social. Esta trajetória mostra o deslocamento dos estudos de folclore para estruturas universitárias identificadas com a antropologia. Barros interpreta este movimento como parte de uma “metamorfose” do campo, por meio da qual os seus agentes procuravam assegurar a inserção acadêmica do folclore, recorrendo também a procedimentos taxonómicos e etnográficos utilizados pelas ciências sociais (Barros 2021, 150).

Inspirado pelo Movimento Folclórico Brasileiro e por autores como Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Gustavo Barroso, Veríssimo entendia a cultura popular como

uma “soma total das criações humanas” e defendia o seu estudo tanto pelo valor cultural e social das práticas investigadas quanto pelas possibilidades de intervenção no “desenvolvimento de comunidade” (Barros 2021, 163). Esta última dimensão manifestou-se na tentativa de implementar um plano de Antropologia Social Aplicada no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) da UFRN, dirigido a comunidades rurais (Melo e Calado 2019, 192).



Figura 17 - Veríssimo de Melo (ao centro), ao lado do pesquisador auxiliar Raimundo Teixeira da Rocha e de um integrante da Irmandade do Rosário dos Pretos, durante uma expedição a Jardim do Seridó (RN), em novembro de 1963.

Fonte: Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo.

No Instituto, o estudo da cultura popular articulava a recolha de informações orais, a observação de práticas e rituais e a constituição de registos e coleções. Parte dos artefactos reunidos no decurso destas atividades foi posteriormente incorporada no Museu do IA, articulando investigação e constituição de acervos. A atuação de Veríssimo inscrevia-se, assim, no objetivo institucional de promover estudos sobre o ser humano

nos seus aspetos físicos e culturais, com particular atenção às tradições, aos hábitos e aos costumes do Rio Grande do Norte.

Esta incorporação do folclore no espaço universitário não ocorreu sem tensões. O campo enfrentava críticas relacionadas com o seu estatuto científico e com as associações entre folclore e conservadorismo, processo que Vilhena descreveu em termos de “degradação semântica” da própria designação (Vilhena 1997, 64–65). A atuação de Veríssimo pode ser compreendida neste contexto: não como uma simples substituição do folclore pela antropologia cultural, mas como um esforço de reposicionamento dos estudos da cultura popular no interior das estruturas académicas.

Se Veríssimo de Melo contribuiu para dar continuidade institucional aos estudos da cultura popular, outros integrantes do núcleo inicial ampliaram as áreas de investigação do IA em direção às ciências naturais. Entre eles encontrava-se Nivaldo Monte (1918–2006), cuja breve passagem pela instituição associou formação humanística, observação naturalista e participação nas redes educativas que estiveram na origem da Universidade do Rio Grande do Norte.

Nivaldo Monte (1918–2006) integrou o núcleo inicial do Instituto de Antropologia a partir de uma trajetória distinta das examinadas anteriormente. Ingressou no seminário aos treze anos, concluiu estudos de Filosofia e Teologia e foi ordenado padre em 1941. Paralelamente à formação humanística e religiosa, desenvolveu de forma autodidata um interesse pelas ciências naturais, particularmente pela botânica e pela genética vegetal (Lima 2007, 109). Dizia-se fascinado pela “fecundidade da planta” e interessava-se especialmente pelo cultivo vegetal nas condições ambientais do Rio Grande do Norte.

Antes da criação do IA, a sua atividade científica desenvolvia-se sobretudo em espaços educativos e culturais. Lecionava História Natural no Seminário São Pedro, em Natal, e participou em iniciativas de divulgação do conhecimento, como a I Semana de Estudos Potiguar, organizada em 1957 pela Arcádia Natalense no Colégio Santo Antônio. Na ocasião, apresentou a conferência *Fitogeografia e Geografia do Rio Grande*

do Norte, dedicada, entre outros temas, ao reflorestamento.¹⁹³ Participou também na organização de semanas ruralistas dirigidas ao clero, destinadas a ampliar os conhecimentos técnicos de padres que atuavam no interior do Nordeste.¹⁹⁴

No período de criação da Universidade do Rio Grande do Norte, Nivaldo Monte já participava nas redes educativas que deram origem à nova instituição. Foi um dos fundadores e primeiros diretores da Escola de Serviço Social, onde atuou como professor, e integrou o Conselho Universitário que aprovou, em 1959, a criação do Instituto de Antropologia. A sua presença entre os primeiros integrantes do IA resultava, portanto, de uma participação anterior na constituição institucional da própria Universidade.

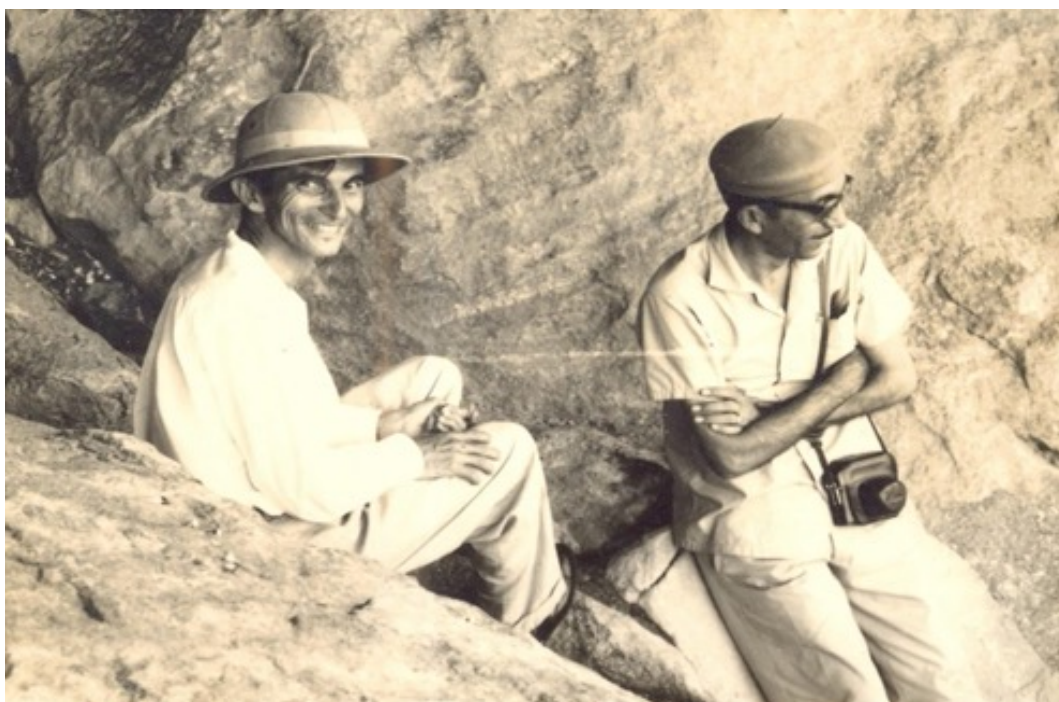


Figura 18 - Nivaldo Monte e Veríssimo de Melo na jazida osteológica da Serra do Ronca, São Tomé, Rio Grande do Norte. Expedição do Instituto de Antropologia, 2 de junho de 1962.

Fonte: Fotografia de João Luís de França Filho (Departamento de Fotografia da UFRN), acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC).

A atuação de Nivaldo Monte no Instituto foi breve. Integrou o Departamento de Genética e participou nas atividades do primeiro ano de funcionamento, tendo assinado

¹⁹³ “Fitogeografia e Geografia do Rio Grande do Norte”. *A República* (Natal), 23 de outubro de 1957, 4.

¹⁹⁴ “O Clero vai estudar o ruralismo”. *A República* (Natal), 05 de janeiro de 1957, 1.

o relatório técnico da primeira viagem de campo realizada pelo IA, em 1962, intitulado *Aspectos fitogeográficos da região do Ronca*, no qual se identificava como geneticista. Em publicação de 1964, José Nunes Cabral de Carvalho atribuiu-lhe também as observações fitogeográficas utilizadas na análise da jazida osteológica da mesma região (Carvalho 1964a, 35–39). Os registos disponíveis indicam, assim, que o seu principal contributo para o trabalho inicial do Instituto se concentrou na caracterização da vegetação e das condições ambientais das áreas investigadas.

Após deixar o IA, Nivaldo Monte manteve o interesse pela observação e experimentação botânicas. Desenvolveu experiências na sua granja, em Emaús, posteriormente reunidas em *A Granja e Eu* (1980), obra que associa observações sobre solos e cultivo de espécies vegetais a reflexões sobre o território norte-rio-grandense. Um manuscrito intitulado *Experiência nos Tabuleiros do Rio Grande do Norte* permaneceu inédito, mas foi referido por Galvão (1977, 123–28). Em 1977, no discurso de posse na Academia Norte-rio-grandense de Letras, defendeu ainda a presença de cientistas ao lado de escritores na instituição, propondo a sua transformação numa “Academia de Ciência”.

A brevidade da sua passagem pelo Instituto teve consequências para a organização da área que integrava. Com a sua saída, em 1963, o Departamento de Genética ficou sem responsável direto, foi descontinuado no ano seguinte e só voltou a figurar na estrutura institucional na década de 1970. O episódio evidencia a dependência inicial de algumas áreas científicas em relação à presença de indivíduos específicos, num momento em que o IA ainda não dispunha de quadros especializados suficientes para assegurar a continuidade de todas as unidades previstas na sua estrutura.

Se a participação de Nivaldo Monte nas ciências naturais do Instituto foi breve, a incorporação de Antônio Campos e Silva (1940–1972), em 1962, deu maior continuidade às investigações em paleontologia e geociências. Embora não tenha integrado o grupo fundador, Campos já desenvolvia atividades relacionadas com o estudo do território antes de ingressar no IA. Ainda adolescente, publicou textos sobre geologia, sedimentologia e paleontologia em jornais como *O Poti*, *Diário de Natal*, *Jornal do*

Comércio e Tribuna Estudantil, além de textos dedicados à divulgação científica, à educação e à preservação ambiental.

A amplitude dessas atividades chamou a atenção de contemporâneos. Numa carta publicada posteriormente, Vingt-Un Rosado recordou-o como “o milagre de Natal”, referindo-se ao jovem de 19 anos que, na sua avaliação, já escrevia com a “precisão científica, prudência e seriedade de um pesquisador amadurecido” (Rosado 1999b, 67–68). O testemunho deve ser lido como uma apreciação de Rosado, mas permite reconhecer a reputação que Campos começava a construir nos meios intelectuais locais antes da sua integração no Instituto.

Os seus registos pessoais mostram uma formação desenvolvida em múltiplos espaços. Aos dezassete anos, anotava no diário atividades em associações científicas e movimentos estudantis, a organização de clubes ecológicos, conferências sobre cinema e pedagogia, leituras autodidatas de botânica e história natural e contactos com intelectuais como Câmara Cascudo, Nivaldo Monte, Edgar Barbosa e Protásio de Melo (Silva 2005, 30–31). Ainda antes de concluir o curso de Geografia, em 1963, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Norte, participou também em atividades técnicas relacionadas com o conhecimento do território.

Entre 1961 e 1962, prestou serviços ao governo estadual na elaboração de mapas geológico, hidrográfico, climático, hipsométrico, fitogeográfico e administrativo do Rio Grande do Norte e participou na organização do setor de Cartografia do Departamento Estadual de Estatística (Santos Júnior et al. 2024, 2–3). Foi neste contexto que Cabral de Carvalho o convidou, em 1962, para integrar o Instituto de Antropologia e assumir a recém-criada Subsecção de Paleontologia.

Campos já realizava recolhas de campo e escrevia sobre formações geológicas e ocorrências paleontológicas, com atenção à Chapada do Apodi, a Ceará-Mirim e a áreas do interior norte-rio-grandense. No IA, a criação da Subsecção de Paleontologia permitiu dar maior continuidade à recolha, organização e estudo de fósseis. As atividades desenvolveram-se também por meio de contactos com instituições como o Museu Nacional, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e instituições universitárias dedicadas às geociências.

Entre 1963 e 1972, Campos publicou mais de vinte trabalhos sobre temas relacionados com as geociências, incluindo estudos sobre a Formação Barreiras, os calcários cenozóicos da região de Natal, a petrografia e a estratigrafia do sertão nordestino e fósseis de vertebrados e invertebrados do Cretácico e do Pleistocénico (Melo 1983, 30–32). Parte dessa produção foi publicada nos *Arquivos do Instituto de Antropologia* e na revista *Estudos Sedimentológicos*, de cuja criação participou. Os trabalhos sobre os geodos de Apodi, os minerais de urânio e os depósitos da Formação Moura mostram a atenção dedicada à caracterização geológica do território do Rio Grande do Norte.



Figura 19 - Antônio Campos e Silva em trabalho de campo, realizando observações geológicas no interior do Rio Grande do Norte, s/d.

Fonte: Acervo pessoal de Leila Maria de Moraes e Silva Rodrigues. Imagem cedida por Madson Ottoni de Almeida Rodrigues.

A sua atividade no Instituto abrangia investigação de campo, produção científica, ensino universitário e organização de coleções paleontológicas. Depois de coordenar a Subsecção de Paleontologia, assumiu a chefia do Departamento de Geociências. A

acumulação dessas funções mostra a importância que adquiriu na organização desta área no IA, mas evidencia também uma característica da instituição naquele período: a concentração de diferentes tarefas científicas e administrativas num número reduzido de investigadores.

A trajetória de Campos foi também atravessada pela repressão instaurada após o golpe de 1964. Foi alvo de dois inquéritos policiais-militares sob acusação de envolvimento em atividades consideradas subversivas e, em 1971, foi detido e interrogado. Os processos viriam posteriormente a ser arquivados por falta de provas (Santos Júnior et al. 2024, 4–5). Estes episódios mostram como a repressão política alcançou também agentes vinculados às atividades científicas e universitárias, interferindo nas suas trajetórias profissionais e pessoais.



Figura 20 - Antônio Campos e Silva em seu gabinete de trabalho, s/d.

Fonte: Acervo pessoal de Leila Maria de Moraes e Silva Rodrigues. Imagem cedida por Madson Ottoni de Almeida Rodrigues.

As dificuldades do trabalho científico no IA aparecem de forma particularmente direta numa carta enviada a Vingt-Un Rosado, em abril de 1965. Nela, Campos escreveu: “Faltam meios de pesquisa. Tenho a cabeça fervilhando de planos, tantos que precisaria de umas três equipes para desenvolvê-los. Falta, porém, gente. Falta material. Falta bibliografia” (Rosado 2001a, 81–82). O testemunho permite observar, a partir da experiência de um dos investigadores do Instituto, os limites materiais e humanos que condicionavam a expansão das investigações, apesar da diversidade de projetos em curso.

Campos morreu em 1972, aos 32 anos, num acidente de automóvel. A sua trajetória no IA, embora curta, foi decisiva para a continuidade das atividades de paleontologia e geociências durante a década de 1960 e o início da seguinte. Mais do que a excecionalidade individual frequentemente destacada nos testemunhos memorialísticos sobre a sua vida, interessa aqui observar como a sua formação autodidata, a experiência cartográfica, o trabalho de campo, a produção científica e o ensino foram reunidos na construção de uma área de investigação ainda pouco institucionalizada na Universidade.

A expansão das áreas científicas do Instituto, contudo, não dependeu apenas de trajetórias ligadas à formação universitária nas ciências naturais. Protásio Pinheiro de Melo (1914–2006), incorporado no IA em 1963, constitui um caso distinto, no qual o domínio de línguas, o colecionismo e as relações pessoais anteriores foram convertidos em recursos para a organização de novas atividades científicas.

Formado em Direito, Protásio destacou-se também como professor de línguas, tradutor, conferencista e articulista. Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhou como intérprete junto das tropas norte-americanas e ensinou português a oficiais estrangeiros. Posteriormente, atuou como professor e diretor da Sociedade Cultural Brasil–Estados Unidos em Natal. Em 1961, realizou um estágio em fonética na

Universidade de Michigan, com uma bolsa do Departamento de Estado norte-americano, experiência relacionada com a sua atividade no ensino de línguas¹⁹⁵.

Paralelamente, Protásio desenvolveu uma prática continuada de colecionismo. Irmão de Veríssimo de Melo, mantinha relações com Câmara Cascudo, especialmente em torno de objetos de arte popular e arte sacra, e convivia também com Antônio Campos e Silva, com quem partilhava interesses por espécimes naturais e outros temas científicos (Silva 2005, 38, 46–47, 50, 52). Na sua residência, mantinha coleções de conchas, insetos, selos e artefactos etnográficos, organizava espécimes e realizava trocas com colecionadores estrangeiros. Os relatos disponíveis registam contactos para a obtenção e permuta de exemplares com interlocutores em países como a República Democrática do Congo e a Tailândia.¹⁹⁶

As coleções particulares de Protásio tiveram repercussões institucionais concretas. Em 1961, doou à Faculdade de Odontologia uma coleção entomológica com mais de três mil coleópteros¹⁹⁷. No ano seguinte, doou a sua coleção de conchas ao Instituto de Antropologia. A incorporação deste conjunto esteve na origem da criação da Subsecção de Malacologia, cuja chefia assumiu em 1963, então vinculada à Seção de Geologia e Paleontologia do Quaternário. No IA, realizou recolhas no litoral norte-rio-grandense, participou na organização taxonómica do acervo e colaborou em atividades formativas, entre as quais o ensino de inglês no Curso de Introdução à Antropologia.

A atuação de Protásio não permaneceu restrita à Malacologia. Na década de 1970, passou também a chefiar a Seção de Linguística, onde desenvolveu estudos sobre os falares do Rio Grande do Norte.¹⁹⁸ Interessava-se pelas permanências do português arcaico, pelas variações lexicais e pelas influências de línguas indígenas no português

¹⁹⁵ “Retornou dos EE.EE. o dr. Protásio Melo”. *Diário de Natal* (Natal), 15 de março de 1961, 8. Hemeroteca Digital Brasileira; Lemos, Afranio. “Envelopes coloridos”. *Diário de Natal* (Natal), 06 de junho de 1961, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁹⁶ Sanderson Negreiros. “Instituto de Antropologia (II): Cientistas passaram três meses na caverna do Lajedo da Escada”. *Diário de Natal* (Natal) 7 de março de 1969, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁹⁷ “Coleção de Coleópteros doada à Universidade – Dr Protásio Melo o doador – A coleção é mais útil no museu da Faculdade de Odontologia”. *Diário de Natal* (Natal), 12 de março de 1961, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁹⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ata da 25ª Reunião da Congregação dos Professores,” 19 de junho de 1970. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

falado no estado. Em 1969, anunciava a conclusão de um manuscrito intitulado *Influência das línguas ameríndias na fala potiguar* e articulava, junto da Universidade de Brasília, a participação em projetos relacionados com o Português Fundamental. Trabalhava ainda na elaboração de um atlas preliminar dos falares norte-rio-grandenses.¹⁹⁹

A circulação de espécimes e conhecimentos promovida por Protásio ultrapassou as suas coleções particulares. Em dezembro de 1963, articulou a visita ao IA dos malacologistas George e Mary Kline, da Academy of Natural Sciences of Philadelphia. A visita envolveu troca de espécimes, formação da equipa local e doação de equipamentos. O episódio mostra como relações construídas por um integrante do Instituto puderam ser mobilizadas para obter materiais, conhecimentos especializados e contactos externos.

No caso de Protásio, portanto, atividades que antecederam o seu ingresso no IA — o ensino de línguas, o colecionismo e os contactos com interlocutores estrangeiros — foram incorporadas na organização institucional. A doação de uma coleção contribuiu para criar uma nova subsecção científica; as práticas de recolha e permuta ampliaram o acervo; e as relações pessoais facilitaram a circulação de espécimes, equipamentos e conhecimentos. A sua posterior atuação em Linguística evidencia, por outro lado, a amplitude das funções que alguns integrantes podiam assumir num Instituto ainda marcado por fronteiras disciplinares e profissionais pouco estabilizadas.

A diversidade destes percursos não elimina, contudo, uma característica comum da estrutura inicial do IA: muitas das suas áreas dependiam de um número reduzido de agentes e das competências que cada um trazia consigo. A continuidade das atividades científicas exigia, por isso, não apenas a presença desses investigadores, mas também a formação de uma equipa própria capaz de assegurar o trabalho quotidiano das diferentes secções. É neste ponto que o papel dos pesquisadores auxiliares, cuja formação foi examinada na subsecção anterior, deve ser retomado.

¹⁹⁹ Sanderson Negreiros. “Instituto de Antropologia (II): Cientistas passaram três meses na caverna do Lajedo da Escada”. *Diário de Natal* (Natal), 7 de março de 1969, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.

A partir de 1964, a documentação mostra pesquisadores auxiliares em atividade nas diferentes áreas do Instituto. Na Seção de Geologia e Paleontologia do Quaternário, Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos, Dario Dantas da Silva e Leon Diniz Dantas de Oliveira participavam em investigações de sedimentologia e paleontologia realizadas em áreas litorais. No Departamento de Antropologia Física, Therezinha Wanderley de Sá Leitão, Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, José Crispim e Leon Diniz Dantas de Oliveira realizavam medições osteométricas e análises osteológicas. No Departamento de Antropologia Cultural, Elizabeth Mafra Cabral, Nássaro Antônio de Souza Nasser e Raimundo Teixeira da Rocha participavam na recolha de materiais relacionados com a cultura popular e no levantamento de inscrições rupestres em diferentes regiões do Rio Grande do Norte.²⁰⁰

Em maio de 1964, um documento interno assinado por José Nunes Cabral de Carvalho registava a seguinte composição do corpo técnico-científico do Instituto:²⁰¹

Tabela 2 - Composição do corpo técnico-científico do Instituto de Antropologia da URN em maio de 1964.

Fonte: Documento interno do IA, assinado por José Nunes Cabral de Carvalho em 20/05/1964.

Nome	Atribuição
Antônio Campos e Silva	Pesquisador em Geologia
Protásio Pinheiro de Melo	Pesquisador em Linguística
Therezinha Wanderley de Sá Leitão	Pesquisadora em Antropologia Física
José Crispim	Pesquisador em Antropologia Física
Elizabeth Mafra Cabral	Pesquisadora em Antropologia Cultural
Nássaro Antônio de Souza Nasser	Pesquisador em Antropologia Cultural
Leon Diniz Dantas de Oliveira	Pesquisador em Antropologia Física
Raimundo Teixeira da Rocha	Pesquisador em Antropologia Cultural
Francisco Renato de Sá e Benevides Filho	Pesquisador em Antropologia Física
Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos	Pesquisador em Geologia
Dario Dantas da Silva	Pesquisador em Geologia

A documentação indica, portanto, que estes agentes não se limitavam a tarefas de apoio. Participavam diretamente no trabalho de campo, nas medições e análises, na organização das coleções e em outras atividades relacionadas com os projetos das

²⁰⁰ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Ofícios nº 77/64 e 78/64, ambos de 1º de agosto de 1964, dirigidos ao Reitor da UFRN. [Assunto: Requerimentos de pagamento]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁰¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Pessoal do Instituto de Antropologia da URN", 20 de maio de 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

respetivas áreas. A designação “auxiliar” correspondia à categoria institucional criada pelo IA, mas não descrevia, por si só, a amplitude das funções efetivamente exercidas.

Esta participação refletiu-se também nas instâncias internas do Instituto. Após a conclusão do Curso de Pesquisadores Auxiliares, os seus integrantes passaram a participar nas reuniões da Congregação dos Professores do IA com direito a voz e voto. Este dado mostra a sua inclusão formal nos processos deliberativos da instituição, embora não permita concluir, por si só, pela inexistência de hierarquias entre os diferentes grupos profissionais.

Outros episódios permitem observar o reconhecimento das competências adquiridas no interior do Instituto. Em outubro de 1966, Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos foi credenciado para representar o IA no II Simpósio de Geologia do Nordeste, onde apresentou uma comunicação preparada por Antônio Campos e Silva, impedido de comparecer. A delegação desta responsabilidade mostra que um pesquisador auxiliar podia representar oficialmente a instituição num encontro científico e apresentar um trabalho produzido no âmbito das suas investigações.²⁰²

Na década de 1970, alguns integrantes desta geração passaram também a ocupar chefias de departamentos e divisões científicas. Nássaro Antônio de Souza Nasser, José Crispim, Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, Dario Dantas da Silva e Leon Diniz Dantas de Oliveira foram designados para dirigir unidades especializadas. Estas trajetórias mostram que a experiência adquirida no próprio Instituto podia conduzir a posições de maior responsabilidade na estrutura interna, mesmo sem a passagem pelos percursos académicos formais que se tornariam progressivamente mais importantes no sistema universitário brasileiro.

A ampliação das responsabilidades não se traduziu, contudo, numa equiparação plena nos planos administrativo e financeiro. Enquanto investigadores como Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo eram remunerados pela folha regular da Universidade, os pesquisadores auxiliares continuavam a receber mediante requerimentos específicos

²⁰² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 104/64 para Dr. Karl Beurlen, Diretor do Núcleo Pernambucano da Soc. Bras. De Geologia", 26 de outubro de 1966 [Assunto: Participação no II Simpósio de Geologia do Nordeste]". Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN

dirigidos à Reitoria e eram enquadrados como prestadores de serviços. Nesses documentos, os pagamentos eram justificados pela realização de atividades como aulas, trabalhos de campo e classificação de materiais científicos.²⁰³ A coexistência entre responsabilidades técnico-científicas crescentes e vínculos administrativos mais precários revela, assim, um dos limites da integração destes profissionais na estrutura universitária.

Paralelamente, a direção do IA procurou ampliar a formação complementar da equipa. Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo mobilizaram contactos institucionais para solicitar estágios, cursos e bolsas de estudo: Francisco Renato de Sá e Benevides Filho foi indicado para um estágio num laboratório especializado em sorologia e para uma bolsa de estudos em Genética, no âmbito de um programa da CAPES em parceria com a Fundação Ford; Nássaro Antônio de Souza Nasser candidatou-se a uma bolsa de estudos arqueológicos em Portugal; e José Crispim foi indicado para um curso de estatística aplicada à investigação social.²⁰⁴ Estas iniciativas prolongavam, em centros externos, o processo de qualificação iniciado no próprio Instituto.

A trajetória de Nássaro Nasser mostra como a qualificação dos pesquisadores auxiliares podia prolongar-se por meio da participação em atividades especializadas realizadas noutros centros científicos. Em setembro de 1964, o IA recebeu um convite para o seminário de arqueologia ministrado, na Universidade Federal do Paraná, pelos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers. Nasser foi escolhido para representar a instituição, e Cabral de Carvalho procurou viabilizar a sua participação por

²⁰³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 79/64 para o Reitor da UFRN", 1 de agosto de 1964 [Assunto: Requerimento de pagamento]". Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁰⁴ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Ofícios de 1964: nº 20/64 (18 fev.) ao Diretor da Escola de Serviço Social da URN; nº 150/64 (24 fev.) ao Reitor Onofre Lopes; ofício de 29 jan. à Chancelaria da Embaixada de Portugal; e ofício de 14 jan. a Thales Azevedo, Diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia. [Assuntos: Curso de Estatística Aplicada à Pesquisa Social; solicitação de bolsa de estudo; inscrição de Nássaro Nasser; pedido de estágio para Francisco Renato de Sá e Benevides Filho]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

meio de solicitações de credenciamento junto da CAPES e de apoio financeiro à Reitoria, uma vez que os recursos da bolsa ainda não tinham sido libertados.²⁰⁵

Quatro anos depois, o Instituto voltou a mobilizar diferentes instâncias para assegurar a participação de Nasser no Seminário de Ensino e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas. Nos dias que antecederam o encontro, foram enviados ofícios à CAPES, à Reitoria da URN e aos organizadores para tratar do credenciamento, da bolsa e das condições de permanência do pesquisador. As cartas dirigidas a Igor Chmyz e José Loureiro Fernandes destacavam as suas competências e solicitavam apoio à sua participação. Considerados em conjunto, os dois episódios mostram a continuidade do investimento na formação de Nasser e a importância atribuída pelo IA à sua inserção em atividades especializadas de arqueologia realizadas fora do Rio Grande do Norte.²⁰⁶

Estas iniciativas mostram que a formação dos pesquisadores auxiliares não terminou com a sua incorporação nos setores do IA. Cursos, estágios e encontros científicos permitiam ampliar competências que não estavam disponíveis localmente e colocar esses profissionais em contacto com outros investigadores e instituições. Não se tratava, contudo, de um processo linear de profissionalização: o aumento das responsabilidades, a participação nas decisões internas e a possibilidade de assumir chefias coexistiam com vínculos contratuais e remuneratórios distintos dos investigadores integrados na folha regular da Universidade.

A experiência dos pesquisadores auxiliares revela, assim, uma tensão entre a designação institucional e as funções efetivamente desempenhadas. Embora formalmente identificados como “auxiliares”, alguns assumiram responsabilidades na investigação, representaram o IA em encontros científicos, participaram nas suas instâncias deliberativas e alcançaram posteriormente posições de chefia. Esta discrepância aproxima o caso do Instituto das discussões historiográficas sobre a

²⁰⁵ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Ofícios nº 109/64 (3 set.) e 112/64 (28 set.) de 1964, ambos dirigidos ao Reitor Onofre Lopes. [Assuntos: Pedido de credenciamento de Nássaro Nasser junto à CAPES e solicitação de recursos para passagem aérea]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁰⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [ofícios a Igor Chmyz e José Loureiro Fernandes], 1.º de outubro de 1964, [assunto: apresentação de Nássaro Nasser], Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

reduzida visibilidade atribuída aos trabalhadores técnicos na produção do conhecimento científico (Shapin 1989, 556; Latour 1987, 119, 174), mas a documentação do IA mostra também processos concretos de reconhecimento e ascensão no interior da própria instituição.

A composição deste grupo exige, por fim, atenção específica às trajetórias femininas. A presença de Therezinha Wanderley de Sá Leitão e Elizabeth Mafra Cabral no corpo técnico-científico de 1964, seguida pela incorporação de outras mulheres nos anos seguintes, não deve ser tomada automaticamente como prova de igualdade ou de uma política institucional deliberada de abertura. Importa examinar as funções que exerceram, os vínculos que mantiveram e os limites encontrados no interior da estrutura científica do Instituto.

A historiografia da ciência tem questionado a ideia de uma ausência histórica das mulheres, mostrando que a sua reduzida visibilidade resulta também dos critérios utilizados para identificar os agentes e as formas reconhecidas de participação científica. Como assinalam Lopes et al. (2004, 98), a invisibilidade não equivale à inexistência. No caso do IA, organogramas, relatórios, ofícios e requerimentos de pagamento permitem identificar mulheres vinculadas a áreas científicas, trabalhos de campo, coleções e outras atividades institucionais.

Em maio de 1964, Therezinha Wanderley de Sá Leitão e Elizabeth Mafra Cabral figuravam oficialmente no corpo técnico-científico do Instituto, respectivamente nas áreas de Antropologia Física e Antropologia Cultural. A documentação regista a sua participação em trabalhos de campo, recolha de dados, organização de coleções e elaboração de relatórios técnicos. Os seus nomes aparecem também em requerimentos de pagamento enviados à Reitoria, nos quais as atividades realizadas eram discriminadas por disciplina ou projeto.²⁰⁷ Estes registos permitem ultrapassar a simples identificação nominal e observar algumas das funções que desempenhavam no quotidiano científico da instituição.

²⁰⁷ Instituto de Antropologia da UFRN, [ofícios a Igor Chmyz e José Loureiro Fernandes].

O percurso de Therezinha Leitão oferece um exemplo particularmente significativo. Em 1964, Cabral de Carvalho indicou-a para participar na Campanha de Erradicação da Varíola no Rio Grande do Norte, na qualidade de agente técnica e em articulação com as autoridades sanitárias locais.²⁰⁸ A indicação mostra que a preparação adquirida no Instituto podia ser mobilizada em atividades exteriores às suas áreas habituais de trabalho e que Cabral de Carvalho lhe reconhecia competências para assumir essa responsabilidade. Tal como os restantes pesquisadores auxiliares, contudo, Therezinha continuava a ser remunerada sob a rubrica de “serviços prestados”, sem integração na folha regular da Universidade.

Em 1966, outras mulheres ingressaram no Instituto por meio de estágios. Marilda Fernandes de Carvalho foi inicialmente admitida na Secção de Entomologia, enquanto Maria Inês de Mendonça ingressou na área de Malacologia. Os seus ingressos foram formalizados por ofícios dirigidos à Direção do IA e à Reitoria da UFRN, e Cabral de Carvalho encaminhou cartas de recomendação com vista à obtenção de bolsas junto do Ministério da Educação. Os mecanismos de formação e incorporação examinados na subseção anterior proporcionaram, assim, também a entrada de mulheres em setores das ciências naturais.

A trajetória de Marilda passou posteriormente pela área de Geologia e Paleontologia. Em correspondência de 1966, Cabral associava os seus trabalhos a esse setor, enquanto Maria Inês permanecia vinculada à Malacologia, relacionando as atividades de ambas com iniciativas desenvolvidas pelo Instituto em interlocução com a Smithsonian Institution e a Academy of Natural Sciences of Philadelphia²⁰⁹. A documentação permite, deste modo, acompanhar não apenas a presença destas mulheres, mas também a diversificação das funções que assumiram ao longo das suas trajetórias no IA. A associação dos seus trabalhos a iniciativas que envolviam instituições

²⁰⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 91/64 para o Reitor da UFRN", 21 de agosto de 1964 [Assunto: Designar Therezinha Wanderley de Sá Leitão junto à Campanha da Erradicação da Varíola no Estado]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁰⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício 59/66 para o reitor Onofre Lopes", 16 de junho de 1966 [Assunto: Exposição de motivos para mudança do nome do Instituto de Antropologia para Instituto de Ciências Naturais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

estrangeiras indica a sua participação em atividades relacionadas com as interlocuções científicas externas do Instituto, sem que daí se possa inferir, por si só, protagonismo ou reconhecimento equivalente ao dos investigadores seniores.

As designações atribuídas a estas mulheres — pesquisadoras auxiliares ou estagiárias — correspondiam a posições institucionais distintas das ocupadas pelos principais dirigentes e investigadores do IA. Como tem sido observado na historiografia, categorias como “auxiliar”, “assistente” e “colaboradora” podem contribuir para que determinados trabalhos recebam menor visibilidade na reconstrução histórica da ciência (Lino e Mayorga 2016, 104–05). No caso do Instituto, porém, a análise não deve assentar apenas nas designações formais: os registos das atividades permitem observar a participação destas mulheres na investigação, no trabalho de campo, na organização de coleções e noutras tarefas técnico-científicas.

A documentação do IA não permite, portanto, sustentar uma narrativa de ausência feminina, mas também não autoriza interpretar a presença destas mulheres como evidência de igualdade institucional. Therezinha Leitão, Elizabeth Mafra Cabral, Marilda Fernandes de Carvalho e Maria Inês de Mendonça encontraram oportunidades de formação e atuação em diferentes áreas científicas, mas ocuparam posições marcadas por vínculos provisórios ou por formas de remuneração distintas das dos investigadores integrados na folha regular da Universidade. As suas trajetórias revelam, assim, uma inserção efetiva, mas desigual, na estrutura científica do Instituto.

Consideradas em conjunto, estas trajetórias mostram que o funcionamento científico do IA assentou na articulação entre competências distintas, posições institucionais desiguais e relações mobilizadas dentro e fora do Rio Grande do Norte. A instituição não se estruturou apenas em torno dos seus dirigentes e investigadores mais visíveis, mas também do trabalho dos pesquisadores auxiliares e das estagiárias que participaram nas atividades quotidianas de investigação. Identificados os principais agentes e as posições que ocuparam, importa agora examinar como essa configuração se traduziu em práticas concretas de produção científica, nos laboratórios, no trabalho de campo, nas coleções e na circulação dos resultados da investigação.

3.2 O Instituto de Antropologia como Espaço de Produção Científica (1960–1973)

Entre 1960 e 1973, o Instituto de Antropologia organizou frentes de investigação em antropologia física, etnografia, arqueologia, paleontologia e ciências naturais. Com intensidade e continuidade variáveis, estas atividades articularam trabalho de campo, análises laboratoriais, constituição de coleções, elaboração de relatórios e publicações e ações de divulgação. Esta secção examina os estudos desenvolvidos e as condições materiais e institucionais em que foram produzidos.

A análise desenvolve-se em dois planos complementares. O primeiro acompanha as principais frentes de investigação dos diferentes setores do Instituto; o segundo examina as condições concretas da produção científica, entre as quais a infraestrutura, o financiamento, as mediações institucionais e as relações estabelecidas com outros centros. A produção de conhecimento é, assim, considerada em sentido amplo, incluindo expedições, relatórios técnicos, coleções, publicações, eventos e intercâmbios.

As primeiras propostas de investigação foram apresentadas à Reitoria em dezembro de 1961, durante a reunião de fundação do Instituto. Câmara Cascudo, pelo Departamento de Etnografia Geral, sugeriu um estudo sobre as “áreas de cultura do estado”, assinalando que a sua abrangência temática e territorial exigiria vários anos de trabalho. Veríssimo de Melo, responsável pela Subsecção de Folclore, propôs investigar a “ecologia do pescador norte-rio-grandense”, enquanto Cabral de Carvalho, à frente do Departamento de Antropologia Física, indicou o estudo da possível existência de sambaquis no litoral do Rio Grande do Norte. Nivaldo Monte, então vinculado ao setor de Genética, não apresentou uma proposta específica para o período.²¹⁰

Estas propostas não foram formalizadas em planos de trabalho detalhados, e a ata não permite falar num programa integrado de investigação. Mostra, contudo, que,

²¹⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1961. “Ata da Fundação do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte”, 19 de dezembro de 1961. Livro de Atas. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

desde a fundação, coexistiam no IA agendas voltadas para o estudo do território e das populações do Rio Grande do Norte, nas quais o trabalho de campo ocupava um lugar importante.²¹¹ Foi no Departamento de Antropologia Física que algumas dessas primeiras iniciativas adquiriram continuidade já em 1962

3.2.1 Antropologia física: trabalho de campo, laboratório e diversificação metodológica

A antropologia física constituiu uma das primeiras frentes de investigação desenvolvidas de forma continuada no Instituto e esteve estreitamente associada à atuação de José Nunes Cabral de Carvalho. Ao longo da década de 1960, as atividades passaram pela procura de remanescentes humanos em contextos arqueológicos e históricos, pela constituição e análise de coleções osteológicas, pela realização de estudos somatométricos com populações vivas e, posteriormente, pela tentativa de incorporar a genética humana. Este percurso não correspondeu a uma simples expansão linear: envolveu mudanças nos objetos de estudo, nos métodos utilizados e na própria organização institucional da área.

Os primeiros esforços concentraram-se no estudo da possível existência de sambaquis no litoral do Rio Grande do Norte, tema apresentado por Cabral de Carvalho entre as propostas de investigação de dezembro de 1961. Para transformar essa hipótese em frente de trabalho, o Instituto procurou reunir bibliografia especializada, para orientar uma frente de trabalho que ainda se encontrava em formulação. Em junho do ano seguinte, solicitou ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), sediado no Paraná, os tomos V, VI, VII, IX e XI dos *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, considerados relevantes para a investigação desses sítios.²¹²

²¹¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. "Ata da Fundação do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte". 1961.

²¹² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 12/62 para o Diretor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas ", 12 de junho de 1962 [Assunto: Solicitação de envio de publicação "Arquivos de Biologia e Tecnologia"]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

As publicações requisitadas foram recebidas pelo Instituto de Antropologia em 11 de setembro de 1962, conforme registado no documento interno: Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 64/62 do Diretor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas ", 11 de

Segundo um relato posterior de Veríssimo de Melo a Vingt-un Rosado, a hipótese remontava a uma observação feita por Câmara Cascudo, nos anos 1950, no município de Canguaretama, cerca de 90 quilômetros a sul de Natal, e posteriormente comunicada a Cabral de Carvalho (Rosado 2001b, 30). Os sambaquis ocupavam, nesse período, um lugar importante na arqueologia brasileira. Formados por acumulações de conchas, restos faunísticos e, em alguns casos, remanescentes humanos, estes sítios constituíam fontes para o estudo da ocupação pré-histórica do litoral por grupos de caçadores, coletores e pescadores e podiam também desempenhar funções funerárias (Gaspar 2000, 8–9).

Cabral trazia experiência anterior neste domínio. Durante a década de 1950, desenvolvera atividades no Museu Nacional, sob a orientação de Luiz de Castro Faria, relacionadas com a análise de remanescentes osteológicos provenientes do Sambaqui da Cabeçuda. Esta experiência proporcionara-lhe familiaridade com procedimentos de exame osteológico e com os debates sobre a ocupação pré-histórica do litoral brasileiro (Veloso Junior 2021, 246).

As investigações realizadas no Rio Grande do Norte não produziram evidências conclusivas da existência de sambaquis, embora a hipótese não tenha sido imediatamente abandonada. Paralelamente, Cabral passou a concentrar maior atenção na procura e na análise de remanescentes humanos provenientes de contextos arqueológicos e históricos. Este deslocamento não separou a antropologia física do trabalho arqueológico: a identificação de sítios, as escavações e o registo dos vestígios constituíam meios de obtenção dos materiais que seriam posteriormente analisados no Instituto.

A arqueologia não constituía, contudo, uma única frente de trabalho no IA. Nas investigações dirigidas por Cabral de Carvalho, a procura de remanescentes humanos implicava a identificação de sítios, a realização de escavações e o registo dos vestígios materiais encontrados em diferentes regiões do estado. Os procedimentos arqueológicos eram, nesse contexto, mobilizados como meio de acesso à evidência

setembro de 1962 [Assunto: Recebimento de publicações requisitadas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

osteológica e de constituição de um acervo destinado ao estudo do chamado “homem potiguar”. No Departamento de Antropologia Cultural, por sua vez, as atividades incidiam sobretudo sobre inscrições rupestres, artefactos e tradições orais, embora essas frentes de investigação não estivessem inteiramente separadas. Foi nessa articulação entre trabalho de campo, vestígios materiais e análise osteológica que se desenvolveu a investigação da Serra do Ronco.

Em 1962, a chamada “Pedra dos Ossos”, localizada na Serra do Ronco, no município de São Tomé, tornou-se a primeira grande frente empírica da antropologia física no Instituto. Tratava-se de uma gruta aberta num afloramento granítico, associada a uma tradição oral segundo a qual o local teria servido de abrigo a grupos indígenas identificados como Cariri e, posteriormente, de espaço de deposição dos seus corpos após um alegado massacre ocorrido no século XVII. O relato despertou o interesse de Cabral de Carvalho, que considerou a possibilidade de investigar práticas funerárias e recolher remanescentes humanos atribuídos às populações indígenas do Rio Grande do Norte (Carvalho 1964a, 35–39).



Figura 21 - Antônio Campos e Silva e José Nunes Cabral de Carvalho na jazida osteológica da Serra do Ronco, São Tomé, Rio Grande do Norte. Expedição do Instituto de Antropologia, 2 de junho de 1962.

Fonte: Fotografia de João Luís de França Filho (Departamento de Fotografia da UFRN), acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC).

Para verificar *in loco* os indícios associados a essa tradição oral,²¹³ o Instituto organizou, em junho de 1962, a sua primeira expedição científica de observação e investigação, coordenada pelo Departamento de Antropologia Física.²¹⁴ Participaram da missão os quatro fundadores do IA — Cabral de Carvalho, Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo e Nivaldo Monte —, além do paleontólogo Antônio Campos e Silva e do fotógrafo da UFRN, João Luís de França Filho.²¹⁵

Apesar da precariedade da infraestrutura disponível e da ausência de uma equipa técnica de apoio mais ampla, a expedição resultou na recolha de ossadas humanas em camadas superficiais do subsolo. Esses remanescentes constituíram o núcleo inicial do acervo osteológico do Instituto e forneceram material para as primeiras análises conduzidas por Cabral de Carvalho.²¹⁶

A análise do material recolhido exigia condições laboratoriais compatíveis com os procedimentos de antropometria e osteometria então mobilizados por Cabral. Nesse contexto, a estruturação do Laboratório de Antropometria ganhou prioridade. A Reitoria autorizou a importação de equipamentos especializados, entre os quais craniômetros, goniômetros, palatômetros e mesas osteométricas, descritos no catálogo da firma suíça Siber Hegner & Co. Ltd.²¹⁷ A aquisição desses instrumentos indica o esforço de dotar o Instituto de uma infraestrutura técnica adequada às análises previstas.

A implantação do laboratório articulava, assim, a constituição do acervo osteológico às práticas de mensuração corporal e análise morfológica características da antropologia física biométrica, então marcadas por procedimentos comparativos e classificatórios (Gonçalves, Maio e Santos 2012, 674–676). Os instrumentos não eram apenas auxiliares técnicos: materializavam uma forma específica de produzir

²¹³ Luís da Câmara Cascudo. "Pedra dos Ossos na Serra do Ronca," *Diário de Natal* (Natal), 11 de junho de 1962, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

²¹⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 1/62 para o vice-Reitor da UFRN José Cavalcanti Melo", 23 de maio de 1962 [Assunto: Requisitar transporte para viagem de pesquisa]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²¹⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 2/62 para o Reitor da UFRN", 1 de junho de 1962 [Assunto: Despesas de alimentação para visita de observação à Gruta do Ronca]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²¹⁶ Veríssimo de Melo. "Gruta do Ronca," *Tribuna do Norte* (Natal), 5 de junho 1962, 3.

²¹⁷ Siber Hegner & Co. Ltd. 1949. *GPM Anthropological Instruments*. Zurique: Siber Hegner & Co. Ltd. Acesso digital via National Library of Australia (NLA).

conhecimento sobre os remanescentes humanos, baseada na medição, na comparação e na classificação. Nesse sentido, o laboratório tornou-se parte central da passagem entre a recolha de campo e a transformação dos vestígios em dados científicos.

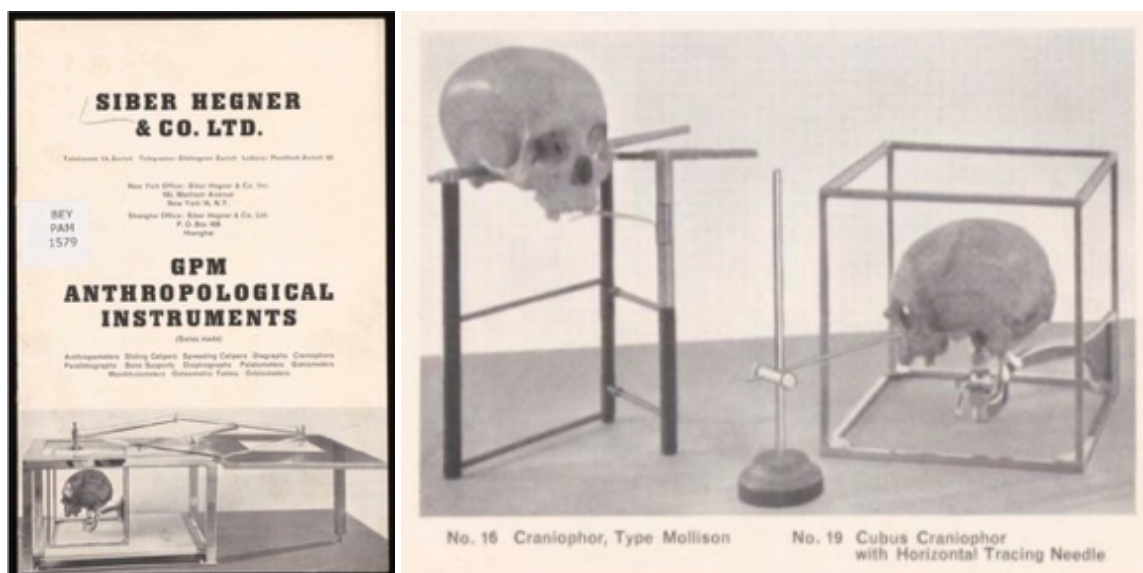


Figura 22 - À esquerda, catálogo da empresa suíça Siber Hegner & Co. Ltd.; à direita, cranióforo de Mollison, nº 16 ou nº 18 Combination Instrument, e cranióforo cúbico, nº 19, ambos fabricados pela Siber Hegner & Co. Ltd. Instrumentos solicitados para o Laboratório de Antropometria do Departamento de Antropologia Física do Instituto de Antropologia.

Fonte: imagens adaptadas de GPM Anthropological Instruments [catálogo], Siber Hegner & Co. Ltd., 1949.

Acervo: National Library of Australia (NLA) (Special Collections Reading Room)

Ainda em 1962, o Instituto realizou novas expedições à Serra do Ronco. Numa delas, a equipa recolheu um esqueleto completo, posteriormente encaminhado ao IA para análise.²¹⁸ O relatório elaborado por Cabral de Carvalho sistematizou as conclusões preliminares da investigação e questionou a interpretação corrente sobre a Pedra dos Ossos como local de sepultamento primário ou como evidência de massacre indígena. A partir do exame dos remanescentes, Cabral concluiu tratar-se de um depósito secundário, composto por peças anatómicas pertencentes a diferentes indivíduos e faixas etárias, sem indícios de mutilação.²¹⁹

²¹⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Relatório das Atividades do Instituto de Antropologia no Exercício de 1962 (Resumo) e Plano de Trabalho para 1963". 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²¹⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Relatório da Primeira Expedição que o Instituto de Antropologia realizou durante o dia 2 de Junho de 1962", 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A missão produziu ainda dois relatórios técnicos complementares. Antônio Campos e Silva descreveu a morfologia, a geologia e a litologia da área, oferecendo uma caracterização da formação rochosa conhecida como Pedra dos Ossos.²²⁰ Nivaldo Monte, por sua vez, examinou os aspetos fitogeográficos da região, com ênfase na sua composição botânica.²²¹ Considerados em conjunto, estes documentos constituem uma das primeiras produções sistemáticas do Instituto baseadas em trabalho de campo e mostram como a investigação da jazida mobilizou competências de antropologia física, geologia, botânica e geografia.

A experiência da Serra do Ronco definiu, portanto, uma articulação que se tornaria recorrente nas atividades do Departamento de Antropologia Física: deslocamento ao campo, recolha de vestígios, documentação fotográfica, elaboração de relatórios especializados, incorporação de materiais ao acervo e análise laboratorial. A sua importância não reside apenas no carácter inaugural da expedição, mas no modo como vinculou, desde o início, a produção científica do IA à formação de coleções e à criação de condições materiais para o seu estudo.

No ano seguinte, o Departamento de Antropologia Física ampliou as suas frentes de investigação e passou a atuar em contextos distintos. Em 1963, retomou a procura de um possível sambaqui às margens do rio Curimataú, no município de Canguaretama, e realizou escavações no antigo cemitério de Coitezeira, em Pedro Velho.²²² Enquanto estas iniciativas mantinham o interesse na localização e análise de remanescentes humanos, uma nova frente de trabalho começou a dirigir-se para o estudo de populações vivas, voltados à identificação de variações biológicas, padrões de miscigenação e características morfológicas específicas de determinados grupos

²²⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Serra do Ronco: Relatório, Junho de 1962", 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²²¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Aspectos Fitogeográfico da Região do Ronco", 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²²² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. "Plano de Trabalho para 1963", 1963. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

sociais. Em Caraúbas, o Instituto iniciou a investigação de uma comunidade rural relativamente isolada, com particular atenção aos padrões de endogamia.²²³

Nos anos seguintes, estas duas vertentes, o estudo de remanescentes humanos e a investigação de populações contemporâneas, passaram a coexistir nas atividades do Departamento. Prosseguiram as análises osteométricas dos materiais provenientes da Pedra dos Ossos,²²⁴ ao mesmo tempo que se desenvolveram pesquisas baseadas em medições somatométricas, registos fotográficos e outras formas de documentação corporal. Na Penitenciária Estadual, foram realizadas medições e produzidos registos visuais de tatuagens e outras marcas corporais.²²⁵

Entre as investigações com populações vivas, destacou-se o estudo dos chamados “Caboclos de Cachoeira”, em Caraúbas. O trabalho envolveu a recolha de dados físicos, registos fotográficos e fílmicos e informações sobre condições socioeconómicas e práticas culturais (Carvalho 1964b, 33–40).²²⁶ A pesquisa procurava, assim, caracterizar o grupo por meio de diferentes tipos de informação, ultrapassando a descrição exclusivamente morfológica.

Esta diversidade documental não deve, contudo, ser tomada automaticamente como evidência de uma metodologia plenamente integrada. As fontes mostram a recolha simultânea de dados corporais, visuais, socioeconómicos e culturais, mas nem sempre permitem determinar de que modo essas informações foram articuladas na análise. O que se pode observar com maior segurança é um alargamento do repertório

²²³ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Ofícios nº 264/63 (1º out.), 286/63 (19 nov.) e 305/63 (18 dez.) de 1963, dirigidos ao Reitor da URN e ao Prefeito de Caraúbas. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²²⁴ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Ofícios nº 115/64 e 116/64, ambos de 1º de outubro de 1964, dirigidos ao Reitor da URN. [Assunto: Encaminhamento de requerimentos de pagamento de Therezinha Wanderley de Sá Leitão e Leon Diniz Dantas de Oliveira por serviços prestados em estudo osteométrico sobre material da Serra do Ronco]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²²⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício s/n, para Professor Onofre Lopes da Silva, Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte”. 15 de maio 1965. [Assunto: Solicita autorização para fotógrafo Luiz de França Filho prestar serviços de documentação de pesquisa sobre tatuagens em detentos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²²⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício 09/64, Diretor do Instituto de Antropologia para Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte”. 14 de janeiro de 1964. [Assunto: Solicitação de verba e veículo para pesquisa em Caraúbas e cobertura da festa de São Sebastião]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

empírico do Departamento, que passou a combinar o estudo de remanescentes humanos com investigações dirigidas a populações contemporâneas.

A ampliação destas frentes dependeu da participação dos pesquisadores auxiliares formados pelo próprio Instituto. Leon Diniz Dantas de Oliveira, Therezinha Wanderley de Sá Leitão, José Crispim e Francisco Renato de Sá e Benevides Filho participaram na recolha, medição, análise e registo dos dados produzidos em campo e no laboratório.²²⁷ A sua atuação ajuda a compreender como o Departamento conseguiu manter simultaneamente diferentes pesquisas, apesar do número reduzido de investigadores mais experientes.

A diversificação das investigações foi acompanhada pela circulação de alguns dos primeiros resultados. Nos *Arquivos do Instituto de Antropologia*, Cabral de Carvalho publicou a *Nota prévia sobre a jazida osteológica da Pedra dos Ossos* (Carvalho 1964a, 35–39) e a *Nota prévia sobre a endogamia no grupo isolado dos caboclos* (Carvalho 1964c, 29–34). Como a própria designação indicava, estes textos apresentavam resultados preliminares de investigações ainda em curso, permitindo acompanhar a passagem dos dados recolhidos no campo e analisados no Instituto para a sua publicação.

À medida que os estudos com populações vivas ganharam espaço, a genética humana começou também a adquirir maior importância nos planos do Instituto. A ausência de um especialista nesta área levou Cabral de Carvalho a procurar oportunidades de formação externa para um dos pesquisadores auxiliares, abrindo uma nova etapa na trajetória da antropologia física do IA. O principal nome associado a esse esforço foi Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, cuja qualificação passou a ser orientada para a interface entre antropologia e genética.

Entre 1963 e 1966, Cabral procurou diferentes instituições brasileiras que pudessem receber Francisco Renato. As primeiras iniciativas envolveram a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio de contactos com Cora de M. Pedreira e Thales de

²²⁷ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Ofícios nº 113/64 a 116/64, todos de 1º de outubro de 1964, dirigidos ao Reitor da URN. [Assunto: Encaminhamento de requerimentos de pagamento de Therezinha Wanderley de Sá Leitão, Leon Diniz Dantas de Oliveira, José Crispim e Francisco Renato de Sá e Benevides Filho por serviços prestados em estudos osteométricos e osteológicos sobre material da Serra do Ronco]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Azevedo.²²⁸ Posteriormente, dirigiu-se a Warwick Estevam Kerr, chefe do Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.²²⁹ As negociações concentraram-se, por fim, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde Francisco Salzano desenvolvia investigações em genética de populações, incluindo estudos sobre populações indígenas e mestiças²³⁰.

A correspondência de Cabral mostra a insistência com que procurava assegurar essa formação. Em carta de 1965 a Salzano, escreveu:

Sr. Professor, tenho recorrido a todos quantos no Brasil que se dedicam à genética humana, menos V. Excia. E, exatamente, vem de Ribeirão Preto a indicação do nome do Prof. Salzano como príncipe dos geneticistas brasileiros, no momento. (...) Necessito urgentemente de mandar para o seu Laboratório o meu Pesquisador Auxiliar.²³¹

Em 1966, Francisco Renato foi aceite no laboratório de Salzano, na UFRGS. A sua formação representava uma tentativa de incorporar ao Instituto competências que não estavam disponíveis localmente, num momento em que a genética de populações adquiria crescente importância na antropologia biológica. Os estudos da variabilidade genética e das dinâmicas populacionais vinham ampliando as possibilidades de investigação sobre a diversidade biológica humana, sem que isso significasse o desaparecimento imediato das abordagens morfológicas e métricas anteriormente dominantes (Vega et al. 2022, 7; Gaspar Neto 2017, 520).

²²⁸ Instituto de Antropologia da UFRN (IA). Cartas de 19 dez. 1963 e 14 jan. 1964, dirigidas à Dr^a Cora de M. Pedreira (Laboratório de Genética Humana) e ao Prof. Thales Azevedo (Universidade da Bahia). [Assuntos: Solicitação de apoio para capacitação em Genética Humana, bolsas de estudo e estágio em laboratório de Ciências Sociais com ênfase em sorologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²²⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Carta para Dr. Francisco Salzano”. 6 de março de 1965. [Assunto: Pedido de estágio em genética para Francisco Renato de Sá e Benevides Filho]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²³⁰ Instituto de Antropologia da UFRN. 1965–1966. Cartas do Diretor Cabral ao Prof. Francisco M. Salzano (8 fev. 1966; 26 maio 1966); “Relação dos Professores e Pesquisadores Auxiliares do I.A. Câmara Cascudo” (24 fev. 1966). Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²³¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Carta para Dr. Francisco Salzano”. 6 de março de 1965. [Assunto: Pedido de estágio em genética para Francisco Renato de Sá e Benevides Filho]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Nos planos de Cabral, a formação de Francisco Renato estava também relacionada com a possibilidade de desenvolver atividades de genética humana no próprio Instituto. Em 1966, uma proposta de reorganização do Departamento de Antropologia Física previa três secções: Craniometria, Antropometria e Genética.²³² A estrutura projetada é reveladora porque reunia, numa mesma unidade, métodos morfológicos e métricos de longa duração e uma área então em expansão.

Esta coexistência recomenda cautela diante de uma narrativa linear de substituição de paradigmas. Como mostra Gaspar Neto (2017, 522), a antropologia biológica no Brasil continuou, durante décadas, a reunir estudos morfológicos e investigações de genética de populações, embora estas últimas adquirissem crescente projeção. No IA, a incorporação da genética não eliminou a craniometria nem a antropometria; acrescentou uma nova frente a práticas já instaladas no laboratório e nas investigações de campo.

O percurso de Francisco Renato mostra, assim, como a diversificação metodológica do Departamento dependeu da circulação de pesquisadores auxiliares por centros externos de formação. Mais do que uma simples atualização terminológica, a introdução da genética exigia novas competências, interlocutores especializados e condições institucionais para desenvolver uma área que o Instituto ainda não dominava localmente.

A incorporação da genética aos planos do Instituto antecedeu uma reorganização mais ampla da sua estrutura científica. Em 1970, o antigo Departamento de Antropologia Física foi desmembrado em duas unidades: o Departamento de Antropologia Biológica, coordenado por José Crispim, e o Departamento de Genética, dirigido por Francisco Renato de Sá e Benevides Filho.²³³ A separação conferia autonomia

²³² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício 059/66, Diretor do Instituto de Antropologia "Câmara Cascudo" para Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte". 16 de junho de 1966. [Assunto: Encaminha exposição de motivos para mudança de nome do Instituto para Instituto de Ciências Naturais com Esboço de Organograma para o Instituto de Ciências Naturais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²³³ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1967. "Ata da 24ª Reunião da Congregação de Professores sobre a estruturação dos departamentos," 12 de junho de 1967, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

administrativa à genética, cuja implantação vinha sendo preparada desde a década anterior por meio da formação especializada de Francisco Renato.

A adoção da designação “Antropologia Biológica” ocorreu num período de transformações mais amplas da disciplina e de crescente importância das abordagens populacionais. A mudança de nomenclatura, por si só, não permite concluir pela substituição dos métodos anteriormente praticados no IA. Como mostram a permanência das atividades antropométricas e osteométricas e a própria coexistência com o novo Departamento de Genética, diferentes abordagens continuaram a integrar a estrutura científica da instituição.

A reorganização de 1970 atingiu também outras áreas. A antiga Seção de Geologia e Paleontologia deu origem aos Departamentos de Paleontologia e de Geologia, ficando o primeiro sob a chefia de José Nunes Cabral de Carvalho²³⁴. Estas mudanças prolongavam um processo de redistribuição de pessoal iniciado nos anos anteriores. Em 1966, Therezinha Leitão havia sido transferida para as áreas de Paleontologia e Malacologia, enquanto Leon Diniz Dantas de Oliveira passara a atuar em Mastozoologia.²³⁵

A partir desse período, Cabral afastou-se gradualmente das investigações em antropologia física e concentrou-se sobretudo na paleontologia. O redirecionamento foi acompanhado pelo desenvolvimento de colaborações com o Museu Nacional e pela aprovação de dois projetos financiados pelo CNPq. Ao mesmo tempo, a direção das áreas anteriormente reunidas sob a Antropologia Física passou a ser exercida por José Crispim e Francisco Renato.

A reorganização não significou, portanto, o desaparecimento das investigações sobre a diversidade biológica humana, mas uma mudança na sua distribuição institucional. A trajetória iniciada sob a direção de Cabral passou, no início da década de

²³⁴ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. "Ata da 24ª Reunião da Congregação de Professores sobre a estruturação dos departamentos". 1967.

²³⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício 023/66 para Estevildo Antunes dos Santos". 24 de fevereiro de 1966. [Assunto: Relação dos Professores e Pesquisadores Auxiliares do I.A]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

1970, a assentar em unidades distintas e na atuação de investigadores que haviam ingressado no IA como pesquisadores auxiliares. A história da antropologia física no Instituto revela, assim, não apenas mudanças de objetos e métodos, dos remanescentes osteológicos aos estudos com populações vivas e à genética, mas também uma transformação na composição e na direção das equipas responsáveis pela continuidade dessas investigações.

3.2.2 Antropologia cultural e arqueologia: entre as práticas culturais regionais e as redes de colaboração científica

As atividades do Departamento de Antropologia Cultural desenvolveram-se em torno de objetos e procedimentos distintos dos examinados na subseção anterior, embora também articulassem trabalho de campo, produção de registos, constituição de coleções e publicação de resultados. Sobretudo a partir de 1962, as investigações abrangeram manifestações da cultura popular, religiosidades, práticas terapêuticas, etnografia indígena e inscrições rupestres. A arqueologia, inicialmente ligada a levantamentos e estudos desenvolvidos por integrantes do próprio Instituto, adquiriria posteriormente maior especialização por meio da formação externa da equipa e da participação em programas de cooperação.

Como analisado na secção anterior, as propostas iniciais de Câmara Cascudo e Veríssimo de Melo atribuíram lugar relevante ao estudo da cultura popular. A partir de 1962, sob a coordenação de Veríssimo, o Departamento de Antropologia Cultural passou a desenvolver atividades de registo e recolha relacionadas com manifestações populares e indígenas do Rio Grande do Norte.²³⁶ Por meio do Setor de Cultura Popular, foram realizadas gravações sonoras e outros registos etnográficos de folguedos e manifestações tradicionais, com a colaboração de Oswaldo Câmara de Souza, chefe do

²³⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício 21/62 para o Reitor da UFRN”. 13 de julho de 1962. [Assunto: Aquisição de material e viagem de coleta para o Museu de Antropologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

escritório local do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),²³⁷ e do artista Newton Navarro.

Estava também prevista a criação de uma série editorial intitulada *Cadernos de Cultura Popular*, destinada à divulgação dos resultados das investigações por meio de textos literário-musicais e ilustrações a bico de pena²³⁸. Não foram encontrados indícios da sua publicação como série regular. Parte do material, contudo, circulou noutros suportes. Em 21 de dezembro de 1963, o jornal *A Ordem* publicou um suplemento especial sobre os folguedos populares de Natal, reunindo textos de Veríssimo de Melo e ilustrações de Newton Navarro, Iaponi Araújo e Tarcísio Motta.²³⁹



Figura 23 - Suplemento especial do jornal *A Ordem* com o título *Folgedos Populares do Natal*, com texto de Veríssimo de Melo e ilustrações de Newton Navarro, Iaponi Araújo e Tarcísio Motta.

Fonte: *A Ordem (Natal)*, 21 de dezembro de 1963, 7. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

²³⁷ Órgão brasileiro criado em 1937, responsável pela identificação e preservação do patrimônio cultural do Brasil. O SPHAN foi substituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970, que continua a desempenhar a função de proteger os bens culturais do país.

²³⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício 58/62 do Departamento de Cultura Popular para o Reitor da UFRN”. 4 de setembro de 1962. [Assunto: Atividades, planos e orçamento do Departamento de Cultura Popular]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²³⁹ “Folgedos Populares do Natal”. *A Ordem (Natal)*, 21 de dezembro de 1963, 7. Hemeroteca Digital Brasileira.

A documentação das manifestações populares foi acompanhada pela formação de coleções. Em julho de 1962, Veríssimo de Melo coordenou expedições etnográficas a municípios do interior do Rio Grande do Norte, das quais resultaram a recolha e a aquisição de mais de 160 artefactos incorporados no então Museu de Cultura Popular do Instituto²⁴⁰. Estas atividades associavam a investigação de campo à constituição de um acervo destinado ao estudo e à apresentação das práticas documentadas.

As coleções ultrapassaram, contudo, o âmbito estadual. Em viagens a Belém e Manaus, Veríssimo reuniu também artefactos indígenas que ampliaram a proveniência geográfica e a diversidade dos materiais conservados pelo Instituto. A formação do acervo não resultava, portanto, de uma única modalidade de recolha: expedições realizadas pelo IA, aquisições e viagens individuais dos seus investigadores contribuíam para reunir materiais de origens e contextos distintos.²⁴¹

Estas primeiras atividades mostram que, no Departamento de Antropologia Cultural, a produção de conhecimento se articulava estreitamente com a criação de registos e coleções. Gravações, fotografias, textos, desenhos e artefactos não constituíam apenas resultados acessórios das investigações: formavam parte do conjunto documental a partir do qual as manifestações culturais eram estudadas, publicadas e incorporadas na materialidade institucional do IA.

Estas atividades desenvolveram-se num período de expansão e diferenciação institucional da antropologia no Brasil. Entre as décadas de 1950 e 1960, a disciplina ampliou a sua presença universitária e afirmou campos de investigação como a etnologia indígena, os estudos de comunidades e as culturas populares, acompanhados por uma valorização crescente do trabalho de campo e da produção sistemática de documentação empírica (Leite 2015, 138–39; Pinto 2020, 69, 100–03; Cardoso de Oliveira

²⁴⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 26/62 para o Reitor da UFRN. 25 de julho de 1962. [Assunto: Relatório de viagem de coleta de material etnográfico]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁴¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Relatório das Atividades do Instituto de Antropologia no Exercício de 1962 (Resumo) e Plano de Trabalho para 1963", 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

1988, 113–15). Este contexto não permite, por si só, concluir que o IA seguia um programa disciplinar definido em escala nacional, mas ajuda a situar as suas atividades entre iniciativas contemporâneas que procuravam ampliar os objetos e os espaços institucionais da investigação antropológica.

Paralelamente, o estudo e a documentação das manifestações populares ganharam novas formas de organização institucional. A criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, integrou um conjunto mais amplo de iniciativas destinadas à investigação, divulgação e valorização dessas manifestações (Ferreira 2014, 14). As atividades desenvolvidas pelo IA no Rio Grande do Norte — recolhas, registros, formação de coleções e publicação de estudos — inseriam-se, assim, num período de crescente institucionalização dos estudos sobre a cultura popular.

No Instituto, estas práticas desdobraram-se, entre 1963 e 1964, em investigações dirigidas a manifestações religiosas e lugares de devoção no interior do Rio Grande do Norte. Sob a coordenação de Veríssimo de Melo, Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, Nássaro Nasser, Elizabeth Mafra Cabral e Raimundo Teixeira da Rocha participaram em expedições a municípios como Florânia e Patu²⁴². As atividades incluíram o registo de práticas devocionais e a recolha de ex-votos associados, entre outros cultos, à veneração de Nossa Senhora dos Impossíveis. Os materiais reunidos formaram um conjunto específico no acervo do Instituto e passaram a integrar as investigações sobre religiosidade popular.²⁴³

Nos dias 30 e 31 de dezembro de 1963, a equipa realizou também a filmagem da tradicional Festa dos Negros do Rosário, em Jardim do Seridó.²⁴⁴ O registo audiovisual

²⁴² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício 312/63, Diretor do Departamento de Antropologia Cultural do I.A. para Exmo. Sr. Prof. Onofre Lopes, Magnífico Reitor da U.R.N”. 11 de julho de 1963. [Assunto: Relatório de viagem a Florânia e coleta de peças da devoção popular de José Leão]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁴³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício 288/63, Diretor do Instituto de Antropologia da U.R.N. para Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, Professor Onofre Lopes da Silva” 26 de novembro de 1963. [Assunto: Encaminha relatório de viagem a Patu sobre devoção popular de Nossa Senhora dos Impossíveis]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁴⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício 309/63, Diretor do Instituto de Antropologia da U.R.N. para Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do

ampliou os tipos de documentação produzidos nas atividades de campo, permitindo fixar imagens da celebração e das práticas observadas. Fotografias, gravações e filmes juntavam-se, assim, aos objetos e às notas de campo entre os materiais reunidos pelas investigações etnográficas.

Em 1964, parte dos resultados destas atividades circulou em estudos dedicados à religiosidade popular e às tradições afro-brasileiras. Entre eles encontravam-se a análise da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Melo 1964a, 7–16), a investigação das devoções no Santuário de Nossa Senhora dos Impossíveis (Melo 1964b, 17–22) e o estudo da tradição em torno da Capela de Zé-Leão, em Florânia (Melo 1964c, 23–28). Ilustrados com fotografias, transcrições musicais e desenhos, estes trabalhos reuniam materiais de diferentes naturezas produzidos ou recolhidos durante as investigações.

Nestes casos, a produção de conhecimento não se separava da formação de registos e coleções. As deslocações ao campo podiam resultar na recolha de objetos, na produção de documentação visual e sonora e, posteriormente, na publicação de estudos. Esta articulação, embora assumisse formas distintas em cada investigação, mostra como o Departamento de Antropologia Cultural transformava materiais reunidos no terreno em documentação, acervo e produção escrita.

Em 1964, as investigações do Departamento de Antropologia Cultural abrangeram também práticas religiosas afro-brasileiras em Natal. Elizabeth Mafra Cabral, Nássaro Nasser e Raimundo Teixeira da Rocha participaram no mapeamento de terreiros de candomblé e na recolha de informações e artefactos rituais, parte dos quais foi incorporada nas coleções do Instituto.

A constituição deste acervo, contudo, não resultou apenas das atividades de campo. A documentação indica que objetos afro-religiosos chegaram também ao Instituto por meio de apreensões realizadas por órgãos policiais. Esta proveniência exige distinguir os materiais recolhidos no âmbito da investigação daqueles que haviam sido

Norte, Professor Onofre Lopes da Silva” 27 de dezembro de 1963. [Assunto: Comunica sobre viagem cultural ao município de Jardim do Seridó para filmagem da Festa dos Negros do Terço]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

retirados dos seus contextos religiosos por ação repressiva antes de ingressarem na instituição.

A circulação destes objetos pelos circuitos policiais deve ser compreendida no quadro mais amplo da repressão histórica às religiões afro-brasileiras. Desde o Código Penal de 1890, práticas religiosas foram criminalizadas sob acusações como “curandeirismo” e “espiritismo”, e objetos sagrados foram apreendidos e utilizados como provas de crime, vindo alguns deles posteriormente a integrar coleções museológicas (Mãe Meninazinha de Oxum et al. 2021, 77–78). A incorporação destes materiais no acervo do IA não elimina, portanto, as circunstâncias da sua retirada dos contextos de origem. Pelo contrário, a sua trajetória entre espaços religiosos, instituições policiais e coleções científicas constitui parte da história dos próprios objetos e das condições em que o acervo foi formado.

No mesmo ano, o Departamento dirigiu a atenção para outro domínio das práticas e dos conhecimentos locais: o comércio e o uso de plantas medicinais nos espaços urbanos de Natal. As fontes referem os chamados “herbanários”, comerciantes que atuavam em feiras e mercados, entre os quais os do Alecrim e das Rocas.²⁴⁵ As investigações procuraram documentar os conhecimentos associados às plantas, os modos de classificação e circulação dos produtos e as concepções de cura presentes nestes espaços.

Por meio de entrevistas com raizeiros e curandeiros, o Instituto reuniu informações sobre fórmulas transmitidas oralmente, relações entre vendedores e consumidores e critérios associados à experiência e à reputação dos praticantes.²⁴⁶ Diferentemente das investigações centradas sobretudo na recolha de artefactos, estes estudos produziam documentação sobre conhecimentos, classificações e práticas que

²⁴⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964 “Ofício 117/64 para o reitor Onofre Lopes”. 1 de outubro de 1964. [Assunto: Requerimento de pagamento à Elizabeth Mafra Cabral por serviços prestados efetuando pesquisa sobre o herbanário das férias e mercados de Natal]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁴⁶ Furtado, Albimar. “Farmacopéia popular, ou de como curar hemorragias com rabo de tatu”. *O Poti* (Natal), 01 de setembro de 1974, 22. Hemeroteca Digital Brasileira.

dependiam em grande medida do registo das informações fornecidas pelos próprios interlocutores.

Consideradas em conjunto, as investigações sobre devoções, terreiros e práticas terapêuticas mostram a diversidade dos materiais produzidos ou reunidos pelo Departamento de Antropologia Cultural: objetos, fotografias, filmes, gravações, entrevistas e textos. As trajetórias desses materiais, contudo, eram distintas e não devem ser reunidas sob uma narrativa homogênea de “recolha” ou “preservação”. Enquanto alguns resultavam diretamente das atividades de campo, outros, como parte dos objetos afro-religiosos, chegaram ao Instituto depois de passarem por circuitos institucionais de repressão. A história da produção científica do IA cruza-se, assim, com a própria história da formação e da proveniência das suas coleções.

Até este momento, as investigações examinadas concentraram-se sobretudo no Rio Grande do Norte. A partir de meados da década de 1960, porém, a trajetória de Raimundo Teixeira da Rocha ampliou a escala geográfica da atuação etnográfica associada ao Instituto, primeiro com a participação na Expedição Xavantina–Cachimbo e, posteriormente, com as investigações entre os Tikuna do Alto Solimões.

Em 1965, o pesquisador auxiliar participou na Expedição Xavantina–Cachimbo, articulada pela Fundação Brasil Central (FBC) no âmbito dos projetos de ligação terrestre entre o Centro-Oeste e a Amazônia.²⁴⁷ A expedição acompanhava a abertura de uma rota entre Xavantina, no Mato Grosso, e o Posto do Cachimbo, no Pará, e inseria-se nas políticas estatais de ocupação e integração territorial. Sob o vocabulário do “desbravamento-colonização”, a FBC estabeleceu convênios com universidades, instituições científicas e órgãos governamentais para reunir informações sobre solos, flora, fauna, geologia e populações indígenas das áreas atravessadas pelo projeto. Ciência, levantamento territorial e expansão das infraestruturas de comunicação encontravam-se, assim, articulados numa iniciativa que envolveu instituições como o

²⁴⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ofício 075/65 para o Reitor da UFRN, indicando servidor para pesquisa na expedição Xavantina-Posto do Cachimbó, 15 de maio de 1965, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; “Convênio para investigação na Amazônia”. *Diário de Natal*, 28 de junho de 1966, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.

CNPq, a Universidade de Brasília e o Ministério das Relações Exteriores (Cardoso 2018, 98–110; Haag 2015, 14–17).

No âmbito dessa operação, Raimundo Teixeira realizou investigações etnográficas junto de comunidades indígenas na região do rio Jauari, no Amazonas. As atividades incluíram o registo de rituais, a recolha de artefactos cerâmicos e de informações sobre práticas alimentares e terapêuticas, além da observação de outros aspetos da vida social.²⁴⁸ A experiência constituiu um antecedente importante das investigações que desenvolveria, a partir de 1968, entre os Tikuna do Alto Solimões.

Entre 1968 e 1973, Teixeira realizou expedições ao território Tikuna, na região de fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru. Segundo as fontes produzidas no período, as pesquisas procuravam examinar condições sociais, culturais e económicas e os processos então descritos pelo vocabulário antropológico da “aculturação”.²⁴⁹ A referência aos chamados “Tikuna aculturados” deve, portanto, ser entendida como uma categoria utilizada naquele contexto de investigação, e não como uma designação adotada pela presente tese.

A projeção pública dessa experiência aparece numa reportagem publicada pelo jornal *O Poti*, em 23 de setembro de 1973, sob o título “Ele pode falar: viveu com os índios e sabe de suas coisas”.²⁵⁰ O texto construía a autoridade de Teixeira a partir da experiência direta e prolongada no campo, destacando a convivência com os Tikuna como fundamento do conhecimento que lhe atribuía. Por se tratar de uma representação jornalística, a reportagem não deve ser tomada como prova objetiva do reconhecimento científico do investigador, mas permite observar como a experiência etnográfica era mobilizada publicamente na construção da sua imagem como especialista.

²⁴⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ofício 075/65 para o Reitor da UFRN, indicando servidor para pesquisa na expedição Xavantina-Posto do Cachimbó, 15 de maio de 1965, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁴⁹ Ana Maria Cocentino. “Ele pode falar: viveu com os índios e sabe das coisas”. *O Poti*, 23 de setembro de 1973, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.

²⁵⁰ Cocentino, “Ele pode falar”, 8.



Figura 24 - Reportagem “Ele pode falar: viveu com os índios e sabe de suas coisas”, publicada no jornal O Poti, em 23 de setembro de 1973. O texto, assinado por Ana Maria Cocentino, apresenta a trajetória de Raimundo Teixeira da Rocha e as suas investigações entre os Tikuna do Alto Solimões. As imagens mostram o pesquisador junto de artefactos indígenas posteriormente integrados nas coleções do Instituto de Antropologia da UFRN.

Fonte: O Poti, Natal, 23 set. 1973. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

De acordo com Teixeira, muitos dos dados recolhidos permaneciam ainda em análise em 1973. As investigações procuravam identificar padrões culturais, mudanças decorrentes do contacto interétnico e formas de permanência e transformação das

práticas observadas. Os materiais reunidos incluíam artefactos, máscaras, objetos cerimoniais e registos audiovisuais, posteriormente incorporados nas coleções do Setor de Antropologia Cultural.²⁵¹

A trajetória de Raimundo Teixeira mostra, assim, um alargamento da escala das atividades de campo desenvolvidas por um investigador formado no Instituto. Das primeiras pesquisas realizadas no Rio Grande do Norte, passou a integrar uma expedição de âmbito nacional e, depois, a desenvolver investigações continuadas no Alto Solimões. Essas experiências produziram não apenas dados e textos, mas também registos e coleções que ligaram o trabalho de campo realizado fora do estado à materialidade científica e museológica do IA.

Paralelamente às investigações etnográficas, o Instituto começou a desenvolver atividades arqueológicas de forma mais continuada. A partir de 1963, Elizabeth Mafra Cabral e Nássaro Nasser participaram em levantamentos de inscrições rupestres em diferentes regiões do Rio Grande do Norte. As expedições procuravam localizar, registrar e descrever conjuntos de gravuras e pinturas em rocha, posteriormente analisados em publicação dedicada a estes vestígios (Cabral e Nasser 1964, 91–114).

Essas primeiras atividades apoiavam-se nas competências disponíveis no próprio Instituto, num momento em que a equipa ainda não dispunha de formação especializada em arqueologia. A necessidade de ampliar os conhecimentos técnicos nesta área aproximou o IA de investigadores externos. Em 1963, Arthur Napoleão Figueiredo, da Universidade do Pará, ministrou no Instituto o Curso de Extensão Universitária sobre Arqueologia e Etnologia Brasileiras. Como analisado na subseção 3.1.3, a sua participação inseriu-se nas iniciativas de formação promovidas pelo IA e deu lugar a uma interlocução continuada com Cabral de Carvalho por meio de correspondência sobre escavação, classificação e conservação de materiais arqueológicos.²⁵²

²⁵¹ Cocentino, “Ele pode falar”, 8.

²⁵² Instituto de Antropologia da UFRN. 1964. “Carta de José Nunes Cabral de Carvalho a Napoleão Figueiredo”, 5 nov. 1964; idem, 22 jul. 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

No ano seguinte, a formação de Nássaro Nasser prosseguiu fora do Rio Grande do Norte. Em março de 1964, participou no seminário intensivo *Arqueologia e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas*, promovido pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná em parceria com a Fulbright Commission. Ministrado por Clifford Evans e Betty Meggers, da Smithsonian Institution,²⁵³ o curso reuniu onze participantes provenientes do Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Meggers 2007, 32).

O seminário concentrava-se no estudo de sítios cerâmicos e em procedimentos de investigação arqueológica que Evans e Meggers procuravam difundir entre os participantes. Segundo Meggers, a iniciativa respondia ao reduzido conhecimento então disponível sobre jazidas cerâmicas em comparação com a atenção dedicada aos sambaquis e aos abrigos sob rocha (Meggers 2007, 32). A participação de Nasser inseriu-o, assim, num programa de formação especializado e aproximou o Instituto de investigadores que atuavam em diferentes regiões do país.

O seminário teve início em 30 de março de 1964, com uma primeira etapa em Curitiba e a continuação das atividades no Museu de Arqueologia e Artes Populares, em Paranaguá. A relação com Evans e Meggers prolongou-se após o curso. Entre 30 de outubro e 22 de novembro daquele ano, os dois arqueólogos visitaram instituições ligadas aos participantes, incluindo o Instituto de Antropologia, em Natal.²⁵⁴

A passagem de Evans e Meggers pelo IA precedeu uma campanha arqueológica realizada, em novembro de 1964, no município de Vila Flor, destinada à investigação de jazidas cerâmicas.²⁵⁵ Prevista para quinze dias, a missão exigiu a organização de recursos

²⁵³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964 “Carta José Loureiro Fernandes, Diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade do Paraná para Professor José Nunes Cabral de Carvalho”. 16 de julho de 1964. [Assunto: Seminário sobre Arqueologia e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas com Clifford Evans e Betty Meggers; bolsa CAPES para Nássaro Antônio de Souza Nasser]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁵⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964 “Ofício 148/64. Diretor do Instituto de Antropologia da URN para Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, Professor Onofre Lopes da Silva”. 23 de novembro de 1964. [Encaminha prestação de contas de assistência a arqueólogos Clifford Evans e Betty Meggers]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁵⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício 173/64. Diretor do Instituto de Antropologia da URN para Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do

financeiros, transporte, equipamento e permanência da equipa no campo. Mais do que representar, por si só, uma etapa de “profissionalização”, a campanha mostra como a formação recebida por Nasser e os contactos estabelecidos ao longo daquele ano começaram a traduzir-se numa investigação arqueológica organizada pelo próprio Instituto.

A sequência entre os levantamentos de inscrições rupestres, a formação proporcionada por Arthur Napoleão Figueiredo, a participação de Nasser no seminário da Universidade do Paraná e a campanha de Vila Flor revela um processo gradual de especialização. A arqueologia não surgiu no IA como uma área plenamente estruturada: desenvolveu-se a partir de atividades de campo já existentes, da formação da equipa e da circulação de investigadores entre diferentes instituições. A criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), em 1965, ampliou esse processo ao integrar o Instituto numa estrutura cooperativa de maior duração.

Articulado pela Smithsonian Institution e pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), com participação do Museu Paraense Emílio Goeldi, o PRONAPA reuniu investigadores de diferentes regiões do Brasil em torno da formação técnica, da realização de pesquisas de campo e da circulação de dados e métodos arqueológicos (Meggers 2007, 35). A participação do Instituto de Antropologia no PRONAPA deu continuidade às relações estabelecidas com Clifford Evans e Betty Meggers desde o seminário de 1964. Nássaro Nasser integrou o programa como representante do IA, participando das atividades de investigação e dos encontros promovidos pela rede. A sua presença ligava, assim, o processo de formação iniciado no próprio Instituto a uma estrutura cooperativa de maior duração e alcance geográfico.

Os encontros do PRONAPA permitem acompanhar essa circulação. O primeiro realizou-se durante o 37.º Congresso Internacional de Americanistas, em Mar del Plata, em 1966; o segundo ocorreu em Belém, em 1968; o terceiro, em Lima, em 1970; e o último, na sede da Smithsonian Institution, em Washington, D.C., em 1973 (Meggers 2007, 31–46). Estes eventos reuniram participantes de diferentes instituições e

Norte, Professor Onofre Lopes da Silva”. 21 de dezembro de 1964. [Assunto: Solicita verba para pesquisa sistemática de jazida cerâmica de Vila Flor]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

proporcionaram espaços de discussão dos resultados e procedimentos adotados nas investigações desenvolvidas no âmbito do programa.

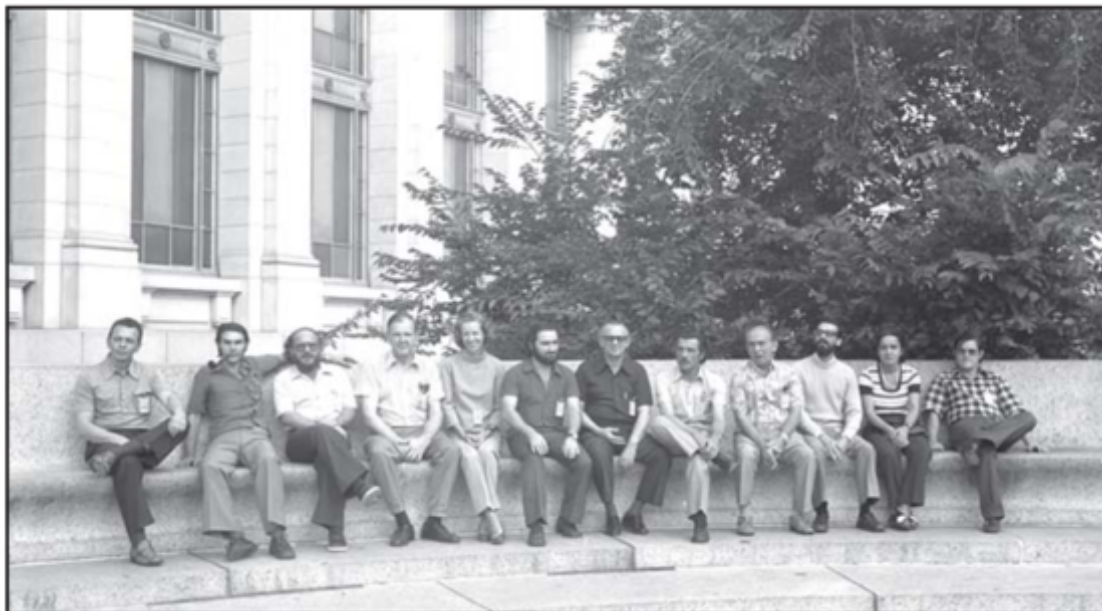


Figura 25 - Participantes do seminário final do PRONAPA, em Washington D.C., em 1973. Da esquerda para a direita: Miller, Chmyz, Násser, Evans, Meggers, Dias, Piazza, Rauth, Simões, Brochado, Maranca e Perota.

Fonte: Betty J. Meggers, “A contribuição do Brasil à interpretação da linguagem da cerâmica,” *Arqueologia*, Número especial 4 (2007): 41.

Para o IA, a participação no PRONAPA não representou o início da arqueologia, já praticada desde os levantamentos de inscrições rupestres e as campanhas anteriores. O programa deu maior continuidade a esse processo de especialização, articulando a formação de Nasser, as atividades de campo e a participação em encontros científicos a uma rede cooperativa de investigação. A arqueologia passou, assim, a dispor de relações externas mais estáveis do que aquelas estabelecidas por meio de cursos e visitas pontuais.

A trajetória de Nássaro Nasser sintetiza esse processo. Formado como pesquisador auxiliar no próprio Instituto, participou de levantamentos arqueológicos no Rio Grande do Norte, recebeu formação especializada no seminário de Evans e Meggers e integrou posteriormente o PRONAPA.²⁵⁶ O seu percurso mostra como a formação

²⁵⁶ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício 200/65 para o Vice-Reitor da UFRN”. 17 de novembro de 1965. [Assunto: Viagem de Nássaro de Souza Nasser para trabalhos arqueológicos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

interna, a circulação por outros centros e a participação em programas cooperativos podiam combinar-se na especialização dos quadros científicos do IA.

A antropologia cultural e a arqueologia seguiram, portanto, trajetórias distintas no interior do IA. A primeira ampliou progressivamente os objetos, os espaços e as formas de documentação das investigações etnográficas, enquanto a segunda adquiriu maior especialização por meio da formação da equipa e da integração em redes cooperativas de investigação. Em ambos os casos, a continuidade das atividades dependeu da combinação entre competências desenvolvidas no próprio Instituto e relações estabelecidas com outros investigadores e instituições. Longe de constituírem campos previamente estruturados, estas áreas foram sendo organizadas no decurso das próprias práticas de investigação.

3.2.3 Paleontologia e geociências: trabalho de campo, especialização e cooperação científica

A paleontologia e as geociências passaram a integrar de forma mais regular as atividades do Instituto a partir de 1962. As primeiras frentes envolveram a prospeção de fósseis, o reconhecimento geológico e a recolha de amostras em diferentes regiões do Rio Grande do Norte. Nos anos seguintes, estas atividades adquiriram maior continuidade com a criação de uma unidade especializada, a participação dos pesquisadores auxiliares e o estabelecimento de relações com investigadores e instituições externas.

Entre as primeiras iniciativas encontravam-se expedições coordenadas por Cabral de Carvalho aos municípios de São Rafael e Santa Cruz, destinadas à identificação de ocorrências arqueológicas e paleontológicas.²⁵⁷ Em São Rafael, o Instituto realizou a sua primeira expedição especificamente dedicada à paleontologia, da qual resultou a recolha de fósseis atribuídos ao género *Lestodon*, uma preguiça-gigante da megafauna

²⁵⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício 16/62 para o Reitor da UFRN”. 29 de junho de 1962. [Assunto: Despesas de viagens de inspeção e coleta de material]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

sul-americana do Pleistocénico.²⁵⁸ Incorporados na coleção científica do IA, estes materiais constituíram um dos primeiros conjuntos paleontológicos reunidos pelas atividades de campo da instituição.

A continuidade das investigações levou à criação da Seção de Geologia e Paleontologia do Quaternário, sob a responsabilidade de Antônio Campos e Silva. Campos regressou à região de São Rafael para delimitar a área de investigação e verificar a possível existência do que as fontes designavam como um “cemitério pleistocénico” de megafauna.²⁵⁹ O retorno ao local mostra que a primeira recolha não encerrou o interesse pela área e que São Rafael passou a constituir uma frente continuada de investigação.

Em 1963, uma expedição de reconhecimento geológico percorreu também outras áreas do interior do estado, resultando na recolha de 31 amostras litológicas. No mesmo período, pesquisadores auxiliares participaram em atividades de campo na Fazenda Arvorada, sob a supervisão de Antônio Campos.²⁶⁰ As expedições passaram, assim, a associar a recolha de materiais à participação de integrantes da equipa em formação, dando continuidade ao modelo de aprendizagem pelo trabalho científico já examinado na secção anterior.

Em 1964, alguns dos primeiros resultados foram publicados nos *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Em artigos assinados por Antônio Campos e Silva, foram descritas ocorrências de fósseis vegetais e animais em diferentes formações geológicas do interior do Rio Grande do Norte, entre as quais restos de grandes mamíferos extintos e moluscos preservados em rochas calcárias (Silva 1964a, 41–46; Silva 1964b, 47–50; Silva 1964c, 51–55). Acompanhados de fotografias, tabelas e desenhos técnicos, estes

²⁵⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório das atividades do Instituto de Antropologia no exercício de 1962 (resumo) e plano de trabalho para 1963”, 1962, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

²⁵⁹ Instituto de Antropologia da UFRN, “Relatório das atividades do Instituto de Antropologia no exercício de 1962”.

²⁶⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963 “Ofício 191/63. Diretor do Instituto de Antropologia da Universidade do RN para Ilmo. Sr. Leonel Mesquita”. 22 de março de 1963. [Agradece acolhimento à equipe de alunos para pesquisas na Pedra da Arvorada]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

trabalhos colocaram em circulação dados obtidos nas primeiras frentes paleontológicas e geológicas do Instituto.

Enquanto os primeiros resultados das investigações paleontológicas e geológicas começavam a circular, o Instituto abriu uma nova frente de trabalho no oeste do estado. Entre setembro e outubro de 1964, tiveram início as primeiras incursões à caverna Olho D'Água da Escada, também conhecida como Lajedo da Escada, situada no distrito de Baraúna, então pertencente ao município de Mossoró.²⁶¹

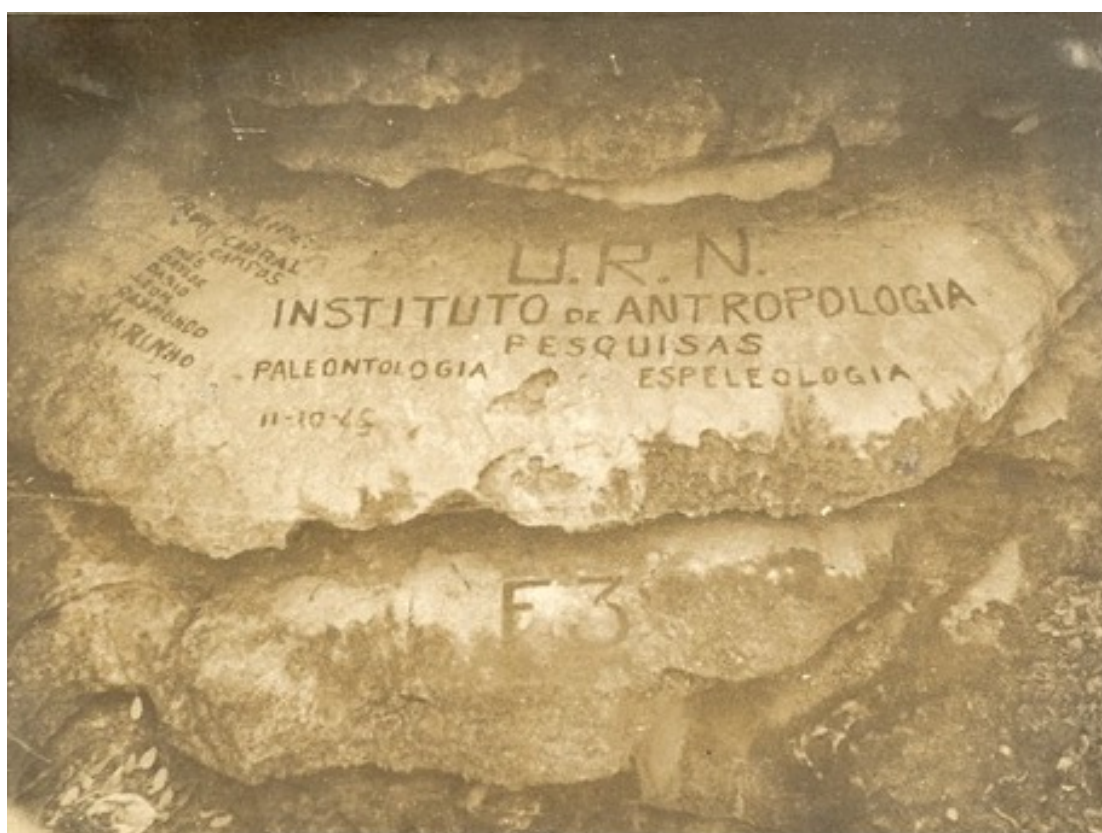


Figura 26 - Inscrição em rocha no Olho D'Água da Escada, Mossoró (RN), indicando os nomes da equipe de pesquisa (Cabral de Carvalho, António Campos, Maria Inês Mendonça, Manoel Daylor, Dário Dantas, Leon Diniz, Raimundo Teixeira, Marinho, nome não identificado). 11 de outubro de 1965.
Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

Sob a coordenação de Cabral de Carvalho, a equipa realizou escavações exploratórias em túneis e galerias subterrâneas, dando início a investigações

²⁶¹ "Fósseis raros, de épocas antigas, encontrados em 'Lajedo da Escada'," *Diário de Natal* (Natal), 20 de dezembro de 1965, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

paleontológicas e espeleológicas que prosseguiriam nos anos seguintes²⁶². Os fósseis encontrados e as características das cavidades fizeram do local uma frente recorrente de trabalho do Instituto.

As campanhas realizadas no Olho D'Água da Escada deixaram também registros visuais das atividades de campo. Fotografias de 1965 mostram integrantes da equipa em escavação e documentam as condições de acesso ao interior da caverna. Numa delas, possivelmente Maria Inês de Mendonça aparece a trabalhar numa área de escavação; noutra, o reitor Onofre Lopes é descido por cordas até ao interior da cavidade.



Figura 27 - Atividades de campo na caverna Olho D'Água da Escada, Mossoró (RN), outubro de 1965:
(a) possivelmente Maria Inês de Mendonça em atividade de escavação;
(b) visita do reitor Onofre Lopes ao sítio, durante a sua descida ao interior da caverna com auxílio de cordas.
Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

Estes registos tornam visíveis aspetos pouco documentados pelas fontes administrativas. A imagem atribuída a Maria Inês constitui evidência da participação de uma mulher nas atividades de campo do Instituto. A fotografia de Onofre Lopes, por sua

²⁶² Instituto de Antropologia da UFRN. 1964. "Ofício 111/64", de 23 set. 1964, e "Ofício 222/65", de 29 dez. 1965, ambos endereçados ao Reitor Onofre Lopes. [Assunto: Prestação de contas de viagem de coleta no Olho D'Água da Escada, Mossoró]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

vez, regista a visita do reitor ao sítio de escavação e a sua descida ao interior da caverna. Embora a imagem, isoladamente, não permita determinar a natureza do apoio concedido às investigações, a presença do reitor no local constitui um indício do interesse e do acompanhamento institucional das atividades desenvolvidas pelo IA. As fotografias documentam, assim, tanto as condições materiais do trabalho subterrâneo como a presença, no sítio de investigação, de integrantes da equipa e de uma das principais autoridades da Universidade.

À medida que as campanhas se multiplicavam, a identificação dos materiais recolhidos e a formação técnica da equipa reforçaram a importância das relações com instituições especializadas. A partir de 1965, o Museu Nacional do Rio de Janeiro tornou-se um dos principais interlocutores do IA nestas áreas.

Nesse ano, Fernando Dias de Avila-Pires e João Moojen de Oliveira manifestaram interesse nas investigações desenvolvidas no Rio Grande do Norte.²⁶³ A cooperação envolveu também uma pesquisa de mastozoologia sobre as chamadas “pelotas de coruja”, conjuntos de restos ósseos regurgitados por aves de rapina noturnas. Cabral de Carvalho ficou responsável por coordenar, no âmbito do Instituto, a recolha de materiais destinados ao estudo da distribuição de espécies de roedores numa área compreendida entre o Amazonas e o Ceará. Participaram nestas atividades Antônio Campos, Manoel Daylor, Leon Diniz e Therezinha de Sá Leitão.²⁶⁴

A relação com o Museu Nacional estendeu-se à formação da equipa. No segundo semestre de 1966, Leon Diniz realizou um estágio com João Moojen na Seção de Roedores, enquanto Therezinha de Sá Leitão trabalhou na Seção de Paleontologia sob a orientação de Carlos de Paula Couto.²⁶⁵ Os estágios proporcionaram contacto direto com coleções de referência, procedimentos de identificação e investigadores especializados.

²⁶³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Relatório de atividades do Instituto de Antropologia em 1964 para o Reitor da UFRN”. 17 de fevereiro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁶⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Carta do diretor do IA ao Inspetor Regional do IBGE”. 3 de junho de 1965. [Assunto: Solicitação de colaboração para programa de pesquisa de roedores]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC).

²⁶⁵ Paulo Macedo. “Reportagem – Auxílio do Conselho Nacional”. *Diário de Natal* (Natal), 02 de junho de 1965, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

Cabral de Carvalho também realizou um estágio na Divisão de Paleontologia do Museu Nacional. Durante esse período, trabalhou na nomenclatura e na identificação de fósseis recolhidos no Rio Grande do Norte, incluindo fragmentos provenientes da caverna Olho D'Água da Escada.²⁶⁶ A cooperação ligava, assim, as atividades de campo desenvolvidas pelo IA ao acesso a coleções comparativas e conhecimentos especializados disponíveis noutra instituição.



Figura 28 - Cabral de Carvalho com material fóssil coletado na Caverna Olho D'Água da Escada.
Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

A relação com o Museu Nacional não se limitou, portanto, a contactos ocasionais. A recolha de materiais para projetos cooperativos, a realização de estágios e a identificação de fósseis mostram diferentes formas de articulação entre as duas instituições. Em paralelo, o IA procurava assegurar recursos para ampliar as próprias investigações paleontológicas no Rio Grande do Norte.

²⁶⁶ Macedo, “Reportagem — Auxílio do Conselho Nacional”, 2.

Em paralelo às relações estabelecidas com o Museu Nacional, o Instituto procurou obter financiamento para ampliar as investigações em São Rafael.²⁶⁷ Em fevereiro de 1965, elaborou um plano detalhado de escavação para a Fazenda Lajea Formosa e encaminhou ao CNPq um conjunto de ofícios, declarações e anexos destinados à formalização do pedido de apoio.²⁶⁸

O plano previa uma campanha de seis meses, distribuída ao longo de dois anos, com orçamento inicialmente estimado em dois milhões de cruzeiros e participação de uma equipa composta por investigadores de diferentes áreas. As atividades incluíam escavações em tanques naturais e em locais com vestígios arqueológicos, recolha de fósseis de mamíferos e de materiais líticos e cerâmicos, além do registo de inscrições rupestres. A proposta reunia, portanto, questões paleontológicas e arqueológicas numa mesma frente de investigação e previa ainda a eventual participação da equipa de Antropologia Cultural.

A documentação submetida ao CNPq incluía descrições geológicas e taxonómicas dos materiais e das áreas a investigar, bem como informações sobre o calendário, a equipa e os recursos necessários. A elaboração deste conjunto documental mostra a passagem de uma frente de prospeção já iniciada para um projeto formalmente estruturado segundo os requisitos de um órgão nacional de financiamento. A proposta foi aprovada em maio de 1965, com o valor do apoio ampliado para três milhões de cruzeiros.

²⁶⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ofício 204/65 para o Vice-Reitor da UFRN, solicitando pagamento de diárias para pesquisa em Lajea Formosa, 2 de dezembro de 1965, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁶⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IAUFRN). 1965. “Proposta de Pesquisa na área fossilífera de Lajes Formosa ao Conselho Nacional de Pesquisas, com anexos”. 3 de fevereiro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC); IAUFRN. 1964. “Plano de Trabalho para a Área Fossilífera de Lajea Formosa, Município de São Rafael”. 3 de novembro de 1964. MCC; Carta de Cabral de Carvalho para Fausto. 18 de março de 1965. [Assunto: Situação do Instituto de Antropologia e o auxílio do CNPq]. MCC.

A execução do projeto contou com a colaboração de investigadores do Museu Nacional,²⁶⁹ entre os quais Fausto Luís de Souza Cunha e Carlos de Paula Couto.²⁷⁰ A participação destes paleontólogos aproximou as escavações realizadas no Rio Grande do Norte de especialistas com experiência no estudo e na identificação de vertebrados fósseis e deu continuidade às relações técnicas já estabelecidas entre as duas instituições.



Figura 29 - Atividades de campo na Fazenda Lajea Formosa, São Rafael (RN), janeiro de 1966:
(a) Antonio Campos em escavação; (b) Cabral de Carvalho examinando amostras fósseis coletadas.
Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

O projeto da Fazenda Lajea Formosa mostra, assim, uma mudança na escala de organização das investigações paleontológicas do IA. As campanhas passaram a ser sustentadas por planejamento plurianual, financiamento externo e colaboração com

²⁶⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Conselho Nacional de Pesquisas (Brasil), Departamento de Administração, Ofício 1724 para José Nunes Cabral de Carvalho, sobre aprovação de prestação de contas”. 8 de julho de 1966. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁷⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório de Atividades e Pesquisas do Instituto de Antropologia da UFRN para o Cônsul da Alemanha em Pernambuco,” 22 de dezembro de 1965, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN

especialistas de outras instituições. Estes elementos não eliminaram a dependência de conhecimentos e recursos externos, mas deram maior continuidade às atividades iniciadas em São Rafael nos anos anteriores.

As relações de cooperação que sustentaram as investigações geológicas do IA não se limitaram ao Museu Nacional. Já em abril de 1964, durante uma visita a Natal, o geólogo João José Bigarella, do Instituto de Geologia da Universidade do Paraná, participou com a equipa do Instituto em estudos sobre os campos de dunas de Natal, Genipabu, Touros e São Bento do Norte. Estas áreas coincidiam com frentes de recolha de malacofauna coordenadas por Antônio Campos, aproximando investigações sedimentológicas e estudos dos materiais biológicos associados às formações costeiras (Universidade do Rio Grande do Norte 1964, 204).

A visita ficou também registada no livro de impressões do Instituto. No texto, Bigarella elogiou as atividades desenvolvidas e apresentou o IA como exemplo para outras instituições que enfrentavam dificuldades materiais:

A atividade desenvolvida no Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, faz com que se acredite sinceramente no rápido desenvolvimento cultural do Brasil. Esperamos que o esforço desenvolvido nesta entidade encontre eco e sirva de estímulo a outras instituições que lutam com dificuldades materiais, para que também, com espírito de sacrifício e idealismo lutem pela projeção de nosso país no cenário universitário mundial e pela solução dos problemas brasileiros regionais (Universidade do Rio Grande do Norte 1964, 208).

O registo deve ser lido como uma apreciação produzida por um investigador visitante, e não como medida objetiva da posição científica do Instituto. É, contudo, significativo que Bigarella tenha destacado simultaneamente as atividades de investigação, as dificuldades materiais e a dimensão regional dos problemas estudados. A passagem permite observar como o trabalho desenvolvido no IA era representado por um colaborador externo num contexto marcado pela expansão das universidades e pela valorização da investigação científica.

Outra colaboração de maior continuidade foi estabelecida com Jannes Markus Mabesoone, do Departamento de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco. A

partir de 1965, Mabesoone trabalhou com Antônio Campos em estudos sedimentológicos realizados nas regiões de Ceará-Mirim, Serra Caiada, Macaíba e Praia de Cotovelo.²⁷¹ A relação prolongou-se na investigação e na publicação conjunta do artigo “Formação Moura: depósito correlativo do interior nordestino” (Mabesoone e Silva 1972, 35–41). Neste caso, a cooperação ultrapassou a visita ou a consulta técnica e traduziu-se na produção partilhada de resultados sobre a geologia regional.

As atividades do Instituto foram também objeto de avaliação externa no âmbito dos pedidos de financiamento. Em 27 de junho de 1966, Rui Ribeiro Franco, mineralogista da Universidade de São Paulo e avaliador do CNPq, dirigiu ao reitor Onofre Lopes um parecer após visitar o IA. No documento, destacou as investigações paleontológicas, geológicas e malacológicas em curso e recomendou apoio às solicitações encaminhadas ao Conselho.²⁷²

O parecer de Franco tinha, assim, uma função distinta das colaborações de Bigarella e Mabesoone. Tratava-se de uma avaliação produzida no quadro dos mecanismos de financiamento científico e destinada a informar uma decisão sobre o apoio às investigações. A sua importância reside menos num suposto efeito de “consagração” do Instituto do que no facto de documentar como as atividades do IA eram examinadas e avaliadas por especialistas externos no interior do sistema nacional de fomento.

Na segunda metade da década de 1960, as investigações geológicas do Instituto diversificaram-se para além das frentes paleontológicas. Em 1967, foi estruturado um projeto dedicado ao estudo mineralógico e petrográfico dos pegmatitos do Rio Grande do Norte, rochas ígneas de granulação grossa conhecidas por concentrarem minerais

²⁷¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IAUFRN). 1965. “Ofício 109/65 para Professor James Markus Habesoone”. 21 de julho de 1965. [Assunto: Convite para pesquisas sobre o Cenozóico]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; IAUFRN. 1965. “Ofício 151/65 para o Reitor da UFRN”. 15 de setembro de 1965. [Assunto: Solicita reembolso de despesas para Professor James Markus Habesoone]. MCC; IAUFRN. 1965. “Ofício 153/65 para o Reitor da UFRN”. 20 de setembro de 1965. [Assunto: Solicita pagamento a Aldenário Bufrázio da Silva]. MCC.

²⁷² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Carta de Rui Ribeiro Franco para o Reitor da UFRN”. 27 de junho de 1966. [Assunto: Sobre o Instituto de Antropologia, apoio do CNPq e pesquisa em jazidas petrológicas e malacológicas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

estratégicos de valor econômico, ampliando a atenção do IA para a composição e a estrutura das formações rochosas do estado.²⁷³

No ano seguinte, o Instituto organizou uma campanha de recolha de areias fluviais em diferentes rios do Rio Grande do Norte. A operação reuniu 72 sacos de amostras, num total de cerca de 448 quilogramas, posteriormente enviados para análise à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, ao Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte e ao Departamento Nacional de Produção Mineral.²⁷⁴

O envio das amostras mostra que a investigação não terminava no momento da recolha. A produção dos resultados dependia de uma sequência distribuída entre diferentes lugares: o material era recolhido e organizado no Rio Grande do Norte, analisado em laboratórios externos e posteriormente integrado na interpretação desenvolvida pelo Instituto. Esta divisão do trabalho permitia aceder a equipamentos e competências que o IA não possuía internamente.

A necessidade de recorrer a outros laboratórios revelava, ao mesmo tempo, os limites da infraestrutura disponível no Instituto. Essa dependência não impediu a continuidade das investigações, mas condicionou os procedimentos, os prazos e as relações necessárias à produção dos resultados. As redes de cooperação funcionavam, neste caso, como parte da própria organização material da investigação.

Os estudos das areias fluviais e dos pegmatitos também mostram a ampliação dos objetos das geociências praticadas no IA. Ao lado da paleontologia e da investigação do Quaternário, ganharam espaço questões relacionadas com sedimentação, composição mineral e caracterização petrográfica. Esta diversificação preparou o terreno para as investigações que Antônio Campos desenvolveria nos anos seguintes sobre minerais, calcários e formações sedimentares do Rio Grande do Norte.

²⁷³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1967. “Projeto de Pesquisa sobre Mineralogia e Petrografia dos Pegmatitos do Rio Grande do Norte”. 14 de março de 1967, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁷⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. “Memorando para o Diretor da Recebedoria de Rendas do Estado”. 29 de fevereiro de 1968. [Assunto: embarque de areia para pesquisa científica]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A diversificação das geociências aparece também na correspondência de Antônio Campos. Em carta dirigida a Jerônimo Vingt-un Rosado, em 1969, o investigador descreveu várias frentes de trabalho simultaneamente em curso. Entre elas estavam a preparação, com Cabral de Carvalho, da publicação *A Paleontologia do Rio Grande do Norte*, prevista para março; um estudo sobre os minerais de urânio do estado, desenvolvido com a estagiária Sheila Maria Garcia; e outro trabalho dedicado à mineração regional. Na mesma correspondência, Campos mencionou ainda a urgência de concluir uma investigação sobre a exploração do gesso no Rio Grande do Norte (Silva 2001, 104–05).

A carta permite observar a variedade de objetos então abrangidos pelas investigações: fósseis, urânio, mineração e gesso. Mostra também que diferentes projetos, publicações e colaborações se concentravam na atuação de um mesmo investigador. A expansão temática das geociências no IA assentava, portanto, numa estrutura científica ainda pouco numerosa e dependente da capacidade de alguns dos seus integrantes para sustentar várias frentes em simultâneo.

Dois anos depois, uma nova carta a Jerônimo Vingt-un Rosado documenta a continuidade e a crescente especialização dessas atividades. Em 1971, Campos descreveu os procedimentos necessários à recolha de amostras destinadas à confecção de lâminas petrográficas e mencionou colaborações com outros investigadores, entre os quais o geólogo José Reginaldo Lima Verde, no contexto de análises de materiais associados à perfuração de poços na região de Mossoró (Silva 2001, 113–14).

Na mesma correspondência, referiu a preparação de um estudo sobre os calcários de Mossoró, baseado num conjunto de mais de cem lâminas já analisadas. O trabalho mostra a passagem da recolha de amostras para procedimentos laboratoriais especializados e para a constituição de séries materiais destinadas à comparação e à interpretação petrográfica.

As cartas de 1969 e 1971 revelam, assim, duas dimensões simultâneas da trajetória das geociências no Instituto. Por um lado, documentam a diversificação dos temas e o recurso crescente a técnicas especializadas; por outro, mostram que grande parte dessas atividades continuava concentrada num número reduzido de

investigadores. Essa combinação entre expansão das pesquisas e limitada disponibilidade de quadros tornar-se-ia particularmente evidente no início da década de 1970.

No início da década de 1970, parte das investigações geológicas do Instituto concentrou-se na Bacia do Apodi, dando continuidade aos estudos que Antônio Campos vinha desenvolvendo sobre sedimentação, calcários e formações geológicas da região de Mossoró. As atividades abrangeram os municípios de Mossoró, Governador Dix-Sept Rosado e Grossos e incidiram, entre outros temas, sobre os processos de sedimentação associados ao rio Mossoró e sobre formações localmente designadas como “cascarelhos”.²⁷⁵

Estes depósitos, constituídos por conglomerados arenosos e cascalhos consolidados, eram estudados pelas informações que podiam fornecer sobre processos sedimentares, variações hidrológicas e transformações ambientais ocorridas ao longo do Cenozoico. A concentração das investigações nesta área mostra a continuidade entre as recolhas de campo, os estudos petrográficos referidos na correspondência de Campos e a análise das formações geológicas do oeste do Rio Grande do Norte.

Os trabalhos de Campos circulavam também para além do Instituto. Numa das suas cartas, mencionou a publicação, na Alemanha, do livro *Geologie von Brasilien* (1969), de Karl Beurlen, no qual, segundo relatava, os seus estudos sobre o Grupo Barreiras eram citados em “três ou quatro páginas”.²⁷⁶ A referência foi recebida com evidente satisfação e comentada com o humor que aparece noutras passagens da sua correspondência: “É muita coisa para um dos candidatos mais brilhantemente reprovados no Vestibular de Geologia” (Silva 2001, 114).

A passagem documenta a circulação dos trabalhos de Campos numa obra de síntese sobre a geologia do Brasil, mas também ajuda a compreender a importância que

²⁷⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício 02/70 do Departamento de Geologia para o Diretor do Instituto de Antropologia”. 3 de abril de 1970. [Assunto: Comunica viagem de estudo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁷⁶ Após transferir-se para o Brasil em 1950, Karl Beurlen trabalhou no Instituto Geológico do Rio de Janeiro e, em 1958, fundou o Instituto de Geociências da recém-criada Universidade do Recife em Pernambuco.

o próprio investigador atribuía ao reconhecimento dos seus estudos fora do Instituto. Não é necessário tomá-la como prova de uma consagração internacional; o dado mais seguro é que parte da produção desenvolvida no Rio Grande do Norte havia sido incorporada numa referência publicada no estrangeiro.



Figura 30 - Antônio Campos e, possivelmente, Maria Inês de Mendonça em atividade no Departamento de Geologia do Instituto de Antropologia da UFRN, décadas de 1960–1970.

Fonte: Acervo pessoal de Leila Maria de Moraes e Silva Rodrigues. Imagem cedida por Madson Ottoni de Almeida Rodrigues.

A correspondência revela, contudo, outra dimensão dessa trajetória. Em fevereiro de 1972, poucos dias antes da sua morte, Campos escreveu estar “com a cabeça até a tampa de cheia” e mencionou uma recomendação médica de repouso (Silva 2001, 116). A declaração deve ser lida com cautela, mas, colocada ao lado da multiplicidade de projetos, análises, publicações e colaborações descritas nas cartas anteriores, constitui um indício da pressão associada à concentração de numerosas atividades na sua atuação.

A morte de Antônio Campos, em 22 de fevereiro de 1972, colocou imediatamente o problema da continuidade das investigações geológicas. Em reunião da Congregação

dos professores-pesquisadores, realizada em 30 de março daquele ano, Cabral de Carvalho informou que vários trabalhos permaneciam em curso e que parte das análises laboratoriais estava a ser realizada na Universidade Federal de Pernambuco. Diante da necessidade de assegurar a direção do Departamento de Geologia, solicitou a Jannes Markus Mabesoone, do Instituto de Geociências da UFPE, a indicação de um possível substituto.²⁷⁷

Mabesoone indicou o geólogo José Salim, cuja nomeação foi aprovada pelo reitor Onofre Lopes.²⁷⁸ Salim iniciou as suas atividades no Instituto em abril de 1972. A rapidez com que a instituição procurou preencher a chefia mostra a preocupação em evitar a interrupção dos trabalhos, mas também evidencia que o IA não dispunha internamente de outro investigador com formação equivalente para assumir de imediato as funções desempenhadas por Campos.

A composição do Departamento ajuda a compreender essa dificuldade. Além de Antônio Campos, nele atuavam Maria Inês de Mendonça, ligada à Malacologia, Marilda Fernandes de Carvalho, na Macropaleontologia, e Sheila Garcia Cabral de Carvalho, na Paleontologia. Maria Inês colaborava também na Divisão de Malacologia, enquanto Marilda acumulava atividades no Departamento de Paleontologia.²⁷⁹ A equipa reunia, portanto, competências diversas, mas não dispunha de outro geólogo em posição de substituir diretamente a chefia científica exercida por Campos.

As atividades de campo contavam ainda com a participação de integrantes de outros setores do Instituto. O Departamento de Paleontologia, dirigido por Cabral de Carvalho, e o Setor de Arqueologia, coordenado por Nássaro Nasser, colaboravam em diferentes frentes. Dário Dantas, que anteriormente atuara como pesquisador auxiliar na Seção de Geologia, encontrava-se, desde 1970, no Departamento de Zoologia, onde

²⁷⁷ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. "Ata da 34ª Reunião da Congregação de Professores sobre a indicação de nome de um geólogo para substituir o professor Antonio Campos," 30 de março de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁷⁸ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da UFRN, "Ata da 34.ª Reunião".

²⁷⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício 59/66 para o reitor Onofre Lopes", 16 de junho de 1966 [Assunto: Exposição de motivos para mudança do nome do Instituto de Antropologia para Instituto de Ciências Naturais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

dirigia a Divisão de Entomologia.²⁸⁰ Manoel Daylor, também antigo integrante da equipa de Geologia, havia sido desligado do Instituto em novembro de 1968 por conduta considerada, nos termos da documentação, “incompatível com as normas de trabalho de campo estabelecidas pelo IA”.²⁸¹

Este quadro mostra que a continuidade das geociências dependia de uma combinação instável entre poucos quadros especializados, colaboração entre setores e relações com outras instituições. A morte de Campos não encerrou as investigações, mas obrigou o IA a reorganizar a sua direção científica e a procurar externamente um profissional capaz de dar seguimento aos trabalhos em curso.

Entre 1962 e o início da década de 1970, a Paleontologia e as Geociências passaram de frentes iniciais de prospeção e recolha para um conjunto mais diversificado de investigações, apoiado em projetos financiados, campanhas de campo, formação especializada, análises laboratoriais e cooperação interinstitucional. Esta expansão, contudo, foi desigual e permaneceu condicionada pela disponibilidade de infraestrutura e de pessoal especializado. A trajetória destas áreas mostra, assim, que a continuidade científica do IA se construiu tanto pela acumulação de práticas e competências como pela necessidade permanente de articular recursos internos e externos.

3.2.4 Malacologia: coleções, trabalho de campo e circulação transnacional

A institucionalização das ciências da Terra e da vida no Instituto de Antropologia, durante a década de 1960, impulsionou a diversificação das linhas de pesquisa e o reforço das parcerias científicas em escala regional, nacional e internacional. Neste quadro, a criação da Seção de Malacologia, em 1963, exemplifica revela um processo de

²⁸⁰ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. "Ata da 24ª Reunião da Congregação de Professores sobre a estruturação dos departamentos," 12 de junho de 1970. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁸¹ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ata da 21ª Reunião da Congregação de Professores sobre afastamento de pesquisador," 18 de novembro de 1968. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 81/69 do Diretor do Ia ao Reitor Onofre Lopes". 17 de novembro de 1969. [Assunto: Coloca a disposição da Reitoria o técnico Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

institucionalização do conhecimento no qual interesses pessoais, coleções particulares e vínculos de confiança foram cruciais para a origem de uma nova linha de pesquisa.

A Seção de Malacologia foi criada em 1963 e vinculada à Seção de Geologia e Paleontologia do Quaternário. A sua formação resultou da convergência entre os interesses científicos de Protásio Pinheiro de Melo e Antônio Campos, a incorporação de uma coleção particular e a criação de uma estrutura destinada ao estudo dos moluscos. O caso mostra como relações pessoais, práticas de colecionismo e contactos científicos podiam participar na formação de novas áreas de investigação no Instituto.

Protásio e Campos mantinham, desde o final da década de 1950, conversas sobre temas ligados às ciências naturais, entre os quais geologia, entomologia e malacologia. Em janeiro de 1958, Campos registou no diário o seu interesse crescente pelas conchas, num período em que Protásio já reunia uma coleção de exemplares provenientes de diferentes regiões do mundo (Silva 2005, 38, 46–47).

A incorporação dessa coleção no acervo do Instituto foi acompanhada pela criação da nova secção e pela vinculação formal de Protásio às atividades científicas da instituição. Como responsável pela Seção de Malacologia, passou a coordenar campanhas de recolha em praias do litoral do Rio Grande do Norte²⁸². Uma coleção formada inicialmente fora da Universidade tornou-se, assim, parte da infraestrutura material de uma nova frente de investigação.

A organização da secção exigia também ampliar os recursos disponíveis para a identificação e a classificação dos espécimes. O Instituto estabeleceu contactos com especialistas externos, entre os quais Volney Ferreira, da Universidade do Recife, procurando obter exemplares, informações e apoio na organização da coleção.²⁸³ Estas relações iniciais prepararam a aproximação com outros colecionadores e instituições,

²⁸² Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofício 236/63 para o reitor Onofre Lopes". 26 de agosto de 1963. [Assunto: Pagamento por serviços prestados na Seção de Paleontologia e Geologia do Quaternário (Malacologia)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁸³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofício 245/63, Diretor do Instituto de Antropologia da U.R.N. para Prof. Volney Ferreira, DD. Catedrático de Metalurgia da Universidade do Recife". 7 de junho de 1963. [Assunto: Solicita doação de material malacológico]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

entre os quais Mary e George Kline, cuja visita a Natal, em dezembro de 1963, daria nova dimensão às atividades malacológicas do IA.

Em dezembro de 1963, Mary e George F. Kline realizaram uma missão de investigação no Rio Grande do Norte a convite do Instituto de Antropologia. Vinculados à Academy of Natural Sciences of Philadelphia, os dois desenvolveram, em colaboração com a equipa do IA, atividades de recolha e observação de moluscos vivos em áreas do litoral como Pititinga, Maracajaú e Areia Branca (Universidade do Rio Grande do Norte 1964a, 85).²⁸⁴

Além de Protásio de Melo, participaram na missão Manoel Daylor e Leon Diniz, então alunos do Curso de Pesquisador Auxiliar, a estagiária Therezinha de Sá Leitão e Ana Maria Garcia Cabral de Carvalho, que atuou como intérprete. A composição da equipa mostra que a visita foi integrada nas atividades de investigação e formação desenvolvidas pelo Instituto.

Entre os materiais recolhidos encontravam-se exemplares vivos de *Strombus goliath*. Segundo a publicação do próprio Instituto, tratava-se da primeira recolha, no Brasil, de exemplares vivos da espécie, até então conhecida localmente sobretudo por fragmentos de conchas e representações consideradas incompletas (Universidade do Rio Grande do Norte 1964a, 85–86). A documentação dos materiais mobilizou diferentes setores da Universidade.

Tarcísio Mota, responsável pela Seção de Desenhos, Restaurações e Montagens do IA, produziu ilustrações científicas dos espécimes. Os *Arquivos do Instituto de Antropologia* apresentaram também como inédita uma reprodução de *Xancus laevigatus*. João Luís de França Filho, do Departamento de Fotografia da Universidade, registou em filme o comportamento de *Strombus goliath* vivo, trabalho que a mesma fonte descreveu como o primeiro documentário brasileiro dedicado à espécie em vida (Universidade do Rio Grande do Norte 1964a, 85–86).

²⁸⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofício 297/63, Diretor do IA para reitor Onofre Lopes ". 10 de dezembro de 1963. [Assunto: Solicita Trinta mil cruzeiros para despesas com pesquisa de campo de George e Mary Kline em Pititinga, Maracajaú e Areia Branca]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.



Concha de XANCUS LAEVIGATUS



Concha de STROMBUS GOLIATH

Figura 31 - Ilustrações científicas de conchas marinhas elaboradas por Tarcísio Mota, responsável pela Seção de Desenhos, Restaurações e Montagens do Instituto de Antropologia da UFRN: *Xancus laevigatus* (à esquerda) e *Strombus goliath* (à direita).

Fonte: Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. Arquivos do Instituto de Antropologia 1, no. 1: 86-87.

A missão articulou, portanto, trabalho de campo, recolha de espécimes e diferentes formas de registo científico. Conchas, ilustrações e imagens em movimento integraram uma mesma sequência de documentação dos materiais encontrados no litoral do Rio Grande do Norte. A visita dos Kline não se limitou, contudo, às campanhas de recolha: incluiu também atividades de formação e deu origem a novas trocas de materiais entre o Instituto e os seus interlocutores nos Estados Unidos.

A continuidade da relação com Mary e George Kline apoiou-se também nos contactos pessoais e epistolares mantidos por Protásio de Melo. Colecionadores de conchas e colaboradores da Academy of Natural Sciences of Philadelphia desde a década de 1950, os Kline participavam em atividades de recolha e intercâmbio de espécimes em diferentes regiões.²⁸⁵ A relação estabelecida com Protásio inseriu a recém-

²⁸⁵ "Shells - A Pair That Got Hooked Hunts Specimens in Distant Reefs". 1964. *LIFE*, vol. 57, n.º 2 (10 de julho de 1964): 54A

criada Seção de Malacologia num circuito de correspondência, circulação de materiais e contactos especializados que ultrapassava o espaço institucional da UFRN.



Figura 32 - Mary e George Kline com integrantes do Instituto de Antropologia da UFRN, em 1963. Da esquerda para a direita, em pé: Mary Kline, Cabral de Carvalho, George Kline, Protásio de Melo, Manoel Daylor, Leon Diniz e uma pessoa não identificada; abaixo, Raimundo Teixeira e Antônio Campos. A qualidade da reprodução original limita a identificação de todos os indivíduos.

Fonte: *Jornal A Ordem*, Natal, 14 de dezembro de 1963. Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro; colorização digital por Gemini-AI.

A missão incluiu também atividades de formação. No âmbito do Curso de Pesquisador Auxiliar, George Kline ministrou a conferência “Pesquisas de Malacologia na Nova Caledônia e Ceilão”, na qual apresentou investigações realizadas noutros contextos geográficos e procedimentos relacionados com o estudo dos moluscos marinhos. A atividade integrou a visita dos Kline nas iniciativas de formação já desenvolvidas pelo Instituto.

Após o regresso aos Estados Unidos, a cooperação prosseguiu por meio da transferência de materiais para a Seção de Malacologia. Os Kline enviaram tambores destinados à conservação de moluscos vivos, caixas para acondicionamento de espécimes, publicações especializadas e cerca de duzentas espécies provenientes da

Tailândia e da Ilha dos Cocos (Universidade do Rio Grande do Norte 1964b, 205). Estes materiais ampliaram simultaneamente os recursos de trabalho e a diversidade geográfica da coleção.

A relação com a Academy envolveu ainda uma proposta de formação de maior duração. Robert Tucker Abbott, então responsável pelo Departamento de Moluscos da instituição, ofereceu ao IA uma bolsa de cinco anos para a especialização de um aluno em Filadélfia. Segundo a documentação do Instituto, a proposta previa uma relação particularmente estreita entre a formação do estudante e o desenvolvimento da Seção de Malacologia no Rio Grande do Norte (Universidade do Rio Grande do Norte 1964b, 205).

Não foram encontrados, contudo, registros que comprovem a concessão efetiva da bolsa ou o envio de um estudante para a Academy. A proposta deve, por isso, ser tratada como uma possibilidade de cooperação que não se concretizou, ou cuja concretização não pôde ser documentada. Ainda assim, o episódio mostra que, pouco depois da criação da secção, a formação especializada no estrangeiro chegou a ser considerada como uma via para ampliar as competências disponíveis no Instituto.

A missão de 1963 pode ser acompanhada por meio de um conjunto documental disperso entre o Rio Grande do Norte e os Estados Unidos. No Instituto, o episódio foi registado em notas publicadas nos *Arquivos do Instituto de Antropologia* (Universidade do Rio Grande do Norte 1964a, 85–86, 88–90; 1964b, 204–205), em reportagens da imprensa local,²⁸⁶ em correspondência²⁸⁷ e em documentos administrativos.²⁸⁸ Estas

²⁸⁶ “Casal vem ao estado pesquisar malacologia”. *Diário de Natal* (Natal), 18 de novembro de 1963, 6. Hemeroteca Digital Brasileira; “O Instituto de Antropologia transforma-se no grande museu do Estado”. *A Ordem*, 14 de dezembro de 1963, 1 e 8. Hemeroteca Digital Brasileira; “Instituto de Antropologia será ainda museu”. *A Ordem*, 5 de outubro de 1964, 3 e 5. Hemeroteca Digital Brasileira;

²⁸⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Carta de H. Radclyffe Roberts e James A. G. Rehn (Academy of Natural Sciences of Philadelphia) para Dr. José Nunes Cabral de Carvalho (Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte), 27 de janeiro de 1964, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁸⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IAUFRN). 1963. “Ofício 293/63, Diretor do IA para reitor Onofre Lopes”. 2 de dezembro de 1963. [Assunto: Solicita 20 mil cruzeiros para despesas com pesquisa de campo de G. e M. Kline]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; IAUFRN. 1963. “Ofício 296/63...”. 5 dez. 1963. [Prestação de contas (20 mil)]. MCC; IAUFRN. 1963. “Ofício 297/63...”. 5 dez. 1963. [Solicita 30 mil cruzeiros para pesquisa em Pititinga, Maracajaú e Areia Branca]. MCC; IAUFRN. 1963. “Ofício 298/63...”. 10 dez. 1963. [Solicita 10 mil cruzeiros para pesquisa

fontes permitem reconstruir as atividades realizadas durante a visita e os desdobramentos imediatos da cooperação.

Outros vestígios encontram-se preservados na Academy of Natural Sciences of Philadelphia. O catálogo atual das coleções malacológicas da instituição registra 528 espécimes recolhidos, em 1963, em praias do litoral do Rio Grande do Norte. Entre os coletores identificados figuram “Kline, G. & M.”, “Melo” e “Diniz & Teixeira”, correspondentes, respetivamente, a George e Mary Kline, Protásio de Melo, Leon Diniz e Manoel Daylor Teixeira.²⁸⁹

Entre os exemplares catalogados encontram-se dois espécimes de *Strombus goliath* recolhidos vivos durante a missão. A sua preservação na coleção da Academy mostra que parte dos materiais obtidos nas campanhas realizadas com o IA foi incorporada numa coleção científica fora do Brasil. Os espécimes estabeleceram, assim, uma ligação material entre os locais de recolha no litoral norte-rio-grandense e as coleções conservadas em Filadélfia.

A documentação da missão estende-se ainda aos arquivos da Academy. Os cadernos de campo produzidos por George e Mary Kline durante a expedição ao Brasil integram a *Department of Malacology Records, Subseries 1.1 – Field Work (1880–2005)*, sob a guarda dos Archives of the Academy of Natural Sciences of Drexel University. Segundo a descrição arquivística, o conjunto inclui registos das recolhas, mapas anotados e informações sobre as estações visitadas.²⁹⁰

Como estes documentos não se encontram digitalizados, não foi possível consultá-los diretamente no âmbito desta investigação. Esta limitação impede, por enquanto, uma análise mais detalhada da forma como a missão foi registada pelos próprios Kline e do destino atribuído aos materiais recolhidos durante a expedição.

em Areia Branca]. MCC; IAUFRN. 1963. “Ofício 306/63, Diretor do IA para Dr. Francisco Costa”. 19 dez. 1963. [Agradece colaboração prestada a G. e M. Kline]. MCC; IAUFRN. 1963. “Ofício 307/63, Diretor do IA para Sr. José Lucio Góis”. 19 dez. 1963. [Agradece colaboração prestada a G. e M. Kline]. MCC; IAUFRN. 1964. “Ofício 01/64, Diretor do IA para reitor Onofre Lopes”. 2 de janeiro de 1964. [Prestação de contas (30 mil)]. MCC.

²⁸⁹ Disponível em: <http://clade.ansp.org/malacology/collections>

²⁹⁰ “George and Mary Kline field notes from Brazil, 1963”, Box: 3, Folder: 6. Malacology Department Records, ANSP-Coll-0804. Academy of Natural Sciences Archives. https://archivalcollections.drexel.edu/repositories/3/archival_objects/31251 Accessed October 04, 2025.



Figura 33 - Mary e George Kline, em 1964. Sobre a mesa encontram-se conchas, livros e pranchas ilustradas, além de uma garrafa artesanal de areia colorida de Tibau e um objeto de madeira possivelmente identificável como ex-voto.

Fonte: Fotografia de Nina Leen. © Time Inc. Revista Life, 1964.

Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/shells/3AEkH2oQlg8DVw>

Uma fotografia publicada no ano seguinte acrescenta outro vestígio material da passagem dos Kline pelo Rio Grande do Norte. Ao lado dos materiais relacionados com a malacologia, aparecem uma garrafa de areia colorida de Tibau e um objeto de madeira possivelmente identificável como ex-voto. A imagem não permite determinar com segurança as circunstâncias em que estes objetos foram adquiridos nem o significado que lhes era atribuído, mas documenta a circulação de artefactos associados ao Rio Grande do Norte para o espaço doméstico e de trabalho dos Kline.

A visita dos Kline não encerrou as atividades de campo da Seção de Malacologia. Em dezembro de 1964, o Instituto realizou uma nova campanha de recolha na praia de Ponta do Mel, no município de Areia Branca, dando continuidade às investigações iniciadas no litoral do Rio Grande do Norte.²⁹¹

²⁹¹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 177/64, Diretor do IA para reitor Onofre Lopes". 30 de dezembro de 1964. [Assunto: Prestação de contas (50 mil cruzeiros) de despesas com pesquisa malacológica na Ponta do Mel, Areia Branca]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN

Nesse período, a secção ampliou também as relações de permuta de espécimes, publicações e informações científicas. A documentação de 1964 regista contactos com mais de vinte instituições nacionais e estrangeiras, entre as quais a Academy of Natural Sciences of Philadelphia, a Smithsonian Institution, o American Museum of Natural History e o Museum of Comparative Zoology (Universidade do Rio Grande do Norte 1964b, 204–205).

Estas permutas desempenhavam funções distintas. Permitiam ampliar a diversidade geográfica da coleção, obter bibliografia especializada e manter contacto com investigadores e instituições dedicados ao estudo dos moluscos. A circulação não se limitava, portanto, ao envio de materiais para fora do Instituto: exemplares, publicações e informações deslocavam-se em diferentes direções e participavam na organização da própria atividade científica da secção.

No mesmo período, Protásio de Melo aprofundou os estudos sobre a distribuição do género *Strombus* no litoral do Rio Grande do Norte, apoiando-se nos materiais reunidos nas campanhas de recolha. Parte dos resultados foi publicada nos *Arquivos do Instituto de Antropologia* na “Nota prévia sobre o género *Strombus* no Rio Grande do Norte” (Melo 1964, 151–152).

O estudo reuniu descrições morfológicas, dados sobre a ocorrência das espécies e referências à literatura malacológica utilizada pelo autor. Ainda de carácter preliminar, a publicação mostra como os espécimes recolhidos no litoral eram organizados, comparados e transformados em resultados escritos. A coleção funcionava, assim, não apenas como conjunto de exemplares conservados, mas como base material para a continuidade das investigações.

A visita dos Kline constituiu um impulso importante para a Seção de Malacologia, mas a continuidade das campanhas, das permutas e das publicações mostra que as atividades não se limitaram à cooperação iniciada em 1963. Nos anos seguintes, a secção manteve frentes próprias de recolha, organização da coleção e produção escrita.



Figura 34 - Protásio de Melo junto da coleção de moluscos da Seção de Malacologia do Instituto de Antropologia, década de 1960.

Fonte: Revista do Globo no Nordeste, fevereiro de 1966. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

Em 1966, essa continuidade esteve associada a uma proposta de ampliação institucional. Durante a visita de Antônio Tavares de Bragança e Rui Ribeiro Franco, ligados ao Conselho Nacional de Pesquisas, discutiu-se a criação de um Centro de Estudos de Malacologia e Paleontologia, vinculado ao Instituto de Antropologia e destinado a coordenar investigações nestas áreas no Nordeste. A proposta integrava um

conjunto de recomendações para a ampliação do apoio concedido ao IA e previa também a instalação de um Laboratório de Sedimentologia.²⁹²

O projeto atribuía, portanto, às atividades já desenvolvidas pelo Instituto uma escala regional mais ampla. A proposta procurava reunir, numa mesma estrutura, áreas que no IA mantinham relações próximas por meio das coleções, das campanhas de campo e da circulação de especialistas. Embora o Laboratório de Sedimentologia tenha sido efetivamente instalado no Setor de Geologia, não foram encontrados registros que esclareçam por que razão o centro proposto não chegou a ser criado.

O contraste entre a dimensão da proposta e a sua não concretização mostra os limites da expansão institucional pretendida. A Seção de Malacologia manteve atividades de recolha, organização de coleções, publicação e permuta, mas não se transformou no centro regional então projetado. A trajetória da área deve, por isso, ser compreendida não apenas pelas iniciativas que se realizaram, mas também pelos projetos que permaneceram incompletos.

A experiência desenvolvida pelo IA na década de 1960 ocupa, contudo, pouco espaço nas sínteses históricas sobre a Malacologia no Brasil (Simone 2003, 139–147). Essa ausência não permite, por si só, explicar as razões da reduzida visibilidade posterior da instituição, mas assinala uma lacuna historiográfica. As fontes examinadas nesta investigação permitem, pelo menos, tornar visível uma experiência até agora pouco considerada e acompanhar as formas concretas pelas quais a Malacologia foi organizada e praticada no Instituto.

A trajetória da área no IA iniciou-se com a incorporação de uma coleção particular, mas ganhou continuidade por meio de campanhas de recolha, organização do acervo, publicação de estudos, permutas e relações com especialistas e instituições estrangeiras. Essa combinação de recursos internos e contactos externos sustentou atividades que produziram efeitos duradouros, como a ampliação das coleções e a

²⁹² “Estiveram em Natal membros do Conselho Nacional de Pesquisas”. *Diário de Natal* (Natal), 14 de junho de 1966, 5. Hemeroteca Digital Brasileira; Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Carta de Rui Ribeiro Franco para o Reitor da UFRN”. 27 de junho de 1966. [Assunto: Sobre o Instituto de Antropologia, apoio do CNPq e pesquisa em jazidas petrológicas e malacológicas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

circulação de espécimes e publicações, embora outras iniciativas, entre as quais a bolsa de formação na Academy e o centro regional proposto em 1966, não tenham sido concretizadas.

3.2.5 Construção e limites de um projeto científico (1960–1973)

Em conjunto, as atividades examinadas nas subseções anteriores permitem falar na construção de um projeto científico institucional, desde que este não seja entendido como um programa linear, plenamente integrado ou definido desde o início. Entre 1960 e 1973, o Instituto de Antropologia organizou frentes de investigação em diferentes áreas, criou secções e departamentos, formou investigadores, constituiu coleções e procurou assegurar recursos para a continuidade das atividades. Trabalho de campo, análise laboratorial, produção de registos, publicação de resultados e formação de acervos combinaram-se de maneiras distintas em cada área, que apresentou ritmos e graus de continuidade desiguais.

O Rio Grande do Norte ocupou um lugar central na definição dos objetos de investigação. Populações, práticas culturais, sítios arqueológicos, ocorrências fossilíferas e formações geológicas forneceram problemas e materiais para pesquisas formuladas e conduzidas a partir do Instituto. Ao mesmo tempo, a produção dos resultados dependia frequentemente de relações com outros centros: especialistas colaboravam na identificação de materiais e na formação da equipa; amostras eram enviadas para laboratórios externos; investigadores circulavam por outras instituições; e agências de fomento apoiavam projetos e campanhas. Estas relações não funcionaram apenas como fontes de reconhecimento, mas integraram a própria organização material e intelectual do trabalho científico.

A articulação entre iniciativa local e circulação externa aproxima o caso do IA de discussões historiográficas que questionam a representação de centro e periferia como posições fixas. Como observa Körner (2019, 5–6, 10–11), estas categorias são relacionais: as hierarquias espaciais dependem da escala e do ponto de observação, enquanto os intercâmbios entre espaços desigualmente posicionados podem assumir formas

assimétricas e multidirecionais. Esta perspectiva permite evitar que a posição do Instituto seja definida de forma absoluta a partir da sua localização geográfica ou da distância em relação aos centros mais consolidados da ciência brasileira.

Em sentido convergente, Lopes, Lacerda e Simões (2024, 339, 344–45) mostram que as histórias de instituições científicas não podem ser compreendidas isoladamente das redes pelas quais circulam pessoas, instrumentos, práticas e conhecimentos. Essa circulação, contudo, não elimina as desigualdades entre os participantes nem homogeneiza as condições de investigação; as redes podem, antes, reconfigurar assimetrias já existentes.

Esta perspectiva ajuda a compreender uma característica recorrente da trajetória do IA. O Instituto formulou investigações, organizou campanhas de campo, reuniu coleções, publicou resultados e formou quadros, mas recorreu também a competências, equipamentos e recursos indisponíveis localmente. A circulação científica não deve, portanto, ser interpretada nem como prova de autonomia plena nem como simples expressão de dependência. Ela constituiu uma das condições concretas da produção de conhecimento, ao mesmo tempo que tornava visíveis as desigualdades de infraestrutura e de pessoal especializado que condicionavam a continuidade das investigações.

Os efeitos dessas relações também variaram entre as áreas. Na antropologia física e na arqueologia, investigadores que haviam iniciado a sua trajetória como pesquisadores auxiliares receberam formação especializada e vieram a assumir novas responsabilidades científicas. Nas geociências, em contrapartida, a morte de Antônio Campos revelou a dificuldade de substituir internamente um investigador que concentrava competências e projetos em diferentes frentes. Na Malacologia, as campanhas, permutas e relações internacionais produziram coleções e publicações, mas iniciativas destinadas à formação de novos especialistas e à ampliação institucional da área não chegaram a concretizar-se. A capacidade de reproduzir expertise no próprio Instituto foi, assim, desigual e constitui uma dimensão importante dos alcances e limites da sua institucionalização científica.

O que se delineia, portanto, não é uma instituição plenamente consolidada nem um conjunto de iniciativas isoladas, mas um projeto científico em construção. A

produção de conhecimento assentou na combinação entre recursos locais e relações externas, sem que estas eliminassem as assimetrias do sistema científico brasileiro. É nesse sentido que o Instituto de Antropologia pode ser compreendido como espaço efetivo de produção científica: pela capacidade de formular investigações, formar competências, constituir coleções e sustentar, ainda que de forma desigual, a continuidade de diferentes práticas científicas no Rio Grande do Norte.

3.3 Redes de cooperação, financiamento e condições materiais da investigação no Instituto de Antropologia (1962–1973)

A análise das diferentes áreas científicas do Instituto de Antropologia mostrou que muitas das atividades desenvolvidas dependiam, em graus distintos, de relações mantidas com pessoas e instituições exteriores. Importa agora deslocar a escala de observação: das práticas próprias de cada área para os mecanismos transversais que sustentavam a circulação de publicações, materiais, conhecimentos, pessoas e recursos. Esta secção examina, por isso, os modos pelos quais essas relações foram estabelecidas, diferenciadas e convertidas em condições concretas de trabalho científico.

Esta abordagem aproxima-se de uma historiografia que tem sublinhado o carácter relacional, material e situado da produção científica. Em vez de considerar as instituições científicas como unidades isoladas, essa perspetiva observa os circuitos por meio dos quais circulam objetos, instrumentos, textos, pessoas, técnicas e formas de autoridade. A circulação, nesse sentido, não corresponde apenas à difusão posterior de conhecimentos já constituídos, mas integra os próprios processos de produção, transformação e validação do saber. Ao compreender a ciência como forma de comunicação, essa literatura desloca a atenção para os movimentos de transmissão, tradução e apropriação que permitem acompanhar o modo como o conhecimento se desloca entre diferentes públicos, suportes e espaços. Do mesmo modo, a crítica aos modelos lineares de difusão entre centros produtores e espaços concebidos como periferias de receção permite analisar a circulação como processo situado de construção

do conhecimento, marcado por mediações, adaptações e assimetrias (Secord 2004, 654–58, 664–67; Raj 2007, 1–26).

As redes, portanto, não devem ser entendidas apenas como vínculos formais entre instituições, mas como práticas de comunicação, negociação, tradução, cooperação e circulação que tornavam possível o trabalho científico. No caso de institutos, museus e coleções científicas, essa dimensão torna-se particularmente relevante, pois a investigação dependia da mobilização de materiais, registros, publicações, equipamentos e procedimentos capazes de sustentar práticas de recolha, comparação, classificação e comunicação. Esses elementos integravam as próprias condições materiais da investigação, articulando o trabalho de campo, o laboratório, as coleções e os circuitos de troca científica. Essa leitura aproxima-se de estudos que têm evidenciado a multiplicidade de atores, objetos, práticas de circulação e operações frequentemente secundarizadas por narrativas centradas apenas nas instituições e nos seus protagonistas principais (Star e Griesemer 1989, 387–94; Pereira 2017, 15–20, 23–27, 32–35).

É a partir desta perspectiva que a correspondência institucional, os intercâmbios bibliográficos, a circulação de materiais e os registros financeiros do IA são aqui analisados: não como elementos acessórios ou meramente administrativos, mas como vestígios das condições concretas que permitiam estabelecer relações, mobilizar recursos e sustentar práticas de investigação.

A partir deste enquadramento, a análise avança em duas etapas. Primeiro, examinam-se as modalidades de relação interinstitucional documentadas entre 1962 e 1973, distinguindo comunicação, intercâmbio, cooperação técnica, circulação de materiais, formação e apoio financeiro. Em seguida, acompanham-se os registros financeiros e administrativos do Instituto, de modo a compreender como essas relações se traduziam em deslocações, coleções, equipamentos, trabalho remunerado e outras condições materiais da investigação.

3.3.1 Comunicação, intercâmbio e cooperação: modalidades de relações interinstitucionais

A correspondência institucional conservada no Arquivo do Museu Câmara Cascudo permite observar como os canais de comunicação científica começaram a ser formalmente acionados pelo Instituto de Antropologia. A partir de junho de 1962, essa dimensão torna-se particularmente visível numa iniciativa sistemática coordenada por Câmara Cascudo, então diretor do Instituto. Por meio de cartas oficiais enviadas a museus, universidades, centros de investigação e associações científicas no Brasil e no estrangeiro, comunicava-se formalmente a criação do Instituto de Antropologia. Nessas correspondências, apresentavam-se a estrutura organizacional do Instituto, os seus departamentos, áreas de atuação e responsáveis técnicos, e solicitava-se a inclusão da instituição em listas de intercâmbio de publicações e bibliografias especializadas.

A iniciativa não documenta, por si só, o estabelecimento de relações de cooperação efetiva com todos os destinatários. Mostra, contudo, uma tentativa sistemática de abrir canais formais de comunicação e de facilitar o acesso a publicações, informação especializada e potenciais interlocutores. Este conjunto de correspondências constitui também um dos registos mais expressivos da atuação de Câmara Cascudo à frente do Instituto, sobretudo porque se desligou da direção poucos meses depois. O alcance da campanha epistolar deve, portanto, ser avaliado caso a caso: enquanto algumas comunicações permaneceram no plano da apresentação institucional, outras deram origem a intercâmbios bibliográficos, circulação de materiais, propostas de formação, apoio técnico ou formas mais duradouras de cooperação.

O levantamento das correspondências oficiais e dos demais registos conservados no Arquivo do MCC permitiu identificar um conjunto numeroso de instituições nacionais e estrangeiras com as quais o IA manteve alguma forma documentada de comunicação entre 1962 e 1973. As Tabelas 3 e 4 não pressupõem relações de igual intensidade, duração ou efeito. Reúnem antes os interlocutores identificados na documentação, constituindo um primeiro mapa dos canais institucionais acionados pelo Instituto.

Tabela 3 - Instituições e organismos sediados no Brasil para os quais foram identificados registros de comunicação do IA (1962-1973)

Instituição	Localização
Comissão Educacional dos Estados Unidos no Brasil – Fulbright Commission	Rio de Janeiro, RJ
Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro	Rio de Janeiro, RJ
Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia	Salvador, Bahia
Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais	Rio de Janeiro, RJ
Comando da Base Aérea de Natal	Natal, RN
Conselho Nacional de Estatística	Rio de Janeiro, RJ
Consulado norte-americano no Recife	Recife, Pernambuco
Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná	Curitiba, Paraná
Departamento de Estatística do Estado do RN	Natal, RN
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do RJ	Rio de Janeiro, RJ
Discoteca Pública Municipal de São Paulo	São Paulo, SP
Divisão de Antropologia tropical do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco	Recife, PE
Divisão de Ciências Geológicas, Instituto de Ciências da Terra da Universidade Federal de Pernambuco	Recife, PE
Escola de Sociologia e Política de São Paulo	São Paulo, SP
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará	Belém, PA
Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina	Florianópolis, Santa Catarina
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo	São Paulo, SP
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Rio de Janeiro, RJ
Instituto Butantan	São Paulo, SP
Instituto de Antropologia da Faculdade de Filosofia do Recife	Recife, Pernambuco
Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná	Curitiba, Paraná
Instituto de Ciências Naturais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre, RS
Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia	Salvador, Bahia
Instituto de Geociências da Universidade do Recife	Recife, PE
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	Manaus, Amazonas
Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais	Recife, Pernambuco
Instituto Nacional do Livro	Rio de Janeiro, RJ
Museu Municipal de Mossoró	Mossoró, RN
Museu Nacional no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, RJ
Museu Paraense Emílio Goeldi no Pará	Belém, PA
Museu Paulista	São Paulo, SP
Sociedade Brasileira de Anatomia	São Paulo, SP

Tabela 4 - Instituições e organismos sediados no exterior para os quais foram identificados registos de comunicação do IA (1962-1973)

Instituição	Localização
Academy of Natural Sciences of Philadelphia	Philadelphia, EUA
Agência Geral do Ultramar	Lisboa, Portugal
American Anthropological Association	Washington, EUA
Anthropological Society of Hawaii	Honolulu, EUA
Centro de Estudios de Etnología Peninsular	Madrid, Espanha
Companhia de Diamantes de Angola	Lisboa, Portugal
Departamento de Ciências Antropológicas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires	Buenos Aires, Argentina
Departamento de Sociologia da University of Florida	Gainesville, EUA
Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Nacional de Tucumán	Argentina
Folklore Americas	Flórida, EUA
Folklore Institute – Indiana University	Indiana, EUA
Institut d'Ethnographie	Genebra, Suíça
Instituto Colombiano de Antropologia	Colômbia
Instituto de Antropologia da Universidade Nacional de Tucumán	Argentina
Instituto de Antropologia da Universidade do Porto	Portugal
Instituto de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Letras de Mendoza	Argentina
Instituto de Folclore de Bucareste	Romênia
Instituto de História do México	México
Instituto de Linguística da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional de Cuyo	Mendoza, Argentina
Instituto Frobenius	Alemanha
Instituto Indigenista Interamericano	México
Instituto Nacional de Antropologia e História	México
Junta Distrital de Vila Real	Vila Real, Portugal
Museo del Pueblo Español	Madrid, Espanha
Museu de Arqueologia da Universidade Nacional de Trujillo	Peru
Museu Etnográfico de Gotemburgo	Suécia
Musée de l'Homme	Paris, França
Peabody Museum of Archeology and Ethnology	Massachusetts, EUA
Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland	Londres, Inglaterra
Seção Latino-americana do Centro de Investigações Político-Culturais de Freiburg	Freiburg, Alemanha
Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo	Portugal
Smithsonian Institution	Washington D.C., EUA
Société Suisse des Americanistes	Suíça
Universidad Nacional de San Cristobal de Huamanga	Ayacucho, Peru
Université Libre de Bruxelles	Bélgica
University of Pennsylvania	Philadelphia, EUA

Instituições e organismos sediados no Brasil para os quais foram identificados registros de comunicação do IA (1962–1973)



Figura 35 - Distribuição geográfica das instituições e organismos sediados no Brasil para os quais foram identificados registros de comunicação do IA (1962–1973).

Fonte: elaboração própria, a partir da correspondência institucional conservada no Arquivo do Museu Câmara Cascudo.

Instituições e organismos sediados no exterior para os quais foram identificados registros de comunicação do IA (1962–1973).



Figura 36 - Distribuição geográfica das instituições e organismos sediados no exterior para os quais foram identificados registros de comunicação do IA (1962–1973).

Fonte: elaboração própria, a partir da correspondência institucional conservada no Arquivo do Museu Câmara Cascudo.

A leitura conjunta da Tabela 3 e da Figura 35 permite observar, em primeiro lugar, que os canais acionados pelo IA não se restringiam aos principais centros acadêmicos brasileiros. Embora Rio de Janeiro e São Paulo apareçam de forma expressiva, a documentação também registra interlocutores em Recife, Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Manaus e Mossoró. Esta distribuição sugere que o Instituto procurava articular-se com instituições situadas em diferentes regiões do país, sobretudo onde existiam competências associadas às suas áreas de atuação.

A lista nacional mostra ainda que a comunicação institucional não se dirigia apenas a universidades e institutos de investigação. Nela aparecem órgãos de estatística, instituições de patrimônio, entidades bibliográficas, centros de estudos sociais, organismos culturais, uma base aérea, um consulado e a Comissão Fulbright. Essa diversidade indica que a construção de canais de circulação científica dependia também de estruturas administrativas, culturais, diplomáticas e informacionais, e não apenas de instituições estritamente acadêmicas e científicas.

No plano estrangeiro, a leitura conjunta da Tabela 4 e da Figura 36 revela uma geografia igualmente diversificada. A presença de instituições dos Estados Unidos e da Europa coexistia com interlocutores latino-americanos situados na Argentina, México, Peru e Colômbia. Esta composição evita uma leitura limitada à oposição entre Brasil, Europa e Estados Unidos, mostrando que o IA procurava também estabelecer canais com circuitos latino-americanos de antropologia, arqueologia, etnologia, folclore e ciências sociais.

A variedade dos interlocutores acompanha a própria configuração multidisciplinar do Instituto. As instituições listadas remetiam para antropologia, arqueologia, etnologia, folclore, sociologia, geologia, paleontologia, ciências naturais, estatística, patrimônio e cultura popular. Desse modo, o conjunto de contactos documentados refletia a amplitude científica do IA, marcada pela articulação entre investigação, constituição de coleções, formação especializada e comunicação pública do conhecimento.

A presença dessas instituições na documentação, contudo, não deve ser interpretada como prova de cooperação efetiva ou continuada em todos os casos. O

conjunto indica a existência de comunicação documentada e permite reconhecer diferentes possibilidades de circulação científica, envolvendo publicações, materiais de investigação, informação especializada, formação, apoio técnico e recursos financeiros. A natureza e os efeitos dessas relações precisam, por isso, de ser examinados caso a caso, distinguindo a simples apresentação institucional das formas mais densas de intercâmbio e cooperação.

A partir desse primeiro mapa de interlocutores, torna-se necessário passar da identificação das instituições para a análise das modalidades assumidas pelas relações documentadas. Em alguns casos, conserva-se apenas a carta inicial de apresentação ou um pedido de intercâmbio bibliográfico; noutros, a correspondência documenta a circulação de publicações, objetos e informações, a formação de investigadores, o desenvolvimento de atividades conjuntas ou a obtenção de apoio material e financeiro. Essas modalidades não eram mutuamente exclusivas nem necessariamente contínuas: uma mesma instituição podia fornecer publicações, receber ou enviar espécimes, acolher investigadores, participar em atividades de campo ou contribuir para o financiamento de determinadas ações. A tipologia apresentada na Tabela 5 procura, por isso, classificar as funções documentadas das relações, e não distribuir rigidamente as instituições por categorias fixas.

Tabela 5 - Modalidades documentadas de relação interinstitucional do Instituto de Antropologia (1962–1973).

Modalidade	Práticas documentadas	Exemplos institucionais
Comunicação institucional e intercâmbio bibliográfico	Cartas de apresentação; pedidos de inclusão em listas de intercâmbio; envio e receção de publicações e bibliografias	Instituições reunidas nas Tabelas 3 e 4; Smithsonian Institution; Academy of Natural Sciences
Circulação de objetos, espécimes e registos de investigação	Envio e receção de peças, coleções, espécimes, fichas de campo e outros materiais de investigação	UFPA; Museu Nacional; Academy of Natural Sciences
Cooperação técnico-científica	Identificação e comparação de materiais; partilha de conhecimentos especializados; participação em atividades de campo e investigação	Museu Nacional; USP; UFPE; UFPR; Academy of Natural Sciences; Smithsonian Institution

Formação, mobilidade e propostas de intercâmbio	Cursos, estágios, treino especializado, deslocação de investigadores e propostas de mobilidade discente	UFRGS; UFBA; Museu Nacional; USP; UFPR; Smithsonian Institution; Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga
Apoio financeiro e logístico	Financiamento de atividades de campo; bolsas; aquisição ou envio de materiais; apoio a deslocações e outras condições de execução	CNPq; CAPES; Smithsonian Institution; Academy of Natural Sciences

Entre essas modalidades, um primeiro conjunto de práticas dizia respeito à circulação de publicações, objetos e registos de investigação. Em outubro de 1964, Napoleão Figueiredo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará, comunicou a Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo o envio de materiais e de fichas utilizadas no trabalho de campo. Entre as peças, mencionava um objeto destinado ao museu: “Uma das peças vou te mandar para o teu museu. É um ofertório ligeiramente fragmentado, porém reconstituído. É uma bela peça”.²⁹³ A correspondência mostra que a circulação não abrangia apenas objetos destinados às coleções, mas podia incluir também instrumentos de registo e procedimentos associados à investigação. A formulação pessoal da mensagem mostra ainda que os canais institucionais podiam coexistir com relações interpessoais estabelecidas entre os investigadores.

Algumas relações assumiram funções diversas ao longo do período. Foi o caso da Smithsonian Institution e da Academy of Natural Sciences of Philadelphia. A primeira aparece associada ao envio de publicações, à cooperação no âmbito da investigação arqueológica e ao apoio financeiro às atividades de campo desenvolvidas no contexto do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). A Academy, por sua vez, participou no intercâmbio bibliográfico e na circulação de materiais especializados e de espécimes, incluindo a coleção de moluscos incorporada no Instituto. Estes casos mostram que uma mesma relação institucional podia articular diferentes operações,

²⁹³ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ficha 301/1964, Napoleão Figueiredo a Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo”. 25 de outubro de 1964. [Assunto: Envio de material arqueológico e etnográfico]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

não sendo redutível a uma única categoria, como “cooperação científica” ou “apoio material”.

A documentação registra também iniciativas que permaneceram no plano da proposta. Em março de 1964, Efraín Morote Best, da Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga, em Ayacucho, escreveu a Veríssimo de Melo propondo um programa de intercâmbio de estudantes brasileiros naquela universidade.²⁹⁴ A carta aproximava interesses de investigação e apresentava a mobilidade discente como uma forma de estreitar a comunicação entre as instituições. O documento permite, portanto, identificar uma proposta concreta de cooperação e as expectativas que a acompanhavam, mas não demonstra, por si só, que o programa tenha sido efetivamente realizado.

Outras correspondências mostram que os fluxos de informação não se processavam apenas do Instituto para instituições onde os seus investigadores procuravam formação, bibliografia ou apoio técnico. Em 1964, Horace G. Richards, especialista em moluscos cenozóicos e diretor do Departamento de Geologia e Paleontologia da Academy of Natural Sciences of Philadelphia, escreveu a Cabral de Carvalho manifestando interesse nos estudos sobre a fauna marinha do Rio Grande do Norte. Richards solicitava informações sobre fósseis de moluscos do Pleistoceno encontrados na região de Natal, que pretendia comparar com exemplares provenientes da Argentina.²⁹⁵ A correspondência documenta, assim, o interesse de um investigador estrangeiro por dados e materiais associados às investigações realizadas no Rio Grande do Norte e a possibilidade de os integrar numa análise comparativa mais ampla.

A tipologia evidencia, portanto, que as relações externas integravam o funcionamento cotidiano do Instituto por vias distintas. O acesso a uma publicação, a

²⁹⁴ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Carta 107/64, Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga, Carta para Prof. Veríssimo de Melo, Instituto de Antropologia, Universidade do Rio Grande do Norte”. 9 de março de 1964. Assunto: Recebimento do 1º volume dos *Arquivos*; proposta de intercâmbio de alunos; discussão sobre peças de cerâmica]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁹⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Carta 209/64, Horace G. Richards para José Nunes Cabral de Carvalho”. 29 de junho de 1964. Assunto: Interesse em moluscos do Pleistoceno marinhos no Rio Grande do Norte]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

incorporação de um espécime, a realização de um estágio, a comparação de materiais ou o financiamento de uma campanha de campo correspondiam a operações diferentes, cada uma com exigências materiais e administrativas próprias. Além disso, os recursos e apoios obtidos não se convertiam automaticamente em investigação: era necessário solicitar verbas, organizar deslocações, transportar e desembaraçar materiais, pagar serviços, instalar equipamentos e prestar contas. É a essa infraestrutura financeira, laboral e administrativa das práticas científicas que se volta a análise seguinte.

3.3.2 Seguir o rasto do dinheiro: financiamento e condições materiais das práticas científicas

As relações examinadas na subsecção anterior adquiriam efeitos concretos no quotidiano do Instituto quando se traduziam em publicações recebidas, materiais transportados, deslocações realizadas, processos de formação apoiados, campanhas de campo financiadas ou equipamentos incorporados. Cada uma destas operações exigia recursos e implicava procedimentos específicos: solicitar verbas, antecipar despesas, adquirir bens, contratar serviços, remunerar trabalhadores, organizar transportes e prestar contas. Para compreender esta dimensão do funcionamento do Instituto de Antropologia, a análise desloca-se agora para os registos financeiros e administrativos produzidos entre 1962 e 1973.

A análise parte de uma conceção ampla das condições materiais da investigação, considerando os arranjos através dos quais dinheiro, trabalho, materiais, equipamentos e apoios institucionais eram mobilizados para viabilizar investigação, formação, constituição de coleções, circulação especializada e comunicação pública do conhecimento.

Inspirada na proposta de “seguir o rasto do dinheiro” desenvolvida no dossiê “Follow the Money: Networks, Peers, and Patronage in the History of Science”, publicado na revista *Isis*, esta abordagem toma os documentos financeiros e administrativos não como simples resíduos burocráticos, mas como vestígios das operações necessárias à realização das práticas científicas (Andersen, Bek-Thomsen e Kjærgaard 2012, 310–15). Seguir esses percursos não significa reduzir a ciência ao financiamento, mas observar

como recursos, relações, objetos, trabalho, instrumentos e publicações se articulavam nas condições concretas de produção do conhecimento.

O corpus analisado inclui prestações de contas, recibos, folhas de pagamento, planos de investigação, ofícios, pedidos de recursos e outros documentos administrativos conservados no Arquivo do Museu Câmara Cascudo. A documentação, contudo, é parcial e desigual ao longo do período, não constituindo uma série contabilística completa. Não permite, por isso, reconstruir de forma contínua o orçamento anual do Instituto nem determinar com segurança a distribuição proporcional dos recursos entre áreas ou tipos de atividade. Permite, antes, identificar despesas e operações específicas, os mecanismos utilizados para as viabilizar, os agentes nelas envolvidos e as mediações administrativas exigidas pela sua execução.

Pela mesma razão, os valores monetários são apresentados tal como registados nas fontes. Uma vez que o período analisado atravessa alterações monetárias e processos inflacionários, os montantes não são utilizados para estabelecer comparações diretas de poder de compra ou da evolução real das despesas entre anos diferentes. A sua análise incide sobretudo na natureza das operações financiadas, na composição dos custos e nas formas de mobilização e circulação dos recursos.

Para organizar este conjunto documental, foram definidas seis dimensões de análise. Estas não correspondem necessariamente a rubricas orçamentais utilizadas pelo próprio Instituto, mas agrupam as despesas e operações segundo as funções que desempenhavam no trabalho científico.

Tabela 6 - Dimensões de análise das despesas e operações financeiras documentadas no Instituto de Antropologia (1962–1973)

Nº	Dimensão de análise	Despesas e operações incluídas
1	Mobilidade, trabalho de campo e viagens científicas	Transporte, diárias, alimentação, alojamento, combustível e outras despesas associadas a campanhas de campo, recolhas, visitas técnicas, deslocações para formação e participação em eventos científicos.
2	Coleções, bibliografia e circulação de materiais	Aquisição e incorporação de peças, espécimes, livros e outros recursos bibliográficos; obtenção de cópias e microfilmes; transporte e circulação de materiais científicos e museológicos.

3	Produção editorial, visual e museográfica	Pagamentos relacionados com ilustração, fotografia, restauro, montagem, preparação de espécimes, produção editorial e outras formas de documentação, tratamento e apresentação de materiais.
4	Equipamentos e infraestruturas	Aquisição de instrumentos científicos, equipamentos de campo e laboratório, mobiliário técnico e veículos, bem como adaptações de espaços e outras intervenções necessárias às atividades do Instituto.
5	Trabalho científico, técnico e operacional	Salários, gratificações, bolsas e pagamentos avulsos a investigadores, pesquisadores auxiliares, técnicos, trabalhadores administrativos e profissionais de apoio às diferentes atividades do Instituto.
6	Despesas correntes e custos de mediação	Adiantamentos, reembolsos, manutenção e reparação de equipamentos, compras emergenciais, fretes, seguros, taxas alfandegárias e outras despesas necessárias à execução e continuidade das atividades.

As dimensões não são mutuamente exclusivas. O transporte de um espécime, por exemplo, pode ser analisado simultaneamente como parte da circulação de coleções e como um custo de mediação; uma viagem pode articular trabalho de campo, formação e cooperação científica. A classificação serve, portanto, para organizar a análise segundo a função predominante em cada operação, sem pressupor fronteiras rígidas entre as diferentes práticas.

Os apoios provenientes de agências de fomento, universidades e instituições científicas não constituem uma categoria separada equivalente às anteriores. CNPq, CAPES, Smithsonian Institution, Academy of Natural Sciences e outros interlocutores aparecem na documentação como fontes de recursos, mediadores ou participantes em operações de natureza distinta, que podiam envolver trabalho de campo, formação, aquisição de materiais, circulação de publicações ou instalação de equipamentos. Sempre que a documentação o permite, a análise identifica a proveniência dos recursos e as condições associadas à sua utilização.

Em vez de reconstruir uma sequência orçamental ano a ano, que as fontes disponíveis não sustentam, a análise acompanha operações suficientemente documentadas para tornar visíveis os seus componentes materiais, laborais e administrativos. O objetivo não é produzir uma contabilidade exaustiva do Instituto,

mas compreender como atividades já examinadas nas secções anteriores — trabalho de campo, formação de coleções, investigação laboratorial, formação de investigadores e circulação de conhecimento — eram financeiramente e operacionalmente viabilizadas.

A primeira dimensão identificada na documentação diz respeito à mobilidade, ao trabalho de campo e às viagens científicas. Entre 1962 e 1973, diárias, adiantamentos, reembolsos, combustível, manutenção de veículos e passagens aparecem associados tanto a campanhas de investigação como a deslocações para formação e participação em encontros científicos. Estes registos permitem observar os recursos necessários para colocar pessoas e equipas em movimento e mostram que a mobilidade constituía uma condição material recorrente das atividades do Instituto.

Os documentos de 1962 já registam a concessão de diárias para deslocações a São Tomé, São Rafael e Santa Cruz, destinadas à recolha de material arqueológico.²⁹⁶ Embora os valores não estejam especificados nos registos consultados, a documentação permite identificar as localidades, a finalidade das viagens e o recurso às diárias como mecanismo para viabilizar o trabalho de campo. Em setembro de 1963, uma operação de maior amplitude envolveu quatro expedições etnográficas coordenadas por Veríssimo de Melo em diferentes zonas do estado. O planeamento previa diárias para três integrantes da equipa, detalhava o combustível necessário, incluindo 1.221 litros de gasolina, e destinava Cr\$ 253.900,00 à realização das atividades.²⁹⁷ O documento torna visível a composição dos custos de uma campanha de campo e, em particular, o peso dos deslocamentos numa investigação distribuída por diferentes localidades.

Em outubro do mesmo ano, Cabral de Carvalho destinou Cr\$ 18.000,00 ao pagamento de 15 diárias e à manutenção de um veículo Volkswagen “Kombi” numa

²⁹⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 1/62 para o vice-Reitor da UFRN José Cavalcanti Melo", 23 de maio de 1962 [Assunto: Requisitar transporte para viagem de pesquisa]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 16/62, para o Reitor da UFRN". 29 de junho de 1962. [Assunto: Diárias para viagem aos municípios de São Rafael e Santa Cruz]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁹⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofício 246/63, de Veríssimo de Melo do Departamento de Antropologia Cultural para o Diretor do Instituto de Antropologia". 11 de setembro de 1963. [Assunto: Comunicar início de trabalhos de campo do Departamento de Antropologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

incursão ao município de Caraúbas. A documentação descrevia a atividade como destinada aos primeiros contactos da Antropologia Física com grupos contemporâneos considerados em relativo isolamento.²⁹⁸ O registo associa, assim, o objetivo científico da viagem a duas condições materiais imediatas da sua realização: a permanência da equipa no terreno e a disponibilidade de transporte.

Poucos meses depois, em abril de 1964, um reembolso de Cr\$ 15.000,00 a Cabral de Carvalho registou a participação do Instituto numa expedição realizada com o geólogo João José Bigarella, da Universidade Federal do Paraná, num percurso que incluiu os municípios de São Bento do Norte e Touros.²⁹⁹ A colaboração com um investigador externo, já analisada no âmbito das relações científicas do Instituto, adquire aqui outra dimensão: a cooperação implicava deslocações e despesas que precisavam de ser administrativamente viabilizadas e posteriormente reembolsadas.

A documentação relativa a Olho d'Água da Escada permite observar com maior detalhe a continuidade material exigida por uma mesma frente de investigação. Em janeiro de 1968, dois adiantamentos, no valor de NCr\$ 400,00 e NCr\$ 130,00, foram destinados a uma campanha de paleontologia e espeleologia na localidade, situada no distrito de Baraúna, município de Mossoró.³⁰⁰ Em novembro de 1969, uma nova atividade no mesmo local motivou a solicitação de dez diárias para uma equipa composta por pesquisadores seniores, pesquisadores auxiliares, motorista, carpinteiro e ajudante.³⁰¹ Mais do que o número de participantes, a diversidade das funções envolvidas mostra que

²⁹⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofício 264/63, para o Reitor da UFRN". 14 de outubro de 1963. [Assunto: Solicita diárias e manutenção de viatura para pesquisa em Caraúbas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

²⁹⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 234/64, para o Reitor da UFRN". 24 de abril de 1964. [Assunto: Solicitação de reembolso de despesas com pesquisa de campo (São Bento do Norte e Touros)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1968. "Ofício 7/68, para o Reitor da UFRN". 15 de janeiro de 1968. [Assunto: Adiantamento de NCr\$ 400,00 para despesas de pesquisa espeleopaleontológica na localidade Olho d'Água da Escada (distrito de Baraúna, Mossoró)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.; Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1968. "Ofício 12/68, para o Reitor da UFRN". 29 de janeiro de 1968. [Assunto: Complementação de NCr\$ 130,00 para continuidade de pesquisa espeleopaleontológica na localidade Olho d'Água da Escada (distrito de Baraúna, Mossoró)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰¹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 79/69, para o Reitor da UFRN". 11 de novembro de 1969. [Assunto: Solicitação de 10 diárias para uma equipe em nova incursão ao Lajedo da Escada (Baraúna/Mossoró)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

uma campanha científica podia mobilizar um conjunto de trabalhos especializados e operacionais que ultrapassava os investigadores diretamente responsáveis pela definição dos problemas e pela análise dos materiais. Escavar, transportar, montar estruturas e deslocar pessoas e equipamentos integravam a mesma operação científica.

Os recursos destinados à mobilidade não se restringiam ao trabalho de campo. A documentação regista também deslocações para participação em encontros científicos e atividades de formação. Em maio de 1969, foram solicitadas passagens para que Francisco Renato de Sá e Benevides Filho participasse nas reuniões da Sociedade Brasileira de Genética, realizadas em Porto Alegre.³⁰² Em dezembro de 1970, Protásio de Melo deslocou-se a Brasília para o II Seminário de Linguística e Literatura Inglesa e Americana, recebendo um adiantamento de Cr\$ 182,00.³⁰³ Em 1971, foi solicitada a concessão de recursos para a participação de Nássaro Antônio de Souza Nasser no II Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, realizado em Salvador e convocado pelo Ministério da Educação e Cultura.³⁰⁴

A leitura destas operações mostra que a mobilidade científica assumia formas diversas e mobilizava mecanismos financeiros igualmente variados. Trabalho de campo, cooperação com investigadores de outras instituições, formação e participação em encontros científicos podiam exigir diárias, adiantamentos, reembolsos, passagens, combustível e manutenção de veículos. Os registos financeiros permitem, assim, deslocar a atenção do destino ou do resultado das viagens para as condições necessárias à sua realização. A circulação de pessoas e equipas dependia de uma infraestrutura

³⁰² Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 39/69, para o Reitor da UFRN". 29 de maio de 1969. [Assunto: Solicita passagem área para Francisco Benevides apresentar trabalho na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Genética em Porto Alegre]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰³ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1970. "Ofício 94/70, para o Reitor da UFRN". 30 de dezembro de 1970. [Assunto: Solicita recursos para Protásio de Melo participar do II Seminário de Linguística e Literatura Inglesa e Americana, na cidade de Brasília]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰⁴ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1971. "Ofício 112/71, para o Reitor da UFRN". 21 de outubro de 1971. [Assunto: Solicita recursos para Nássaro Nasser representar o IA no II Encontro de Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em Salvador, Bahia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

material e administrativa que ligava o planejamento científico à disponibilidade de transporte, à remuneração do tempo passado fora da instituição e ao trabalho de profissionais responsáveis pelo apoio técnico e logístico.

Esta mobilidade estava também diretamente ligada à formação e à circulação de materiais. As campanhas de campo alimentavam coleções; viagens e relações institucionais permitiam obter livros, espécimes e outros recursos; e a movimentação desses objetos gerava, por sua vez, novos custos de aquisição, transporte e incorporação. É para esta dimensão que se volta a análise seguinte.

A segunda dimensão identificada na documentação reúne a obtenção de bibliografia, a formação das coleções e a circulação de materiais científicos e museológicos. Livros, microfilmes, peças etnográficas, objetos de cultura popular, reproduções e espécimes aparecem nos registros financeiros associados a operações distintas de compra, recolha, envio, transporte, restauro e incorporação. Estes documentos permitem observar não apenas o que o Instituto procurava reunir, mas também os procedimentos e custos necessários para fazer chegar materiais e informação a Natal.

A constituição de uma biblioteca especializada aparece desde os primeiros anos do período analisado. Em 31 de julho de 1962, Cabral de Carvalho, então à frente do Departamento de Antropologia Física, escreveu à Livraria Kosmos Editora, no Rio de Janeiro, solicitando o envio da obra *Lehrbuch der Anthropologie*, de Karl Saller, e consultando a disponibilidade de outras publicações técnicas. A lista incluía *The Principles of Classification and a Classification of Mammals* (1945), de George Simpson; *Text-book of Paleontology* (1925), de Karl Alfred von Zittel; *Vertebrate Paleontology* (1945), de Alfred Sherwood Romer; *Methods and Principles of Systematic Zoology* (1953), de Ernst Mayr, E. G. Linsley e R. L. Usinger; e os sete volumes do *Traité de Paléontologie* (1952), dirigido por Jean Piveteau.³⁰⁵ A diversidade das obras solicitadas correspondia às

³⁰⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 42/62, para o Reitor da UFRN". 3 de agosto de 1962. [Assunto: Adiantamento Cr\$ 50.000,00 para Saller, *Lehrbuch der Anthropologie* (vols. I-II)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

áreas de Antropologia Física, Zoologia, Geologia e Paleontologia que o Instituto procurava estruturar.

Outros mecanismos de acesso à literatura científica aparecem nos anos seguintes. Em janeiro de 1969, o Instituto pagou NCr\$ 41,24 ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) pela obtenção de microfilmes dos periódicos *Anales del Museo de La Plata*, *Nouvelles Archives du Muséum*, *Journal de Zoologie e Physis*.³⁰⁶ O registro mostra o recurso a serviços especializados de reprodução documental para obter literatura científica estrangeira que não se encontrava necessariamente disponível na biblioteca do Instituto. Tal como acontecia com as coleções científicas e outros materiais, o acesso à informação dependia, portanto, de operações específicas de encomenda, reprodução e pagamento.

Paralelamente, os documentos registam diferentes formas de incorporação de objetos nas coleções. Em outubro de 1962, o pagamento de Cr\$ 25.000,00 destinou-se à compra e ao restauro de um carro-de-boi para o Museu de Cultura Popular.³⁰⁷ Em dezembro do mesmo ano, foram aplicados Cr\$ 56.000,00 na aquisição de material indígena obtido por Veríssimo de Melo em Manaus, através de articulações com congregações religiosas salesianas.³⁰⁸ Em março de 1964, outro pagamento, no valor de Cr\$ 31.280,00, permitiu adquirir peças de arte popular destinadas ao Museu de Antropologia Cultural.³⁰⁹ Estes exemplos documentam aquisições orientadas para conjuntos de natureza e proveniência distintas e mostram que a formação das coleções combinava materiais regionais com objetos obtidos fora do Rio Grande do Norte.

³⁰⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 13/69, para o Reitor da UFRN". 29 de janeiro de 1969. [Assunto: Pagamento de NCr\$ 41,24 ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação pela obtenção de microfilmes de periódicos científicos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 79/62, para o Chefe do Serviço de Material da URGN". 1 de outubro de 1962. [Assunto: Solicitação de aquisição de carro-de-boi para o Museu de Cultura Popular]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 126/62, para o Reitor da UFRN". 24 de dezembro de 1962. [Assunto: Solicitação de pagamento pelo material indígena adquirido em Manaus]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁰⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 26/64, para o Reitor da UFRN". 18 de março de 1964. [Assunto: Solicitação adiantamento para aquisição de peças de arte popular para o museu]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A circulação institucional de materiais constituía outra via de incorporação. Em março de 1965, o Instituto recebeu do Museu Nacional uma reprodução em gesso de um esqueleto de *Eremotherium*. Embora o objeto não tenha sido comprado, a sua deslocação gerou despesas: o Instituto pagou Cr\$ 48.420,00 pelo frete e pelo seguro.³¹⁰ O episódio mostra que a circulação de materiais entre instituições implicava custos próprios e que uma peça recebida através de uma relação científica precisava ainda de ser materialmente transportada até ao seu destino.

No contexto da instalação das salas expositivas do Museu do IA, novas operações de recolha e aquisição aparecem documentadas em 1969. Em janeiro, foram autorizados dois adiantamentos: NCr\$ 200,00 para a recolha de materiais em Murici, Maxaranguape, Pititinga, Rio do Fogo e Touros,³¹¹ e NCr\$ 300,00 para a aquisição de uma veste de vaqueiro nordestino, amostras de minerais e cerâmicas.³¹² Reunidos num mesmo momento, estes materiais mostram a diversidade dos conjuntos mobilizados para o Museu, que incluíam indumentária, amostras minerais e cerâmicas. Mais do que pressupor um princípio classificatório único, os documentos tornam visível a reunião de materiais provenientes de diferentes campos de investigação e formas de recolha.

Uma operação de maior complexidade logística ocorreu ainda em 1969, com a missão realizada no município de São Paulo de Olivença, no Amazonas. Em novembro, foi prestada conta de NCr\$ 550,00 referentes à aquisição de material zoológico e etnográfico.³¹³ A operação envolveu o transporte de aproximadamente 150 kg de

³¹⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício 41/65, do diretor IA para o Reitor da UFRN". 17 de março de 1965. [Assunto: Solicita pagamento de despesas com frete aéreo e material didático (reprodução em gesso de *Eremotherium*) proveniente do Museu Nacional]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³¹¹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 8/69, para o Reitor da UFRN". 16 de janeiro de 1969. [Assunto: Coletas destinadas às salas do Museu (Murici, Maxaranguape, Pititinga, Rio do Fogo, Touros)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³¹² Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 12/69, para o Reitor da UFRN". 20 de janeiro de 1969. [Assunto: Adiantamento de NCr\$ 300,00 para compra de veste típica do Vaqueiro Nordestino e mostras de minerais e cerâmica]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³¹³ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 84/69, para o Reitor da UFRN". 19 de novembro de 1969. [Assunto: Coleta e aquisição de material de Zoologia e Etnografia no município de São Paulo de Olivença, Estado do Amazonas.]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

peças.³¹⁴ Já analisada anteriormente quanto às práticas de recolha e formação de coleções, a missão evidencia, sob a perspectiva financeira, as exigências criadas pela deslocação de um conjunto volumoso de materiais entre o Amazonas e o Rio Grande do Norte.

A movimentação de espécimes podia também ser assumida diretamente pelos membros da equipa. Em dezembro de 1970, Marilda Fernandes de Carvalho foi reembolsada em Cr\$ 109,59 pelo transporte aéreo de ossos de mastodonte do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, para o Instituto, em Natal.³¹⁵ O registo, embora referente a uma operação circunscrita, torna visível a participação dos próprios investigadores na circulação material das coleções e a necessidade de reembolsar despesas realizadas durante esse processo.

No seu conjunto, estes documentos não revelam uma única forma de constituição das coleções. Livros e periódicos eram comprados ou reproduzidos; objetos podiam ser adquiridos diretamente, obtidos através de intermediários ou recolhidos no campo; reproduções e espécimes circulavam entre instituições; e os próprios membros da equipa podiam encarregar-se do seu transporte. Cada modalidade implicava operações e custos específicos. Comprar, restaurar, reproduzir, expedir e transportar constituíam etapas materiais através das quais informação e objetos eram incorporados no quotidiano científico e museológico do Instituto.

As coleções e os materiais bibliográficos, contudo, não encerravam o processo. Objetos e dados precisavam de ser preparados, restaurados, desenhados, fotografados, publicados ou apresentados nos espaços do Museu. A documentação financeira permite acompanhar também esse conjunto de trabalhos, realizado por profissionais cujas atividades ligavam a investigação à classificação, à produção editorial e à exposição.

³¹⁴ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 70/69, para o Reitor da UFRN". 30 de setembro de 1969. [Assunto: Registro de 150 kg de material pronto para remessa]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³¹⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1970. "Ofício 92/70, para o Reitor da UFRN". 15 de dezembro de 1970. [Assunto: Solicita pagamento a prof. Marilda Fernandes de Carvalho por transporte de duas omoplatas de Mastodonte doado pelo Museu Nacional ao IA]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A terceira dimensão reúne despesas associadas à produção editorial, ao registro visual, ao restauro e montagem de peças e à preparação de espécimes. Estas atividades desempenhavam funções distintas no Instituto: algumas estavam diretamente ligadas à publicação e à apresentação de conteúdos; outras incidiam sobre a documentação, o tratamento e a preparação material das coleções. Os registros financeiros permitem identificar os serviços contratados e os profissionais envolvidos, tornando visível um conjunto de trabalhos necessários para transformar textos, imagens, objetos e espécimes em materiais utilizáveis na investigação, nas publicações e no Museu.

A produção dos *Cadernos de Cultura Popular* aparece entre as primeiras atividades editoriais documentadas. Em setembro de 1962, o Instituto pagou Cr\$ 10.000,00 ao artista Newton Navarro pela execução de desenhos para a publicação. No mesmo mês, os registros incluem outro pagamento de igual valor a participantes de folguedos tradicionais. Em 14 e 29 de setembro, Cabral de Carvalho autorizou ainda dois pagamentos de Cr\$ 15.000,00: o primeiro destinado a ilustrações em bico-de-pena e o segundo a desenhos e capas dos *Cadernos*.³¹⁶ Este conjunto de operações mostra que a produção editorial implicava despesas específicas com ilustração e preparação visual, integradas nos custos de publicação.

Outros trabalhos incidiam diretamente sobre os objetos e os espaços museológicos. Em agosto de 1963, Tarcísio J. B. da Motta, vinculado à Seção de Desenhos, Restaurações e Montagens, recebeu Cr\$ 20.000,00 por serviços de montagem e restauro de peças.³¹⁷ A própria designação da seção reunia num mesmo domínio de trabalho a produção de representações visuais e a intervenção material sobre os objetos e a sua apresentação. O pagamento documenta, assim, a presença de funções técnicas especializadas na preparação e manutenção das coleções e das estruturas museográficas do Instituto.

³¹⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício 58/62 do Departamento de Cultura Popular para o Reitor da UFRN”. 4 de setembro de 1962. [Assunto: Atividades, planos e orçamento do Departamento de Cultura Popular]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³¹⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício 234/63 do Diretor do IA para o Reitor da UFRN”. 26 de março de 1963. [Assunto: Pagamento por serviços prestados na Seção de Desenhos, Restaurações e Montagens]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

A fotografia constituía outra atividade remunerada. Em 16 de fevereiro de 1966, foi registado o pagamento de Cr\$ 102.000,00 pela realização de 51 trabalhos fotográficos.³¹⁸ Embora o documento financeiro, por si só, não permita determinar a finalidade de cada um deles, o número registado evidencia o volume do serviço contratado naquela ocasião. A fotografia integrava, portanto, o conjunto de operações técnicas financiadas pelo Instituto para produzir registos visuais das suas atividades e materiais.

A preparação de espécimes aparece também nos registos. Em dezembro de 1968, o Instituto pagou NCr\$ 100,40 pela taxidermia de 40 tatus: 20 exemplares de *Dasypus novemcinctus* (tatu-galinha) e 20 de *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba).³¹⁹ A operação transformava os animais em espécimes preparados e passíveis de incorporação no acervo zoológico. O registo financeiro permite identificar a quantidade, as espécies e o custo do serviço, embora não esclareça, neste caso, os usos posteriores atribuídos a cada exemplar.

A documentação regista ainda despesas e mediações relacionadas com a circulação de textos científicos. Em fevereiro de 1970, um artigo de Nássaro Nasser, chefe do setor de Arqueologia, foi encaminhado para publicação numa revista especializada, com o apoio da Smithsonian Institution.³²⁰ O episódio documenta uma tentativa de fazer circular os resultados das investigações do Instituto através de um periódico especializado e mostra uma função específica que uma relação externa podia assumir: contribuir para o encaminhamento de um texto a um circuito editorial científico.

A análise destas despesas torna visível uma diversidade de trabalhos que não se confundia com a investigação entendida apenas como trabalho de campo ou análise

³¹⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício 22/66 do Diretor do IA para o Reitor da UFRN”. 16 de fevereiro de 1966. [Assunto: Cobertura de despesas com serviços fotográficos vinculados às atividades do Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³¹⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1968. “Ofício do Diretor do IA para o Reitor da UFRN”. 26 de dezembro de 1968. [Assunto: Taxidermização de 20 *Dasypus novemcinctus* e 20 *Euphractus sexcinctus* (múltiplos fornecedores), total NCr\$ 100,40 – preparação de acervo zoológico para ensino/exposição]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³²⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício 13/70, do Diretor do IA para o Reitor da UFRN”. 19 de fevereiro de 1970. [Assunto: Encaminhamento de um artigo de Nássaro Nasser, chefe do setor de Arqueologia, para publicação em revista especializada]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

laboratorial. Desenhar, ilustrar, restaurar, montar, fotografar, taxidermizar e preparar textos para circulação eram operações distintas, realizadas por profissionais com competências específicas. Em vez de constituírem uma etapa única de “tradução” do conhecimento, intervinham em diferentes momentos da produção científica: no registo das atividades, na preparação das coleções, na produção editorial e na apresentação dos materiais.

A execução desses trabalhos dependia, por sua vez, de espaços, instrumentos e equipamentos. À medida que as atividades do Instituto se diversificavam, os documentos registam pedidos, aquisições e incorporações de veículos, mobiliário técnico, instrumentos ópticos e equipamentos laboratoriais. É para essa infraestrutura material que se volta a análise seguinte.

A quarta dimensão identificada na documentação diz respeito aos equipamentos e às infraestruturas necessários ao trabalho de campo, à preparação de materiais e às atividades laboratoriais. Os registos mostram diferentes formas de responder a essas necessidades: pedidos de importação, aquisição de veículos, encomenda local de mobiliário técnico, solicitação de equipamentos para campanhas específicas e incorporação de instrumentos através de programas de reequipamento. Mais do que uma evolução linear entre precariedade e modernização, a documentação evidencia a coexistência, ao longo do período, de soluções produzidas localmente, aquisições pontuais e mecanismos de obtenção de equipamentos articulados a programas mais amplos.

Em julho de 1962, o Departamento de Antropologia Física solicitou a importação de equipamentos antropométricos com o objetivo de estruturar as atividades laboratoriais da área.³²¹ A compra desses instrumentos foi concretizada e integrou o processo de instalação e funcionamento regular do laboratório de Antropologia Física. O episódio mostra que, desde os primeiros anos de funcionamento do Instituto, a área procurava dotar-se de meios próprios de medição e análise. A utilização sistemática

³²¹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício 22/62, do IA para o Reitor da UFRN”. 17 de julho de 1962. [Assunto: Solicita aquisição de equipamentos antropométricos importados]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

desses equipamentos indica que a sua aquisição não se limitou à incorporação patrimonial de instrumentos, mas se articulou às práticas regulares de investigação, ensino e formação desenvolvidas no Instituto.

A mobilidade do trabalho de campo gerava outras exigências. Em fevereiro de 1964, Cabral de Carvalho solicitou Cr\$ 3.000.000,00 para a compra de um Volkswagen Kombi destinado às atividades do Instituto.³²² A viatura aparece posteriormente numa fotografia de outubro de 1965, em uso durante os trabalhos na Caverna Olho d'Água da Escada, em Mossoró. O caso mostra como uma necessidade logística identificada pelo Instituto se traduziu na incorporação de um veículo diretamente associado às atividades de campo.



Figura 37 - Volkswagen Kombi do Instituto de Antropologia em atividade de campo na Caverna Olho D'Água da Escada, Mossoró (RN), outubro de 1965.

Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

³²² Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 17/64, do diretor IA para o Reitor da UFRN". 5 de fevereiro de 1964. [Assunto: Solicita aquisição de veículo KOMBI 1964]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

Outras necessidades eram respondidas através da produção local de mobiliário e estruturas auxiliares. Em agosto de 1965, Manoel M. de Freitas apresentou um orçamento de Cr\$ 67.000,00 para a fabricação de uma mesa grande, armações para peneiras e bancos destinados ao processamento de sedimentos geológicos e paleontológicos.³²³ O documento mostra que a infraestrutura científica não se limitava à compra de instrumentos especializados. Incluía também a adaptação e construção de equipamentos de apoio adequados às operações realizadas pelos investigadores.

As campanhas paleontológicas criavam, por sua vez, exigências técnicas específicas. Em outubro de 1965, foram encaminhados dois pedidos: um grupo moto-bomba diesel, orçamentado em Cr\$ 1.770.000,00, e um reboque-tanque com capacidade para 2.000 litros. Ambos se destinavam ao apoio às escavações paleontológicas financiadas pelo CNPq e foram posteriormente adquiridos.³²⁴ O episódio mostra como as características do terreno e das operações de campo se traduziam em necessidades técnicas concretas, exigindo não apenas verbas para deslocação e permanência da equipa, mas também equipamentos específicos para viabilizar o trabalho paleontológico.

Uma mudança de escala é visível nos registos relativos aos equipamentos obtidos no âmbito do Acordo MEC/RDA, também referido como Convênio MEC/Leste Europeu. Este programa de cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a República Democrática Alemã, formalizado pelo Decreto-Lei n.º 861/1969, permitia a aquisição de instrumentos científicos produzidos no exterior (Zanetti et al. 2023, 33–36). No caso do Instituto, essas incorporações encontram-se registadas em Termos de

³²³ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício 127/65, do diretor IA para o Reitor da UFRN”. 19 de agosto de 1965. [Assunto: Confecção de: uma mesa de 3m,20 p/ 80cm c/ três cavaletes; quatro armações p/ peneiras; e seis bancos de madeira com assento de lona.]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³²⁴ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício 160/65, do diretor IA para professor Manoel de Frota Moreira, Diretor-Geral da DTC Conselho Nacional de Pesquisas”. 12 de outubro de 1965. [Assunto: Aquisição de moto-bomba grupo DIESEL]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN; Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício 168/65, do diretor IA para Chefe da Casa Civil da Prefeitura de Natal”. 7 de outubro de 1965. [Assunto: Solicita reboque-tanque de 2000 litros, destinado aos trabalhos de campo Paleontologicas e Espeleologicas em Barauna, Mossoro, de 10 a 25 de outubro de 1965]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

Responsabilidade emitidos pelo Almojarifado Central da UFRN, documentos que discriminavam os equipamentos, os modelos e os respectivos valores.

Um desses termos, datado de 5 de maio, registava a incorporação de dois microscópios de polarização Laboval Pol-F-5/1-8, ao custo de Cr\$ 3.070,72 cada.³²⁵ Outro, de 22 de maio, documentava a incorporação de um microscópio óptico Amplival F-5/1-5, no valor de Cr\$ 6.853,87.³²⁶ A entrada desses instrumentos ampliava o conjunto de operações ópticas que o Instituto tinha condições materiais de realizar, embora os documentos patrimoniais não permitam, por si só, determinar a frequência do seu uso, as investigações em que foram empregados ou o grau de dependência que continuou a existir relativamente a laboratórios externos.

Na mesma data, outro Termo de Responsabilidade registava um conjunto de equipamentos destinado a um laboratório físico-químico, num valor total de Cr\$ 98.675,56. A centrífuga VAC-20, avaliada em Cr\$ 72.673,12, correspondia a quase três quartos desse montante. O conjunto incluía ainda uma peneira vibratória, um jogo de peneiras, um forno de mufla, um medidor de pH e balanças analíticas.³²⁷ Reunidos num mesmo lote, esses aparelhos permitiam diferentes operações de separação, medição, aquecimento e análise de materiais. O documento evidencia, sobretudo, a incorporação simultânea de instrumentos complementares, em contraste com as aquisições pontuais registradas nos anos anteriores.

Em 1972, o Instituto formalizou ainda a aquisição de um conjunto óptico da marca Aus Jena, no valor de Cr\$ 22.980,19, composto por microscópios binoculares e monoculares, refratômetros, estereoscópios e instrumentos auxiliares para a

³²⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Termo de Responsabilidade 190/71-SP. Convênio RDA MECSUP II”. 22 de maio de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³²⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Termo de Responsabilidade 186/71-SP. Convênio RDA MECSUP II”. 22 de maio de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³²⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Termo de Responsabilidade 93/71-SP. Convênio RDA MECSUP II”. 22 de maio de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

preparação de amostras.³²⁸ Foi também incorporado um microscópio polarizante Standard RP 48, da Carl Zeiss, fabricado em Oberkochen, na República Federal da Alemanha, ao custo de Cr\$ 14.491,28.³²⁹ A concentração de diferentes instrumentos ópticos nos registos deste período mostra uma ampliação do equipamento disponível para a observação e preparação de materiais, sem que isso implique pressupor uma utilização uniforme por todas as áreas do Instituto.

A documentação de julho de 1973 regista outro tipo de iniciativa. O Instituto solicitou à Faculdade de Farmácia da UFRN reagentes e materiais laboratoriais destinados à instalação de um laboratório de Genética Humana, em articulação com a Universidade de Campinas (UNICAMP).³³⁰ A instalação desse laboratório deu continuidade aos investimentos anteriores na formação de Francisco Renato de Sá e Benevides Filho em Genética Humana e mostra o esforço do Instituto para associar especialização científica, cooperação interinstitucional e criação de condições locais de trabalho laboratorial. Neste caso, a formação de um investigador especializado articulava-se diretamente à constituição material de uma nova frente de investigação no Instituto.

A análise deste conjunto documental mostra que a constituição da infraestrutura científica ocorreu através de operações de natureza e escala diferentes. Algumas necessidades eram respondidas por estruturas fabricadas localmente; outras exigiam veículos e equipamentos destinados a campanhas específicas; outras ainda dependiam de programas externos de aquisição de instrumentos. Os registos indicam uma alteração importante na escala e na diversidade dos equipamentos incorporados no início da

³²⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Termo de Responsabilidade 98/71-SP. Convênio RDA MECSUP II”. 22 de maio de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN;

³²⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Termo de Responsabilidade 09/72-SP. Convênio RDA MECSUP II”. 22 de maio de 1972. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³³⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício 61/73, do Diretor do IA para professora Maria de Lourdes Xavier, Vice-diretora da Faculdade de Farmácia da UFRN”. 03 de julho de 1973. [Assunto: Solicita reagentes e materiais laboratoriais à Faculdade de Farmácia da UFRN para criação de um laboratório de Genética Humana no Instituto, com apoio de técnico da UNICAMP]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

década de 1970, mas não autorizam uma narrativa simples de substituição das soluções anteriores por uma infraestrutura plenamente consolidada.

A análise torna visível, além disso, a sequência de mediações necessária à constituição dessa infraestrutura. Identificar uma necessidade, solicitar recursos, obter orçamentos, formalizar aquisições, receber equipamentos e assumir a responsabilidade patrimonial eram operações distintas. Os documentos disponíveis permitem acompanhar algumas dessas etapas, embora nem sempre todo o percurso entre o pedido e o uso efetivo. Esta distinção é essencial para compreender a infraestrutura não como um conjunto estático de bens, mas como resultado de processos administrativos e materiais através dos quais necessidades científicas podiam, ou não, converter-se em condições efetivas de trabalho.

Equipamentos e instalações, contudo, não operavam por si mesmos. A realização das atividades do Instituto dependia do trabalho de investigadores, pesquisadores auxiliares, técnicos, trabalhadores administrativos e profissionais de apoio, remunerados através de vínculos e mecanismos diversos. É para esta dimensão laboral da produção científica que se volta a análise seguinte.

A quinta dimensão identificada na documentação diz respeito ao trabalho científico, técnico, administrativo e operacional. Pagamentos mensais, gratificações, bolsas e remunerações por serviços permitem observar uma composição laboral heterogênea, na qual investigadores e pesquisadores auxiliares atuavam ao lado de desenhistas, trabalhadores administrativos, motoristas e outros profissionais de apoio. Os registos disponíveis não constituem, contudo, uma série completa dos vínculos e remunerações do Instituto. Permitem acompanhar formas específicas de pagamento e identificar algumas das funções mobilizadas em diferentes momentos.

Entre março e dezembro de 1963, por exemplo, o geólogo Antônio Campos recebeu pagamentos mensais de Cr\$ 30.000,00 pela sua atuação na Seção de Geologia e Paleontologia.³³¹ No mesmo período, os registos incluem pagamentos a Tarcísio J. B. da Motta, já referido pelos trabalhos de desenho, montagem e restauro, com valores entre

³³¹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofícios de Pagamento a Antônio Campos, Março-Dezembro 1963". 1963. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 20.000,00, e a Thereza de Sá Leitão Peixoto, que exercia funções de secretaria e recebia entre Cr\$ 12.000,00 e Cr\$ 15.000,00.³³² A recorrência dos pagamentos mostra que determinadas funções científicas, técnicas e administrativas eram remuneradas ao longo de vários meses, embora os documentos financeiros, por si só, não permitam determinar a natureza contratual de cada vínculo.

Em setembro de 1964, os registros indicam pagamentos simultâneos a pesquisadores auxiliares ligados à Antropologia Física, Antropologia Cultural, Geologia e Malacologia, além de trabalhadores responsáveis pelo apoio técnico e pelos deslocamentos. Os valores destinados aos pesquisadores auxiliares variavam entre Cr\$ 80.000,00 e Cr\$ 150.000,00,³³³ enquanto o motorista Aldemário Eufrázio da Silva recebeu Cr\$ 50.000,00.³³⁴ As diferenças documentam uma remuneração desigual entre funções, mas o corpus disponível não permite reconstruir com segurança os critérios utilizados para definir os valores.

Estes pagamentos coincidem com o período em que o primeiro grupo de pesquisadores auxiliares, cuja formação foi analisada anteriormente, passava a participar das atividades práticas do Instituto. Sob a perspectiva financeira, o que importa aqui é que a incorporação de novos participantes nas diferentes áreas científicas implicava também a criação de mecanismos de remuneração. A formação de uma equipa não constituía, portanto, apenas um processo pedagógico: exigia recursos para sustentar a participação continuada dos seus membros nas atividades de campo, laboratório e organização das coleções.

³³² Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. "Ofícios de Pagamento a Tarcísio J. B. da Motta/ Thereza de Sá Leitão Peixoto, 1963". Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³³³ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofícios de Pagamento a Antônio Campos e Silva, Protásio Pinheiro de Melo, Dario Dantas da Silva, Elizabeth Maфра Cabral, José Crispim, Raimundo Teixeira da Rocha, Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, Nássaro Antonio de Souza Nasser, Leon Diniz Dantas de Oliveira, Therezinha Wanderley de Sá Leitão, Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos, Setembro de 1964". Setembro 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³³⁴ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 94/64, do diretor do IA ao Reitor da UFRN". 01 de setembro de 1964. [Assunto: Solicita pagamento por serviços prestados em agosto, dirigindo a Kombi do Instituto.]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Em novembro e dezembro de 1965, foram registadas gratificações entre Cr\$ 90.000,00 e Cr\$ 160.000,00 destinadas a investigadores das secções de Antropologia Física, Antropologia Cultural, Malacologia e Geologia e associadas às atividades desenvolvidas em Baraúna e São Rafael.³³⁵ Os documentos mostram, neste caso, que campanhas específicas podiam gerar pagamentos adicionais aos membros envolvidos. A documentação fragmentária não permite, contudo, concluir que o Instituto adotasse de forma geral um sistema de remuneração “por projeto”.

Em fevereiro de 1966, os registos apresentam novos valores para diferentes funções: Antônio Campos passou a receber Cr\$ 216.000,00; Protásio Pinheiro de Melo, Cr\$ 150.000,00; e os auxiliares técnicos, Cr\$ 122.000,00.³³⁶ Como indicado anteriormente, a variação nominal dos montantes ao longo do período não é utilizada para estabelecer comparações do valor real das remunerações. Estes documentos permitem identificar os valores pagos naquele momento e a diferenciação entre categorias de trabalho, mas não explicam, por si só, as razões do seu reajustamento.

Em janeiro de 1970, Cabral de Carvalho solicitou o reajustamento das remunerações de quatro membros da equipa — Leon Diniz, Dario Dantas, Marilda Fernandes e Nássaro Nasser.³³⁷ Na argumentação apresentada, o diretor invocava a dedicação e o desempenho técnico-científico dos profissionais. Estes termos devem ser entendidos como a justificação mobilizada pelo próprio dirigente no pedido. O documento associava ainda a situação desses quadros aos esforços para o seu enquadramento em cargos do magistério superior da UFRN, mostrando que as questões remuneratórias se articulavam também à procura de formas mais estáveis de inserção institucional.

³³⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício 187/65 a 199/65, do diretor do IA ao Reitor da UFRN”. 20 de novembro de 1965. [Assunto: Solicita pagamento por serviços prestados por trabalho de pesquisa]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³³⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício 9/66 a 21/66, do diretor do IA ao Reitor da UFRN”. 11 de fevereiro de 1966. [Assunto: Solicita pagamento por serviços prestados ao IA]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³³⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício 5/70, do diretor do IA ao Reitor da UFRN”. 26 de janeiro de 1970. [Assunto: Solicita reajusta nos contratos dos professores Leon Diniz, Dario Dantas, Marilda Carvalho e Nássaro Nasser]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Os recursos destinados às pessoas não se restringiam, contudo, à remuneração do trabalho realizado no Instituto. As bolsas constituíam outro mecanismo, utilizado para financiar investigação e procurar viabilizar a formação especializada. Como se mostrou anteriormente, o Instituto recebia estudantes e pesquisadores auxiliares e procurava, em determinados casos, obter apoio da UFRN e de agências de fomento para a continuidade da sua formação. Sob a perspectiva desta secção, interessa sobretudo distinguir as bolsas efetivamente documentadas das solicitações encaminhadas pela direção.

Em 1964, Nássaro Nasser passou a receber uma bolsa da CAPES para o desenvolvimento de investigações em jazidas cerâmicas.³³⁸ No ano seguinte, foram apresentadas à UFRN propostas de bolsa para três pesquisadores auxiliares: Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, para um estágio no Laboratório de Genética da UFRGS, sob orientação de Francisco M. Salzano; Therezinha Wanderley de Sá Leitão, para a Seção de Paleontologia do Museu Nacional, sob supervisão de Paula Couto; e Leon Diniz Dantas de Oliveira, para a Seção de Roedores da mesma instituição, sob orientação de João Moojen.³³⁹ A definição, nos pedidos, do local de formação e do especialista responsável mostra que a obtenção dos recursos era associada a programas de trabalho previamente identificados.

As solicitações mantiveram-se nos anos seguintes. Em 1966, foram encaminhados pedidos para Marilda Fernandes de Carvalho, no setor de Entomologia, e Maria Inês de Mendonça, na Malacologia.³⁴⁰ Em 1973, foi apresentado ao CNPq um

³³⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 12/64, do diretor do IA ao reitor da UFRN". 28 de setembro de 1964. [Assunto: Comunica que Nássaro Nasser viajará a Curitiba (PR) para estudar assuntos de interesse do IA para o que obteve bolsa de estudos da CAPES]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³³⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício 129/65, do diretor do IA ao Prof. Dr. José Cavalcanti Melo, Prof. Catedrático da Faculdade de Odontologia e DD. Coordenador dos Assuntos para Bolsas de Estudo da URN". 27 de agosto de 1965. [Assunto: Encaminhar, ao Coordenador de Bolsas de Estudo, a lista de candidatos a bolsas: Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, Prof. Dr. Francisco M. Salzano, Therezinha Wanderley de Sá Leitão, Prof. Paula Couto, Leon Diniz Dantas de Oliveira e Prof. João Moojen]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁴⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício 50/66 e 51/66, do diretor do IA ao reitor da UFRN". 17 de maio de 1966. [Assunto: Solicitação de apoio institucional e concessão de bolsa de estudos para atividades no setor de Entomologia e Malacologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

pedido de bolsa de aperfeiçoamento para Ângela Maria Borges de Araújo, assinado por José Salim, do setor de Geologia.³⁴¹ Estes documentos mostram a utilização recorrente das bolsas como um dos meios procurados para financiar a especialização dos membros da equipa.

No seu conjunto, os registos tornam visíveis diferentes mecanismos de sustentação do trabalho: pagamentos regulares durante determinados períodos, gratificações associadas a atividades específicas, pedidos de reajustamento e bolsas destinadas à investigação ou à formação. Esta diversidade dificulta a caracterização do Instituto através de um único modelo de vínculo profissional. Mostra, antes, que a continuidade das atividades dependia da combinação de formas distintas de remuneração e apoio, acionadas de acordo com as funções desempenhadas e os recursos disponíveis.

A documentação revela também que a produção científica não se limitava ao trabalho dos investigadores responsáveis pela formulação dos problemas e pela interpretação dos resultados. A realização das atividades dependia igualmente de tarefas administrativas, logísticas, técnicas e operacionais, necessárias à organização da secretaria, ao transporte de pessoas e materiais, à preparação visual e material das coleções, ao apoio ao trabalho de campo e à continuidade quotidiana do Instituto. Esta atenção a agentes pouco visíveis aproxima-se de uma historiografia que tem procurado ampliar as narrativas sobre museus e coleções científicas, conferindo relevo aos atores, objetos e práticas frequentemente secundarizados nos relatos centrados nas instituições e nos seus principais responsáveis (Pereira 2017, 15–20, 27–28). A diferença entre categorias, formas de vínculo e níveis de remuneração não deve ser apagada; mas a presença desses trabalhadores nos registos financeiros permite reconhecer que o funcionamento do Instituto dependia de uma divisão de trabalho mais ampla do que aquela visível nas publicações científicas e nas narrativas centradas nos seus principais investigadores.

³⁴¹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício 09/73, do diretor do IA ao Diretor do Departamento Técnico Científico, dr. Ivan Gonçalves de Freitas, Conselho Nacional de Pesquisas”. 30 de janeiro de 1973. [Assunto: concessão de bolsa de aperfeiçoamento da professora Ângela Maria Borges de Araújo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Mesmo depois de remuneradas as pessoas e adquiridos os equipamentos, a continuidade das atividades gerava uma sucessão de despesas de menor escala: reparações, fretes, seguros, taxas, reembolsos e compras imprevistas. É para estes custos quotidianos e para os mecanismos utilizados para os cobrir que se volta a análise seguinte.

A sexta e última dimensão reúne as despesas correntes e os custos de mediação associados à realização das atividades do Instituto. Adiantamentos para pronto pagamento, reembolsos, reparações, fretes, seguros, taxas alfandegárias e compras imprevistas aparecem nos registos como operações de natureza diversa, frequentemente de pequena escala e com reduzida visibilidade nas narrativas sobre a investigação. Eram, contudo, necessárias para manter em funcionamento veículos e equipamentos, fazer circular materiais, receber publicações e executar atividades que não podiam ser inteiramente previstas ou pagas através de uma única operação financeira.

Em 1963, a documentação regista sucessivos adiantamentos entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 15.000,00 destinados a materiais de escritório, insumos laboratoriais, reparações e serviços urgentes.³⁴² Estes pagamentos eram posteriormente acompanhados por prestações de contas. Mais do que definir um modelo administrativo específico, os documentos mostram a utilização recorrente do adiantamento como mecanismo para cobrir despesas que surgiam no decurso das atividades.

Os registos do início da década de 1970 documentam também solicitações trimestrais de adiantamentos para despesas correntes, acompanhadas pelas respetivas prestações de contas. Em vários casos, os documentos utilizavam a designação genérica “despesas gerais”, sem discriminar detalhadamente todos os itens abrangidos. Esta forma de registo limita a possibilidade de reconstituir a aplicação exata dos recursos, mas permite identificar a continuidade do circuito administrativo que ligava a antecipação dos valores à sua utilização e posterior justificação.

³⁴² Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofícios de Solicitação de adiantamento para despesas de pronto pagamento”. Janeiro-dezembro de 1963. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Outras despesas surgiam precisamente porque pessoas e materiais circulavam entre instituições. Como se observou anteriormente, a receção da reprodução em gesso de *Eremotherium* enviada pelo Museu Nacional implicou o pagamento de frete e seguro.³⁴³ De modo semelhante, publicações ou materiais recebidos do estrangeiro podiam gerar encargos locais. Em setembro de 1965, por exemplo, a entrada de um lote de livros enviado pela Smithsonian Institution exigiu o pagamento dos custos de desembaraço alfandegário pelo Instituto.³⁴⁴ O apoio material recebido e as despesas necessárias à sua incorporação faziam, assim, parte da mesma operação.

As visitas e atividades realizadas em cooperação também criavam custos específicos. Entre junho e julho de 1964, o Instituto organizou um curso ministrado por Egon Schaden, da Universidade de São Paulo, assumindo despesas com passagens, alojamento e uma verba adicional de Cr\$ 50.000,00.³⁴⁵ Em novembro do mesmo ano, uma prestação de contas e um pedido de indenização no valor de Cr\$ 9.550,00 registaram despesas de transporte e hospitalidade relacionadas com a visita de Clifford Evans e Betty Meggers, da Smithsonian Institution, a Natal.³⁴⁶ Estes exemplos mostram que a circulação de especialistas dependia não apenas da existência de relações científicas, mas também de recursos destinados a deslocar, alojar e receber os participantes.

³⁴³ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício 41/65, do diretor IA para o Reitor da UFRN". 17 de março de 1965. [Assunto: Solicita pagamento de despesas com frete aéreo e material didático (reprodução em gesso de *Eremotherium*) proveniente do Museu Nacional]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁴⁴ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício 150/65 de Cabral de Carvalho ao reitor da UFRN, Onofre Lopes". 15 de setembro de 1965. [Assunto: Cobrir as despesas realizadas com o desembaraço alfandegário de quatro caixotes de livros científicos doados ao Instituto pela Smithsonian Institution, US. National Museum, de forma a possibilitar o seu recebimento]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁴⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício s/n de Cabral de Carvalho ao reitor da UFRN, Onofre Lopes". 22 de junho de 1964. [Assunto: Solicitação de logística para curso com Egon Schaden (USP)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁴⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício 148/64. Diretor do Instituto de Antropologia da URN para Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, Professor Onofre Lopes da Silva". 23 de novembro de 1964. [Encaminha prestação de contas de assistência a arqueólogos Clifford Evans e Betty Meggers]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Os apoios externos podiam ainda assumir a forma de recursos diretamente aplicados em necessidades locais. Em maio de 1964, o Instituto recebeu um cheque de Cr\$ 30.000,00, remetido através de George Kline e associado à Academy of Natural Sciences of Philadelphia, que foi utilizado na compra de 1.500 tijolos para as obras da nova sede.³⁴⁷ O interesse do episódio reside menos no valor isolado do apoio do que no percurso documentado do recurso: uma relação externa resultou numa transferência financeira que foi convertida num material de construção específico.

A documentação de 1972 mostra também recursos vinculados a projetos definidos. Em março, foi formalizado o recebimento de Cr\$ 20.000,00 do CNPq para uma investigação em Geologia e Paleontologia na Lagoa da Cruz, em Nova Cruz, organizada em fases de campo e laboratório e com duração prevista de dois anos.³⁴⁸ No mesmo período, os registos referem a continuidade do “Projeto Kaolin”, aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com previsão de um repasse de Cr\$ 5.550,00 pelo CNPq para o estudo de sedimentos.³⁴⁹ Estes casos mostram outra modalidade de financiamento: recursos associados a objetivos, etapas e projetos determinados, distintos dos adiantamentos destinados às despesas correntes.

Estas operações permitem distinguir diferentes percursos do dinheiro no Instituto. Alguns recursos eram antecipados para responder às despesas quotidianas e posteriormente justificados; outros estavam vinculados a projetos específicos; outros ainda chegavam através de instituições parceiras ou eram necessários para tornar possível uma atividade de cooperação. As fontes de financiamento e os usos dos recursos não coincidiam, portanto, numa classificação única. Um apoio externo podia

³⁴⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Carta de Cabral de Carvalho a George Kline”. 12 de maio de 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁴⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1972. “Ofício 25/72, do Diretor do IA para o Vice-Reitor da UFRN, Prof. Otto de Brito Guerra”. 02 de março de 1972. [Assunto: Comunica que o CNPq aprovou auxílio de Cr\$ 20.000,00 para pesquisas na Lagoa Cruz do Município de Nova Cruz, RN]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁴⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1972. “Ofício ?/72, do Diretor do IA para o Reitor da UFRN, Prof. Genário Alves Fonseca”. 24 de março de 1972. [Assunto: Reclama providencias urgentes para o prosseguimento dos trabalhos de natureza geológica do IA]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

ser convertido em tijolos, uma visita científica gerar despesas de hospitalidade e um lote de livros recebido sem pagamento de aquisição exigir custos alfandegários.

É neste sentido que os fretes, seguros, taxas, passagens, alojamento, reparações, adiantamentos e prestações de contas podem ser compreendidos como custos de mediação. A expressão não designa uma rubrica utilizada pelo próprio Instituto, mas permite reunir as operações situadas entre a obtenção de um recurso ou o estabelecimento de uma relação e a sua conversão em condições efetivas de trabalho. A circulação científica não suprimia essas etapas: dependia delas.

O circuito formado por solicitar ou adiantar recursos, executar despesas e prestar contas atravessava, de formas diferentes, as atividades analisadas nesta subseção. Expedições, formação de coleções, produção editorial, aquisição de equipamentos, remuneração do trabalho e cooperação interinstitucional dependiam não apenas da existência de financiamento, mas da realização de sucessivas operações administrativas e materiais. Seguir o rasto do dinheiro permite, assim, observar o trabalho de mediação através do qual recursos de proveniências diversas eram transformados em deslocações, objetos, instrumentos, serviços e atividades científicas.

A análise das operações examinadas nesta subseção mostra que as atividades do Instituto de Antropologia eram sustentadas por recursos de proveniências e modalidades diversas. Adiantamentos, pagamentos regulares, gratificações, bolsas, verbas vinculadas a projetos e apoios obtidos através de relações interinstitucionais contribuíam, em diferentes momentos, para viabilizar deslocações, trabalho de campo, formação, aquisição e circulação de materiais, produção editorial e instalação de equipamentos. A documentação disponível não permite reconstituir um orçamento contínuo nem medir a importância relativa de cada uma dessas fontes, mas demonstra a coexistência de mecanismos distintos de sustentação das práticas científicas.

Este arranjo assentava também numa divisão de trabalho ampla. Investigadores e pesquisadores auxiliares atuavam ao lado de motoristas, secretárias, desenhistas, restauradores, fotógrafos, taxidermistas, carpinteiros e outros trabalhadores cujas atividades aparecem nos registos financeiros e administrativos. A produção científica dependia, assim, não apenas da formulação de problemas e da análise dos materiais,

mas também de deslocar equipas, preparar objetos, manter veículos, produzir registos, tratar coleções, executar serviços e assegurar a continuidade administrativa das atividades.

As relações externas examinadas no início da secção integravam este mesmo sistema de mediações materiais e administrativas. Publicações, espécimes, equipamentos, formação, visitas e recursos financeiros não circulavam sem custos nem se convertiam automaticamente em investigação. Exigiam pedidos, negociações, passagens, alojamento, fretes, seguros, taxas, transporte, instalação, pagamentos e prestações de contas. Seguir estes percursos permite compreender que a cooperação científica dependia tanto dos vínculos estabelecidos entre pessoas e instituições como do trabalho necessário para lhes dar execução.

A análise da documentação financeira e administrativa desloca, deste modo, a atenção dos recursos anunciados ou obtidos para os processos através dos quais eram transformados em condições concretas de trabalho. Entre a concessão de uma verba e uma campanha de campo, entre o envio de um objeto e a sua incorporação numa coleção, entre a aquisição de um equipamento e a possibilidade de o utilizar, existiam sucessivas operações materiais, laborais e administrativas. No Instituto de Antropologia, era precisamente nesse espaço de mediação que dinheiro, pessoas, objetos e relações institucionais se articulavam para tornar possíveis as práticas científicas analisadas ao longo deste capítulo.

4. RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL: DO INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA AO MUSEU CÂMARA CASCUDO (1962–2010)

O capítulo anterior examinou as condições científicas, relacionais e materiais que sustentaram o funcionamento do Instituto de Antropologia durante a sua primeira década de atividade. A partir da segunda metade da década de 1960, a ampliação das investigações passou a coexistir com um problema cada vez mais evidente: o lugar ocupado pelo Instituto na estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As divergências entre os seus fundadores, a diversificação das áreas científicas, as mudanças na administração universitária e a reforma do ensino superior alteraram progressivamente as condições em que a instituição operava.

Esse percurso não foi linear, nem a transformação do Instituto em Museu Câmara Cascudo constituiu o desfecho inevitável das dificuldades surgidas desde os seus primeiros anos. Entre 1962 e 1973, sucederam-se decisões tomadas em diferentes instâncias, propostas de reorganização, alterações no quadro de investigadores e disputas em torno da identidade, da autoridade científica e das funções da instituição. Esses processos constituíram o contexto no qual, enquanto a própria Universidade redefinia as suas unidades, áreas de ensino e formas de administração, foi criado o Museu Câmara Cascudo.

Este capítulo analisa de que modo essas mudanças afetaram a posição institucional do Instituto, o exercício da investigação e as relações entre laboratórios, coleções e atividades de comunicação pública. Em vez de pressupor uma rutura absoluta ou uma continuidade sem alterações, procura-se identificar o que foi preservado, transferido, reformulado ou descontinuado com a criação do Museu Câmara

Cascudo. Interessa compreender, em particular, como uma instituição constituída prioritariamente como unidade de investigação passou a ser formalmente enquadrada como museu universitário e que efeitos dessa mudança podem ser observados nas suas práticas científicas.

A análise acompanha três movimentos articulados. O primeiro diz respeito às ruturas ocorridas no núcleo fundador e às disputas em torno da autoridade científica. O segundo examina a ampliação disciplinar do Instituto e as tentativas de adequar a sua estrutura e denominação ao perfil assumido pelas investigações. O terceiro aborda a reforma universitária e as decisões administrativas no âmbito das quais foi criado, em 1973, o Museu Câmara Cascudo. Esta sequência permite compreender a transformação institucional como um processo historicamente situado, sem a reduzir aos conflitos entre os fundadores ou a uma simples alteração de denominação.

4.1 O Instituto de Antropologia em disputa: autoridade científica e reconfiguração universitária

As dificuldades enfrentadas pelo Instituto de Antropologia não decorreram de uma crise única. Entre 1962 e 1973, problemas de natureza distinta afetaram a sua organização: divergências entre os fundadores, instabilidade do quadro técnico, disputas sobre a orientação científica, decisões tomadas pelas instâncias superiores da Universidade e mudanças mais amplas na estrutura do ensino superior brasileiro. Embora estes fatores se tenham acumulado, importa distingui-los para compreender os seus efeitos específicos.

Os conflitos surgidos nos primeiros anos não impediram a expansão das atividades analisada no capítulo anterior. Alteraram, porém, a composição da direção e contribuíram para que José Nunes Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo assumissem a condução quotidiana do Instituto. Nos anos seguintes, a diversificação das áreas de investigação levantaria novas questões sobre a identidade institucional do IA. A partir de 1968, essas tensões seriam atravessadas pela reorganização administrativa da UFRN,

que modificou a posição dos institutos no interior da Universidade. A transformação de 1973 deve, portanto, ser examinada à luz da sobreposição desses diferentes processos.

4.1.1 Ruturas no núcleo fundador e disputas de autoridade (1962–1964)

O Instituto de Antropologia foi criado a partir da colaboração entre José Nunes Cabral de Carvalho, Luís da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo e Nivaldo Monte. O propósito comum de promover a investigação científica no Rio Grande do Norte, contudo, não eliminava as diferenças entre as suas trajetórias, práticas de trabalho e concepções de autoridade. Essas diferenças tornaram-se visíveis ainda em 1962, durante a organização das primeiras atividades do Instituto.

Dois episódios assumiram particular relevância: o Curso de Formação de Pesquisadores Auxiliares e a expedição à jazida osteológica conhecida como Pedra dos Ossos, no município de São Tomé. Em ambos os casos, estavam em discussão não apenas a execução das atividades, mas também a distribuição de responsabilidades, a validação dos resultados e o direito de os apresentar publicamente. A expedição à Pedra dos Ossos permite observar essas tensões com maior clareza, uma vez que suscitou divergências sobre a condução do trabalho de campo, a autoridade para interpretar os vestígios e a divulgação pública de resultados ainda provisório.

Em 2 de Junho de 1962, o sector de Antropologia Física realizou a primeira expedição científica do Instituto, coordenada por Cabral de Carvalho. A equipa dirigiu-se a uma jazida osteológica situada na Serra do Ronca, na zona rural de São Tomé, no interior do Rio Grande do Norte. Nos dias seguintes, Câmara Cascudo, então diretor do Instituto, publicou na imprensa local duas notas sobre a viagem e os vestígios encontrados. A forma como apresentou o episódio e interpretou os achados tornar-se-ia um dos primeiros pontos de desacordo entre os fundadores.

Em 11 de Junho de 1962, nove dias após a expedição, Câmara Cascudo publicou no jornal *A República* o artigo “Pedra dos Ossos na Serra do Ronca”. O texto apresentava a viagem como uma iniciativa coletiva do Instituto e atribuía diferentes funções aos seus participantes:

Os “heróicos” expedicionários foram Mons. Nivaldo Monte, José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo de Melo e o supra assinado. O lado anedótico, lúdico, social, da excursão caberá ao Veríssimo. O botânico ao Nivaldo. Osteográfico ao José Nunes. Dou o meu depoimento provisório, reportagem sucinta, inicial, reversível e retificável depois de provas mais concretas e materiais no decorrer do estudo.³⁵⁰

Além de contextualizar histórica e toponimicamente a Serra do Ronca, Câmara Cascudo propôs uma interpretação inicial dos vestígios. Descreveu o local como “um depósito de ossos, confuso, confundidos, revolvidos, sem elementos que recordem cerimônia indispensável de sepultamento regular” e sugeriu que os restos humanos poderiam ter sido transportados de outro cemitério. O próprio autor reconhecia o carácter provisório dessas observações ao concluir que ainda havia “muito que deduzir e dizer” sobre a Pedra dos Ossos.³⁵¹

Na semana seguinte, contudo, Câmara Cascudo publicou uma segunda matéria, intitulada “Primeiras lições da Pedra dos Ossos”, na qual adotou uma formulação mais categórica: “A Pedra dos Ossos não é um cemitério. É um depósito, um ossuário”.³⁵² A passagem de uma hipótese declaradamente provisória para uma afirmação pública mais taxativa tornou visível um problema que ultrapassava a interpretação específica do sítio: quem possuía autoridade para divulgar os resultados de uma investigação ainda em curso?

As declarações não foram bem recebidas por Cabral de Carvalho, responsável técnico pela expedição. Numa carta enviada em 22 de Setembro de 1962 a Rômulo Argentièr,³⁵³ Cabral manifestou o seu desagrado: “Agora, que ninguém nos ouça: Cascudo nunca me inspirou. Ele não sabe onde fica São Tomé, nem sabe o que é que eu tenho, o que eu vi e o que vou fazer” (Rosado 2011, 136). António Campos e Silva, que

³⁵⁰ Luís da Câmara Cascudo. “Pedra dos ossos na Serra do Ronca”. *Diário de Natal* (Natal), 11 de junho de 1962, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁵¹ Cascudo. “Pedra dos ossos na Serra do Ronca”. 3

³⁵² Luís da Câmara Cascudo. “Primeiras Lições da Pedra dos Ossos”. *Diário de Natal* (Natal), 18 de junho de 1962, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁵³ Rômulo Argentièr (1916–1995) foi engenheiro de minas, investigador da radioatividade natural e divulgador científico, com colaboração regular na imprensa paulista. Manteve correspondência com José Nunes Cabral de Carvalho e António Campos e Silva, por meio da qual acompanhou atividades e conflitos ligados ao Instituto de Antropologia

participara na incursão e mantinha correspondência regular com Argentièrre, registou a mesma tensão poucos dias depois. Segundo Campos, Cabral estava indignado com as “inspiradas afirmações” de Cascudo acerca de um material que Cascudo não teria examinado, considerando a atitude “bastante anticientífica porque se baseia no ‘magister dixit’” (Rosado 2011, 123).



Figura 38 - Antônio Campos e Silva e José Nunes Cabral de Carvalho na jazida osteológica da Serra do Ronca, Pedra dos Ossos, São Tomé (RN). Expedição do Instituto de Antropologia, 2 de Junho de 1962.
Fonte: Fotografia de João Luís de França Filho, Departamento de Fotografia da UFRN. Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo.

O conjunto documental não permite determinar com absoluta segurança se Câmara Cascudo acompanhou a viagem até São Tomé. Permite concluir, contudo, que a sua presença na jazida osteológica não está comprovada. Os registos fotográficos disponíveis mostram Cabral de Carvalho, António Campos e Silva, Nivaldo Monte e Veríssimo de Melo, acompanhados por Odorico Ferreira de Souza, proprietário da Fazenda Malhada do Rio, onde se situava a Serra do Ronca. Câmara Cascudo não aparece nas fotografias conhecidas.³⁵⁴

A documentação administrativa também não esclarece a questão. Um ofício de 23 de Maio de 1962, assinado por Veríssimo de Melo, solicitava um veículo para uma “viagem de observação e pesquisa” a São Tomé, a realizar por quatro membros do Instituto, mas não identificava os participantes.³⁵⁵ Já o relatório técnico publicado por Cabral de Carvalho em 1964 mencionou apenas Nivaldo Monte, responsável pelas observações fitogeográficas, e António Campos e Silva, que colaborou nas análises geológicas (Carvalho 1964a, 35). A ausência do nome de Cascudo nesse relatório, conjugada com os registos fotográficos e com as críticas formuladas pelos participantes, impede que lhe seja atribuída participação direta na observação e análise dos vestígios.

Não se pode excluir a possibilidade de Câmara Cascudo ter acompanhado a equipa até São Tomé sem participar diretamente na observação da jazida, permanecendo noutro ponto da propriedade. Também é possível que não tenha realizado a viagem e que António Campos e Silva, que ainda não integrava formalmente o quadro de investigadores do Instituto, tenha ocupado o lugar inicialmente previsto para outro membro. Na ausência de documentação conclusiva, estas possibilidades não permitem reconstituir com segurança o itinerário de Câmara Cascudo. A discrepância entre a sua inclusão na narrativa publicada na imprensa e a ausência nos registos técnicos evidencia, contudo, que a participação na expedição e a sua representação pública não coincidiam necessariamente.

³⁵⁴ Foram consultados o Arquivo Histórico do Museu Câmara Cascudo, o Arquivo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Arquivo do Instituto Câmara Cascudo.

³⁵⁵ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 1/62 para o vice-Reitor da UFRN José Cavalcanti Melo", 23 de maio de 1962 [Assunto: Requisitar transporte para viagem de pesquisa]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Independentemente da sua presença efetiva na jazida, a publicação de Câmara Cascudo teve consequências para a representação pública da expedição. Ao apresentar-se como um dos expedicionários e publicar a primeira narrativa do acontecimento, Câmara Cascudo associou-se publicamente a uma iniciativa científica cuja coordenação técnica cabia a Cabral de Carvalho. O episódio pôs, assim, em confronto duas formas de autoridade: a de um intelectual com ampla projeção pública e acesso à imprensa e a do investigador que reivindicava o controlo técnico sobre o trabalho de campo, a análise dos materiais e a validação dos resultados.

O testemunho posterior de Nássaro Nasser descreveu a relação entre Cascudo e Cabral de Carvalho como um “choque de egos” (Santos 2013, 91). A expressão sintetiza uma percepção corrente sobre o episódio, mas é insuficiente para explicar o conflito. As divergências envolviam também a distribuição da autoridade no Instituto e os critérios pelos quais essa autoridade poderia ser reivindicada. Câmara Cascudo dispunha de uma longa trajetória intelectual, amplo reconhecimento público e acesso regular à imprensa; Cabral de Carvalho, por sua vez, procurava afirmar a sua autoridade por meio da responsabilidade técnica sobre as investigações, do trabalho de campo, da especialização científica e da organização sistemática das atividades do Instituto. Não se tratava de posições inteiramente excludentes, mas de formas distintas de intervir na produção, validação e comunicação do conhecimento.

A controvérsia pode ser compreendida como um trabalho de demarcação, no sentido proposto por Thomas Gieryn, uma vez que os participantes procuravam estabelecer quem possuía competência para interpretar os vestígios e apresentar publicamente os resultados da investigação (Gieryn 1999, x-xii). Ao mesmo tempo, o episódio evidencia que a autoridade científica dependia da mobilização de recursos diferentes e desigualmente distribuídos, entre os quais o prestígio intelectual, a posição institucional e a competência técnica (Bourdieu 2004, 22-27). Estas categorias permitem ultrapassar uma explicação estritamente pessoal do conflito sem pressupor uma oposição absoluta entre tradição intelectual e ciência institucionalizada.

Essas divergências não permaneceram restritas ao plano pessoal ou discursivo, mas repercutiram-se rapidamente na condução do Instituto. Ainda em Julho de 1962,

Cabral de Carvalho passou a assinar os documentos oficiais como diretor, embora não tenha sido localizado qualquer comunicado administrativo que registasse formalmente a saída de Câmara Cascudo. A explicação mais conhecida aparece apenas em 1977, no relatório *Breves notícias sobre o Museu Câmara Cascudo*, redigido por Veríssimo de Melo. Segundo esse documento, Câmara Cascudo teria justificado o afastamento afirmando: “Eu não posso acompanhar o ritmo de trabalho de vocês. Enquanto eu caminho de carro-de-boi, vocês voam de avião a jato”.³⁵⁶

Por ter sido registrada quinze anos depois, a frase deve ser lida como memória retrospectiva do afastamento, e não como transcrição necessariamente literal de uma declaração de 1962. Ainda assim, a metáfora sintetiza uma diferença percebida pelos próprios atores. O “avião a jato” remetia ao ritmo de atividades que o Instituto procurava imprimir: expedições, formação de investigadores, organização de laboratórios, produção de publicações e estabelecimento de correspondência com outras instituições. O “carro-de-boi”, por sua vez, representava o modo de trabalho que os antigos colegas associavam à investigação individual de Cascudo.

Essa referência a diferentes ritmos de trabalho encontrava correspondência nas atividades desenvolvidas pelo Instituto após a mudança da direção. Apenas no segundo semestre de 1962, foram realizadas sete expedições científicas em dezoito municípios do Rio Grande do Norte, além de duas viagens a Manaus e Belém para observação e recolha de materiais etnográficos. Estes dados ajudam a compreender a metáfora sem reduzir o afastamento a uma oposição rígida entre uma ciência antiga e outra moderna. As diferentes práticas podiam coexistir e, em determinadas circunstâncias, complementar-se; a divergência tornou-se mais acentuada quando foi necessário definir quais delas orientariam o funcionamento cotidiano da instituição.

O afastamento de Cascudo coincidiu com o início de um projeto que lhe permitia dedicar-se a uma forma de investigação mais autônoma. Em Agosto de 1962, recebeu de Assis Chateaubriand, então embaixador do Brasil junto da UNESCO e proprietário dos Diários Associados, um convite para desenvolver uma investigação sob o patrocínio da

³⁵⁶ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1977. Relatório *Notícias sobre o Museu Câmara Cascudo*, 1977. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Sociedade de Estudos Históricos D. Pedro II. Cascudo propôs o tema da alimentação no Brasil, aprovado no mês seguinte. Nos meses subsequentes, mobilizou bibliografia, fontes e contactos no Brasil, na Europa e em África e, em Maio de 1963, iniciou a viagem de investigação que contribuiria para a elaboração da obra *História da alimentação no Brasil* (Cascudo 2017, 11).

Não é possível estabelecer uma relação causal direta entre o convite de Chateaubriand e a saída do Instituto. A proximidade cronológica mostra, contudo, que Câmara Cascudo encontrou condições materiais e institucionais para se dedicar a um projeto compatível com as suas práticas de investigação. A nova iniciativa consolidou um afastamento que já se manifestara nas divergências com Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo.

A rutura institucional não eliminou, porém, a deferência pessoal e intelectual. Numa carta enviada a Cascudo em Fevereiro de 1963, Cabral de Carvalho dirigiu-se ao antigo diretor como “Muito Amado e Divino Mestre” e afirmou que, “em espírito”, ele continuava presente no Instituto. Retomando a metáfora anteriormente utilizada por Cascudo, escreveu: “Cruzamos os céus a jato, para não fugirmos à expressão do Mestre. Entretanto, temos sempre os olhos voltados para aquele que [...] garante o nosso voo”.³⁵⁷

A carta revela uma relação mais ambivalente do que a imagem de uma rutura absoluta poderia sugerir. Cabral reafirmava a autoridade intelectual de Cascudo e reconhecia a sua importância para a criação do Instituto, enquanto defendia a continuidade do novo ritmo de trabalho. A separação incidiu, portanto, sobretudo sobre a participação nas atividades e na direção da instituição; não significou o apagamento imediato da posição simbólica que Cascudo nela ocupava.

Uma carta enviada por Veríssimo de Melo ao antropólogo Manuel Nunes Pereira, em 1964, oferece a interpretação retrospectiva mais explícita produzida por um dos protagonistas. Veríssimo descreveu Cascudo como um “trabalhador solitário”, com

³⁵⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Carta de Cabral de Carvalho, J.N. para Câmara Cascudo”. 21 de fevereiro de 1963. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

“horror ao trabalho de grupo, em equipe”, e afirmou que ele vetara viagens e recolhas destinadas ao pequeno museu do Instituto. Por essa razão, Veríssimo e Cabral teriam decidido deixar o antigo diretor na sua “torre de marfim” e prosseguir o trabalho com o “grupo de alunos” que integrava o IA. A carta concluía com uma distinção incisiva: “O homem já não nos interessa. O estudioso é sempre grato homenagear” (Barros 2021, 139).

O documento não constitui uma descrição imparcial dos acontecimentos. Escrito por um participante diretamente envolvido no conflito, procurava justificar a orientação assumida pelo grupo que permaneceu no Instituto. O seu valor reside precisamente nesse posicionamento: a carta explicita os critérios pelos quais Veríssimo legitimava o novo arranjo institucional. A colaboração regular, as viagens, a recolha de materiais e a formação de investigadores eram apresentadas como condições indispensáveis ao projeto científico, enquanto o trabalho individual surgia como incompatível com a dinâmica coletiva que se pretendia consolidar.

O afastamento de Câmara Cascudo não eliminou a presença do seu nome na vida institucional do IA. Em 31 de Janeiro de 1963, foi criada a Medalha Cultural do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte, destinada a homenagear cientistas, instituições e personalidades que contribuíssem para as atividades do Instituto por meio de cursos, conferências, doações ou outras formas de colaboração (Universidade do Rio Grande do Norte 1964a, 87–88). Posteriormente denominada Medalha Cultural Câmara Cascudo, a condecoração tinha a forma de uma Cruz de Malta e apresentava, numa das faces, o escudo do Instituto e, na outra, o mapa do Rio Grande do Norte com a estrela de Natal.

A atribuição do nome de Câmara Cascudo à medalha mostra que o seu afastamento das atividades científicas e administrativas não implicou o desaparecimento da sua presença na representação institucional do IA. Por meio da homenagem, o Instituto reconhecia a sua relevância intelectual e pública sem que isso significasse o seu regresso à condução quotidiana da instituição.



Figura 39 - Medalha Cultural Câmara Cascudo
Fonte: Acervo do Arquivo do Museu Câmara Cascudo

O afastamento de Cascudo não foi, contudo, a única alteração ocorrida no núcleo fundador. Também Nivaldo Monte deixou de participar regularmente nas atividades do Instituto, contribuindo para concentrar a condução científica e administrativa do IA em Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo. Embora não tenha sido localizado qualquer documento que formalize o seu desligamento, os registos disponíveis indicam que a sua participação se concentrou nos primeiros meses de funcionamento da instituição.

Nivaldo Monte participou nas primeiras expedições organizadas pelo Instituto. Durante a viagem à Serra do Ronca, em Junho de 1962, realizou observações sobre a vegetação local, posteriormente reunidas no relatório *Aspectos fitogeográficos da região do Ronca*.³⁵⁸ O seu nome figura também entre os colaboradores mencionados no estudo publicado por Cabral de Carvalho em 1964 e nos registos da segunda expedição do IA, realizada em 5 de Julho de 1962 às jazidas paleontológicas do município de Santana do Matos.³⁵⁹ Apesar dessas contribuições, não foram encontrados indícios de uma participação continuada nos laboratórios, cursos ou projetos desenvolvidos nos anos seguintes.

³⁵⁸ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Relatório Aspectos fitogeográficos da região do Ronca”. 1962. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁵⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício 17/62, do diretor do Departamento de Antropologia Física do IA ao reitor da UFRN”. 5 de julho de 1962. [Assunto: Comunicar prosseguimento do trabalho de localização e levantamento das jazidas paleontológicas e arqueologias do RN]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

O afastamento coincidiu com mudanças na sua trajetória eclesiástica. Em 1963, Nivaldo Monte assumiu o cargo de bispo auxiliar em Aracaju, onde permaneceu até 1965. Após regressar a Natal, passou a exercer funções na administração da Arquidiocese e retomou os estudos de botânica e genética de forma autônoma, na sua propriedade em Emaús. Diferentemente do conflito envolvendo Câmara Cascudo, a documentação não permite relacionar a saída de Nivaldo Monte com divergências sobre a orientação científica do Instituto. A interrupção da sua participação deve ser compreendida sobretudo à luz das novas funções que passou a exercer.

A ausência de atos formais relativos aos afastamentos de Câmara Cascudo e Nivaldo Monte mostra que a composição do Instituto permanecia administrativamente pouco definida. Embora ambos figurassem entre os fundadores, a interrupção da sua participação não foi acompanhada, até onde foi possível apurar, por exonerações, comunicações ao Conselho Universitário ou alterações imediatas nos documentos constitutivos. As mudanças tornaram-se perceptíveis sobretudo pela redistribuição das funções entre os membros que permaneceram no IA.

Em Outubro de 1962, uma comunicação enviada por Cabral de Carvalho à Divisão de Cultura da Universidade de Goiás já apresentava o Instituto como uma estrutura mantida por apenas dois professores. Cabral acumulava a direção-geral e a chefia do Departamento de Antropologia Física, enquanto Veríssimo de Melo dirigia o Departamento de Cultura Popular. O documento informava que o IA atravessava um processo de reorganização e que se previa, para o ano seguinte, uma reformulação do quadro funcional capaz de ampliar a sua capacidade de trabalho e de resposta às solicitações externas.³⁶⁰

A concentração das funções em Cabral e Veríssimo não implicou a interrupção das atividades. Ainda em 1962, como demonstrado no capítulo anterior, o Instituto realizou expedições, promoveu o Curso de Formação de Pesquisadores Auxiliares e estabeleceu contactos com instituições brasileiras e estrangeiras. Essa intensidade,

³⁶⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício 86/62, do diretor do IA ao Sr. Cley de Barros Loyola, Diretor da Divisão de Cultura da Universidade de Goiás". 13 de outubro de 1962. [Assunto: Comunicar que o IA está em fase de organização]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

contudo, assentava num quadro profissional reduzido e tornava mais evidente a necessidade de incorporar novos colaboradores na investigação, no trabalho laboratorial e no tratamento das coleções.

A recomposição do quadro apoiou-se no curso já iniciado e na integração progressiva dos investigadores em formação. Os alunos passaram a participar nas expedições, nas atividades laboratoriais e no estudo e organização dos materiais recolhidos. A formação científica adquiriu, desse modo, uma função institucional: além de preparar novos investigadores, ampliou a capacidade operacional do IA num momento em que o afastamento de dois fundadores concentrara as responsabilidades em Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo.

Essa recomposição não restabeleceu a configuração original do Instituto. Contribuiu, antes, para consolidar uma organização menos dependente do núcleo fundador e mais apoiada em investigadores formados no interior da própria instituição. Nos anos seguintes, a nova composição acompanharia a diversificação das áreas de investigação e o crescimento dos sectores ligados às ciências naturais. A adequação entre a denominação do Instituto e o perfil científico assumido pelas suas atividades tornar-se-ia, por isso, uma questão institucional.

4.1.2 A denominação do Instituto e a disputa pelo seu enquadramento científico (1965–1966)

Entre 1965 e 1966, a denominação do Instituto de Antropologia tornou-se objeto de iniciativas distintas, formuladas pelo Conselho Universitário da UFRN e pela direção do IA segundo critérios que não coincidiam plenamente. Em Fevereiro de 1965, a Universidade incorporou o nome de Câmara Cascudo na designação oficial da instituição; no ano seguinte, Cabral de Carvalho propôs substituí-la por Instituto de Ciências Naturais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As duas iniciativas não se limitavam à escolha de uma denominação: correspondiam a formas diferentes de definir o enquadramento disciplinar e a representação institucional do Instituto.

A primeira iniciativa foi formalizada em 19 de Fevereiro de 1965, com a aprovação da Resolução n.º 08/65-U, que alterou a denominação da instituição para “Instituto de Antropologia Câmara Cascudo”. A decisão foi justificada pelo “valor intelectual do Professor Luís da Câmara Cascudo”, pelo seu “marcante trabalho” e pela sua “reconhecida autoridade no campo da antropologia cultural”.³⁶¹ Tomada sem consulta prévia à direção do IA, a medida integrou na denominação oficial o nome do primeiro diretor, afastado das atividades regulares desde 1962. Transferia, assim, para a identificação da instituição uma homenagem que, até então, se expressara sobretudo em cerimónias e distinções honoríficas.

A resolução foi aprovada num contexto de ampla celebração pública de Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte. Entre 24 e 30 de Dezembro de 1964, poucos meses antes da mudança de nome, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, com a colaboração da Direção de Documentação e Cultura da Prefeitura de Natal, promoveu a “Semana Câmara Cascudo”. A iniciativa consistiu num ciclo diário de conferências dedicado a diferentes dimensões da trajetória e da obra do homenageado, entre as quais a literatura, o folclore, a música, a historiografia e a sua relação com as academias de letras.³⁶² O programa encerrou-se no dia do aniversário de Cascudo, com uma sessão solene realizada no Instituto Histórico e Geográfico.³⁶³

A homenagem ultrapassou o âmbito das conferências. A imprensa local acompanhou regularmente a programação, a organização anunciou a publicação dos trabalhos apresentados e instituições de diferentes estados enviaram mensagens de reconhecimento. Um dos jornais descreveu a iniciativa como uma “consagração em

³⁶¹ Universidade do Rio Grande do Norte, Conselho Universitário, Resolução Nº 08/65-U, "Decide pela mudança do nome do Instituto de Antropologia, que passa a se chamar INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA 'CÂMARA CASCUDO'," 19 de fevereiro de 1965, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁶² A programação reuniu conferencistas como Américo de Oliveira Costa, Aderbal de França, Newton Navarro, Diógenes da Cunha Lima, Oswaldo de Souza, Nilo Pereira e Manoel Rodrigues de Melo. As intervenções abordaram diferentes aspetos da vida e da obra de Câmara Cascudo, entre os quais a sua relação com a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, a vida familiar, a atividade musical, o folclore, a projeção para além do Rio Grande do Norte e a produção historiográfica.

³⁶³ "Semana Câmara Cascudo". *Diário de Natal* (Natal), 24 de dezembro de 1964, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.

vida”, expressão que revela a dimensão pública atribuída à homenagem.³⁶⁴ A Reitoria da UFRN também participou nas celebrações, promovendo um encontro comemorativo.³⁶⁵

O Instituto de Antropologia associou-se igualmente à iniciativa. Num comunicado oficial, a direção saudou a homenagem a “uma das mais lídimas expressões de nossa cultura e de nossas letras”.³⁶⁶ Apesar das divergências que haviam marcado o afastamento de Câmara Cascudo, o IA continuava a reconhecer publicamente a sua importância intelectual. Contudo, essa associação, até então expressa sobretudo no plano honorífico, por meio da Medalha Cultural, passou a integrar a identificação oficial da instituição com a Resolução de Fevereiro de 1965.

A proximidade entre a Semana Câmara Cascudo e a decisão do Conselho Universitário não permite afirmar que a homenagem tenha determinado a mudança de nome. Permite, porém, situar a resolução num ambiente de valorização pública do intelectual, no qual o seu nome constituía uma referência cultural amplamente reconhecida. Ao incorporá-lo na denominação do Instituto, a Universidade reafirmava essa associação, apesar do afastamento de Câmara Cascudo da condução cotidiana da instituição.

A alteração tornou visível a diferença de critérios entre a Universidade e a direção do IA. Ao estabelecer a denominação oficial, a UFRN valorizou a projeção pública de Câmara Cascudo; a direção, por sua vez, procurava ajustar o nome e a estrutura da instituição ao perfil das investigações desenvolvidas. A controvérsia ultrapassava, portanto, as divergências pessoais entre Cascudo e Cabral de Carvalho: dizia respeito à autoridade para definir o enquadramento institucional do IA e aos critérios que deveriam orientar essa definição.

³⁶⁴ “Cascudo recebe consagração em vida”. *A Ordem* (Natal), 9 de janeiro de 1965, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁶⁵ “Reitoria vai homenagear Câmara Cascudo amanhã,” *Diário de Natal* (Natal), 29 de dezembro de 1964, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁶⁶ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício 174/64, José Nunes Cabral de Carvalho, Diretor do Instituto de Antropologia, para o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”. 23 de dezembro de 1964. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A discrepância tornou-se mais evidente com a expansão das atividades em Geologia, Paleontologia, Zoologia e Botânica. Em Junho de 1966, Cabral de Carvalho apresentou ao reitor Onofre Lopes uma proposta formal para alterar a denominação do IA para “Instituto de Ciências Naturais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, acompanhada de uma reformulação do organograma e de uma nova distribuição das áreas científicas.³⁶⁷ No documento, argumentava que a designação Instituto de Antropologia Câmara Cascudo já não exprimia plenamente a diversificação disciplinar nem o peso adquirido pelas ciências naturais na estrutura da instituição. Segundo a sua avaliação, verificara-se uma “hipertrofia” dos sectores ligados às ciências naturais, que concentravam parte significativa das investigações e das publicações produzidas pelo Instituto.

O termo “hipertrofia”, utilizado pelo próprio Cabral, procurava designar o crescimento desproporcionado dessas áreas relativamente ao núcleo antropológico inicial. O Instituto fora criado com o propósito de estudar o homem e a cultura no Rio Grande do Norte, mas os trabalhos de campo e investigação haviam progressivamente incorporado problemas relacionados com o ambiente, a geologia, a paleontologia, a fauna e a flora. Cabral descrevia esse alargamento como a adoção de um “enfoque ecológico global do facto humano”, no qual o estudo das populações e culturas era articulado com o conhecimento das condições naturais em que se inseriam.³⁶⁸

A expansão materializara-se na criação da Secção de Geologia e Paleontologia do Quaternário e, posteriormente, de áreas dedicadas à Entomologia, Malacologia, Mastozoologia e Botânica. Na argumentação apresentada ao reitor, estas frentes de trabalho não constituíam atividades complementares ou ocasionais, mas componentes cada vez mais relevantes do programa científico do IA. Cabral apoiava essa interpretação também na composição dos artigos publicados na revista *Arquivos do Instituto de*

³⁶⁷ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício 59/66, do diretor do Instituto de Antropologia, para o reitor da UFRN”. 12 de junho de 1966. [Assunto: Exposição de motivos da necessidade de denominar-se Instituto de Ciências Naturais da Universidade o atual Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo”]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁶⁸ Instituto de Antropologia da UFRN, “Ofício n.º 59/66”.

Antropologia, entre os quais identificava uma presença crescente de estudos que classificava como “extra-antropológicos”.³⁶⁹

A proposta não se limitava, portanto, à substituição do nome. Cabral pretendia reorganizar a instituição em cinco divisões — Geologia, Paleontologia, Zoologia, Botânica e Antropologia — subdivididas em departamentos e secções especializados. A Antropologia deixaria de constituir o enquadramento geral do Instituto e passaria a ocupar uma divisão própria, denominada Divisão de Antropologia Câmara Cascudo.³⁷⁰ Esta solução preservava a homenagem ao antigo diretor, enquanto procurava fazer corresponder a designação geral da instituição à diversidade das investigações desenvolvidas.

O organograma anexo à proposta detalhava uma estrutura mais complexa do que aquela então existente. A Divisão de Geologia seria composta pelos departamentos de Estratigrafia, Sedimentologia e Petrografia; a de Paleontologia, pelos departamentos de Micropaleontologia e Macropaleontologia, este último subdividido nas secções de Paleobotânica, Vertebrados e Invertebrados. A Zoologia reuniria os departamentos de Vertebrados e Invertebrados, com secções de Mastozoologia, Herpetologia, Ornitologia, Malacologia e Entomologia. A Antropologia manteria os departamentos de Antropologia Física e Cultural, abrangendo Osteometria, Antropometria, Genética, Etnografia, Etnologia, Arqueologia e Linguística.³⁷¹

³⁶⁹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício 59/66, do diretor do Instituto de Antropologia, para o reitor da UFRN”. 12 de junho de 1966. [Assunto: Exposição de motivos da necessidade de denominar-se Instituto de Ciências Naturais da Universidade o atual Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo”]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁷⁰ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício 59/66, do diretor do Instituto de Antropologia, para o reitor da UFRN”. 12 de junho de 1966. [Assunto: Exposição de motivos da necessidade de denominar-se Instituto de Ciências Naturais da Universidade o atual Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo”]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁷¹ Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício 59/66, do diretor do Instituto de Antropologia, para o reitor da UFRN”. 12 de junho de 1966. [Assunto: Exposição de motivos da necessidade de denominar-se Instituto de Ciências Naturais da Universidade o atual Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo”]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Tabela 7 - Esboço do organograma da proposta de reorganização do Instituto de Antropologia em Instituto de Ciências Naturais da UFRN (1966)

Fonte: Elaboração da autora com base no Ofício n.º 59/66 do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de 12 de Junho de 1966 (Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte 1966).

Divisão	Departamento	Seções
Geologia	Estratigrafia	-
	Sedimentologia	
	Petrografia	
Paleontologia	Micropaleontologia	-
	Macropaleontologia	Paleobotânica, Vertebrados, Invertebrados
Zoologia	Vertebrados	Mastozoologia, Herpetologia, Ornitologia
	Invertebrados	Malacologia, Entomologia
Botânica	-	-
Antropologia	Física	Osteometria, Antropometria, Genética
	Cultural	Etnografia, Etnologia, Arqueologia, Linguística

O organograma deve ser lido como uma estrutura projetada, e não como descrição exata do funcionamento do Instituto em 1966. Algumas das áreas nele incluídas correspondiam a atividades já iniciadas, enquanto outras exprimiam expectativas de especialização e crescimento futuro. O documento revela, assim, não apenas a diversificação alcançada, mas também o modelo institucional que Cabral de Carvalho pretendia consolidar.

A proposta alterava a hierarquia entre as áreas científicas. A Antropologia não seria eliminada nem reduzida a uma presença residual: manteria dois departamentos e um conjunto amplo de secções. Deixaria, contudo, de fornecer a designação e o enquadramento geral da instituição, passando a figurar ao lado da Geologia, Paleontologia, Zoologia e Botânica. Mais do que um simples “desvio epistemológico”, tratava-se de uma tentativa de redefinir a escala e a organização do projeto científico do IA.

Ao reservar o nome de Câmara Cascudo para a Divisão de Antropologia, Cabral procurava conciliar a homenagem instituída pela Universidade com a redefinição do perfil geral do Instituto. A proposta não rejeitava a associação ao antigo diretor, mas restringia-a à área em que a Resolução de 1965 reconheceu a sua autoridade. O desacordo incidia, sobretudo, sobre o lugar que o nome de Cascudo e a própria

Antropologia deveriam ocupar na estrutura institucional, bem como sobre a adequação da denominação geral ao conjunto das atividades científicas desenvolvidas.

Apesar do grau de detalhe da proposta, não foram encontrados indícios de que esta tenha sido submetida à apreciação do Conselho Universitário ou discutida formalmente por outra instância da UFRN. A denominação e a estrutura institucional permaneceram inalteradas, e o organograma concebido por Cabral de Carvalho não chegou a ser implementado.

A explicação mais direta para esse desfecho foi apresentada pelo próprio Cabral em Janeiro de 1973, numa carta dirigida ao ministro da Educação. Ao reconstituir as tentativas de reorganização do Instituto, afirmou que o reitor Onofre Lopes “jamais aceitou as nossas ponderações, insistindo na permanência do nome de Instituto de Antropologia Câmara Cascudo”.³⁷² Por se tratar de um testemunho retrospectivo, produzido quase sete anos depois e num momento de acentuada instabilidade institucional, a declaração deve ser lida como a interpretação de Cabral sobre o processo, e não como prova suficiente das motivações do reitor.

A documentação disponível não permite determinar por que razão Onofre Lopes não acolheu a proposta, nem concluir que a manutenção do nome tenha resultado exclusivamente da valorização pública de Câmara Cascudo. Os efeitos são, contudo, identificáveis: a Universidade conservou a denominação aprovada em 1965, enquanto a reorganização defendida pela direção do IA não avançou. Manteve-se, assim, a distância entre a identificação oficial da instituição e o perfil científico que Cabral procurava formalizar.

Entre 1965 e 1966, confrontaram-se duas formas de enquadrar institucionalmente o IA. A denominação estabelecida pela Universidade privilegiava a ligação histórica e pública com Câmara Cascudo e com a Antropologia Cultural. A proposta de Cabral de Carvalho procurava fazer corresponder o nome e o organograma à diversificação disciplinar já verificada e ao modelo de organização científica que a direção pretendia consolidar. No caso do IA, a controvérsia mostra que a denominação

³⁷² Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1973. “Carta a Ministro Jarbas Passarinho”. 1 de janeiro de 1973. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

e a estrutura institucional não resultavam apenas das práticas de investigação, mas também das decisões das instâncias universitárias. Pode, assim, ser compreendida como uma disputa pelos critérios de classificação e hierarquização das áreas científicas e pela autoridade para os traduzir em formas institucionais (Bourdieu 1975, 22–25, 27).

A proposta de 1966 não foi formalmente acolhida. A partir de 1968, porém, as mudanças introduzidas pela reforma universitária alterariam os próprios termos da discussão. O debate deixaria de incidir apenas sobre a denominação e o organograma do Instituto para abranger a sua posição, autonomia e continuidade na nova estrutura da UFRN.

4.1.3 Vínculos profissionais e tentativas de enquadramento dos investigadores (1963–1974)

As dificuldades enfrentadas pelo Instituto de Antropologia não se limitavam à correspondência entre a sua denominação e o perfil assumido pelas investigações. Desde os primeiros anos, o seu funcionamento dependia de profissionais ligados à Universidade por regimes distintos e nem sempre compatíveis com as atividades que exerciam. Professores lotados noutras unidades, investigadores remunerados mediante recibo, bolseiros e estudantes em formação participavam conjuntamente no trabalho de campo, nos laboratórios e na organização das coleções.

Essa heterogeneidade permitiu ao Instituto ampliar as áreas de investigação sem dispor de um quadro próprio plenamente regularizado. Ao mesmo tempo, tornou incerta a situação dos profissionais que não ocupavam cargos docentes ou técnicos permanentes na UFRN. As reformas académicas e administrativas iniciadas em meados da década de 1960 em âmbito nacional não criaram essa condição, mas alteraram as possibilidades de enquadramento dos investigadores ao reforçarem a titulação, o concurso público e a vinculação à carreira do magistério superior.

O Mapa demonstrativo da situação do pessoal do Instituto de Antropologia (Tabela 8), elaborado em Dezembro de 1965, permite observar a composição do quadro nesse momento. Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo possuíam cargos docentes,

respetivamente, nas Faculdades de Odontologia e de Filosofia, acumulando-os com as atividades desenvolvidas no IA. Os restantes investigadores indicados no documento eram remunerados mediante recibo por serviços prestados, embora apresentassem diferentes níveis de formação e acuassem em áreas científicas diversas.

Tabela 8 - Composição e situação funcional do quadro técnico-científico do Instituto de Antropologia em Dezembro de 1965.

Fonte: Elaboração da autora com base no Mapa demonstrativo da situação do pessoal do Instituto de Antropologia da URN, Dezembro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Grupo funcional	Nome	Área de atuação no IA	Vínculo ou forma de remuneração	Formação registrada
Docentes da UFRN com atuação no IA	José Nunes Cabral de Carvalho	Direção e Paleontologia	Professor de Anatomia da Faculdade de Odontologia; investigador no IA	Curso de Odontologia
	Veríssimo Pinheiro de Melo	Antropologia Cultural	Professor de Etnografia da Faculdade de Filosofia; investigador no IA	Curso de Direito
Investigadores remunerados mediante recibo	Protásio Pinheiro de Melo	Malacologia	Serviços prestados mediante recibo	Curso de Direito
	Antônio Campos e Silva	Geologia do Quaternário	Serviços prestados mediante recibo	Curso de Geografia
	Therezinha Wanderley de Sá Leitão	Paleontologia	Serviços prestados mediante recibo	2.º período do curso de Geografia
	Nássaro Antonio de Souza Násser	Arqueologia	Serviços prestados mediante recibo	2.º período do curso de Geografia
	Elizabeth Mafra Cabral	Arqueologia	Serviços prestados mediante recibo	Curso de Geografia
	Raimundo Teixeira da Rocha	Antropologia Cultural	Serviços prestados mediante recibo	Curso de Geografia
	Leon Diniz Dantas de Oliveira	Mastozoologia	Serviços prestados mediante recibo	2.º período do curso de Geografia
	Dario Dantas da Silva	Palinologia	Serviços prestados mediante recibo	2.º período do curso de Geografia
	Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos	Zoologia	Serviços prestados mediante recibo	Curso técnico de Topografia
	José Crispim	Antropologia Física	Serviços prestados mediante recibo	Curso de Odontologia
	Francisco Renato de Sá e Benevides Filho	Genética Humana	Serviços prestados mediante recibo	Curso de Odontologia

A composição do quadro demonstra que a principal diferença entre os membros do Instituto não residia apenas na formação académica, mas no tipo de vínculo mantido

com a Universidade. Dos treze profissionais registrados, apenas Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo possuíam cargos docentes na UFRN. Os restantes eram remunerados mediante recibo por serviços prestados, embora assumissem responsabilidades em áreas especializadas de investigação. O documento registava ainda diferentes situações formativas: alguns investigadores possuíam formação universitária, quatro frequentavam o segundo período do curso de Geografia e um apresentava formação técnica em Topografia

A insegurança associada a essa heterogeneidade funcional já era perceptível nos primeiros anos de funcionamento do Instituto. Em Maio de 1963, pouco depois de se integrar no IA, António Campos e Silva registou no seu diário a insatisfação com a remuneração e com a ausência de uma definição contratual:

O Instituto não me traz a segurança que necessito. Trinta mil cruzeiros são pouco para que eu case. Por outro lado, nem sequer fica definida minha situação: nem contrato, nem nomeação, nem coisa nenhuma. Faltam livros e instrumentos. Mas a carência maior é de tranquilidade e segurança. Acusar Cabral? De quê? É difícil, pois seu silêncio e soluções protelatórias de desfecho imprevisível não permitem um julgamento. Falou hoje em deixar a direção do Instituto, o que significa mais insegurança para mim. Pergunto-me se não é exigido mais do que deveria à troca de migalhas. Desde o início, o Instituto me tem reservado inquietações e mais inquietações. (Silva 2005, 106-107)

O depoimento documenta a experiência individual de Campos e não deve ser automaticamente generalizado a toda a equipa. Contudo, mostra que a indefinição dos vínculos já produzia insegurança entre os investigadores nos primeiros anos de funcionamento. A precariedade não decorria, portanto, exclusivamente das reformas posteriores: fazia parte das condições mediante as quais o Instituto conseguira formar e incorporar novos colaboradores.

A manutenção desse quadro exigia também um trabalho administrativo contínuo. Em Abril de 1964, Campos registou as dificuldades enfrentadas por Cabral de Carvalho para assegurar o funcionamento da instituição:

Hoje senti pena de Cabral. Pensei na luta administrativa em que ele se empenha para que o Instituto possa funcionar e nos fazemos ciência. Enquanto isso, não pode ele mesmo pesquisar, envolvido com a burocracia e os desmanches nos gabinetes. Seu trabalho será perpetuado através do Instituto. (Silva 2005, 106-107)

Embora escrito a partir de uma relação pessoal com Cabral, o registo demonstra um efeito concreto da indefinição funcional. À frente da direção do IA, Cabral precisava de negociar pagamentos, contratos e autorizações para manter a equipa, o que reduzia o tempo disponível para a investigação. A questão dos vínculos não era, assim, apenas laboral: interferia na distribuição do trabalho e na capacidade científica do Instituto.

Essa indefinição antecedeu as mudanças legislativas que, a partir de 1965, alteraram as condições de enquadramento dos investigadores nas universidades federais brasileiras. A Lei n.º 4.881-A, de 6 de Dezembro de 1965, que instituiu o Estatuto do Magistério Superior, integrou na estrutura do magistério federal as categorias de Pesquisador-Chefe, Pesquisador-Associado e Pesquisador-Auxiliar e vinculou o ingresso na carreira a procedimentos formais, como concursos de títulos e provas³⁷³. Para os membros do IA sem enquadramento no quadro permanente da Universidade, a nova legislação não produziu a regularização esperada. Tornou, antes, mais difícil fazer corresponder a experiência adquirida nos laboratórios e no trabalho de campo às categorias funcionais reconhecidas pela administração federal.

Os efeitos imediatos da nova legislação aparecem numa carta enviada por Cabral de Carvalho a Carlos de Paula Couto, investigador do Museu Nacional, em 22 de Dezembro de 1965. Cabral relatou que a equipa aguardava a regularização da sua situação funcional quando a aprovação do Estatuto frustrou essa expectativa. Segundo escreveu, a nova lei deixara o Instituto “sem possibilidade de enquadramento”, precisamente no momento em que os investigadores esperavam uma solução: “Tudo foi por água abaixo e muitos dispõem-se a deixar a instituição”.³⁷⁴

³⁷³ Brasil, Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, *Diário Oficial da União*, 6 de dezembro de 1965.

³⁷⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Carta de José Nunes Cabral de Carvalho ao Mestre Paula Couto”. 22 de dezembro de 1965. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A carta não se limitava a comunicar o problema. Cabral procurava conhecer as soluções adotadas pelo Museu Nacional e pela Universidade do Brasil e avaliar se poderiam ser aplicadas no IA e na UFRN. Relatava ainda ter discutido com o reitor Onofre Lopes a possibilidade de submeter ao Conselho Universitário uma proposta para que o Curso de Introdução à Antropologia, promovido pelo IA, fosse reconhecido como formação acadêmica de nível superior para efeitos de enquadramento funcional. Com dezoito meses de duração, o curso combinava aulas, práticas laboratoriais, trabalho de campo e participação direta nas investigações. Cabral apresentava essa formação como suficiente para habilitar os investigadores auxiliares ao ingresso na categoria de assistentes de ensino.

Carlos de Paula Couto respondeu em 27 de Fevereiro de 1966. A sua carta mostra que as dúvidas suscitadas pelo Estatuto do Magistério Superior não se restringiam ao Instituto de Antropologia. O Museu Nacional aguardava igualmente uma definição da Reitoria da Universidade do Brasil acerca do enquadramento do seu corpo técnico-científico, sobretudo dos profissionais que, apesar da experiência adquirida na investigação, não possuíam a titulação universitária que poderia vir a ser exigida pela administração federal.³⁷⁵

Paula Couto observava que antropólogos, botânicos, zoólogos e geólogos exerciam regularmente funções científicas nas universidades, embora nem sempre estivessem integrados na carreira docente. Uma das soluções então discutidas consistia em enquadrá-los como professores. O investigador considerava essa alternativa pouco adequada, pois submetia atividades desenvolvidas em museus, laboratórios e coleções a categorias concebidas sobretudo para o exercício do magistério.³⁷⁶ A dificuldade não decorria, portanto, apenas da qualificação individual dos profissionais, mas também da ausência de categorias funcionais ajustadas à especificidade do trabalho técnico-científico realizado nessas instituições.

³⁷⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Carta de Carlos de Paula Couto a José Nunes Cabral de Carvalho”. 27 de fevereiro de 1966. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁷⁶ Couto, [carta a José Nunes Cabral de Carvalho], 27 de fevereiro de 1966.

Em nova correspondência, datada de 23 de Junho de 1966, Paula Couto informou que a Universidade do Brasil adotara um critério baseado no tempo de serviço e na análise do currículo. Os profissionais mais antigos do Museu Nacional haviam sido enquadrados como Pesquisadores-Chefes, enquanto os restantes foram distribuídos pelas categorias de assistentes e auxiliares. A solução reconhecia parcialmente as trajetórias construídas na instituição, mas permanecia sujeita às decisões dos órgãos centrais da administração federal.³⁷⁷

Paula Couto manifestava, contudo, reservas quanto à estabilidade desse arranjo. Circulava a possibilidade de o Departamento Administrativo do Serviço Público impor um modelo uniforme de classificação, associado à dedicação exclusiva e menos sensível às soluções adotadas por cada universidade. Ao designar ironicamente essa eventual reorganização como uma “mixórdia”, exprimia a apreensão perante uma padronização que poderia desconsiderar as formas de trabalho desenvolvidas em museus e institutos universitários³⁷⁸.

A correspondência entre Cabral de Carvalho e Paula Couto mostra, assim, que o problema ultrapassava a situação específica da UFRN. A legislação procurava ordenar e profissionalizar as carreiras científicas nas universidades federais, mas incidia sobre instituições cujos quadros haviam sido constituídos segundo diferentes formas de formação, recrutamento e exercício profissional. As respostas também variavam: enquanto a Universidade do Brasil adotou provisoriamente critérios de antiguidade e currículo para enquadrar os profissionais do Museu Nacional, o Instituto de Antropologia continuava sem uma solução para a situação funcional da sua equipa.

A persistência do impasse é documentada numa carta dirigida por Cabral de Carvalho ao geneticista Francisco Salzano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 29 de Setembro de 1967. Cabral relatou que continuava a procurar a nomeação dos investigadores e a sua integração no regime de tempo integral. Ao mesmo tempo, a

³⁷⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Carta de Carlos de Paula Couto a José Nunes Cabral de Carvalho”. 23 de junho de 1966. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁷⁸ Couto, [carta a José Nunes Cabral de Carvalho], 23 de junho de 1966.

ampliação das atividades científicas exigia novos colaboradores, cuja admissão se encontrava bloqueada:

Faz cinco anos que luto para que nossos pesquisadores sejam nomeados e façam jus ao tempo integral. Por uma série de motivos alheios à vontade do Reitor, até hoje não foi possível. Por outro lado [...] vejo-me ante o dilema de precisar de mais gente e ver absolutamente vedada a possibilidade de admissão a qualquer título.³⁷⁹

A carta demonstra dois problemas relacionados, mas distintos. O Instituto ainda não conseguira regularizar os profissionais que já integravam a equipa e, simultaneamente, encontrava dificuldades para admitir pessoal capaz de responder ao crescimento das investigações. Ao atribuir os obstáculos a motivos “alheios à vontade do Reitor”, Cabral não responsabilizava diretamente Onofre Lopes, mas assinalava os limites administrativos enfrentados pela própria Reitoria.

A situação funcional do diretor do Instituto seguiu um percurso diferente. Cabral de Carvalho ocupava a cátedra de Anatomia na Faculdade de Odontologia, embora se dedicasse cada vez mais à direção do Instituto de Antropologia. A sobreposição das funções gerou tensões com José Cavalcante de Melo, diretor daquela Faculdade, e tornou necessário formalizar a permanência de Cabral no IA. Em Junho de 1968, a Reitoria expediu a Portaria n.º 168/68, que determinou a sua transferência para o Instituto, na qualidade de professor catedrático, “até ulterior deliberação”.³⁸⁰ O Ofício n.º 293/68, da Divisão de Pessoal, confirmou essa situação e, em 4 de Outubro, a Resolução n.º 86/68-CONSUNI designou Joaquim Guilherme para o substituir na Faculdade de Odontologia (Melo e Calado 2019, 236).

Essas medidas formalizaram a atuação de Cabral no Instituto, mas não resolveram a situação dos restantes investigadores. Foi possível ajustar a lotação de um professor já integrado no quadro permanente da Universidade, enquanto os membros

³⁷⁹ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1967. “Carta de José Nunes Cabral de Carvalho ao Professor Salzano”. 29 de setembro de 1967. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁸⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. Onofre Lopes da Silva (Reitor, Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Portaria nº 168, 18 de junho de 1968. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

da equipa sem vínculo estável continuavam sem enquadramento funcional compatível com as atividades que desempenhavam.

No final de 1968, as possibilidades de contratação tornaram-se ainda mais restritas. O Decreto n.º 63.946, de 30 de Dezembro, suspendeu as admissões no serviço público federal “a qualquer título”. Em 1969, as orientações transmitidas às universidades mantiveram essa limitação. A Circular n.º 08/69 admitia exceccionalmente novas contratações para funções de magistério,³⁸¹ enquanto a Circular n.º 09/69 determinava a suspensão de nomeações e contratações de pessoal docente e técnico-científico, incluindo vínculos temporários.³⁸²

A exceção reservada ao magistério não respondia plenamente às necessidades do IA. Embora alguns dos seus investigadores acumulassem atividades de ensino, parte considerável do trabalho era realizada nos laboratórios, nas coleções e nas expedições científicas, sem correspondência direta com cargos docentes. O problema não consistia apenas na ausência de vagas, mas na dificuldade de enquadrar funções técnico-científicas numa estrutura administrativa cada vez mais orientada pela carreira do magistério superior.

As consequências dessa reorganização aparecem numa carta enviada por António Campos e Silva a Jerónimo Vingt-un Rosado, em Janeiro de 1969. Campos relacionava a impossibilidade de desenvolver o programa científico pretendido com as exigências administrativas que se acumulavam tanto no Instituto como na Faculdade de Filosofia:

A Universidade entra em fase de organização. É possível que passe para tempo integral, já tendo sido submetido o quadro para o Serviço de Pessoal. Assim, com toda a perspectiva de papeladas, corre-corre, burocracia, minha presença aqui é imprescindível. [...] A Faculdade de Filosofia vai mudar de estrutura, não se sabe ainda em que moldes, no

³⁸¹ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 1969. (Oroz de Oliveira, Secretário Executivo), Circular-Federal Nº 08/69 a Prof. Onofre Lopes da Silva (Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 20 de abril de 1969, Rio de Janeiro, sobre a admissão exceccional de pessoal para funções de magistério, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁸² Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 1969. Circular-Geral Nº 09/69 (Cópia) a Prof. Onofre Lopes da Silva (Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 31 de janeiro de 1969, Rio de Janeiro, transcrevendo o Ato Complementar Nº 41 do Presidente da República, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

início de 69. Não tenho assistente. [...] 69 apresenta-se como um ano crítico para minha situação funcional na Universidade (Rosado 2001a, 102).

O testemunho mostra que os constrangimentos não afetavam apenas os investigadores auxiliares sem formação superior concluída. No caso de Campos, as exigências da reorganização universitária, a ausência de assistentes e a acumulação de responsabilidades administrativas limitavam igualmente a continuidade do trabalho científico. A situação funcional dependia, assim, não apenas das qualificações individuais, mas também da distribuição dos profissionais entre diferentes unidades e das mudanças então introduzidas na estrutura da UFRN.

As restrições foram reforçadas pelo Decreto n.º 64.715, de 18 de Junho de 1969. A norma reafirmou a proibição de admissões na administração pública federal “a qualquer título”, incluindo a prestação de serviços remunerada mediante recibo, e condicionou eventuais exceções à autorização da Presidência da República.³⁸³ Para o Instituto, cuja equipa fora mantida em grande medida por formas de remuneração dessa natureza, o decreto reduziu significativamente as alternativas administrativas utilizadas nos anos anteriores.

Entre 1967 e 1969, o problema alterou-se, portanto, em escala e natureza. Já não estava em causa apenas obter o reconhecimento dos investigadores formados pelo Instituto, mas assegurar a continuidade da equipa num contexto de restrição às admissões, no qual as exceções previstas se concentravam nas funções docentes. A regularização da lotação de Cabral de Carvalho no IA mostrou que era possível encontrar soluções administrativas para profissionais já integrados no quadro permanente da Universidade; não resolveu, contudo, a situação dos restantes investigadores.

Nos anos seguintes, as tentativas de enquadramento passariam a realizar-se sobretudo por meio de concursos, aditamentos contratuais e requerimentos individuais.

³⁸³ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 1969. (Oscar de Oliveira, Secretário Executivo), Circular-Federal Nº 11/69 a Prof. Onofre Lopes da Silva (Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte), 3 de julho de 1969, Rio de Janeiro, transcrevendo o Decreto Nº 64.715 sobre o ingresso de pessoal na Administração Pública Federal, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Entre 1970 e 1972, os membros do Instituto procuraram fazer corresponder as funções que já exerciam às categorias reconhecidas pela nova estrutura universitária.

Em 7 de Janeiro de 1970, a UFRN aprovou a Resolução n.º 01/70-CONSUNI, que estabeleceu normas para os concursos de Professor Adjunto, a seleção de Auxiliares de Ensino e a contratação temporária de docentes (Melo e Calado 2019, 256). A medida procurava adaptar os procedimentos de admissão e progressão funcional às novas disposições do magistério superior, mas não resolvia automaticamente a situação dos investigadores do IA. O acesso às categorias previstas dependia da posição funcional anteriormente ocupada, da formação académica e da aprovação em concursos ou processos seletivos.

Entre os membros do Instituto, Veríssimo de Melo pôde concorrer ao cargo de Professor Adjunto por já se encontrar enquadrado como Professor Assistente. A sua situação diferia da de investigadores como António Campos e Silva e Protásio Pinheiro de Melo, cujas atividades científicas não correspondiam a vínculos regulares na carreira docente. Para estes profissionais, a regularização continuava a depender de medidas específicas.

Em 21 de Março de 1970, Cabral de Carvalho solicitou à Reitoria a contratação de António Campos e Protásio de Melo mediante aditamento contratual. A proposta previa vencimentos de NCr\$ 1.740,00 e uma jornada mínima de oito horas diárias. O pedido procurava assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelos dois investigadores, recorrendo a uma solução contratual distinta das categorias de ingresso estabelecidas para o magistério.³⁸⁴

A situação de Protásio de Melo deu origem, poucos meses depois, a uma nova tentativa de enquadramento. Em Agosto de 1970, apresentou um requerimento no qual solicitava a sua integração como Professor Adjunto. Alegava exercer regularmente atividades de ensino e investigação, inicialmente na Secção de Malacologia do Instituto e, posteriormente, no Departamento de Linguística. A documentação registava-o como

³⁸⁴ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício 19/70 do diretor do Ia ao Reitor da UFRN”. 21 de março de 1970. [Assunto: Solicita aditivo contratual para António Campos e Protásio de Melo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Auxiliar de Pesquisa sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, embora os seus pagamentos fossem efetuados mediante recibo.³⁸⁵

Para fundamentar o pedido, Protásio invocou as normas que estabeleciam a articulação entre ensino e investigação como princípio da carreira universitária. Defendia que as funções efetivamente exercidas poderiam justificar o seu enquadramento docente, mesmo sem ter sido previamente classificado segundo as categorias mais recentes do Estatuto do Magistério.³⁸⁶ O requerimento procurava, assim, fazer reconhecer administrativamente uma combinação de atividades que a estrutura funcional da Universidade tratava de forma separada.

O caso revela a dificuldade de traduzir em categorias formais as funções desenvolvidas no IA. O trabalho de Protásio não se restringia à investigação de coleções malacológicas, nem correspondia integralmente ao perfil convencional de um docente universitário. A sua tentativa de ingresso como Professor Adjunto resultava da necessidade de adaptar uma trajetória técnico-científica às categorias então disponíveis, predominantemente organizadas em torno da carreira do magistério.

As iniciativas de regularização prosseguiram em 1972. Nesse ano, foram apresentados requerimentos para o enquadramento como Professores Assistentes de Leon Diniz Dantas de Oliveira, Maria Inês Mendonça de Oliveira, Marilda Fernandes de Carvalho e Sheila Maria Garcia Cabral de Carvalho.³⁸⁷ Francisco Renato de Sá e Benevides Filho solicitou, por sua vez, o reconhecimento da estabilidade funcional com base no artigo 177 da Constituição de 1967, alegando mais de cinco anos de serviço prestado à UFRN.³⁸⁸

³⁸⁵ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Requerimento de Protásio Pinheiro de Melo (Chefe do Departamento de Linguística) ao Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público”. 17 de agosto de 1970. [Assunto: Exposição de Motivos e Requerimento sobre sua reclassificação funcional]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁸⁶ Melo, [requerimento sobre reclassificação funcional], 17 de agosto de 1970.

³⁸⁷ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Ofício 71/72, 103/72, 104/72, 106/72, do diretor do Ia ao Reitor da UFRN”. 31 de outubro de 1972. [Assunto: Solicita aditivo contratual para professor assistente]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁸⁸ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Ofício 110/72, do diretor do Ia ao Reitor da UFRN”. 8 de novembro de 1972. [Assunto: Solicita estabilidade nos termos do art. 177 da Constituição Federal de 1967]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Ainda em 1972, a Universidade realizou um concurso para Auxiliar de Ensino, no qual participaram e foram aprovados membros do Instituto, entre os quais Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, Sheila Cabral de Carvalho e Maria Inês Mendonça de Oliveira. O concurso oferecia uma via formal de ingresso na estrutura universitária, mas exigia que os investigadores convertessem as atividades que já desempenhavam em credenciais compatíveis com a carreira docente.

Entre 1970 e 1972, as tentativas de regularização deixaram de se concentrar numa solução coletiva para o quadro do Instituto. Passaram a depender das condições particulares de cada investigador, como o vínculo anterior, a formação acadêmica, o tempo de serviço e a possibilidade de acesso a concursos. Esse processo permitiu que alguns membros ingressassem nas categorias reconhecidas pela Universidade, mas produziu resultados desiguais e não assegurou, nesse momento, o enquadramento de toda a equipa.

Uma solução mais abrangente seria formalizada apenas em 1974, com a Resolução n.º 52/74-CONSUNI, que homologou como docentes da UFRN diversos profissionais ligados ao antigo Instituto de Antropologia. A medida conferiu reconhecimento funcional a investigadores que, durante anos, haviam participado em atividades de investigação, ensino, trabalho laboratorial e organização das coleções sem disporem de vínculos compatíveis com as funções exercidas.

A resolução não representou, contudo, a preservação do quadro institucional em que essas trajetórias se haviam constituído. Quando o enquadramento foi homologado, o Instituto de Antropologia já fora transformado em Museu Câmara Cascudo e as suas áreas de atividade encontravam-se em processo de redistribuição pela nova estrutura universitária. A regularização dos profissionais ocorreu, portanto, separadamente da continuidade da instituição científica que os formara e na qual haviam desenvolvido grande parte do seu trabalho.

A integração dos investigadores na carreira universitária reduziu a indefinição funcional que marcara as suas trajetórias, mas não garantiu a continuidade da estrutura científica do antigo IA, assente na articulação entre investigadores, laboratórios e

coleções. O reconhecimento dos profissionais e a continuidade institucional constituíam problemas distintos e tiveram soluções igualmente diferentes.

A profissionalização dos investigadores do IA não se realizou, assim, por meio da criação ou do reconhecimento de um quadro científico próprio. Ocorreu sobretudo pela adaptação individual às categorias existentes na Universidade, em particular às da carreira docente. Concursos, requerimentos, alterações contratuais e homologações permitiram reconhecer parte da experiência acumulada, mas fizeram-no segundo uma estrutura funcional que nem sempre correspondia às formas de trabalho desenvolvidas em institutos, museus e laboratórios.

A Resolução n.º 52/74-CONSUNI encerrou uma etapa das disputas pelo enquadramento dos investigadores, mas não resolveu a questão mais ampla da posição ocupada pelo Instituto na UFRN. Para compreender como a regularização de parte da equipa coincidiu com o desaparecimento do IA enquanto unidade autónoma, importa examinar as mudanças introduzidas pela Reforma Universitária e a reorganização das unidades académicas entre 1968 e 1974.

4.1.4 Reforma universitária e reconfiguração do Instituto de Antropologia (1968–1974)

As dificuldades de enquadramento dos investigadores constituíam apenas uma das dimensões das mudanças então em curso. A partir de 1968, a reorganização do ensino superior alterou também a estrutura administrativa da UFRN e a posição ocupada pelo Instituto de Antropologia no interior da Universidade. A questão deixava, assim, de incidir apenas sobre os vínculos profissionais e passava a abranger a autonomia, a composição e a continuidade da própria instituição.

Essas transformações na UFRN integravam um processo mais amplo de reorganização do ensino superior brasileiro. A Lei n.º 5.540, de 28 de Novembro de 1968, e o Decreto-Lei n.º 464, de 11 de Fevereiro de 1969, estabeleceram as bases da Reforma Universitária, favorecendo a organização departamental, a concentração de atividades em unidades mais amplas e a coordenação centralizada do ensino, da investigação e da

administração universitária.³⁸⁹ A sua aplicação, contudo, não se realizou de forma uniforme: cada universidade precisou de adaptar as estruturas existentes às novas exigências legais e administrativas.

Na UFRN, esse processo envolveu sucessivas alterações estatutárias e regimentais entre 1968 e 1974. Faculdades, escolas e institutos até então dotados de relativa autonomia foram progressivamente integrados em centros acadêmicos organizados por grandes áreas do conhecimento. A criação das pró-reitorias e a adoção do sistema departamental transferiram para estruturas centrais e departamentais funções anteriormente exercidas pelas unidades de origem.

Para conduzir a transição, a Universidade instituiu, em 1969, uma Comissão de Implantação da Reforma Universitária. A comissão ficou responsável por propor a reorganização das unidades existentes, a redistribuição dos respectivos quadros e a articulação entre cursos, departamentos e órgãos suplementares (Melo e Calado 2019, 251–52). O processo não consistia apenas numa alteração de nomenclaturas. Implicava decidir quais atividades seriam integradas nos departamentos, quais estruturas conservariam funções próprias e que unidades deixariam de existir de forma autônoma.

No início da década de 1960, a UFRN mantinha diferentes institutos científicos, entre os quais o Instituto de Antropologia, o Instituto de Biologia Marinha e o Instituto Agropecuário (Melo e Calado 2019, 217, 220, 253, 261). Essas unidades reuniam, em diferentes proporções, atividades de investigação, formação de pessoal e trabalho especializado, sem corresponderem necessariamente à estrutura departamental que a Reforma Universitária viria a privilegiar. A adaptação ao novo modelo colocava, por isso, dificuldades particulares, uma vez que as funções por elas concentradas não podiam ser redistribuídas de forma simples por um único departamento ou curso.

O Instituto de Antropologia foi inicialmente mantido entre os chamados “institutos especiais” no anteprojeto de reestruturação aprovado pelo Conselho Universitário em 1968. Essa classificação indicava que a Universidade ainda reconhecia

³⁸⁹ Brasil. 1968. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, *Diário Oficial da União*, 29 de novembro de 1968; Brasil. 1969. Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, *Diário Oficial da União*, 12 de fevereiro de 1969.

a especificidade das suas funções, mas não assegurava a preservação da estrutura anterior. À medida que avançava a implantação da Reforma, as áreas desenvolvidas pelo IA passaram a ser consideradas separadamente, segundo a sua possível integração em departamentos, núcleos especializados ou estruturas museológicas (Melo e Calado 2019, 310).

A situação diferia, portanto, da controvérsia sobre a denominação analisada anteriormente. Em 1966, Cabral de Carvalho propusera ampliar a instituição e reorganizá-la como Instituto de Ciências Naturais, mantendo reunidas as diferentes áreas científicas. A Reforma Universitária seguiria outra direção: em vez de consolidar essa diversidade numa única unidade, favoreceria a redistribuição das atividades segundo a nova estrutura departamental e os centros académicos.

Essa orientação adquiriu forma mais definida em 1972, quando a Resolução n.º 80/72-CONSUNI aprovou a criação do Centro de Geociências, que reuniria o Instituto de Antropologia, o Instituto de Biologia Marinha e o curso de Geografia. A medida inseria essas unidades numa estrutura académica mais ampla e submetida ao sistema departamental então adotado pela Universidade. No que dizia respeito ao Instituto de Antropologia, a resolução não previa a sua continuidade na forma em que funcionara durante a década anterior. As suas atividades seriam distribuídas por três componentes: departamentos, não especificados no documento; um Núcleo de Geologia e Paleontologia; e um Museu de Antropologia. A instituição deixaria, portanto, de constituir uma unidade autónoma que reunia diferentes áreas científicas sob a mesma direção.

A menção genérica aos departamentos sugere que parte das atividades de ensino e investigação seria integrada na nova estrutura departamental. A resolução, contudo, não indicava quantos departamentos seriam criados, quais áreas lhes seriam atribuídas nem que investigadores os integrariam. Também não esclarecia o destino das áreas de Zoologia, Botânica, Antropologia Física, Antropologia Cultural e Arqueologia, que haviam participado da organização científica do IA. A distribuição dessas atividades permanecia, assim, dependente de decisões posteriores.

O Núcleo de Geologia e Paleontologia constituía o componente mais claramente definido da proposta. A sua criação reconhecia a importância assumida por essas áreas no Instituto e poderia favorecer a continuidade das investigações, bem como a manutenção dos laboratórios e das coleções a elas associados. A alteração incidia sobretudo sobre a posição administrativa dessas atividades: em vez de integrarem um instituto dotado de direção própria, passariam a constituir um núcleo inserido no Centro de Geociências.

A previsão de um Museu de Antropologia introduzia outra forma de continuidade institucional, mas as suas funções não foram detalhadas na resolução. O documento não especificava que coleções seriam transferidas para o museu, quais investigadores lhe ficariam vinculados nem como se articulariam as atividades de conservação, investigação, exposição e ensino. Por essa razão, a criação do museu não pode ser interpretada, desde logo, como uma separação entre a função museológica e a produção científica.

A própria trajetória do Instituto desaconselha essa leitura. Desde a sua criação, a formação e o estudo das coleções estiveram associados ao trabalho de campo, aos laboratórios, às publicações e à formação de investigadores. A designação “Museu de Antropologia” poderia traduzir uma diferenciação administrativa dessas funções, mas não demonstra que as coleções deixariam de constituir fontes e instrumentos de investigação. Para identificar uma eventual dissociação, seria necessário examinar as competências atribuídas ao museu, a composição da equipa e as práticas efetivamente desenvolvidas após a reorganização.

A Resolução n.º 80/72-CONSUNI estabelecia, portanto, uma estrutura projetada. Formalizava a incorporação do IA no Centro de Geociências e indicava os componentes que deveriam resultar do seu desdobramento, mas não definia os procedimentos necessários à sua implementação. A ausência de disposições sobre quadros funcionais, competências, instalações e distribuição das coleções mostra que parte substancial da reorganização ainda permanecia em aberto.

O curto intervalo entre a aprovação da resolução e a sua substituição, em Março de 1973, reforça a necessidade de distinguir o plano normativo da execução efetiva. Nos

primeiros meses de 1973, o Instituto encontrava-se, assim, numa situação de transição: a continuidade da sua autonomia já não estava assegurada, mas permaneciam indefinidos o enquadramento das atividades e a distribuição do quadro técnico-científico. Foi nesse contexto que Cabral de Carvalho procurou o apoio do Ministério da Educação para assegurar a implementação da estrutura aprovada e evitar uma fragmentação que considerava prejudicial ao projeto científico do IA.

A tentativa de Cabral de Carvalho assumiu forma concreta numa carta enviada, em 3 de Janeiro de 1973, ao ministro da Educação, Jarbas Passarinho.³⁹⁰ O documento foi redigido quando a Resolução n.º 80/72-CONSUNI ainda se encontrava em vigor e a estrutura do Centro de Geociências permanecia por implementar. Cabral não se limitava, portanto, a denunciar as dificuldades enfrentadas pelo Instituto: procurava obter apoio político para que a reorganização aprovada fosse efetivamente executada.

Na carta, Cabral apresentou a criação do Centro de Geociências como uma possibilidade de preservar, sob uma nova estrutura, parte da articulação científica construída pelo IA. A integração do Instituto de Antropologia, do Instituto de Biologia Marinha e do curso de Geografia poderia, na sua perspetiva, assegurar continuidade às áreas de investigação abrangidas pela resolução, desde que o desdobramento previsto não resultasse na dispersão das equipas e das atividades.³⁹¹

O apelo ao ministro revela que Cabral considerava insuficientes os canais internos da Universidade para garantir a implementação da proposta. Ao recorrer diretamente ao Ministério da Educação, procurava acrescentar autoridade externa a uma decisão já aprovada pelo Conselho Universitário, mas ainda dependente de medidas administrativas. A carta constituía, assim, uma tentativa de intervir no processo de reorganização antes que a nova estrutura fosse redefinida ou abandonada.

Cabral fundamentava o pedido na trajetória científica do Instituto, evocando o trabalho realizado desde a sua criação, as áreas de investigação consolidadas e as relações estabelecidas com outras instituições. Com esses argumentos, procurava

³⁹⁰ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. "Carta de Cabral de Carvalho ao Ministro Jarbas Passarinho". 03 de janeiro de 1973. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁹¹ Carvalho, [carta a Jarbas Passarinho], 3 de janeiro de 1973.

mostrar que a reorganização incidia sobre uma estrutura científica construída ao longo de mais de uma década, na qual se articulavam investigação, trabalho laboratorial, coleções e cooperação interinstitucional.

O documento também retomava a controvérsia em torno da denominação do Instituto. Cabral recordava que o reitor Onofre Lopes não acolhera a proposta de mudança para Instituto de Ciências Naturais e insistira na manutenção do nome Instituto de Antropologia Câmara Cascudo. Em 1973, essa referência já não dizia respeito apenas à nomenclatura. Cabral utilizava-a para explicar a distância que, segundo a sua interpretação, se estabelecera entre o perfil científico assumido pelo IA e as decisões administrativas tomadas pela Reitoria.

A carta deve, contudo, ser lida como uma tomada de posição num conflito institucional. O tom simultaneamente político e emotivo, a valorização do trabalho desenvolvido e a denúncia dos riscos de fragmentação procuravam convencer o destinatário da necessidade de intervir. O documento permite conhecer a interpretação de Cabral sobre o processo, mas não basta, isoladamente, para reconstituir as motivações das demais instâncias envolvidas.

A iniciativa mostra que Cabral não se opunha à incorporação do Instituto numa estrutura universitária mais ampla. Pelo contrário, apoiava a criação do Centro de Geociências, desde que esta preservasse a articulação entre as áreas científicas e garantisse condições de continuidade ao trabalho desenvolvido. A resistência incidia sobre a possibilidade de o IA ser desmembrado sem uma definição clara das competências, dos vínculos profissionais e das estruturas que resultariam da reorganização.

A carta de Janeiro de 1973 documenta, portanto, uma tentativa de orientar a aplicação da Resolução n.º 80/72-CONSUNI, e não apenas de impedir a transformação institucional. Cabral procurava negociar a forma dessa transformação, defendendo um arranjo que permitisse adaptar o Instituto ao modelo departamental sem dissolver inteiramente o projeto científico construído desde 1960. A possibilidade de rever a estrutura aprovada concretizou-se poucos meses depois.

Em 23 de Março de 1973, a Resolução n.º 12/73-CONSUNI revogou a Resolução n.º 80/72-CONSUNI, mas não alterou os elementos centrais da reorganização prevista para o Instituto de Antropologia. O IA continuava incorporado no Centro de Geociências, e mantinha-se a previsão de distribuir as suas atividades entre departamentos, um Núcleo de Geologia e Paleontologia e um Museu de Antropologia. A revogação modificou, portanto, o enquadramento normativo da Reforma Universitária, sem redefinir, nesse momento, o destino atribuído ao Instituto.

A manutenção do Centro de Geociências correspondia, em linhas gerais, à solução apoiada por Cabral de Carvalho na carta dirigida a Jarbas Passarinho. Não há, contudo, elementos suficientes para atribuir essa decisão à sua intervenção. A correspondência documenta a tentativa do diretor de influenciar o processo, enquanto a resolução regista a deliberação do Conselho Universitário; sem documentação sobre a sua tramitação interna, não é possível estabelecer uma relação causal entre ambas.

A nova resolução também não eliminou a distância entre a estrutura formalmente aprovada e a sua concretização. Em Março de 1973, o IA deixara de figurar como unidade autónoma, mas a reorganização das suas atividades e do quadro técnico-científico permanecia por executar.

Em 24 de Junho de 1974, o Decreto Federal n.º 74.211 formalizou uma nova estrutura para a UFRN, organizada em cinco centros académicos.³⁹² A medida reuniu faculdades, escolas, institutos e serviços anteriormente autónomos em unidades mais amplas e reduziu o número de departamentos de 83 para 32 (Melo e Calado 2019, 330–331). No caso do Instituto de Antropologia, a principal alteração consistiu na sua inclusão no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e não no Centro de Geociências previsto pelas resoluções de 1972 e 1973

O decreto incluiu o IA entre as unidades que constituiriam o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, juntamente com os Institutos de Ciências Humanas, de Letras e de Artes, o Serviço de Psicologia Aplicada, a Escola de Música e o Núcleo de Estudos Brasileiros. A mudança alterava o enquadramento administrativo anteriormente

³⁹² Brasil. 1974. Decreto Federal nº 74.211, de 24 de junho de 1974, *Diário Oficial da União*, 25 de junho de 1974

aprovado, que associava o Instituto ao Instituto de Biologia Marinha, ao curso de Geografia e ao projetado Núcleo de Geologia e Paleontologia. Afastava-se também da solução defendida por Cabral de Carvalho, baseada na manutenção da articulação entre as diferentes áreas científicas desenvolvidas no IA.

Essa nova posição administrativa não permite concluir, contudo, que todas as atividades do Instituto tenham sido transferidas para o campo das humanidades. O decreto definia a composição dos centros, mas não esclarecia como seriam distribuídos os setores de Geologia, Paleontologia, Zoologia, Botânica, Antropologia e Arqueologia, nem o destino dos respectivos laboratórios e coleções. A inclusão no CCHLA não pode, portanto, ser interpretada, por si só, como uma reorientação integral do Instituto, mas como uma alteração do seu lugar na estrutura universitária.

A manutenção da designação “Instituto de Antropologia” no texto do decreto também deve ser considerada com cautela. Quando a nova estrutura federal foi formalizada, o Museu Câmara Cascudo já havia sido criado no âmbito da UFRN. A coexistência das duas designações nos documentos do período não significa necessariamente que correspondessem a estruturas simultaneamente ativas. Indica, antes, que a aprovação federal da organização universitária e as decisões internas relativas à transformação do Instituto decorreram segundo ritmos administrativos distintos.

Ao integrar as antigas unidades autônomas numa estrutura composta por centros e departamentos, o novo modelo formalizou o desaparecimento do Instituto de Antropologia na configuração institucional que mantivera desde 1960. Esse processo coincidiu com as decisões internas que, desde 1973, vinham definindo a criação do Museu Câmara Cascudo. A transformação em museu não resultou, portanto, apenas do decreto de 1974, mas de negociações anteriores sobre a continuidade das atividades, das coleções e do quadro técnico-científico do Instituto. Para compreender essa passagem, importa examinar as decisões que definiram a criação e o lugar institucional do Museu Câmara Cascudo.

4.2 A transformação do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo: negociações e continuidades institucionais (1973–1974)

Para compreender como o Instituto de Antropologia deu lugar ao Museu Câmara Cascudo, importa recuar ao segundo semestre de 1973. Enquanto a UFRN reorganizava a sua estrutura em centros e departamentos, permaneciam em aberto o enquadramento das atividades do IA, a situação do seu quadro técnico-científico e o destino das coleções reunidas desde 1960. Foi nesse contexto que a criação de um museu começou a ser considerada como uma possibilidade de preservar parte da estrutura científica construída pelo Instituto.

A transformação não resultou de uma única decisão nem correspondeu a uma simples mudança de denominação. Entre Agosto e Outubro de 1973, ofícios, correspondência privada e deliberações dos órgãos universitários documentam a procura de uma solução que permitisse adaptar o IA à nova organização da Universidade. A proposta do Museu Câmara Cascudo emergiu gradualmente desse processo e seria formalizada, em Outubro, pela Resolução n.º 81/73-CONSUNI.

4.2.1 Da defesa do Instituto à proposta do Museu Câmara Cascudo

Em agosto de 1973, um ofício dirigido por Cabral de Carvalho ao reitor Genário Alves Fonseca regista uma das primeiras posições assumidas perante a reorganização institucional em curso. Cabral defendia então a manutenção do nome Instituto de Antropologia Câmara Cascudo.³⁹³ A posição diferia da que assumira em 1966, quando propusera a mudança para Instituto de Ciências Naturais. Diante da possibilidade de desmembramento da unidade, a denominação anteriormente questionada passava a ser mobilizada como argumento em favor da sua continuidade.

No ofício, Cabral afirmou que o Instituto não pretendia promover qualquer modificação numa denominação que considerava “consagrada nacional e

³⁹³ Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício 74/73, do diretor do IA, Prof. José Nunes Cabral de Carvalho, ao reitor da UFRN Prof. Genário Alves Fonseca”. 22 de agosto de 1973. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

internacionalmente”.³⁹⁴ A declaração integrava a sua intervenção no processo de reorganização: ao invocar o reconhecimento alcançado pelo IA, procurava reforçar a legitimidade da sua permanência na nova estrutura universitária.

A defesa formal da denominação coexistia, contudo, com uma percepção cada vez mais pessimista quanto à continuidade do Instituto. Em cartas dirigidas ao arqueólogo Nássaro Nasser, entre Agosto e Setembro de 1973, Cabral descreveu a situação como a fase final de uma “batalha praticamente perdida” e referiu-se à sua atuação como uma “luta desesperada pela sobrevivência do I.A.”:

No momento enfrento a última fase de uma batalha praticamente perdida. Tudo faz crer que a Antropologia vai inteirinha para o Instituto de Ciências Humanas, e como essas são as informações pós-pneumônicas...³⁹⁵

Noutra carta, escreveu:

Continuo numa luta desesperada pela sobrevivência do I.A., estão sendo dados passos definitivos. Não creio que a batalha esteja completamente perdida. Você sabe, que a minha preocupação maior na vida, é seguir o exemplo das velas, que nos alumia até o último instante e acaba em pé.³⁹⁶

As cartas não mencionavam ainda a transformação do Instituto em museu, mas mostram que Cabral considerava iminentes decisões sobre a distribuição das suas áreas. A possível transferência da Antropologia para o Instituto de Ciências Humanas era apresentada como um sinal do desmembramento da unidade. A imagem da vela, por sua vez, exprimia a disposição de continuar a intervir no processo, apesar das reduzidas expectativas de preservar o IA na configuração anterior. Os documentos registam, assim, a interpretação de Cabral sobre a crise institucional, sem permitirem concluir, isoladamente, quais decisões já haviam sido tomadas pela administração universitária.

³⁹⁴ Instituto de Antropologia da UFRN, “Ofício n.º 74/73”.

³⁹⁵ José Nunes Cabral de Carvalho, [carta a Nássaro Nasser], 19 de agosto de 1973, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

³⁹⁶ José Nunes Cabral de Carvalho, [carta a Nássaro Nasser], 24 de setembro de 1973, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Foi neste contexto que a procura de alternativas ultrapassou o espaço interno da UFRN. Em setembro de 1973, Cabral expôs a situação ao arqueólogo Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Em resposta, Simões sugeriu que se abandonasse a referência disciplinar à Antropologia e se adotasse uma designação institucional mais abrangente:

Por que não tira a palavra Antropologia? Fique com Museu Câmara Cascudo, que, debaixo deste nome, cabe tudo que você quiser — como acontece conosco no Pará, no Museu Goeldi e no da Quinta da Boa Vista, depois Museu Nacional. (Santos 2010, 39)

A sugestão alterava os termos em que a continuidade do Instituto vinha a ser discutida. Em vez de conservar a denominação Instituto de Antropologia ou de retomar a proposta de Instituto de Ciências Naturais, Simões indicava a categoria “museu” como uma designação institucional não circunscrita a uma única disciplina. A referência ao Museu Paraense Emílio Goeldi e ao Museu Nacional oferecia precedentes institucionais para a proposta: em ambos os casos, a denominação abrangia instituições que mantinham coleções científicas e desenvolviam investigação em diferentes áreas. A conservação do nome Câmara Cascudo preservaria, por sua vez, uma referência já associada publicamente ao Instituto e reconhecida pela Universidade.

A solução proposta tinha, portanto, um alcance que ultrapassava a simples alteração nominal. Ao substituir a referência disciplinar à Antropologia e conservar o nome de Câmara Cascudo, permitia reformular a identidade institucional sem declarar uma rutura com a trajetória anterior. É neste sentido que as denominações e formas institucionais dos museus podem participar da produção de legitimidade e da construção de narrativas de continuidade, sobretudo em contextos de reorganização administrativa (Ashworth 2019, 148–49; Aronsson e Elgenius 2014, 1–8; Bennett 2019, 413–14). No caso do IA, esse enquadramento permitiria abandonar uma designação disciplinar sem restringir, em princípio, a diversidade das atividades desenvolvidas e apresentar a transformação como continuidade institucional, e não como simples extinção.

Cabral aderiu imediatamente à sugestão. Na resposta enviada a Simões, declarou: “Iniciei, desta hora, a luta pelo nome do Museu Câmara Cascudo” (Santos 2010, 39). A frase assinala uma mudança na posição adotada desde agosto: o diretor deixava de defender prioritariamente a manutenção do nome Instituto de Antropologia e passava a mobilizar uma nova designação para a unidade.

A mudança foi comunicada aos membros da Congregação do IA em 5 de outubro de 1973. Conforme registra a ata da 39.^a reunião extraordinária, o encontro foi convocado para que o diretor desse conhecimento à equipa dos resultados da reunião do Conselho Universitário realizada no dia anterior. Segundo Cabral, o reitor Genário Alves Fonseca conseguiu, junto das autoridades do Ministério da Educação e Cultura, a alteração da denominação Instituto de Antropologia Câmara Cascudo para Museu Câmara Cascudo³⁹⁷.

Ao expor a alteração, Cabral procurou demonstrar que a categoria “museu” não implicaria necessariamente a restrição das atividades científicas da unidade. Segundo a ata, afirmou que a medida colocaria a instituição em condições semelhantes às do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Nacional do Rio de Janeiro e seria de “incalculável valor e importância”, uma vez que o Museu poderia “abrigar, de agora em diante, todos os campos da pesquisa”. A comparação com essas instituições reforçava a interpretação de que a nova designação poderia acolher diferentes áreas de investigação, sem limitar o Museu a um único domínio disciplinar.³⁹⁸

A passagem da defesa do nome Instituto de Antropologia Câmara Cascudo para a adoção de Museu Câmara Cascudo ocorreu, assim, num intervalo de poucos meses. Não se tratou apenas da substituição de uma denominação por outra, mas da procura de um enquadramento que, na interpretação de Cabral e dos seus interlocutores, permitisse manter reunidas diferentes atividades científicas. A decisão formal já havia sido tomada pelo Conselho Universitário em 4 de outubro de 1973, por meio da

³⁹⁷ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Ata da 39.^a Reunião Extraordinária”. 5 de outubro de 1973. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

³⁹⁸ Congregação de Professores do Instituto de Antropologia “Câmara Cascudo” da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. “Ata da 39.^a Reunião Extraordinária”.

Resolução n.º 81/73-CONSUNI, cujos efeitos administrativos e institucionais serão analisados na subsecção seguinte.

4.2.2 Criação e enquadramento institucional do Museu Câmara Cascudo

A nova configuração foi formalizada pela Resolução n.º 81/73-CONSUNI, de 4 de Outubro de 1973, que criou o Museu Câmara Cascudo no âmbito da UFRN e lhe atribuiu a responsabilidade pelo acervo do extinto Instituto de Antropologia.³⁹⁹ A resolução não apresentou a criação do museu como o início de uma instituição inteiramente nova, mas como uma forma de preservar os resultados científicos e os bens reunidos pelo IA. A continuidade com a unidade anterior constituiu, assim, um dos fundamentos do ato administrativo.

A primeira justificação referia-se às investigações realizadas nas áreas de Antropologia, Geologia e Paleontologia. Ao defender a preservação dos seus resultados, a resolução não se limitava à conservação material das coleções: reconhecia que estas haviam sido constituídas no decurso de trabalhos de campo, estudos laboratoriais e intercâmbios científicos. A criação do museu procurava, portanto, manter reunidos os vestígios materiais e documentais de uma atividade de investigação desenvolvida ao longo de mais de uma década.

A segunda justificação mobilizava a figura de Luís da Câmara Cascudo, apresentado como professor emérito, humanista e intelectual de projeção internacional. A adoção do seu nome associava a nova unidade a uma personalidade já vinculada à história do Instituto e amplamente reconhecida no Rio Grande do Norte. Essa referência conferia continuidade à designação adotada em 1965 e permitia inscrever a criação do museu numa memória institucional anterior à Reforma Universitária.

A terceira justificação incidia sobre a necessidade de organizar a proteção, a utilização e a exposição dos acervos, então definidos como património da Universidade.

³⁹⁹ Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Resolução Nº 81/73 – CONSUNI”. 4 de outubro de 1973. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

A resolução atribuía, deste modo, uma configuração administrativa própria a atividades que já faziam parte do funcionamento do Instituto, mas que passavam a ser explicitamente enquadradas como responsabilidades do museu. A salvaguarda das coleções constituía um elemento central da nova unidade, sem que o texto da norma estabelecesse, por si só, o abandono da investigação realizada a partir delas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 81/73-CONSUNI, de 04 de outubro de 1973.

CRIA O MUSEU "CÂMARA CASCUDO".

O Conselho Universitário, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando a necessidade de preservar integralmente os resultados das pesquisas realizadas em matéria antropológica, geológica e paleontológica pelo Instituto de Antropologia;

Considerando a importância da contribuição cultural do mestre Luis de Câmara Cascudo, Professor Emérito desta Universidade, através de sua obra, de cientista social e de humanista, de dimensões internacionais;

Considerando a conveniência de estruturar as atividades de proteção, utilização e exposição das peças de valor antropológico do considerável acervo paleontológico integrantes do patrimônio desta Universidade,

R E S O L V E

CRIAR o Museu "Câmara Cascudo", destinado a manter o acervo constante do atual Instituto de Antropologia.

Sala das Sessões, em Natal, 04 de outubro de 1973.

AS) GENÁRIO ALVES FONSECA

Figura 40 - Resolução nº 81/73 – CONSUNI, de 4 de outubro de 1973. Documento emitido pelo Conselho Universitário da UFRN, que oficializa a criação do Museu Câmara Cascudo como unidade vinculada à Universidade, destinada a manter o acervo do extinto Instituto de Antropologia.

Fonte: Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

As três justificações articulavam, portanto, dimensões distintas. A referência às investigações preservava a ligação com o trabalho científico do IA; o nome de Câmara Cascudo assegurava uma continuidade memorial; e a definição das responsabilidades sobre os acervos conferia ao museu uma função administrativa específica. A resolução procurava apresentar a transformação não como simples extinção do Instituto, mas como transferência de parte das suas atividades e do seu patrimônio para uma nova forma institucional.

Cabral de Carvalho incorporou essa interpretação num comunicado enviado em Novembro de 1973, já na condição de diretor do Museu Câmara Cascudo.⁴⁰⁰ No documento, afirmou que a transformação procurara “salvaguardar a organicidade e patrimônio” do Instituto e adaptá-lo à nova estrutura do ensino universitário brasileiro. Comparou ainda o MCC ao Museu Paraense Emílio Goeldi e ao Museu Nacional, retomando os modelos invocados na correspondência com Mário Ferreira Simões⁴⁰¹:

No ensejo, levo ao conhecimento de V.Sa., para os fins que se fizerem necessários, que, para salvaguardar a organicidade e patrimônio do Instituto de Antropologia ‘Câmara Cascudo’ e colocá-lo dentro da nova estrutura do ensino universitário brasileiro, o Exmo. Sr. Presidente da República transformou o antigo IACC no ‘MUSEU CÂMARA CASCUDO’ supra mencionado. Da mesma maneira que sem alteração ficaram o Museu Emílio Goeldi, o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, e outros.⁴⁰²

A formulação de Cabral condensava num único ato um processo desenvolvido em diferentes níveis administrativos. A criação do MCC fora aprovada pelo Conselho Universitário, por meio da Resolução n.º 81/73-CONSUNI, enquanto o novo enquadramento institucional da UFRN seria formalizado no plano federal em junho de

⁴⁰⁰ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício 117/73, do diretor do MCC ao Coordenador do Curso de Mestrado em Geologia Sedimentar do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco”. 26 de novembro de 1973. [Assunto: Informa a criação do Museu e trata da integração de laboratórios]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴⁰¹ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. “Ofício 117/73.

⁴⁰² Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. “Ofício 117/73.

1974. A referência ao Presidente da República pode, assim, ser compreendida como uma forma de situar a transformação no âmbito mais amplo da reorganização federal da Universidade, embora o comunicado não distinga as diferentes etapas administrativas desse processo.

A comparação com o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional reforçava essa interpretação. Ao aproximar o MCC de instituições científicas consolidadas, Cabral procurava demonstrar que a designação “museu” era compatível com a continuidade da investigação. Na sua leitura, o novo enquadramento permitiria conservar articuladas as coleções, os laboratórios e as diferentes áreas científicas reunidas na instituição.

O enquadramento da nova unidade avançou em Fevereiro de 1974, com a aprovação do Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo pelo Conselho Universitário.⁴⁰³ O documento procurou traduzir a resolução de criação numa estrutura de funcionamento, definindo atribuições e inscrevendo a investigação, o ensino e a extensão entre as atividades do museu. A formalização dessas funções respondia à necessidade de adaptar a instituição à organização administrativa da Universidade e, simultaneamente, de preservar a dimensão científica herdada do IA.

A aprovação do regimento mostra que a transformação em museu não se limitou à mudança de nome ou à manutenção das coleções. Implicou a procura de um novo enquadramento para atividades que anteriormente se desenvolviam no interior do Instituto. Ao explicitar competências, responsabilidades e formas de funcionamento, o documento procurava conferir estabilidade administrativa à unidade criada em Outubro de 1973.

Essa organização interna, contudo, não coincidiu de forma imediata com a estrutura federal da Universidade. Como analisado anteriormente, o Decreto n.º 74.211, de 24 de Junho de 1974, ainda mencionava o Instituto de Antropologia entre as unidades que constituiriam o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. A permanência da antiga designação no decreto, quando o Museu Câmara Cascudo já havia sido criado e

⁴⁰³ Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Resolução n.º 16/74-CONSUNI”, 20 de fevereiro, [aprova o Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo], Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

dispunha de regimento próprio, demonstra que as decisões internas da UFRN e a aprovação federal da sua estrutura decorreram segundo ritmos administrativos distintos.

A criação do Museu Câmara Cascudo resultou, assim, da combinação de atos que não formaram uma sequência inteiramente linear. A Resolução n.º 81/73-CONSUNI instituiu a nova unidade; o comunicado de Cabral procurou ampliar a legitimidade da transformação; o Regimento Interno definiu as suas funções; e o decreto federal manteve, ainda em 1974, a designação anterior. Apesar dessas sobreposições, o Museu passou a constituir o enquadramento institucional por meio do qual se procurou dar continuidade às atividades científicas desenvolvidas pelo Instituto de Antropologia.

4.2.3 Continuidade científica e tensões institucionais em 1974

A definição normativa das funções do Museu Câmara Cascudo não permite, por si só, avaliar os efeitos da transformação sobre o trabalho científico. Para verificar como o novo enquadramento se traduziu na prática, importa observar as atividades registradas durante 1974, primeiro ano completo de funcionamento do Museu. A documentação revela a continuidade da formação dos investigadores, da participação em redes de cooperação e das investigações de campo, mas também incertezas quanto ao lugar da unidade nos órgãos acadêmicos da UFRN.

No domínio da formação científica, os registos de 1974 documentam a participação de profissionais do Museu em atividades promovidas por outras instituições. Nesse contexto, Protásio Pinheiro de Melo obteve autorização para participar num seminário de Linguística em Campinas,⁴⁰⁴ enquanto Maria Inez Mendonça de Oliveira ingressou no mestrado em Geologia Sedimentar do Centro de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação de Janes M. Mabesoone.⁴⁰⁵ Em

⁴⁰⁴ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 3/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 03 de janeiro de 1974. [Assunto: Solicita autorização para Protásio de Melo participar no Seminário de Linguística na cidade de Campinas, São Paulo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴⁰⁵ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 40/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 22 de fevereiro de 1974. [Assunto: Solicita pedido da prof. Maria Inez

Agosto, Veríssimo de Melo deslocou-se a Sergipe para participar no III Festival de Arte de São Cristóvão, onde ministrou quatro aulas sobre o folclore do Rio Grande do Norte.⁴⁰⁶ Pedidos de diárias, passagens e bolsas para investigadores e estagiários mostram que o Museu procurava assegurar condições materiais para essas atividades de formação e circulação acadêmica.

Também prosseguiram as relações de cooperação estabelecidas pelo antigo Instituto. Em 1974, o MCC participou no levantamento “Estudos dos Sedimentos do Rio Grande do Norte e Norte da Paraíba” desenvolvido em colaboração com o Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo⁴⁰⁷ e coordenado por José Salim.⁴⁰⁸ Financiado pelo CNPq no âmbito do “Projeto Nordeste” e vinculado ao Conselho Consultivo do Programa Nacional de Geociências do Ministério da Educação, o projeto envolveu ainda investigadores da Academia Brasileira de Ciências, do Institut d’Histoire Naturelle de Paris, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Departamento Nacional de Produção Mineral.⁴⁰⁹ A participação do Museu dava continuidade às articulações interinstitucionais construídas pelo IA e mantinha-o integrado em investigações de alcance mais amplo.

O trabalho de campo também não foi interrompido pela transformação institucional. José Salim e Leon Diniz participaram em missões na Bacia Sedimentar do Piauí-Maranhão, relacionadas com estudos de Paleontologia, Sedimentologia e

Mendonça de Oliveira para cursar mestrado em Geologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴⁰⁶ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 65/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 5 de agosto de 1974. [Assunto: Solicita afastamento de professor para participar de Conclave Cultural]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴⁰⁷ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 10/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 24 de janeiro de 1974. [Assunto: Encaminha relatório do professor Oscar T: Matsuura, chefe da equipe do instituto Astronômico e Geofísico a Universidade de São Paulo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴⁰⁸ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 13/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 29 de janeiro de 1974. [Assunto: Solicitação do Prof. José Salim para iniciar os trabalhos dos “Estudos dos Sedimentos do Rio Grande do Norte e da Paraíba” aprovado pelo CNPq]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴⁰⁹ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 79/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 13 de setembro de 1974. [Assunto: Encaminha prestação de contas de pesquisas realizadas no Maranhão e Piauí]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Estratigrafia.⁴¹⁰ Rubens da Silva Santos, da Academia Brasileira de Ciências, e Oscar T. Matsuura, da Universidade de São Paulo, aparecem igualmente associados a projetos desenvolvidos com a participação do MCC, sobretudo no âmbito do Núcleo de Paleontologia. Solicitações de transporte, apoio a expedições, pagamento de horas extraordinárias e acolhimento de investigadores visitantes mostram que a realização dessas atividades continuava a depender de uma estrutura logística instalada no Museu.

Esses registros não significam que o Museu tenha preservado integralmente a organização científica do Instituto de Antropologia. Demonstram, contudo, que a mudança de designação e de enquadramento administrativo não provocou a suspensão das investigações, da formação ou da cooperação científica. Durante 1974, parte das práticas construídas no IA continuou a ser desenvolvida sob a nova estrutura, ainda que sujeita a outras condições administrativas.

A continuidade das atividades científicas não correspondeu, porém, a uma posição estável do Museu na organização acadêmica da Universidade. Em 7 de Novembro de 1974, Cabral de Carvalho dirigiu uma carta ao professor Alvamar Furtado para protestar contra a possibilidade de o MCC não ter representação no Conselho de Ensino e Pesquisa da UFRN. Na perspectiva do diretor, a exclusão desse órgão restringiria a participação do Museu numa instância responsável pela definição das políticas acadêmicas e científicas.⁴¹¹

Na mesma data, Protásio Pinheiro de Melo escreveu igualmente a Alvamar Furtado, atribuindo a situação a uma decisão arbitrária e utilizando a expressão “safadeza” para caracterizar o episódio. A linguagem empregue revela a intensidade do conflito e a percepção, partilhada por membros da equipa, de que o Museu estava a perder espaço nos processos decisórios da Universidade.⁴¹² As cartas, todavia,

⁴¹⁰ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício 63/74, do diretor do MCC ao reitor da UFRN”. 1 de agosto de 1974. [Assunto: Solicita ajuda para pesquisa no Maranhão]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴¹¹ José Nunes Cabral de Carvalho. 1974. “Carta de Cabral de Carvalho para Alvamar Furtado de Mendonça”. 7 de novembro de 1974. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴¹² Protásio de Melo. 1974. “Carta de Protásio de Melo para Alvamar Furtado de Mendonça”. 7 de novembro de 1974. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

documentam a interpretação dos seus autores e não permitem, isoladamente, determinar as motivações da Reitoria ou das demais instâncias envolvidas.

Poucos dias depois, numa carta dirigida a Nássaro Nasser em 22 de Novembro, Cabral voltou ao tema num tom de acentuada frustração. Referindo-se às sucessivas possibilidades consideradas para o enquadramento da unidade, escreveu: “Ora o Museu é Museu, ora o Museu se divide, ora o Museu é Departamento e ora bolas, uma vez que tudo acaba na mesma merda [sic]”.⁴¹³ A passagem sintetiza a instabilidade administrativa percebida pelo diretor: mesmo após a criação formal do MCC e a aprovação do seu regimento, continuavam em discussão a sua configuração e a sua posição na Universidade.

A documentação de 1974 revela, assim, dois movimentos simultâneos. Por um lado, o Museu manteve atividades de formação, investigação de campo e cooperação científica herdadas do Instituto de Antropologia. Por outro, a sua inserção na estrutura académica permanecia sujeita a decisões que afetavam a representação institucional e a definição das suas competências. A transformação em museu assegurou um enquadramento para parte das práticas científicas anteriores, mas não eliminou as incertezas produzidas pela reorganização da UFRN.

4.2.4 Musealização da ciência e reconfiguração institucional

A trajetória reconstruída nesta secção permite examinar a transformação do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo para além da alteração da sua denominação. A criação do Museu manteve reunidas coleções, práticas de investigação, atividades formativas e relações de cooperação constituídas no IA, mas modificou o enquadramento administrativo e funcional da unidade. Para interpretar esse processo, importa distinguir a criação formal de um museu da musealização dos objetos, coleções e espaços em sentido estrito e, simultaneamente, considerar uma conceção mais ampla de musealização da ciência.

⁴¹³ José Nunes Cabral de Carvalho (Zé) para Prof. Nássaro, Carta pessoal, 22 de novembro de 1974, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Na literatura museológica, a musealização designa o processo intencional pelo qual objetos, conjuntos ou contextos são selecionados, valorizados e integrados num regime de preservação, documentação, investigação e comunicação (Stránský 1980, 33–39; Stránský 2009, 13–18; Cury 1999, 50; Schärer 2009, 85–89; Desvallées e Mairesse 2011, 253). Envolve, nesse sentido, operações de seleção e atribuição de valor que definem o que deve ser preservado, documentado e comunicado (Brulon 2020, 3–10, 21). A aplicação dessas formulações à transformação de uma instituição exige cautela: a adoção da categoria “museu” não significa que todos os seus bens e espaços tenham sido retirados dos contextos de uso anteriores ou convertidos em testemunhos de uma atividade científica concluída.

No Instituto de Antropologia, as coleções já se encontravam associadas ao trabalho de campo, à investigação laboratorial, ao ensino e à exposição antes de 1973. Também o edifício reunia laboratórios, gabinetes, áreas técnicas e espaços destinados à comunicação pública. A criação do MCC não operou, por si só, a retirada desses bens e espaços dos seus usos científicos, nem os converteu integralmente em património histórico. As instalações e coleções continuaram a ser mobilizadas nas atividades da unidade, agora submetidas a outro enquadramento institucional.

Num sentido mais amplo, contudo, a transformação pode ser analisada como parte de um processo de musealização da ciência. Delicado (2005, 1, 8–11, 342–43, 545–46) compreende esse processo não apenas como a incorporação de património científico num museu, mas também como a criação e o funcionamento de instituições que conservam, investigam e comunicam a ciência. A análise abrange os agentes e objetivos envolvidos na sua constituição, as atividades realizadas, os recursos mobilizados, os constrangimentos enfrentados e as relações estabelecidas com os campos científico, educativo e cultural. A criação administrativa do MCC corresponde sobretudo à dimensão da constituição institucional: formalizava como museu científico uma unidade na qual a investigação, o ensino, o trabalho com as coleções e a exposição já se encontravam interligados.

O novo enquadramento tornou explícitas, entre as competências do Museu, as responsabilidades relativas à preservação, documentação e exposição das coleções, ao

lado da investigação, do ensino e da extensão. Na interpretação dos atores envolvidos, a categoria “museu” permitia reunir áreas e funções que não encontravam correspondência simples na organização departamental da Universidade. Os exemplos do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Nacional, invocados por Cabral de Carvalho, ofereciam modelos institucionais nos quais a identidade museológica era compatível com a investigação, a formação e o trabalho com coleções. Isso não significa que a nova denominação garantisse, por si só, a continuidade dessas atividades, mas que disponibilizava uma forma institucional pela qual elas poderiam permanecer articuladas.

A transformação do IA em MCC pode, assim, ser compreendida simultaneamente como uma reconfiguração administrativa e como o momento inicial de um processo mais amplo de musealização da ciência. A documentação não indica que, em 1973, as coleções, os laboratórios e as práticas científicas tenham sido integralmente convertidos em património histórico ou privados das suas funções anteriores. O alcance do novo enquadramento não pode, por isso, ser inferido apenas das resoluções que criaram o Museu; exige observar como as competências formalmente atribuídas ao MCC foram executadas e modificadas nas décadas seguintes.

4.3 O Museu Câmara Cascudo entre consolidação e descontinuidades (1974–2010)

Uma vez examinadas a criação do Museu Câmara Cascudo e a redefinição do seu enquadramento institucional, importa acompanhar o funcionamento da nova unidade e as transformações ocorridas nas décadas seguintes. Esta secção analisa como as funções de investigação, ensino, extensão, preservação das coleções e comunicação pública foram organizadas e desenvolvidas no MCC, bem como as sucessivas tentativas de ajustar a sua estrutura às mudanças administrativas e académicas da UFRN. Mais do que verificar a continuidade ou a interrupção das atividades anteriormente desenvolvidas pelo Instituto de Antropologia, procura-se compreender as formas concretas assumidas por essas práticas no novo quadro institucional.

Para efeitos analíticos, o período divide-se em três momentos. O primeiro, entre 1974 e 1981, corresponde à definição e revisão dos regimentos, à organização inicial do Museu e ao desenvolvimento das primeiras atividades científicas e formativas sob o novo enquadramento. Entre 1982 e 1998, a continuidade de cursos e projetos coexistiu com problemas de pessoal, financiamento, instalações e vínculos funcionais, que suscitaram diferentes propostas de reorganização. No terceiro momento, entre 2000 e 2010, a trajetória do MCC cruzou-se com a crescente atenção conferida aos museus, à memória e ao património pelas políticas nacionais e pelo planeamento institucional da Universidade.

A análise cruza documentos de natureza distinta. Os regimentos, as resoluções e os estatutos permitem reconstituir as competências, os órgãos e as atividades formalmente previstos; os relatórios, as atas, os projetos e os registos administrativos documentam a sua execução, modificação ou interrupção. As correspondências, anotações e intervenções dos profissionais são examinadas como interpretações e tomadas de posição dos próprios atores, e não como descrições neutras das decisões universitárias. Esta distinção orienta, inicialmente, o exame do modelo organizacional estabelecido pelo Regimento de 1974.

4.3.1 Regimentos, organização e atividade científica no primeiro ciclo do MCC (1974–1981)

O primeiro ciclo de funcionamento do Museu Câmara Cascudo foi marcado pela definição de sucessivos instrumentos normativos e pela reorganização, sob a nova configuração institucional, das atividades científicas, formativas, museológicas e administrativas anteriormente desenvolvidas. Entre a aprovação do Regimento Interno de 1974 e as alterações introduzidas em 1981, foram estabelecidas diferentes formas de distribuir competências, agrupar áreas de conhecimento e articular as funções atribuídas ao Museu. Esses documentos permitem identificar os modelos institucionais projetados para o MCC; a sua concretização, contudo, deve ser examinada à luz do quadro profissional, dos cursos, dos projetos e das atividades documentados no período.

O modelo de 1974 foi estabelecido pelo Regimento Interno aprovado pela Resolução n.º 96/74-CONSUNI, de 1 de novembro de 1974. Diretamente subordinado à Reitoria, o MCC foi definido como uma unidade universitária destinada a desenvolver investigação, ensino e extensão nas áreas de Antropologia, Botânica, Geologia e Paleontologia. Para cumprir essas finalidades, o Regimento previa uma estrutura composta pela Direção e pelos respectivos serviços de apoio, por três núcleos técnico-científicos e pelo Colegiado de Pesquisa, Ensino e Extensão. À Coordenadoria de Cursos cabia organizar e acompanhar o trabalho didático dos núcleos, incluindo a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão.⁴¹⁴

Tabela 9 - Estrutura organizacional do Museu Câmara Cascudo prevista no Regimento Interno de 1974

Fonte: Elaborada pela autora com base no Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo, aprovado pela Resolução n.º 96/74-CONSUNI, de 1 de novembro de 1974.

Órgão ou unidade	Componentes ou áreas abrangidas	Competências e funções previstas
I. Direção	Diretor e vice-diretor	Direção geral do Museu; representação institucional; coordenação e supervisão das atividades administrativas, científicas e museológicas
Secretaria	—	Organização e guarda da documentação; expediente e tramitação administrativa
Serviços Gerais	Biblioteca do Museu; Serviço de Desenho, Restauração e Montagem; Serviço de Limpeza, Conservação e Vigilância	Apoio documental, técnico e operacional; conservação e manutenção das instalações e dos materiais
Prédio de Exposições	Espaços destinados à apresentação das coleções	Exposição das coleções; visita pública; apoio às atividades de ensino e extensão
II. Núcleos técnico-científicos	Núcleos de Antropologia, Botânica e Geologia e Paleontologia	Desenvolvimento de atividades de investigação, ensino e extensão nas respectivas áreas de conhecimento
Núcleo de Antropologia	Antropologia Cultural; Antropologia Biológica; Antropologia Social; Genética; Arqueologia; Linguística; Ecologia Humana	Desenvolvimento de investigação e de atividades formativas nas diferentes áreas antropológicas
Laboratórios do Núcleo de Antropologia	Antropologia Biológica; Genética; Arqueologia	Apoio às atividades de investigação, formação prática e tratamento dos materiais

⁴¹⁴ Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Resolução nº96/74 - CONSUNI – Aprova o Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo]. 1 de novembro de 1974. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Núcleo de Botânica	Botânica; Paleobotânica; Climatologia; Pedologia	Desenvolvimento de estudos sobre a flora, os solos, o clima e os vestígios vegetais
Laboratório de Botânica	—	Apoio técnico às atividades de investigação e formação na área da Botânica
Núcleo de Geologia e Paleontologia	Paleontologia de Vertebrados; Paleontologia de Invertebrados; Geologia Económica; Sedimentologia; Micropaleontologia; Geomorfologia; Estratigrafia	Desenvolvimento de investigação e de atividades formativas nos domínios da Geologia e da Paleontologia
Laboratórios do Núcleo de Geologia e Paleontologia	Paleontologia de Vertebrados; Paleontologia de Invertebrados; Micropaleontologia; Sedimentologia; Malacologia; Laminação	Apoio técnico e laboratorial ao estudo de fósseis, sedimentos, moluscos e materiais geológicos
Coordenadoria de Cursos	—	Organização, acompanhamento e controlo das atividades didáticas dos núcleos; coordenação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão
III. Colegiado de Pesquisa, Ensino e Extensão	Diretor, vice-diretor e professores dos núcleos	Deliberação e coordenação das atividades de investigação, ensino e extensão

A organização estabelecida pelo Regimento não reproduzia integralmente a estrutura departamental do Instituto de Antropologia aprovada em 1970. Os oito departamentos então existentes foram reagrupados em três núcleos: Antropologia, Botânica e Geologia e Paleontologia. No interior desses núcleos permaneceram, porém, áreas que anteriormente dispunham de organização própria. A Arqueologia, a Genética e a Antropologia Biológica foram integradas no Núcleo de Antropologia, enquanto a Malacologia passou a figurar entre os laboratórios do Núcleo de Geologia e Paleontologia. O Regimento operava, assim, uma redistribuição administrativa das áreas de conhecimento, sem que essa alteração formal permita inferir a interrupção das respetivas atividades.

O ensino e a deliberação colegial também receberam um lugar definido na nova estrutura. A Coordenadoria de Cursos deveria organizar e acompanhar as atividades didáticas dos núcleos, enquanto o Colegiado de Pesquisa, Ensino e Extensão reuniria a Direção e os professores para deliberar sobre matérias académicas e científicas. Essas disposições mostram que o ensino e a participação dos docentes nas decisões do Museu

não eram apresentados como funções ocasionais. A previsão regimental, todavia, não demonstra que todas as instâncias tenham sido instaladas ou funcionado regularmente.

O trabalho com as coleções e as exposições foi organizado fora dos núcleos técnico-científicos. A Biblioteca, o Serviço de Desenho, Restauração e Montagem e o Serviço de Limpeza, Conservação e Vigilância integravam os Serviços Gerais, enquanto o Prédio de Exposições permanecia subordinado à Direção. Essa distribuição diferenciava administrativamente as áreas disciplinares, os serviços de apoio e o espaço expositivo. Na prática, porém, a preparação dos materiais, a conservação das coleções, o apoio bibliográfico e a montagem das exposições podiam servir tanto à comunicação pública como às atividades de investigação e ensino desenvolvidas pelos núcleos.

A execução do modelo apoiava-se nas instalações construídas durante o funcionamento do Instituto de Antropologia. A criação do MCC não implicou a transferência para outro edifício: os laboratórios, gabinetes, oficinas, áreas administrativas e espaços expositivos existentes constituíram a base material da nova instituição. A fotografia do conjunto na década de 1970 documenta essa permanência espacial, embora não permita, por si só, avaliar o funcionamento dos órgãos e setores previstos no Regimento.



Figura 41 - Prédio do Museu Câmara Cascudo, década de 1970.
Fonte: Acervo do Museu Câmara Cascudo (MCC)

Para avaliar em que medida a estrutura estabelecida em 1974 foi implementada, importa examinar a composição do corpo profissional, os cursos oferecidos e os projetos desenvolvidos nos anos seguintes. Esse conjunto documental permite confrontar o modelo normativo com as práticas efetivamente realizadas e identificar tanto as áreas em que as atividades prosseguiram como aquelas cuja organização se afastou do Regimento.

Em 1974, o MCC contava com 15 docentes e investigadores oriundos do Instituto de Antropologia. Nos anos seguintes, esse quadro foi recomposto de forma desigual entre as diferentes áreas, mediante a incorporação gradual de novos investigadores e a colaboração com outros departamentos da UFRN e instituições externas. A participação nas atividades do Museu nem sempre coincidia, contudo, com a lotação formal dos profissionais na estrutura universitária.

A recomposição do quadro da Arqueologia ocorreu após a saída de Nássaro Antônio de Souza Nasser do MCC. Em dezembro de 1976, o arqueólogo foi transferido do Departamento de Geociências do MCC para o Departamento de Estudos Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, desligando-se das atividades do Museu.⁴¹⁵ Segundo Miller, em 1978 Armand F. G. Laroche visitou o MCC e, perante o interesse de Cabral de Carvalho em estruturar o Departamento de Arqueologia, transferiu-se para o Rio Grande do Norte e passou a desenvolver investigação na instituição. No ano seguinte, o arqueólogo italiano Vicente Tassone passou a integrar a equipa do MCC. Posteriormente, Tom Oliver Miller, então lotado no Departamento de Ciências Sociais da UFRN, foi convidado a dedicar 20 horas semanais às atividades do Museu (Miller 2021, 17). A recomposição da área combinou, portanto, a integração de novos profissionais no Museu com a colaboração parcial de um docente vinculado a outra unidade académica.

A recomposição da equipa de Arqueologia ocorreu num campo de relações científicas anteriormente associado ao PRONAPA. Durante o período em que dirigiu as

⁴¹⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1976. “Portaria nº 896, Remove o professor Nássaro Antônio de Souza Nasser do Departamento de Geociências para o Departamento de Estudos Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN”. 17 de dezembro de 1976. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN

atividades arqueológicas do MCC, Nássaro Nasser mantivera contactos com Betty Meggers e Clifford Evans, da Smithsonian Institution, e com Valentin Calderón, da Universidade Federal da Bahia. Após a sua saída, a formação de Armand F. G. Laroche junto de Calderón e a colaboração de Tom Oliver Miller mantiveram a área ligada a circuitos mais amplos de formação e investigação. A renovação da equipa foi acompanhada pelo desenvolvimento de novas iniciativas. Em 1980, os arqueólogos do MCC participaram no projeto de salvamento realizado na área afetada pela construção da barragem do Vale do Açu. A iniciativa mobilizou profissionais do Museu em trabalhos de campo e na documentação dos materiais arqueológicos, embora a investigação tenha sido interrompida antes da conclusão do relatório final (Miller 2021, 23–25).

No campo da Antropologia, a articulação entre investigação, formação estudantil e extensão assumiu uma configuração particular com o Programa Bolsa/Trabalho/Arte, desenvolvido entre 1976 e 1981 em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, o Departamento de Assuntos Estudantis e o Departamento de Assuntos Culturais da UFRN. Destinado a incentivar a produção artística e o estudo das culturas populares do Rio Grande do Norte, o Programa começou com 20 bolsas e chegou a contemplar 30 estudantes por edição, provenientes sobretudo das áreas de Ciências Humanas e Sociais⁴¹⁶.

Num relatório técnico elaborado em 1991, a professora Ivanilda Pinheiro da Costa sistematizou as atividades do Programa, associando-as ao desenvolvimento de investigações em antropologia urbana e antropologia da arte e à realização de ações de extensão em escolas e comunidades. Embora posterior ao período analisado, o documento constitui uma fonte institucional relevante para reconstituir essa experiência. A concessão de bolsas, a participação dos estudantes e as atividades registadas evidenciam a articulação entre investigação antropológica, formação universitária, produção artística e estudo das culturas populares.⁴¹⁷

⁴¹⁶ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1991. “A Antropologia no Museu Câmara Cascudo – Relatório da professora Ivanilda Pinheiro da Costa”. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴¹⁷ Museu Câmara Cascudo da UFRN, “A Antropologia no Museu Câmara Cascudo”.

Nas Geociências, os documentos do período registam tanto iniciativas realizadas como propostas de formação e investigação. Em 1975, foi elaborado o projeto do Curso de Especialização em Paleontologia de Vertebrados Brasileiros, com início previsto para fevereiro desse ano. A proposta pretendia oferecer fundamentos teóricos e práticos para a identificação e interpretação de fósseis e indicava como uma das suas bases os materiais e dados disponíveis no Museu. O documento comprova, portanto, a intenção de mobilizar a coleção paleontológica no ensino e na investigação, mas não permite, isoladamente, determinar em que medida o curso foi efetivamente realizado.⁴¹⁸

Também em 1975, a participação do Museu num convénio com a Universidade de Brasília, coordenado pelo geólogo João da Rocha Hirson, então professor e dirigente da área de Geociências daquela Universidade, ampliou o campo de atuação das Geociências. O programa previa investigações sobre sedimentos litorais do Rio Grande do Norte e da Paraíba, lagoas costeiras, jazidas de diatomito, fauna pleistocénica e a plataforma continental do Maranhão. A diversidade dos temas abrangidos indica que a atuação do núcleo não se limitava ao estudo das coleções depositadas no Museu, mas se articulava com levantamentos geoambientais realizados em diferentes áreas do Nordeste.⁴¹⁹

A Botânica, embora menos documentada no período, também aparece associada a iniciativas interdepartamentais. Em 1976, Luiz Ant3nio Orrico de Azevedo, professor de botânica do Departamento de Farmácia da UFRN, elaborou, em colaboração com o MCC, o projeto *Levantamento Botânico das Monocotiled3neas de Interesse em Farmácia que Ocorrem no Litoral do Rio Grande do Norte*. A proposta incluía a recolha, a classificação e a herborização de espécies vegetais, bem como o cultivo de exemplares no Horto de Plantas Medicinais da Universidade. Previa ainda a constituição de um herbário e a

⁴¹⁸ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1975. *Projeto de Curso – Especialização em Paleontologia de Vertebrados Brasileiros*. Natal: Núcleo de Geologia e Paleontologia / Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa – UFRN, 1975. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴¹⁹ Conselho Consultivo do Programa de Geociências do Ministério da Educação e Cultura. 1975. “Ofício n.º 007/75/DAU/CCPG ao reitor da UFRN”, 20 de março, [assunto: convénio CCPG/UFRN — projeto de investigação], Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

aquisição de uma prensa, uma estufa e uma lupa.⁴²⁰ Neste caso, a documentação permite reconstituir os objetivos, os procedimentos e os recursos previstos, mas não basta, isoladamente, para afirmar que todas as etapas tenham sido concluídas.

Consideradas em conjunto, as atividades realizadas e as propostas formuladas mostram que o modelo estabelecido em 1974 foi concretizado de forma progressiva e com diferentes graus de desenvolvimento entre as áreas. Os cursos, as bolsas, os trabalhos de campo e as colaborações interinstitucionais documentam a continuidade da investigação e da formação, embora nem sempre segundo a configuração exata dos três núcleos previstos no Regimento. A recomposição do quadro profissional e a diversificação das iniciativas ajudam a situar a revisão da estrutura interna formalizada em 1979 e alterada em 1981.

A revisão da estrutura interna foi formalizada pela Resolução n.º 43/79-CONSUNI e pelas alterações introduzidas pela Resolução n.º 71/81-CONSUNI. O novo Regimento manteve a vinculação direta do MCC à Reitoria, mas alterou a sua classificação formal, passando a defini-lo como órgão suplementar da Universidade. Essa categoria distinguia-o das unidades académicas e não esclarecia, por si só, a situação funcional dos docentes e investigadores que nele atuavam. A mudança não deve, portanto, ser tomada automaticamente como evidência de aumento ou redução da autonomia do Museu; importa examinar, sobretudo, a organização interna estabelecida pelo documento.

O modelo aprovado em 1979 e revisto em 1981 substituiu a estrutura assente em três núcleos técnico-científicos por uma organização composta pela Diretoria, pela Congregação, pela Coordenação Técnico-Científica e Cultural, pela Coordenação Administrativa e pela Secretaria Administrativa. Sob a Coordenação Técnico-Científica e Cultural foram reunidos sete departamentos, subdivididos em setores especializados. A nova configuração distribuía de forma mais detalhada as áreas científicas e as funções museológicas, técnicas e administrativas do MCC.

⁴²⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1976. *Projeto de Pesquisa: Levantamento Botânico das Monocotiledôneas de Interesse em Farmácia que Ocorrem no Litoral do Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento de Farmácia, Centro de Ciências da Saúde. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Tabela 10 - Estrutura organizacional prevista no Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo de 1979, com as alterações de 1981

Fonte: Elaborada pela autora com base no Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo, aprovado pela Resolução n.º 43/79-CONSUNI e alterado pela Resolução n.º 71/81-CONSUNI.

Instância ou unidade	Composição, subdivisões e atribuições principais
Diretoria	Diretor e vice-diretor, eleitos pela Congregação; exercício de funções executivas, administrativas e de representação institucional
Congregação	Professores ativos e aposentados que exerciam ou haviam exercido funções no Museu; órgão superior deliberativo e consultivo
Coordenação Técnico-Científica e Cultural	Sete departamentos, subdivididos em setores especializados
- Departamento de Antropologia	Folclore; Linguística; Antropologia Social; Geografia Humana; Antropologia Cultural; Antropologia Biológica
- Departamento de Paleontologia	Vertebrados; Invertebrados; Micropaleontologia; Paleobotânica
- Departamento de Arqueologia	Pré-Histórica e Indígena; Colonial e Histórica; Técnicas e Métodos de Análise
- Departamento de Genética	Genética Humana; Genética Animal; Genética Vegetal
- Departamento de Estudos Ambientais	Ambientes Mixohalinos
- Departamento de Botânica Experimental	Morfologia; Taxonomia Criptogâmica; Taxonomia Fanerogâmica; Fisiologia
- Departamento de Museologia	Divulgação e Exposição; Tombamento e Restauração
Coordenação Administrativa	Publicações; Fotografias e Áudio-Visual; Taxidermia; Almoxarifado; Oficinas; Portaria; Cartografia e Desenho
Secretaria Administrativa	Expediente; legislação; documentação oficial; relatórios; coordenação administrativa geral

A passagem dos três núcleos de 1974 para sete departamentos não constituiu uma simples ampliação quantitativa da estrutura. O novo Regimento reposicionou áreas que anteriormente se encontravam agrupadas e conferiu-lhes diferentes lugares administrativos. A Arqueologia e a Genética, integradas em 1974 no Núcleo de Antropologia, passaram a constituir departamentos próprios. A Paleontologia também adquiriu organização departamental, abrangendo os setores de Vertebrados, Invertebrados, Micropaleontologia e Paleobotânica. A Botânica foi redefinida como Botânica Experimental, enquanto as investigações sobre ambientes mixohalinos foram reunidas no Departamento de Estudos Ambientais.

A nova distribuição não reproduzia a configuração departamental do antigo Instituto de Antropologia nem conservava integralmente o modelo de 1974. Algumas áreas foram autonomizadas, outras reagrupadas e determinadas designações deixaram

de figurar na estrutura. A Geologia, por exemplo, não permaneceu como núcleo ou departamento autónomo, apesar da continuidade de atividades relacionadas com as geociências. A Malacologia também deixou de aparecer na relação dos laboratórios e setores. Essas ausências documentam uma alteração na classificação administrativa das áreas, mas não permitem concluir que as respetivas coleções ou investigações tenham sido imediatamente interrompidas.

Entre as mudanças introduzidas pelo novo Regimento, destaca-se a criação do Departamento de Museologia, composto pelos setores de Divulgação e Exposição e de Tombamento e Restauração. Em 1974, as funções relacionadas com a exposição, a restauração e a montagem encontravam-se distribuídas entre o Prédio de Exposições e os Serviços Gerais, ambos subordinados à Direção. Em 1979/1981, essas atividades passaram a integrar a Coordenação Técnico-Científica e Cultural, no mesmo nível formal dos departamentos disciplinares.

A criação do Departamento de Museologia modificava, assim, a posição atribuída ao trabalho com as coleções e as exposições. O tombamento, a restauração, a divulgação e a exposição deixavam de figurar apenas entre os serviços de apoio ou as atribuições diretamente subordinadas à Direção e passavam a constituir um domínio especializado da estrutura técnico-científica e cultural do MCC. Essa formalização não comprova, contudo, que o Departamento tenha contado de imediato com quadro profissional, recursos materiais e rotinas suficientes para executar todas as funções previstas.

A institucionalização formal da Museologia foi, ainda assim, acompanhada por iniciativas de formação e inserção profissional. No final da década de 1970, o MCC participou em encontros da área, sediou o VI Congresso Nacional de Museus, incorporou ao seu quadro a museóloga Maria Regina Mendonça Furtado Mattos e promoveu cursos dedicados à documentação, às coleções e às exposições. Essas iniciativas procuravam aproximar a organização interna do Museu dos debates museológicos então em curso no país e formar profissionais capazes de atuar nesse domínio (Viana 2024, 86–87).

O novo modelo também reformulou as instâncias de deliberação e os serviços técnicos e administrativos. A Congregação, composta por professores ativos e

aposentados que exerciam ou haviam exercido funções no MCC, foi definida como órgão superior deliberativo e consultivo. Cabia-lhe participar na escolha do diretor e do vice-diretor, apreciar planos e relatórios e deliberar sobre matérias científicas, culturais e administrativas. A participação dos professores aposentados alargava a composição da instância a profissionais ligados à trajetória anterior do Museu, embora o Regimento não permitia avaliar a frequência ou o peso efetivo da sua intervenção nas decisões.

A Coordenação Administrativa reunia, por sua vez, setores relacionados com publicações, fotografia e audiovisual, taxidermia, armazenamento, oficinas, portaria, cartografia e desenho. Essa organização distinguia atividades técnicas necessárias à preparação das coleções, à produção de registos, à investigação e às exposições. A Secretaria Administrativa concentrava o expediente, a legislação, a documentação oficial e os relatórios. O Regimento previa ainda a designação de chefias para os departamentos e setores e a oferta de cursos de extensão, especialização e pós-graduação.

Comparado com o modelo de 1974, o Regimento de 1979/1981 apresentava uma estrutura mais segmentada em departamentos e setores especializados. O primeiro Regimento reunira as áreas de conhecimento em três grandes núcleos e mantivera as funções relacionadas com as coleções e exposições sobretudo sob a Direção. O segundo conferiu autonomia administrativa a algumas áreas, criou a Coordenação Técnico-Científica e Cultural e atribuiu posição departamental à Museologia.

Apesar dessas diferenças, os dois modelos associavam ao MCC funções científicas, formativas, museológicas e de extensão. A reorganização não correspondeu, portanto, a uma passagem linear de uma instituição científica para uma instituição exclusivamente dedicada à preservação e à exposição. Os dois regimentos exprimiam formas distintas de reunir, numa mesma unidade universitária, áreas disciplinares, coleções, laboratórios, cursos, serviços técnicos e comunicação pública.

Neste sentido, o Regimento de 1979/1981 pode ser compreendido como uma tentativa de ajustar a estrutura formal à recomposição do quadro profissional e à diversificação das atividades observadas nos anos anteriores. A aprovação de departamentos e setores, contudo, não demonstra que todos tenham sido instalados ou

funcionado de maneira contínua. A distância entre a organização prevista e as condições efetivas de funcionamento tornar-se-ia mais evidente ao longo da década de 1980, quando atas e relatórios passaram a registrar problemas relacionados com a lotação dos docentes, a contratação de pessoal, o financiamento, as instalações e a posição do MCC na estrutura universitária.

4.3.2 Investigação, formação e propostas de reorganização institucional (1982–1998)

A estrutura definida pelo Regimento de 1979/1981 enquadrava formalmente um conjunto diversificado de departamentos, setores e atividades, mas não resolveu todas as questões relativas ao funcionamento do Museu. A partir de 1982, os documentos permitem acompanhar a coexistência entre projetos de investigação, iniciativas de formação e dificuldades relacionadas com os vínculos profissionais, os recursos disponíveis e a posição administrativa do MCC na Universidade. O período não correspondeu a uma interrupção uniforme das suas atividades, mas a um processo no qual diferentes áreas mantiveram ritmos e condições de funcionamento próprios, enquanto, em diferentes momentos, foram formuladas propostas de revisão do enquadramento institucional do Museu.

Uma das iniciativas mais relevantes no domínio da formação foi o Curso de Especialização em Antropologia Urbana, implantado em 1982 pelo Museu Câmara Cascudo em articulação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRN. Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e coordenado pelo professor Djason Barbosa da Cunha, o curso previa uma carga horária de 960 horas, distribuídas por 12 meses, entre o segundo semestre de 1982 e o segundo semestre de 1983. Anunciado como uma iniciativa de perfil flexível e interdisciplinar, pretendia formar um primeiro grupo de 30 especialistas e responder à carência de investigadores nessa área no Norte e Nordeste, com particular atenção aos processos de urbanização, mudança sociocultural e transformação das cidades.⁴²¹ Segundo o relatório técnico elaborado em

⁴²¹ “Antropologia Urbana” 1982. *Tribuna do Norte* (Natal), 28 de fevereiro, 13. Hemeroteca Digital Brasileira.

1991, o curso foi financiado com recursos da própria Universidade e contou com 30 estudantes, mas não teve continuidade em razão da redução do corpo docente e das limitações financeiras do Museu.⁴²²

A criação da especialização relacionava-se tanto com as investigações desenvolvidas no Departamento de Antropologia como com a intenção de ampliar a formação pós-graduada nessa área no Nordeste. Ao longo da década de 1980, os trabalhos abrangeram cultura popular, antropologia urbana, medicina tradicional, pesca artesanal, relações de gênero, etnobotânica, sociologia rural e processos de mudança cultural. O relatório de 1991 associa essas atividades a profissionais como Veríssimo de Melo, Djacon Barbosa da Cunha, Ivanilda Pinheiro da Costa, Wani Fernandes Peixoto Teixeira, Tom Oliver Miller, Adjelma Soares e Vicenta Laurito. Em vez de constituírem uma linha disciplinar homogênea, as investigações reuniam diferentes abordagens sobre práticas sociais e culturais do Rio Grande do Norte e de outras áreas do Nordeste.⁴²³

A formação pós-graduada não se limitou à Antropologia. Nos primeiros anos da década de 1980, o MCC organizou também um Curso de Especialização em Arqueologia, cuja escola de campo realizou escavações no sítio Papeba, no município de Senador Georgino Avelino. As campanhas de 1982 e 1983 envolveram o levantamento da distribuição dos vestígios e a investigação de estruturas interpretadas pela equipa como restos de habitações. Os alunos participaram igualmente em estudos sobre tecnologia lítica, marcas de uso em instrumentos experimentais e análise de cerâmica, alguns deles como bolseiros do MCC ou do CNPq. Embora apenas parte desses trabalhos tenha sido publicada, o curso articulou a formação especializada com a participação dos estudantes nas investigações desenvolvidas pelo Museu (Miller 2021, 26, 35–37).

A formação arqueológica promovida pelo MCC foi também reforçada por intercâmbios internacionais. Em agosto de 1984, com financiamento da Comissão Fulbright, responsável pelo programa de intercâmbio acadêmico entre o Brasil e os Estados Unidos, o arqueólogo norte-americano J. Jeffrey Flenniken, especialista em

⁴²² Museu Câmara Cascudo da UFRN, “A Antropologia no Museu Câmara Cascudo”.

⁴²³ Museu Câmara Cascudo da UFRN, “A Antropologia no Museu Câmara Cascudo”.

tecnologia lítica, deslocou-se a Natal, acompanhado pelo seu assistente Jeffrey Walker, a convite da UFRN e por intermédio do Museu Câmara Cascudo. Coordenado por Tom Oliver Miller e dirigido aos estudantes do Curso de Arqueologia Pré-Histórica, o curso abordou métodos experimentais e analíticos aplicados à tecnologia lítica e incluiu atividades de campo em Açu, Fernando Pedroza e Senador Georgino Avelino. A passagem de Flenniken pelo MCC associou a formação especializada ao estudo dos materiais e sítios arqueológicos da região.⁴²⁴

A oferta das especializações em Antropologia Urbana e Arqueologia mostra que a formação avançada permanecia associada às áreas de investigação do Museu. Para acompanhar o alcance dessas atividades para além dos cursos, importa considerar também os documentos de planeamento produzidos pelos departamentos. A *Relação de Projetos de Pesquisa para o Ano de 1985*, elaborada em novembro de 1984, reúne as iniciativas previstas pelas diferentes áreas do MCC e identifica os temas considerados prioritários e os profissionais responsáveis.⁴²⁵ O documento permite reconstituir a programação científica do Museu, embora não indique, por si só, em que medida cada projeto foi efetivamente desenvolvido.

Enquanto o MCC organizava cursos e projetos, a UFRN procurava consolidar mecanismos centrais de coordenação da investigação científica. Elaborado após a criação da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação, em 1975, o *Plano Geral de Ação* para o período de 1980 a 1983 apresentava um diagnóstico crítico da trajetória da Universidade. Segundo o documento, o ensino ocupara historicamente uma posição predominante na UFRN, enquanto a investigação permanecera dispersa e concentrada num número reduzido de unidades e grupos.⁴²⁶

⁴²⁴ “Professores ensinam a tecnologia primitiva.” 1984. *Diário de Natal* (Natal), 24 de agosto, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁴²⁵ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1984. *Relação de Projetos de Pesquisa para o ano de 1985*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 30 de novembro 1984. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

⁴²⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1980. *Pesquisa na UFRN: Plano Geral de Ação 1980–1983*. Natal: Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação, Departamento de Pesquisa. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Ao reconstituir essa trajetória, o Plano destacava o Instituto de Antropologia e o Instituto de Biologia Marinha como experiências anteriores nas quais a investigação assumira uma função institucional central. A referência inseria o antigo IA numa memória oficial da formação científica da UFRN e reconhecia a singularidade de estruturas criadas especificamente para produzir conhecimento, reunir especialistas e desenvolver projetos continuados. Esse reconhecimento histórico, contudo, não se traduzia num enquadramento próprio para o Museu Câmara Cascudo, sucessor do Instituto, uma vez que a política científica delineada no documento se organizava sobretudo por centros, departamentos e programas de pós-graduação.

O Plano traduzia esse diagnóstico num conjunto de medidas destinadas a coordenar a investigação no interior da UFRN: definição de linhas prioritárias, levantamento dos projetos em curso, articulação entre grupos e ampliação das relações com a comunidade. A unidade básica dessa organização eram os centros e os departamentos constituídos após a Reforma Universitária, aos quais caberia formular prioridades e concentrar as informações sobre as atividades científicas.⁴²⁷ O MCC, porém, não correspondia diretamente a esse modelo e escapava a essa lógica departamental: reunia áreas científicas distintas e articulava investigação, formação, salvaguarda de coleções, exposição e extensão no interior de uma única unidade. A dificuldade decorria menos de uma exclusão formal do Museu do que da ausência, no Plano, de mecanismos adequados ao enquadramento de uma instituição com funções transversais.

Essa posição torna-se mais clara na relação dos “principais grupos de pesquisa em atuação na Universidade em 1980, não ligados a cursos de pós-graduação”. O Museu Câmara Cascudo figurava ao lado de grupos das áreas de Engenharia, Geologia e Física, o que demonstra que a Pró-Reitoria reconhecia a existência de investigação em curso na instituição. A classificação adotada assinalava, contudo, que essas atividades não estavam articuladas a programas de pós-graduação, que adquiriam importância crescente na organização da investigação universitária.⁴²⁸ O MCC era, assim, reconhecido como espaço de produção científica, mas permanecia inserido na política de

⁴²⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *Pesquisa na UFRN*, 1980.

⁴²⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, *Pesquisa na UFRN*, 1980.

investigação por uma via distinta daquela que progressivamente concentrava a formação avançada, os projetos e a carreira acadêmica.

Uma leitura crítica do Plano ficou registada num exemplar conservado no arquivo do Museu. No verso, lê-se a anotação manuscrita: “Parece que a nossa universidade ainda não despertou que o verdadeiro professor é uma decorrência do cientista ou do pesquisador.” Como não foi possível identificar a autoria nem a data da intervenção, a frase não pode ser atribuída oficialmente ao MCC ou ao seu corpo docente. O seu interesse reside antes em documentar a leitura crítica de alguém que teve contacto com o Plano. A anotação retomava e radicalizava o próprio diagnóstico do documento, ao sustentar que a docência universitária deveria decorrer da prática da investigação, e não constituir uma atividade separada da produção de conhecimento.

O Plano e a anotação registam, portanto, perspectivas distintas sobre um mesmo problema. A administração universitária procurava ampliar e coordenar a investigação por meio das estruturas departamentais e da pós-graduação; o comentário manuscrito reivindicava a centralidade da experiência científica na formação dos professores. Neste quadro, o MCC era reconhecido como instituição de investigação, mas a sua configuração multidisciplinar e museológica não encontrava correspondência direta nos principais mecanismos de organização da política científica. As dificuldades decorrentes desse desajustamento tornaram-se mais explícitas nas atas das reuniões do MCC, nas quais passaram a ser discutidos a lotação dos professores, a contratação de pessoal, o financiamento das atividades e a necessidade de rever a organização administrativa do museu.

Nas atas da primeira metade da década de 1980, os problemas de enquadramento institucional deixam de aparecer apenas como questões normativas e passam a ser associados à organização quotidiana do trabalho. A insuficiência de pessoal técnico e administrativo, a inexistência de vagas próprias, a dependência de recursos e autorizações da Reitoria e as limitações materiais afetavam a investigação, a conservação das coleções e o atendimento ao público.

Essas dificuldades adquiriram também visibilidade pública. Em março de 1985, uma reportagem de *O Poti* apresentava o MCC como detentor de um acervo de elevada

relevância científica e cultural, mas pouco conhecido pela população de Natal. A matéria relacionava essa situação com a restrição dos horários de visita, provocada pela suspensão do pagamento de horas extraordinárias, e com a falta de recursos para ampliar as investigações, recuperar peças, realizar viagens de estudo e assegurar o controle de pragas. Segundo os profissionais entrevistados, parte da manutenção das coleções dependia do trabalho dos próprios professores. Além de descrever carências pontuais, a reportagem contrastava a importância atribuída ao Museu com as condições materiais disponíveis para o cumprimento das suas funções.⁴²⁹

Nesse contexto, as reuniões da equipa do MCC realizadas em 20 e 25 de novembro de 1985 são particularmente elucidativas, porque mostram a tentativa de converter esse conjunto de dificuldades numa proposta de reorganização do MCC. Na primeira reunião, Wani Fernandes Peixoto Teixeira defendeu que a reestruturação do MCC fosse elaborada coletivamente pelos departamentos, mediante a integração de projetos de investigação, cursos de extensão, exposições e iniciativas dirigidas ao público. As propostas apresentadas abrangiam a preservação de espécies botânicas, a reorganização da coleção paleontológica e dos respetivos espaços expositivos, a atualização de recursos utilizados pela Geologia, o inventário de bens culturais e artísticos, a aproximação com as escolas e a instalação de um laboratório para a recuperação de objetos de arte. Entre elas, encontrava-se ainda o projeto denominado “Museu Dinâmico”, que pretendia ampliar a relação do MCC com os diferentes níveis de ensino.⁴³⁰ O projeto inseria-se numa reflexão mais ampla sobre o funcionamento museológico do MCC. Ao analisá-lo, Viana (2024, 87–89) destaca a tentativa de converter as exposições num espaço de articulação entre os setores científicos, a ação educativa e os diferentes públicos da instituição. A reestruturação era, portanto, concebida como uma revisão conjunta das atividades

⁴²⁹ Margareth Rose. 1985. “Museu Câmara Cascudo, importante acervo que toda a cidade desconhece.” *O Poti* (Natal), 10 de março, 17. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁴³⁰ A ata identifica como responsáveis pelas propostas Ana Maria de Oliveira Dantas, Claude Luiz de Aguiar Santos, Marilda Fernandes de Carvalho, José Crispim, Adjelma Soares e Maria do Socorro de Oliveira Evangelista.

científicas, museológicas e educativas, e não apenas como uma alteração administrativa.⁴³¹

Essa dimensão programática vinha acompanhada da discussão das condições necessárias à sua execução. Os professores examinaram a utilização dos espaços físicos do Museu e as possibilidades oferecidas pelos convênios em vigor. Ficou também prevista uma reunião com os pró-reitores, na qual cada departamento apresentaria os seus projetos, e foi reativada a comissão responsável pela revisão do Regimento Interno. A equipa procurava, deste modo, reunir iniciativas até então distribuídas pelas diferentes áreas num plano comum que pudesse orientar as negociações com a administração superior da Universidade.⁴³²

Entre as duas reuniões, a situação do Museu voltou a ser abordada pela imprensa. Em 24 de novembro de 1985, a *Tribuna do Norte* destacou o valor científico e didático das coleções do MCC, as investigações realizadas pelos seus professores e a procura das exposições pelo público. Segundo a reportagem, cerca de 200 pessoas visitavam diariamente a instituição, embora as dificuldades financeiras limitassem a manutenção e a atualização dos acervos. A matéria apresentou ainda o convénio com a Petrobras como uma iniciativa destinada a melhorar o atendimento, mediante a instalação de uma exposição sobre a história do petróleo no piso superior do Museu. Como contrapartidas imediatas, mencionava a limpeza externa do edifício do MCC e a colocação de uma placa luminosa.⁴³³

No dia seguinte, 25 de novembro, a reunião da equipa revelou uma avaliação mais cautelosa da parceria. Embora a Petrobras tivesse sinalizado a possibilidade de apoiar a contratação de pessoal, os professores questionaram a utilização de uma das áreas consideradas mais privilegiadas do MCC e defenderam uma definição mais clara

⁴³¹ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1985. “Ata da 51.ª Reunião do Corpo Docente”, 20 de novembro. *Livro de atas do Museu Câmara Cascudo: 40.ª a 54.ª reuniões do corpo docente, 30 de julho de 1974–9 de julho de 1987*, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

⁴³² Museu Câmara Cascudo da UFRN, “Ata da 51.ª Reunião do Corpo Docente”.

⁴³³ “Acervo desinteressante compromete importância dos museus natalenses.” 1985. *Tribuna do Norte* (Natal), 24 de novembro, 13. Hemeroteca Digital Brasileira.

das contrapartidas oferecidas pela empresa.⁴³⁴ O contraste entre a apresentação pública do convênio e a discussão interna mostra que a obtenção de apoio externo não eliminava as preocupações relativas ao controlo dos espaços e aos benefícios institucionais da cooperação.

Na mesma reunião, o debate deslocou-se dos projetos para os vínculos profissionais que sustentariam a sua realização. A recusa da contratação de um estagiário que trabalhava no Departamento de Arqueologia desde 1979 levou os docentes a solicitar esclarecimentos sobre as vagas disponíveis, os concursos e os critérios de contratação. Mais do que um caso individual, o episódio expunha a dificuldade do Museu para incorporar de forma estável profissionais que já participavam nas suas atividades.⁴³⁵

A questão tornou-se ainda mais clara quando Tom Oliver Miller relatou que, ao solicitar a sua transferência para o MCC, fora informado de que o Museu não dispunha de lotação para professores. Miller defendeu que o problema fosse tratado coletivamente e propôs a criação de um centro ou departamento que regularizasse a situação funcional do corpo docente do MCC. A proposta suscitou posições divergentes. Dario Dantas da Silva receava que a alteração do enquadramento pudesse ameaçar a continuidade da própria instituição, enquanto Claude Santos advertia que a manutenção da estrutura existente deixaria o MCC sujeito a decisões tomadas por outras instâncias da Universidade. Apesar das diferenças quanto à solução institucional, os docentes aprovaram por unanimidade a criação de uma comissão encarregada de procurar esclarecimentos junto da Comissão Permanente de Pessoal Docente.⁴³⁶

A formação em Museologia integrava igualmente essa agenda de reorganização. Os professores retomaram a proposta de um curso de extensão e discutiram o convite a Maria Cristina Bruno, da Universidade de São Paulo, cuja participação poderia ser articulada com uma deslocação já prevista a Salvador. A iniciativa procurava introduzir

⁴³⁴ Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1985. “Ata da 51.ª Reunião do Corpo Docente”, 20 de novembro. *Livro de atas do Museu Câmara Cascudo: 40.ª a 54.ª reuniões do corpo docente, 30 de julho de 1974–9 de julho de 1987*, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

⁴³⁵ Museu Câmara Cascudo da UFRN, “Ata da 52.ª Reunião do Corpo Docente”.

⁴³⁶ Museu Câmara Cascudo da UFRN, “Ata da 52.ª Reunião do Corpo Docente”.

formação especializada numa área que o Regimento reconhecia formalmente, mas cuja consolidação profissional ainda constituía um desafio para o Museu.⁴³⁷

A leitura articulada das duas reuniões documenta um momento em que a equipa procurou conciliar duas dimensões do funcionamento institucional. Por um lado, pretendia coordenar projetos científicos, exposições, ações educativas e a utilização dos espaços; por outro, procurava assegurar vínculos profissionais, recursos e mecanismos administrativos capazes de sustentar essas atividades. As divergências não incidiam sobre a necessidade de enfrentar os problemas acumulados, mas sobre os riscos e as formas que a reorganização deveria assumir.

Os encaminhamentos definidos em 1985 não produziram uma estabilização imediata do funcionamento do MCC. O projeto de reestruturação, que reunia propostas de investigação, formação, renovação das exposições e reorganização dos espaços, foi apresentado às instâncias superiores da Universidade, mas a documentação consultada não regista a sua implementação nos termos previstos. Nos anos seguintes, as atas continuaram a mencionar dificuldades de pessoal, manutenção e comunicação com a Reitoria, enquanto o termo “crise” passou a aparecer com maior frequência nas discussões internas.

As carências incidiam tanto sobre as atividades científicas como sobre o funcionamento museológico. A ausência de auxiliares de laboratório e de profissionais especializados limitava o tratamento das coleções e a execução dos projetos, ao passo que os problemas de limpeza e manutenção afetavam os espaços expositivos e o atendimento aos visitantes. Esses registos não descrevem uma paralisação completa do Museu, mas mostram que a continuidade das atividades dependia de soluções provisórias e da redistribuição de tarefas entre os profissionais disponíveis.

Em 1987, as alterações introduzidas no Estatuto da UFRN agravaram as preocupações relativas à representação institucional do MCC, ao retirarem a sua participação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A mudança não se limitava à composição de um órgão colegial: retirava ao Museu a possibilidade de participar

⁴³⁷ Museu Câmara Cascudo da UFRN, “Ata da 52.ª Reunião do Corpo Docente”.

diretamente numa das instâncias responsáveis pelas decisões relativas ao ensino, à investigação e à extensão. Para uma instituição que não dispunha de lotação docente própria e cuja atuação atravessava diferentes áreas académicas, a perda desse espaço de representação restringia ainda mais a capacidade de apresentar e defender as suas necessidades no interior da Universidade (Silva e Albuquerque 2021, 122).

Nesse mesmo ano, Jerónimo Rafael e Claude Luiz de Aguiar Santos assumiram a gestão do MCC sob o lema “Muda Museu” e retomaram como prioridade a regularização da situação funcional dos docentes. A agenda respondia diretamente ao impasse discutido nas reuniões de 1985: o Museu desenvolvia atividades de investigação e formação, mas não dispunha de mecanismos próprios para lotar professores, promover concursos ou regularizar os vínculos dos profissionais que nele trabalhavam. Neste contexto, o lema não remetia apenas para a renovação das exposições e do funcionamento da instituição; exprimia também a tentativa de modificar as condições administrativas que sustentavam o trabalho científico e museológico do MCC (Silva e Albuquerque 2021, 122).

A nova gestão procurou retirar o problema da lotação docente do plano estritamente interno do MCC. Ao associá-lo às dificuldades administrativas enfrentadas por outros órgãos da UFRN, passou a apresentá-lo como parte de uma questão mais ampla da organização universitária, e não como uma reivindicação isolada do Museu. Foi nesse quadro que, em 1989, a Universidade instituiu uma comissão encarregada de estudar alternativas de reorganização administrativa.

A criação da comissão deu forma institucional ao debate, mas não produziu uma solução imediata. Segundo Silva e Albuquerque (2021, 122), os trabalhos prolongaram-se por sete anos, enquanto o Museu continuava a rever o seu Regimento e a procurar um enquadramento compatível com as novas normas universitárias.

Sem uma resposta conclusiva da comissão criada em 1989, o impasse relativo ao enquadramento do MCC atravessou a década de 1990 num contexto de transformação das universidades públicas brasileiras. As reformas do Estado e da educação superior reforçaram a contenção dos gastos públicos, a adoção de práticas de gestão orientadas por critérios de eficiência e a procura de fontes complementares de financiamento. Ao

mesmo tempo, ganharam peso os mecanismos de avaliação institucional e de mensuração da produção acadêmica. Para as universidades públicas, esse quadro traduziu-se em maior competição por recursos e numa pressão crescente para que unidades e investigadores demonstrassem resultados e procurassem apoio externo para sustentar as suas atividades (Mancebo, Maués e Chaves 2006, 41–50).

Esse contexto não originou os problemas do MCC, discutidos desde a década anterior, nem explica isoladamente a sua trajetória. Tornou, porém, mais difícil a resolução das limitações acumuladas por uma unidade que não dispunha de mecanismos próprios para recompor o quadro profissional e permanecia dependente de decisões e recursos administrados por outras instâncias da UFRN. Durante a década de 1990, as dificuldades do MCC atingiam despesas básicas, como água, energia e telefone, restringiam a manutenção das instalações, a comunicação com os órgãos centrais da UFRN e o desenvolvimento das atividades científicas e museológicas. Essas dificuldades não significaram a suspensão absoluta do trabalho, mas reduziram as condições para assegurar a continuidade dos projetos e a conservação das coleções (Silva e Albuquerque 2021, 123–24).

A repercussão dessas condições na imprensa local ampliou a sua visibilidade pública. Pessoa (2009, 75–76) reuniu notícias publicadas entre 1990 e 1996 que associavam o MCC à escassez de recursos, à deterioração do edifício e das exposições e à incerteza quanto ao seu futuro. A recorrência desses temas indica a circulação de um discurso público de crise, embora algumas das referências jornalísticas preservadas pela autora estejam incompletas e não permitam verificar diretamente todos os acontecimentos descritos. O mesmo levantamento registra, contudo, notícias sobre o atendimento às escolas e a inserção do MCC em propostas de turismo cultural. A década foi, portanto, marcada não pela interrupção integral das atividades, mas pelo contraste entre a continuidade da atuação educativa e pública e a fragilidade das condições que a sustentavam.

Foi neste quadro de limitações materiais, continuidade das atividades e procura de soluções administrativas que o Estatuto aprovado pela UFRN em 1996 modificou os termos do debate. O documento previa a criação de Unidades Acadêmicas

Especializadas, destinadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, investigação e extensão cuja complexidade exigisse uma estrutura administrativa própria. A direção do MCC identificou nessa categoria uma possibilidade de enfrentar o problema da lotação docente e de ajustar o enquadramento formal do Museu à diversidade das funções que desempenhava.

Encaminhada à Reitoria pelo Ofício n.º 063/97-MCC, a proposta de transformação do MCC em Unidade Acadêmica Especializada assumiu a forma de um projeto institucional abrangente. Para além da justificação e do diagnóstico das dificuldades existentes, incluía o histórico e o organograma do Museu, a descrição das atividades de ensino, investigação e extensão, uma minuta de plano diretor, a definição da missão, dos objetivos e das prioridades de atuação, bem como informações sobre o quadro profissional, os recursos físicos, as coleções e as condições financeiras. A criação da nova unidade não era apresentada, portanto, apenas como solução administrativa para a lotação dos professores, mas como meio de assegurar uma estrutura compatível com as funções científicas, formativas e museológicas atribuídas ao MCC (Pessoa 2009, 86–88).

A proposta procurava ainda reforçar a sua legitimidade por meio de cartas enviadas por museus e instituições culturais de diferentes regiões do país. Esse conjunto documentava o reconhecimento externo alcançado pelo MCC, mas não deve ser interpretado integralmente como apoio à alteração do seu estatuto académico. Segundo Pessoa (2009, 87–88), apenas a manifestação do Fórum Permanente de Museus Universitários se referia diretamente à criação da Unidade Acadêmica Especializada; as restantes cartas exprimiam apoio mais geral à instituição e à preservação das suas funções.

Apesar dessa fundamentação, a proposta encontrou oposição entre os diretores dos centros académicos, que receavam a fragmentação da estrutura universitária e o regresso a um modelo organizado por institutos, faculdades e escolas. A controvérsia exprimia, assim, diferentes conceções da organização da UFRN. Para o MCC, a categoria de Unidade Acadêmica Especializada permitiria reunir numa estrutura própria atividades que não se ajustavam a um único departamento; para os representantes dos

centros, a sua adoção poderia enfraquecer o modelo departamental então vigente (Silva e Albuquerque 2021, 124).

Rejeitada em 1997, a proposta de transformação do MCC em Unidade Acadêmica Especializada não encerrou o debate sobre o seu enquadramento institucional. Em fevereiro do ano seguinte, a UFRN designou uma comissão encarregada de estudar e elaborar uma nova proposta acadêmico-administrativa para o Museu. O grupo reunia representantes do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, do Centro de Ciências Exatas e da Terra, do Centro de Biociências e do próprio MCC. Ao longo de mais de vinte reuniões, a comissão ouviu docentes e funcionários, examinou a estrutura organizacional, percorreu o edifício e o setor expositivo. O relatório apresentado em dezembro de 1998 resultou, deste modo, de um levantamento das condições materiais, profissionais e acadêmicas da instituição, embora permanecesse orientado pela finalidade de formular uma solução para o seu futuro.⁴³⁸

O diagnóstico articulava dois aspetos que poderiam parecer contraditórios. Por um lado, atribuíu a diminuição da capacidade de funcionamento do MCC à redução do corpo docente, provocada por falecimentos, aposentações, redistribuições e mudanças de lotação, bem como à exclusão do Museu da distribuição regular de vagas da Universidade. Segundo a comissão, essa situação contribuíra para a desativação de setores e para a perda de manutenção das respectivas estruturas. A supressão da representação direta no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 1987, era igualmente apresentada como um fator que dificultara a defesa das necessidades do Museu nas instâncias universitárias.⁴³⁹

Por outro lado, o levantamento das atividades de 1997 e 1998 mostrava que o MCC continuava a participar no ensino de graduação, a desenvolver projetos de investigação, a orientar estudantes e a promover ações de extensão. Encontravam-se em curso trabalhos sobre as coleções paleontológicas, a megafauna potiguar, os

⁴³⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1998. “Relatório da Comissão designada para estudar e elaborar proposta acadêmico-administrativa para o Museu Câmara Cascudo”, 15 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

⁴³⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório da Comissão”, 15 de dezembro de 1998.

estuários e a erosão costeira, os sítios arqueológicos e as manifestações culturais do Rio Grande do Norte. O Museu participava também em feiras científicas, exposições, ações educativas e num Curso de Atualização em Museologia. A situação descrita pelo relatório não correspondia, portanto, à interrupção integral das atividades, mas a uma continuidade concentrada em algumas áreas e assegurada por um quadro profissional reduzido.⁴⁴⁰

A permanência dessas atividades contrastava com as condições materiais registradas pela comissão. A Coordenação Técnico-Científica e Cultural permanecia vaga desde a aposentação do último responsável, vários setores administrativos previstos no organograma já não funcionavam e os equipamentos dos laboratórios desativados eram considerados, em grande parte, obsoletos. No setor expositivo, o relatório identificava vitrinas e painéis infestados por térmitas, infiltrações que ameaçavam as instalações elétricas e as exposições, ventilação e iluminação inadequadas, deterioração de peças e necessidade de uma reforma museográfica geral. O orçamento repassado ao MCC correspondia a 0,51% do orçamento da UFRN, sendo complementado por receitas provenientes de fotocópias, alugueres, visitação e do convénio com a Petrobras. De acordo com a Direção, esses recursos cobriam apenas parcialmente a manutenção e não permitiam realizar investimentos mais amplos.⁴⁴¹

Com base nesse diagnóstico, a comissão propôs um novo projeto científico orientado pelo tema “O Homem e o seu ambiente, preferencialmente o Homem do Rio Grande do Norte”. A investigação era apresentada como elemento essencial para a preservação e a atualização das coleções, enquanto exposições, cursos, seminários e estágios deveriam assegurar a circulação do conhecimento produzido. O modelo concentrava as atividades académicas nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Paleontologia de Vertebrados e Museologia e previa a criação, no MCC, de um Departamento de Antropologia que reuniria os docentes dessas especialidades. Bases

⁴⁴⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório da Comissão”, 15 de dezembro de 1998.

⁴⁴¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório da Comissão”, 15 de dezembro de 1998.

de investigação interdisciplinares, ações de extensão e uma prática museológica articulada com a produção científica completavam a proposta.⁴⁴²

A solução sugerida procurava resolver o problema da lotação e restabelecer a articulação entre ensino, investigação e extensão, mas implicava também uma redefinição do perfil científico do MCC. Embora o relatório reafirmasse a natureza multidisciplinar do Museu, a escolha de um eixo centrado no ser humano e no seu ambiente e a vinculação proposta ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes conferiam maior centralidade à Antropologia, à Arqueologia e à Museologia. Áreas como Botânica e Genética, que haviam integrado formalmente a estrutura de 1979/1981, não ocupavam posição equivalente no novo projeto. A interdisciplinaridade defendida pela comissão não correspondia, portanto, à simples manutenção do modelo anterior, mas à reorganização das áreas em torno de uma temática e de uma inserção acadêmica específicas.

As recomendações finais abrangiam ainda a reforma do edifício e das exposições, a reorganização e restauração das coleções, a contratação de docentes e técnicos especializados, a recuperação do laboratório de restauração e a redefinição do uso dos espaços cedidos a entidades externas. A comissão propunha também que a UFRN integrasse o MCC, o Museu do Mar e o Museu de Anatomia Comparativa e estabelecesse diretrizes comuns para o funcionamento, a manutenção e a dinamização dos museus universitários. O problema inicialmente formulado como uma questão de lotação e enquadramento do MCC passava, assim, a ser relacionado com a responsabilidade institucional da Universidade pelo conjunto dos seus museus.⁴⁴³

O relatório não produziu uma reorganização imediata nos termos propostos. A sua importância reside, contudo, em ter reunido num mesmo diagnóstico as condições físicas, os recursos humanos, a produção acadêmica, as coleções e a posição administrativa do MCC. Ao fazê-lo, transformou dificuldades até então discutidas de forma fragmentada numa proposta de intervenção universitária mais abrangente. Ao relacionar as necessidades do MCC com a situação dos demais museus universitários da

⁴⁴² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório da Comissão”, 15 de dezembro de 1998.

⁴⁴³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “Relatório da Comissão”, 15 de dezembro de 1998.

UFRN, ampliou a discussão para além da reorganização de uma única unidade e colocou em causa a responsabilidade institucional da Universidade pela memória, pelo património e pelos seus espaços museológicos.

4.3.3 Museus universitários, memória e construção de uma política museológica na UFRN (2000–2010)

O relatório de 1998 encerrava-se com a recomendação de que a UFRN promovesse a integração dos seus museus e estabelecesse diretrizes comuns para o seu funcionamento, manutenção e dinamização. A questão deixava, assim, de se restringir ao enquadramento administrativo do Museu Câmara Cascudo e passava a abranger a responsabilidade da Universidade pelo conjunto dos seus espaços museológicos. A partir de 2000, essa discussão foi retomada por meio de comissões, assessorias técnicas e instrumentos de planeamento. O período não correspondeu ainda à existência de uma política museológica consolidada, mas à procura de formas institucionais de coordenar museus que possuíam trajetórias, acervos e vínculos administrativos distintos.

As iniciativas desenvolvidas a partir de 2000 não surgiram, contudo, num terreno inteiramente novo. Desde o final da década de 1970, o MCC participava em fóruns da área e procurava articular investigação, exposições e ação educativa. A novidade do período posterior residiu menos no aparecimento dessas preocupações do que na tentativa de as converter numa agenda comum para os diferentes espaços museológicos da UFRN (Viana 2024, 86–89).

Durante a gestão do reitor Otom Anselmo de Oliveira, entre 1999 e 2003, a UFRN iniciou um processo de reorganização institucional que incluía a renovação do quadro profissional, o fortalecimento da extensão e a ampliação das relações com a sociedade. Foi neste contexto que, em 2000, se constituiu uma comissão encarregada de diagnosticar os espaços museológicos da Universidade. O grupo propôs a reestruturação e revitalização dessas instituições, respeitando as suas especificidades, e recomendou a criação de uma assessoria técnica em Museologia que orientasse a formulação de diretrizes comuns (Pessoa 2009, 92–93; Silva e Albuquerque 2021, 124–25).

Em agosto de 2001, a comissão elaborou um plano de ação e um projeto de assessoria com duração prevista de dois anos. A equipa técnica incluía os museólogos Ana Maria Gantois, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, e Raul Lody, ligado ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, ao Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional e à Fundação Pierre Verger. As suas recomendações foram incorporadas no Plano Diretor do MCC. A iniciativa não se limitava, portanto, à resolução de problemas pontuais: procurava aproximar os museus da estrutura universitária e formular um plano de trabalho que articulasse instituições até então administradas de forma relativamente autónoma (Pessoa 2009, 92–93).

Os resultados desse processo foram, contudo, parciais. A comissão possibilitou a elaboração de propostas comuns e a introdução de aconselhamento museológico especializado, mas não resolveu os problemas de lotação docente nem estabeleceu uma estrutura permanente de coordenação. Em 2003, a Congregação do MCC retomou a reivindicação de alterar o seu enquadramento e propôs a criação de uma Coordenação de Museus da UFRN, inspirada no modelo existente na Universidade de São Paulo. Pretendia-se que a coordenação permanecesse vinculada à Reitoria, de modo a participar mais diretamente na política administrativa da Universidade e a dispor de mecanismos para a lotação de docentes. A proposta não avançou e, ainda nesse ano, a comissão constituída em 2000 foi dissolvida perante as dificuldades de executar as medidas previstas (Pessoa 2009, 100–01).

A dissolução da comissão não significou o desaparecimento das iniciativas de articulação. Nos primeiros anos da década, o MCC promoveu exposições, cursos e projetos realizados em colaboração com outros departamentos da UFRN. A exposição itinerante *Itinerário e Tributo a Cascudo*, apresentada entre 2002 e 2004, combinou a homenagem ao intelectual com a divulgação da história do Instituto de Antropologia e do próprio Museu. A exposição *Cronobiologia: Ritmos da Vida*, por sua vez, resultou de uma parceria com o Departamento de Fisiologia. Em 2003, foram ainda organizados um curso de formação de guias e a página institucional do MCC, enquanto se procurava aproximar o Museu do Departamento de História e envolver estudantes em

investigações relacionadas com as suas coleções e linhas de trabalho (Pessoa 2009, 99–101).

Enquanto a UFRN procurava definir formas de articulação entre os seus espaços museológicos, o campo dos museus no Brasil passava por uma reorganização mais ampla. Lançada em 2003, a Política Nacional de Museus resultou de um processo de consulta e interlocução com profissionais, associações e instituições museológicas. A sua formulação procurava conferir ao setor uma política própria, distinta, embora não separada, das políticas gerais de proteção do património. Os museus eram apresentados como instituições comprometidas não apenas com a preservação das coleções, mas também com a investigação, a educação, a participação social e a democratização do acesso ao património cultural (Monteiro 2016, 85–91; Castro 2022, 177–84).

A Política organizava-se em sete eixos programáticos, que abrangiam a gestão do campo museológico, a democratização do acesso, a formação profissional, a informatização, a modernização das infraestruturas, o financiamento e a gestão dos acervos. Para além de enumerar áreas de intervenção, esses eixos revelavam uma mudança no modo de conceber a ação pública para os museus: as dificuldades de conservação, documentação, formação, comunicação e financiamento passavam a ser tratadas como dimensões interdependentes de um mesmo problema institucional. A criação do Departamento de Museus e Centros Culturais no âmbito do Iphan deu suporte administrativo inicial a essa política (Monteiro 2016, 88–91; Assis e Lopes 2014, 54–56).

O Sistema Brasileiro de Museus, instituído em 2004, tornou-se um dos principais instrumentos dessa reorganização. A sua finalidade não era subordinar administrativamente todos os museus a uma única entidade, mas articular instituições de diferentes tutelas, incentivar a criação de sistemas estaduais e municipais e favorecer a circulação de informações, experiências e recursos. A criação do Cadastro Nacional de Museus, em 2006, as ações de formação profissional, os fóruns nacionais e os editais destinados à modernização, documentação e preservação de acervos procuravam transformar a política em mecanismos concretos de conhecimento, coordenação e fomento do setor (Monteiro 2016, 97–132).

Em 2009, esse processo adquiriu maior densidade jurídica e administrativa. A Lei n.º 11.904 instituiu o Estatuto de Museus, estabelecendo princípios para a preservação, a investigação, a segurança, a comunicação e o acesso aos acervos. Entre as suas disposições, encontrava-se a obrigatoriedade de elaboração e implementação do plano museológico, definido como instrumento global de diagnóstico, organização e planejamento das atividades da instituição. Poucos dias depois, a Lei n.º 11.906 criou o Instituto Brasileiro de Museus, conferindo ao campo museológico uma autarquia federal própria e transferindo para ela os museus anteriormente administrados pelo Iphan (Brasil 2009a; 2009b; Castro 2022, 185–92; Assis e Lopes 2014, 56–60).

Essas medidas não produziram efeitos uniformes sobre todos os museus brasileiros. O Ibram assumiu diretamente a administração das unidades museológicas anteriormente vinculadas ao Ministério da Cultura e ao Iphan, mas não dos museus pertencentes às universidades federais, que permaneceram subordinados às suas instituições e ao Ministério da Educação. No caso do MCC, a importância das políticas nacionais residia, portanto, menos numa alteração imediata da sua tutela do que na criação de referências normativas, redes profissionais, programas de formação e possibilidades de financiamento que poderiam ser incorporadas pela UFRN. A adequação a esse novo enquadramento continuava a depender das decisões administrativas da Universidade, da existência de profissionais especializados e da disponibilidade de recursos.

A institucionalização normativa não eliminou a distância entre as exigências formuladas e as condições efetivamente disponíveis nos museus. Ao estabelecer parâmetros para o planejamento, a preservação e a gestão das coleções, o Estatuto tornou mais visíveis as limitações de instituições que não dispunham de equipes técnicas, instalações ou financiamento compatíveis com essas responsabilidades. O novo quadro nacional oferecia instrumentos para a qualificação do setor, mas a sua aplicação permanecia condicionada pelas desigualdades institucionais e regionais que caracterizavam o campo museológico brasileiro (Assis e Lopes 2014, 56–60).

A documentação consultada não permite estabelecer uma relação direta entre essas políticas federais e as decisões tomadas pela UFRN. A reorganização do campo

museológico nacional criou, contudo, novas referências normativas, profissionais e administrativas para a discussão sobre os museus universitários, num momento em que a Universidade procurava definir formas próprias de coordenação e planeamento (Silva e Albuquerque 2021, 125–26).

Enquanto esse quadro nacional se consolidava, o MCC atravessava uma mudança administrativa relevante. Em 2007, Sônia Maria de Oliveira Othon, professora do Departamento de Artes, assumiu a Direção, tornando-se a primeira docente sem lotação no Museu a ocupar o cargo. Othon havia presidido a comissão de 1998 e trazia, por isso, uma experiência anterior de análise das condições académicas, administrativas e materiais da instituição. A sua gestão procurou estreitar as relações com a Reitoria e com outros órgãos da Universidade, ampliar os contactos com as comunidades interna e externa e conferir maior visibilidade às atividades do MCC, contando com o apoio da Agência de Comunicação da UFRN (Silva e Albuquerque 2021, 126).

A ênfase da nova Direção na divulgação das atividades e na reafirmação do vínculo entre o MCC e a Universidade é, por si mesma, significativa. Embora o Museu estivesse formalmente integrado na UFRN, a necessidade de reiterar essa pertença em entrevistas, notícias e materiais de comunicação indica que a sua inserção no quotidiano institucional não era considerada evidente. A estratégia procurava apresentar o MCC não apenas como local de visitação, mas como espaço universitário de investigação, preservação de coleções, formação e extensão.

Também em 2007, a adesão da UFRN ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ampliou o número de estudantes, docentes e técnicos-administrativos e aumentou as solicitações dirigidas aos setores responsáveis pela extensão. O Reuni não deve, contudo, ser apresentado como origem direta de uma política museológica já consolidada no período. A documentação relaciona a expansão universitária com a posterior reorganização da Pró-Reitoria de Extensão, mas a criação de uma coordenação específica para cultura, memória, museus e documentação ocorreu apenas em 2011, fora do recorte cronológico desta tese. Entre 2007 e 2010, importa observar sobretudo a inclusão progressiva dos

museus e da memória entre os temas do planeamento institucional da UFRN (Silva e Albuquerque 2021, 125–27).

O Plano de Gestão da UFRN para 2007–2011 previu ações destinadas ao fortalecimento dos museus universitários. Em 2009, a Pró-Reitoria de Extensão organizou o seminário *O que lembrar? Para que lembrar? Universidade, memória e sociedade*, que reuniu investigadores da UFRN e de outras universidades para discutir políticas de preservação e possíveis formas de coordenação institucional. Como encaminhamento, foram constituídas duas comissões: uma dedicada aos museus universitários e outra à gestão documental e à memória institucional. A aproximação entre esses dois domínios ampliava o alcance do debate. As coleções e os museus deixavam de ser tratados apenas como problemas particulares de determinadas unidades e passavam a integrar uma discussão mais abrangente sobre a produção, a preservação e a comunicação da memória da Universidade (Silva e Albuquerque 2021, 125–26).

As iniciativas desenvolvidas durante a década não eliminaram os problemas acumulados pelo MCC. Permaneciam questões relativas ao financiamento, ao quadro profissional, às instalações e à atualização das exposições. Também não se pode afirmar que, até 2010, a UFRN tivesse estabelecido uma política museológica plenamente estruturada. O que se observa é uma mudança na escala e nos termos da discussão: às propostas dirigidas especificamente à reorganização do MCC somaram-se tentativas de coordenar os museus da Universidade, introduzir assessoria museológica, incluir essas instituições nos planos de gestão e relacionar a preservação das coleções com a memória institucional.

Entre 2000 e 2010, os museus universitários passaram, deste modo, a ocupar um lugar mais definido no planeamento cultural e extensionista da UFRN, embora os instrumentos administrativos necessários à concretização dessa agenda apenas viessem a ser formalizados posteriormente. Para o MCC, esse processo não representou a superação imediata das descontinuidades analisadas nas secções anteriores. Alterou, contudo, os termos do debate: o futuro do Museu passou a ser discutido não apenas em função das suas dificuldades internas, mas também como parte da responsabilidade da

Universidade pela preservação, investigação e comunicação dos seus acervos científicos e culturais.

A trajetória examinada neste capítulo mostra, assim, que a transformação do Instituto de Antropologia em Museu Câmara Cascudo não correspondeu a uma substituição linear da investigação pelas funções museológicas. As coleções, os projetos, os cursos e as relações de cooperação continuaram a sustentar a atividade científica, mas a musealização alterou os modos pelos quais o conhecimento era organizado, preservado e apresentado publicamente. As coleções passaram a funcionar simultaneamente como materiais de investigação, testemunhos da trajetória científica da instituição e suportes para exposições e ações educativas. Essa articulação, porém, não ocorreu de forma uniforme: parte das novas investigações encontrou expressão sobretudo em exposições temporárias, enquanto a permanência de salas e coleções consagradas dificultava a atualização das narrativas expositivas (Viana 2024, 168–70).

Entre reformas regimentais, propostas de reorganização e iniciativas dirigidas aos museus universitários, o MCC foi sendo redefinido como espaço de investigação, formação, salvaguarda de coleções e comunicação pública do conhecimento. Em 2010, permaneciam dificuldades relativas ao quadro profissional, ao financiamento, às instalações e à renovação das exposições. Encontrava-se, contudo, mais claramente formulada a responsabilidade da UFRN pela preservação e valorização do patrimônio científico e cultural reunido nos seus museus.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou as condições institucionais, científicas e materiais que deram forma ao Instituto de Antropologia e ao Museu Câmara Cascudo entre 1950 e 2010, tomando como problema central o processo que conduziu da primeira à segunda configuração institucional. Para além de reconstituir a sucessão dos atos administrativos que criaram, reorganizaram ou regulamentaram essas unidades, a investigação procurou compreender como as atividades científicas, as equipas, os espaços, os recursos materiais e as relações de cooperação foram constituídos e transformados em articulação com as mudanças ocorridas na Universidade e nas políticas científicas e universitárias brasileiras.

Os resultados permitem concluir que a criação do Museu Câmara Cascudo, formalizada em 1973, não correspondeu a uma simples mudança de denominação, ao abandono da investigação ou à continuidade inalterada do Instituto de Antropologia. A nova configuração modificou a posição administrativa da unidade na UFRN, redefiniu as suas competências e alterou o enquadramento atribuído às coleções e às atividades de investigação, formação e comunicação pública. Ao mesmo tempo, preservou, em graus e ritmos distintos, profissionais, práticas, infraestruturas, acervos e relações de cooperação constituídos durante o funcionamento do Instituto.

A criação do MCC redistribuiu, no interior da UFRN, funções que no IA se encontravam articuladas numa unidade de investigação multidisciplinar. À continuidade de práticas científicas, profissionais, espaços e coleções somaram-se responsabilidades mais definidas de preservação e comunicação pública, sem que essas

dimensões fossem incorporadas de forma simultânea ou uniforme. Os regimentos sucessivos, as propostas de reorganização e as negociações relativas ao enquadramento dos profissionais mostram que as competências e a posição do Museu permaneceram em discussão nas décadas seguintes. Nesse sentido, 1973 assinala o início de uma reconfiguração institucional, e não a conclusão de uma transformação plenamente resolvida.

Para compreender esse percurso, a investigação recuou à década de 1950, quando a expansão do ensino superior, a formação da Universidade do Rio Grande do Norte e diferentes experiências locais de ensino, investigação e constituição de coleções criaram condições para o aparecimento do Instituto. A análise acompanhou depois a organização das práticas científicas do IA, as mudanças introduzidas pela reorganização da UFRN e as configurações assumidas pelo MCC até 2010. Este limite permite observar a progressiva incorporação dos museus e da memória institucional no planejamento da Universidade.

A criação do Instituto de Antropologia tornou-se possível pela convergência de processos desenvolvidos em diferentes escalas. No plano nacional, a expansão do ensino superior, a criação de agências de fomento e a crescente afirmação das universidades como espaços de investigação ampliaram as possibilidades institucionais para a organização da ciência no período do pós-guerra. Essas mudanças não determinaram, por si sós, a fundação do Instituto, mas ofereceram referências, mecanismos de apoio e formas de legitimação que puderam ser mobilizados no Rio Grande do Norte.

A formação da Universidade do Rio Grande do Norte, em 1958, reuniu faculdades e escolas superiores anteriormente dispersas e criou um enquadramento institucional para projetos que procuravam articular ensino, investigação e conhecimento do território. Antes da fundação do IA, iniciativas como o Museu de Geografia e Paleontologia, o Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas, o projeto de Museu Etnográfico, o Centro de Estudos Regionais e o Instituto Anatômico já envolviam atividades de campo, formação especializada, organização de coleções e criação de espaços destinados ao ensino prático e à investigação. A duração e o grau de

implantação dessas experiências foram desiguais, mas elas mobilizaram agentes, práticas e recursos que viriam a participar da constituição do Instituto.

O IA não surgiu, portanto, de um ato fundador isolado nem da aplicação direta de um modelo exterior. A sua criação reuniu projetos formulados por professores e intelectuais ligados à Universidade, entre os quais Luís da Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo Pinheiro de Melo e Nivaldo Monte, e contou com apoios políticos e administrativos necessários à sua formalização. Mais do que preencher uma ausência institucional, o Instituto procurou concentrar e conferir maior estabilidade a experiências que já relacionavam o estudo das populações, das práticas culturais e do território norte-rio-grandense com o trabalho de campo, a formação de coleções e a comunicação pública do conhecimento.

Essa origem ajuda a compreender a configuração multidisciplinar assumida pelo Instituto. A designação “Antropologia” abrangia um projeto mais amplo do que aquele delimitado por uma única disciplina, reunindo antropologia física, antropologia cultural, arqueologia, paleontologia, geologia e malacologia. A organização em secções e, posteriormente, departamentos procurou conferir estrutura a essas áreas, mas não correspondeu a um sistema inteiramente estabilizado. As equipas, os recursos e a continuidade das investigações variaram, e algumas áreas dependeram mais intensamente da atuação de determinados especialistas ou de colaborações externas.

Apesar dessas diferenças, a documentação permite reconhecer o IA como um espaço efetivo de produção científica. As investigações combinaram trabalhos de campo, observações, recolhas, preparação e análise de materiais, práticas laboratoriais, produção de registos, publicação de resultados e formação de coleções. O território do Rio Grande do Norte não funcionou apenas como cenário das atividades: as suas populações, práticas culturais, sítios arqueológicos, jazidas fossilíferas, formações geológicas e ambientes costeiros forneceram problemas, materiais e objetos de investigação. Ao serem recolhidos, classificados, comparados, publicados ou incorporados nas coleções, esses materiais participavam da própria produção do conhecimento.

A formação científica integrou esse funcionamento, embora não estivesse organizada por meio de um programa regular. Cursos, conferências, estágios, aprendizagem laboratorial, participação em expedições e trabalho junto de investigadores mais experientes constituíram os principais meios de preparação da equipa. Alguns investigadores do IA adquiriram formação especializada e assumiram progressivamente novas responsabilidades, enquanto noutras áreas não foi possível assegurar a continuidade das competências existentes. A formação dependia, assim, tanto das atividades realizadas no Instituto como do acesso a especialistas e instituições capazes de oferecer conhecimentos, equipamentos ou ambientes de investigação indisponíveis localmente.

O funcionamento do IA teve também um carácter coletivo mais amplo do que aquele sugerido pelas publicações e pelos documentos centrados nos seus dirigentes. Investigadores auxiliares, técnicos, estudantes e trabalhadores administrativos e operacionais participavam da organização das expedições, do transporte de pessoas e materiais, da preparação e classificação dos objetos, da manutenção dos espaços e equipamentos, da produção de ilustrações e fotografias e do funcionamento quotidiano da instituição. A visibilidade desigual desses participantes nas fontes não permite reconstituir integralmente as suas trajetórias, mas os registos administrativos, financeiros e iconográficos mostram que a ciência desenvolvida no Instituto dependia de uma divisão de trabalho diversificada.

As relações estabelecidas com instituições brasileiras e estrangeiras faziam parte dessa organização científica. A correspondência documenta desde cartas de apresentação e pedidos de intercâmbio bibliográfico até formas mais densas de cooperação, relacionadas com a identificação e comparação de materiais, a formação dos investigadores, a circulação de espécimes e objetos, a realização de trabalhos de campo e a obtenção de equipamentos ou recursos financeiros. A presença de um interlocutor na documentação não comprova, por si só, uma colaboração continuada; quando efetivamente realizadas, porém, essas relações integraram as condições intelectuais e materiais da investigação. Em vez de simples indicadores de prestígio ou

de uma dependência unilateral, constituíram canais de circulação e negociação entre participantes que dispunham de competências e recursos desiguais.

A sustentação dessas atividades dependia, por fim, da articulação entre financiamento, trabalho administrativo e infraestrutura material. Verbas da Universidade, bolsas, pagamentos, gratificações, apoios de agências públicas e recursos obtidos por meio das relações interinstitucionais eram convertidos em deslocações, equipamentos, publicações, serviços, materiais de construção e tratamento das coleções. Esse processo exigia pedidos, compras, transportes, fretes, seguros, instalação de instrumentos e prestações de contas. Embora a documentação não permita reconstruir um orçamento contínuo nem medir a importância relativa de todas as fontes de financiamento, demonstra que as práticas científicas dependiam de sucessivas operações materiais e administrativas.

O Instituto constituiu, deste modo, um projeto científico em construção: formulou investigações, organizou equipas, formou competências, publicou resultados, estabeleceu relações de cooperação e reuniu coleções, sem alcançar o mesmo grau de estabilidade em todas as áreas. A dependência de determinados especialistas, a diversidade dos vínculos profissionais, as dificuldades de reprodução interna das competências e a necessidade permanente de mobilizar recursos externos não anulam o trabalho científico realizado. Revelam, antes, as condições concretas em que esse trabalho se desenvolveu e ajudam a compreender por que razão a posição do Instituto se tornou particularmente sensível às mudanças posteriormente introduzidas na estrutura da UFRN.

Essa posição tornou o Instituto particularmente sensível à reorganização da UFRN. As dificuldades que viriam a incidir sobre o seu enquadramento, contudo, não começaram com a Reforma Universitária de 1968. Desde os primeiros anos, a instituição foi atravessada por divergências entre os seus fundadores, disputas em torno da direção e da autoridade científica, alterações da denominação e tentativas de redefinir a sua estrutura. A situação profissional dos investigadores constituía igualmente uma questão recorrente, uma vez que a formação adquirida no próprio Instituto, a diversidade dos

vínculos e as funções efetivamente desempenhadas nem sempre correspondiam às categorias administrativas e acadêmicas disponíveis na Universidade.

A reorganização universitária iniciada no final da década de 1960 conferiu outra dimensão a essas dificuldades. A adoção dos departamentos como unidades básicas, a organização da UFRN em centros e a crescente valorização da titulação e da pós-graduação alteraram os critérios de inserção das atividades científicas na estrutura universitária. O Instituto reunia áreas distintas e profissionais com diferentes vínculos e percursos formativos, configuração que não se ajustava facilmente à nova organização departamental. A Reforma Universitária não explica, por si só, a sua transformação, mas modificou as condições nas quais a continuidade do IA passou a ser discutida.

As propostas apresentadas entre o final da década de 1960 e 1973 mostram que não existia uma solução previamente definida. Foram consideradas diferentes possibilidades de reorganização, integração ou redistribuição das áreas e dos profissionais. Os agentes ligados ao Instituto defenderam a manutenção da unidade e procuraram demonstrar a relevância das investigações e da infraestrutura reunida. A proposta de criação do Museu Câmara Cascudo surgiu no decorrer dessas negociações, como uma possibilidade de conservar articulados elementos que poderiam ser separados pela nova estrutura universitária.

A documentação não permite atribuir a criação do MCC a uma decisão única nem confirmar todas as motivações posteriormente associadas ao processo. Permite, porém, acompanhar a passagem da defesa do Instituto à formulação de uma unidade museológica capaz de reunir as coleções e manter a infraestrutura e as atividades científicas e formativas. Ao invocar exemplos como o Museu Nacional e o Museu Paraense Emílio Goeldi, Cabral de Carvalho procurava demonstrar que a denominação “museu” não era incompatível com a investigação científica. Tratava-se de uma posição formulada no contexto das negociações e não da garantia de que o novo enquadramento produziria os efeitos pretendidos.

A Resolução n.º 81/73-CONSUNI formalizou a criação do Museu Câmara Cascudo em outubro de 1973, mas não concluiu a transformação institucional. O Regimento Interno aprovado em fevereiro de 1974 procurou definir uma estrutura de

funcionamento e manteve a investigação, o ensino e a extensão entre as competências da nova unidade. Nesse mesmo ano, os documentos registam trabalhos de campo, pedidos de apoio a investigações, formação de profissionais e contactos com outras instituições. Essas atividades demonstram que a criação do Museu não interrompeu automaticamente as práticas científicas anteriormente desenvolvidas.

A continuidade das atividades coexistiu, contudo, com incertezas relativas à posição do MCC na estrutura da Universidade. A organização do Museu, a representação nas instâncias académicas, a vinculação dos profissionais e a distribuição das competências permaneceram em discussão. As cartas produzidas pela equipa em 1974 registam a sua perceção de instabilidade e de perda de participação nos processos decisórios, mas não permitem, isoladamente, atribuir intenções às autoridades universitárias. O que a documentação demonstra é que a nova denominação e a aprovação do regimento não resolveram imediatamente as questões administrativas que haviam acompanhado os últimos anos do Instituto.

A transformação institucional também não correspondeu à musealização imediata e uniforme. Muitos dos materiais reunidos pelo IA já eram utilizados na investigação, na formação e em exposições antes de 1973. A criação do MCC conferiu maior definição administrativa às responsabilidades de preservação e comunicação pública, mas não converteu automaticamente todos os objetos em bens documentados e interpretados segundo procedimentos museológicos comuns. A musealização das coleções e, de forma mais ampla, a musealização da ciência desenvolveram-se por meio de operações realizadas em momentos distintos e com resultados desiguais entre as áreas.

Os regimentos de 1974 e de 1979/1981 procuraram conciliar a organização científica herdada do Instituto com as funções atribuídas ao Museu. A manutenção de departamentos e setores relacionados com a investigação e a ação educativa revela a amplitude do projeto institucional. A estrutura formal, contudo, não correspondeu de maneira integral às condições efetivas de funcionamento. A disponibilidade de profissionais, os vínculos com os departamentos académicos, o financiamento e a manutenção dos espaços condicionaram a execução das competências previstas.

Entre as décadas de 1980 e 1990, o MCC continuou a desenvolver projetos de investigação, cursos e atividades de formação. A especialização em Antropologia Urbana, iniciada em 1982, e os projetos programados pelas diferentes áreas mostram que o Museu permaneceu ligado à produção e à formação científicas. Essas atividades não tiveram, porém, o mesmo grau de continuidade em todos os setores. A redução das equipas, as dificuldades financeiras e os problemas de infraestrutura limitaram alguns projetos e motivaram sucessivas propostas de reorganização.

As discussões desse período incidiram especialmente sobre a lotação dos profissionais, a articulação com o ensino e a pós-graduação e a representação do Museu nas estruturas académicas da UFRN. A retirada da participação do MCC no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 1987, tornou mais evidente a distância entre a atividade científica desenvolvida no Museu e os mecanismos universitários de decisão. As comissões e os relatórios produzidos posteriormente procuraram responder a essa situação, mas as propostas não foram implementadas de forma imediata ou integral.

O relatório elaborado em 1998 apresentou um diagnóstico abrangente do MCC, que associava questões administrativas, recursos humanos, condições do edifício, situação das coleções e produção académica. Ao propor uma nova relação com os centros e departamentos da UFRN, não procurava apenas recuperar a organização anterior, mas redefinir o perfil científico e universitário do Museu. O documento ampliou ainda a discussão ao recomendar que a Universidade estabelecesse formas de integração e orientações comuns para os seus diferentes museus. A questão deixava, assim, de se restringir à posição do MCC e passava a envolver a responsabilidade institucional da UFRN pelos seus acervos e espaços museológicos.

Na década de 2000, essa discussão foi retomada por meio de comissões, assessorias técnicas e documentos de planeamento. As iniciativas de diagnóstico, revitalização e coordenação dos museus universitários atribuíram maior visibilidade à preservação dos acervos, à memória institucional, à comunicação pública e à necessidade de competências museológicas especializadas. As políticas federais de museus formuladas no mesmo período forneceram um contexto mais favorável a essas

discussões, mas não constituíram causa direta das decisões tomadas no interior da UFRN.

Até 2010, portanto, a nova configuração administrativa e museológica produziu efeitos que não podem ser reduzidos a perda ou preservação. O MCC manteve coleções, instalações, profissionais e atividades científicas provenientes do IA, ao mesmo tempo que ampliou as responsabilidades de preservação, exposição, educação e comunicação pública do conhecimento. A sua condição de museu universitário, contudo, não eliminou as dificuldades de articulação com os departamentos, a pós-graduação e as instâncias decisórias da Universidade. Os sucessivos regimentos, diagnósticos e projetos mostram que a definição das suas competências e da sua posição institucional permaneceu aberta ao longo do período estudado.

A reconfiguração institucional alterou, assim, o modo como a investigação, a formação, o uso das coleções e a comunicação pública se articulavam no interior da instituição. Alguns elementos mantiveram-se reunidos; outros foram redefinidos, perderam regularidade ou passaram a depender de novas formas de cooperação com as unidades académicas. A criação do MCC assegurou uma configuração institucional para a continuidade de parte das práticas e dos recursos constituídos pelo Instituto, mas não garantiu estabilidade administrativa nem uma musealização uniforme. O ano de 2010 assinala apenas o ponto em que esta investigação interrompe a análise de um processo que permanecia em curso.

A trajetória reconstruída nesta tese permite, em primeiro lugar, ampliar o quadro da História da Ciência no Brasil. Ao acompanhar uma instituição criada no Rio Grande do Norte durante a segunda metade do século XX, a investigação desloca a análise para além dos espaços, períodos e organismos mais frequentemente estudados, sem tratar a experiência regional como um caso isolado ou como uma versão incompleta de processos ocorridos noutros lugares. O caso do IA mostra que a organização da ciência no país também dependeu de espaços em formação, de iniciativas locais, de deslocamentos de profissionais e de relações estabelecidas com instituições situadas em diferentes regiões do Brasil e no exterior.

Essa mudança de escala permite reconhecer as desigualdades na distribuição dos recursos científicos sem fazer delas uma explicação suficiente para a trajetória da instituição. As condições existentes no Rio Grande do Norte limitaram determinadas possibilidades, mas também orientaram escolhas, temas de investigação e formas de cooperação. O território não aparece apenas como lugar onde se procurava implantar modelos produzidos noutros contextos: participou da definição dos problemas estudados, forneceu materiais para as investigações e mobilizou agentes interessados em organizar espaços locais de produção do conhecimento.

Para a História das Instituições Científicas, a tese evidencia a necessidade de distinguir a existência formal de uma instituição das condições efetivas do seu funcionamento. Leis, resoluções e regimentos definiram estruturas, competências e posições administrativas, mas a realização das atividades dependeu da formação das equipas, dos vínculos profissionais, dos recursos financeiros, das instalações, dos equipamentos e das relações de cooperação. A trajetória do IA/MCC mostra, assim, que as instituições científicas não permanecem idênticas aos projetos que lhes deram origem: são continuamente constituídas e modificadas pelas práticas dos seus agentes, pelas condições materiais disponíveis e pelas mudanças ocorridas nos organismos aos quais pertencem.

A análise contribui também para a História das Universidades ao mostrar que a institucionalização da investigação não ocorreu apenas nos departamentos e nos programas de pós-graduação. Na Universidade do Rio Grande do Norte, o Instituto de Antropologia reuniu áreas distintas e atividades científicas numa unidade que não se organizava prioritariamente em torno do ensino de um curso. A reorganização da UFRN tornou problemática essa configuração, não porque a investigação tivesse deixado de existir, mas porque os critérios administrativos e acadêmicos de reconhecimento passaram a favorecer outras formas de inserção institucional. O caso demonstra, portanto, que as reformas universitárias produziram efeitos distintos sobre departamentos, institutos, museus e outras unidades dedicadas à investigação.

Essa perspectiva permite ainda aproximar a História da Ciência da história do trabalho universitário. A produção do conhecimento no IA não pode ser atribuída apenas

aos seus fundadores, dirigentes e autores mais visíveis. As investigações dependeram também da atuação de investigadores auxiliares, técnicos, estudantes, desenhadores, fotógrafos, motoristas e trabalhadores responsáveis pela preparação dos materiais e pela manutenção dos espaços. Embora as fontes não permitam reconstruir todas essas trajetórias com a mesma precisão, a documentação revela uma divisão de trabalho mais ampla do que aquela representada nas publicações e nas narrativas institucionais.

No campo da Museologia, a principal contribuição reside na análise conjunta, mas não indiferenciada, da transformação administrativa do Instituto, da musealização das coleções e da musealização da ciência. A criação do MCC alterou o enquadramento institucional da unidade, mas não tornou automaticamente musealizados todos os materiais reunidos pelo IA. A preservação, a interpretação e a comunicação das coleções dependeram de procedimentos desenvolvidos ao longo do tempo, com ritmos e resultados distintos. A musealização da ciência, por sua vez, envolveu não apenas os espécimes e artefactos, mas também instrumentos, documentos, espaços, práticas e memórias relacionados com a produção do conhecimento.

Essa distinção permite compreender o museu universitário sem o opor ao instituto de investigação. No IA, as coleções já participavam do estudo, da formação e das exposições; no MCC, a investigação não desapareceu com a ampliação das responsabilidades de preservação e comunicação pública. O que se modificou foi o modo como essas atividades passaram a ser enquadradas, organizadas e reconhecidas no interior da Universidade. O caso mostra, desse modo, que a condição museológica não é incompatível com a produção científica, mas também que a simples existência de coleções e investigadores não assegura a integração estável entre investigação, salvaguarda e comunicação.

A tese contribui, por fim, para a história dos museus universitários ao situá-los nas estruturas e nos conflitos próprios das universidades. O funcionamento dessas instituições não depende apenas de definições museológicas ou de políticas dirigidas ao setor dos museus, mas também das regras de organização académica, dos regimes de trabalho, dos mecanismos de financiamento e das formas de representação nos órgãos universitários. A trajetória do MCC demonstra que a responsabilidade da Universidade

pelos seus museus e acervos foi sendo formulada historicamente, por meio de regimentos, diagnósticos, comissões e propostas cuja aprovação não correspondeu necessariamente à sua execução.

Ao articular essas dimensões, a investigação evita separar a história administrativa da história das práticas científicas e dos museus. O percurso do IA/MCC mostra que produzir conhecimento, formar profissionais, constituir acervos e comunicar a ciência foram atividades sustentadas por pessoas, objetos, espaços e recursos sujeitos às mesmas transformações institucionais. É nessa articulação que reside a contribuição mais ampla da tese: demonstrar que a passagem de instituto a museu só pode ser compreendida quando as mudanças administrativas são confrontadas com aquilo que as pessoas continuaram a fazer, com os meios de que dispunham e com os novos sentidos atribuídos à própria trajetória científica da instituição.

Os resultados alcançados devem ser considerados à luz dos limites documentais e analíticos da investigação. A distribuição das fontes é desigual ao longo do período estudado. A documentação relativa à criação e aos primeiros anos do Instituto encontra-se, em alguns conjuntos, mais bem preservada do que os registros produzidos nas décadas posteriores à formação do MCC. Há séries incompletas, processos não localizados, documentos sem anexos e referências a decisões cuja execução não pôde ser confirmada. Essas lacunas dificultaram a reconstituição de determinados episódios e exigiram que as conclusões fossem formuladas de acordo com o grau de sustentação oferecido pelos documentos.

A própria natureza das fontes condicionou a visibilidade das atividades e dos participantes. Atas, regimentos, relatórios e correspondência privilegiam dirigentes, responsáveis por projetos e interlocutores institucionais, enquanto técnicos, investigadores auxiliares, estudantes e outros colaboradores aparecem de forma mais fragmentária. O cruzamento com fotografias, registros financeiros, imprensa e documentação associada às coleções permitiu identificar parte desse trabalho, mas não tornou possível reconstruir com igual detalhe todas as trajetórias, relações profissionais e formas de participação. Também não foi possível acompanhar de modo uniforme os percursos posteriores dos objetos, instrumentos e documentos reunidos pelo IA.

Um primeiro desdobramento da investigação poderá concentrar-se na produção escrita dos investigadores do Instituto. As publicações foram mobilizadas nesta tese para identificar temas, práticas, materiais estudados, relações de cooperação e formas de apresentação institucional, mas não foram submetidas a uma análise sistemática enquanto corpus intelectual. O exame conjunto dos artigos publicados nos *Arquivos do Instituto de Antropologia* e noutros periódicos poderá aprofundar questões relativas à formação das agendas de investigação, aos referenciais bibliográficos utilizados, às formas de autoria e colaboração, à circulação dos resultados e às mudanças ocorridas entre a produção do IA e a do MCC. Esse estudo permitiria relacionar de maneira mais precisa as condições institucionais reconstruídas nesta tese com o conteúdo dos conhecimentos produzidos. A análise de casos realizada no presente trabalho já mostra como materiais recolhidos e relações de intercâmbio eram convertidos em resultados escritos, mas não esgota as possibilidades oferecidas por esse conjunto documental.

Outra linha de investigação diz respeito à incidência do regime militar sobre o Instituto e sobre os seus profissionais. A tese examinou a Reforma Universitária, as mudanças administrativas da UFRN e o contexto autoritário em que ocorreram, mas a documentação consultada não permitiu estabelecer uma relação direta entre repressão política e decisões específicas relativas ao IA. Permanecem por investigar possíveis formas de vigilância, intervenção nas nomeações, constrangimento da autonomia científica, controlo das deslocações e dos contactos institucionais ou repercussões sobre as trajetórias individuais. O aprofundamento dessa dimensão exigirá ampliar o corpus para arquivos universitários, documentação dos órgãos de informação e repressão, processos funcionais, correspondência privada e, quando possível, testemunhos orais, confrontando-os com as decisões administrativas já identificadas. Essa investigação poderá esclarecer se as mudanças vividas pelo Instituto decorreram exclusivamente da reorganização universitária ou se foram também condicionadas por mecanismos políticos menos visíveis na documentação institucional.

A presença das mulheres no IA constitui igualmente uma frente de pesquisa que ultrapassa os limites desta tese. Os documentos permitiram identificar a participação de Therezinha Wanderley de Sá Leitão, Elizabeth Mafra Cabral, Marilda Fernandes de

Carvalho, Maria Inês de Mendonça, Sheila Maria Garcia Cabral de Carvalho, Maria do Socorro Vilela Bezerra de Araújo e outras profissionais em atividades científicas, técnicas e administrativas. Em alguns casos, foi possível acompanhar a entrada por meio de estágios e bolsas, a participação em trabalhos de campo, a organização de coleções e a progressiva diversificação das funções exercidas. Esses registros demonstram a presença feminina, mas não são suficientes para avaliar se as mulheres encontraram no Instituto oportunidades relativamente mais amplas do que noutras instituições científicas brasileiras, nem se essas oportunidades se traduziram em estabilidade profissional, reconhecimento ou autonomia científica.

Essa questão poderá ser examinada mediante uma abordagem comparativa que relacione o IA com outras instituições de ensino, investigação e cultura do Rio Grande do Norte. A existência de mulheres pioneiras em diferentes campos profissionais e intelectuais do estado sugere a necessidade de reconstruir os seus percursos, as formas de acesso à educação superior e as redes familiares, académicas e institucionais que sustentaram a sua atuação. Importará perguntar se um campo científico ainda em formação abriu possibilidades de ingresso menos disponíveis em instituições mais consolidadas ou se, pelo contrário, incorporou mulheres sobretudo em posições auxiliares, temporárias e menos reconhecidas. As duas possibilidades não são mutuamente exclusivas: a abertura de oportunidades pode ter coexistido com desigualdades de remuneração, autoria, progressão e autoridade científica.

Uma investigação dessa natureza deverá ultrapassar a simples contagem da presença feminina. Será necessário comparar formas de recrutamento, vínculos, salários, bolsas, funções desempenhadas, participação em publicações, acesso a cargos de direção e continuidade das carreiras. A análise das publicações poderá, nesse sentido, articular-se com a história das mulheres no IA, permitindo observar quem recolhia e preparava os materiais, quem assinava os resultados e de que modo as contribuições eram reconhecidas. Também poderá esclarecer se a passagem do Instituto ao Museu alterou as oportunidades profissionais oferecidas às mulheres ou apenas redefiniu as categorias sob as quais o seu trabalho passou a ser registado.

Essas possibilidades decorrem diretamente das lacunas identificadas pela investigação. Não modificam as conclusões alcançadas, mas indicam que a trajetória do IA/MCC pode ser retomada a partir de outras escalas, fontes e perguntas. O estudo sistemático das publicações, a análise das relações entre ciência e autoritarismo e a reconstrução das trajetórias das mulheres permitirão aprofundar dimensões intelectuais, políticas e sociais que o recorte institucional privilegiado nesta tese apenas pôde acompanhar parcialmente. Do mesmo modo, o limite de 2010 deixa aberta a análise das configurações assumidas posteriormente pelo MCC e pelas políticas museológicas da UFRN, sem converter os desenvolvimentos posteriores em resultado necessário do percurso aqui reconstruído.

A trajetória do Instituto de Antropologia e do Museu Câmara Cascudo mostra que as instituições científicas não se explicam apenas pelos atos que as criam ou transformam. O seu funcionamento depende das pessoas que nelas trabalham, dos recursos que conseguem mobilizar, dos espaços e objetos que organizam e das relações que estabelecem dentro e fora da universidade. A passagem do IA ao MCC tornou particularmente visível essa condição: a mudança administrativa redefiniu a posição da instituição e as formas de enquadramento das suas atividades, mas não eliminou de imediato as práticas, os profissionais e as redes anteriormente constituídas.

A reconfiguração institucional analisada nesta tese resultou, portanto, da combinação entre continuidades e mudanças que ocorreram em ritmos distintos. A investigação científica prosseguiu, embora sob condições e graus de regularidade variáveis; as coleções adquiriram responsabilidades museológicas mais definidas, sem serem submetidas de forma imediata a procedimentos uniformes; e a posição do Museu no interior da UFRN permaneceu sujeita a negociações, propostas de reorganização e redefinições sucessivas. O MCC não foi apenas a continuidade do Instituto sob outro nome, nem uma instituição inteiramente nova criada em 1973.

Ao acompanhar esse percurso entre 1950 e 2010, a tese procurou demonstrar que a história da ciência universitária no Brasil também se construiu em instituições situadas fora dos espaços mais recorrentes da historiografia, por meio de iniciativas locais articuladas com políticas nacionais e redes mais amplas de circulação. A trajetória do

IA/MCC permite ainda questionar uma separação rígida entre instituto científico e museu. No Instituto, a investigação, a formação dos profissionais, a constituição das coleções e a sua apresentação ao público já se encontravam associadas; no Museu, a preservação e a comunicação adquiriram maior definição institucional sem que a investigação desaparecesse. O caso mostra, assim, que a natureza de uma instituição não pode ser deduzida apenas da sua denominação, mas deve ser analisada a partir das práticas que reúne, das funções que exerce e das mudanças que alteram o seu reconhecimento e as suas condições de funcionamento.

FONTES

Legislação e documentos normativos

- Brasil. 1931. Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, 15 de abril de 1931. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm.
- Brasil. 1939. Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1190.htm.
- Brasil. 1945. Decreto-Lei n.º 8.457, de 26 de dezembro de 1945. Dá nova redação ao artigo 5.º do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931.
- Brasil. 1946. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.
- Brasil. 1951a. Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Brasil. 1951b. Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.
- Brasil. 1953. Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e institui a Petróleo Brasileiro S.A.
- Brasil. 1954. Decreto n.º 35.124, de 27 de fevereiro de 1954. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
- Brasil. 1958. Decreto n.º 45.116, de 26 de dezembro de 1958. Concede à Universidade do Rio Grande do Norte regalias de universidade estadual equiparada e aprova o seu Estatuto. *Diário Oficial da União*, 31 de dezembro de 1958, secção 1, 25055.
- Brasil. 1960. Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3849.htm.
- Brasil. 1961. Decreto n.º 51.133, de 3 de agosto de 1961. Institui o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais.
- Brasil. 1961. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Brasil. 1965. Lei n.º 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. *Diário Oficial da União*, 6 de dezembro.
- Brasil. 1967. Decreto n.º 61.056, de 24 de julho de 1967. Constitui a Financiadora de Estudos e Projetos S.A. — FINEP.

- Brasil. 1968. Decreto n.º 63.946, de 30 de dezembro de 1968.
- Brasil. 1968. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 29 de novembro.
- Brasil. 1969. Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969. *Diário Oficial da União*, 12 de fevereiro.
- Brasil. 1969. Decreto-Lei n.º 719, de 31 de julho de 1969. Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências.
- Brasil. 1969. Decreto-Lei n.º 861, de 11 de setembro de 1969. Autoriza a contratação de empréstimos externos, no valor global equivalente a US\$ 30.000.000,00 em moeda-convênio, para aquisição de equipamentos e materiais de ensino na República Democrática Alemã e República Popular da Hungria, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0861.htm.
- Brasil. 1971. Decreto n.º 68.532, de 22 de abril de 1971. Extingue o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais e cria o Instituto de Pesquisas Espaciais.
- Brasil. 1972. Lei n.º 5.851, de 7 de dezembro de 1972. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa.
- Brasil. 1974. Decreto n.º 74.211, de 24 de junho de 1974. Modifica a estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Diário Oficial da União*, 25 de junho, 7021.
- Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- Brasil. 1990. Decreto n.º 99.618, de 17 de outubro de 1990. Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências.
- Brasil. 1995. Lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm.
- Brasil. 2004. Decreto n.º 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 8 de novembro.
- Brasil. 2007. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. “Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — Reuni.” *Diário Oficial da União*, 25 de abril.
- Brasil. 2009a. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 15 de janeiro.

- Brasil. 2009b. Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus — Ibram, cria 425 cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores — DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 21 de janeiro.
- Brasil. Ministério da Cultura. 2003. *Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania*. Brasília, DF: Ministério da Cultura.
- Brasil. Ministério da Educação e Cultura. 1969. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior: Acordo MEC-USAID*. Brasília, DF: MEC/EAPES.
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 1969a. “Circular-Geral n.º 09/69 a Onofre Lopes da Silva.” 31 de janeiro. [Assunto: transcrição do Ato Complementar n.º 41]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 1969b. “Circular-Federal n.º 08/69 a Onofre Lopes da Silva.” 20 de abril. [Assunto: admissão excecional de pessoal para funções de magistério]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. 1969c. “Circular-Federal n.º 11/69 a Onofre Lopes da Silva.” 3 de julho. [Assunto: transcrição do Decreto n.º 64.715 sobre o ingresso de pessoal na Administração Pública Federal]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Resolução n.º 81/73-CONSUNI.” 4 de outubro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Resolução n.º 16/74-CONSUNI.” 20 de fevereiro. [Aprova o Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Distrito Federal. 1935. Decreto n.º 5.513, de 4 de abril de 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.
- Rio Grande do Norte. 1922. Lei n.º 497, de 2 de dezembro de 1922.
- Rio Grande do Norte. 1923. Decreto n.º 192. Janeiro de 1923.
- Rio Grande do Norte. 1923. Lei n.º 570. Dezembro de 1923.
- Rio Grande do Norte. 1958. Lei n.º 2.307, de 25 de junho de 1958. Cria a Universidade do Rio Grande do Norte. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.
- Rio Grande do Norte. 1960. Lei Estadual n.º 2.694, de 22 de novembro de 1960. Cria, na Universidade do Rio Grande do Norte, o Instituto de Antropologia. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*, 23 de novembro, 1.

Universidade do Rio Grande do Norte. 1965. “Resolução n.º 08/65-U do Conselho Universitário.” 19 de fevereiro. [Assunto: alteração da denominação para Instituto de Antropologia Câmara Cascudo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. “Portaria n.º 168/68.” 18 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Resolução n.º 80/72-CONSUNI.”.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Resolução n.º 12/73-CONSUNI.” 23 de março.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Resolução n.º 52/74-CONSUNI.”.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1976. “Portaria n.º 896.” 17 de dezembro. [Remove Nássaro Antônio de Souza Nasser do Departamento de Geociências para o Departamento de Estudos Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Conselho Universitário. 1974. “Resolução n.º 96/74-CONSUNI.” 1.º de novembro. [Aprova o Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Conselho Universitário. 1979. “Resolução n.º 43/79-CONSUNI.” [Aprova o Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo].

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Conselho Universitário. 1981. “Resolução n.º 71/81-CONSUNI.” [Altera o Regimento Interno do Museu Câmara Cascudo].

Imprensa

“A edição especial de ‘A República’ homenageia a Universidade.” 1958. *A República* (Natal), 1.º de julho, 2.º caderno, 1. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

“A Faculdade de Filosofia de Natal caminha para realizar-se no meio universitário brasileiro.” 1958. *A República* (Natal), 1.º de julho, 2.º caderno, 1. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.

“Acadêmicos de Filosofia vão observar a seca no interior.” 1958. *O Poti* (Natal), 18 de maio, 1. Hemeroteca Digital Brasileira.

“Acervo desinteressante compromete importância dos museus natalenses.” 1985. *Tribuna do Norte* (Natal), 24 de novembro, 13. Hemeroteca Digital Brasileira.

“Antropologia Urbana.” 1982. *Tribuna do Norte* (Natal), 28 de fevereiro, 13. Hemeroteca Digital Brasileira.

- “Assembleia Legislativa: despediram-se ontem Luiz Maranhão e Aluísio Bezerra; período extraordinário prorrogado.” 1963. *Diário de Natal* (Natal), 18 de janeiro, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Casal vem ao estado pesquisar malacologia.” 1963. *Diário de Natal* (Natal), 18 de novembro, 6. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Casculo recebe consagração em vida.” 1965. *A Ordem* (Natal), 9 de janeiro, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Centro de Estudos e Pesquisas do Curso de Geografia.” 1958. *Jornal de Natal* (Natal), 23 de outubro, 1. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Centro de Estudos e Pesquisas Geográficas.” 1958. *Jornal de Natal* (Natal), 23 de outubro, 1. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Cidade Universitária.” 1956. *A República* (Natal), 7 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Coleção de Coleópteros doada à Universidade — Dr. Protásio Melo o doador — A coleção é mais útil no museu da Faculdade de Odontologia.” 1961. *Diário de Natal* (Natal), 12 de março, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Conferencia amanhã na F. de Filosofia.” 1960. *Diário de Natal* (Natal), 5 de setembro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Conferência do dr. José Nunes Cabral na Faculdade de Farmácia, sexta-feira.” 1958. *Diário de Natal* (Natal), 21 de janeiro, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Conferência, hoje, na Faculdade de Farmácia.” 1958. *Diário de Natal* (Natal), 17 de janeiro, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Convênio para investigação na Amazônia.” 1966. *Diário de Natal* (Natal), 28 de junho, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Dotarei o Rio Grande do Norte de um dos maiores Institutos de Antropologia do Brasil — declarou à imprensa o dr. Cabral de Carvalho.” 1963. *A Ordem* (Natal), 26 de janeiro, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Edgar Barbosa reeleito para Diretor da Fac. de Filosofia.” 1959. *O Poti* (Natal), 6 de dezembro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Entrevista da Semana — Instituto de Antropologia — Colmeia de abelhas brasileiras em serviço da cultura universal.” 1962. *A Ordem* (Natal), 14 de julho, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Esteve reunido sábado o Conselho Universitário — Criação do Instituto de Antropologia — Cursos.” 1959. *Diário de Natal* (Natal), 4 de maio, 2 e 8. Hemeroteca Digital Brasileira.

- “Estiveram em Natal membros do Conselho Nacional de Pesquisas.” 1966. *Diário de Natal* (Natal), 14 de junho, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Estudantes de Filosofia vão realizar estudos em São Tomé.” 1958. *Diário de Natal* (Natal), 7 de novembro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Excursão geográfica da Faculdade de Filosofia: visitadas minas de chelita e o Açude Gargalheiras.” 1958. *O Poti* (Natal), 18 de maio, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Faculdade de Filosofia tem agora um Museu de Geografia.” 1958. *O Poti* (Natal), 14 de outubro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Faculdade de Odontologia: professor fluminense vai fazer outra conferência.” 1958. *O Poti* (Natal), 22 de janeiro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Fitogeografia e Geografia do Rio Grande do Norte.” 1957. *A República* (Natal), 23 de outubro, 4.
- “Folguedos Populares do Natal.” 1963. *A Ordem* (Natal), 21 de dezembro, 7. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Fósseis raros, de épocas antigas, encontrados em ‘Lajedo da Escada’.” 1965. *Diário de Natal* (Natal), 20 de dezembro, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Fundação da ‘Universidade Popular do R. Grande Norte’.” 1948. *Diário de Natal* (Natal), 28 de abril, 1. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Geógrafos brasileiros vão se reunir em Mossoró, em julho.” 1960. *Diário de Natal* (Natal), 24 de maio, 6. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Grupo de Ação Política Independente (GAPI).” 1959. *Diário de Natal* (Natal), 16 de fevereiro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Hoje na Faculdade de Odontologia conferência do Prof. Fluminense.” 1958. *O Poti* (Natal), 24 de janeiro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Importância do Instituto de Antropologia e o Curso no Crato.” 1965. *Diário de Natal* (Natal), 5 de março, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Industrialização e Progresso.” 1956. *A República* (Natal), 28 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Informativo — Estágios em Antropologia.” 1972. *Diário de Natal* (Natal), 15 de maio, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Início de atividades do Centro de Estudos Geográficos, com conferência.” 1958. *Diário de Natal* (Natal), 28 de outubro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Instituto de Antropologia será ainda museu.” 1964. *A Ordem* (Natal), 5 de outubro, 3 e 5. Hemeroteca Digital Brasileira.

- “Museu de Geografia.” 1958. *O Poti* (Natal), 15 de outubro, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Na Faculdade de Odontologia: conhecido professor fará uma conferência no próximo dia 17.” 1958. *O Poti* (Natal), 14 de janeiro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Natal (como Paris) terá um Museu do Homem.” 1959. *A República* (Natal), 5 de julho, 2 e 5. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Núcleo de Geografia será instalado hoje.” 1961. *Diário de Natal* (Natal), 10 de março, 6. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “O Clero vai estudar o ruralismo.” 1957. *A República* (Natal), 5 de janeiro, 1.
- “O Instituto de Antropologia transforma-se no grande museu do Estado.” 1963. *A Ordem* (Natal), 14 de dezembro, 1 e 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “O Rio Grande do Norte tem (desde ontem) uma Universidade.” 1958. *A República* (Natal), 26 de junho, 1. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Pesquisas Sociais.” 1956. *A República* (Natal), 19 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Produção e Pesquisas.” 1956. *A República* (Natal), 13 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Professores ensinam a tecnologia primitiva.” 1984. *Diário de Natal* (Natal), 24 de agosto, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Prosseguem as obras do Instituto Anatômico da Faculdade de Farmácia e Odontologia.” 1960. *A República* (Natal), 17 de março, 6. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Reaparelhamento da Faculdade de Odontologia desta Capital.” 1958. *Diário de Natal* (Natal), 3 de fevereiro, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Reitoria vai homenagear Câmara Cascudo amanhã.” 1964. *Diário de Natal* (Natal), 29 de dezembro, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Retornou dos EE.EE. o dr. Protásio Melo.” 1961. *Diário de Natal* (Natal), 15 de março, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Semana Câmara Cascudo.” 1964. *Diário de Natal* (Natal), 24 de dezembro, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Shells—A Pair That Got Hooked Hunts Specimens in Distant Reefs.” 1964. *Life* 57 (2), 10 de julho, 54A.
- “Universidade instalou o Instituto de Antropologia — Câmara Cascudo é o primeiro diretor.” 1962. *O Poti* (Natal), 20 de maio, 6. Hemeroteca Digital Brasileira.

- “Universidade tem programa oficial para seus 10 anos.” 1969. *Diário de Natal* (Natal), 18 de março, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- “Viajou aos Estados Unidos o dr. José Cavalcante Melo.” 1957. *A República* (Natal), 13 de setembro, 7. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- “Visão de Futuro.” 1956. *A República* (Natal), 26 de julho, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- Carvalho, Lenilson. 2008. “Anatomia de um vencedor.” *O Jornal de Hoje* (Natal), 31 de julho. Recorte de jornal sem indicação de página. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Cascudo, Luís da Câmara. 1959. “Instituto de Antropologia em Natal.” Coluna “Acta Diurna”. *A República* (Natal), 25 de setembro, 1.
- Cascudo, Luís da Câmara. 1962a. “Pedra dos ossos na Serra do Ronca.” *Diário de Natal* (Natal), 11 de junho, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Cascudo, Luís da Câmara. 1962b. “Primeiras lições da Pedra dos Ossos.” *Diário de Natal* (Natal), 18 de junho, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Cocentino, Ana Maria. 1973. “Ele pode falar: viveu com os índios e sabe de suas coisas.” *O Poti* (Natal), 23 de setembro, 8. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Furtado, Albimar. 1974. “Farmacopéia popular, ou de como curar hemorragias com rabo de tatu.” *O Poti* (Natal), 1.º de setembro, 22. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Lemos, Afrânio. 1961. “Envelopes coloridos.” *Diário de Natal* (Natal), 6 de junho, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Macedo, Paulo. 1965. “Reportagem — Auxílio do Conselho Nacional.” *Diário de Natal* (Natal), 2 de junho, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Macedo, Paulo. 1969. “Reportagem de Paulo Macedo — Instituto de Antropologia.” *Diário de Natal* (Natal), 14 de março, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Macedo, Paulo. 1969. “Reportagem de Paulo Macedo — Programa Final.” *Diário de Natal* (Natal), 17 de março, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Macedo, Paulo. 1969. “Reportagem de Paulo Macedo — Um Instituto de Gabarito.” *Diário de Natal* (Natal), 3 de março, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Maranhão Filho, Luiz. 1957. “Os minérios e as verbas.” *Diário de Natal* (Natal), 17 de agosto, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Maranhão Filho, Luiz. 1957. “Reforma do ensino (II).” *Diário de Natal* (Natal), 14 de outubro, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

- Maranhão Filho, Luiz. 1957. "Reforma do ensino." *Diário de Natal* (Natal), 14 de outubro, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Melo, Veríssimo de. 1959. "Acontecimentos da Cidade: um Museu Etnográfico." *A República* (Natal), 14 de março, 4. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- Melo, Veríssimo de. 1962. "Gruta do Ronca." *Tribuna do Norte* (Natal), 5 de junho, 3.
- Negreiros, Sanderson. 1960. "Quadrantes do Mundo: entrevista do dia." *Diário de Natal* (Natal), 14 de outubro, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Negreiros, Sanderson. 1969. "Instituto de Antropologia (II): Cientistas passaram três meses na caverna do Lajedo da Escada." *Diário de Natal* (Natal), 7 de março, 5. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Rose, Margareth. 1985. "Museu Câmara Cascudo, importante acervo que toda a cidade desconhece." *O Poti* (Natal), 10 de março, 17. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Sampaio, Edilton. 1956. "Faculdade de Medicina de Natal." *Tribuna do Norte* (Natal), 27 de março, 3. Acervo físico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal.
- Silva, Antônio Campos e. 1958. "Desleixo." *O Poti* (Natal), 8 de julho, 6. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1958. "Nacionalismo e Ciência." *O Poti* (Natal), 25 de julho, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1958. "Pesquisas." *O Poti* (Natal), 18 de julho, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: Calendario do XV Congresso Nacional de Geografia." *O Poti* (Natal), 16 de junho, 9. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: inscrições rupestres: testemunhas de um passado." *Diário de Natal* (Natal), 2 de junho, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário." *O Poti* (Natal), 5 de junho, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário." *Diário de Natal* (Natal), 12 de maio, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: Noticiário." *O Poti* (Natal), 8 de maio, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.

- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: pré-história da zona oeste." *O Poti* (Natal), 3 de julho, 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: um Centro de Estudos Regionais." *O Poti* (Natal), 8 de maio, 4. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1960. "Sêres e Coisas do Nordeste: uma geografia para o Rio Grande do Norte." *O Poti* (Natal), 9 de abril, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Silva, Antônio Campos e. 1961. "Resenha do ano: julho, mês de grande atividade." *O Poti* (Natal), 1.º de janeiro, 3. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Villar, Ell Brandão. 1957. "Faculdade de Farmácia e Odontologia do Natal: símbolo da hercúlea força de vontade do dr. J. Cavalcanti de Melo, seu atual diretor." *O Poti* (Natal), 28 de abril, 6. Hemeroteca Digital Brasileira.
- Villar, Ell Brandão. 1960. "Faculdade de Odontologia: valor desconhecido." *A Ordem* (Natal), 20 de outubro, 13. Hemeroteca Digital Brasileira.

Documentação administrativa e arquivística

Atas e livros de registo

- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. "Ata da 39.^a Reunião Extraordinária." 5 de outubro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ata da 7.^a Reunião da Congregação de Professores." 12 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1967. "Ata da 17.^a Reunião da Congregação de Professores." 12 de dezembro. [Assunto: transferência para o novo edifício]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ata da 20.^a Reunião da Congregação de Professores." 19 de agosto. [Assunto: elaboração de normas internas de trabalho]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ata da 21.^a Reunião da Congregação de Professores." 18 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. "Ata da 24.^a Reunião da Congregação de Professores." 12 de junho. [Assunto: estruturação dos departamentos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. "Ata da 25.^a Reunião da Congregação de Professores." 19 de junho. [Assunto: plano de atividades e chefias dos departamentos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. "Ata da 34.^a Reunião da Congregação de Professores." 30 de março. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Congregação de Professores do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. "Ata da 36.^a Reunião da Congregação de Professores." 20 de abril. [Assunto: criação da Divisão de Ecologia Humana]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Diretoria do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ata da 2.^a Reunião da Diretoria." 10 de janeiro. [Assunto: Curso de Introdução à Antropologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1961. "Ata da Fundação do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte." 19 de dezembro. Livro de Atas. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Livro de Registro de Conferências e Cursos de Extensão Universitária." Vol. 1. 17 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1985. "Ata da 51.^a Reunião do Corpo Docente." 20 de novembro. *Livro de atas do Museu Câmara Cascudo: 40.^a a 54.^a reuniões do corpo docente, 30 de julho de 1974–9 de julho de 1987*. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1985. "Ata da 52.^a Reunião do Corpo Docente." 25 de novembro. *Livro de atas do Museu Câmara Cascudo: 40.^a a 54.^a reuniões do corpo docente, 30 de julho de 1974–9 de julho de 1987*. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1963. [Carta a Luís da Câmara Cascudo]. 21 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1964. [Carta a Arthur Napoleão Figueiredo]. 5 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1964. [Carta a George Kline]. 12 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1965. [Carta a Arthur Napoleão Figueiredo]. 22 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1965. [Carta a Carlos de Paula Couto]. 22 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1965. [Carta a Fausto Luís de Souza Cunha]. 18 de março. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1965. “Carta a ‘Luizinho’.” 24 de março. [Assunto: frustrações pessoais e planos para curso]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1966. [Carta a Francisco M. Salzano]. 26 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1966. [Carta a Francisco M. Salzano]. 8 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1967. [Carta a Francisco M. Salzano]. 29 de setembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1973. [Carta a Nássaro Nasser]. 19 de agosto. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1973. [Carta a Nássaro Nasser]. 24 de setembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1973. [Carta ao ministro da Educação Jarbas Passarinho]. 3 de janeiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1974. [Carta a Alvarado Furtado de Mendonça]. 7 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1974. [Carta a Nássaro Nasser]. 22 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Cascudo, Luís da Câmara. 1959. “Carta a Édson Carneiro.” 25 de fevereiro. Série Édson Carneiro, Fundo Folcloristas, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

- Couto, Carlos de Paula. 1966a. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho]. 27 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Couto, Carlos de Paula. 1966b. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho]. 23 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Figueiredo, Napoleão. 1964. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo]. 25 de outubro. Ficha n.º 301/1964. [Assunto: envio de material arqueológico e etnográfico]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Franco, Rui Ribeiro. 1966. [Carta ao reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. 27 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. [Carta a Cora de M. Pedreira]. 19 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. [Carta a Thales Azevedo]. 14 de janeiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. [Carta a Francisco M. Salzano]. 6 de março. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. [Carta ao inspetor regional do IBGE]. 3 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Lopes, Onofre, e Otto de Brito Guerra. 1959. [Carta a Juscelino Kubitschek solicitando a federalização da Universidade do Rio Grande do Norte]. Maio. Acervo da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Loureiro Fernandes, José. 1964. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho]. 16 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Melo, Protásio Pinheiro de. 1974. [Carta a Alvarado Furtado de Mendonça]. 7 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Morote Best, Efraín. 1964. [Carta a Veríssimo de Melo]. 9 de março. Carta n.º 107/64. [Assunto: recebimento do primeiro volume dos *Arquivos do Instituto de Antropologia*, proposta de intercâmbio de estudantes e discussão sobre peças de cerâmica]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Richards, Horace G. 1964. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho]. 29 de junho. Carta n.º 209/64. [Assunto: interesse em moluscos marinhos do Pleistoceno no Rio Grande do Norte]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Roberts, H. Radclyffe, e James A. G. Rehn. 1964. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho]. 27 de janeiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Ofícios, circulares, memorandos e requerimentos

- Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Consultivo do Programa de Geociências. 1975. “Ofício n.º 007/75/DAU/CCPG ao reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.” 20 de março. [Assunto: convênio CCPG/UFRN — projeto de investigação]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Conselho Nacional de Pesquisas. 1966. “Ofício n.º 1724 a José Nunes Cabral de Carvalho.” 8 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 246/63 ao diretor do Instituto de Antropologia.” 11 de setembro. [Assunto: início dos trabalhos de campo do Departamento de Antropologia Cultural]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Departamento de Cultura Popular do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 58/62 ao reitor da UFRN.” 4 de setembro. [Assunto: atividades, planos e orçamento do Departamento de Cultura Popular]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Departamento de Geologia do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício n.º 2/70 ao diretor do Instituto de Antropologia.” 3 de abril. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962b. “Ofício n.º 17/62 ao reitor da UFRN.” 5 de julho. [Assunto: prosseguimento do levantamento das jazidas paleontológicas e arqueológicas do Rio Grande do Norte]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962c. “Ofício n.º 86/62 a Cley de Barros Loyola.” 13 de outubro. [Assunto: organização do Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 1/62 ao vice-reitor José Cavalcanti Melo.” 23 de maio. [Assunto: requisição de transporte para viagem de investigação]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 2/62 ao reitor.” 1.º de junho. [Assunto: despesas de alimentação para visita à Gruta do Ronco]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 12/62 ao diretor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.” 12 de junho.

[Assunto: solicitação dos Arquivos de Biologia e Tecnologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 21/62 ao reitor.” 13 de julho. [Assunto: aquisição de material e viagem de recolha]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 26/62 ao reitor.” 25 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 58/62 do Departamento de Cultura Popular ao reitor.” 4 de setembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 191/63 a Leonel Mesquita.” 22 de março. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 236/63 ao reitor.” 26 de agosto. [Assunto: pagamento relativo às atividades de Malacologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 245/63 a Volney Ferreira.” 7 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 286/63 ao reitor.” 19 de novembro. [Assunto: investigação em Caraúbas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 288/63 ao reitor.” 26 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 293/63 ao reitor.” 2 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 296/63 ao reitor.” 5 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 297/63 ao reitor.” 5 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 298/63 ao reitor.” 10 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 305/63 ao reitor.” 18 de dezembro. [Assunto: investigação em Caraúbas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 306/63 a Francisco Costa.” 19 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 307/63 a José Lúcio Góis.” 19 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 309/63 ao reitor.” 27 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 312/63 ao reitor.” 11 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 1/64 ao reitor.” 2 de janeiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 9/64 ao reitor.” 14 de janeiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 111/64 ao reitor.” 23 de setembro. [Assunto: prestação de contas de viagem para recolha de material fossilífero em Olho d’Água da Escada]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 113/64 ao prefeito municipal de Caraúbas.” 1.º de outubro. [Assunto: pagamento a José Crispim]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofícios n.os 114/64–116/64.” 1.º de outubro. [Assunto: requerimentos de pagamento]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 117/64 ao reitor.” 1.º de outubro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 148/64 ao reitor." 23 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 173/64 ao reitor." 21 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 177/64 ao reitor." 30 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 12/69, para o Reitor da UFRN ". 20 de janeiro de 1969. [Assunto: Adiantamento de NCr\$ 300,00 para compra de veste típica do Vaqueiro Nordestino e mostras de minerais e cerâmica]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício 8/69, para o Reitor da UFRN". 16 de janeiro de 1969. [Assunto: Coletas destinadas às salas do Museu (Murici, Maxaranguape, Pititinga, Rio do Fogo, Touros)]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal, RN.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Circular n.º 5 ao diretor do Museu Nacional." 11 de junho. [Assunto: estrutura departamental do Instituto de Antropologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício n.º 16/62 ao reitor da UFRN." 29 de junho. [Assunto: diárias para viagem aos municípios de São Rafael e Santa Cruz]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício n.º 22/62 ao reitor da UFRN." 17 de julho. [Assunto: aquisição de equipamentos antropométricos importados]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício n.º 38/62 ao gerente da Livraria Kosmos Editora." 31 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. "Ofício n.º 42/62 ao reitor da UFRN." 3 de agosto. [Assunto: adiantamento de Cr\$ 50.000,00 para aquisição de *Lehrbuch der Anthropologie*, de Karl Saller, vols. 1–2]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 71/62 ao reitor da UFRN.” 20 de outubro. [Assunto: curso de formação de pesquisadores auxiliares]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 79/62 ao chefe do Serviço de Material da UFRN.” 1.º de outubro. [Assunto: aquisição de carro de bois para o Museu de Cultura Popular]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 94/62 a João da Costa Machado.” 7 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1962. “Ofício n.º 107/62 a Manuel Diégues Júnior.” 27 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 164/63 a Luis Duque Gomez.” 5 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 167/63 a Paulo Couto.” 5 de fevereiro. [Assunto: estrutura do Instituto e planos para cursos e conferências]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 234/63 ao reitor da UFRN.” 26 de março. [Assunto: pagamento por serviços prestados na Seção de Desenhos, Restaurações e Montagens]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 235/63 ao reitor da UFRN.” 26 de agosto. [Assunto: encaminhamento de requerimento de Protásio Pinheiro de Melo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. “Ofício n.º 264/63 ao reitor da UFRN.” 14 de outubro. [Assunto: diárias e manutenção de viatura para investigação em Caraúbas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 13/64 ao reitor da UFRN.” 29 de janeiro. [Assunto: escala de férias]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 17/64 ao reitor da UFRN.” 5 de fevereiro. [Assunto: aquisição de uma Volkswagen Kombi]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 20/64 ao diretor da Escola de Serviço Social da URN.” 18 de fevereiro. [Assunto: Curso de Estatística Aplicada à Pesquisa Social]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 26/64 ao reitor da UFRN.” 18 de março. [Assunto: adiantamento para aquisição de peças de arte popular destinadas ao museu]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 30/64 a Roberto Freire.” 25 de março. [Assunto: agradecimento por doação de tijolos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofícios n.os 52/64–57/64 aos diretores de colégios.” 19 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofícios n.os 77/64 e 78/64 ao reitor da UFRN.” 1.º de agosto. [Assunto: requerimentos de pagamento]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 79/64 ao reitor da UFRN.” 1.º de agosto. [Assunto: requerimento de pagamento]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 91/64 ao reitor da UFRN.” 21 de agosto. [Assunto: designação de Therezinha Wanderley de Sá Leitão para a Campanha de Erradicação da Varíola]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 94/64 ao reitor da UFRN.” 1.º de setembro. [Assunto: pagamento por serviços prestados em agosto como motorista da Volkswagen Kombi do Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofício n.º 109/64 ao reitor Onofre Lopes.” 3 de setembro. [Assunto: credenciamento de Nássaro Nasser junto da CAPES]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Ofícios n.os 109/64 e 112/64 ao reitor Onofre Lopes.” 3 e 28 de setembro. [Assuntos: credenciamento de Nássaro Nasser junto da CAPES e solicitação de passagem aérea]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 112/64 ao reitor da UFRN." 28 de setembro. [Assunto: bolsa da CAPES e deslocação de Nássaro Nasser a Curitiba]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 150/64 ao reitor Onofre Lopes." 24 de novembro. [Assunto: solicitação de bolsa de estudo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 166/64 a João Augusto Bezerra de Melo." 1.º de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 170/64 a Joaquim Etelvino da Cunha." 7 de dezembro. [Assunto: pedido de desocupação de edifício e discussão sobre terreno para sede própria]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 174/64 ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte." 23 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício n.º 234/64 ao reitor da UFRN." 24 de abril. [Assunto: reembolso de despesas com investigação de campo em São Bento do Norte e Touros]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício a Thales Azevedo, diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia." 14 de janeiro. [Assunto: estágio de Francisco Renato de Sá Benevides Filho]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício ao encarregado da Chancelaria da Embaixada de Portugal." 29 de janeiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofício sem número ao reitor Onofre Lopes." 22 de junho. [Assunto: logística para o curso ministrado por Egon Schaden]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. "Ofícios a Igor Chmyz e José Loureiro Fernandes." 1.º de outubro. [Assunto: apresentação de Nássaro Nasser]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. "Ofício n.º 41/65 ao reitor da UFRN." 17 de março. [Assunto: pagamento de frete aéreo e

despesas relativas à reprodução em gesso de *Eremotherium* proveniente do Museu Nacional]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 75/65 ao reitor.” 15 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 109/65 a Jannes Markus Mabesoone.” 21 de julho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 127/65 ao reitor da UFRN.” 19 de agosto. [Assunto: confecção de mesa, armações para peneiras e bancos de madeira destinados às atividades do Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 129/65 ao coordenador dos Assuntos para Bolsas de Estudo da UFRN, José Cavalcanti Melo.” 27 de agosto. [Assunto: apresentação de candidatos e planos de formação para bolsas de estudo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 150/65 ao reitor Onofre Lopes.” 15 de setembro. [Assunto: despesas de desembarço alfandegário de quatro caixotes de livros científicos doados pela Smithsonian Institution, United States National Museum]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 151/65 ao reitor.” 15 de setembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 153/65 ao reitor.” 20 de setembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 160/65 ao diretor-geral da DTC do Conselho Nacional de Pesquisas, Manoel de Frota Moreira.” 12 de outubro. [Assunto: aquisição de grupo moto-bomba diesel]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 168/65 ao chefe da Casa Civil da Prefeitura de Natal.” 7 de outubro. [Assunto: solicitação de reboque-tanque de 2.000 litros para os trabalhos paleontológicos e espeleológicos em Baraúna, Mossoró]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofícios n.os 187/65–199/65 ao reitor da UFRN.” 20 de novembro. [Assunto: pagamentos

por serviços prestados em trabalhos de investigação]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 200/65 ao vice-reitor.” 17 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 204/65 ao vice-reitor.” 2 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício n.º 222/65 ao reitor.” 29 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. [Ofício ao reitor]. 15 de maio. [Assunto: participação de fotógrafo em investigação sobre tatuagens]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício a Rubens de Azevedo.” 15 de março. [Assunto: atividades e colaborações internacionais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Ofício ao reitor da UFRN.” 12 de maio. [Assunto: encerramento do Curso de Introdução à Antropologia Cultural na Escola de Serviço Social]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofícios n.os 9/66–21/66 ao reitor da UFRN.” 11 de fevereiro. [Assunto: pagamentos por serviços prestados ao Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício n.º 22/66 ao reitor da UFRN.” 16 de fevereiro. [Assunto: despesas com serviços fotográficos vinculados às atividades do Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício n.º 23/66 a Estevildo Antunes dos Santos.” 24 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Ofício n.º 50/66 ao reitor Onofre Lopes.” 17 de maio. [Assunto: pedido de bolsa para Marilda Fernandes de Carvalho, no setor de Entomologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício n.º 51/66 ao reitor Onofre Lopes." 17 de maio. [Assunto: pedido de bolsa para Maria Inês de Mendonça, no setor de Malacologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício n.º 59/66 ao reitor da UFRN." [12 ou 16] de junho. [Assunto: proposta de alteração da denominação para Instituto de Ciências Naturais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. "Ofício n.º 59/66 ao reitor Onofre Lopes." 16 de junho. [Assunto: proposta de alteração da denominação para Instituto de Ciências Naturais]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ofício n.º 7/68 ao reitor da UFRN." 15 de janeiro. [Assunto: adiantamento de NCr\$ 400,00 para investigação espeleopaleontológica em Olho d'Água da Escada, Baraúna, Mossoró]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ofício n.º 12/68 ao reitor da UFRN." 29 de janeiro. [Assunto: complementação de NCr\$ 130,00 para a continuidade da investigação em Olho d'Água da Escada]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Memorando ao diretor da Recebedoria de Rendas do Estado." 29 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. "Ofício sem número ao reitor da UFRN." 26 de dezembro. [Assunto: taxidermização de espécimes de *Dasypus novemcinctus* e *Euphractus sexcinctus* para constituição de acervo zoológico]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício n.º 8/69 ao reitor da UFRN." 16 de janeiro. [Assunto: recolhidas destinadas às salas do Museu em Murici, Maxaranguape, Pititinga, Rio do Fogo e Touros]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício n.º 12/69 ao reitor da UFRN." 20 de janeiro. [Assunto: adiantamento de NCr\$ 300,00 para aquisição de veste típica do vaqueiro nordestino e amostras de minerais e cerâmica]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. "Ofício n.º 13/69 ao reitor da UFRN." 29 de janeiro. [Assunto: pagamento ao Instituto

Brasileiro de Bibliografia e Documentação pela obtenção de microfilmes de periódicos científicos]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. “Ofício n.º 39/69 ao reitor da UFRN.” 29 de maio. [Assunto: passagem aérea para Francisco Renato de Sá Benevides Filho apresentar trabalho na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Genética, em Porto Alegre]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. “Ofício n.º 70/69 ao reitor da UFRN.” 30 de setembro. [Assunto: registro de 150 kg de material preparado para remessa]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. “Ofício n.º 79/69 ao reitor da UFRN.” 11 de novembro. [Assunto: dez diárias para uma equipa realizar nova incursão ao Lajedo da Escada, Baraúna, Mossoró]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. “Ofício n.º 81/69 ao reitor.” 17 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício n.º 5/70 ao reitor da UFRN.” 26 de janeiro. [Assunto: reajustamento das remunerações de Leon Diniz, Dario Dantas, Marilda Fernandes e Nássaro Nasser]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício n.º 13/70 ao reitor da UFRN.” 19 de fevereiro. [Assunto: encaminhamento de artigo de Nássaro Nasser para publicação em revista especializada]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício n.º 19/70 ao reitor da UFRN.” 21 de março. [Assunto: aditamento contratual para Antônio Campos e Protásio de Melo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício n.º 92/70 ao reitor da UFRN.” 15 de dezembro. [Assunto: pagamento a Marilda Fernandes de Carvalho pelo transporte de duas omoplatas de mastodonte doadas pelo Museu Nacional]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Ofício n.º 94/70 ao reitor da UFRN.” 30 de dezembro. [Assunto: recursos para Protásio

Pinheiro de Melo participar no II Seminário de Linguística e Literatura Inglesa e Americana, em Brasília]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1971. “Ofício n.º 112/71 ao reitor da UFRN.” 21 de outubro. [Assunto: recursos para Nássaro Nasser representar o Instituto no II Encontro de Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em Salvador]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972a. “Ofício n.º 71/72 ao reitor da UFRN.” 31 de outubro. [Assunto: aditamento contratual para professor assistente]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972b. “Ofício n.º 103/72 ao reitor da UFRN.” 31 de outubro. [Assunto: aditamento contratual para professor assistente]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972c. “Ofício n.º 104/72 ao reitor da UFRN.” 31 de outubro. [Assunto: aditamento contratual para professor assistente]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972d. “Ofício n.º 106/72 ao reitor da UFRN.” 31 de outubro. [Assunto: aditamento contratual para professor assistente]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972e. “Ofício n.º 110/72 ao reitor da UFRN.” 8 de novembro. [Assunto: pedido de estabilidade com fundamento no art. 177 da Constituição Federal de 1967]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Ofício n.º 25/72 ao vice-reitor Otto de Brito Guerra.” 2 de março. [Assunto: auxílio de Cr\$ 20.000,00 concedido pelo CNPq para investigações na Lagoa da Cruz, Nova Cruz]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Ofício n.º ?/72 ao reitor Genário Alves Fonseca.” 24 de março. [Assunto: providências para a continuidade dos trabalhos de natureza geológica do Instituto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício n.º 9/73 ao diretor do Departamento Técnico-Científico do Conselho Nacional de Pesquisas, Ivan Gonçalves de Freitas.” 30 de janeiro. [Assunto: bolsa de aperfeiçoamento para Ângela Maria Borges de Araújo]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício n.º 61/73 à vice-diretora da Faculdade de Farmácia da UFRN, Maria de Lourdes Xavier.” 3 de julho. [Assunto: reagentes e materiais destinados à instalação de um laboratório de Genética Humana, com apoio técnico da UNICAMP]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. 1962. “Ofício n.º 64/62 ao Instituto de Antropologia.” 11 de setembro. [Assunto: remessa de publicações]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Melo, Protásio Pinheiro de. 1963. “Requerimento ao reitor da Universidade do Rio Grande do Norte.” 26 de agosto. [Assunto: solicitação de pagamento]. Coleção Instituto de Antropologia, Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1973. “Ofício n.º 117/73 ao coordenador do Curso de Mestrado em Geologia Sedimentar do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco.” 26 de novembro. [Assunto: criação do Museu e integração de laboratórios]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 3/74 ao reitor da UFRN.” 3 de janeiro. [Assunto: participação de Protásio Pinheiro de Melo em seminário de Linguística em Campinas]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 10/74 ao reitor da UFRN.” 24 de janeiro. [Assunto: encaminhamento de relatório de Oscar T. Matsuura]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 13/74 ao reitor da UFRN.” 29 de janeiro. [Assunto: início dos trabalhos do projeto “Estudos dos Sedimentos do Rio Grande do Norte e da Paraíba”, aprovado pelo CNPq]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 40/74 ao reitor da UFRN.” 22 de fevereiro. [Assunto: solicitação de autorização para Maria Inez Mendonça de Oliveira cursar mestrado em Geologia]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 63/74 ao reitor da UFRN.” 1.º de agosto. [Assunto: solicitação de apoio para investigação no Maranhão]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 65/74 ao reitor da UFRN.” 5 de agosto. [Assunto: afastamento de professor

para participar de conclave cultural]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1974. “Ofício n.º 79/74 ao reitor da UFRN.” 13 de setembro. [Assunto: prestação de contas das investigações realizadas no Maranhão e no Piauí]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. “Ofício DP n.º 293/68 ao diretor do Instituto de Antropologia.” 26 de junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. “Propostas para a melhoria e reorganização do sistema de bibliotecas da UFRN.” 14 de novembro. Ofício n.º 117/69-SCB. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Relatórios, planos, projetos, listas e outros documentos

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Aspectos fitogeográficos da região do Ronco.” Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Relatório da primeira expedição que o Instituto de Antropologia realizou durante o dia 2 de junho de 1962.” Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Relatório das atividades do Instituto de Antropologia no exercício de 1962 (resumo) e plano de trabalho para 1963.” Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1962. “Serra do Ronco: relatório.” Junho. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1963. “Plano de trabalho para 1963.” Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Plano de trabalho para a área fossilífera de Laje Formosa, município de São Rafael.” 3 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. [Ofícios de pagamento a Antônio Campos, março–dezembro de 1963]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. [Ofícios de pagamento a Tarcísio J. B. da Motta e Thereza de Sá Leitão Peixoto]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. [Ofícios de solicitação de adiantamento para despesas de pronto pagamento]. Janeiro–dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. [Ofícios de pagamento a Antônio Campos e Silva, Protásio Pinheiro de Melo, Dario Dantas da Silva, Elizabeth Mafra Cabral, José Crispim, Raimundo Teixeira da Rocha, Francisco Renato de Sá Benevides Filho, Nássaro Antônio de Souza Nasser, Leon Diniz Dantas de Oliveira, Therezinha Wanderley de Sá Leitão e Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos]. Setembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Lista de Pessoal do Instituto de Antropologia.” 9 de abril. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Pessoal do Instituto de Antropologia da URN.” 20 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Mapa demonstrativo da situação do pessoal do Instituto de Antropologia da UFRN.” 21 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Proposta de pesquisa na área fossilífera de Laje Formosa ao Conselho Nacional de Pesquisas, com anexos.” 3 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Relatório de atividades do Instituto de Antropologia em 1964 ao reitor da UFRN.” 17 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1965. “Relatório de atividades e pesquisas do Instituto de Antropologia da UFRN ao cônsul da Alemanha em Pernambuco.” 22 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1966. “Relação dos professores e pesquisadores auxiliares do I.A. Câmara Cascudo.” 24 de fevereiro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1967. “Projeto de pesquisa sobre mineralogia e petrografia dos pegmatitos do Rio Grande do Norte.” 14 de março. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Termo de Responsabilidade n.º 09/72-SP, Convênio RDA-MECSUP II.” 22 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Termo de Responsabilidade n.º 186/71-SP, Convênio RDA-MECSUP II.” 22 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Termo de Responsabilidade n.º 190/71-SP, Convênio RDA-MECSUP II.” 22 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Termo de Responsabilidade n.º 93/71-SP, Convênio RDA-MECSUP II.” 22 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1972. “Termo de Responsabilidade n.º 98/71-SP, Convênio RDA-MECSUP II.” 22 de maio. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Melo, Protásio Pinheiro de. 1970. [Requerimento ao diretor-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público]. 17 de agosto. [Assunto: reclassificação funcional]. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1975. “Projeto de curso: especialização em Paleontologia de Vertebrados Brasileiros.” Núcleo de Geologia e Paleontologia e Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1977. “Relatório de atividades de 1977: notícias sobre o Museu Câmara Cascudo.” Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1984. “Relação de projetos de pesquisa para o ano de 1985.” 30 de novembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1991. “A Antropologia no Museu Câmara Cascudo: relatório da professora Ivanilda Pinheiro da Costa.” Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1976. “Projeto de pesquisa: Levantamento Botânico das Monocotiledôneas de Interesse em Farmácia que Ocorrem no

Litoral do Rio Grande do Norte.” Departamento de Farmácia, Centro de Ciências da Saúde. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1998. “Relatório da Comissão designada para estudar e elaborar proposta acadêmico-administrativa para o Museu Câmara Cascudo.” 15 de dezembro. Arquivo do Museu Câmara Cascudo (MCC), Natal.

Publicações institucionais, científicas, memorialísticas e testemunhos

ASCOM HUOL/UFRN. 2021. “Médico contemporâneo de Onofre Lopes relembra suas experiências.” Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 27 de setembro. Acedido em 9 de setembro de 2023. <https://ufrn.br/imprensa/noticias/51456/medico-contemporaneo-de-onofre-lopes-relembra-suas-experiencias>.

Atcon, Rudolph P. 1966. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Superior.

Bush, Vannevar. (1945) 2021. “Science, the Endless Frontier: A Report to the President.” Em *Science, the Endless Frontier*, 43–162. Princeton, NJ: Princeton University Press. Originalmente publicado em Washington, DC, pela United States Government Printing Office.

Cabral, Elizabeth Mafra, e Nássaro A. Souza Nasser. 1964. “Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 91–114.

Carvalho, José Nunes Cabral de. 1964a. “Nota prévia sobre a jazida osteológica da Pedra dos Ossos, Serra do Ronco (Município de São Tomé).” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 35–39.

Carvalho, José Nunes Cabral de. 1964b. “O Padroeiro de Caraúbas: São Sebastião dos ‘Cachoeira’.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 33–40.

Carvalho, José Nunes Cabral de. 1964c. “Nota Prévia sobre a Endogamia no Grupo Isolado dos Caboclos, Município de Caraúbas-RN.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 29–34.

Cascudo, Luís da Câmara. 2017. *História da alimentação no Brasil*. Global Editora e Distribuidora.

- Cascudo, Luís da Câmara. 2018. “Universidade Popular do Rio Grande do Norte.” *Revista Extensão & Sociedade*, edição especial comemorativa dos 60 anos da UFRN, 15–16. <https://doi.org/10.21680/2178-6054.2018vn0ID14728>.
- Cascudo, Luís da Câmara. 2019. *Universidade e civilização*. Natal: EDUFRN.
- Faria, Luiz de Castro. 2006. *Antropologia: duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil*. Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues. Brasília, DF: CNPq; Rio de Janeiro: MAST.
- Galvão, Hélio. 1977. “Discurso de recepção na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.” *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras* 25 (13): 123–28.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Conferências.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 86–87.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Curso de Extensão Universitária sobre Aculturação Indígena.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 200–203.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Curso de Extensão Universitária sobre *Arqueologia* e *Etnologia* Brasileiras.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 85.
- Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1964. “Visitas e impressões.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 91–92.
- Mabesoone, J. M., e Antônio Campos e Silva. 1972. “Formação Moura: depósito correlativo do interior nordestino.” *Revista de Estudos Sedimentológicos* 2 (1–2): 35–41.
- Mariz, Dinarte. 1979. *A universidade que eu criei*. Caicó: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Meggers, Betty J. 2007. “A contribuição do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas — PRONAPA — para a arqueologia brasileira.” *Arqueologia*, número especial 4.
- Melo, Protásio Pinheiro de. 1964a. “Nota prévia sobre o gênero *Strombus* no Rio Grande do Norte.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 151–52.
- Prebisch, Raúl. (1949) 1996. “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.” *El Trimestre Económico* 63 (249): 175–245. Publicado originalmente como documento das Nações Unidas E/CN.12/89, de 14 de maio de 1949.
- Ribeiro, Darcy. 1997. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Rosado, Vingt Un e Isaura Ester Rosado. 2011. *Rômulo Argentièrre o País de Mossoró e Outros Países Vol.2*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. [Obra utilizada nas páginas 123 e 136 para reproduzir correspondência com Rômulo Argentièrre].
- Rosado, Vingt-un. 1999b. *Minhas memórias da paleontologia mossoroense*. Vol. 2, 1935–1962. Coleção Mossoroense, Série C, vol. 1097. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado.
- Rosado, Vingt-un. 2001a. *Antônio Campos e Silva: numa viagem de 14 anos, através de 50 cartas*. 2.^a ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense.
- Rosado, Vingt-un. 2001b. *Saudade de Veríssimo*. Vol. 1195. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; Coleção Mossoroense.
- Schaden, Egon. 1964. [Declaração sobre o Curso de Extensão Universitária sobre Aculturação Indígena]. 24 de julho. Reproduzida em *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 209.
- Seabra, Eduardo Gomes. 1990. *José Nunes Cabral de Carvalho: patrono*. Coleção Mossoroense, Série B, n.º 727. Mossoró.
- Silva, Antônio Campos e. 1964a. “Planorbídeos Recentes e Fósseis no Rio G. do Norte.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 41–46.
- Silva, Antônio Campos e. 1964b. “Sobre Alguns Travertinos Fossilíferos.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 47–50.
- Silva, Antônio Campos e. 1964c. “Sobre a Ocorrência de Hapломastodon no Rio Grande do Norte.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 51–55.
- Silva, Antônio Campos e. 2005. *As folhas de uma árvore a caminho do outono*. Organizado por Madson Ottoni de Almeida Rodrigues. Coleção Mossoroense, Série C, vol. 1490. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado.
- Souza, Itamar de. 2007. “A criação da Universidade foi o maior acontecimento do século XX no Rio Grande do Norte: entrevista com o professor Onofre Lopes da Silva.” *Revista da FARN* 6 (1/2): 143–58.
- Teixeira, Anísio. 1961. “Pronunciamento de educadores sobre a Universidade de Brasília.” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 36 (83): 192–212.
- Teixeira, Anísio. 1998. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- UNESCO. 1950. *The Race Question*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. 1952. *The Race Concept: Results of an Inquiry*. Paris: UNESCO.
- Universidade do Rio Grande do Norte. 1964a. “Instituto de Antropologia.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 1–99. [Utilizada especificamente nas páginas 87–88].

- Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. [Publicação sobre as atividades de Malacologia.] *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (1): 85–90.
- Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. [Publicação sobre Malacologia e intercâmbio científico.] *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 204–5.
- Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Professor J. J. Bigarella visita o Instituto de Antropologia.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 204.
- Universidade do Rio Grande do Norte. 1964. “Visitas e impressões — Prof. Dr. João José Bigarella.” *Arquivos do Instituto de Antropologia* 1 (2): 208.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1963. *Relatório das atividades do ano de 1962: apresentado à Assembleia Universitária em 6 de abril de 1963 pelo reitor Onofre Lopes da Silva*. Natal: Imprensa Universitária.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1969. *Resumo histórico do primeiro decênio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959–1969)*. Natal: Imprensa Universitária.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1980. *Pesquisa na UFRN: Plano Geral de Ação 1980–1983*. Natal: Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação, Departamento de Pesquisa.

Catálogos e arquivos digitais

- Academy of Natural Sciences of Drexel University. s.d. “George and Mary Kline Field Notes from Brazil, 1963.” Box 3, Folder 6, Malacology Department Records, ANSP-Coll-0804. Acedido em 4 de outubro de 2025.
- Academy of Natural Sciences. s.d. “Malacology Collection at the Academy of Natural Sciences of Philadelphia.” *GBIF*. Acedido em 4 de outubro de 2025. <https://doi.org/10.15468/xp1dhx>
- Siber Hegner & Co. Ltd. 1949. *GPM Anthropological Instruments*. Zürich: Siber Hegner & Co. Ltd. Exemplar da National Library of Australia.

Documentos citados indiretamente

- [Cartas de apoio de museus e instituições culturais à proposta de reorganização do MCC]. [1997–1998]. Citadas em Pessoa 2009, 87–88. [Remetentes, datas e repositórios incompletos].
- [Notícias sobre o MCC publicadas entre 1990 e 1996]. Citadas e parcialmente transcritas em Pessoa 2009, 75–76. [Títulos, autores, jornais, datas e páginas incompletos].

- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1962. [Carta a Rômulo Argentièrre]. 22 de setembro. Citada em Rosado 2011, 136.
- Carvalho, José Nunes Cabral de. 1973. [Carta a Mário Ferreira Simões]. Setembro. Citada em Santos 2010, 39. [Data completa, original e repositório não identificados].
- Melo, Veríssimo de. 1964. [Carta a Manuel Nunes Pereira]. Citada em Barros 2021, 139.
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1997. “Ofício n.º 063/97-MCC.” [Encaminha a proposta de transformação do MCC em Unidade Acadêmica Especializada]. Citado em Pessoa 2009, 86–88. [Data completa, destinatário, original e repositório não identificados].
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [2001 ou posterior]. *Plano Diretor do Museu Câmara Cascudo*. Citado em Pessoa 2009, 92–93. [Data, edição e repositório não identificados].
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2003. [Proposta da Congregação para criação de uma Coordenação de Museus da UFRN]. Citada em Pessoa 2009, 100–01. [Tipo documental, data e repositório não identificados].
- Nasser, Nássaro Antônio de Souza. [Depoimento]. Citado em Santos 2013, 91.
- Silva, Antônio Campos e. 1962. [Carta a Rômulo Argentièrre]. 27 de setembro de 1962. Citada em Rosado 2011, 123.
- Silva, Antônio Campos e. 1969. [Carta a Jerônimo Vingt-un Rosado]. Janeiro. Citada em Rosado 2001a, 102.
- Simões, Mário Ferreira. 1973. [Carta a José Nunes Cabral de Carvalho]. Setembro. Citada em Santos 2010, 39. [Data completa, original e repositório não identificados].
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. [Anteprojeto de reestruturação universitária]. Citado em Melo e Calado 2019, 310.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1968. “Resolução n.º 86/68-CONSUNI.” 4 de outubro. Citada em Melo e Calado 2019, 236.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1970. “Resolução n.º 01/70-CONSUNI.” 7 de janeiro. Citada em Melo e Calado 2019, 256.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1977. Resoluções n.os 105/77, 106/77 e 107/77 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Citadas em Melo e Calado 2019, 444.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1982. Resolução n.º 202/82 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Citada em Melo e Calado 2019, 608.

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1987. [Alterações ao Estatuto da UFRN que retiraram a representação do MCC no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão]. Citadas em Silva e Albuquerque 2021, 122. [Número, data e repositório não identificados].
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1989. [Ato de criação da comissão encarregada de rever o enquadramento institucional do MCC]. Citado em Silva e Albuquerque 2021, 122–24. [Número, data, título e repositório não identificados].
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1996. *Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Citado em Pessoa 2009, 86–88.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2000. [Ato de constituição da comissão encarregada de diagnosticar os espaços museológicos da UFRN]. Citado em Pessoa 2009, 92–93, e Silva e Albuquerque 2021, 124–25. [Número, data e repositório não identificados].
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2001. [Plano de ação e projeto de assessoria museológica para os museus da UFRN]. Agosto. Citados em Pessoa 2009, 92–93. [Título oficial, autoria institucional e repositório não identificados].
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [2007]. *Plano de Gestão 2007–2011*. Citado em Silva e Albuquerque 2021, 125–26.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pró-Reitoria de Extensão. 2009. [Documentação do seminário “O que lembrar? Para que lembrar? Universidade, memória e sociedade” e dos seus encaminhamentos]. Citada em Silva e Albuquerque 2021, 125–26. [Programa, atas e atos de constituição das comissões não localizados].

REFERÊNCIAS

- Abreu, Joana Cavalcanti de. 2001. *Um patrimônio de tradições: o folclore na produção intelectual de Cecília Meireles e Luís da Câmara Cascudo*.
- Ab'Sáber, Aziz Nacib, e Antônio Christofolletti. 1980. "Geociências." Em *História das ciências no Brasil*, editado por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama, 117–238. São Paulo: EPU; EDUSP.
- Alberti, Samuel J. M. M. 2001. "Amateurs and Professionals in One County: Biology and Natural History in Late Victorian Yorkshire." *Journal of the History of Biology* 34 (1): 115–47. <https://doi.org/10.1023/A:1010373912743>
- Alberti, Samuel J. M. M. 2005. "Objects and the Museum." *Isis* 96 (4): 559–71. <https://doi.org/10.1086/498593>
- Alberti, Samuel J. M. M. 2009. *Nature and Culture: Objects, Disciplines and the Manchester Museum*. Manchester: Manchester University Press.
- Almeida-Guimarães, Jorge, e Elenara Chaves-Edler de Almeida. 2012. "Quality Assurance of Post-Graduate Education: The Case of CAPES, the Brazilian Agency for Support and Evaluation of Graduate Education." *Higher Learning Research Communications* 2 (3): 3–11.
- Almeida, Heloisa T. de. 1989. "Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro." Em *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, organizado por Sergio Miceli, 188–216. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Almeida, Paula Josiane, e Rosa Lydia Teixeira Corrêa. 2022. "Universidades populares: França (XIX) e Portugal (XX)." *Revista Brasileira de História da Educação* 22 (1): e200. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e200>
- Andersen, Casper, Jakob Bek-Thomsen, e Peter C. Kjærgaard. 2012. "The Money Trail: A New Historiography for Networks, Patronage, and Scientific Careers." *Isis* 103 (2): 310–15. <https://doi.org/10.1086/666357>
- Andrade, Alenuska Kelly Guimarães. 2009. "A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911–1940)." Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Antunes, Charlles da França. 2008. "A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB): origens, ideias e transformações — notas de uma história." Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense.
- Araújo, Ana Tereza dos Santos, Maria Inês Sucupira Stamatto e Olívia Moraes de Medeiros Neta. 2019. "A fundação da Universidade do Rio Grande do Norte: entre histórias e memórias." *Cenas Educacionais* 2, número especial: 18–38.

- Ardigó, Fabiano, org. 2011. *Histórias de uma ciência regional: cientistas e suas instituições no Paraná (1940–1960)*. São Paulo: Contexto.
- Aronsson, Peter, e Gabriella Elgenius. 2014. “Introduction: Making Museums and Nations.” Em *National Museums and Nation-Building in Europe 1750–2010: Mobilization and Legitimacy, Continuity and Change*, editado por Peter Aronsson e Gabriella Elgenius, 1–9. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315737133-1>
- Ashworth, William B., Jr. 2019. “Natural History and the Emblematic World View.” Em *Grasping the World: The Idea of the Museum*, editado por Donald Preziosi e Claire Farago, 144–58. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429399671-11>
- Assis, Renilton Roberto da Silva Matos de, e Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes. 2014. “Políticas patrimoniais para o campo dos museus no Brasil: breve análise do Estatuto dos Museus.” *Cadernos NAUI* 3 (4): 50–63.
- Azevedo, Fernando de. 1955. *As ciências no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Melhoramentos.
- Backx, Isabela. 2018. “A produção de discursos sobre homem e humanismo no Museu do Homem Americano e no Musée de l’Homme.” Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.
- Barros, Ewerton Wirley Silva. 2021. “A metamorfose do folclore: uma institucionalização acadêmico-científica por Veríssimo de Melo (1944–1974).” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Barros, Ewerton Wirley Silva, e Fernando Melo. 2020. “Memória em movimento: um ensaio biográfico sobre Veríssimo de Melo (1940–1949).” Em *Intelectuais, usos do passado e ensino de História*, organizado por Kleiton Sousa de Moraes, 159–75. Sobral, CE: Sertão Cult.
- Bennett, Tony. 1995. *The Birth of the Museum: History, Theory, Politics*. London: Routledge.
- Bennett, Tony. 2019. “The Exhibitionary Complex.” Em *Grasping the World: The Idea of the Museum*, editado por Donald Preziosi e Claire Farago, 413–41. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429399671-27>
- Boscariol, Gabriel Amabile. 2013. “Os planos nacionais de desenvolvimento e a institucionalização da ciência durante a ditadura militar (1964–1985): a defesa de uma ciência nacional pela comunidade científica brasileira.” Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Assis.
- Botelho, Antonio José J. 1990. “The Brazilian Society for the Progress of Science and the Professionalization of Brazilian Scientists (1948–1960).” *Social Studies of Science* 20 (3): 473–502.

- Bottoni, Andrea, Edécio de Jesus Sardano e Galileu Bonifácio da Costa Filho. 2013. “Uma breve história da universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais.” Em *Gestão universitária: os caminhos para a excelência*, organizado por Sonia Simões Colombo, 19–42. Porto Alegre: Penso.
- Bourdieu, Pierre. 1975. “The Specificity of the Scientific Field and the Social Conditions of the Progress of Reason.” *Social Science Information* 14 (6): 19–47. <https://doi.org/10.1177/053901847501400602>
- Bourdieu, Pierre. 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp.
- Boylan, Patrick J. 1999. “Universities and Museums: Past, Present and Future.” *Museum Management and Curatorship* 18 (1): 43–56. <https://doi.org/10.1080/09647779900501801>
- Brito, Lúcia Helena de, e Francisco Antonio da Silva. 2016. “O legado da cultura popular como folclore e a ideia de nação.” Comunicação apresentada na Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, Universidade Federal do Ceará.
- Brulon, Bruno. 2020. “Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus.” *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 28: 1–30. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>
- Bueno, Chris. 2018. “SBPC: 70 anos trabalhando pelo progresso para a ciência brasileira.” *Ciência e Cultura* 70 (3): 12–15.
- Camacho, T. 2005. “A universidade pública no Brasil.” *Revista de Sociología* 19: 100–133.
- Canevacci, Massimo. 2012. “Comunicação museográfica: autorrepresentação, arte pública, culturas expandidas.” Em *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*, editado por Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos e Joana Montero Ortiz, 78–89. Brodowski, SP: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
- Cano, Wilson. 2015. “Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado nacional e a política nacional de desenvolvimento.” *Revista de Economia Política* 35 (3): 444–60.
- Cardoso, Pedro Henrique Marques. 2018. “Imperialismo e missões científicas no Brasil Central: a atuação da FBC/SUDECO.” Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Goiás.

- Carlotto, Maria Caraméz. 2008. “Ciência como instituição e como prática: a mudança do regime disciplinar/estatal de produção e difusão do conhecimento científico no Brasil vista a partir do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron.” Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- Carvalho, José Murilo de. 1978. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP.
- Castilla, Emilio J. 2009. “The Institutional Production of National Science in the 20th Century.” *International Sociology* 24 (6): 833–69. <https://doi.org/10.1177/0268580909343498>
- Castro, Ana Ramos Rodrigues. 2022. “Políticas públicas para a gestão dos museus no Brasil: a construção da Política Nacional dos Museus (1930–2016).” Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Casulo, José Carlos de Oliveira. 2017. “As universidades populares da ‘Renascença Portuguesa’: teoria e práticas.” Em *A “Renascença Portuguesa”: pensamento, memória e criação*, coordenado por António Braz Teixeira, Celeste Natário, Jorge Teixeira da Cunha, José Carlos Seabra Pereira, Manuel Cândido Pimentel, Manuel Gama e Renato Epifânio. Porto: U. Porto Edições.
- Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. 2013. “A festa em perspectiva antropológica: carnaval e os folguedos do boi no Brasil.” *Artelogie* 4. <https://journals.openedition.org/artelogie/6546>
- Cechinel, Andre, Silvia Aparecida Pereira Fontana, Kelli Giustina Pazeto Della, Antonio Serafim Pereira e Silvia Salvador do Prado. 2016. “Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica.” *Criar Educação* 5 (1). <https://doi.org/10.18616/ce.v5i1.2446>
- Certeau, Michel de. 1982. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Chaimovich, Hernan. 2008. “Apresentação.” Em *Universidades e desenvolvimento na América Latina: experiências exitosas de centros de pesquisas*, organizado por Simon Schwartzman, 4–8. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Closs, José Guilherme Veras. 2021. “Conservá-las em museus quando de interesse científico: ética, patrimônio e ciência na preservação da cultura material científica.” *Museologia e Patrimônio* 14 (1): 1–22.
- Colistete, Renato Perim. 2001. “O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.” *Estudos Avançados* 15 (41): 21–34.

- Cunha, Luiz Antônio. 2007a. "Ensino superior e universidade no Brasil." Em *500 anos de educação no Brasil*, organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive Veiga, 151–204. 3.^a ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Cunha, Luiz Antônio. 2007b. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3.^a ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Cunha, Luiz Antônio. 2007c. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2.^a ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Cunha, Luiz Antônio. 2007d. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3.^a ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Currie, Thomas E., Marco Campenni, Adam Flitton, Tim Njagi, Enoch Ontiri, Cedric Perret e Lindsay Walker. 2021. "The Cultural Evolution and Ecology of Institutions." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 376: 20200047. <https://doi.org/10.1098/rstb.2020.0047>
- Cury, Marília Xavier. 1999. "Museu, filho de Orfeu, e musealização." Em *Documentos de Trabalho do VIII Encontro Regional do ICOFOM-LAM*, editado por Nelly Decarolis e Tereza Scheiner, 50–55. Coro, Venezuela: ICOFOM-LAM.
- Dantes, Maria Amélia Mascarenhas. 1979. "Institutos de pesquisa científica no Brasil." Em *História das ciências no Brasil*, organizado por Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama, vol. 2, 341–80. São Paulo: EPU/EDUSP; Brasília, DF: CNPq.
- Dantes, Maria Amélia Mascarenhas, org. 2001. *Espaços da ciência no Brasil: 1800–1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Daston, Lorraine, ed. 2000. *Biographies of Scientific Objects*. Chicago: University of Chicago Press.
- Daston, Lorraine, e Katharine Park. 1998. *Wonders and the Order of Nature, 1150–1750*. New York: Zone Books.
- Daston, Lorraine, e Peter Galison. 2007. *Objectivity*. New York: Zone Books.
- Davim, Paulo. 1999. *Médicos de ontem por médicos de hoje*. Natal: EDUFRN.
- Delicado, Ana Isabel Oliveira. 2005. "A musealização da ciência em Portugal." Tese de doutoramento em Sociologia Geral, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Demichelli, Fernanda Natalí, e João Carlos da Silva. 2025. "Universidades populares nos séculos XIX e XX: origens e impactos na América Latina." *Projeto História* 83: 290–312. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v83p290-312>
- Desvallées, André, e François Mairesse, eds. 2011. *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin.

- Domingos, Alda. 2011. "A concepção universalizante de cultura em Bento de Jesus Caraça." *Egitania Scientia* 1 (8): 147–63.
- Durham, Eunice R. 1998. "As universidades públicas e a pesquisa no Brasil." *Documento de Trabalho NUPES* 9. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo.
- Elias, Denise. 2021. "CNPq e a genealogia de um desmonte." *Entre-Lugar* 12 (24): 389–94. <https://doi.org/10.30612/rel.v12i24.15319>
- Elwitt, Sanford. 1982. "Education and the Social Questions: The Universités Populaires in Late Nineteenth-Century France." *History of Education Quarterly* 22 (1): 55–72. <https://doi.org/10.2307/367833>
- Faulhaber, Priscila, e Peter Mann de Toledo, orgs. 2001. *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Impeg Editoração.
- Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. 2006. "A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968." *Educar em Revista*, n.º 28: 17–36.
- Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. 2008. "Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal." *Revista Brasileira de História da Educação* 8 (2): 161–80.
- Fernandes, Florestan. 1970. "Os dilemas da reforma universitária consentida." *Revista Mexicana de Sociología* 32 (4): 967–1004.
- Fernandes, Florestan. 1989. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- Ferreira, Elaine Cristina Ventura. 2014. "As circunstâncias históricas de criação do Museu do Folclore Edison Carneiro (entre 1960–1970)." Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Ferreira, Luiz Otávio. 2007. "O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XX." *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais* 4 (3).
- Ferreira, Luiz Otávio, e Nara Azevedo. 2013. "Sucesso e fracasso das faculdades de filosofia: ciência, cientistas e universidade no Brasil, 1930–1960." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 20 (4): 1277–93.
- Ferreira, Luiz Otávio, Nara Azevedo, Moema Guedes e Bianca Cortes. 2008. "Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939–1969)." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 15 (supl.): 43–71.
- Ferri, Mário Guimarães, e Shozo Motoyama, orgs. 1979–1981. *História das ciências no Brasil*. 3 vols. São Paulo: EPU/EDUSP; Brasília, DF: CNPq.

- Ferri, P., A. Guagnini, M. E. Santagati e L. Zan. 2021. "Managing Bologna University Museums and Collections (1970–2015)." *Museum Management and Curatorship* 36 (5): 523–47. <https://doi.org/10.1080/09647775.2021.1891562>
- Figueirôa, Silvia Fernanda de Mendonça. 1997. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875–1934*. São Paulo: Hucitec.
- Findlen, Paula. 1996. *Possessing Nature: Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Berkeley: University of California Press.
- Fonseca, Marcelo Luiz Mendes da. 2011. "O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e o ideal desenvolvimentista de JK." Em *Anais do V Encontro de Economia Catarinense*, 1–19. Florianópolis: Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense.
- Forgan, Sophie. 2005. "Building the Museum: Knowledge, Conflict, and the Power of Place." *Isis* 96 (4): 572–85. <https://doi.org/10.1086/498594>
- França, Sebastião Fontineli. 2009. "Uma visão geral sobre a educação brasileira." *Revista Múltipla* 20 (26): 117–36.
- Freire Júnior, Olival. 2009. "Ciência e política durante o regime militar (1964–1984): A percepção dos físicos brasileiros." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 4 (3): 479–85.
- Freire Júnior, Olival. 2020a. "Ciência no Brasil: a metáfora do mito de Sísifo." *Minicurso, Instituto de Estudos Avançados, Universidade Estadual de Campinas, 6–29 de outubro de 2020*.
- Freire Júnior, Olival. 2020b. "History of Science and Technology in 20th-Century Brazil." Em *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.884>
- Furman, Jeffrey L., e Scott Stern. 2011. "Climbing Atop the Shoulders of Giants: The Impact of Institutions on Cumulative Research." *American Economic Review* 101 (5): 1933–63. <https://doi.org/10.1257/aer.101.5.1933>
- Galvão, Iapony Rodrigues. 2021. "Reflexões sobre a Associação dos Geógrafos Brasileiros: alguns apontamentos sobre a AGB Potiguar." *Pensar Geografia* 5 (1): 73–81. <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/PGEO/article/view/3444>
- Garcia, Davi Comenale, Gustavo Neves de Souza e Marisa Coutinho Afonso. 2014. "Curadoria dos artefatos líticos do antigo acervo Plínio Ayrosa." *Cadernos do LEPAARQ* 11 (21): 289–301. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v11i21.3220>
- Gaspar, Maria Conceição dos Santos. 2000. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Gaspar Neto, Verlan Valle. 2017. "Contributions to a Historical Review of Biological Anthropology in Brazil from the Second Half of the Twentieth Century." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 12 (2): 517–33.
- Gieryn, Thomas F. 1999. *Cultural Boundaries of Science: Credibility on the Line*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gieryn, Thomas F. 2002. "What Buildings Do." *Theory and Society* 31 (1): 35–74. <https://doi.org/10.1023/A:1014404201290>
- Gieryn, Thomas F. 2006. "City as Truth-Spot: Laboratories and Field-Sites in Urban Studies." *Social Studies of Science* 36 (1): 5–38. <https://doi.org/10.1177/0306312705054526>
- Gieryn, Thomas F. 2018. *Truth-Spots: How Places Make People Believe*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gil, Laura Pérez. 2012. "O acervo etnográfico do MAE-UFPR." Em *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*, editado por Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos e Joana Montero Ortiz, 103–2. Brodowski, SP: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
- Gonçalves, Assis da Silva, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. 2012. "Entre o laboratório de antropometria e a escola: a antropologia física de José Bastos de Ávila nas décadas de 1920 e 1930." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 7 (3): 671–86.
- Grupioni, Luís Donisete Benzi. 2008. "Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações." *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, suplemento 7: 21–33.
- Haag, Carlos Alberto Martins. 2015. "Preâmbulo, estabelecimento e consequências de uma expedição britânica no Brasil: a Expedição Mato Grosso (1967–1969)." Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Hasenbalg, Carlos. 1996. "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil." Em *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 235–49. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil.
- Hoisington, William A., Jr. 1975. "In the Service of the Third French Republic: Jean-Baptiste Charcot (1867–1936) and the Antarctic." *Proceedings of the American Philosophical Society* 119 (4): 315–24.
- Holt, Rush D. 2021. "The Science Bargain." Em *Science, the Endless Frontier, de Vannevar Bush*, 1–41. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Hooper-Greenhill, Eilean. 1992. *Museums and the Shaping of Knowledge*. London: Routledge.
- Instituto Vladimir Herzog. n.d. “Luiz Ignácio Maranhão Filho.” Memórias da Ditadura. Acedido em 11 de setembro de 2024. <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/luiz-ignacio-maranhao-filho/>
- Ioris, Rafael R., e Antonio A. R. Ioris. 2013. “Assessing Development and the Idea of Development in the 1950s in Brazil.” *Brazilian Journal of Political Economy* 33 (3): 411–26.
- Jerram, Leif. 2013. “Space: A Useless Category for Historical Analysis?” *History and Theory* 52 (3): 400–419. <https://doi.org/10.1111/hith.10676>
- Kohler, Robert E. 2002. *Landscapes and Labscapes: Exploring the Lab-Field Border in Biology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kok, Maria da Glória Porto. 2018. “As coleções etnográficas guarani do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/USP).” Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- Körner, Axel. 2019. “Space and Asymmetric Difference in Historical Perspective: An Introduction.” Em *Re-Mapping Centre and Periphery: Asymmetrical Encounters in European and Global Contexts*, organizado por Tessa Hauswedell, Axel Körner e Ulrich Tiedau, 1–13. London: UCL Press. <https://doi.org/10.14324/111.9781787350991>
- Krige, John. 2006. *American Hegemony and the Postwar Reconstruction of Science in Europe*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Lafuente, Antonio. 1987. “La ciencia periférica y su especificidad historiográfica.” Em *El perfil de la ciencia en América*, coordenado por Juan José Saldaña, 31–40. México: Sociedad Latinoamericana de Historia de la Ciencia y la Tecnología. Cuadernos de Quipu 1.
- Latour, Bruno. 1987. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Latour, Bruno, e Steve Woolgar. 1979. *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Leite, Adriana Naomi. 2015. “Milagre acadêmico: a institucionalização das ciências sociais brasileiras (1964–1985).” Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- Levine, Murray, e Adeline Gordon Levine. 2011. “Who Said the Government Can’t Do Anything Right? The World War II GI Bill, the Growth of Science, and American Prosperity.” *American Journal of Orthopsychiatry* 81 (2): 149–56.

- Lima, Diógenes da Cunha. 2007. *O semeador de alegria: uma biografia de Dom Nivaldo Monte*. Natal: Sebo Vermelho.
- Lima, Katia Regina de Souza. 2006. "Capitalismo dependente e 'reforma universitária consentida': a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros." Em *Educação superior: uma reforma em processo*, organizado por Ângela Carvalho de Siqueira e Lúcia Maria Wanderley Neves. São Paulo: Xamã.
- Lino, Tayane Rogéria, e Cláudia Mayorga. 2016. "As mulheres como sujeitos da ciência: uma análise da participação das mulheres na ciência moderna." *Saúde & Transformação Social* 7 (3): 96–107.
- Livingstone, David N. 2003. *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lopes, Bruna Rafaela de Lima. 2016. "Academia dos católicos: patronos e primeiros acadêmicos da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (1936–1938)." *Revista Eletrônica História em Reflexão* 10 (20): 58–75.
- Lopes, Maria Margaret. 1997. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- Lopes, Maria Margaret. 2020. "Sobre fragmentos da produção do conhecimento museológico no Nordeste brasileiro: Uma entre muitas outras possíveis introduções." Em *Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*, organizado por Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo, 9–26. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador: Observatório da Museologia na Bahia.
- Lopes, Maria Margaret, Lia Gomes Pinto de Sousa e Mariana Moraes de Oliveira Sombrio. 2004. "A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894–1976)." *Revista Gênero* 5 (1): 97–109.
- Lopes, Quintino, Francisco de Lacerda e Ana Simões. 2024. "Armando de Lacerda and the Coimbra Phonetics Laboratory, 1930–1979: Cross-National Mobility and Exchange in a Global Context." *Centaurus* 66 (3): 319–50. <https://doi.org/10.1484/J.CNT.5.149750>
- Lourenço, Marta C., e Lydia Wilson. 2013. "Scientific Heritage: Reflections on Its Nature and New Approaches to Preservation, Study and Access." *Studies in History and Philosophy of Science Part A* 44 (4): 744–53. <https://doi.org/10.1016/j.shpsa.2013.07.011>

- Lucchesi, Martha Abrahão Saad. 2011. "O ensino superior brasileiro e a influência do modelo francês." Em *Anais do XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul e II Congresso Internacional IGLU*. Florianópolis.
- Machado, Mônica Sampaio, e Marcela Bonelli Zarur. 2015. "Primeira aproximação da geografia institucional brasileira com a geografia norte-americana: uma análise a partir da obra de Jorge Zarur." *Geo UERJ* 27: 323–52.
- MacLeod, Roy. 2000. "Introduction." *Osiris* 15 (1): 1–13. <https://doi.org/10.1086/649315>
- Mãe Meninazinha de Oxum, Mãe Nilce de Iansã, Maria Helena Versiani e Mario Chagas. 2021. "A chegada do Museu Afro-Digital Rio: memória, tradição e patrimônio." Em *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do mundo*, organizado por Judite Primo e Mário Moutinho, 73–102. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. https://doi.org/10.36572/csm.2021.book_5
- Maio, Marcos Chor, e Ricardo Ventura Santos, orgs. 1996. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil. <https://doi.org/10.7476/9788575415177>
- Mancebo, Deise, Olgaíses Maués e Vera Lúcia Jacob Chaves. 2006. "Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente." *Educar em Revista*, n.º 28: 37–53. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200004>
- Maraschin, Gabriel de Azevedo. 2025. "Ciência, tecnologia e desenvolvimento: o Conselho Nacional de Pesquisas e a política nuclear brasileira (1951–1964)." Tese de doutoramento, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Medeiros, Cristiana Moreira Lins de. 2006. "História de uma instituição: a Faculdade de Filosofia de Natal e a organização de um programa educacional, extencionista e social no Rio Grande do Norte (1956–1960)." Em *Anais do 1.º Encontro Norte e Nordeste de História da Educação e 5.º Encontro Cearense de Historiadores da Educação*, 40–50. Guaramiranga, CE: Edições UFC.
- Medeiros Neta, Olívia Moraes de. 2007. "Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais." Dissertação de mestrado em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Medeiros, Tarcísio. 1980. "Escola de Farmácia e Odontologia de Natal: a pioneira de 1920." *Tempo Universitário: Revista de Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte* 6 (1).
- Mello, Evaldo Cabral de. 2014. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34.

- Mello, Vanessa Pereira da Silva e, e Dominichi Miranda de Sá. 2022. “Ciência e Revolução Verde na Amazônia brasileira: a criação da Embrapa entre a ditadura militar e os movimentos ambientalistas (1972–1991).” *HALAC — Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña* 12 (2): 170–216. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2022v12i2.p170-216>
- Melo, Luiz Gonzaga Cortez Gomes de. 1983. *Cientistas e pesquisadores norte-rio-grandenses*. Vol. 1. Natal: UFRN; Diário de Natal; FIERN.
- Melo, Paulo de Tarso Correia. 2005. “Os quatro precursores.” Em *Portal da memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte — 45 anos da federalização (1960–2005)*, organizado por Carlos Newton Júnior. Brasília, DF: Senado Federal.
- Melo, Veríssimo de, e Carmen Calado. 2019. *Síntese cronológica da UFRN: 1958–2017*. Natal: EDUFRN.
- Mendelsohn, Everett. 1977. “The Social Construction of Scientific Knowledge.” Em *The Social Production of Scientific Knowledge*, editado por Everett Mendelsohn, Peter Weingart e Richard Whitley, 3–26. Dordrecht: Springer Netherlands.
- Mendes, Francisco Fabiano de Freitas. 2018. “Produção interessada de saberes: a Coleção Mossoroense e o caos como causa.” Em *Anais do 16.º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 1–12. Campina Grande, PB: Universidade Federal de Campina Grande.
- Mendonça, Ana Waleska P. C. 2000. “A universidade no Brasil.” *Revista Brasileira de Educação*, n.º 14: 131–50.
- Miller, Tom Oliver. 2021. “Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas.” Em *Arqueologia do Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas*, organizado por Márcia Severina Vasques e Francisca Miller, 15–52. Natal: EDUFRN.
- Mira, Maria Celeste, e Vera Lúcia Cardim de Cerqueira. 2019. “Os intelectuais e a ‘cultura popular’ em São Paulo: do folclore às políticas culturais.” *RePOCS* 15 (31): 89–105.
- Mohr, John W., e Harrison C. White. 2008. “How to Model an Institution.” *Theory and Society* 37 (5): 485–512.
- Monteiro, John Manuel. 1996. “As ‘raças’ indígenas no pensamento brasileiro do Império.” Em *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 15–22. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil.
- Monteiro, Simone Flores. 2016. “Política pública para museus no Brasil: o lugar do Sistema Brasileiro de Museus na Política Nacional de Museus.” Tese de doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

- Moraes, Kleiton de Sousa. 2010. “O sertão descoberto aos olhos do progresso: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909–1918).” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Motoyama, Shozo, org. 2004. *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- Motoyama, Shozo, Francisco Assis de Queiroz e Milton Vargas. 2004. “1964–1985: Sob o signo do desenvolvimentismo.” Em *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*, editado por Shozo Motoyama, Francisco Assis de Queiroz e Milton Vargas, 317–86. São Paulo: EDUSP.
- Mourão, Victor Luiz Alves. 2013. “Momentos e atores do processo histórico de constituição da institucionalidade de ciência e tecnologia no Brasil.” Trabalho apresentado no XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, Santiago, Chile, 29 de setembro–4 de outubro de 2013.
- Nardi, Roberto. 2014. “Memórias do ensino de ciências no Brasil: a constituição da área segundo pesquisadores brasileiros, origens e avanços da pós-graduação.” *RevIU* 2 (2): 13–46.
- Naylor, Simon. 2005. “Introduction: Historical Geographies of Science—Places, Contexts, Cartographies.” *The British Journal for the History of Science* 38 (1): 1–12.
- Neils, Jenifer. 2012. “University Antiquities Collections: Old and New.” *American Journal of Archaeology* 116 (3): 543–48. <https://doi.org/10.3764/aja.116.3.0543>
- Nelkin, Dorothy. 1979. “Scientific Knowledge, Public Policy, and Democracy: A Review Essay.” *Knowledge: Creation, Diffusion, Utilization* 1 (1): 106–22.
- Neves, Fabrício, e Verena Hitner. 2022. “Global Changes in Production, Distribution and Legitimization of Scientific Knowledge: Consequences for Brazil.” *Revista Tempo do Mundo* 28 (1): 133–52.
- Nobre, Clivia da Silveira. 2023. “‘Não houvessem no Brasil esses autodidatas precursores’: docentes e a produção do ensino superior de História no Rio Grande do Norte (1955–1991).” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Novaes, Mariana Gonzalez Leandro. 2018. “Patrimônio científico nas universidades brasileiras: políticas de preservação e gestão das coleções não vinculadas a museus.” Tese de doutoramento, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins.
- Nyhart, Lynn K. 2016. “Historiography of the History of Science.” Em *A Companion to the History of Science*, editado por Bernard Lightman, 7–22. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.

- Oliveira, Adriano de. 2003. "Política científica no Brasil: análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq." Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Oliveira, Renata Cesar de, e Marta de Almeida. 2015. "Vozes da ciência no Brasil." Em *Anais do XI Encontro Regional Sudeste de História Oral: Dimensões do público: Comunidades de sentido e narrativas políticas*, 1–30. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Oliveira, Roberto Cardoso de. 1988. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Paim, Antonio. 1981. *A UDF e a ideia de universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia. 2012. *O triunfo do fracasso: Rüdiger Bilden, o amigo esquecido de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp.
- Pedreira, Flávia de Sá. 2005. *Chiclete eu misturo com banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920–1945)*. Natal: EDUFRN.
- Penna, Maria Luiza. 2010. *Fernando de Azevedo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana.
- Pereira, Elisabete de Jesus dos Santos. 2017. "Actores, colecções e objectos: coleccionismo arqueológico e redes de circulação do conhecimento – Portugal, 1850–1930." Tese de doutoramento em História e Filosofia da Ciência, especialidade Museologia, Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/21555>
- Pereira, José Veríssimo da Costa. 1994. "A Geografia no Brasil." Em *As Ciências no Brasil*, organizado por Fernando de Azevedo, 349–461. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Pessoa, Nara da Cunha. 2009. "Museu vivo: uma análise do Museu Câmara Cascudo." Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Pimentel, Alessandra. 2001. "O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica." *Cadernos de Pesquisa*, n.º 114: 179–95.
- Pinheiro, Niminon Suzel. 2012. "Kaingang, Guarani, Terena e Krenak e o Museu Índia Vanuïre: identidades, alteridades e intervenções político-sociais." Em *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*, editado por Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos e Joana Montero Ortiz, 180–91. Brodowski, SP: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

- Pinto, Felipe Neri Alves. 2020. "Antropologia entre três mundos: Emilio Willems e a institucionalização da antropologia brasileira." Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.
- Pinto, Vagner André Morais, e Joseli Maria Silva. 2025. "Movimentos epistemológicos da geografia brasileira, hierarquias de conteúdos temáticos e conceituais no período 1939–2019." *Revista da ANPEGE* 21 (44). <https://doi.org/10.5418/ra2025.v21i44.19365>
- Possamai, Zita Rosane. 2010. "As artimanhas do percurso museal: narrativas sobre objetos e peças de museu." *Mouseion* 4 (7): 64–72. <https://doi.org/10.18316/164>
- Powell, Justin J. W., e Jennifer Dusdal. 2017. "Science Production in Germany, France, Belgium, and Luxembourg: Comparing the Contributions of Research Universities and Institutes to Science, Technology, Engineering, Mathematics, and Health." *Minerva* 55: 413–34. <https://doi.org/10.1007/s11024-017-9327-z>
- Puglia, Leonardo. 2015. "Profissionalização e fragmentação temática: trajetória e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil." *Enfoques* 14 (2).
- Pyenson, Lewis, e Susan Sheets-Pyenson. 1999. *Servants of Nature: A History of Scientific Institutions, Enterprises, and Sensibilities*. New York: HarperCollins.
- Raj, Kapil. 2007. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230625310>
- Ramos, Afonso Laurentino, e Francisco Francerle de Souza. 2022. *Recortes de Luiz Maranhão: a visão de mundo de um jornalista brasileiro nas páginas do Diário de Natal*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira.
- Ramos, Jair de Souza. 1996. "Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920." Em *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 59–82. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil.
- Rheinberger, Hans-Jörg. 1997. *Toward a History of Epistemic Things: Synthesizing Proteins in the Test Tube*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Ribeiro, Ana Cláudia. 2019. "Universidade e repressão política: uma análise do relatório da Comissão da Verdade da UFRN sob o pilar da memória e da verdade." *Revista Informação na Sociedade Contemporânea* 3: 1–18.
- Ribeiro, Gustavo Lins. 2006. "Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21 (60): 147–65.

- Roque, Tatiana. 2018. "Pesquisa matemática e instituições científicas no Brasil do pós-guerra." *Ciência e Cultura* 70 (1): 26–31. <https://doi.org/10.21800/2317-66602018000100009>
- Rossi, Debora S. 2023. "Quem são e onde estão os(as) cientistas? A composição institucional e de gênero da comunidade científica brasileira (década de 1950)." *Revista de Estudos Brasileños* 10 (21): 117–34.
- Rothen, José Carlos. 2008a. "A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931." *Revista Brasileira de História da Educação* 8 (17): 143–59.
- Rothen, José Carlos. 2008b. "Os bastidores da Reforma Universitária de 1968." *Educação & Sociedade* 29: 453–75.
- Sá, Dominichi Miranda de. 2006. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895–1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9788575413081>
- Sales, Tatiana Silva. 2018. "Intelectuais e 'folclore' em Sergipe: um estudo sobre a Comissão Sergipana de Folclore (1948–1976)." Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe.
- Sampaio, Helena. 1991. "Evolução do ensino superior brasileiro, 1808–1990." *Documento de Trabalho NUPES* 8. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, Universidade de São Paulo.
- Santos, Jailma da Silva Medeiros. 2010. "A construção do Museu Câmara Cascudo." Monografia de especialização em História do Rio Grande do Norte, Universidade Potiguar, Natal.
- Santos Júnior, Valdeci, A. J. D. de Alencar Martins, D. L. de Oliveira Oliveira e M. A. F. de Souza Dias. 2024. "As contribuições científicas do pesquisador Antônio Campos e Silva para a geologia, paleontologia e a arqueologia no estado do Rio Grande do Norte, Brasil." *Revista Tarairiú* 1 (25): 1–25.
- Santos, Leandro Martan Bezerra. 2022. "A Coleção Nássaro Nasser: arqueologia e patrimônio cultural no Museu Câmara Cascudo." Dissertação de mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, Paulo Pereira dos. 1994. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte: do século XVI ao século XX*. 2.^a ed. Natal: Clima.
- Santos, Raquel Barros dos. 2013. "Antropologia, arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960–1973)." Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro.

- Santos, Ricardo Ventura. 1996. “Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX.” Em *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 125–40. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil.
- Santos, Ricardo Ventura, e Maria C. S. Mello e Silva. 2006. “Introdução ao Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional.” Em *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Schärer, Martin R. 2009. “Things + Ideas + Musealization = Heritage: A Museological Approach.” *Museologia e Patrimônio* 2 (1): 85–89.
- Schwarcz, Lilia Moritz. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, Lilia Moritz. 2022. “As múltiplas independências do Brasil: emancipação como processo de autonomia.” Em *200 anos de Independência: A indústria e o futuro do Brasil, organizado pela Confederação Nacional da Indústria*, 103–9. Brasília, DF: CNI.
- Schwartzman, Simon. 1979. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP.
- Schwartzman, Simon. 1989. “A ciência no período de pós-guerra.” Palestra apresentada no II Módulo do Programa de Política e Administração em Ciência e Tecnologia, CNPq.
- Schwartzman, Simon, coord. 1995. *Ciência e tecnologia no Brasil: política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Schwartzman, Simon. 2001. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Schwartzman, Simon. 2008. “Pesquisa universitária e inovação no Brasil.” Em *Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras*, 19–43. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- Schwartzman, Simon. 2015. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. 4.^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Secord, James A. 2004. “Knowledge in Transit.” *Isis* 95 (4): 654–72. <https://doi.org/10.1086/430657>

- Seyferth, Giralda. 1996. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.” Em *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 41–58. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil.
- Sguissardi, Valdemar. 2011. “Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião.” Em *A universidade no Brasil: concepções e modelos*, organizado por Marília Morosini, 275–89. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Shapin, Steven. 1989. “The Invisible Technician.” *American Scientist* 77 (6): 554–63.
- Shepherd, Chris J. 2005. “Imperial Science: The Rockefeller Foundation and Agricultural Science in Peru, 1940–1960.” *Science as Culture* 14 (2): 113–37.
- Silva, Aline Gurgel. 2008. “Instituto de Antropologia: história e memória de um itinerário científico-cultural na URN.” Trabalho de conclusão do curso de História — Licenciatura e Bacharelado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Silva, Darllen Almeida da, e Norma Iracema de Barros Ferreira. 2024. “Hegemonia global estadunidense e os acordos MEC/USAID (1965–1968).” *Revista Internacional de Educação Superior* 10: e024034. <https://doi.org/10.20396/riesup.v10i00.8657974>
- Silva, Jacqueline Souza. 2014. “Instituto de Antropologia: um espaço para ciência no Rio Grande do Norte (1960–1973).” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Silva, Jacqueline Souza, e Glaudson Freire de Albuquerque. 2021. “Contornando velhas dificuldades perante novas demandas: o Museu Câmara Cascudo da UFRN como estudo de caso.” *Revista CPC* 16 (32): 112–43. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v16i32p112-143>
- Silva, Lenina Lopes Soares. 2006. “Lembranças de alunos, imagens de professores: narrativas e diálogos sobre a formação médica.” Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Silveira Júnior, Adilson Aquino, e Clara Martins do Nascimento. 2016. “A crítica de Florestan Fernandes à reforma universitária e sua atualidade.” Em *Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea* 14 (37): 199–216. <https://doi.org/10.12957/rep.2016.25398>
- Simone, Luiz Ricardo L. 2003. “Histórico da malacologia no Brasil.” *Revista de Biología Tropical* 51 (supl. 3): 139–47.
- Simpson, Andrew. 2023. *The Museums and Collections of Higher Education*. London: Routledge.
- Souza, Itamar de. 1984. *Universidade: para que? Para quem? Natal: Clima*.

- Star, Susan Leigh, e James R. Griesemer. 1989. "Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907–39." *Social Studies of Science* 19 (3): 387–420. <https://doi.org/10.1177/030631289019003001>
- Stemmer, Caspar Erich. 1995. "Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT)." Em *Ciência e tecnologia no Brasil: política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio*, coordenado por Simon Schwartzman, 288–332. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Stepan, Nancy Leys. 1976. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Tradução de Vera Bessa. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Stránský, Zbyněk Z. 1980. "Museology as a Science (A Thesis)." *Museologia* 11 (15): 33–39.
- Stránský, Zbyněk Z. 2009. "Science and Museum Culture." Em *Museology at the Beginning of the 3rd Millennium*, editado por Jan Dolák, 13–18. Brno: Technické muzeum v Brně.
- Sutcliffe, Marcella Pellegrino. 2014. "The Origins of the 'Two Cultures' Debate in the Adult Education Movement: The Case of the Working Men's College (c. 1854–1914)." *History of Education* 43 (2): 141–59.
- Talamoni, Ana Carolina Biscalquini, e Claudio Bertolli Filho. 2014. "A anatomia e o ensino de anatomia no Brasil: a escola boveriana." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 21 (4): 1301–22.
- Thomaz, Omar Ribeiro. 1996. "Do saber colonial ao luso-tropicalismo: raça e nação nas primeiras décadas do salazarismo." Em *Raça, ciência e sociedade*, organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos, 85–106. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil.
- Tirrell, Peter B. 2000. "Dealing with Change: University Museums of Natural History in the United States." *Museum International* 52 (3): 15–20. <https://doi.org/10.1111/1468-0033.00267>
- Vasconcellos, Camilo de Mello. 2012. "Museus antropológicos e universitários: por um novo diálogo junto ao público." Em *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*, editado por Marília Xavier Cury, Camilo de Mello Vasconcellos e Joana Montero Ortiz, 129–36. Brodowski, SP: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

- Vasconcelos, Eduardo Henrique Barbosa de. 2021. "On the Writing of History of Science in Brazil in the Second Half of the 20th Century: What Is Inside and Outside." *Transversal: International Journal for the Historiography of Science*, n.º 11. <https://doi.org/10.24117/2526-2270.2021.i11.07>
- Vechia, Ariclê, e António Gomes Ferreira. 2020. "Brazilian Higher Education in the 1960s and 1970s of the 20th Century: International Agreements and the Reform of the Brazilian University." *Encounters in Theory and History of Education* 21: 134–55.
- Vega, María del Carmen, Mercedes Okumura, Marcela Urizar, Gonzalo Figueiro, Juliana Gómez, Franco Mora, Bibiana Cadena e Jorge Suby. 2022. "La antropología biológica en Sudamérica." *Boletín de Arqueología PUCP*, n.º 30: 5–12. <https://doi.org/10.18800/boletindearqueologiapucp.202101.000>
- Veloso Junior, Crenivaldo Regis. 2021. "O 'artesanato da produção acadêmica': histórias, coleções e saberes na trajetória de Heloisa Fénelon." Tese de doutoramento em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Vessuri, Hebe M. C. 1990. "O inventamos o erramos: The Power of Science in Latin America." *World Development* 18 (11): 1543–53.
- Viana, Hélder do Nascimento. 2024. *Museu Câmara Cascudo: uma história sobre a produção científica e cultural e a ação educativa em museus (1960–1990)*. Natal: Deza's Editech.
- Vilhena, Luís Rodolfo. 1997. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947–1964*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas.
- Vincenzi, Leticia J. Braga de. 1986. "A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil." *Fórum Educacional* 10 (3): 16–60.
- Winkler, Kalila Luize Balen. 2019. "Ciência e tecnologia no âmbito estatal: a CAPES e o CNPq inseridas no desenvolvimentismo brasileiro." Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Zanetti, Valeria Regina, Maria Helena Alves da Silva, e Maria Aparecida Papali. 2023. "Acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e o Leste Europeu na ditadura civil-militar brasileira: um estudo por meio da cultura material escolar." *Cadernos de História* 24 (41): 26–43. <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2023v25n41p26-43>